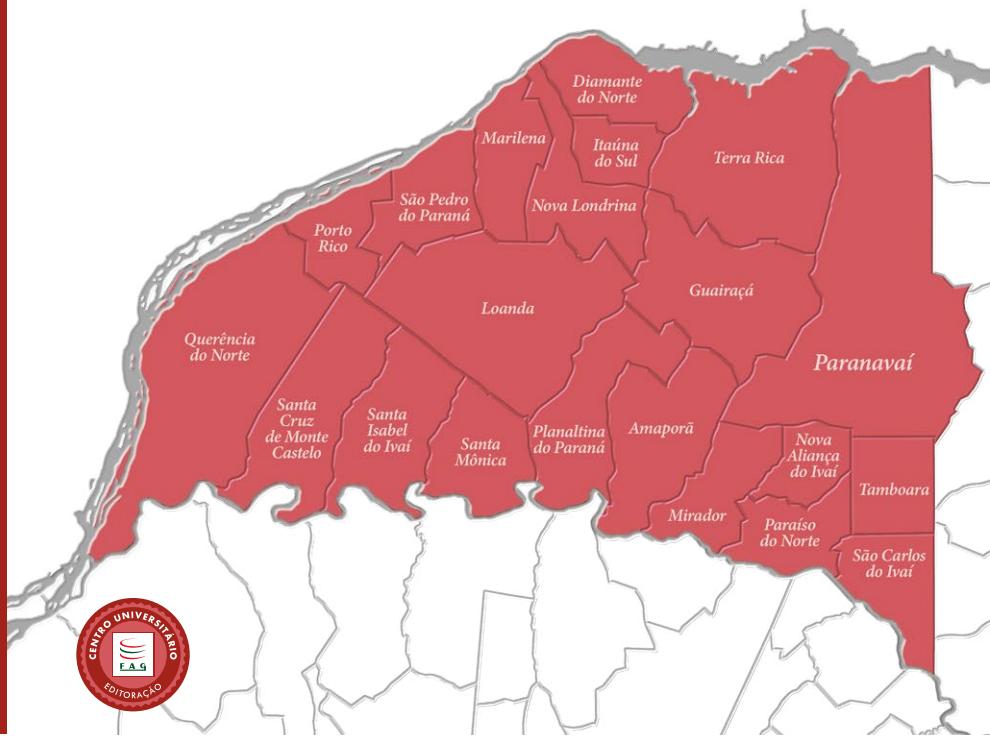


TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO NOROESTE DO PARANÁ

Maurílio Rompatto
Leandro de Araújo Crestani
(Organizadores)



Maurílio Rompatto
Leandro de Araújo Crestani
(Organizadores)

TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO NOROESTE DO PARANÁ



2021

© 2021 Maurílio Rompatto e Leandro de Araújo Crestani (organizadores).

CONSELHO EDITORIAL

Prof.ª Dra. Edinéia Fátima Navarro Chilante (UNESPAR)

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw (UFFS)

Prof. Dr. Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)

Prof. Dr. Leandro Baller (UFGD)

Prof. Dr. Paulo Humberto Porto Borges (UNIOESTE)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alex Carmo

COORDENAÇÃO DE PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Julio Zeni

ARTE, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Agência Experimental de Comunicação Integrada – Agecin

981.62 Territorialidades camponesas no Noroeste do Paraná.
T327t / Organizadores: Maurilio Rompatto, Leandro de Araújo Crestani. — Cascavel PR: FAG, 2021.

307. p: ilus.: Tab.
Inclui bibliografias
ISBN 978-65-89062-05-9

1. História do Paraná – migrações. 2. Colonização do norte do Paraná. 3. Projeto vila rural – Apucarana. 4. MST – Paraná. 5. Reforma agrária. I. Rompatto, Maurilio. II. Crestani, Leandro de Araújo. I. Título.

CDD 981.62

Catalogação na fonte: Eliane Teresinha Loureiro da Fontoura Padilha – CRB-9/1913

ISBN: 978-65-89062-05-9

Direitos desta edição reservados ao:

Centro Universitário Assis Gurgacz

Avenida das Torres, 500

CEP 85806-095 – Cascavel – Paraná

Tel. (45) 3321-3900 – E-mail: publicacoes@fag.edu.br

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização prévia dos autores ou da IES.

DEPÓSITO LEGAL NA CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA – BRASIL – 2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO I	10
<i>O processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, da colonização “moderna” às vilas rurais: o mito da reforma agrária</i>	
Maurílio Rompatto; Laura Conceição Siqueira	
CAPÍTULO II	39
<i>Perfil sócioagrário das Vilas Rurais da região de Maringá/PR</i>	
Cássio Augusto Guilherme	
CAPÍTULO III	47
<i>Territorialidades e territorialização das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão</i>	
Áurea Andrade Viana de Andrade; Elpídio Serra	
CAPÍTULO IV	61
<i>A história das vilas rurais de Paranavaí a partir das narrativas de seus moradores</i>	
Maurílio Rompatto; Julia Mariana Ramos de Oliveira	
CAPÍTULO V	79
<i>Porto Rico, a questão da terra em sua ocupação humana, dos anos [19]40 aos anos [19]90</i>	
Luiz Carlos Tavares de Sá	
CAPÍTULO VI	89
<i>Marilena, história e memória: da colonização “moderna” à vila rural quatro marcos</i>	
Maurílio Rompatto; Kellen Oliveira Angelo	
CAPÍTULO VII	160
<i>A reforma agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Paraná</i>	
Adélia Aparecida de Souza Haracenko	
CAPÍTULO VIII	186
<i>Paranacity: avanços e recuos na proposta de cooperativismo da Copavi</i>	
Fábio Luiz Zeneratti	
CAPÍTULO IX	205
<i>Querência do Norte no contexto de luta pela reforma agrária: narrativas do assentamento Pontal do Tigre</i>	
Maurílio Rompatto; Mariana de Barros Augusto; Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha	
CAPÍTULO X	225
<i>Educação do Campo como resposta à educação rural no Brasil</i>	
Elias Canuto Brandão; Vanderlei Amboni	
CAPÍTULO XI	241
<i>A história da Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no sul do Brasil</i>	
Vanderlei Amboni; Elias Canuto Brandão	
CAPÍTULO XII	262
<i>Escolas itinerantes do MST/Paraná: ensaios da escola do trabalho e o desafio da ampliação da participação dos estudantes</i>	
Valter de Jesus Leite; Marlene Lucia Siebert Sapelli	
CAPÍTULO XIII	283
<i>O acampamento e a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho-PR: terra, luta e educação</i>	
Marcio Luiz Carreri; Gabriely Cristine de Souza	
POSFÁCIO	302
<i>A história a contrapelo</i>	
Eduardo Martins	

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea *Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná* é mais uma publicação do grupo de pesquisa “*Grupo de Estudos Históricos do Norte e Noroeste do Paraná: fronteiras, políticas, migrações, populações e identidades*”. Um grupo voltado para pesquisa e publicação na área de História Regional do Paraná. A primeira coletânea do grupo foi publicada em 2012 com o título “*História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda*” através da Editora Massoni de Maringá. Foi em torno dessa publicação que o grupo se reuniu em 2011 e obteve sua primeira certificação junto ao CNPq. A partir daí vieram outras publicações.

Em 2014 também pela editora Massoni foi publicada a coletânea *Histórias e Memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX*. Essa publicação reuniu dez capítulos de diferentes autores em temáticas sobre o processo de “ocupação” de praticamente todas as regiões do Estado. Sendo, portanto, a mais completa obra do grupo.

Em 2016, o grupo ampliou seus esforços para publicar outra obra que recebeu o título *História do Paraná – migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado*, constituindo-se de treze capítulos de diferentes autores. Apesar de enfocar apenas as regiões Norte, Noroeste e Oeste, essa coletânea, publicada pela Editora da Fasul de Toledo, aprofundou a discussão sobre o processo de colonização dessas regiões paranaenses.

Recentemente, em 2019, o grupo lançou outra importante publicação *A Colônia Paranavaí: da “Revolução” de 1930 ao golpe civil-militar de 1964*. Esta obra teve por objetivo abordar os conflitos agrários que marcaram a história de formação dos municípios do Noroeste do Estado que surgiram da Colônia Paranavaí. Também foram abordados os conflitos políticos que marcaram a História do Brasil no período da Revolução de 1930 ao golpe civil-militar de 1964 e que tiveram forte repercussão na região. Publicada pela Editora CRV de Curitiba-PR em 2019, essa obra também obteve ótima aceitação no meio acadêmico.

Agora em 2021 o grupo organiza mais essa coletânea intitulada *Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná* para abordar as territorialidades camponesas construídas a partir do processo de colonização da região Noroeste do Paraná que se iniciou na década de 1920 e chegou às vilas rurais implantadas pelo governo de Jaime Lerner entre os anos de 1995 e 2002. Com o projeto das vilas rurais, o ex-governador tinha por objetivo conter o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se articulava no campo, na ocupação do latifúndio improdutivo. A população boia-fria do Estado era constituída de meio milhão de trabalhadores rurais sem terra na época em que o projeto

das vilas rurais foi instituído por aquele governo, e parte dessa população poderia aderir ao MST, em sua marcha cotidiana pela reforma agrária. Além da luta pela terra, esta coletânea também tem por tema assuntos relacionados ao cooperativismo e à educação do campo, à qual inclui uma ampla discussão a respeito da escola itinerante do MST.

A presente coletânea encontra-se organizada em 13 capítulos:

No capítulo I, *O processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, da colonização “moderna” às vilas rurais: o mito da reforma agrária*, os autores Maurílio Rompatto e Laura Conceição Siqueira abordam o processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, no Norte do Paraná. Para sua abordagem, os autores dividem o capítulo em duas partes. Na primeira para expor a história de Apucarana, do processo de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciado nos anos de 1930, até o desenvolvimento de sua economia nos anos de 1980. E, na segunda parte, ao tratar da história das vilas rurais de Apucarana, os autores procuram, através da história oral, expor as mudanças que ocorreram na vida dos vileiros desde que as vilas rurais foram implantadas pelo ex-governador Jaime Lerner.

No capítulo II, *Perfil socioagrário das vilas rurais da região de Maringá/PR*, o autor Cássio Augusto Guilherme, apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida por ele no Programa de Integração Escola, Serviço e Comunidade (PIESC) do Centro Universitário Ingá - Uningá, localizado no município de Maringá-PR, como parte da disciplina de Ciências Sociais para o curso de graduação em Agronomia. O objetivo de sua pesquisa foi um levantamento socioagrário das vilas rurais existentes nos municípios da região de Maringá, onde residiam os discentes do primeiro ano do curso. Especificamente discute-se, neste capítulo, os avanços e os retrocessos das vilas rurais, dá-se voz aos moradores e analisa-se o perfil produtivo e social dos vileiros.

No capítulo III, *Territorialidades e territorialização das vilas rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão*, os autores Áurea Andrade Viana de Andrade e Elpídio Serra apresentam a territorialização e as territorialidades nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão decorrentes das transformações no espaço rural paranaense amplamente condicionadas pela articulação do Estado e capital e que se intensificaram a partir da década de 1970. É, neste contexto, que o governo coloca em 1995 as Vilas Rurais no cenário rural paranaense, implantando centenas de pequenos territórios, para garantir mão de obra aos donos dos meios de produção e assegurar uma parcela de trabalhadores rurais no campo, uma vez que essa categoria já se encontrava insuficiente para atender o agronegócio.

No capítulo IV, *A História das Vilas Rurais de Paranavaí a partir das narrativas de seus moradores*, os autores Maurílio Rompatto e Julia Mariana Ramos de Oliveira abordam a história das vilas rurais de Paranavaí através da história oral. O projeto do ex-governador Jaime Lerner implantou seis vilas rurais em Paranavaí: Águia Dourada, Monte Alto, Nova Vida, Santa Mônica, São João e Vereador José Dolvino Garcia. A maioria dos trabalhos acadêmicos realizados sobre o projeto das vilas rurais em todo o estado do

Paraná, na época em que ele foi implantado, entre 1995 e 2002, apoiou-se em fontes oficiais produzidas pela propaganda do ex-governador, reproduziu seu discurso e enalteceu o projeto sem abordar seus problemas ou contradições. Por meio da metodologia da pesquisa em história oral, os autores deste capítulo abordam uma história diferente, vista de baixo, a partir das narrativas ou das perspectivas dos vileiros.

No capítulo v, *Porto Rico: a questão da terra em sua ocupação humana, dos anos [19]40 aos anos [19]90*, o autor Luiz Carlos Tavares de Sá realiza a transcrição de sua monografia de especialização que foi defendida em vídeo-tape na Universidade Estadual de Maringá, no ano de 1998, sob o título “*Porto Rico, Um Porto Pobre: a questão da terra*”. Um trabalho inédito por sua metodologia. Ao gravar em vídeo depoimentos orais de moradores, em sua maioria pescadores, o autor aborda de forma direta os conflitos agrários decorrentes do processo de “ocupação” da terra naquele município.

No capítulo vi, *Marilena, História e Memória: da colonização “moderna” à Vila Rural Quatro Marcos*, os autores Maurílio Rompatto e Kellen Oliveira Angelo abordam a história do município de Marilena-PR desde a colonização “moderna” iniciada entre 1949 e 1950 por companhias de terras à inauguração da Vila Rural Quatro Marcos pelo governo do Estado em 1998. Este capítulo está dividido em duas partes, na primeira os autores abordam a história da cidade de Marilena, desde sua fundação à emancipação política em 1967. Neste período de sua história, em que se deu o processo de colonização da região Noroeste, Marilena é marcada por conflitos agrários decorrentes da grilagem de terras. Ao passo que na última seção deste capítulo, os autores abordam a história da Vila Rural Quatro Marcos desde sua inauguração em 1998.

No capítulo vii, *A reforma agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Paraná*, a autora Adélia Aparecida de Souza Haracenko demonstra que a nova fase de ocupação do Noroeste do Estado ocorre a partir de meados da década de 1980, por meio dos processos de ocupações de terras realizadas pelo MST, os quais vão permitir ações de Reforma Agrária na região. Demonstra também que em 2005 o espaço-território dos assentamentos do Noroeste estava dividido em três polos regionais, sendo eles: Polo de Querência do Norte, de Terra Rica e de Paranacity, os quais passam a ser posteriormente, denominados de “brigadas”. Estas durante o processo de organicidade do movimento definem a territorialização dos assentamentos rurais na região materializando a nova fase de ocupação regional ou territorial.

No capítulo viii, *Paranacity: avanços e recuos na proposta de cooperativismo da Copavi*, o autor Fábio Luiz Zeneratti apresenta reflexões sobre uma experiência de assentamento rural fundada no trabalho coletivo sob uma modalidade de cooperativismo que alcançou êxito em poucas experiências, posto que a maioria dos assentados, ao alcançarem o acesso à terra, tendem a explorá-la individualmente. Paradoxalmente, a dinâmica interna do assentamento revelou uma significativa rotatividade das famílias, fenômeno explicado, em parte, pela posição ambígua que a cooperativa ocupa, com ingredientes da lógica empresarial de gestão e da lógica camponesa de produção.

No capítulo IX, *Querência do Norte no contexto de luta pela reforma agrária: Narrativas do Assentamento Pontal do Tigre*, os autores Maurílio Rompatto, Mariana de Barros Augusto e Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha abordam a luta do MST pela posse da terra durante a organização dos assentamentos do Noroeste do Paraná com destaque para a história do Assentamento Pontal do Tigre de Querência do Norte. Com uso da metodologia da pesquisa em história oral, os autores revelam a partir das falas dos entrevistados todo o processo de luta pela terra, desde a ocupação da Fazenda Pontal do Tigre no início da década de 1980 até a imissão de posse do assentamento em 1995. Além da luta pela terra, o capítulo aborda também as conquistas dos assentados, entre as quais, a construção de uma cooperativa agrícola e da escola do campo por eles denominada de “Centrão”.

No capítulo X, *Educação do Campo como resposta à educação rural no Brasil*, os autores Elias Canuto Brandão e Vanderlei Amboni evidenciam que a Educação do Campo diferencia da educação rural na teoria e na prática. Os autores historicizam os períodos que resultam no surgimento da Educação do Campo e deixam claro que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi o protagonista principal neste processo. Evidenciam que na educação rural o aluno não é tratado como sujeito concreto, real e histórico, estando na sala de aula para aprender o conteúdo pré-elaborado, e não para se posicionar e pensar. Já a Educação do Campo, desde os primórdios, em 1979, nos acampamentos, envolve alunos e comunidade no processo de aprender, discutir e se posicionar social, histórico e criticamente. Enfim, a Educação do Campo, surge das experiências dos movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, resultado das discussões e estudos realizados desde as escolas itinerantes e de emergências.

No capítulo XI, *A História da Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sul do Brasil*, os autores Vanderlei Amboni e Elias Canuto Brandão apresentam a história da luta pela escola nos acampamentos do MST e a legalização delas por meio do reconhecimento dos Conselhos Estaduais de Educação nos estados do Rio Grande do Sul (1996), Paraná (2003) e Santa Catarina (2004). Essa escola nasce como “experiência pedagógica” nos estados, mas o ensino não é organizado de modo homogêneo e nem sua estrutura escolar é igual. A escola itinerante nasce de forma distinta e em correspondência com as forças políticas do movimento na região sul do país.

No capítulo XII, *Escolas itinerantes do MST/Paraná: ensaios da escola do trabalho e o desafio da ampliação da participação dos estudantes*, os autores Valter de Jesus Leite e Marlene Lucia Siebert Sapelli caracterizam aspectos da trajetória histórica de participação estudantil por meio do centro cívico e do grêmio estudantil no Brasil, explicitando seu aparato jurídico-ideológico com o intuito de revelar seu projeto e limites. Por conseguinte, tratam da organização dos núcleos setoriais, presentes na proposta dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo, desenvolvida na Escola Itinerante do MST/Paraná e fundada na Pedagogia do Movimento, enquanto alternativa de organização e ampliação da participação estudantil na escola, concebendo o vínculo orgânico entre os processos de educação escolar e os processos formativos que estão na vida fora da escola.

No capítulo XIII, *O acampamento e a escola itinerante Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho-PR: terra, luta e educação*, os autores Márcio Luiz Carreri e Gabriely Cristine de Souza apresentam um debate sobre a histórica estrutura fundiária brasileira e sua modernização conservadora, discute a relação entre a propriedade e posse da terra no Brasil e a necessidade e a luta pela reforma agrária, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalha também um breve estudo sobre a Educação Popular e estuda um caso especial, o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho, Nordeste do estado do Paraná, local que associa a luta pela terra e a educação no contexto da sociedade brasileira.

Paranavaí-PR, janeiro de 2021.

*Os organizadores*¹

¹ Maurílio Rompatto: Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus de Assis (2004) e professor no Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí. Contato: mrrompatto@gmail.com.

Leandro de Araújo Crestani: Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora – UEVORA (Portugal) e professor no Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG/Campus Toledo. Contato: leandrocrestani@hotmail.com.

CAPÍTULO I

O processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, da colonização “moderna” às vilas rurais: o mito da reforma agrária

Maurílio Rompatto¹
Laura Conceição Siqueira²

No presente capítulo temos por objetivo discutir a história da *[re]ocupação*³ da terra em Apucarana, da colonização “moderna” iniciada na década de 1930 pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) à implantação das vilas rurais pelo ex-governador do Paraná, Jaime Lerner no período de 1995 a 2002. Entre as publicações sobre a história da região destaca-se o livro “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná” (1975), da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Com este livro, a CMNP contribui para a construção de alguns mitos acerca de sua colonização, dentre os quais o de que seu projeto imobiliário, ao priorizar o loteamento e venda das terras na forma da pequena propriedade, realizou uma espécie de “reforma agrária” na região.

Porém, constata-se no decorrer deste capítulo que o mito da “reforma agrária” não foi um discurso construído apenas pela CMNP em seu livro, uma vez que na época em que foi governador do Paraná por dois mandatos (1995-

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus de Assis (2004) e professor no Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná –UNESPAR, Campus de Paranavaí. Contato: mrompatto@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Apucarana. Sua participação ficou em torno da elaboração da última parte deste capítulo relativa à história das vilas rurais de Apucarana, a partir de resultados de sua pesquisa de iniciação científica (Projeto PIC/2017-2018). Contato: laura.siqueira2016@hotmail.com.

³ Compreendemos o processo de colonização que se deu a partir das décadas de 1920 e de 1930, no Norte e Noroeste, assim como no Oeste e Sudoeste do Paraná, dirigido pelo Estado e empreendido por companhias colonizadoras, como sendo de “[re]ocupação”, pois quando o Estado e as companhias colonizadoras decidiram “povoar” essas regiões, elas já eram ocupadas por populações indígenas, caboclas ou posseiras.

1998/1999-2002), Jaime Lerner do Partido Democrático Trabalhista (PDT), adotou um discurso semelhante ao implantar o projeto das vilas rurais. Seu projeto implantou 405 vilas rurais, atendeu 272 dos 399 municípios do Paraná, sendo contempladas em torno de quase 80 mil pessoas, o equivalente a 15.609 famílias, a maioria delas constituídas de trabalhadores rurais boias-frias.

Em Apucarana o projeto do governo Lerner implantou três vilas rurais: Nova Ucrânia, localizada no Contorno Sul (BR-376); Terra Prometida, no Distrito de Caixa São Pedro (PR-444) e Manoel Piassa Sobrinho, na Vila Operária Stabile (Vila Reis). A primeira, com 65 unidades ou chácaras, a segunda e a terceira com 38 unidades ou chácaras, todas no tamanho médio de 5.000 m² cada. A Vila Rural Nova Ucrânia foi a primeira em todo o Estado a ser inaugurada pelo governo de Jaime Lerner, em 26 de maio de 1995. As outras duas vilas rurais foram inauguradas em 1998.

A metodologia empregada nessa pesquisa foi a da análise da bibliografia que trata do tema e também da metodologia da pesquisa em história oral. Na primeira parte deste capítulo, ao abordar os mitos construídos pela CMNP em seu livro acerca da colonização do Norte do Paraná analisa-se tanto a bibliografia que corrobora com a construção desses mitos como também a que contesta ou permite a desconstrução deles.

Na segunda parte, ao abordar o projeto das vilas rurais do ex-governador Jaime Lerner, por ser um assunto mais recente, voltado para a história do tempo presente, sua análise foi favorecida pelo uso da metodologia da pesquisa em história oral. Através de entrevistas com os moradores das vilas rurais de Apucarana foi possível obter de suas narrativas uma compreensão diferente, que se contrapõem ao discurso oficial do ex-governador Jaime Lerner acerca do projeto das vilas rurais.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO “NORTE” DO PARANÁ

A cidade de Apucarana se formou no processo de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) que, a partir de 1930, iniciou a [re]ocupação de algumas áreas no Norte do Estado chegando a adquirir 545.000 alqueires de terras na região para lotear e vender, ou seja, colonizar. Mas antes de começar a vender os lotes rurais os colonizadores projetaram as áreas urbanas. Entre as cidades projetadas estavam Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama; entre os patrimônios estavam Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e Jandaia do Sul. Apesar de projetada em 1934 pela CTNP para ser um patrimônio, Apucarana cresceu além do planejado tornando-se município em 1944, ao desmembrar-se de Londrina.

No entanto, não se pode dizer que a [re]ocupação da região norte-paranaense começou apenas em 1930 com a iniciativa da CTNP. Já em 1926 a Companhia Brasileira de Viação e Comércio – Braviaco deu início à colonização da gleba Pirapó, no atual município de Paranavaí⁴. Mas o início do processo

⁴ A tentativa de colonização da Braviaco no Noroeste do Estado é tratada na íntegra em outra

de [re]ocupação da terra no Norte do estado pode ter acontecido ainda antes. No último quartel do século XIX alguns fazendeiros dos estados de São Paulo e de Minas Gerais já vinham procurando a região para expandir seus negócios agropecuários, sobretudo em torno da cafeicultura e muitos deles obtiveram do governo do Paraná grandes extensões de terras para realizar seus empreendimentos.

Esse foi o caso do major Antônio Barbosa Ferraz Júnior que adquiriu extensas áreas de terras em Cambará, na fronteira do Paraná com São Paulo, nas quais plantou “milhares de pés de café”. No entanto, não havia na região estradas para escoar a produção até o Porto de Santos-SP. Através do livro *Meu Pai e a Ferrovia: uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná – 1924/1944* (2014), José Carlos Neves Lopes e Newton Braga apontam a iniciativa do major Barbosa Ferraz e de outros fazendeiros da região que em 1920 organizaram a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná para dar início à construção de uma estrada de ferro como prolongamento da ferrovia Sorocabana, ligando o estado de São Paulo ao estado do Paraná, de Ourinhos-SP até Cambará-PR (LOPES; BRAGA, 2014, p. 11).

Em 1924, ao chegar à estação Leoflora em Cambará, a ferrovia foi inaugurada. Porém, o projeto inicial tinha por meta avançar a estrada de ferro até o rio Paraná em Guaira, mas sua continuação não seria rápida e os custos de construção eram altos. Houve, então, a necessidade de procurar novos investidores (SERRA, 1993).

No final de 1923 o governo brasileiro do presidente Arthur Bernardes recebeu a Missão Montagu de Londres, liderada por Lord Lovat, para renegociar a dívida externa do Brasil com o grupo inglês N. M. Rothchild & Sons. A dívida brasileira com o grupo era antiga e no governo de Bernardes (1922-1926) se tornara impagável. Além disso, a crise cafeeira impedia a economia brasileira de reagir e ajudar o país a honrar seus compromissos externos. Com isso, os ingleses propuseram renegociar a dívida e ao mesmo tempo acenaram com novos investimentos.

De acordo com José Joffily, em seu livro “*Londres-Londrina*” (1985), na época os ingleses usaram de muita pressão junto ao governo federal para conseguir muito mais do que apenas renegociar a dívida, eles queriam as terras roxas do Norte do Paraná e o direito de exclusividade na ampliação da ferrovia São Paulo-Paraná a partir de Cambará-PR, onde estava estacionada (JOFFILY, 1985).

Neste sentido, o ano de 1924 foi bastante decisivo para a concretização daquele projeto. Lord Lovat, que fazia parte da Missão Montagu, adquiriu duas grandes glebas que somavam 15.000 alqueires paulistas⁵ no Norte do Paraná e que foram destinadas para o cultivo do algodão visando atender a indústria têxtil inglesa. A meta dos investidores ingleses, liderados por Lovat

coletânea do grupo, *A Colônia Paranavaí, da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964* e que foi publicada pela editora crv de Curitiba, em 2019.

⁵ O alqueire paulista equivale a uma área de 24.200 m².

era implantar na região um sistema monocultor parecido com o que já vinham realizando através da Sudan Plantations, no continente africano. Para dar suporte financeiro ao empreendimento no Norte do Paraná, organizou-se em Londres a Brazil Plantations Syndicate Ltd.

Porém, no transcorrer do ano de 1924 o insucesso do empreendimento levou o grupo a mudar seu plano inicial para o loteamento e venda das terras. Com isso, foi criada em 1925 a Paraná Plantations Ltd., também com sede em Londres, para dirigir os negócios de terras do grupo no Norte do Estado. Na ocasião, Arthur Thomas e Antonio Moraes Barros, diretores do grupo, organizaram a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) para lotear e vender as primeiras glebas adquiridas. No período de 1925 a 1927 a companhia adquiriu mais 500.000 alqueires que se encontravam em posse da Companhia Marcondes Industrial e Comercial Ltda. Com isso, já em 1927 a CTNP totalizava 515.000 alqueires de terras no Paraná.

No ano de 1928 a Paraná Plantations Ltd. comprou a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Paraná do grupo de Barbosa Ferraz para o prolongamento da ferrovia até alcançar o rio Paraná, em Guaíra. Neste ponto haveria uma ligação com outro ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a ser construído pela Braviaco a partir de seu tronco principal. Porém, esse ramal não se efetivou conforme o projeto inicial. A Ferrovia São Paulo-Paraná parou em Cianorte, ao passo que o ramal da Braviaco até o rio Paraná ficou estagnado no primeiro trecho construído até Guarapuava.⁶

Após a aquisição da ferrovia, o grupo inglês, através da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, seguiu com o prolongamento da estrada a partir de Cambará, passando por Jataí, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Londrina e Rolândia. De acordo com Lopes e Braga: “a penúltima estação inaugurada foi em Arapongas em 1941 e a última em Apucarana no dia 1º de novembro de 1942” (LOPES; BRAGA, 2014, p. 15).

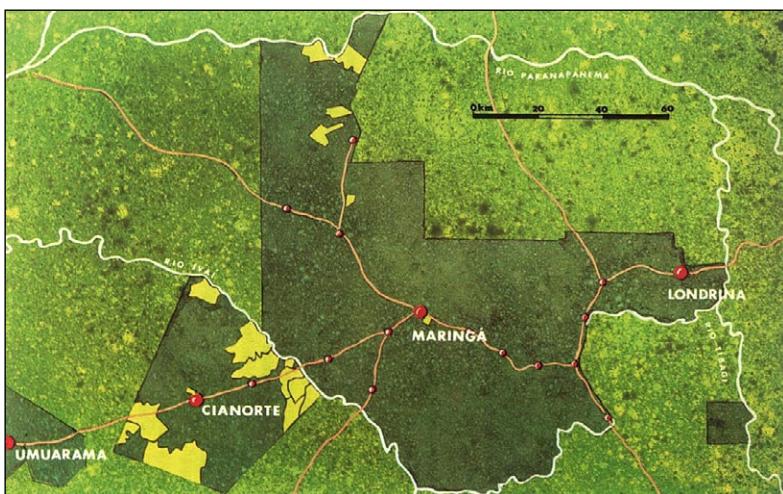
Com a crise aberta pela 2ª Guerra Mundial (1939-1945) os ingleses se viram na contingência de vender a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e a Companhia de Terras Norte do Paraná com o seu acervo em terras. Na época, o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, adotava uma política de nacionalização das empresas estrangeiras que atuavam no Brasil. Por isso, em 1943: “[...] a empresa ferroviária passou ao domínio da União, com todo o seu acervo e direitos, prosseguindo em sua marcha na ligação com o rio Paraná. Chegou a Maringá em 1954 e somente em 1973 em Cianorte, onde estagnou” (CORRÊA JUNIOR, 1991, p. 46).

Enquanto a ferrovia era incorporada pela União, em 1944 a Companhia

6 Esse projeto ferroviário ligando a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande por meio de um ramal até o rio Paraná foi retomado apenas em 1989 por iniciativa do próprio governo estado do Paraná quando deu início à construção da FERROESTE e que, atualmente, se encontra estagnada em Cascavel. Ao passo que a Ferrovia São Paulo – Paraná também não cumpriu seu destino até Guaíra, encontra-se estacionada em Cianorte desde que chegou em 1973 e, atualmente, opera apenas com trens de cargas, já que os de passageiros deixaram de operar ainda em 1984.

de Terras Norte do Paraná S/A era comprada por um grupo financeiro de São Paulo que tinha à frente Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal “O Estado de São Paulo” e Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo. Em 1951 o grupo paulista mudou o nome da empresa para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A – CMNP.

No ano de 1952 a Companhia adquiriu outra área de terras de 30.000 alqueires no Noroeste do Estado, cuja colonização deu origem a Umuarama. Com mais esta aquisição, a CTNP/CMNP totalizou uma área de 545.000 alqueires de terras no Norte/Noroeste do Paraná, conforme o mapa a seguir:



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP (1975)

COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE APUCARANA

As terras adquiridas pelos sócios ingleses da CTNP entre os anos de 1924 e 1927, assim como as terras compradas pelos sócios brasileiros da CMNP em 1952 foram divididas em lotes e, consequentemente, vendidas aos colonos migrantes vindos de toda parte do país. Antes, porém, de vender os lotes rurais, os colonizadores projetaram as áreas urbanas. Apucarana foi projetada em 1934. Na época, a CTNP pretendia estabelecer cidades maiores com mais ou menos 20 mil habitantes e distantes 100 km uma da outra, sendo estas alternadas por povoados menores, denominados “patrimônios”, de até 5 mil habitantes.

Maria do Carmo Carvalho Faria, em seu artigo *“Apucarana: processo de ocupação e colonização”* (2014), explica que as cidades projetadas seriam Londrina, Maringá e Cianorte e os patrimônios “Apucarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Jandaia do Sul, entre outras”. Faria (2014, p. 179) acrescenta que, apesar da falta de incentivo da CTNP e do município de Londrina, que

até então era responsável pela administração do patrimônio, a cidade cresceu e emancipou-se em 1944.

Ainda de acordo com Faria (2014), o que de fato contribuiu à época para o crescimento da cidade de Apucarana foi a construção da Ferrovia São Paulo-Paraná. Logo nos primeiros anos de seu funcionamento, entre 1942 e 1954, a ferrovia proporcionou o crescimento de pequenas cidades como Rolândia, Arapongas, Apucarana e outras da região de Maringá e isto fez com que o desenvolvimento de Apucarana fosse muito além das expectativas da própria CTNP. Além da estrada de ferro, Faria cita outros fatores que também contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Segundo a autora: “[...] a implantação de uma infraestrutura de energia, estradas, características fundiárias, foram fatores que contribuíram decisivamente para a montagem de um complexo de beneficiamento e comercialização de cereais na cidade” (FARIA, 2014, p. 186).

Até 1975 a economia apucaranense era próspera, porém, a “grande geada” que ocorreu naquele ano aniquilou a cafeicultura que era sua principal atividade econômica e por não ser mecanizada, empregava em torno de 68% da população ativa do município. O declínio da cafeicultura provocou o êxodo dos trabalhadores rurais dobrando o número de habitantes urbanos e o desemprego na cidade. Para aproveitar a mão de obra barata oriunda do campo, parte do capital empregado na cultura cafeeira em crise também migrou para a indústria. Com isto, já em meados dos anos de 1980 iniciou a instalação de pequenas fábricas de bonés e empresas de vestuários que possibilitaram a recuperação da cidade que voltou a crescer como uma das principais cidades do eixo norte-paranaense. Apucarana conta, atualmente, com uma população estimada em 136.234 habitantes (IBGE, 2020).

MITOS DA COLONIZAÇÃO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

Em 24 de setembro de 1975 a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A (CMNP) publicou pela editora Ave Maria, de São Paulo, a obra *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná* para a comemoração de seu cinquentenário, com uma reedição em 1977. Nesta publicação a companhia enalteceu seu pioneirismo na colonização do Norte do Estado e reforçou sua tese original de que a área adquirida era um imenso espaço vazio ou desabitado e de que foi sua colonização quem promoveu o povoamento da região.

Em seu livro *Londres-Londrina* (1985), José Joffily explica que a tese do Norte do Paraná “totalmente despovoado” quando começou sua colonização em 1930 foi um mito construído e, ao mesmo tempo, desmentido pela própria companhia. Segundo ele, os colonizadores entram em contradição ao admitir no livro que apesar de uma vasta mata existente e desconhecida, já havia pessoas morando na região, como demonstra o depoimento dado por Orion Villanueva, diretor da empresa, no qual esclarece que o engenheiro florestal inglês Lord Lovat, líder da Missão Montagu, que veio para o Brasil no final de 1923 para renegociar a dívida externa do país com o grupo N.M. Rothchild & Sons, depois de ter percorrido demoradamente as florestas do Norte do Paraná em busca de terras roxas para

o cultivo de algodão, encontrou na região “posseiros e antigos concessionários de títulos discutíveis e posses contestadas” (JOFFILY, 1985, p. 95).

Além dos posseiros, também existiam índios habitando a região, como demonstra o depoimento de Gordon Fox Rule citado no livro da CMNP. Segundo Joffily, “[...]. Eram os índios que existiam nos arredores do que viria ser nossa progressista Londrina de hoje [...]” (CMNP, 1975, p. 85). A respeito do destino dado pelos colonizadores aos indígenas e aos caboclos posseiros é algo que ainda permanece um mistério. Joffily (1985, p. 98) menciona que o colonizador loteia e vende a terra, mas “não passa escritura de violências”.

Sobre as negociações das glebas adquiridas pela empresa no Norte do Estado que ocorreram no período de 1924 e 1927 entre o grupo inglês e o governo do Paraná existem ainda algumas questões que precisam ser esclarecidas. Pode-se inferir que outros investidores que possuíam grandes áreas na região por meio de concessões antigas também tiveram suas terras transferidas para o empreendimento do grupo inglês. Este foi o caso da Companhia Marcondes de Colonização Industrial e Comercial Ltda., de José Soares Marcondes, que em 1919 havia recebido do governo paranaense uma concessão de 500.000 alqueires no Norte do Estado para a finalidade de colonização.

De acordo com Hortêncio D. Scaliante (2010, p. 96):

Outra companhia que teve certo destaque no processo de colonização foi a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, que ficou como a responsável pelo início da construção de duas linhas férreas partindo da ferrovia principal de Guarapuava, no estado do Paraná, por meio de contrato feito em 1922, lavrado na então Procuradoria da Fazenda, da Secretaria Geral do Estado do Paraná. No entanto, a Companhia Marcondes vendeu boa parte de suas concessões para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Segundo Joffily (1985), a transferência das terras da Companhia Marcondes para a CTNP teria acontecido tanto por “negligência” de seu gerente — Custodio Coelho — que não executou o projeto de construção para as ferrovias e nem viabilizou a colonização das terras, mas também por conivência do próprio governo do Estado que, ao considerar caducas as concessões da empresa, teria facilitado a transferência de suas terras aos ingleses (JOFFILY, 1985, p. 80-81).

Porém, antes de começar a colonização da CTNP no Norte do Estado já vinha acontecendo outro processo de [re]ocupação na região. Trata-se da colonização da Braviaco, no Noroeste do Estado, e que havia sido projetada ainda em 1917 quando o presidente do Estado, à época Afonso Camargo, reconheceu uma concessão federal de 2.100.000 hectares⁷ ao grupo norte-americano Brazil Railway Company por este ter construído entre os anos de 1897 e 1910 o trecho paranaense da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Essa área de terras foi concedida “no apagar das luzes” do Império, no dia 9 de novembro de 1889, quando o imperador D. Pedro II por meio do Decreto nº 10.432 a concedeu em pagamento para a companhia que viesse a construir a Ferrovia São Paulo-Rio Grande e que, neste

⁷ Um hectare de terra equivale a 10.000 m².

caso, foi construída pelo referido grupo através de sua empresa a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (ROMPATTO, 2019, p. 17-18).

Em 5 de outubro de 1920 a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande transferiu os direitos às terras para outra empresa do mesmo grupo norte-americano — à Companhia Brasileira de Viação e Comércio S.A. (Braviaco) — para que esta construísse os ramais paranaenses da ferrovia. Com isso, a Braviaco herdava no Estado os 2.100.000 da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em contrato de 22 de novembro de 1920 a Braviaco se comprometia com o Estado na construção do ramal que ligaria o tronco principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ao rio Paraná (YOKOO, 2011, p. 6).

Entre as áreas transferidas encontrava-se a gleba Pirapó, de 250.000 hectares, no Noroeste do Estado.⁸ De acordo com Paulo Marcelo Soares da Silva em sua obra *“História de Paranavaí”* (2015), em 1926 a Braviaco deu início a formação da Fazenda Ivaí na gleba Pirapó e que na época de sua fundação já contava com uma população de 300 famílias nordestinas trazidas da Bahia, Pernambuco e Ceará para trabalhar na formação de 1.200.000 pés de cafeeiros e de 300 alqueires paulistas de pastagens (SILVA, 2015, p. 42).

Da Fazenda Ivaí surgiu o núcleo populacional de nome Montoya que se situava no mesmo local onde se encontra hoje a área urbana de Paranavaí e que, na época, também foi sede da Braviaco. O povoado recebeu essa denominação em homenagem ao padre jesuítia Antonio Ruiz de Montoya que atuou na catequese dos índios da região à época das missões espanholas [1609-1632] (ROMPATTO, 2019, p. 23).

Ainda de acordo com Paulo Marcelo Soares da Silva (2015), nos primeiros anos de povoamento a pequena Montoya alcançara um relativo desenvolvimento, tanto que em 1929, quando já era ocupada por uma população de seis a sete mil habitantes, a localidade foi elevada à categoria de Distrito Judiciário da Comarca de Tibagi, através da Lei Estadual nº 2.665, de 13 de abril de 1929 (SILVA, 2015, p. 42). Na primeira edição da obra *“História de Paranavaí”* (1988), Paulo Marcelo Soares da Silva afirma que antes de os ingleses da CTNP iniciarem a colonização de Londrina, em 1930, “1.200 famílias nordestinas já cuidavam de lavouras cafeeiras no Noroeste do Paraná” (SILVA, 1988, p. 55).⁹

Com a “Revolução”¹⁰ de 1930 que também veio para combater os casos

⁸ As terras concedidas pelo governo do Paraná à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande incluiriam várias glebas pelo interior do Estado; além da gleba Pirapó, no Noroeste, foram concedidas também as glebas Andrada, Chopinzinho, Chopim, Riosinho, Pinhão, Arroio Bonito, Missões, Silva Jardim, São Francisco, Goio-Bang, Goio-Erê, Cantu, Ocoy, Catanduvas e Piquiri, em outras regiões do Estado, totalizando 2.100.000 de hectares em uma longa faixa de terras que se estendia de noroeste a sudoeste do território paranaense (ROMPATTO, 2019, p. 18).

⁹ Enfim, a cidade de Paranavaí é mais antiga que Londrina.

¹⁰ O termo “Revolução” designa “a mudança abrupta no poder político ou na organização estrutural de uma sociedade que ocorre em um período relativamente curto de tempo” (Wikipédia). Porém, o movimento de 1930 não correspondeu a nenhuma mudança substancial na sociedade brasileira da época, pois, antes, constituiu-se de um golpe de estado que transferiu o poder de

fraudulentos de concessões de terras nos Estados durante a República Velha (1889-1930), os “revolucionários”, ao observarem que a Braviaco já fazia dez anos que vinha alienando grandes extensões de terras no Estado em troca de um ramal ferroviário que até então não havia construído, resolveram reagir. Com isso, as concessões da Braviaco foram anuladas em 30 de novembro de 1930 quando o interventor Mario Tourinho baixou o Decreto Estadual nº 300 fazendo voltar ao patrimônio do Estado os 2.100.000 hectares de terras da Braviaco, entre os quais os 250.000 hectares da Fazenda Ivaí, antiga gleba Pirapó. Porém, por trás destas anulações também existiam outros interesses.

Apesar de não ter construído o ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande até o rio Paraná conforme contrato de 1920, a Braviaco vinha desenvolvendo na gleba Pirapó um intenso empreendimento agropecuário através da Fazenda Ivaí. Sem falar de que a mesma tinha até 30 de abril de 1940, como prazo final para construir aquele ramal e, no entanto, suas concessões foram anuladas em 30 de novembro de 1930, ou seja, dez anos antes do prazo expirar. Entre as hipóteses levantadas sobre os motivos da anulação estaria a “boa relação” do novo grupo político que assumiu o governo em 1930 com os ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná, bem como da intenção desta empresa em obter mais terras devolutas a oeste de suas possessões! Porém, Paulo Marcelo Soares da Silva (1988) alega que o confisco da gleba Pirapó pelo governo federal também teve motivações políticas, uma vez que Geraldo Rocha, um dos sócios da Fazenda Ivaí, era jornalista e diretor de “A Noite” e do “Mundo”, jornais da capital que faziam oposição ao governo de Getúlio Vargas e que, por esse motivo, “sofrera a intervenção do ditador” (SILVA, 1988, p. 57).

Após a anulação das concessões para a Braviaco a área da antiga gleba Pirapó ficou abandonada pelas autoridades estaduais e federais facilitando a ação de grileiros que chegaram a se apossar de grandes extensões de terras por meio de falsos títulos de propriedade, denominados “grilos”.¹¹ Para minimizar a grilagem de terras na região em 1933 o interventor Manoel Ribas projetou a colonização da Fazenda Ivaí com o nome de “Fazenda Brasileira”. Em 1942 o mesmo interventor criou a Colônia Paranavaí no lugar da Fazenda Brasileira e autorizou sua reocupação. Porém, sua colonização oficial teria início apenas em 1944 quando Francisco de Almeida Faria, Inspetor de Terras de Mandaguari, designou seu sobrinho Ulisses Faria Bandeira para dar início à titulação das terras.¹²

uma oligarquia para a outra.

¹¹ O termo “grilo” vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida.

¹² Da Colônia Paranavaí o Estado colonizou apenas as áreas dos atuais municípios de Paranavaí, Amaporã e Nova Aliança do Ivaí. As demais áreas ou glebas foram colonizadas por companhias particulares. Este assunto é tratado na íntegra em outra coletânea do grupo publicada em 2019,

Por conta da colonização oficial do Estado em Paranavaí e da atuação de outras companhias no Norte e Noroeste não se pode dizer que a CTNP/CMNP colonizou todo o Norte do Paraná como muitos afirmam, uma vez que sua colonização atingiu apenas 20% das terras da região. Paulo Marcelo Soares da Silva (1988) menciona que ao ser colonizada pelo Estado, a Colônia Paranavaí até fez concorrência à CTNP, tanto que em 1944, Arthur Thomas, diretor da companhia, se manifestou contra a distribuição das terras de Paranavaí em função de o governo permitir a aquisição delas por meio de requerimento de posse a valores simbólicos, bem aquém daqueles praticados pela CTNP na colonização da vizinha Maringá. Deste modo, concluiu Paulo Marcelo Soares da Silva (1988, p. 61): “Paranavaí poderia desviar compradores”.

Outro mito construído pela CMNP no livro “*Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*” (1975/1977) foi de que seu projeto imobiliário teve por prioridade o loteamento e venda das terras na forma de pequena propriedade para facilitar a aquisição de suas terras aos colonos de poucos recursos, representando seu projeto de colonização uma espécie de *reforma agrária* para a região Norte do Estado. Nas palavras de um de seus diretores, Hermann Moraes Barros: “[...]. Estava assim iniciada uma nova vida, que foi a vida nova para milhares e milhares de famílias brasileiras. *Era a reforma agrária, racional e democrática*, que trazia prosperidade para o estado e para o país [...]” (CMNP, 1975, p. 124).

Contrariando essa opinião de que a colonização da CTNP/CMNP visava o pequeno proprietário, Lúcio Tadeu Mota, em seu livro *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais* (2005), menciona que nem todos os migrantes que foram para o Norte do Estado em busca de emprego e de uma vida melhor eram pessoas em condições de comprar um pedaço de terra, seja ele de 15 ou de apenas 5 alqueires e os que tinham dinheiro não se limitavam a adquirir uma pequena propriedade apenas, pois, “[...] alguns proprietários adquiriam mais de um lote, formando fazendas de até 150 alqueires” (MOTA, 2005, p. 82).

Ao ser entrevistado em 2017, o morador de Maringá Urbano Machado, que chegou na cidade em 1949 (aos vinte anos de idade) para trabalhar como auxiliar de corretor de imóveis na CTNP, disse que na época a companhia priorizava sim a venda da terra na forma da pequena propriedade, mas que a empresa não se recusava em vender mais de um lote para um mesmo comprador. “Era muito comum pessoas que vinham de Minas, com sacos de dinheiro, comprarem até dez lotes de dez alqueires cada, um ao lado do outro” (MACHADO, 2020).¹³

Ou seja, apesar da companhia lotear e vender a terra na forma da pequena

pela editora CRV de Curitiba, sob o título “*A Colônia Paranavaí: da ‘Revolução’ de 1930 ao golpe civil-militar de 1964*”.

¹³ Apesar de ter chegado em Maringá no ano de 1949, dois anos após sua fundação, Urbano Machado não é considerado pioneiro da cidade pela história oficial do município.

propriedade, ela não evitava a formação de fazendas. Enquanto empresa capitalista, a mesma estava mais preocupada com os lucros auferidos das vendas das terras do que com a forma de distribuição delas. Deste modo, para se entender os objetivos da companhia é preciso apurar qual o verdadeiro “sentido da colonização” por ela empreendido.

Segundo o historiador José Henrique Rollo Gonçalves:

Se vista enquanto específico do processo de reprodução ampliada do capital, qualquer forma de redistribuição da propriedade vem atender às exigências mais reconditas de uma acumulação capitalista, e nada tem a ver em termos casuais com demandas dos trabalhadores sem terras ou dos camponeses dotados de poucos recursos [...] (GONÇALVES *apud* GUILHERME, 2013, p. 61).

Vale ressaltar que entre 1924 e 1927, período em que se apossaram das primeiras glebas no Norte do Estado, os ingleses da Paraná Plantations Ltd., fundadores da CTNP, não tinham por meta lotear e vender a terra, mas a de cultivar algodão na forma de “*plantations*”, ou seja, de latifúndios monocultores. O projeto inicial da companhia incluía trazer mais de cem mil assírios do Iraque para trabalhar nas lavouras algodoeiras. Porém, a preconceituosa elite paranaense se opôs ao projeto, uma vez que a mesma não podia conceber que um povo de cultura diferente da europeia povoasse em massa o Norte do Paraná. Segundo Elpídio Serra, a intenção dos ingleses da Paraná Plantations Ltd. de trazer os assírios do Iraque foi sepultada de vez em 1934, com a negativa do presidente Getúlio Vargas (SERRA, 1993, p. 53).

Com a recusa, os ingleses, ao invés do empreendimento algodoeiro na forma de “*plantations*”, redirecionaram seu plano para lotear e vender as terras e, mesmo assim, o projeto inicial era vendê-las em grandes lotes para atender fazendeiros mineiros e paulistas que desde o último quartel do século XIX já vinham expandindo seus negócios agropecuários para o Norte do Paraná. A preocupação da companhia em lotear e vender a terra em pequenas e médias propriedades veio somente depois de fracassadas outras formas de colonização. Além disso, a CTNP não foi pioneira da colonização na forma da pequena propriedade como a mesma diz ou como muitos afirmam, uma vez que outras empresas do ramo imobiliário já vinham realizando esta forma de [re]ocupação na região.

De acordo com o historiador Nelson Dácio Tomazi (1999):

[...] desde 1916, várias leis que tratavam das terras colocadas à disposição para colonização e dadas em concessão pelo governo paranaense já determinavam que essas terras deviam ser repartidas em pequenas propriedades. Outras empresas antes da CTNP já haviam feito esse tipo de loteamento, no estado e fora dele. Não foi a CTNP quem criou essa forma de [re]ocupação (TOMAZI, 1999, p. 78-79).

Reforçando esse mito, Maria do Carmo Carvalho Faria (2014), em seu artigo “*Apucarana: processo de ocupação e colonização*”, acrescenta que a companhia, ao seguir o critério das pequenas propriedades, visava a “socialização” dos colonos que adquiriam suas terras. Segundo a pesquisadora:

Na divisão dos lotes rurais a CTNP seguiu o critério das pequenas propriedades rurais, onde os lotes eram traçados em forma de longos retângulos, tendo quase todos frente para uma estrada e fundo para um ribeirão ou rio. A estrada passava quase sempre nas regiões mais elevadas e todos os lotes ficavam inclinados. Os tamanhos dos lotes variavam de 5 a 15 alqueires.

[...] a CTNP preocupou-se com a “socialização” dos colonos dispondo os lotes com propriedades estreitas e alongadas, no sentido do espigão ao ribeirão, onde as casas eram construídas próximas aos rios, facilitando assim o contato entre os vizinhos (FARIA, 2015, p. 177). Conforme ilustra o mapa da figura a seguir:



“Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras da CTNP e depois CMNP. As casas dos moradores em torno de um ribeirão, ribeirão ou rio era denominada de ‘Água’” (MOTA, 2005, p. 84).

Fonte original: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná — CMNP (1975).

O que fez a CTNP/CMNP lotear e vender a maior parte de suas terras na forma da pequena propriedade foi seu interesse pelo lucro imobiliário, apesar da mesma sustentar o discurso de que foi para facilitar a aquisição de suas terras aos colonos de poucos recursos. Elpídio Serra também corrobora com esse discurso ao afirmar que a colonizadora “podia vender a baixo preço levando em conta que também havia adquirido a extensa área do Estado a baixo preço” (SERRA, 1993, p. 57).

Se for verdade que a companhia adquiriu terras do Estado a baixo preço, não pode ser verdade que a mesma as vendeu para os colonos a preços baixos, até porque essa versão entra em contradição com dados apresentados por José Joffily em seu livro *Londres-Londrina* (1985). De acordo com este autor, a mesma terra que foi adquirida do Estado pela companhia em 1925 “à razão de 20\$000” (vinte mil-reis) o alqueire, em maio de 1932 o alqueire da mesma terra já era vendido pelo preço de 450\$000, como foi no caso do lote nº 72, de 10 alqueires, da gleba Ribeirão Cambé, vendido para Ueno Jitsuchi. Três anos depois, em 1935, o mesmo alqueire já era vendido pelo preço de 1.250\$000. Este foi o caso do lote nº 55, de 5 alqueires, da gleba Londrina, vendido para Elias José Abdalla (JOFFILY, 1985, p. 84).

Mesmo considerando a variação monetária ou inflacionária do período, esses valores estavam muito além dos que a colonizadora pagou inicialmente pelas terras. Portanto, para a companhia, o que realmente importava era a especulação imobiliária da terra adquirida obedecendo ao princípio mercantilista do comprar barato no atacado e vender caro no varejo, pois quanto maior a divisão da terra, maior era o valor dela por alqueire vendido e, por conseguinte, maior seu lucro também. Assim, as teses de que a colonizadora preferiu vender a terra na forma da pequena propriedade porque queria ajudar os colonos de poucos recursos ou que ela visava, com isso, a “socialização” dos mesmos, pela disposição retangular dos pequenos lotes em que os tornavam vizinhos, não se sustentam a mais superficial das análises.

A preocupação desta como de outras companhias que colonizaram o Norte do Estado, independentemente do tamanho dos lotes vendidos, foi com a especulação imobiliária da terra incorporada e depois vendida e não com a distribuição dela na forma da pequena propriedade ou da *reforma agrária* como muitos afirmam. Até porque, quando foi conveniente a CTNP/CMNP também vendeu até mais de um lote para um mesmo comprador permitindo a formação de fazendas, conforme vimos, anteriormente, por meio do depoimento do morador de Maringá, Urbano Machado.

Vale ressaltar que em 1944, Arthur Thomas, diretor da empresa, se posicionou contra a distribuição das terras devolutas de Paranavaí, as quais os colonos poderiam adquirir diretamente do Estado a preços simbólicos, bem aquém daqueles praticados pela CTNP na colonização de Maringá. Portanto, se a preocupação desta companhia era vender a terra por preços baixos para os colonos de poucos recursos, ela não teria se manifestado contra a colonização de Paranavaí pelo Estado!

O PROJETO DAS VILAS RURAIS EM APUCARANA

Parece que o mito da *reforma agrária* não foi construído apenas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná — CMNP, da antiga CTNP, no período em que colonizou parte das terras do Norte do Estado, uma vez que o ex-governador Jaime Lerner, do PDT, ao implantar o projeto das vilas rurais no Estado, em 1995, também adotou o mesmo discurso.

Ao assumir o governo do estado do Paraná no dia 1 de janeiro de 1995 para seu primeiro mandato, o ex-governador Jaime Lerner lançou seu plano de governo denominado *Paraná 12 Meses*, por meio do qual implantou o *Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural*. Esse programa, segundo o governo, tinha por objetivo melhorar as condições de vida do trabalhador rural boia-fria e, para isso, incluiu como subprograma o projeto social das vilas rurais. Uma espécie de “conjunto habitacional rural” denominado por ele de “vila rural”. No período de seus dois mandatos de governo, entre 1995 e 2002, o programa implantou 405 vilas rurais em todo o estado do Paraná. Naquele período, o projeto das vilas rurais atendeu 272 dos 399 municípios paranaenses. Ao todo foram contemplados em torno de 80 mil trabalhadores

rurais do Estado, em sua maioria boia-fria.

Apesar de o Paraná contar na época com meio milhão de trabalhadores rurais na condição de boia-fria, as vilas rurais não serviram para minimizar os conflitos sociais no campo gerado pelo embate do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — contra o latifúndio improdutivo ou em sua luta pela reforma agrária. De acordo com Adélia Haracenko (2005), apenas na região Noroeste do Estado — em destaque nesta coletânea — o MST organizou 32 assentamentos rurais, cuja luta contra o latifúndio improdutivo ocorreu com maior intensidade na segunda metade da década de 1990. Não é por acaso que se insere neste contexto o programa social das vilas rurais do ex-governador Jaime Lerner, voltado para o trabalhador rural boia-fria do Estado.

O programa social das vilas rurais implantado por Jaime Lerner em seus dois mandatos, entre 1995 e 2002, tinha por objetivo, segundo o ex-governador, melhorar as condições de vida desse trabalhador rural boia-fria no Estado com *terra, casa e trabalho*. Cada família colocada no conjunto habitacional rural ou na vila rural pelo projeto recebeu um pequeno lote de tamanho médio de 5.000 m² cada com uma de alvenaria que variava de tamanho entre 27 a 48 m² cada. O projeto incluiu também uma pequena infraestrutura com poço semiartesiano e água encanada, energia elétrica, estrada de acesso cascalhada e um barracão comunitário de uso diversos, denominado pelo projeto de “centro de ofícios ou galpão oficina”.

O projeto das vilas rurais consolidou-se em 1997 quando passou a contar com o apoio financeiro do *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento* (BIRD), também conhecido por *Banco Mundial*. Segundo Fernandes e Ponte (2002), para implantar o projeto, o governo de Jaime Lerner também firmou parcerias com as prefeituras municipais onde as vilas rurais foram instaladas e buscou apoio nos diversos órgãos de governo, entre os quais estavam a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR); o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR); a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP); a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERSHA); a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Companhia de Energia Elétrica (COPEL); o Instituto Ambiental do Paraná (IAP); a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR); a Secretaria do Estado do Emprego e Relação do Trabalho (SERT) e a Secretaria do Estado da Saúde (SESA) (FERNANDES; PONTE, 2002, p. 115).

Os municípios que demonstrassem interesse em aderir ao programa deveriam doar o terreno e constituir uma comissão própria para acompanhar a sua instalação. A seleção dos moradores foi realizada pelos técnicos das secretarias de governo mencionadas acima e ocorreu a partir de critérios pré-estabelecidos pelo projeto. Para obter o lote com a casa da vila rural, o candidato deveria de ter no máximo 55 anos, constituir família ou ter filhos, morar há mais de dois

anos no município, exercer atividade remuneratória de caráter temporário em áreas rurais, ter renda máxima de três salários mínimos e estar morando em habitações precárias ou pagando aluguel. “Pelo contrato, os atendidos recebiam a concessão de uso por 60 meses, impedidos de vender os lotes ou agregar novas moradias nos mesmos” (BANA, 2001 *apud* GUILHERME, 2014, p. 61).

O BOIA-FRIA

O trabalhador “contemplado” com chácaras pelo projeto das vilas rurais em todo o estado do Paraná constituiu-se, em sua maioria, do boia-fria, uma categoria do trabalho que resultou de um longo processo de expropriação no campo e que teve início já na década de 1930, a partir da colonização, quando camponeses pobres, denominados posseiros, não tendo seus direitos dominiais de posse respeitados pela política de colonização do Estado, perderam suas terras para grileiros e companhias colonizadoras. Aqueles que não migraram para outras áreas devolutas em busca de novas posses, ficaram na região e foram empregados por sitiantes e fazendeiros que haviam adquirido as terras dos colonizadores, estes os empregavam nos serviços de desmatamento e primeiros cultivos das terras adquiridas.

Não obstante isso, o processo posterior à colonização é o de ascensão e queda da cafeicultura, uma atividade agrícola que exigia o uso de farta mão de obra, uma vez que não era mecanizada. Na década de 1950, ainda durante a colonização, a cafeicultura paranaense em ascensão atraiu forte fluxo migratório de outras regiões do Brasil fazendo dobrar a população do Estado que em 1950 era de 2.115.547 e em 1960 saltou para 4.263.721 habitantes. Naquela década seu crescimento populacional foi na ordem de 102,21%. Da população total do Estado, 68% habitava o campo. Depois de um período de incidências de geadas, como as ocorridas em 1955 e 1963, mas, sobretudo, com a “grande geada” de 1975, a cafeicultura que já vinha em crise por conta de sua superprodução, entrou em colapso total (BONINI, 2008, p. 8).

A partir de meados da década de 1960 a agricultura brasileira iniciou um processo de modernização e que no Norte do Paraná foi marcada pela substituição da lavoura cafeeira pelas monoculturas mecanizadas da soja, trigo e milho, as quais empregavam pouquíssima força de trabalho, promovendo o desemprego em massa de trabalhadores rurais, que até então dependiam do trabalho da cafeicultura para sobreviver.

Já em 1965 o governo da ditadura civil-militar (1964-1985) começou a incentivar a erradicação dos cafezais assinalando o fim do ciclo cafeeiro no Estado. Para piorar ainda mais a situação do trabalhador rural, o mesmo governo a partir de seu “milagre econômico” (1968-1973), financiou a grande lavoura por meio de empréstimos com juros baixos e subsidiados que uma vez destinados apenas ao latifúndio, excluíram o pequeno produtor. Com isso, os fazendeiros se aproveitaram do financiamento para implementar ainda mais a mecanização de suas atividades agrícolas. Era o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira que se iniciava com a exclusão do pe-

queno produtor. Quando veio a “a grande geada” de 1975, a cafeicultura já não era mais a principal atividade agrícola do Norte do Estado.

Na época, os pequenos produtores rurais dotados de poucos recursos e que viviam até então da cafeicultura em crise ou aniquilada e ao mesmo tempo sem acesso ao financiamento bancário, não tiveram condições de acompanhar a modernização da agricultura e nem sobreviver da pequena lavoura. Os que eram pequenos proprietários se viram obrigados a vender suas propriedades aos fazendeiros aumentando ainda mais a concentração fundiária no Estado. Os pequenos produtores que se encontravam nas condições de meeiros ou de pequenos arrendatários perderam o direito de uso das terras, que já não eram suas, enquanto os colonos perderam seus vínculos de trabalho com a fazenda mecanizada. O capital submeteu o trabalho às suas exigências de acumulação, não permitindo mais a pequena unidade produtora destinada à subsistência familiar.

De acordo com Luzia Bana (2001), em sua dissertação de mestrado, *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*:

No lugar da agricultura tradicional dependentes do trabalho familiar, surge uma nova agricultura dependente do capital; no lugar da pequena propriedade que produzia para a subsistência da família, surge a grande empresa agropecuária produzindo para o mercado [...] acelerado processo de tecnificação das atividades, por meio da mecanização da agricultura, e no uso intensivo de inovações químicas [adubos e agrotóxicos] (BANA, 2001, p. 36).

Como resultado da modernização conservadora da agricultura que excluiu o trabalhador braçal foi registrado um grande êxodo rural em todo o estado do Paraná. Em 1970 o Estado possuía 6.192.000 habitantes, dos quais 4.210.000 ou 68% habitavam o campo. Deste, até o ano de 1986 migraram do campo para a cidade em torno de 2.600.000 habitantes. A maior parte foi para os grandes centros urbanos do Estado ou até mesmo para fora dele. Em torno de 1.200.000 deixaram o Paraná, dos quais 667.186 emigraram para o estado de São Paulo (IPARDES, 1993, p. 25). Em torno de 500.000 emigrados procuraram por novas áreas de fronteira agrícola na região amazônica, em busca de realizar o sonho da propriedade da terra em estados como Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre.

Aos trabalhadores expropriados que permaneceram no Paraná restou o trabalho sazonal, na forma de mão de obra volante ou boia-fria, em que eram eventualmente recrutados pelos fazendeiros somente em algumas ocasiões do ano, entre o plantio e a colheita, para o manejo de plantas daninhas que surgiam em meio às lavouras mecanizadas da soja, do milho, do trigo, etc. Sem vínculo com a fazenda e nem lugar para morar, esses trabalhadores volantes com suas famílias passaram a habitar moradias precárias em pequenas localidades do interior, próximas das áreas rurais para as quais eram “contratados”.

O aliciamento desses trabalhadores era realizado pelo “gato”, o intermediário que contratava e oferecia seus serviços aos agricultores, aumentando ainda mais sua exploração. O transporte deles também era de responsabilidade do “gato” que os conduziam às lavouras encima de caminhões com carrocerias abertas, de forma precária, junto às suas ferramentas (enxadas, facões, etc.),

sem nenhuma segurança ou proteção. Não foram raros os casos de acidentes nesse tipo de transporte em que muitas vezes terminavam com vítimas fatais. Essas eram, em linhas gerais, as condições de trabalho em que estava submetido o trabalhador rural que de manhã levava consigo a marmita pronta para o local de trabalho e quando dela se servia no horário do almoço, já estava fria. Por isso, essa categoria recebeu a alcunha de boia-fria.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 a grande propriedade rural mecanizada do Norte do Paraná que já vinha empregando pouca força de trabalho adotou o novo sistema de “plantio direto”. Ao empregar o uso de herbicidas no combate às ervas daninha o novo sistema dispensou a maior parte do trabalho ocupada em seu manejo, diminuindo ainda mais o emprego do boia-fria que já era escasso em virtude do trabalho mecanizado. Além de toda essa situação de exclusão imposta nessa nova etapa da modernização conservadora da agricultura o boia-fria também não foi por muito tempo contemplado pela legislação social brasileira, no sentido de ampará-lo em seus direitos trabalhistas.

Já na metade da década de 1990 a população boia-fria no estado do Paraná se constituía em meio milhão de trabalhadores rurais! Nesse sentido, surgem os movimentos sociais, dentre os quais se destaca o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) e que desde o início da década de 1980 traziam como resposta a esse longo processo histórico de modernização, expropriação, exploração e precarização do trabalho no campo, o recurso à ocupação da terra do latifúndio improdutivo e o apelo ao governo federal pela reforma agrária.

Para quebrar o ímpeto de mobilização do MST que ganhava força no Estado e conduzia os trabalhadores rurais sem terra com novas ocupações do latifúndio improdutivo, no início de 1995 quando tomou posse em seu primeiro mandato como governador do Paraná, Jaime Lerner, por meio de seu programa de governo *Paraná 12 Meses* implantou o *Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural*, que trazia como subprograma o projeto das vilas rurais. De acordo com o governo, esse projeto tinha por finalidade fazer com que as famílias trabalhadoras rurais ou de boias-frias colocadas em pequenas propriedades de 5.000 m² se sentissem estimuladas a desenvolver nela a agricultura familiar e sanar suas necessidades básicas de moradia e de alimentação. Seu discurso em torno das vilas rurais criou uma enorme expectativa na maioria dos trabalhadores rurais boias-frias.

Além da população boia-fria, o projeto causou um relativo entusiasmo na população paranaense em geral e até mesmo no público acadêmico em particular, como sendo realmente um programa de inclusão social, tanto que o referido governador foi reeleito em 1998. No entanto, através das entrevistas com os moradores podemos verificar até que ponto seu programa social atendeu realmente as necessidades dos excluídos desse processo, os boias-frias.

SITUAÇÕES VIVENCIADAS POR VILEIROS EM APUCARANA

O projeto das vilas rurais consistiu em um programa social do ex-governador Jaime Lerner que tinha por objetivo colocar o trabalhador rural boia-fria com

sua família em pequenas chácaras de 5.000 m² cada, com casas que variavam de 27 a 48 m² de tamanho, em um formato de “conjunto habitacional rural”, na época, por ele denominado de “vila rural”. Entre os anos de 1995 a 2002 foram instaladas pelo programa 405 desses “conjuntos habitacionais rurais” no estado do Paraná.

A primeira vila rural do Estado a ser implantada pelo projeto do ex-governador Jaime Lerner foi em Apucarana com a instalação da Vila Rural Nova Ucrânia, esta localizada no Contorno Sul (BR-376), perímetro urbano da cidade. Sua inauguração ocorreu em 26 de maio de 1995 quando o governador, em solenidade, lançou o seu programa social para todo o estado do Paraná. Além da Vila Rural Nova Ucrânia, o município de Apucarana recebeu do projeto outras duas vilas rurais: Terra Prometida, localizada na PR-444, próxima ao Distrito Caixa São Pedro e Manoel Piassa Sobrinho, situada na Vila Operária Stabile (Vila Reis). Ambas inauguradas em 1998.

Nesta parte do capítulo, ao abordar o projeto das vilas rurais do ex-governador Jaime Lerner e de sua aplicação em Apucarana, por ser um assunto mais recente, voltado para a história do tempo presente, foi empregada a metodologia da pesquisa em história oral. Através de entrevistas com alguns moradores das vilas rurais do município foi possível obter de suas narrativas uma compreensão diferente, que se contrapõe ao discurso oficial do ex-governador Jaime Lerner sobre o verdadeiro significado do projeto das vilas rurais que ele mesmo implantou.

Na ocasião dessa pesquisa oral voltada para o trabalho de iniciação científica da acadêmica Laura Conceição Siqueira, do curso de Serviço Social da UNESPAR de Apucarana, entre agosto de 2017 e julho de 2018 foram entrevistados doze moradores das vilas rurais do município.¹⁴ O número de entrevistados poderia ter sido maior se não fossem as dificuldades da acadêmica para se deslocar até as vilas rurais — objeto de seu estudo — que ficam situadas distantes da área urbana de Apucarana, onde ela residia na época da pesquisa. Além da falta de transporte adequado para seu acesso às vilas rurais, a acadêmica que é natural de Itapetininga, interior do estado de São Paulo, desconhecia por completo a região. Mesmo assim, os doze depoimentos orais colhidos possibilitaram informações importantíssimas sobre o cotidiano dos vileiros, de suas dificuldades e das impressões que os mesmos tiveram do programa social de Jaime Lerner, depois de duas décadas de sua implantação.

No dia 13 de setembro/2017 foram entrevistados Benedita Maria de Jesus, Eliane Nadaluti, Maria Aparecida Nadaluti e José Carlos Jesus da Silva, moradores da Vila Rural Nova Ucrânia. No dia 21 de outubro/2017 foram entrevistados Miguel Pereira de Macedo, Lucimara Aparecida Pereira de Macedo e Maria Benedita de Souza, moradores da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho.

¹⁴ Essa parte do capítulo referente às vilas rurais de Apucarana é resultado de pesquisa oral realizada pela acadêmica Laura Conceição Siqueira do curso de Serviço Social da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana. A pesquisa foi realizada por meio do Projeto de Iniciação Científica (PIC/2017-2018): *Histórias de Vida e Situações Vivenciadas por Moradores das Vilas Rurais de Apucarana*, sob a orientação deste professor, Maurílio Rompatto.

E, finalmente, no dia 25 de novembro/2017 foram entrevistados Rubens Tomás da Silva, Maria das Graças Guimarães da Silva, Antônio Carlos da Silva, Nice Zpazzin da Silva e Luís Gonzaga Lins de Araújo, moradores da Vila Rural Terra Prometida. Em período subsequente às entrevistas foram realizadas as transcrições, cujas narrativas extraídas serviram de fontes para subsidiar o trabalho final da referida pesquisa, aqui vertido em seção deste capítulo.

A escolha dos entrevistados teve por critério o fato deles estarem morando nessas vilas rurais desde a época em que elas foram inauguradas, entre os anos de 1995 e 1998, e poderem assim oferecer narrativas que ajudassem a compreender até que ponto suas expectativas foram realmente atendidas pelo referido projeto, conforme as promessas do governo à época em que elas foram implantadas. Expectativas essas que causaram um relativo entusiasmo não apenas aos trabalhadores rurais boias-frias do Estado, público alvo do projeto, mas também à população paranaense em geral e até mesmo ao público acadêmico em particular (esta discussão será aprofundada no capítulo IV desta coletânea, por Maurílio Rompatto e Julia Mariana Ramos de Oliveira).

A análise das entrevistas realizadas com os moradores das vilas rurais de Apucarana neste trabalho começa pelo depoimento de Benedita Maria de Jesus, moradora da Vila Rural Nova Ucrânia, uma vez que sua história oral de vida guarda uma relativa semelhança com a trajetória dos demais trabalhadores rurais boias-frias do município de Apucarana que foram contemplados pelo projeto das vilas rurais. Sua narrativa apresenta uma história de vida cheia de representações e de significados e que, por isso, merece destaque.

A boia-fria aposentada Benedita Maria de Jesus, oriunda de Serra Talhada, estado de Pernambuco, migrou para o Norte do Paraná em 1952, aos sete anos de idade, com sua numerosa família constituída pelos pais e mais 19 irmãos. Segundo ela, vieram todos em um caminhão “pau-de-arara” na tentativa de encontrar emprego e melhorar suas condições de vida numa região que ainda estava em processo de colonização e oferecia bastante trabalho aos migrantes no desmatamento e primeiros cultivos da terra. Sua trajetória de vida condiz com a de milhares de outros migrantes, sobretudo nordestinos que fugiam da seca (JESUS, 2017).

Na época, a maior parte das terras do Norte do Paraná que já estava em posse das companhias colonizadoras não podia ser ocupada, tinha que ser comprada e a família de Benedita Maria de Jesus, assim como a maioria dos migrantes, não tinha condições financeiras para comprar um pedaço de terra por menor que ele fosse. Assim, para garantir o sustento, sua família empregou-se no trabalho de desmatamento e formação de lavoura cafeeira numa fazenda em Grandes Rios.¹⁵ A entrevistada disse também que, depois de certo tempo, os pais e alguns dos irmãos retornaram para Pernambuco, mas ela, já casada, com marido e filhos, continuaram como empregados da fazenda trabalhando na lavoura de café até o ano de 1975, quando ocorreu a “grande geada” que aniquilou a cafeicultura paranaense (JESUS, 2017).

¹⁵ Grandes Rios é um município paranaense situado na mesorregião do norte-central do Estado.

Depois, com o processo de erradicação dos cafezais e a mecanização do campo, a casa da fazenda em que morava foi removida e ela, juntamente com sua família, teve que se mudar para a cidade de Apucarana onde continuou a trabalhar como boia-fria para sitiantes e fazendeiros da região. Sem condições de pagar aluguel pela baixa remuneração do trabalho de boia-fria, Benedita Maria e os dois filhos menores foram morar de favor na residência de uma nora no Núcleo Habitacional Papa João Paulo I e lá ficaram até o ano de 1995. Quando surgiu o programa social do governo Lerner com a implantação da Vila Rural Nova Ucrânia (a primeira a ser inaugurada pelo programa em todo o Estado) ela, os dois filhos e outras pessoas — ao todo 65 famílias em sua maioria boia-fria — encontraram nessa vila rural um novo lugar para morar (JESUS, 2017).

Ao entrevistar Benedita Maria de Jesus e outros moradores das vilas rurais de Apucarana, uma das primeiras questões inventariadas foi a respeito da construção da casa da vila rural por que era, sem dúvida, a parte do projeto do governo mais aguardada pelos boias-frias ou aquela que criava neles uma enorme expectativa devido ao desejo de todos em obter a casa própria e sair do aluguel ou “deixar de morar de favor”, como disse Benedita Maria. Sendo a primeira a abordar o assunto, a entrevistada, disse que “a construção da casa foi muito precária”, o material financiado pela COHAPAR foi suficiente apenas para construir as paredes de fora, sem as divisórias: “só tinha o banheiro repartido”. E, com gestos, ela disse: “o resto era assim, tudo aberto” (JESUS, 2017).

Maria das Graças Guimarães da Silva, moradora da Vila Rural Terra Prometida, afirmou que nessa vila rural, além da chácara, o projeto incluiu casas de alvenaria de 44,56 m² com três quartos, sala, cozinha e com revestimento de piso e de azulejo apenas na parede do banheiro: “mas quando entregaram a casa, era sem divisórias e no chão bruto, sem piso e nem azulejo” (SILVA, M. G. G., 2017). Além do baixo padrão arquitetônico, com cobertura de fibrocimento e forro em madeira de pinus denunciando também seu baixo padrão estrutural, os moradores falam da péssima qualidade do material empregado na construção das casas. Rubens Tomas da Silva, esposo de Maria das Graças, contou que o material de construção entregue “foi tudo de quinta categoria, quando chovia molhava tudo dentro de casa e também tinha vazamento no banheiro, porque o encanamento era de péssima qualidade” (SILVA, R. T., 2017). Maria das Graças disse ainda que a COHAPAR não mandou “tinta para pintar a casa. Quando nós mudamos aqui não tinha nem torneira. Comprei tinta, comprei torneira, comprei chuveiro elétrico...” (SILVA, M. G. G., 2017).

Enfim, a execução do projeto de construção da COHAPAR incluiu a participação dos moradores na forma de mutirão, em que o governo financiou o terreno e o material de construção suficiente apenas para construir a estrutura, a cobertura e as paredes externas da casa e o vileiro entrou com sua mão de obra e com o material de acabamento, uma vez que o governo realmente não entregou a casa pronta!

De acordo com Benedita Maria de Jesus, moradora da Vila Rural Nova

Ucrânia: “eu com meus dois filhos, nós vínhamos de lá do conjunto ‘João Paulo’ até aqui a pé, trabalhava até as seis horas da tarde, depois fámos embora”. Disse a moradora que a família até fome passou por não ter emprego ou renda e ainda ter que trabalhar o dia todo na construção da casa. “Por isso que eu falo, nós fomos abandonados, nós fomos jogados aqui, meus filhos passaram fome, meus filhos sofreram aqui, até crescerem e conseguir emprego”, concluiu Benedita Maria de Jesus (JESUS, 2017).

Nice Zpazzin da Silva, moradora da Vila Rural Terra Prometida, disse que no começo foi bem difícil, pois trabalhava como diarista em Apucarana e de lá ia de carona em um caminhão da prefeitura para trabalhar na construção da casa. Das três vilas rurais do município a Vila Rural Terra Prometida é a mais distante de Apucarana, localizada na rodovia estadual PR-444, a 35 km da cidade. Nesse sentido, a moradora disse que além de ter que percorrer toda essa distância, teve que ajudar na construção da casa: “Foi bem sofrido, hein? Vim de lá aqui trabalhar, bem sofrido”. E concluiu dizendo que se mudou com a família antes mesmo de terminar a casa: “ainda não tinha água, não tinha uma árvore plantada, era um deserto”! (SILVA, N.Z., 2017).

A trabalhadora rural Eliane Nadaluti, moradora da Vila Rural Nova Ucrânia, disse que “no começo, quando entramos aqui, era só a terra. E nos disseram isso: ‘Óh vocês vão plantar isso, vão fazer aquilo. Abandonaram a gente e até hoje” (NADALUTI, E., 2017).

Em relação ao apoio dado pelo governo por meio da Emater para cultivar as chácaras, Miguel Pereira de Macedo, morador da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, disse que as mudas de café fornecidas pelo órgão chegaram mais caras aos vileiros do que aos sitiantes vizinhos que, mesmo não fazendo parte do projeto, adquiriram mudas a preço bem mais em conta (MACEDO, M. P., 2017). Rubens Tomás da Silva, morador da Vila Rural Terra Prometida, disse “a Emater enviou semente de milho, eu plantei, muita gente plantou, mas não deu espiga”. E concluiu que se fosse depender do órgão para tirar o sustento da terra, “nós estaríamos vivendo de cestas básicas até hoje” (SILVA, R. T., 2017).

Os moradores da Vila Rural Nova Ucrânia também falaram de um subsídio que o vileiro havia de receber do governo para melhoria da propriedade e disseram também que chegaram a assinar um recibo, mas que até hoje não viram “a cor do dinheiro”. De acordo com os moradores da Vila Rural Terra Prometida, o subsídio seria na ordem de mil reais por família, valor proveniente de um seguro que o mutuário paga junto com a prestação mensal do imóvel. Miguel, morador da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, lembrou-se de ter recebido uma ajuda em madeira para construir uma pequena tulha (MACEDO, M. P., 2017). Maria Benedita de Souza, outra moradora dessa vila rural, se lembrou de ter recebido apenas alguns utensílios domésticos no dia da inauguração e de mais nada! (SOUZA, 2017).

A falta de assistência prometida pelo governo quando da implantação do projeto fez com que muitos vendessem seus direitos sobre as chácaras e deixassem as vilas rurais. Nesse sentido, a trabalhadora rural Maria Aparecida Nadaluti, moradora da Vila Rural Nova Ucrânia, disse “com isso, são muitos

os moradores que não estão aqui desde o começo, porque compraram direitos de outros e vieram depois” (NADALUTI, M. A., 2017).

Antes de se mudar para a Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, Miguel Pereira de Macedo foi trabalhador rural boia-fria e disse que “chapeava”¹⁶ terras para sitiante e fazendeiros da região com arado de tração animal. “Aí veio o sistema de plantio direto com uso de herbicida e acabou tudo”, disse ele (MACEDO, M. P., 2017). Sem o emprego da agricultura, o morador foi trabalhar na coleta de lixo na cidade de Apucarana, função na qual se aposentou. Sua esposa, a professora Lucimara Aparecida Pereira de Macedo, disse que faltou ao governo critério na escolha de quem havia de receber o lote rural com a casa, parte dos vileiros morava na cidade e não tinha nenhuma identificação com o trabalho do campo (MACEDO, L. A. P., 2017).

A falta de assistência do governo aliada à inexperiência do trabalho rural fez com que muitos deles desissem do projeto. Porém, os moradores que já tinham experiências com agricultura resistiram às adversidades e se adaptaram ao lugar, estes disseram não deixar a terra por nada. A exemplo de Miguel, o qual disse que a chácara “é pequena, mas é minha e só saio daqui morto”! (MACEDO, M. P., 2017).

Uma pergunta que permeou todas as entrevistas da pesquisa foi: por que a maioria dos moradores das vilas rurais não cultiva a terra para comercializar a produção? Maria Benedita de Souza, moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, respondeu que “não dá para cultivar porque a chácara é pequena demais” (SOUZA, M. B., 2017). Já Lucimara disse “não só porque é pequena, mas porque falta apoio do governo e também as vilas rurais não possuem uma cooperativa para auxiliar os vileiros na comercialização da produção” (MACEDO, L. A. P., 2017).

Os moradores da Vila Rural Terra Prometida comentaram que no dia 17 de outubro de 2008, a prefeitura de Apucarana, por meio da Lei Municipal 191/08, instituiu uma área da vila rural de 5.300 m² — já reservada pelo programa quando de sua implantação — para instalar creche, posto de saúde e diz que até um barracão foi construído no lugar para acomodar as atividades dos vileiros o qual seria para eles a sede da cooperativa, mas até hoje não foi viabilizado nada neste sentido. Por outro lado, Nice Zpazzin da Silva ameniza, dizendo que nem tudo é culpa apenas das autoridades, porque também “falta união entre os moradores para organizar uma cooperativa” (SILVA, N. Z., 2017).

A professora Lucimara, moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, disse que até pouco tempo atrás a prefeitura de Apucarana comprava o excedente de verduras e legumes das vilas rurais para compor a merenda escolar de creches e escolas do município; porém, não é comprado mais, o que desestimula a produção de excedentes. Com isso, são poucos os vileiros que cultivam a terra; parte deles cultiva apenas uma pequena horta para a subsistência. No entanto, há também aquele que, como disse a moradora, “não planta nem um

¹⁶ “Chapear” é o ato de passar a capinadeira de tração animal para a remoção de ervas daninhas entre as linhas de plantação da soja, milho, etc.

pé de alface” (MACEDO, L.A.P., 2017). Devido às dificuldades, não é raro o vileiro que busca a renda familiar fora da vila rural. Esse é o caso de Luís Gonzaga Lins de Araújo, morador da Vila Rural Terra Prometida, que trabalha como peão boiadeiro para um pecuarista da região. Como o próprio admitiu “pra mim, a chácara é mais um lugar para morar” (ARAÚJO, 2017).

Outro problema revelado pelos moradores diz respeito ao abastecimento de água. Apenas a Vila Rural Terra Prometida é abastecida por poço semiartesiano comunitário que fornece água potável para o consumo dos moradores e ainda possui um sistema próprio de captação de água de um córrego próximo, servindo para a irrigação das plantações, sobretudo das hortas. As outras duas vilas também são abastecidas por poços semiartesianos, mas sob o controle da Sanepar. De acordo com a professora Lucimara, moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho: “no começo foi feito um poço ‘artesiano’ para nosso uso, mas depois os moradores assinaram um documento e quem tomou conta foi a Sanepar. E, desde então, ficamos sendo clientes da Sanepar [...]” (MACEDO, L.A.P., 2017).

De acordo com Miguel, esposo de Lucimara, irrigar as plantações a partir de água fornecida pela Sanepar torna alto o custo de produção e a solução encontrada por ele foi reunir outros moradores da Manoel Piassa Sobrinho, vila rural em que mora, para captar recursos e comprar uma bomba elétrica para irrigar suas hortas a partir de uma nascente próxima. E, mesmo assim, o fornecimento de água era insuficiente, “precisaria de mais recursos para ampliar o sistema de irrigação”, disse o morador (MACEDO, M.P., 2017).

Além do problema com o abastecimento de água, os moradores também reclamaram da falta de transporte para escoar a produção, uma vez que as vilas rurais ficam distantes da área urbana da cidade de Apucarana onde ocorre a feira do produtor. A referida feira acontece em três dias da semana: às quartas-feiras, aos sábados e aos domingos. Os moradores da Vila Rural Terra Prometida, a mais afastada da cidade, afirmam que no começo contavam com um caminhão da prefeitura para o transporte dos produtos, mas que esse transporte não se realiza mais dificultando a comercialização. Com isso, apenas um de seus moradores consegue expor seus produtos nos três dias de feira, porque possui transporte próprio. Nice, que cultiva orgânicos, como tomate-cereja, almeirão e serralha disse que apesar da falta de transporte adequado, ainda consegue levá-los à feira ao menos uma vez por semana, normalmente aos sábados. Também disse que se houvesse transporte regularmente, como era no início, levaria os produtos mais vezes e isso até incentivaria outros moradores a fazerem o mesmo (SILVA, N.Z., 2017). Seu esposo, Antônio Carlos — o vulgo “Carlão” —, que é funcionário de um curtume, disse que apesar das dificuldades “o pouco que colhemos aqui vendemos em Apucarana” (SILVA, A.C., 2017).

A dificuldade do transporte de cargas, dos produtos, também chega ao transporte coletivo, a exemplo do que acontece com a Vila Rural Terra Prometida, a mais distante da cidade, para a qual há apenas uma linha de ônibus que faz o itinerário Apucarana-Mandaguari pela rodovia PR-444, passando pela localidade apenas duas vezes ao dia. Maria das Graças disse que o transporte já melhorou muito porque, no começo, “o ônibus passava apenas três vezes na

semana” (SILVA, M. G. G., 2017). Rubens, seu esposo, concordou que na época era pior porque ninguém tinha carro, “mas hoje a maioria tem carro ou moto”. Devido à precariedade do transporte coletivo, “ninguém quer esperar ônibus mais”, concluiu o morador (SILVA, R. T., 2017).

O mesmo acontece em relação ao transporte escolar. Como as vilas rurais não possuem escolas, os jovens filhos dos moradores, são obrigados a se deslocarem às escolas de bairros distantes de Apucarana por meio do transporte escolar que, apesar de regular, as distâncias percorridas tornam as viagens cansativas e contribuem para a evasão escolar. Por conta disso, o nível de escolaridade é baixo nas vilas rurais, contribuindo para colocar os jovens vileiros em condições desfavoráveis de inserção no mercado de trabalho. As drogas também acabam chegando até eles: “hoje em dia isso está por tudo”! Exclamou Rubens. O uso de drogas também gera uma relativa insegurança aos moradores. Porém, Miguel ameniza dizendo que a Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, local em que mora, é tranquila, “não digo assim de poder dormir com a porta aberta” — continuou ele — “até porque ocorrências existem, como furtos de pequenos objetos que é usado para trocar por drogas” (MACEDO, M. P., 2017).

Outro problema está relacionado à saúde pública. As vilas rurais em geral não possuem postos de saúde e, quando adoecem, seus moradores são obrigados a procurarem por atendimento médico nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Sistema Único de Saúde (SUS), de bairros distantes das cidades, nas quais estão cadastrados. No caso dos moradores das vilas rurais de Apucarana não é diferente: os que moram na Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, por exemplo, são atendidos pela UBS da Vila Operária Stabile (Vila Reis), enquanto os moradores da Vila Rural Terra Prometida, a mais distante de Apucarana, são atendidos pela UBS do Distrito Caixa São Pedro a qual pertencem e que também fica distante da vila rural. Somente a Vila Rural Nova Ucrânia, a mais próxima da cidade, possui um “posto de atendimento” e mesmo assim como “base de apoio” à UBS do Núcleo Habitacional Parigot de Souza, um bairro próximo. Nesta “base” o médico atende apenas uma vez a cada quinze dias.

O “posto/base” da Vila Rural Nova Ucrânia conta com duas agentes que prestam serviços diários e básicos de apoio aos moradores da vila rural e de arredores, tais como fornecimento de medicamentos contínuos, encaminhamentos para consultas especializadas, curativos, injeções, entrega de exames, etc. Apesar disso, a demora no atendimento médico, que acontece apenas a cada 15 dias e por meio de agendamento, gera sempre algum tipo de insatisfação entre os moradores, pois, segundo eles: “a doença não agenda”. Por isso, já são muitos os moradores dessa vila rural que preferem não esperar mais por esse atendimento. Quando precisam, procuram pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade.

José Carlos Jesus da Silva, morador da Vila Rural Nova Ucrânia, disse que, apesar de todos os problemas, o projeto das vilas rurais do ex-governador Jaime Lerner foi muito bom porque, segundo ele, levando em conta, atualmente, o alto valor das propriedades rurais dos arredores de Apucarana, “se não fosse o financiamento da COHAPAR” em que o morador paga suaves prestações mensais

de apenas de R\$ 40,00 reais em 25 anos — como é o caso do financiamento da chácara pela COHAPAR — “nenhum dos moradores teria condições de ter a propriedade hoje”, concluiu ele (SILVA, J. C. J., 2017).

A Vila Rural Nova Ucrânia onde José Carlos reside é a mais valorizada de Apucarana, por estar próxima da cidade, localizada no Contorno Sul (Rodovia Federal BR-376), no perímetro urbano do município. É importante lembrar que o valor da prestação mensal nem sempre foi o mesmo, já que é reajustado de acordo com o aumento anual do salário mínimo efetuado pelo governo federal.

Induzido pela especulação imobiliária que nos últimos anos aumentou o valor da terra em área de expansão urbana do município, o vidente José Carlos Jesus da Silva se esqueceu de mencionar que os atuais valores das chácaras não se compõem apenas de sua localização, pois agregam também os valores das benfeitorias realizadas em mais de vinte anos de trabalho de moradores como ele mesmo. Sem mencionar de que o pagamento de R\$ 40,00 reais mensais, por mais que lhe pareça irrisório atualmente, “no começo de tudo”, como disse Benedita Maria de Jesus, foi muito difícil arcar “sem emprego e passando fome” (JESUS, B. M., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a publicação do livro “*Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*” (1975/77) a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (antiga CTNP) criou alguns mitos acerca de sua colonização, entre os quais de que seu projeto imobiliário, ao priorizar o loteamento e venda das terras na forma da pequena propriedade acabou realizando uma espécie de “reforma agrária” na região Norte do Paraná quando se sabe que a verdadeira preocupação desta como de outras companhias que colonizaram a região, independentemente do tamanho dos lotes vendidos, foi com o lucro imobiliário da terra loteada.

Parece que o mito da “*reforma agrária*” não foi discurso construído apenas pela CTNP/CMNP quando colonizou parte (ou 20%) das terras do Norte do Estado, uma vez que no período em que foi governador do Paraná por dois mandatos (1995-1998/1999-2002), Jaime Lerner também adotou um discurso semelhante ao implantar o projeto das vilas rurais. Assim, ao iniciar seu governo em 1995, Jaime Lerner fez uma enorme propaganda das vilas rurais afirmando que o projeto tinha por finalidade distribuir a terra na forma da “pequena” propriedade e fazer com que a família trabalhadora colocada em 5.000 m² de terra se sentisse estimulada a desenvolver a agricultura familiar e sanar suas necessidades básicas de moradia e de alimentação. Essa propaganda criou no trabalhador rural boia-fria uma relativa expectativa.

Através das entrevistas realizadas com os moradores das vilas rurais de Apucarana pôde-se observar que a maioria deles discorda da propaganda do governo. Segundo eles, o projeto não atendeu nem parcialmente as expectativas criadas, uma vez que não receberam do governo todo o incentivo prometido para cultivar a terra e de que as chácaras de apenas meio hectare cada, para

as quais foram destinados, são pequenas demais para produzir excedente ou até mesmo para a subsisténcia.

Neste sentido, as vilas rurais cumprem apenas a função de moradia, uma vez que a maioria dos vileiros é obrigada a garantir a renda familiar fora das vilas rurais ou se empregando no comércio, no serviço público ou ainda prestando serviços para sitiantes e fazendeiros vizinhos ligados ao agronegócio, ainda na condição de boia-fria, com pouca ou nenhuma alteração em seu *status quo*. Aliás, o verdadeiro objetivo do governo com o projeto das vilas rurais, em todo o Estado, foi justamente este, o de colocar o boia-fria numa chácara para evitar seu êxodo rural. Com isso, as vilas rurais tornaram-se centros catalisadores e ao mesmo tempo fornecedores de mão de obra barata e temporária de acordo com as novas regras da legislação trabalhista que regula o trabalho sazonal ou temporário para atender ao agronegócio da região em que elas foram implantadas, sem nenhum compromisso ou encargo social ao patrão, para, deste modo, atender ou garantir a reprodução ampliada do capital.

Não se pode negar também que houve por parte do governo de Jaime Lerner ao implantar o projeto das vilas rurais, a intenção de desestimular os movimentos sociais no campo, organizados pelo MST que, na época de sua implantação, entre 1995 e 2002, crescia com novas ocupações de terras do latifúndio improdutivo no Estado. Vale ressaltar que na época a população boia-fria do Paraná era constituída de meio milhão de trabalhadores rurais sem terra e parte dessa população poderia aderir ao movimento.

Por outro lado, os moradores das vilas rurais concordaram que apesar de seus problemas ou contradições, o projeto foi bom porque possibilitou ao vileiro moradia financiada pela COHAPAR e que o mesmo pode realizar “o sonho da casa própria”; do contrário, “ninguém teria condições de sair do aluguel” — como disse José Carlos Jesus da Silva, morador da Vila Rural Nova Ucrânia. No entanto, a maioria dos entrevistados alega que com a “falta de assistência à agricultura familiar” para cultivar as chácaras, o projeto das vilas rurais não foi além do projeto da casa própria, sendo igual a qualquer outro projeto habitacional da COHAPAR. Com isso, pode-se concluir que o governo de Jaime Lerner não realizou, por meio de seu projeto das vilas rurais a tão propalada “reforma agrária”, se quer, uma reforma urbana.

REFERÊNCIAS

BANA, Luzia. *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, 2001.

BOGONI, Saul. *O discurso de resistência e revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuíta e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2008.

BONINI, Altair. Industrialização, urbanização e trabalho nas décadas de 1960 e 1970: a construção do Paraná moderno. In: BATISTA, Roberto Leme (Org.). *Anais do VI Seminário do Trabalho: “Trabalho, Economia e Educação”*. 1. Ed. Marília-SP: Editora Gráfica Massoni, 2008.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo. Editora Ave Maria. 1975.

CORRÊA JUNIOR, J.A. *O Trem de Ferro*. Maringá-PR. Editora 5 de Abril Ltda., 1991.

DELGADO, C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In: *Estudos Avançados*, vol. 1, n. 1, São Paulo, IEA. 1987.

FARIA, Maria do Carmo Carvalho. “Apucarana – processo de ocupação e colonização”. In: GUILHERME, Cássio A.S.A.; ROMPATTO, Maurílio (Orgs.). *Histórias e memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX*. 1. ed. Maringá-PR: Massoni, 2014. p. 173-193.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do estado do Paraná e as novas ruralidades. *Revista Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 113-126 jul./dez. 2002.

GUILHERME, Cássio Augusto. A ditadura-civil militar e a “politicalha interiorana”: o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969). Curitiba: Editora CRV, 2012.

GUILHERME, Cássio Augusto. Levantamento Sócio Agrário das Vilas Rurais da Região de Maringá-PR. *Revista Científica SMG* (Revista On-Line), vol. 2, n. 2, julho a dezembro de 2014.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. A Reforma Agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Estado do Paraná. *Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária: II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005*.

IBGE. *Cidades*. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em https://tnonline.uol.com.br/noticias/apucarana/45,479881,28,08,ibge-aponta-que-apucarana-tem-134_996-habitantes. Acesso em 1º de junho de 2020.

IPARDES. *Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990*. Curitiba, 1993.

JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

LOPES, José Carlos Neves; BRAGA, Newton. *Meu pai e a ferrovia: uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná (1924/1944)*. Cornélio Procópio. UENP. 2014.

MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais*. Maringá. EDUEM. 2005.

PARANÁ. *Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural: Subprograma: vilas rurais*. Curitiba: Ipardes/Grafipar, 1995.

ROMPATTO, Maurílio. *Piquiri “O Vale Esquecido”*: história e memória da luta pelas terras do “grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora, Oeste do Paraná. Curitiba-PR: Editora CRV, 2016.

ROMPATTO, Maurílio. *História e memória da colonização do noroeste do Paraná: a Colônia Paranavaí*. In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto (Orgs.). *A COLÔNIA PARANAVAÍ: Da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Curitiba: Editora CRV, 2019.

ROMPATTO, Maurílio. *O Processo de [Re]Ocupação da Terra em Apucarana, Norte do Paraná: Da Colonização “Moderna” às Vilas Rurais*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 13, n. 1, jan.-jul., 2020.

SCALIANTE, Hortência D. *Violência e conflitos políticos no processo de colonização da região Noroeste do estado do Paraná: os casos dos grilos “Apertados” e “Areia Branca do Tucum” (1950-1970)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá-PR, 2010.

SERRA, Elpídio. A Colonização Empresarial e a Repartição da Terra Agrícola no Paraná Moderno. *Boletim de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. 1993.

SILVA, Paulo Marcelo Soares da. *História de Paranavaí*. 1. ed. Paranavaí-PR: Fundação Municipal de Cultura, 1988.

SILVA, Paulo Marcelo Soares da. *História de Paranavaí*. 2. ed. Paranavaí-PR: Fundação Municipal de Cultura, 2015.

TOMAZI, Nelson Dacio. “Construções e silêncios sobre a (re) ocupação do norte do Estado do Paraná”. in: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: EDUEM, 1999. pp. 51-85.

YOKOO, Edson Noriyuki. Gênese do processo da apropriação das terras, o caso das companhias ferroviárias e dos ervaateiros no oeste paranaense. *Anais eletrônicos do VI EPCT: Encontro de Produção Científica e Tecnológica – FECILCAM*, Campo Mourão – PR, 2011.

FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)

ARAÚJO, Luiz Gonzaga Lins de. [Depoimento concedido em 25 de novembro de 2017]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural Terra Prometida, Distrito Caixa São Pedro, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

JESUS, Benedita Maria de. [Depoimento concedido em 13 de setembro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Nova Ucrânia, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

MACEDO, Lucimara Aparecida Pereira de Macedo. [Depoimento concedido em 21 de outubro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, Vila Operária Stabile (Vila Reis), Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

MACEDO, Miguel Perera de. [Depoimento concedido em 21 de outubro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, Vila Operária Stabile (Vila Reis), Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

MACHADO, Urbano. [Depoimento concedido em 20 de setembro de 2017]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto em Maringá-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

NADALUTI, Eliane. [Depoimento concedido em 13 de setembro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Nova Ucrânia, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

NADALUTI, Maria Aparecida. [Depoimento concedido em 13 de setembro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Nova Ucrânia, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

SILVA, José Carlos Jesus da. [Depoimento concedido em 13 de setembro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Nova Ucrânia, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

SILVA, Maria das Graças Guimarães da. [Depoimento concedido em 25 de novembro de 2017]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural Terra Prometida, Distrito Caixa São Pedro, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

SILVA, Nice Zpazin da Silva. [Depoimento concedido em 25 de novembro de 2017]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural Terra Prometida, Distrito Caixa São Pedro, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

SILVA, Rubens Tomás da. [Depoimento concedido em 25 de novembro de 2017]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural Terra Prometida, Distrito Caixa São Pedro, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

SILVA, Antônio Carlos da. [Depoimento concedido em 25 de novembro de 2017]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural Terra Prometida, Distrito Caixa São Pedro, Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

SOUZA, Maria Benedita de. [Depoimento concedido em dia 21 de outubro de 2017]. Entrevista realizada por Laura Conceição Siqueira e Maurílio Rompatto na Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, Vila Operária Stabile (Vila Reis), Apucarana-PR. Projeto PIC/2017-2018. UNESPAR, Campus de Apucarana, 2017.

CAPÍTULO II

Perfil sócioagrário das Vilas Rurais da região de Maringá/PR¹

Cássio Augusto Guilherme²

Aregião Noroeste do estado do Paraná, onde Maringá³ se destaca como polo industrial, agrícola e populacional, foi modernamente ocupado a partir da década de 1940/50 como parte da expansão das novas fronteiras agrícolas e teve o café como principal atividade produtora. Para a região emigraram milhares de proprietários rurais e trabalhadores braçais, de todas as regiões do país em busca de riqueza e ascensão social (DIAS e GONÇALVES, 1999) (ROMPATTO, 2012).

Como aponta a professora Luzia Bana (2001, p. 14), a ocupação da região foi baseada “numa estrutura fundiária marcada pela presença das pequenas e médias propriedades [...] e grande adensamento de população”, em especial devido aos regimes produtivos/trabalhistas de parceria, colonato e arrendamento.

O estado do Paraná como um todo, passou de 1,2 milhões de habitantes na década de 1940, para 4,2 milhões na década de 1960 e 6,9 milhões na década seguinte. Mais impressionante ainda é que naquela década de 1970 apenas 36,1% dos paranaenses (2,5 milhões) habitavam núcleos urbanos, ou seja, a grande maioria da população (4,4 milhões) vivia na zona rural, em forte expansão demográfica e produtiva (BANA, 2001).

Entretanto, a década de 1980 acelerou e consolidou o processo inverso:

| No lugar da agricultura tradicional dependentes do trabalho familiar, surge uma nova

¹ Este artigo foi originalmente publicado pela Revista Científica sms (Revista On-Line), Volume 2, Número 2, julho a dezembro de 2014.

² Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Ex-professor de Ciências Social do Centro Universitário Ingá/Uningá de Maringá-PR. Autor do livro “1989: história da primeira eleição presidencial pós-Ditadura”, publicado pela Paco Editorial.

³ Conforme Censo 2010 do IBGE, Maringá é o terceiro maior município do Estado com 357 mil habitantes e importante polo agroindustrial e universitário.

agricultura dependente do capital; no lugar da pequena propriedade que produzia para a subsistência da família, surge a grande empresa agropecuária produzindo para o mercado (...) acelerado processo de tecnificação das atividades, por meio da mecanização da agricultura, e no uso intensivo de inovações químicas (adubos e agrotóxicos) (BANA, 2001, p. 36).

Assim, enormes contingentes populacionais deixaram o meio rural paranaense. Uma parte emigrou para outros estados do país, em especial as regiões centro-oeste e norte, enquanto a outra parcela aumentou a zona urbana, em busca de novas moradias e oportunidades de trabalho, muitas vezes de forma precária e sazonal. Em 1991, do total de 8,4 milhões de paranaenses, 73,3% já viviam na zona urbana (6,1 milhões ante 2,2 milhões na zona rural). Atualmente, conforme o Censo 2010 do IBGE, dos 10,4 milhões de habitantes do Paraná, apenas 1,5 milhões (14,7%) vivem na zona rural do estado⁴.

Diante desta realidade sócio-agrária-urbana, nos anos 1990, o governo Jaime Lerner (PFL) do Estado do Paraná visou “implantar Vilas Rurais em locais próximos aos centros urbanos do Estado, inclusive distritos e povoados, visando à melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais volantes, mantendo-os no meio rural” (PARANÁ, 1996, p. 194). Ao todo foram instaladas 405 Vilas Rurais no Paraná, assentando mais de 15 mil famílias em lotes de 5 mil metros quadrados e moradias de 44 metros quadrados.

Este capítulo apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida dentro do Programa de Integração Escola, Serviço e Comunidade (PIESC) do Centro Universitário Ingá/Uningá, localizado no município de Maringá-PR, como parte da disciplina de Ciências Sociais para o curso de graduação em Agronomia. O objetivo da pesquisa foi fazer o levantamento sócioagrário das Vilas Rurais existentes nos municípios da região de Maringá, onde residem os discentes do primeiro ano do curso. Especificamente, se discute aqui: os avanços e retrocessos das Vilas Rurais; dá-se voz aos moradores; e analisa o perfil produtivo e social dos vila-rienses. Com estes dados e discussões, é possível o melhor entendimento acerca desta política social e habitacional.

Os discentes do curso de Agronomia (turma 2014) da Uningá foram a campo e realizaram 330 entrevistas com formulários previamente elaborados, em 20 Vilas Rurais de 16 municípios da região de Maringá: Alto Paraná (Novo Paraná); Apucarana (Terra Prometida); Astorga (Terra Boa, Santa Zélia e Banco da Terra); Atalaia (João de Barro); Iguaçú (Isac Rabin); Inajá (Sebastião Vieira de Araújo); Jandaia do Sul (Vicente Pupio); Mandaguacú (Elza Lerner); Marumbi (Ademar Pini); Munhoz de Melo (João Venâncio Sobrinho); Nova Esperança (Nova Esperança); Ourizona (Antonio Picoli); São João do Ivaí (Emílio Paralego); São Pedro do Ivaí (Vida Feliz e Deus Presente); Terra Rica (Três Morrinhos e Estrela do Norte) e Tuneiras do Oeste (Sol Nascente).

Além da caracterização social das famílias entrevistadas, houve três eixos de perguntas aos moradores das Vilas Rurais: 01) Econômico/produtivo, se e o

⁴ Disponível no link: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf

que produzem em seus lotes, bem como a relação desta produção para a renda/ sobrevivência econômica da família; 02) Relacional/opinativa, quais as suas relações com os demais moradores, opinião sobre as Vilas Rurais, suas vantagens e desvantagens; 03) Poder Público, o que fazem as prefeituras municipais e órgãos estaduais de fomento à atividade rural em benefício e auxílio aos moradores.

O PROJETO DAS VILAS RURAIS

O processo migratório campo-cidade costuma gerar uma massa de pessoas destituídas das condições básicas para a sobrevivência, como moradias adequadas, alimentação balanceada e trabalho regular. O Programa Vilas Rurais é uma tentativa do Estado de intervir neste deslocamento, ao dedicar uma mínima atenção a esta parcela da população na tentativa de fixa-los no campo.

Com base em experiências anteriores, o governo do estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, firmou em 1997, empréstimo para o Programa Paraná 12 Meses, onde foram inseridas as Vilas Rurais a serem implantadas em todos os municípios paranaenses. Segundo o documento, as ações propostas visavam:

- a) diminuir a migração rural-urbana e vice-versa;
- b) possibilitar a melhoria das condições de vida;
- c) facilitar a posse da terra e moradia própria;
- d) possibilitar a qualificação da mão-de-obra;
- e) aumentar a organização social;
- f) melhorar o acesso a bens e serviços;
- g) melhorar as condições alimentares;
- h) aumentar a renda líquida familiar;
- i) melhorar a integração social e familiar (PARANÁ, 1996, p. 193-194).

Os municípios que demonstrassem interesse em aderir ao Programa, deveriam doar o terreno e constituir uma comissão própria para acompanhar a sua instalação. A seleção das famílias levou em critério: a) ser trabalhador rural volante; b) ser morador do município em questão; c) não possuir imóvel; d) exercer atividade remunerada de caráter temporário; e) atender aos critérios da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) para financiamento. Pelo contrato, os atendidos pelo Programa recebiam a concessão de uso por sessenta meses, impedidos de vender os lotes ou agregar novas moradias nos mesmos (BANA, 2001).

A primeira Vila Rural foi a “Nova Ucrânia” no município de Apucarana, em 1995, atendendo 65 famílias. As Vilas foram preferencialmente instaladas em locais próximos aos centros urbanos e com solo adequado para o plantio. Como referido acima, ao todo foram instaladas 405 Vilas Rurais no estado, assentando mais de 15 mil famílias em lotes de 05 mil metros quadrados e moradias de 44 metros quadrados.

Segundo Luzia Bana (2001):

Diante do quadro de esvaziamento populacional do campo, de eliminação de postos de trabalho, de migração para a periferia da cidade de enormes contingentes populacionais, vivendo como boias-frias, ou subempregados urbanos, a partir da década

de 70, o Programa Vilas Rurais, tem proporcionado a esta população à possibilidade de ter casa própria e uma pequena área de terra, onde aparece diferentes culturas como: arroz, milho, feijão, café adensado, pupunha, mandioca, stévia, maracujá, etc. como também, a criação de pequenos animais (BANA, 2001, p. 81).

Uma vez caracterizada a questão social e apresentado os objetivos do Programa Vilas Rurais, é importante ir a campo para pesquisar se tais objetivos foram alcançados. Ao ouvir os vileiros é que se pode contribuir no processo de melhoria da qualidade de vida dos mesmos, bem como auxiliar as esferas públicas na busca de soluções e melhorias necessárias às Vilas Rurais do Paraná.

ANÁLISE DOS DADOS

Das 330 entrevistas realizadas em 20 Vilas Rurais de 16 municípios da região de Maringá auferiu-se os seguintes dados.

Tais famílias possuem um total de 1.029 dependentes, ou seja, para cada lote há uma média de 3,1 moradores. A baixa escolaridade dos responsáveis pelos lotes, que concederam as entrevistas, nos chamou atenção: 6,7% não possuem escolaridade; 39,3% possuem o ensino fundamental incompleto ao passo que apenas 20,3% o tem completado; 21,6% possuem ensino médio completo ante 8,8% que não o concluíram; 2,1% com ensino superior e outros 1,2% declararam estar cursando o ensino supletivo.

Mostra-se evidente a necessidade de ampliação dos programas de educação para jovens e adultos, sobretudo que as aulas sejam ministradas nas próprias Vilas Rurais em horários compatíveis com as necessidades e possibilidades dos vileiros. Tal realidade já havia sido observada em relatório feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) (2006, p. 15), onde o ensino fundamental incompleto “coloca os responsáveis [pelos lotes] em uma condição desfavorável do ponto de vista da inserção do mercado de trabalho”.

O primeiro eixo de perguntas foi econômico/produtivo. Para 40% dos entrevistados, a maior fonte de renda da família advém de trabalhos realizados na zona urbana do município, seguindo por 27,6% que responderam sobre-viver essencialmente graças à aposentadoria de um membro familiar. Apenas 9% dos entrevistados trabalham em empregos sazonais na zona rural, como boiás-frias ou tratoristas e outros 12,3% especificaram trabalhar para usinas próximas, nas mesmas atividades. Assim somados, apenas 21,3% dos moradores das vilas rurais exercem atividade remunerada na zona rural. Interessante que 11,1% dos entrevistados afirmaram sobreviver basicamente com as rendas obtidas do próprio lote.

Os dados demonstram ser poucos os vileiros que exercem atividade remunerada no campo e quando o fazem é em trabalho precarizado e de baixa remuneração. Aparentemente, as vilas rurais têm se constituído em alternativa de moradia tranquila e barata para aposentados e trabalhadores urbanos. No entanto, o número de pessoas que declararam ter como principal fonte de renda o trabalho no próprio lote é significativo.

O que mais se produz nas Vilas Rurais são as hortaliças, indicada por 129 entrevistados. Milho é plantado em 97 lotes, seguido por mandioca em 96 e frutas variadas em 87 deles. Também a cultura do café segue viva na região, em 56 lotes, acompanhada por 39 que se dedicam aos legumes e outros 28 ao feijão. Ainda alguns vileiros se referiram às culturas do amendoim, cana, arroz, vassoura, soja e trigo, mas em números muito pequenos. Salientamos que esta foi uma pergunta aberta, em que as respostas poderiam ser múltiplas, conforme o caso de cada lote que, assim como na questão da criação de animais. Apenas 20 lotes declararam não plantar nada.

Quanto aos animais, devido ao reduzido tamanho da propriedade, as aves são criadas por 156 deles, seguida por 115 que disseram possuir suínos. Bovinos foram encontrados em 57 lotes, mas sempre em pequena quantidade, assim como os equinos, em 34 lares, mais utilizados como meio de transporte. Ao todo, 85 lotes declararam não possuir qualquer animal de criação.

O destino que os vileiros dão para o que plantam e criam em seus lotes é essencialmente o consumo próprio da família, segundo 48,8% ao passo que 21,2% responderam que vendem o excedente do que consomem. A exclusividade de venda da produção é a realidade de 25,8% dos entrevistados, enquanto apenas 4,2% declararam nada produzir.

Estas informações corroboram a análise do Ipardes e atingem o objetivo inicial do programa Vilas Rurais, que era “o de melhorar as condições alimentares do público-alvo através da produção de alimentos de subsistência e da comercialização do excedente” (IPARDES, 2006, p. 22). Frutas, verduras, legumes e os derivados dos pequenos animais (ovos e leite) possibilitam importante dieta balanceada à população das Vilas Rurais.

Como era de se esperar ante os objetivos das Vilas Rurais o trabalho familiar é a realidade de 94,2% dos entrevistados que afirmaram que os membros da família é que cuidam das plantações e dos animais. Os demais, ou não produzem ou possuem ajudantes sazonais. Números parecidos foram levantados pelo Ipardes (2006, p. 33), onde 98,6% dos vileiros exerciam atividades produtivas nos lotes.

Finalmente, ao serem perguntados se seria possível sobreviver economicamente apenas do trabalho e produção no lote, 81% deles responderam que não, ante 19% que afirmaram que sim. A principal explicação é referente ao tamanho do lote (5.000 metros quadrados) e também a falta de apoio/ incentivo dos setores públicos. Conforme vimos anteriormente o objetivo inicial do programa Vilas Rurais não era garantir a sobrevivência exclusiva do lote, mas sim fixar o homem ao campo e garantir-lhe melhor qualidade de vida e de alimentação. No entanto, chama atenção o número considerável de vileiros que fazem de seus lotes a principal fonte de renda familiar.

O segundo eixo temático foi relacional/opinativo, onde percebemos a satisfação dos entrevistados para com o local onde vivem. 60,1% deles afirmaram manter boas relações com a vizinhança, enquanto outros 27,8% classificaram-na como ótima, outros 7,6% disseram ter grandes amizades e apenas 4,5% mantêm relações normais com os demais moradores. Em relação aos moradores

da zona urbana do município, 95,8% não se sentem discriminados, enquanto 3,3% admitiram que sentiam discriminação às vezes e apenas 0,9% disseram que já presenciaram discriminações que algum tipo.

Duas perguntas abertas onde os entrevistados poderiam elencar vários motivos, disseram respeito aos benefícios e problemas de morar na Vila Rural. Como maior benefício, a tranquilidade do local foi lembrada por 118 entrevistados, seguido pela possibilidade de plantar, argumento de 56 pessoas. O baixo custo de vida foi central para 45 deles e a possibilidade de ter casa própria para 32 vileiros. Por fim, 31 entrevistados disseram não haver qualquer benefício em morar no local.

Quanto aos problemas, a resposta mais encontrada foi que não há problemas, para 74 entrevistados. No entanto, outros vileiros apontaram uma variada gama de queixas. A baixa qualidade das estradas rurais foi a resposta de 56 pessoas, seguida da falta de água para 44, falta de asfalto para 37, bem como falta de transporte coletivo, de ajuda da prefeitura municipal, de maior união dos moradores, de iluminação pública, grande quantidade de poeira e barro e a distância para a zona urbana foram as respostas sempre na casa de 20 entrevistados.

No levantamento feito pelo Ipardes (2006, p. 45), ao buscar os motivos para que os beneficiários se sentissem insatisfeitos com a Vila Rural e emigrassem novamente aos centros urbanos, a ausência de serviços de transporte coletivo foi o item mais comentado. Conforme esta pesquisa também demonstra, fica evidente a falta de infraestrutura básica adequada para maior fixação dos vileiros na zona rural.

Apesar destes problemas, é possível concluir que os moradores atuais estão satisfeitos com o local onde vivem. 65,5% classificou o programa Vilas Rurais como bom, outros 25,4% como ótimo, 7,3% como regular e apenas 1,8% não gostam dele. Ao mesmo tempo, 80,8% afirmaram ter melhorado de vida após se mudarem para a Vila Rural onde vivem, outros 11,7% afirmam ter melhorado muito a vida familiar, 4,5% continuam iguais, 3,0% pouco melhoraram. Ninguém afirmou ter piorado sua qualidade de vida.

Conforme argumenta Luzia Bana em sua dissertação de mestrado que analisou duas vilas rurais no município de Paranavaí, também no noroeste do estado, “é notória a melhoria das condições das famílias em relação aos padrões de moradia imediatamente anteriores à Vila. Especialmente, para aqueles que pagavam aluguel, ou viviam com algum parente” (BANA, 2001, p. 162).

Por fim, o último eixo temático avaliou as relações dos vileiros com as várias esferas do poder público. Ao serem questionados sobre o que a prefeitura municipal faz em favor daquela Vila Rural, a resposta mais dada, em 121 casos, foi que o Executivo Municipal nada faz. Outros 37 responderam que faz pouco e 07 deles ainda disseram que apenas em épocas eleitorais há presença do poder público no local. Dentre as respostas positivas, a coleta do lixo e transporte escolar foi dada por 45 entrevistados, 22 lembraram da assistência técnica e outros 19 falaram da disponibilidade de maquinário.

É preciso frisar que o transporte escolar e a coleta de lixo são o mínimo que as prefeituras municipais devem fazer no local, já que não há escolas rurais e

o lixo não pode ficar acumulado ou ser enterrado de qualquer forma. Lamentável é o alto grau de abandono que os municípios dispensam aos moradores das Vilas Rurais, embora em alguns casos exista pouca assistência técnica e disponibilidade de maquinário.

Perguntados ainda se a Emater e o IAP, órgãos estaduais ligados ao meio rural visitam a Vila, as respostas variaram entre o “não”, o “às vezes” e o “raramente”. Quanto ao Programa Saúde da Família as visitas ocorriam com frequências variadas entre a semanal e quinzenal, mas em algumas Vilas as respostas foram um sonoro não ou no máximo o raramente. O transporte coletivo, na melhor das hipóteses é feito apenas pelo ônibus escolar, nos horários das aulas.

Tais informações revelam certo desleixo por parte dos órgãos públicos para com as Vilas Rurais. Em 2006 o relatório do Ipardes apontou o aumento das entidades governamentais que atuavam nas Vilas. Como se depreende das entrevistas, na visão dos vileiros o Estado é ausente. O mesmo Ipardes mostrou, em referido relatório, que onde há maior envolvimento público “existe um ganho qualitativo e aumentam as chances de sucesso das Vilas Rurais” (IPARDES, 2006, p. 39).

Cooperativas de produtores não existem em nenhum dos casos e em apenas quatro a Associação dos Moradores efetivamente funciona, o que demonstra claramente o fracasso do objetivo de incentivar o cooperativismo e o associativismo dos vileiros, problema já apontado pelo Ipardes (2006, p. 40-41). Em cinco casos não há área de preservação ambiental e nas que o existem, o local encontra-se pouco cuidado.

Apenas 12,1% dos entrevistados afirmaram serem beneficiários do Programa Bolsa Família do governo federal. Questionados ainda sobre o conhecimento ou não do Programa Compra Direta, 71,9% disseram não o conhecer, 21,1% que o conhecem, mas não vendem para o programa e apenas 7% afirmaram que participam do mesmo. Apesar do Compra Direta ser uma importante iniciativa do governo federal para valorizar e impulsionar a agricultura familiar, este levantamento comprovou que a comunicação era falha e os vileiros que poderiam ter outra fonte de renda, sequer o conheciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados levantados nas entrevistas realizadas, conclui-se que o programa Vilas Rurais tem importantes pontos positivos que merecem ser destacados. Porém, há grandes desafios colocados para os poderes públicos, para fazer o programa avançar.

Como bem argumenta Luzia Bana:

O Programa Vilas Rurais, pode ser visto como um conjunto habitacional diferenciado, onde o cidadão financia a casa e recebe um pequeno lote para plantar. As Vilas têm como objetivo principal a melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais volantes — os boias-friás — mas, para isso, é preciso acreditar nas potencialidades desta categoria social de excluídos, para conquistarem padrão de vida menos desigual, mais digno e de forma mais permanente (BANA, 2001, p. 173).

O principal ponto positivo a se observar é em relação à alimentação. As Vilas Rurais possibilitam aos seus moradores o plantio de frutas, verduras, legumes e a criação de pequenos animais de corte, que são importantes complementos alimentares para a mesa das famílias, o que seria impossível em conjuntos habitacionais nas zonas urbanas. Outros fatores positivos são: a venda dos produtos e/ou seus excedentes, que aumentam a renda familiar; a qualidade de vida, a tranquilidade apontada pelos entrevistados e a boa relação com os moradores do local.

Porém, “a Vila Rural ameniza a pobreza das pessoas mas não garante o futuro, pois as famílias não têm opção de trabalhar dentro das Vilas Rurais por falta de condições econômicas (incentivos) e físicas (tamanho do terreno)” (ASARI e PONTE, 2001, p. 171). Aqui se tem os pontos negativos ou críticas construtivas ao poder público municipal e estadual.

Apesar dos entrevistados declararem-se satisfeitos com os locais onde moram, há queixas frequentes sobre a pouca infraestrutura das Vilas, em especial na parca iluminação pública, deficiência do transporte coletivo, dificuldade no acesso à escolarização e, principalmente, a baixa qualidade das estradas rurais.

Em suma, a pesquisa mostrou que os pontos positivos são aqueles que dependem única e exclusivamente da iniciativa particular dos vileiros, enquanto os pontos negativos se devem a pouca contrapartida dos poderes públicos, responsáveis que são solucionar por tais problemas. Assim, necessário se faz um olhar mais atencioso, principalmente das prefeituras municipais para estabelecer parcerias com Universidades, oferecer cursos de capacitação e destacar funcionários para ouvir e dialogar com os vileiros, identificar problemas e construir soluções.

REFERÊNCIAS

- ASARI, Alice Yatiyo e PONTE Karina Furini da. Programa Vilas Rurais: retorno do trabalhador rural ao campo? *Revista Geografia*, Londrina, v. 10 jul/dez de 2001.
- BANA, Luzia. Vilas rurais no processo de transformação do espaço rural no município de Paranavaí. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual Paulista – Unesp. Presidente Prudente, 2001.
- DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.
- GUILHERME, Cássio Augusto. Levantamento Sócio Agrário das Vilas Rurais da Região de Maringá-PR. *Revista Científica SMG* (Revista On-Line), vol. 2, n. 2, julho a dezembro de 2014.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade Vilas Rurais*. Curitiba, 2006.
- PARANÁ. Projeto Paraná 12 Meses: manual operativo. Curitiba, 1996.
- ROMPATTO, Maurilio (org.). *História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda*. Maringá: Massoni, 2012.

CAPÍTULO III

Territorialidades e territorialização das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão

Áurea Andrade Viana de Andrade¹
Elpídio Serra²

Nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças no espaço rural brasileiro, condicionada, em grande medida, pelas relações de poder do Estado e capital, uma vez que controlam, dominam a população e os recursos naturais. Essas relações são visivelmente averiguadas, nas últimas décadas no estado do Paraná, com o novo modelo de produção e de reprodução ampliada do capital que se intensificou com o avanço tecnológico, concomitante à disseminação das culturas mecanizadas, especialmente a partir da década de 1970.

Neste período, as pequenas propriedades foram incorporando-se às médias e grandes propriedades, ocasionando a (re)estruturação fundiária. Entre as variáveis que explicam esta mudança, destacam-se: a erradicação dos cafezais, provocada pela política de Estado de desestímulo à cafeicultura, simultaneamente a superprodução ocasionando o desequilíbrio entre a oferta e a procura; o Estatuto do Trabalhador, que dificultou a relação empregado e empregador; as geadas constantes, especialmente a de 1975; a política do Estado ao incentivo à exportação de grãos (oleaginosas) em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno; em síntese, o que alguns autores denominam de modernização agropecuária.

Seguramente, as inovações tecnológicas foram benéficas ao desenvolvimento agropecuário, porém o mesmo não ocorreu com a população do campo, em especial no estado do Paraná que registrou o maior índice de êxodo rural do país. Em resumo, a economia de escala provocou a expropriação e expulsão de

¹ Professora Doutora da Universidade Estadual Do Paraná – UNESP. Pesquisadora Colaboradora do CEGOT/UC, PT. Contato: aurea.viana@unespar.edu.br

² Professor Pós-Doutor da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Contato: serraelpidio@gmail.com

milhares de trabalhadores rurais, isto é, a desterritorialização desses atores sociais.

E, é neste contexto de contradições, que o governo coloca em 1995 as Vilas Rurais no cenário rural paranaense, implantando centenas de pequenos territórios, para garantir mão de obra aos donos dos meios de produção, ou seja, assegurar uma parcela de trabalhadores rurais no campo, uma vez que essa categoria já se encontrava insuficiente para atender o agronegócio. Do mesmo modo, tem por desígnio enfraquecer os movimentos sociais na luta pela terra, visto que em meados da década de 1990, intensificaram-se os conflitos sociais no campo.

Neste sentido, o próprio capital atrelado ao Estado trabalha para o processo de desterritorialização, para a (des)construção de territórios, de acordo com seus interesses. Inúmeras ações são realizadas entre esses agentes para que seus objetivos sejam alcançados com êxito (SAQUET, 2007).

Com objetivo de aprofundar sobre a construção destes territórios realizamos um estudo das territorialidades das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão, pois entendemos que o território é resultado das relações sociais, isto é, das territorialidades tecidas pelos homens em suas manifestações que condicionam vida cotidiana.

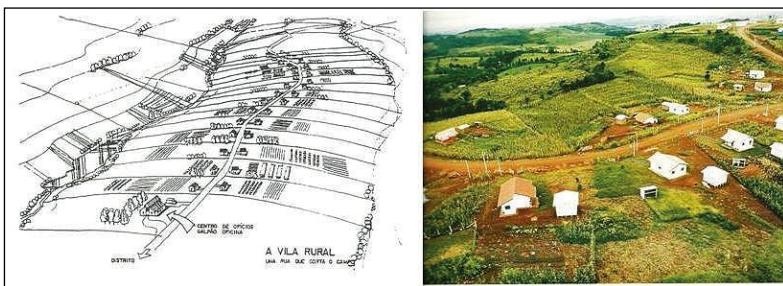
VILAS RURAIS NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE

No Paraná intensificaram-se em meados da década de 1990, os conflitos sociais no campo. O Estado para controlar os atores sociais, vítimas do processo de modernização da agricultura, emprega a tática da política de proteção das oligarquias rurais e força manifesta de repressão estatal do militarismo, com os trabalhadores rurais, sem terra.

Nesta ocasião, o governo estadual também cria uma nova estratégia, a elaboração de projetos, para evitar novos integrantes às organizações dos trabalhadores sem terra, sem teto, bem como atenuar o movimento migratório campo/cidade, dos trabalhadores rurais (boias-friás), visto que algumas regiões do estado já apresentavam a falta desses trabalhadores. Ainda, em 1995, idealiza um projeto de “assentamento”, denominando-o de “Vila Rural”.

As intenções do governo com a implantação do projeto embutiam, de um lado, o interesse em conter a incorporação de novos habitantes aos grandes centros urbanos, especialmente na capital Curitiba, que atingiu, nas últimas décadas, elevadas taxas de crescimento, ao passo que no estado, no mesmo período, registravam-se índices menos elevados de crescimento urbano.

Receber esse contingente que continuava a migrar campo/cidade demandava novos encargos, infraestrutura básica, habitação, saúde, educação e transportes. Dessa forma, acarretaria uma desestruturação na administração pública pela falta de uma infraestrutura já alocada ao plano diretor, uma vez que as condições (alegadas pelo governo) são ínfimas para atender as demandas. Por outro lado, o governo estava preocupado ao mesmo tempo com o patrônato rural: uma das justificativas do programa estava centrada na falta de mão de obra no campo para atender alguns produtos da agricultura paranaense.



Representação de organização territorial de Vila Rural.

Fonte: Revista Bem Morar, 1997. Org.: ANDRADE, Áurea (2012).

Embora existam explorações que utilizam farta mão-de-obra, como é o caso do algodão, da sericicultura e da citricultura, essas ocupações são na verdade, sazonais, e não têm sido capazes de evitar que essa mão-de-obra, fundamentalmente, para o futuro de nossa agricultura, continue migrando aos principais centros urbanos paranaense, à procura de melhores condições de vida, incluindo moradia, saúde, alimentação, educação, transportes e lazer (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 16).

Neste sentido, com a territorialização dos trabalhadores rurais, o governo “[...] visa atender a todos os segmentos que dependem deste tipo de mão de obra. Portanto, além do interesse do serviço braçal, temporário, as indústrias, cooperativas e os proprietários rurais deverão participar na implantação das vilas rurais, pois isto garantirá a disponibilidade de mão-de-obra” (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 27).

A política de intervenção do governo, na territorialização desses trabalhadores, revestiu-se de aspectos contraditórios, visto que havia outros interesses e matizes ideológicas do governo, isto é, a vila rural também representava um novo modelo de “assentamento”, assim o defendia. “O Paraná realiza o maior programa de assentamento rural do País. Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra” (BEM MORAR, 1997, p. 3). Contudo, o governo não estava preocupado em discutir políticas de reforma agrária e, sim, criar um “modelo” de “assentamento”, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e tesouro do Estado.

O Projeto Vila Rural deriva do Programa “Paraná 12 meses”, implantado com recursos do BIRD e do governo do Paraná. Para o custeio das vilas, foram destinados US\$ 187.479.615,37 (cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e quinze dólares e trinta e sete centavos)³, desse

³ Valor em Real: R\$ 370.365.980,16 (Trezentos e setenta e sete milhões e trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos e oitenta reias e dezesseis centavos), conversão dia 12 de abril de 2013, Taxa cambial: 1,9755 REAL-BRASIL (790) = 1 DOLAR-DOS-EUA (220). Banco Central. <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>.

total, uma parcela de US\$ 70.339.241,59 (setenta milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e um dólares e cinquenta e nove centavos) foi usada para as construções de 15.609 moradias. O restante foi assim distribuído: US\$ 78.876.468,13 (setenta e oito milhões e oitocentos e setenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e oito dólares e treze centavos), aplicados em apoio aos agricultores familiares; US\$ 20.727.122,06 (vinte milhões e setecentos e vinte e sete mil e cento e vinte e dois dólares e seis centavos) em adequação e estruturas rurais; US\$ 4.810.211,99 (quatro milhões e oitocentos e dez mil e duzentos e onze dólares e noventa e nove centavos), para treinamentos de beneficiários; US\$ 2.061.519,42 (dois milhões e sessenta e um mil e quinhentos e dezenove dólares e quarenta e dois centavos) em treinamentos técnicos executores e US\$ 2.804.830,09 (dois milhões e oitocentos e quatro mil e oitocentos e trinta dólares e nove centavos), aplicados em estudos e pesquisas agropecuárias (SEAB, 2004).

Neste contexto, também é oportuno observar a matéria do jornalista Silvio Oricolli da *Gazeta Mercantil* (1999), que traz os valores financiados para construção das vilas rurais:

[...] está orçado em US\$ 353 milhões, dos quais US\$ 175 milhões financiados pelo Bird e US\$ 178 milhões de contrapartida do Estado. A liberação dos recursos internacionais ficou paralisada por dois anos (1996/1997), pela demora do Senado Federal para aprovará-la (ORICOLLI, GAZETA MERCANTIL, 11 de junho de 1999, p. 3).

O governo estadual em parceria com os governos municipais envolveram diferentes órgãos e instituições públicas como: Prefeituras Municipais, SEAB, EMATER, SUDERHSA⁴, IAP, SANEPAR, COPEL, CODAPAR, SECR, SESA, SERT, SEED, COHAPAR, todos responsáveis pela construção desses novos territórios. Dentre as instituições envolvidas, as prefeituras municipais desenvolviam um papel fundamental. Competia às mesmas a aquisição, doação do terreno, participação em todas as fases de implantação e condução do projeto.

Outro órgão importante foi o núcleo regional da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), seu papel era coordenar, apoiar, aprovar e encaminhar outras vilas, controlar aspectos financeiros e metas e analisar as condições técnicas do terreno para exploração do uso da terra. À EMATER competia a elaboração de estudos acerca do quadro natural da área para a aprovação da construção de uma vila rural, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e SEAB, além da assistência técnica à extensão rural e o fornecimento de equipamentos no início do programa.

Para a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), ficou deliberado a elaboração de projetos de prevenção ambiental da área, bem como, subsídios para perfuração de poços semiartesianos para abastecimento de água à população das vilas, ficando a cargo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a implantação do sistema de abastecimento. Para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), ficou

⁴ Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA. Extinta pela Lei nº 16.242 de 13 de novembro de 2009, substituída pelo Instituto das Águas do Paraná.

designado a análise e aprovação de projetos de preservação ambiental nas áreas a serem afixadas as vilas, a fiscalização e execução da legislação ambiental.

À Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) ficou designado todo o trabalho de mecanização e terraplenagens. Já à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), as atribuições de instalações de infraestrutura de energia elétrica.

À COHAPAR coube a responsabilidade de coordenar e participar no processo de cadastramento e seleção; dar parecer de estudos das áreas para edificações; administrar a construção das moradias e outros; articular o suprimento dos serviços de energia elétrica, água e saneamento; rescindir os contratos de concessão de uso dos lotes e promover a substituição dos beneficiários quando necessário.

Quanto à seleção, exigiam-se alguns critérios dos beneficiários: ser trabalhador rural volante com família numerosa, morador do município há mais de quatro anos, preferencialmente, não possuir imóveis e exercer atividade remunerada temporária. Juntamente com a COHAPAR, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR), contribuiu para selecionar os assentados. Coube à esta instituição a incorporação de uma infraestrutura social e a organização comunitária. O atendimento à saúde e à criação de programas de saúde para os vileiros ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) ficou incumbida da educação formal de todos os assentados do programa. A Secretaria do Estado do Emprego e Relação do Trabalho (SERT) se designou à promoção de geração de emprego, além de estudos sobre o mercado de trabalho (ASARI, MUNIZ & ROSA, 2002). Dentro todas as instituições que participaram da implantação das vilas rurais, somente a COHAPAR continua a exercer suas funções, até porque a emissão e recebimento das prestações (25 anos) são de sua responsabilidade.

Na atualidade, mais precisamente em 2013, o Paraná está ocupado com 405 vilas rurais, contemplando 15.609 famílias, especialmente nas regiões em que o processo tecnológico na agricultura foi mais intenso. Neste sentido, podemos dizer que foi um dos modelos mais expressivos de territorialização dos trabalhadores rurais na paisagem rural paranaense.

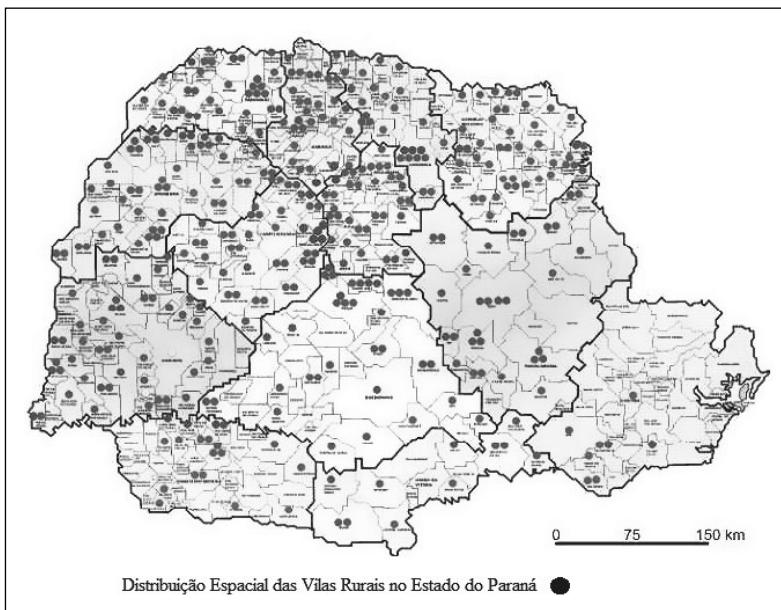
Com as vilas rurais, o governo estadual pretendia atingir diretamente vários problemas urbanos, especialmente nos médios e grandes centros, decorrentes do fluxo migratório campo/cidade. Do mesmo modo, pretendia assegurar a mão de obra no campo para as agroindústrias e empresas rurais, dentre outras.

No Projeto original (1995), seis objetivos norteavam as ações do governo, que constam a seguir:

- a) solucionar o problema de falta de moradia dos trabalhadores rurais, fixando-os no campo, freando o fluxo desses para as cidades;
- b) melhorar as condições de saúde do público alvo, por meio da disponibilidade de alimentos produzidos no quintal, especialmente nos períodos em que não estiverem trabalhando;
- c) melhorar o desenvolvimento profissional do trabalhador rural, bem como das senhoras e jovens, através da capacitação, pelo serviço de Extensão Rural;

- d) melhorar as condições sociais dos vileiros, com melhor atendimento sanitários e educacional;
- e) manter no meio rural, à disposição dos produtores e das agroindústrias, mão-de-obra qualificada para desempenhar as atividades agrícolas;
- f) reduzir os enormes gastos nos centros urbanos, visando atender a uma população que dificilmente poderá ser utilizada nas cidades. (GOVERNO, 1995)

Destacamos os objetivos do Projeto para demonstrar como o Estado atuou na viabilização da territorialização dos trabalhadores rurais por meio da construção dos territórios das vilas rurais.



Territorialização das Vilas Rurais no estado do Paraná.

Fonte: COHAPAR – Adaptado por ANDRADE, Áurea (2005).

Além desses objetivos, destacamos as estratégias de ação do governo⁵ na ocasião da construção de vilas no “Norte e no Noroeste do Estado, regiões onde é marcante a presença do trabalhador rural em condições precárias” (GOVERNO, 1995, p. 21). Contudo, são nessas regiões que se encontram as principais aglomerações das indústrias do complexo sucroalcooleiro, industrialização do café, soja, algodão e citricultura.

Para a seleção dos municípios, considerava dois aspectos fundamentais para instalação de uma vila rural (GOVERNO, 1995):

⁵ Consta no Projeto Vilas Rurais, elaborado pelo Governo do Estado do Paraná em 1995.

- a) área plantada das duas principais culturas que demandam maior quantidade de mão-de-obra, a saber, algodão e cana-de-açúcar;
- b) estarem na região que apresentava maior concentração de mão-de-obra volante, recaindo a escolha sobre as seguintes microrregiões: Londrina, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Apucarana, Umuarama, Ivaiporã, Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina (GOVERNO, 1995, p. 35-36).

Diante do exposto, é oportuno ressaltar, uma vez mais, que o Estado assegura os interesses da classe dominante. Embora, precisa manter a aparente neutralidade. Desse modo, Vilas Rurais se tratava de um Projeto Político, visto que atendia os interesses do agronegócio e, ao mesmo tempo, aos desejos dos prefeitos municipais, como uma ação política, com vistas a novos pleitos. Porém, com o discurso de reforma agrária e solução para o problema de moradia de uma fração de classe trabalhadora, os “boias-friás”.

TERRITORIALIDADES DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

As territorialidades construídas nas vilas rurais estão compostas de relações assimétricas, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial, ou seja, do conjunto de relações cotidianas, de existência e de produção, nas dimensões geográficas territoriais (econômica, política, cultural e ambiental). Antes, porém de discutir sobre essas relações, apresentamos a territorialização, ou a organização espacial das vilas rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

Entre, 1995 e 2001, foram construídas 28 vilas rurais⁶ em uma área de 7.724.210.86 m², territorializando 1067 famílias, conforme tabela na página a seguir. Essas foram construídas, em maior parte, próximas às áreas urbanas para facilitar o deslocamento dos trabalhadores e a comercialização da produção. Dessa forma, os governos municipais não precisariam investir em infraestrutura como escolas, postos de saúde, dentre outros, para atenderem os novos territórios. Porém, as vilas mais distantes dependem da locomoção para acesso dos recursos da cidade.

Dentre as vilas rurais da região, há aquelas que se destacam por apresentar melhor estrutura, indispensáveis para atender as necessidades básicas dos moradores, como: energia elétrica, telefone público, transporte escolar e coletivo, iluminação pública, sistema de irrigação, escola, água tratada, salão social e posto de saúde.

Com relação às localidades de procedências dos moradores das vilas rurais constata-se que o predomínio é de população da própria Microrregião, ou seja, do próprio município em que a vila está estabelecida ou de municípios vizinhos. Contudo, em alguns municípios, considerando que a economia é pouco dinâmica, oferece baixa capacidade de absorção de mão de obra. Em outras, como as vilas dos municípios de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão,

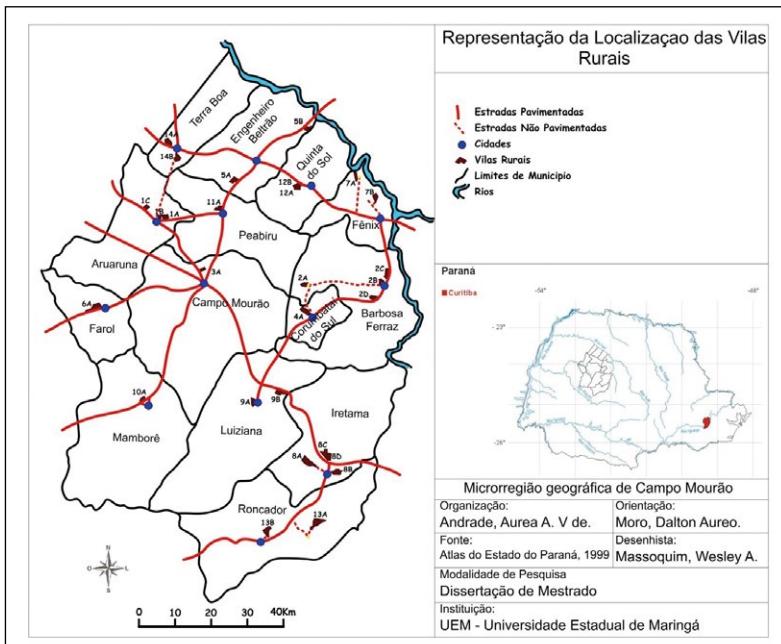
⁶ Maiores informações consultar a Dissertação de Mestrado Vilas Rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, em que defendemos em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM.

Cidade	Nome	Nº de Famílias	Área (m ²)	Data implantação
Araruna	Andorinhas	28	189.439,56	02.10.2001
	Arara Azul	12	71.664,95	21.01.2000
	Sol Nascente	44	290.400,00	26.09.1997
Barbosa Ferraz	Beija Flor	24	169.400,00	09.06.2000
	Joaquim de Souza	33	278.580,00	04.12.1998
	Maria G. Virgínio	25	163.355,42	05.06.1996
	Nova Morada	46	363.000,00	31.10.1997
Campo Mourão	Pedro K. Júnior	49	348.000,00	13.10.1997
Corumbataí do Sul	Novos Caminhos	38	290.400,00	31.10.1997
Engenheiro Beltrão	Francisca F. Borges	53	314.600,00	19.06.1996
	Portal do Sol	37	227.408,99	21.12.1999
Farol	Nossa Senhora Aparecida	39	273.176,00	25.07.1997
Fênix	Boa Esperança	26	146.410,00	18.12.1998
	Vale Verde	26	223.517,49	25.04.1997
Iretama	Cidade Nova	80	726.000,00	20.07.2001
	Colinas Verdes	44	484.000,00	06.07.2001
	Colméia	42	273.238,02	18.11.1998
	S. Rita de Cássia	27	196.262,00	17.04.2001
Luiziana	Novo Horizonte	23	168.841,00	14.12.1995
	Valinhos	63	475.681,61	13.03.2000
Mamborê	Alvorada	19	126.261,00	26.06.1998
Peabirú	Lary Calixto Razzolini	34	206.348,47	14.12.1995
Quinta do Sol	Judite Rodrigues	28	168.941,67	05.11.1999
	Sol Nasce para Todos	31	203.000,00	18.04.1997
Roncador	São João	34	281.484,68	05.06.1998
	União	31	242.000,00	05.06.1998
Terra Boa	Nova Jerusalém	78	484.000,00	30.07.1999
	Recanto Verde	53	338.800,00	05.12.1997
Total	28 vilas rurais	1.067	7.724.210,86	--

Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2012).

Terra Boa, Araruna e Luiziana, que se destacam em razão das agroindústrias, empresas rurais, de facção, dentre outras, há maior capacidade de emprego e renda, como exemplo citamos o caso da Tyson no município Campo Mourão e a Sabarálcool no município de Engenheiro Beltrão, ambos absorvem significativa parcela de mão de obra dos “vileiros”.



Representação da localização das Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão

Fonte: Andrade, Áurea (2005).

Excluídas as exceções, os vileiros, de modo geral, são trabalhadores que vivem em condições precárias e o lote, de 5 mil m², não diminui a pobreza dessas pessoas, visto que a renda é extremamente baixa e as sobras da produção são insuficientes para gastos domésticos e/ou investimentos nos lotes. Contudo, a filosofia do governo com a implantação das vilas era mão de obra disponível para agronegócio e o lote serviria para a complementação de renda. Desse modo, interpretamos que a estratégia do governo era priorizar os municípios que contemplavam agroindústrias e empresas rurais.

É importante destacar que os lotes e a organização das atividades produtivas propostas no Projeto era a diversificação e que esta viesse a reduzir o impacto da pobreza dos trabalhadores rurais. Contudo, conforme já enfatizado, a pobreza é o estado de carência em que vive a população, que são impossibilitados, por escassez de renda ou inexistência de bens e consumo, para satisfazer as suas necessidades mais elementares. Desse modo, não basta ter

uma unidade de produção, de meio hectare, nem mesmo uma casa, é preciso criar meios que possam incluí-los ao desenvolvimento, por meio de trabalho, escolarização, acesso ao lazer e à cultura. Somente com esse propósito será possível garantir a cidadania dos vileiros.

Evidenciamos também que há, na região, diferenças quanto ao número de vilas e de habitações por município. Dentre elas, destaca-se a vila de Iretama, maior em números de habitações, totalizando 80; a vila do município de Ara-runa com apenas 12 habitações, número extremamente baixo se comparado com a média da região, que é de 38 casas por município, conforme tabela da p. 58.

Como já foi assinalado, anteriormente os benefícios contemplavam especialmente os municípios que possuíam expressivo número de trabalhadores rurais. Entretanto, a quantidade de vilas rurais não é compatível com o número de trabalhadores rurais.

Para promover o desenvolvimento e melhoria na renda dessas famílias, é necessário também considerar o investimento em educação. Segundo Graziano da Silva (2001), a educação é um dos instrumentos fundamentais de apoio às políticas de desenvolvimento rural. Sem dúvida, os indivíduos com maior grau de escolaridade terão mais garantia de acesso ao trabalho e, consequentemente, aumento da renda.

Do ponto de vista do uso da terra, as atividades principais se caracterizam pela produção agrícola, com peculiaridades em algumas das vilas, em razão das especificidades de produção de cada município, associadas às condições naturais (solo, relevo e clima), econômicas e culturais. Assim, as vilas localizadas nos municípios de terrenos dissecados predominam as culturas de milho, feijão, arroz. Outro fato que se deve destacar é a trajetória de vida dos vileiros, visto que, parte desses, trouxe consigo a aptidão com a cafeicultura. Esses reflexos indicam que esta cultura está presente em quase todas as vilas, a sua incidência é maior nos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Peabiru.

No entanto, a cultura da soja, apesar de ser uma cultura típica de grandes propriedades, desenvolvida com elevado nível de mecanização, apresenta-se cultivada em alguns lotes. A presença da soja, nesse caso, também está associada às particularidades da região, ou seja, ser uma das mais importantes produtoras de grãos (soja e milho) do Paraná.

A degradação ambiental nas vilas rurais encontra-se vinculada às práticas de algumas culturas, que necessitam da utilização de mecanização (máquinas e por tração animal), sem o mínimo de cuidado com o solo. As práticas de conservação do solo como, por exemplo, as curvas de nível são inexistentes. As justificativas estão centradas na falta de recursos para corrigir o solo, sendo que esta correção é onerosa, o que inviabiliza a produção.

Constatamos que uma das alternativas para a geração de renda das famílias é a fruticultura, especialmente as vilas localizadas na porção leste da Microrregião. Como exemplo, na Vila Rural Nova Morada do município de Barbosa Ferraz, os vileiros encontraram uma alternativa de cultivarem o maracujá, visto que há um mercado de compra desse produto, a Coaprocot do município de Corumbataí do Sul, conforme já enfatizado.

O acesso ao mercado, por meio da Cooperativa é uma situação recente de superação. Em estudo realizado nas vilas rurais em 2005, ressaltamos que a região tinha um mercado difícil “não há mercado para determinados produtos, para os quais foram orientados, como exemplo, o cultivo de maracujá. Verificamos que vários são os lotes ocupados com essa cultura, porém a maior parte dos vileiros alegava que não consegue comercializá-lo” (ANDRADE, 2005, p. 138).

A luta dos pequenos produtores de Corumbataí do Sul, com a criação da cooperativa Coaprocor, reflete até na organização das vilas rurais, ao menos as que estão mais próximas da Cooperativa, conforme relato do Carlos Alves de Souza, gerente da Coaprocor, para o jornal Tribuna.

Apenas 15 quilômetros de Corumbataí, na Vila Rural Novos Caminhos, município de Barbosa Ferraz, cada propriedade tem cinco mil metros quadrados. Nesse espaço, cerca de 90% dos moradores tiram o sustento das famílias com o cultivo do maracujá e toda a produção é entregue para a cooperativa. Lá, os moradores têm obtido uma renda por safra de aproximadamente 20 mil reais. “O mais interessante é que de novembro a agosto o dinheiro cai semanalmente na conta”, relata Souza. Na Vila Rural existem 46 lotes. “Como é Vila Rural, eles não têm muita alternativa. A vantagem do maracujá é que tem segurança. Se produzir, tem para quem vender. É uma venda sem risco de perder dinheiro” (TRIBUNA, julho de 2012).

É importante destacar o papel importante da cooperativa para os pequenos produtores, porém, ainda é necessário maior incentivo para que outros pequenos produtores tenham acesso, em especial os vileiros. Nesse sentido, o senhor Leonildo Haracenko⁷, presidente da Associação de Moradores da Vila Rural de Campo Mourão, avalia que houve uma tentativa para incentivar a produção de maracujá na vila, com objetivo de comercializar à Coaprocor, porém os poucos vileiros que arriscaram a cultivar não obtiveram um resultado satisfatório e abandonaram, alegando a distância e falta de incentivo.

Ainda de acordo com o senhor Leonildo Haracenko, na vila não tem trabalho coletivo, a característica é a produção individual, porque uma parte dos moradores trabalha na cidade e a outra parte na Agroindústria Tyson, o que significa que não dependem da produção do lote.

Porém, muitos moradores reclamam das dificuldades, Márcia Lima⁸ moradora da Vila Rural Nossa Senhora Aparecida de Martinópolis distrito de Farol, em entrevista, relatou que seu lote não é produtivo porque não tem condições de plantar “somos quatro pessoas aqui na casa, eu, meu marido, meu pai que é cego, minha mãe que teve a perna amputada recentemente, e meu filho de um ano. Meu marido está desempregado, eu não posso trabalhar, vivemos da aposentadoria da minha mãe e só os remédios dela ficam mais de R\$150,00 por mês, sobra muito pouco, não dá para plantar”. A senhora Márcia Lima também

⁷ Entrevista com senhor Leonildo Haracenko, presidente da Vila Rural de Campo Mourão cedida dia 26 de maio de 2013.

⁸ Entrevista com a senhora Márcia Lima, moradora da Vila Rural Nossa Senhora Aparecida do Distrito de Martinópolis município de Farol, cedida à autora no dia 30 de maio de 2013.

ressalta que é moradora da vila desde o início e antes era moradora na cidade de Farol, e sua casa era um barraco de lona, e todos da família trabalhavam de “boa-fria”. Hoje apesar das dificuldades para cultivar no lote, ela enfatiza que tem uma casa que está aumentada, “mas nós não tivemos ajuda de ninguém, foi trabalhando por dia mesmo”.

Observamos durante nossas visitas às vilas rurais que hoje, em termos de produção, esses territórios estão abandonados, isto é, sem assistência técnica e incentivo à produção. No entanto, os moradores ainda têm esperança no apoio do Estado, especialmente relativos a financiamentos e orientação técnica que são as maiores expectativas dos vileiros, embora aleguem que são mais de 10 anos de total abandono dos órgãos públicos estaduais.

Ora, a construção desses territórios foi realizada, principalmente, pelo Estado para garantir mão de obra ao patronato rural. Estes trabalhadores deveriam ser assistidos com incentivo ao menos para produção, o que garantia parte da sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a investigação observamos que os problemas emergentes no campo são resultantes da articulação do sistema Estado e do Capital, a começar pelo processo desencadeado pela implantação de inovações tecnológicas que permearam o setor agrícola. Sua aplicação, aliada à falta de infraestrutura condizente com a realidade do trabalhador rural, tornou-a um dos principais sustentáculos das questões sociais. Portanto, esses acontecimentos que repercutem no presente, nada mais são do que preceitos engajados de um passado recente, que transformou o homem do campo num exército de reserva de mão-de-obra, concentrado ou não, onde um dos modelos culminou para o aparecimento das Vilas Rurais.

Apesar de todas as inquietações e angústias dos trabalhadores rurais, os protagonistas políticos, nas diferentes esferas, nada fizeram. O avanço tecnológico era inevitável e, da mesma forma que o Estado se preocupou com alguns segmentos econômicos, o mesmo deveria ter acontecido com a população rural, ou seja, deveria ter realizado planejamentos em longo prazo, o que atenuaria não só o êxodo rural, mas as suas consequências, bem como, o caos da violência, da fome, da miséria, entre outros.

Desse modo, não basta o governo apenas promover políticas compensatórias, mas sim, políticas de ações voltadas para inclusão dessas pessoas, promovendo o desenvolvimento das Vilas, nos aspectos econômico, social e cultural. Do mesmo modo, o governo deveria incentivar a produção associativa para propiciar maior produção, consequentemente, melhorar a renda per capita da população e o aumento da qualidade de vida e de emprego, dando condições ou oportunizando-as. Assim, o projeto teria sustentabilidade, fato que não foi comprovado na pesquisa realizada nas vinte e oito Vilas da microrregião de Campo Mourão, em razão da falta dessas ações.

Com sentido antagônico, a política de governo com o programa Vila Rural,

atende os marginalizados do progresso econômico e, ao mesmo tempo, garante reserva de mão-de-obra no campo para as cooperativas, agroindústrias, enfim, ao “patronato rural”. Neste sentido, a ambiguidade do programa é legitimada.

Assim sendo, cada governo se sobressai em um projeto de ação política visando a um legado, em outras palavras, procuram deixar uma marca que sirva para promovê-los e garantir a continuidade na carreira política, mas poucos se preocupam em contribuir com políticas que poderiam resolver ou amenizar parte dos problemas sociais, em especial o da pobreza, em que vive grande parcela da sociedade, em especial os vileiros. Contudo, é preciso reconhecer que houve uma tentativa em benefício da população marginalizada. A condição de miséria em que a maioria desses assentados vivia, em parte foi amenizada, pelo menos com habitação. Quanto às condições de mantê-los nas Vilas, dependerá do apoio contínuo do governo, o que é preocupante, dado às rivalidades políticas. Cumpre lembrar que esse novo modelo de habitação, no cenário rural, em “benefício da população” excluída do campo, é tênue diante do colapso social para o qual Estado cooperou.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. A. V. Poder, Estado e Capital nos Processos Des-Re-Territorialização no Campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão-PR. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2013.
- ANDRADE, Áurea A. Viana de. Vilas rurais da microrregião de Campo Mourão. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ALBUQUERQUE, R. C. de; VELLOSO, J. P. dos R. (Org). *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CORRÊA, J. M.; CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. de O. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano: mudanças no espaço rural e práticas institucionais: a exemplo da ilha de Santa Catarina. In: AGETEO – Associação de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 26, n.1, p. 37-58, abr/2001.
- IBGE – *Censo agropecuário*. Paraná: 1970, 1980, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1970–1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA J. & BIANCHINI, J. M. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento rural*. Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.
- GUIMARÃES, A. A.; MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B; MAGALDI, S. B. *A Propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais*. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.

- IPARDES. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Sul/** IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.
- IPARDES. **Avaliação da atividade vilas rurais: síntese regional e macrorregional.** Curitiba: IPARDES, 2000.
- KLEINKE, M. L.; DESCHAMPS M.V.; MOURA, R. Movimentos migratório do Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento/* IPARDES, Curitiba, n. 82, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- MORO, Dalton Áureo; ALEGRE, Marcos. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. In: *Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, a. 84, n.1, 1986.
- MORO, Dalton Áureo. **A Modernização da agricultura.** In: VILLALOBOS, J.G. (Org). *Geografia social e agricultura no Paraná*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia /UEM, 2001.
- PARANÁ. **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural. Subprograma: vilas rurais.** Curitiba, 1995.
- PARANÁ. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, mar/1997.
- PARANÁ. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Programas habitacionais do Governo do Paraná: um registro histórico nas páginas da imprensa**, Curitiba, dez/2002.
- PONTE, Karina Furini da. Reflexões sobre o Programa Vila Rural a partir de algumas ideias propostas por Ignácio Rangel. In: *Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina*, Londrina, v. 11, n. 2, jul/dez/2002.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 4. ed. São Paulo: Graal, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- ROMERO, J. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão agrária hoje.** 3. ed. Porto Alegre: UFGS, 2002.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CAPÍTULO IV

A história das vilas rurais de Paranavaí a partir das narrativas de seus moradores

Maurílio Rompatto¹
Julia Mariana Ramos de Oliveira²

De acordo com Maurílio Rompatto (2019), em seu artigo *História e Memória da colonização do Noroeste do Paraná: a Colônia Paranavaí* (2019), o projeto de colonização do Noroeste do Paraná é bastante antigo e começou a ser planejado já em 1917, quando o governo do Estado reconheceu uma concessão federal de 2.100.000 hectares de terras de seu território ao grupo norte-americano Brazil Railway Company por este ter construído entre os anos de 1897 e 1910 o trecho paranaense da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Essa área de terras foi concedida no “apagar das luzes do Império”, no dia 9 de novembro de 1889, quando D. Pedro II por meio do Decreto nº 10.432, a concedeu em pagamento para a companhia que viesse construir a Ferrovia São Paulo-Rio Grande e que, neste caso, foi construída pelo referido grupo através de sua empresa a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (ROMPATTO, 2019, p. 17-18).

Em 1920 a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande transferiu os 2.100.000 hectares das terras para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), empresa do mesmo grupo (Brazil Railway Company), como pagamento para a construção de ramais ligando o tronco principal da ferrovia São Paulo-Rio Grande a outras regiões do Estado, entre os quais, um ramal ligando a ferrovia ao rio Paraná. Entre as terras transferidas à Braviaco estava a gleba Pirapó, de 250.000 hectares no Noroeste do Estado. Em 1926, a empresa iniciou a “ocupação” da gleba com a formação da Fazenda Ivaí que deu origem

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Campus de Assis (2004) e professor no Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí. E-mail: mrompatto@gmail.com.

² Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí e bolsista da fundação Araucária no projeto de iniciação científica A História das Vilas Rurais de Paranavaí através das Narrativas de seus Moradores, com vigência no período de 10 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020. E-mail: juliaoliveirao612@outlook.com.

ao povoado Montoya. No final da década de 1920 o povoado já constituía uma população estimada de seis a sete mil habitantes. Por conta de seu crescimento populacional no dia 13 de abril de 1929 a localidade foi elevada à categoria de Distrito Judiciário do Município e Comarca de Tibagi (ROMPATTO, 2019, p. 21-22).

Como a Braviaco não construiu o ramal ferroviário até o rio Paraná, sua concessão foi cancelada pelo interventor Mario Tourinho durante a “Revolução de 1930” e as terras devolvidas ao Estado. Contudo, o confisco da gleba Pirapó pelo governo contribuiu à época para uma relativa decadência do povoado Montoya e essa parte da região Noroeste ficou relativamente abandonada pelas autoridades permitindo a ação de grileiros que passaram a disputar as terras através de antigos documentos e falsos títulos de propriedade, denominados “grilos” (ROMPATTO, 2019, p. 26).

No ano de 1933 o interventor Manoel Ribas procurou conter a grilagem criando a “Fazenda Brasileira” como propriedade do Estado, no lugar da antiga Fazenda Ivaí confiscada da Braviaco. Em 1942 o mesmo interventor instituiu a Colônia Paranavaí no lugar da antiga Fazenda Brasileira e em 1944 oficializou sua [re]ocupação fazendo concessões a companhias colonizadoras para lotear e vender as terras. Esse novo processo de colonização formou o atual município de Paranavaí e outros municípios próximos, como Guairaçá, Tamboara, São Carlos do Ivaí, Paraíso do Norte, Nova Aliança do Ivaí, Amaporã, Mirador, Planaltina do Paraná, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Terra Rica, Santa Cruz de Monte Castelo, Marilena, Nova Londrina, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Loanda, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Querência do Norte (ROMPATTO, 2019, p. 28).

No processo de [re]ocupação das terras da Colônia Paranavaí, os municípios de Paranavaí, Nova Aliança do Ivaí e Amaporã foram colonizados diretamente pelo Estado, ao passo que as demais áreas ou municípios foram colonizados por empresas privadas ou companhias de terras.³ “O município de Paranavaí foi criado no dia 14 de novembro de 1951 através da Lei Estadual nº 790, com território desmembrado de Mandaguari. Sua instalação oficial deu-se em 14 de dezembro de 1952 com a posse do primeiro prefeito, José Vaz de Carvalho” (ROMPATTO, 2019, p. 31-32).

Com uma população estimada em 88.922 habitantes (IBGE, 2020), o município de Paranavaí destaca-se, atualmente, como polo regional em várias atividades econômicas. Além da agricultura e da pecuária, o município possui um amplo parque agroindustrial do qual se destacam a mandiocultura com várias fecularias, a avicultura com um complexo de abatedouros de frangos e a produção cítrica de laranja destinada à indústria de suco concentrado. A maior parte da mão de obra ativa do município encontra-se empregada no setor agroindustrial e, depois dele, vem o comércio como o setor que mais

³ Da Colônia Paranavaí o Estado colonizou apenas as áreas dos atuais municípios de Paranavaí, Amaporã e Nova Aliança do Ivaí, as demais áreas foram colonizadas por companhias particulares que receberam concessões do Estado para essa finalidade. Este assunto é tratado na íntegra em outra coletânea do grupo publicada em 2019, pela editora CRV de Curitiba, sob o título “A Colônia Paranavaí: da ‘Revolução’ de 1930 ao golpe civil-militar de 1964”.

emprega. Mas resta ainda uma parcela considerável de sua população que atua como mão de obra volante ou sazonal, denominada boia-fria, a que tem emprego apenas em algumas ocasiões do ano, principalmente nas colheitas da mandioca e da laranja! Foi para atender essa parcela excluída da sociedade que o ex-governador Jaime Lerner implantou seis vilas rurais no município.

Ao assumir o governo do estado do Paraná no dia 1 de janeiro de 1995 para seu primeiro mandato, o ex-governador Jaime Lerner, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), lançou seu plano de governo denominado *Paraná 12 Meses*, por meio do qual implantou o *Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador* que incluiu como subprograma o projeto de 405 vilas rurais que foram instaladas em todo o Paraná no período de 1995 a 2002 envolvendo 272 dos 399 municípios paranaenses. Esse programa social teve por objetivo, segundo o ex-governador, melhorar as condições de vida do trabalhador rural boia-fria do Estado com *terra, casa e trabalho*. Ao todo, foram contemplados 80 mil trabalhadores rurais, em sua grande maioria boia-fria, o equivalente a 15.609 famílias com casas em chácaras de 5.000 m² ou meio hectare cada uma em média. O projeto incluiu também uma pequena infraestrutura, com poço semiartesiano e água encanada, energia elétrica de padrão monofásico, estrada cascalhada e um pequeno barracão comunitário denominado “galpão de artes e ofícios” para a realização de cursos técnicos e demais atividades voltadas para a comunidade.

O projeto consolidou-se em 1997, quando passou a contar com o apoio financeiro do *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento* (BIRD), também conhecido por *Banco Mundial*. Segundo Fernandes e Ponte (2002), para implantar o projeto das vilas rurais, o governo de Jaime Lerner também firmou parcerias com as prefeituras dos municípios em que elas foram instaladas e buscou apoio nos diversos órgãos do Estado, dentre os quais: a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR); o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR); a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP); a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERSHA); a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Companhia de Energia Elétrica (COPEL); o Instituto Ambiental do Paraná (IAP); a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR); a Secretaria do Estado do Emprego e Relação do Trabalho (SERT) e a Secretaria do Estado da Saúde (SESA) (FERNANDES; PONTE, 2002, p. 115).

Os municípios que demonstrassem interesse em aderir ao programa deveriam doar o terreno e constituir uma comissão própria para acompanhar a sua instalação. A seleção dos moradores foi realizada pelos técnicos das secretarias de governo mencionadas acima e ocorreu a partir de critérios pré-estabelecidos pelo projeto. Para obter o lote com a casa da vila rural, o candidato deveria de ter no máximo 55 anos, constituir família ou ter filhos, morar há mais de dois anos no município, exercer atividade remuneratória de caráter temporário

em áreas rurais, ter renda máxima de três salários mínimos e estar morando em habitações precárias ou pagando aluguel. “Pelo contrato, os atendidos recebiam a concessão de uso por 60 meses, impedidos de vender os lotes ou agregar novas moradias nos mesmos” (BANA, 2001 *apud* GUILHERME, 2014, p. 61).

O programa social do ex-governador Jaime Lerner implantou seis vilas rurais no município de Paranavaí: Águia Dourada, Monte Alto, Nova Vida, Santa Mônica, São João e Vereador José Dolvino Garcia. A Vila Rural Águia Dourada, a mais próxima da área urbana de Paranavaí, foi inaugurada em 2001, com 77 chácaras. A Vila Rural Monte Alto, localizada no Distrito de Piracema é, a menor delas com 22 chácaras. Essa vila rural foi inaugurada em 2001. A Vila Rural Nova Vida, localizada no Distrito Sumaré, foi inaugurada no dia 11 de janeiro de 2000 com 105 chácaras. A Vila Rural Santa Mônica, localizada no Distrito de Graciosa, foi inaugurada em dezembro de 2000 contando com 41 chácaras. A Vila Rural São João, localizada na Estrada Caiuá, antiga “Estrada Velha São João”, foi inaugurada em 2002 com 59 chácaras. A Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia foi instalada no Distrito de Mandiocaba no dia 15 de dezembro de 1999, com 48 chácaras. Enquanto as demais vilas rurais de Paranavaí e do Estado possuem chácaras de 5.000 m² ou de meio hectare em média cada, a Vila Rural Santa Mônica possui chácaras maiores, com 12.100 m² ou meio alqueire paulista cada.

A METODOLOGIA E A PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

A maioria dos trabalhos acadêmicos realizada sobre o projeto das vilas rurais em todo o estado do Paraná na época em que o mesmo foi implantado, entre 1995 e 2002, se apoiou em fontes oficiais produzidas pela propaganda do governador Jaime Lerner, reproduzindo seu discurso e enaltecedo o projeto sem apontar para seus problemas ou contradições. Entre estes trabalhos encontra-se a dissertação de mestrado *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*, defendida por Luzia Bana, em 2001. A autora, ao tratar da instalação de duas vilas rurais do município de Paranavaí — Vereador José Dolvino Garcia e Nova Vida —, utilizou-se de fontes oficiais do governo reproduzindo seus dados, bem com seu discurso em prol do projeto sem problematizá-los.

Além daquelas secretarias de governo mencionadas anteriormente, para implantar seu projeto o governo contou com os estudos do IPARDES e com a divulgação dos demais órgãos de imprensa do próprio governo que procuravam dar visibilidade ou publicidade ao projeto. A propaganda do ex-governador Jaime Lerner em torno das vilas rurais foi tão intensa à época em que elas foram implantadas que em 1998 seu projeto foi escolhido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) como um dos 20 melhores na área de gestão pública e cidadania. Ao citar os objetivos do programa o *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania* (1998, p. 118) enfatizou que “o objetivo principal do projeto das vilas rurais é o de atender famílias de trabalhadores rurais boias-friás, fixando-as em seu próprio meio, garantindo-lhes moradia e terra, para que saiam da condição de miserabilidade em que vivem”.

Além de todo esse aparato publicitário a seu favor, o governo Lerner ainda

criou a *Revista de Divulgação do Programa Vila Rural* com o objetivo exclusivo de divulgar o projeto. Em seu trabalho, Luzia Bana, citou uma publicação dessa revista, de novembro de 1996, em que a mesma publicou o discurso de lançamento do ex-governador, no qual disse que “[...]. A vila rural poderá ser um exemplo em que assentamentos humanos estarão associados às atividades econômicas, visando assegurar terra, trabalho e bem-estar à comunidade” (RE-VISTA DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA VILA RURAL, Nov/96, *Apud BANA*, p. 08).

Por conta de sua intensa propaganda, em 1998, o *Bird* (Banco Mundial) acenou para dar continuidade ao financiamento do projeto. Segundo matéria do jornal *Folha de Londrina* de 20 de junho de 1998, “devidos aos ‘excelentes resultados’ do programa, uma iniciativa inédita no país e que está sendo apresentada ao mundo pela ONU (Organizações das Nações Unidas), como modelo de fixação do homem ao campo” (FOLHA DE LONDRINA, 20 de junho de 1998).

Na época em que o programa das vilas rurais era apenas um projeto em execução, entre 1995 e 2002, ele não oferecia ainda ao pesquisador acadêmico o “laboratório” de experiências em que cada uma das vilas rurais nos oferece hoje, principalmente depois de transcorridas duas décadas desde que o mesmo foi implantado. Na época de sua implantação, ao mesmo tempo em que causava um relativo entusiasmo ao público em geral e ao público acadêmico em particular, o projeto das vilas oferecia poucos dados empíricos para verificação e análise ao estudioso do assunto, o que não permitia ainda que o mesmo fosse colocado à prova de teorias acadêmicas. Por isso, de posse apenas do projeto, da propaganda ou do discurso do governo, Luzia Bana não poderia ter ido além da reprodução de seu discurso.

Bana defendeu sua dissertação em 2001 com o processo de implantação do projeto das vilas rurais em andamento, pois teve início em 1995 e foi concluído em 2002. Das seis vilas rurais implantadas em Paranavaí, apenas duas delas estavam prontas ou recém-inauguradas: Vereador José Dolvino Garcia, em 15 de dezembro de 1999 e Nova Vida, no dia 11 de janeiro de 2000. As demais vilas rurais seriam implantadas no período final de sua pesquisa. Neste sentido, sua fonte principal foi o projeto em si e não a realidade dos vileiros. Ainda que na conclusão do trabalho Bana tenha tecido algumas críticas ao projeto, ao longo do mesmo houve mais elogios que críticas, uma vez que sua compreensão do projeto das vilas rurais traduzia a expectativa do momento, ou seja, de que se tratava realmente de um programa de inclusão social que tinha tudo para dar certo, bastaria apenas “acreditar nas potencialidades desta categoria social de excluídos”, os boias-friás. Senão vejamos:

O Programa Vilas Rurais pode ser visto como um conjunto habitacional diferenciado, onde o cidadão financia a casa e recebe um pequeno lote para plantar. As Vilas têm como objetivo principal a melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais volantes — os boias-friás — mas, para isso, é preciso acreditar nas potencialidades desta categoria social de excluídos, para conquistarem padrão de vida menos desigual, mais digno e de forma mais permanente (BANA, 2001, p. 173).

Transferir a responsabilidade pelo sucesso do projeto aos vileiros também foi a intenção do ex-governador, já que os moradores entrevistados nos disseram

que uma vez colocados nas vilas rurais foram abandonados e que o governo não lhes deu mais nenhuma assistência para se manterem na terra. Depois de decorridos vinte anos da implantação das vilas rurais de Paranavaí, entre 1999 e 2001, até a data dessa pesquisa de iniciação científica, entre 2019 e 2020, quando foram ouvidos os moradores de suas vilas rurais, foi possível obter deles que aquele discurso entusiasmado acerca do projeto do governo se perdeu com o tempo, uma vez que a prometida inclusão social, na prática, não aconteceu.

Ainda em relação à metodologia empregada por Luzia Bana em sua dissertação, a rigor, quase todas as informações colhidas por ela na pesquisa para esse trabalho, vêm do projeto das vilas rurais ou de fontes oficiais do governo. Porém, ao contrário do que se possa imaginar, reside aí a importância de sua pesquisa, porque reúne boa parte do acervo documental produzido por Jaime Lerner e seus órgãos de governo acerca do projeto das vilas rurais. No entanto, sua dissertação de mestrado não se constitui apenas de uma boa fonte documental sobre o tema, como é também uma referência no assunto, principalmente quando se trata do estudo das vilas rurais da microrregião de Paranavaí e do projeto do governo em si. Neste aspecto, é inegável a contribuição de Luzia Bana para o estudo das vilas rurais, tanto que seu trabalho é citado em mais três capítulos desta coletânea, nos capítulos I, II e VI.

Ademais, não foram poucos os pesquisadores que, como Bana, se entusiasmaram com o projeto das vilas rurais no contexto em que ele foi implantado. Não foram todos, é verdade! Mas a maioria dos pesquisadores acadêmicos que na época escreveu sobre o tema utilizando-se apenas de fontes do governo, até porque ainda não existiam outras fontes para serem consultadas, acabou reproduzindo o discurso da história oficial. De acordo com Sá e Tomanick (1998, p. 02):

[...] entende-se por história oficial aqueles estudos elaborados numa situação em que um grupo ou classe social exerce o poder formal em determinado espaço geográfico e temporal e que adotam, como base factual, primordialmente, documentos elaborados por membros da elite dominante ou pelo aparato burocrático estruturado para o exercício de seu poder.

Deste modo, cabe ao historiador da história oral fazer uma análise crítica, aprofundada, que permita trazer de baixo uma história problema. Neste caso, tornou-se imprescindível o uso de entrevistas com os moradores das vilas rurais com perguntas abertas que permitissem aos mesmos ficarem à vontade para discorrer sobre suas experiências de vida antes, durante e depois de inauguradas as vilas rurais. Por isso, o questionário da entrevista para essa pesquisa incluiu perguntas sobre as promessas ou expectativas criadas pela propaganda do governo Jaime Lerner sobre o projeto das vilas rurais e, principalmente, das dificuldades enfrentadas pelos moradores na adaptação ao meio social da vila rural, como pessoas que foram transmigradas de um meio para outro.

Enfim, para que uma entrevista em história oral alcance êxito é preciso, antes de tudo, deixar o entrevistado à vontade para falar sobre o assunto pesquisado com poucas intervenções. Porém, é necessário durante a entrevista ter a sensibilidade de considerar importante também o que o entrevistado considera

importante. Afinal, como afirma Portelli (1997, p. 22), “a arte essencial do historiador é a arte de ouvir”. Entrevistas rigidamente estruturadas, fechadas, que busca por dados estatísticos objetivos são importantes sim para uma pesquisa empírica de campo, mas neste caso em particular, o historiador não se atenta para as opiniões ou impressões do entrevistado sobre o assunto pesquisado. Ou, como ainda diz Portelli (1997, p. 35), “Entrevistas rigidamente estruturadas podem excluir elementos cuja existência ou relevância fossem desconhecidas previamente pelo entrevistador e não contempladas nas questões inventariadas”.

Enfim, o emprego da metodologia da pesquisa em história oral com questões abertas valoriza o sujeito em sua própria história e permite ao pesquisador trazer à tona uma história problema, diferente da história oficial. Assim, através da metodologia da pesquisa oral ou de entrevistas com os moradores das vilas rurais de Paranavaí será possível obter deles narrativas construídas a partir de suas experiências ou perspectivas. Durante essa pesquisa de campo foram entrevistados oito moradores das vilas rurais de Paranavaí. O número de entrevistados poderia ter sido maior se não fosse a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). Neste sentido, a pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas com os moradores ficou prejudicada pela necessidade de distanciamento social. Mesmo assim, os que foram entrevistados, antes da pandemia, contribuíram com excelentes narrativas acerca de seu cotidiano no espaço da vila rural em que residem.

A primeira entrevista foi realizada no dia 19 de novembro de 2018, com Santos Alves Camargo e Francisca Ferreira da Costa Camargo, moradores da Vila Rural Nova Vida. Em 6 de dezembro do mesmo ano foi realizada a entrevista com Guiomar Meneguci, moradora da Vila Rural São João. Essas duas primeiras entrevistas foram realizadas visando a elaboração desse projeto de pesquisa. As demais entrevistas já foram realizadas no período de sua execução, como as que ocorreram no dia 30 de setembro de 2019 com os vileiros João Guilherme May e Raimundo Nonato Luciano, ambos moradores da Vila Rural Águia Dourada; e a que ocorreu no dia 4 de novembro de 2019 com o casal João da Silva e Aparecida do Carmo, morador da Vila Rural Santa Mônica, essa localizada no Distrito de Graciosa. Os moradores das outras duas vilas rurais: Vereador José Dolvino Garcia, do Distrito de Mandiocaba e Monte Alto, do Distrito de Piracema, não foram entrevistados por conta da pandemia. Em período subsequente as entrevistas vieram transcrições, cujas narrativas extraídas serviram de fontes para subsidiar esse trabalho.

A escolha dos entrevistados teve por critério o fato deles estarem morando nas vilas rurais desde a época em que elas foram construídas e poderem, assim, oferecer narrativas que permitissem compreender até que ponto suas expectativas foram realmente atendidas pelo referido projeto, depois de duas décadas de sua implantação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escolhemos iniciar essa análise a partir do depoimento de Raimundo Nonato Luciano, morador da Vila Rural Águia Dourada que foi entrevistado no dia

30 de setembro de 2019, uma vez que sua história de vida guarda uma relativa semelhança com a trajetória dos demais trabalhadores rurais boias-frias de Paranavaí que foram contemplados pela COHAPAR com a chácara e a casa do projeto das vilas rurais. Sua narrativa apresenta uma história de vida cheia de representações e de significados e que, por isso, merece destaque. Então vejamos.

Nascido em Juazeiro do Norte, estado do Ceará, no ano de 1942, Raimundo Nonato Luciano, ou simplesmente “Nonato” como ele gosta de ser chamado, ainda se lembra da infância difícil, disse que: “Faleceu meu pai primeiro. Não conheci meu pai. Quando minha mãe morreu em 1946, eu estava com quatro anos de idade. Fui criado por parentes que não me deixaram estudar, só trabalhar” (LUCIANO, 2019).

Em 1962, fugindo da seca do Nordeste, Nonato chegou ao Paraná para residir com a família e trabalhar na abertura de uma fazenda em Planaltina do Paraná, já no período final de sua colonização. A colonização oficial do Noroeste do Paraná teve início em 1942, com a instalação da Colônia Paranavaí pelo interventor Manoel Ribas e terminou na década de 1960 quando suas terras “devolutas” já estavam todas “ocupadas”.

Na época em que chegou a região, o trabalhador rural Raimundo Nonato Luciano tinha 20 anos de idade e já era casado. Ainda em Planaltina do Paraná, Nonato trabalhou para um fazendeiro realizando serviços de derrubada de mato e formação de pastagens em regime de arrendamento.

Nesse regime de trabalho, normalmente os médios e os grandes proprietários, arrendavam suas propriedades para formação de lavouras ou de pastagens, cabendo ao arrendatário o desmatamento, a renda conseguida com a venda das madeiras e a receita da primeira safra (SÁ, 1998, p. 03).

No caso específico de Nonato foi um pouco diferente, ele disse que, enquanto arrendatário, ficou com a produção do cultivo da terra pelo período do arrendamento e no final do mesmo deixou a terra plantada com pastagem para o fazendeiro criar gado. Nonato disse ainda que nesse regime “trabalhava-se muito e ganhava-se pouco”. Ao ser perguntado como era a derrubada da mata, ele respondeu que era “na foice e no machado [...]. Primeiro a gente roçava com a foice e depois vinha derrubando com o machado” (LUCIANO, 2019).

Outras formas de exploração do trabalho na época da colonização da região Noroeste também foram lembradas por moradores de outras vilas rurais. Guiomar Meneguci, moradora da Vila Rural São João, entrevistada no dia 6 de dezembro de 2018, relatou que, por volta de 1955, quando ela, o marido e os filhos foram morar na Fazenda Cobrimco, nos municípios de Terra Rica e Guairaçá, disse que vivenciou um regime de trabalho parecido com o da escravidão. Segundo Guiomar, no lugar de salário o trabalhador recebia apenas um vale denominado “orelha de jegue” que era descontado no armazém da fazenda. “Com o vale é assim”, diz ela, “você vai ao mercado, se der para você fazer compras, tudo bem, se não der, você tem que fazer com aquele tantinho que tem”. Além das privações em que o sistema de exploração da fazenda impunha ao trabalhador, Guiomar relata ainda que com esse “vale” o trabalhador não tinha opção de comprar em outro lugar, apenas no

armazém da fazenda e de que os jagunços do fazendeiro não permitiam ao trabalhador cultivar um pedaço de terra e criar animais para sua subsistência. “Eles não deixavam a gente criar nem uma galinha”, concluiu a moradora (MENEGUCI, 2018).

Com isso, o vale “orelha de jegue” não dava para o trabalhador comprar tudo o que precisava para sobreviver. Por isso, diz ela:

Até fome passamos lá. Tive um filho de quatro anos que faleceu. Ele disse: “mãe, eu quero leite”. Tinha um fazendeiro perto de nós, rico, eu falei para o meu marido: “Eu vou lá ver se arrumo um litro de leite para dar para esse menino”. Cheguei lá, o homem falou: “nem vendo e nem dou” (MENEGUCI, 2018).

Ainda de acordo com Guiomar:

Quando cheguei com o litro vazio, ele falou: “Mãe, Mãe, cadê o leite”? Ele falava: “Mãe, eu quero leite”! Ele morreu de lombriga! Morreu todo inchado! Morreu com quatro anos! Adalto era o nome de meu filho que morreu por falta de um litro de leite que o fazendeiro não quis dar! (MENEGUCI, 2018).

Além disso, Guiomar conta que os trabalhadores não tinham liberdade para sair da fazenda para nada. Os jagunços montavam guarda a noite inteira em torno das casas para não deixar os trabalhadores fugirem dos maus tratos que sofriam. “Só podiam sair da fazenda com autorização do fazendeiro”. Ou seja, “nunca!”, Completou. Guiomar ainda se lembra da ocasião em que seu marido Lourenço sofreu um acidente de trabalho, “quando caiu um pau na cabeça dele”. Segundo Guiomar, assim que teve alta do hospital, o capataz da fazenda demitiu o senhor Lourenço. Em suas palavras:

Aí caiu um pau na cabeça de meu marido e ele ficou internado [...]. Quando o meu marido saiu do hospital com a cabeça toda enfaixada, aí ele — o patrão — chegou na nossa porta e falou bem assim: “Seu Lourenço, eu quero que o senhor desocupa a casa”. Eu falei: “O que é isso? Nós aqui há mais de oito anos, o pau caiu na cabeça dele e ele saiu do hospital ontem, agora o senhor chega e quer que a gente saia com uma mão na frente e outra atrás?” (MENEGUCI, 2018).

Além do marido de Guiomar ser demitido, sua família teve que desocupar a casa sob ameaças de ser morta pelos jagunços da Cobrimco. Segundo Guiomar: “E ele tocou nós da fazenda, nós falamos que não iríamos sair, ele falou que se não saíssemos, viria um jagunço à noite nos matar”. Com medo, ela, o marido e os quatro filhos, dos cinco que o casal teve, voltaram a residir em Paranavaí, e desta vez para trabalhar na fazenda de Luís Fontes. Em consequência do acidente de trabalho ocorrido na fazenda Cobrimco, Lourenço ficou cego e não pode mais trabalhar. Tentou uma ação indenizatória contra a fazenda, mas, segundo Guiomar, “não conseguimos nada, o nosso advogado foi ‘comprado’ pelo fazendeiro”. Depois dos quatro filhos crescidos e todos casados, Guiomar se mudou com o marido da fazenda dos Fontes para o Jardim São Jorge, área urbana de Paranavaí. Mais tarde, com o falecimento do marido, ela foi morar com um dos filhos na Vila Rural São João onde vive, atualmente, de uma pequena pensão deixada pelo falecido (MENEGUCI, 2018).

O casal Santos Alves Camargo e Francisca Ferreira da Costa Camargo (ele de Minas Gerais e ela da Bahia), morador da Vila Rural Nova Vida e que foi entrevistado no dia 19 de novembro de 2018, vivenciou uma situação de exploração muito parecida com a de Guiomar. Santos disse que no final da década de 1950, quando chegou a região, teve que trabalhar como peão na derrubada de mato para um fazendeiro em Querência do Norte. De acordo com Santos: “Lá nós derrubamos 300 alqueires. Mas não era apenas eu, tinha mais 32 peões trabalhando na empreitada”. Ao ser perguntado se havia muitos jagunços na área da derrubada da mata, ele respondeu que “Tinha! Tinha jagunço ali por praga, viu? [...]. Se facilitasse, morria à toa, [...], porque ali era lugar quente” (CAMARGO, S.A.; CAMARGO, F.F.C., 2018). Na época, o município de Querência do Norte recebeu a alcunha de “Querência da Morte” por conta de sua violenta colonização em que teve muita grilagem de terras.

Em seguida, o casal disse que de Querência do Norte mudou-se para Paranavaí e, na ocasião, no início da década 1960, Santos foi convidado para trabalhar na fazenda de Remo Massi, na comunidade Cristo Rei. Disse também que não aceitou o convite porque, segundo ele: “diziam que o fazendeiro era muito bravo. Aí falei: ‘para mim não dá, vou seguir meu rumo’. Fui pra Cambira primeiro e depois pra Apucarana (no Vale do Ivaí) colher café”. Depois de muito tempo trabalhando na lavoura cafeeira no Vale do Ivaí, o casal disse que com a geada de 1975, se mudou para Maringá. Segundo Santos: “Lá (em Maringá), não se trabalhava tanto na lavoura de café porque já tinha acabado, eu trabalhava mais com plantação de algodão, soja, milho, essas coisas” (CAMARGO, S.A.; CAMARGO, F.F.C., 2018).

De volta à Paranavaí, no início da década de 1980, o casal Santos e Francisca passou a trabalhar na colheita de mandioca para sitiantes e fazendeiros da região. Em 2000, o casal e os filhos, foram contemplados pelo projeto social do governo Lerner e colocados na Vila Rural Nova Vida para morar, onde estão até hoje (o depoimento do casal será retomado mais adiante).

Voltando ao depoimento de Raimundo Nonato Luciano, morador da Vila Rural Águia Dourada, este disse que ao encerrar o contrato de arrendamento com o fazendeiro de Planaltina do Paraná, continuou trabalhando como meeiro no cultivo de café para sitiantes e fazendeiros da região até 1975, quando aconteceu a “grande geada” que aniquilou os cafezais. Como muitos outros meeiros e pequenos produtores da região que perderam seus meios de vida por conta da geada e do consequente processo de mecanização do campo, Nonato mudou-se com a família para a cidade em busca de emprego e de uma vida melhor (LUCIANO, 2019).

A modernização na agricultura ocasionou, na época, o maior êxodo rural em todo o estado do Paraná. Em 1970 o Estado possuía 6.192.000 habitantes, dos quais 4.210.000 ou 68% habitavam o campo. De 1970 até o ano de 1986 migraram do campo para a cidade em torno de 2.600.000 habitantes. A maior parte foi para os grandes centros urbanos do Estado ou até mesmo para fora dele. Em torno de 1.200.000 deixaram o Paraná, dos quais 667.186 emigraram para o estado de São Paulo (IPARDES, 1993, p. 25).

No final da década de 1970 Nonato se mudou com a família para a capital paulista onde se empregou como operário em duas grandes empresas, na cer-

vejaria Brahma e na fábrica de refrigerantes Coca Cola. Disse que “lá foi bom” referindo-se ao salário, mas perdeu o emprego no final da década de 1980, e por isso voltou ao Paraná para novamente morar em Paranavaí, onde, por falta de emprego permanente, se obrigou a trabalhar como volante ou boia-fria para agricultores da região. Novamente em Paranavaí, Nonato e a família (a esposa e duas filhas) foram residir no Jardim Morumbi, em uma casa de aluguel. Moraram assim por mais de uma década até o ano de 2001, quando foi implantada a Vila Rural Águia Dourada sua família, juntamente com outras 76, foram cadastradas pela COHAPAR para receberem do governo uma pequena chácara de meio hectare cada, com uma pequena casa. Nonato disse que, no começo, a vida na vila rural foi muito difícil. “Chegamos aqui não tinha nada plantado, só a terra mesmo e a casa. Não tinha nada”! Na época ainda era casado e morava com sua esposa e as duas filhas, mas hoje separado mora na chácara com apenas uma das filhas que é solteira e trabalha no comércio da cidade (LUCIANO, p. 2019).

Ao ser perguntado se cultiva a chácara para vender o excedente, Nonato respondeu que no começo sim, quando “eu ainda tinha forças para trabalhar”. (O aposentado conta, atualmente, com setenta e oito anos de idade). Mas disse que na época, chegou a plantar até três mil e seiscentos pés de café no sistema adensado. “Eu tive café por uns cinco ou seis anos”. Ainda segundo Nonato “o café adensado é por pouco tempo” (diferente do plantio tradicional em que a cultura é permanente). Além de criar porcos e galinhas para consumir e também comercializar, principalmente os ovos. Em seguida passou a cultivar outras culturas como feijão, mandioca, batata-doce e, segundo ele: “venda tudo”! (LUCIANO, 2019).

Depois de sofrer um acidente, ao ser atropelado por um carro e fraturado a perna direita, Nonato disse que não consegue mais se locomover com facilidade. Mesmo com a cirurgia, não recuperou totalmente o movimento do membro fraturado — disse que a cirurgia foi malfeita e a perna sarou torta. Ele disse que o tratamento pelo Sistema Único de Saúde (sus) foi bom, teve até sessões de fisioterapia, mas teria que fazer uma nova cirurgia para corrigir o erro, o que foi descartado pelos médicos tendo em vista a necessidade de anestesia geral e no caso do paciente que é hipertenso não seria recomendável. Além do acidente que o fez perder a flexibilidade da perna direita, Nonato recentemente sofreu de um infarto. Disse que chegou a ser operado em um hospital de Arapongas, mas que a cirurgia do coração não resolveu totalmente o problema e que seria necessária uma nova intervenção para desobstruir uma das veias. Porém, depois de mais exames, o cardiologista constatou a inexistência do problema e de que o mesmo estava curado. Nonato, que é evangélico, atribuiu a cura a um “milagre”! (LUCIANO, 2019).

Atualmente ele vive de um salário mínimo da aposentadoria que conquistou por idade e apesar dos problemas de saúde, ainda cuida da chácara cultivando algumas culturas para complementar sua alimentação diária e disse que gosta muito de fazer isso, porque segundo ele “distrai. Agora mesmo eu já plantei milho, mandioca”. Porém, Nonato não cultiva mais com o objetivo de comercializar o excedente e nem tem forças para isso, mas disse que há alguns moradores da Vila Rural Águia Dourada que possuem hortas grandes com produção voltada para o comércio (LUCIANO, 2019).

Apesar das dificuldades, o aposentado disse que está contente em sua chácara porque, segundo ele, “a vila rural se tornou um bom lugar para morar. É muito sossegada, segura, não tem ocorrências quase, apenas de pequenos furtos, de pequenas coisas”! E em seguida concluiu: “só falta mais uma ajuda do governo para ficar melhor”. Em relação a essa ajuda, Nonato disse “que uma ‘verba’ para cercar a propriedade seria bem-vinda”, uma vez que ele cria galinhas soltas e por razões óbvias não consegue colher toda a produção de ovos. Ao mesmo tempo ele se lembra de que os moradores teriam direito a um pequeno recurso proveniente do seguro que pagam junto com a prestação mensal do imóvel. Este seria na ordem de mil reais destinado para a melhoria da chácara e de que os moradores até assinaram um recibo — “eu mesmo assinei, mas até hoje não chegou nada!”, lamentou (LUCIANO, 2019).

Em relação aos demais moradores, Nonato disse que em 2001, quando a Vila Rural Águia Dourada foi inaugurada, foram colocadas 77 famílias, mas que hoje, depois de quase 20 anos, tem mais de 150 famílias morando nela. Isto se deve, segundo ele, ao fato de “que os filhos foram se casando e construindo casas na chácara dos pais, porque têm espaço para isso”. Quanto à origem dos moradores da vila rural, Nonato disse que nem todos eram agricultores, “tem gente aqui que tem farmácia, não tem nada a ver com agricultura o que faz”. Ele falou que tem gente que não planta nada na chácara, porque não sabe plantar nem um pé de alfaca. “Eu acho assim, que foi um negócio mal organizado, por que muitas pessoas entraram aqui sem conhecimento de agricultura” (LUCIANO, 2019).

Outra situação colocada pelo entrevistado é a de que nem todos os moradores da vila rural vivem do cultivo da chácara, a maioria tem emprego na cidade. Este é o caso de João Guilherme May, vulgo Pelé, que reside na Vila Rural Águia Dourada desde 2001, quando foi construída, hoje conta com 55 anos de idade e trabalha na fecularia *Podium*, localizada na vizinha cidade de Tamboara. Ao ser entrevistado, May disse que o salário auferido na fecularia é suficiente para manter sua família, ou pelo menos não o faz depender do cultivo da chácara para sobreviver. “A chácara é mais um lugar para morar mesmo”, disse ele. Mesmo assim ainda cultiva mandioca e hortaliças para a subsistência, segundo ele: “Eu planto mandioca para fazer um bolinho aqui, tenho dois tanquinhos de peixes ali”. Disse também que “antigamente era para sair lei, para todo mundo fazer horta. Ali em cima”, apontando para os vizinhos, ele disse, “tem uma horta boa ali, também tem uma horta boa lá. Mas, como sou empregado da *Podium* não tenho como fazer isso, né”! (MAY, 2019).

Ao ser perguntado se a Vila Rural Águia Dourada tem cooperativa, “Pelé” respondeu que no começo quando foi inaugurada (2001) tinha uma associação de moradores, mas que “não deu certo” por que, segundo ele, “faltou apoio político”. Ao ser perguntado se o governo deu apoio à agricultura familiar, “Pelé” respondeu que sim, “quando foi inaugurada recebemos 2.400,00 reais para cultivar, quem queria criar frango podia pegar, quem queria plantar café podia pegar” (MAY, 2019). Em outro momento de sua entrevista Nonato também disse que no começo foi dado assistência. “Eu mesmo pedi que queria plantar café e aí veio mudas de café e adubo”, concluiu (LUCIANO, 2019).

A respeito da construção da casa, ao ser perguntado se o governo entregou a casa pronta, o casal Santos e Francisca, morador da Vila Rural Nova Vida, respondeu que a casa foi entregue pronta apenas por fora, não tinha repartição. Francisca, disse que era “repartida apenas no banheiro”. Santos explicou que no começo os moradores improvisavam repartindo “com o guarda-roupa e cortinas”. Mas segundo ele, “serviu né, para quem pagava aluguel”! Em seguida, Francisca lembrou que “não pegamos pronta não, tivemos que suar muito para terminar essa casinha aqui” (CAMARGO, S.A.; CAMARGO, F.F.C., 2018).

Enfim, a execução do projeto de construção da COHAPAR incluiu a participação dos moradores na forma de mutirão, em que o governo financiou o terreno e o material de construção suficiente apenas para construir as paredes externas da casa e o vileiro entrou com sua mão de obra e com o material de acabamento, uma vez que o governo não entregou a casa pronta!

A respeito do abastecimento de água, Nonato disse que no começo, em 2001, quando de sua inauguração a Vila Rural Águia Dourada tinha um poço semiartesiano comunitário com água impulsionada por bomba elétrica, em que os moradores pagavam apenas cinco reais mensais da energia consumida pela bomba. O sistema era administrado pela associação dos moradores. Depois, segundo ele, este valor subiu um pouco mais, para dez reais, mas muitos dos moradores acharam caro e não quiseram pagar. “Aí começou aquela briga, alguns pagavam certinho, outros não. E tinha gente que falava assim: ‘eu prefiro pagar para a Sanepar, mas para a vila rural eu não pago’”. Com isso, a associação achou melhor passar o sistema de água para o controle da Sanepar. “Para mim”, disse Nonato, “neste mês [setembro de 2019], veio noventa e seis reais de água”. E ainda advertiu de que não foi uma boa estratégia transferir para a Sanepar. “Para quem pagava dez, agora ter que pagar noventa e seis reais? Dá uma diferença danada”, disse ele. “Com poço pronto e tudo e que era nosso, dar para a Sanepar?”, lamentou Nonato. E depois continuou: “hoje o valor da água cobrada na vila rural pela Sanepar é o mesmo cobrado na cidade! Mas o povo é muito desunido! Com isso, tem cara aí pagando até trezentos reais de água!”, exclamou (LUCIANO, 2019).

Pelo mesmo motivo da falta de união entre os moradores que não chegaram a um acordo em relação aos valores a serem pagos pela água do poço comunitário, a Vila Rural Nova Vida também transferiu seu sistema de abastecimento para a Sanepar. A moradora Francisca alegou que “eram apenas cinco reais para cada um” e que mesmo assim o usuário não pagava. “Aí acharam melhor passar para a Sanepar, porque assim quem não paga fica sem água, a Sanepar corta né”! Seu esposo advertiu que não foi tão bom assim porque “a Sanepar pegou tudo de ‘mão beijada’, tudo instalado e encanado”. Por outro lado, Francisca ameniza dizendo que antes faltava água, sempre dava problema na bomba e demorava para consertar, segundo ela, “depois que a Sanepar tomou conta, ficou sossegado, se tem qualquer coisa estragada ela vem e arruma” (CAMARGO, S.A.; CAMARGO, F.F.C., 2018).

Apesar de outros moradores concordarem com Francisca de que o sistema de abastecimento de água da Sanepar é melhor do que o comunitário, este assunto é ainda bastante controvertido entre eles. Enquanto as vilas rurais Nova Vida, São João e Águia Dourada trocaram o abastecimento de água comunitário

pelo sistema da Sanepar, as demais vilas rurais de Paranavaí — Vereador José Dolvino Garcia, Monte Alto e Santa Mônica — preferiram continuar com o poço comunitário em que os usuários pagam uma pequena taxa mensal, que varia de quinze a vinte reais para cada um!

Ao ser perguntado se muita gente desistiu do projeto da vila rural ou se alguém perdeu a chácara por falta de pagamento, Nonato respondeu que no começo muitas pessoas tentaram vender a chácara, mas a COHAPAR não deixou, porque se efetassem o negócio, tanto o vendedor quanto o comprador perderiam o imóvel. “É o que está escrito no contrato!!!”, sentenciou. Mas Nonato disse que na Vila Rural Águia Dourada não teve nenhum caso de o morador ter perdido a chácara por falta de pagamento. “Todos estão pagando!”. O financiamento da chácara foi parcelado pela COHAPAR por um período de 25 anos. Cada morador dessa vila rural paga em média 25,00 reais de prestação mensal pelo financiamento. Nonato disse que para ele faltam apenas cinco anos de prestações para quitar o imóvel e por dinheiro nenhum vende a chácara: “já recebi umas trinta propostas, mas não vendo não, aqui é um bom lugar para morar”, concluiu o morador (LUCIANO, 2019).

No dia 4 de novembro de 2019 foi realizada a entrevista com o casal João e Aparecida do Carmo da Silva, morador da Vila Rural Santa Mônica. O casal mora na vila rural desde que ela foi inaugurada em dezembro de 2000, ocasião em que foram instaladas 41 famílias nessa vila rural. Cada família recebeu uma chácara com tamanho médio de meio alqueire paulista ou 12.100 m² cada, destoando das demais vilas rurais do Estado em que o tamanho médio das chácaras é de 5.000 m² ou de meio hectare cada.

Em relação à construção da moradia, João da Silva disse que na Vila Rural Santa Mônica foi construída pela COHAPAR uma casa com área de 48 m² para cada família morar. Mas, depois de quase vinte anos, a maioria dos moradores já modificou as casas: “Eu mesmo já aumentei essa aqui”. E em seguida concluiu que nestes vinte anos de vila rural quase “todos os moradores aumentaram suas casas, acho que só tem umas cinco casas do mesmo tamanho em que foram entregues em 2000” (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Ao ser perguntado se no início o casal ganhou sementes ou algum insumo para cultivar a chácara, João da Silva respondeu que “veio algumas coisas aí, veio cavadeira, carriola”, disse ele. “Mudas de café, de coqueiro [pupunha]”, disse Aparecida do Carmo. “E depois não veio mais nada”, concluiu ela. E os demais moradores da vila rural, estão empregados? O casal respondeu: “A maior parte do povo aí é empregada, trabalha nas feculárias em Graciosa, “na Indemil, na Yoki”, disse João da Silva (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Atualmente, o casal João e Aparecida do Carmo da Silva vive da aposentadoria e do que cultiva na chácara. São vários os produtos cultivados, além da mandioca, a chácara do casal possui árvores frutíferas como coqueiros [pupunhas], caquizeiros, jabuticabeiras, limoeiros, etc. A maior parte da produção é destinada ao consumo. Além da produção de frutas, o casal também cria porcos e galinhas para o consumo e também para vender o excedente, principalmente os ovos. Mas João da Silva adverte:

Se a pessoa não tiver uma profissão, a gente tem a terra, mas vai plantar para vender onde? Ou se não tiver dinheiro para empreender um pequeno negócio, da terra apenas, não vive. Eu mesmo já fiquei velho, só vou cuidar e morar aqui, mas se a pessoa não trabalhar fora, não consegue viver daqui não (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

E em seguida comentou: “para mim até que está bom, se eu plantar aí ou não mexer, para mim qualquer coisa serve, eu tenho aposentadoria, a mulher também tem a dela. Mas, e esses coitados? Eu não falo por mim, mas falo pelos outros” (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

A respeito do atendimento público de saúde, o casal informa que para ter esse atendimento tem que ir até o Distrito de Graciosa, onde há um posto de saúde. Porém, se o caso for mais grave tem que procurar pela Unidade Básica de Saúde (UBS) em Paranavaí. Segundo Aparecida: “em Graciosa está de um jeito que tem dia que nem médico tem! Então médico mesmo é em Paranavaí”. Disse João da Silva: “Eu mesmo, já vai para três anos que estou me tratando com um médico particular. Por que se for pelo Sistema Único de Saúde sus) tem que encaminhar o atendimento e aguardar vaga e demora” (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Ao ser perguntado sobre o abastecimento de água, João da Silva respondeu que a Vila Rural Santa Mônica já teve dois poços semiartesianos comunitários desde que foi inaugurada em 2000. “Um secou e abriram outro”, disse. Apesar de ter um poço particular que abriu com seus próprios recursos para irrigar suas culturas, João da Silva disse que não abandonou o poço comunitário porque o valor de vinte reais mensais pagos é irrisório. “Com isso, eu tenho as duas opções, se falha uma eu tenho a outra. Recentemente faltou água do poço comunitário e a prefeitura teve que trazer em um caminhão pipa” (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Em relação ao transporte escolar, João da Silva respondeu que o mesmo funciona regularmente. Segundo ele: “tem um ônibus que corre aqui. Leva cedo, depois vem ao meio dia e pega a turma da tarde. Aí vem com a turma da tarde e volta para levar os da noite. Todo dia! Às vezes quando quebra um, vem outro. Mas o transporte da molecada tem”. Ao passo que o transporte público é precário, o ônibus que faz a linha do Distrito de Graciosa à cidade de Paranavaí passa pela vila rural apenas duas vezes por semana: “segunda e sábado”, disse João. De acordo com Aparecida “a circular tinha que passar ao menos uma vez ao dia, cedo e a tarde, que já estava bom” (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Ao ser perguntado se o governo prometeu alguma coisa quando implantou a vila rural em 2000, João da Silva respondeu que sim, “prometeu!”. Segundo ele, “na época foi prometido um projeto de avicultura através do qual seriam construídos dezesseis barracões aviários”. Ainda segundo João da Silva “foi feito projeto e eu enquanto presidente da associação o assinei em Curitiba” junto com representantes de outras vilas rurais que teriam o mesmo projeto. “Seriam 16 barracões pequenos de 50 m² cada um, apenas aqui na Vila Rural Santa Mônica, mas os dezesseis dariam para a vila rural criar até dez mil frangos! E teria o financiamento do governo. Mas, engavetaram”, lamentou (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Em seguida, o morador se lembra de outra promessa do governo para com os moradores da vila rural. “Ainda recentemente”, disse João da Silva, “iriam

abrir um frigorífico em Graciosa para apoiar os moradores da vila rural em um projeto de piscicultura, na criação de tilápias, para abastecer o prometido frigorífico, mas até hoje não obtivemos respostas”. Na esperança de que um dia a promessa seja cumprida, o morador até construiu um pequeno tanque para criar peixes e disse que outros moradores também o fizeram. De acordo com João da Silva, “meu tanque dá para criar nove mil peixes. Mas como vou vender isso sem frigorífico?”. De acordo com o morador, o projeto da piscicultura nem saiu do papel. Segundo ele, “era para ter mais uma reunião para decidir os detalhes”, mas essa reunião ainda não aconteceu. “Ninguém aqui está criando peixe, porque vai criar peixe para vender onde, sem frigorífico?”, concluiu (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Ao ser perguntado se os moradores da Vila Rural Santa Mônica ainda cultivavam as chácaras, João da Silva respondeu: “eu falo para você, se tem gente que não cultiva é porque não tem incentivo, se tivesse seria bonito isso aqui. O povo ia ter vontade de plantar, de produzir. O problema é que não tem dinheiro!”. Sua esposa, Aparecida, também disse que o governo implantou a vila rural, colocou o povo e abandonou: “porque está abandonado isso aqui”, disse ela (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

Ao longo dos últimos vinte anos de vila rural houve muitas dificuldades, no entanto, as mesmas foram contornadas por que há sempre muita solidariedade entre os moradores. Segundo o casal, “as famílias se ajudam”. O próprio João da Silva falou que já ajudou muitos moradores com doações de alimentos, muitos dos quais produzidos em sua própria chácara. Nas palavras de João “se tem melancia, pega lá. Não tem esse negócio de vender pra vizinho”. Em relação à segurança pública, o vileiro informou que quase não há ocorrências na vila rural. “É um lugar bom para morar, [...], nunca vi uma pessoa roubar nada aqui de ninguém”, concluiu (SILVA, A. C.; SILVA, J., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das entrevistas realizadas com os moradores das vilas rurais de Paranaí, observamos que a maioria deles discordou da propaganda do governo ao implantar o projeto. Segundo os moradores, o programa não atendeu nem parcialmente as expectativas criadas, uma vez que eles não receberam do governo todo o incentivo prometido para o cultivo da terra. Ao contrário, como disse Aparecida do Carmo da Silva, moradora da Vila Rural Santa Mônica, o governo implantou a vila rural, colocou o povo e abandonou: “porque está abandonado isso aqui”, disse ela. Deste modo, podemos destacar que, devido à falta de incentivo ou de apoio, os moradores tornaram a chácara apenas um lugar para morar.

Porém, já no começo, quando da implantação do programa, a seleção realizada pela COHAPAR dos mutuários das vilas rurais para receber as chácaras com as casas, também não foi correta, como disse Raimundo Nonato Luciano, morador da Vila Rural Águia Dourada: “tem gente aqui que tem farmácia, não tem nada a ver com agricultura o que faz. Tem gente aqui que não sabe plantar um pé de alface. Eu acho assim, que foi um negócio mal organizado”, concluiu

o morador. Ou seja, nem todos os contemplados eram trabalhadores rurais boias-friás, conforme o critério estabelecido pelo projeto.

Por consequência, poucos são os moradores que cultivam a terra, alguns por não terem experiência com a atividade agrícola e aos que possuem experiência falta o incentivo do governo. Contudo, muitas foram as promessas não cumpridas, a exemplo da Vila Rural Santa Mônica, em que foram prometidos dezesseis barracões aviários e um frigorífico para abate de peixes e que, segundo João da Silva, morador daquela vila rural, apesar de ter criado muitas expectativas entre os moradores, os mesmos não saíram do papel.

Outro problema levantado na Vila Rural Santa Mônica, localizada no Distrito de Graciosa uma das mais distantes da cidade, está relacionado ao transporte coletivo que ocorre somente duas vezes na semana, dificultando o acesso dos moradores ao centro comercial e urbano de Paranavaí. No entanto, apesar de seus problemas, essa vila rural apresenta um diferencial, enquanto as demais vilas rurais de Paranavaí e do Estado possuem chácaras com tamanho médio de 5.000 m² ou meio hectare cada, a Vila Rural Santa Mônica, é constituída de chácaras maiores, com tamanho médio de 12.100 m² ou de meio alqueire paulista cada. Neste sentido, essa vila rural mereceria um projeto estruturado para o desenvolvimento da agricultura familiar também diferenciado com suporte voltado às iniciativas de seus moradores, a exemplo dos prometidos projetos de avicultura e de piscicultura, mas que, infelizmente, foram engavetados ou não saíram do papel.

Um dado importante observado e que nos chamou a atenção nessa pesquisa é a de que a maioria dos moradores das vilas rurais de Paranavaí ou já aposentou ou está em vias de se aposentar, ao passo que os mais jovens não vivem do cultivo da chácara e buscam por trabalho ou renda fora da vila rural. Alguns deles estão se mudando para outras localidades urbanas próximas em busca de emprego, trazendo de volta o velho problema do êxodo rural para o qual a vila rural deveria ser a solução. Ao persistir isso, em breve as vilas rurais estarão habitadas apenas por moradores de terceira idade ou aposentados. Isso já vem acontecendo com a maioria delas, em que a terra está ficando cada vez mais ociosa ou sem cultivo algum, tornando a chácara “apenas um lugar para morar”, como disseram os entrevistados!

Sendo assim, fica evidente o quanto é necessária uma análise crítica, vista de baixo, a partir das narrativas dos moradores para uma melhor compreensão dos problemas ou das contradições do projeto das vilas rurais do ex-governador Jaime Lerner. Porém, há muito ainda o que pesquisar das vilas rurais de Paranavaí e de outros municípios do Estado. Afinal, a vila rural não é apenas “um ‘bom’ lugar para morar” conforme constaram os moradores. Mas também um lugar de memória, repositório de muitas histórias, que se encontra à espera do historiador da história oral para serem abordadas a partir das narrativas de seus moradores.

REFERÊNCIAS

- BANA, Luzia. *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do estado do Paraná e as novas ruralidades. *Revista Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, n. 19 p. 113-126 jul./dez. 2002.
- GUILHERME, Cássio Augusto. Levantamento Sócio Agrário das Vilas Rurais da Região de Maringá-PR. *Revista Científica SMG* (Revista On-Line), vol. 2, n. 2, julho a dezembro de 2014.
- IPARDES. Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990. Curitiba-PR, 1993.
- IBGE. *Cidades. Rio de Janeiro. 2019*. Disponível em https://tnonline.uol.com.br/noticias/apucarana/45,479881,28,08,ibge-aponta-que-apucarana-tem-134_996-habitantes. Acesso em 1 de junho de 2020.
- FOLHA DE LONDRINA. ONU vê vila rural como projeto modelo. Londrina-PR: Matéria online disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/onu-ve-vila-rural-como-projeto-modelo-82428.html>. Acesso em 31 de outubro de 2020.
- PARANÁ. *Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural*. Subprograma: vilas rurais. Curitiba, 1995.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *PROJETO HISTÓRIA: Revista dos Programas de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, SP – Brasil, 14ª edição, 1997.
- ROMPATTO, Maurílio. “História e memória da colonização do Noroeste do Paraná: a Colônia Paranavaí”. In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto. *A Colônia Paranavaí: Da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- SÁ, Luiz Carlos Tavares de; TOMANIK, Eduardo Augusto. *Reconstrução histórica da [re]ocupação do Noroeste do estado do Paraná*: versões oficiais e situações vivenciadas. Maringá: UEM, 1998.
- FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)**
- CAMARGO, Santos Alves; CAMARGO, Francisca Ferreira da Costa. *[Entrevista concedida no dia 19 de novembro de 2018]*. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural Nova Vida, Jardim Sumaré, Paranavaí-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2018.
- MENEGUCI, Guiomar. *[Entrevista concedida em 6 de dezembro de 2018]*. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto na Vila Rural São João, Estrada São João, Paranavaí-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2018.
- MAY, João Guilherme (“Pel”). *[Entrevista concedida no dia 30 de setembro de 2019]*. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto e Julia Mariana Ramos de Oliveira na Vila Rural Águia Dourada, Jardim São Jorge, Paranavaí-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.
- LUCIANO, Raimundo Nonato. *[Entrevista concedida no dia 30 de setembro de 2019]*. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto e Julia Mariana Ramos de Oliveira na Vila Rural Águia Dourada, Jardim São Jorge, Paranavaí-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.
- SILVA, Aparecida do Carmo da; SILVA, João da. *[Entrevista concedida no dia 4 de novembro de 2019]*. Entrevista realizada por Júlia Mariana Ramos de Oliveira na Vila Rural Santa Mônica, Distrito de Graciosa, município de Paranavaí-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.

CAPÍTULO V

Porto Rico, a questão da terra em sua ocupação humana, dos anos [19]40 aos anos [19]90

Luiz Carlos Tavares de Sá¹

Desde a década de [19]80 um número cada vez maior de antropólogos, sociólogos e historiadores vêm examinando o uso de iconografias, fotografias, filmes e vídeos como tema, como fonte documental, como instrumento, como produto de pesquisa ou, ainda, como veículo de intervenção político-cultural. Certamente, o interesse crescente pela linguagem visual é uma resposta à falência de paradigmas positivistas e à importância da mídia na vida cotidiana.

Ao elaborar um trabalho sobre ocupação humana, da década de quarenta até os dias atuais, sobre Porto Rico-PR, pensou-se, num primeiro momento, em apresentá-lo na forma convencional através de pesquisa bibliográfica. Porém, num segundo momento, ocorreu a possibilidade de apresentá-lo em formato de vídeo-tape², em função da experiência profissional acumulada desde meados da década de [19]80 em telejornalismo. Todavia, constituiu-se num grande desafio teórico-metodológico, na medida em que era algo novo — uma nova abordagem a ser dada, que pudesse considerar-se um trabalho científico.

Apesar da incontestável importância do texto escrito, na forma convencional de apresentação de trabalhos científicos, há que se ressaltar que as imagens também têm a sua importância e, em alguns casos, são até mais contundentes que as palavras impressas. No caso específico deste trabalho — por se tratar de um período histórico bastante recente — houve a possibilidade de gravar

¹ Formação acadêmica pela Universidade Estadual de Maringá, licenciado em História e Bacharelado em Direito. Especialização em arqueologia, etnologia e etno-história do Paraná. Mestrado em Ciências Ambientais. Contato: luizdesa@hotmail.com

² Nota dos organizadores: o título original desse trabalho de monografia em vídeo-tape (VHS) é: *História Regional: Porto Rico, Um Porto Pobre, a questão da terra* (1998).

depoimentos de pessoas que chegaram na região em questão, nas décadas de cinquenta e sessenta, enriquecendo o trabalho, desmistificando de certa maneira, aquela visão romântica de colonização, onde o pioneirismo, o heroísmo, a pujança da região, são ressaltados em detrimento do outro lado da história, ou seja, dos conflitos socioeconômicos que envolveram o período.

Vale destacar que o trabalho apresentado em formato de vídeo-tape pode torná-lo mais didático, dinâmico e acessível a um número maior de pessoas interessadas no assunto. Dessa forma, acredita-se que o trabalho, mesmo que de forma experimental, possa contribuir através de uma linguagem diferenciada para a compreensão de questões que norteiam as sociedades baseadas no modo de produção capitalista.

A Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), desde final da década de [19]80, transformou o que era uma “*Mostra de Vídeos*”, de espaço de lazer das reuniões anuais, em espaço de debates sobre a relação entre o vídeo e pesquisa. Em 1993 organizou um seminário temático que culminou na formação do Grupo de Trabalho “*Usos da Imagem da Anpocs*”. Quase simultaneamente começaram também a ser organizadas as Mostras Internacionais de Filmes e Vídeos Etnográficos, sob a curadoria de Patrícia-Mór e as Jornadas de Antropologia Visual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Desde então, o Grupo de Trabalho Usos da Imagem da Anpocs tem organizado mesas redondas, grupos de trabalho ou oficinas dentro e fora das reuniões anuais ou regionais da Associação Brasileira de Antropologia. Em abril de 1996 organizou-se um Simpósio denominado “Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais”, com financiamento da Fapesp, do Faep/Unicamp e do Programa de Pós-graduação/Capes.

A QUESTÃO DA TERRA

A questão da terra, cuja solução se protela em prejuízo da construção de um estado democrático, contribui de modo decisivo para a violência que envolve o país. Segundo dados do Cadastro de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), propriedades com mais de 500 hectares cobrem metade das terras aráveis, enquanto três milhões de minifúndios ocupam apenas 2,66%. E no topo dessa pirâmide estão cerca de sessenta fazendas enormes, em média com 200 mil hectares cada uma, tomando 3% da terra arável.

Essa deformidade na distribuição da terra afeta a produtividade econômica. As pequenas propriedades são, de fato, muito pequenas, não oferecendo condições adequadas de vida. E as grandes encontram-se apenas parcialmente exploradas, reservando-se não para a produção agrícola, mas para uma política distorcida de especulação imobiliária.

Nesse cenário, o trabalhador rural não tem opções. O seu salário tende a permanecer extremamente baixo, e ele se vê marginalizado, excluído mesmo do processo produtivo. Quando, entretanto, decide permanecer no campo e se organizar para conservar o pouco que possui ou para obter o mínimo necessário para sua subsistência, ele e seus aliados enfrentam um problema adicional: a

violência, por vezes sustentada institucionalmente, que visa impedir qualquer alteração nas relações entre proprietários e trabalhadores.

A REGIÃO

O governo do estado do Paraná, proprietário de grandes áreas de terras devolutas e de terras de antigas concessões anuladas que retornaram ao seu patrimônio, iniciou a partir de 1939, um programa de colonização no norte paranaense. Foram de iniciativa oficial, além de Jataizinho, as colônias de Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950), em terras da ex-concessão Alves Almeida, bem como a colônia Paranavaí, mais a oeste, em 1942, situada a sua sede no centro da antiga Fazenda Brasileira, cujas terras haviam voltado ao patrimônio do estado do Paraná, após a Revolução de [19]30.

O sistema de colonização da região de Paranavaí, difere das demais regiões no sentido de que as propriedades rurais eram de dimensão variada, conforme a sua localização mais próxima ou distante em relação à sede da Colônia. Com a fundação da Colônia Paranavaí, iniciou-se o processo de colonização do Extremo Noroeste do Paraná, coordenado pelo próprio Estado. Até a década de [19]60, a colonização é marcada por muitos conflitos pela posse da terra, com a constante intervenção da polícia militar e do poder judiciário, envolvendo migrantes de várias regiões do país, sobretudo, nordestinos e paulistas, que desenvolviam seu trabalho basicamente nas culturas do café e do algodão.

Zé Mineiro: Ah! Eu vim... Eu vim prá cá em cinquenta e cinco.

Autor: Aqui não tinha nada ainda!

Zé Mineiro: Não, aquii... Ô, tinha grilo aí oh. Mataram muita gente aí. Daqui po Paranavaí aí, foi tudo grilado isso aí.

Autor: Tudo né?

Zé Mineiro: É... Essa gleba toda aqui viu? Isso aí tudo. Tem, tem, tem terra aí que não tem, nego não tem nem título de terra aí. Nessas fazendas grande aí.

Autor: Foi tudo, foi tudo no dinheiro, nos cobre?

Zé Mineiro: Na base do chumbo.

Autor: Morreu muita gente aí né?

Zé Mineiro: Morreu muita gente aí. Gente boa morreu aí. Foi perdido muita família boa aí. Os cara vinha na ilusão de arrastá dinheiro com rodo, entende? E... num tempo desse aí no Mato Grosso aí, tinha fazenda aí que o cara... ficava cem cativo aí. Pai, mãe, filho, falou no rádio aí.

Autor: Aqui desse lado?

Zé Mineiro: No centro aí do Mato Grosso aí. O sujeito não saia nem fazê compra, as compra ia lá. O siô aí é vê, num tempo aqui desse nosso ô. Que dirê inhantes, que aqui ô. Quando a gente, quando eu vim pra qui aí era só triage ô. De Paranavaí pra cá, era só triage aí. Desviando daqueles toco, entende? Aqueles tocão no meio do caminho, a estrada ia por aqui. Lá assim, outro desvio. E agora não tem toco na bera do caminho mais né?

Autor: Agora tá tudo no asfalto né?

Zé Mineiro: Pois é. O home gastava. O home de Paranavaí aqui gastava treis dia seu minino. Pra vim aqui no Porto Rico. Certo?

Autor: O senhor plantou café aí, não?

Zé Mineiro: Não, não, não cheguei plantá né. Mas o vizinho aqui plantô café alí embaixo na... alí de frente... pra baixo do posto um poquinho ali, na Mutum mesmo né. Ele plantô um café e colheu café muito tempo aí viu. E um café bonito ainda. E o Mané Borge aqui também um tempo tinha um café aqui até bonito. É vizinho aqui pro lado debaixo aqui. No rumo daqueles, daqueles tamarim que tem ali, grande, senhor chego a vê na bera ali quando passa né. Ali assim po lado de lá né. Ele tinha um café bonito ali. E dava uns café bom aí.

Autor: Teve café na ilha também, não?

Zé Mineiro: Na ilha, teve teve. Teve dois trecho de café bonito aqui, ah, qui nem eu tô dizendo, de frente aqui, no do lado de lá né. O Mané Góis, ah, quando era o Mané Góis aí né. Ele tinha um café bonito aí, né. Mas não era o Mané Góis, entende, foi o Vergilo antes que daí vendeu o direito pro Mané Góis, ele cuidou muito tempo aí. E lá pra baixo do Porto Rico, na Mutum mesmo, tinha um cafezal bonito ali também. O cara tinha uns, uns quinze mil pé de café aí.

Autor: Aí arrancou tudo?

Zé Mineiro: Era. Eu conheci até senhô que formô o café lá gente. Acabô né, com o tempo acabô né. Começô dá essas enchente medonha aí né. O café, o café formado güenta água corrente né. Mas se a água fica muito tempo no pé né, ela vai incuba né. Muito deles incuba. Qui nem, essa banana aqui passo água né. Mas passô corrente né, e essa banana prata é mais forte um pouco a raiz dela. Ela num cuba fácil né. Ela güentô.

Autor: Agora... quando enche. Enche tudo aqui?

Zé Mineiro: Enche.

Autor: A casa do senhor, tudo?

Zé Mineiro: É. Aí inunda. Fica muita água aí. Naquela enchentona que deu em oitenta e dois pra oitenta e três parece, gente pequena cobria aí dentro. É que ela bateu né, tinha muito furniguer aí antes. Fizeram a maior estrupiada entende né. Ela bateu, agora encostou no chão, tá vendo lá.

Autor: E ela era alta.

Zé Mineiro: Uma criança pequena passava por baixo aí. Ela bateu, agora estorô aí né. Mais vai tê que mudá pra lá.

Autor: O senhor vai fazer mais pra dentro a casa?

Zé Mineiro: Vô, que ali a galinha choca aí debaixo, estora ovo aí né, fica muito ruim. E tá muito pequena também pa turma né. Quando a turma chega não tem aonde nem ficá né. Muito piqueninha, né? (Morador da Ilha Mutum – Porto Rico-PR).

No início da colonização, os médios e os grandes proprietários, arrendavam suas propriedades para formação de cafezais, cabendo ao arrendatário o desmatamento, a renda conseguida com a venda das madeiras e a receita da

primeira safra. Neste período — o de formação dos cafezais — o arrendatário cultivava outros produtos para sua subsistência, além de manter pequena criação de gado leiteiro, suínos e aves (FUEM/CIAMB-PADCT, 1993).

Porém, já em meados da década de [19]60, a cultura do café estava praticamente erradicada e os parceiros e pequenos proprietários cultivavam algodão e mandioca, enquanto os médios e grandes proprietários plantavam milho.

No ano de 1960, a região Noroeste do estado do Paraná, era considerada uma das regiões de produção agrícola mais importantes do Estado, contribuindo com 8% da produção nacional de algodão, aumentando para 20,1% em 1970. Entretanto, os contratos de parceria ou arrendamento, previam a entrega da terra, ao final do contrato, com pastagem formada (ROSA *apud* AGOSTINHO & ZALEWSKI, 1996, p. 15).

Na década de [19]70, iniciou-se o processo de concentração fundiária, diminuição dos contratos de arrendamentos e de parcerias, desenvolvimento da pecuária, o que, consequentemente, acabou expulsando da terra, os pequenos proprietários, os parceiros, os arrendatários, os posseiros, e com eles a maior parte dos trabalhadores rurais.

De acordo com os censos demográficos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre 1970 e 1980 nos municípios que margeiam o rio Paraná, houve uma diminuição em mais de 38% do número de habitantes, transferidos para a zona urbana. Houve também nesse período, vários conflitos de terras, que foram resolvidos na maior parte dos casos, por intermediação do poder público.

Uma parte da população foi transferida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) para outros estados, como Rondônia, Mato Grosso e Pará. Outra parte, ocupou as ilhas do rio Paraná, passando a atuar como pescadores, pequenos agricultores e trabalhadores volantes. Acontece que as enchentes de 1982 e 1983, acabaram expulsando os ilhéus para o continente, o que provocou novos conflitos, isto porque a região não tinha capacidade para absorver a mão de obra excedente, em função da organização estar voltada para a agropecuária.

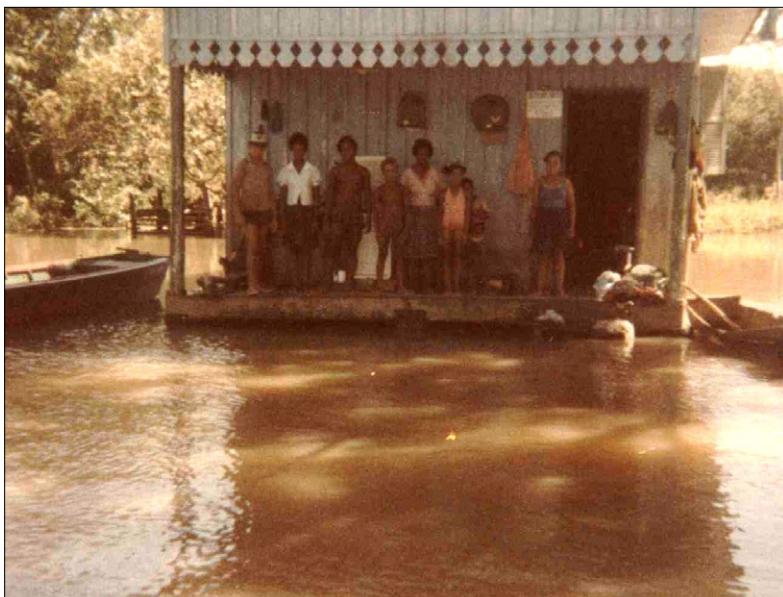
Aparecido Neves: Estou na barranca desse Paranazão desde sessenta. [...]. Tenho visto bastante coisa. Desde sessenta que eu moro na bera desse rio. [...] Muita coisa foi acontecido. Os caras fez muitas bravuras por aí. [...] A cheia tem pobrema. Sempre a gente espera a cheia de quato ano, cinco. É, sempre espera a cheia.

Autor: Em oitenta e dois o senhor teve que sair daqui, não?

Aparecido Neves: Em oitenta e dois eu morava numa barranca no Paraná aqui numa fazenda, na margem do Mato Grosso [do Sul]. A água fartô vinte centímetros pâ pegá no teiado. E lá é alto. É alto, muito alto viu. Faltô bem poquin pâ pegá o teiado. Ah naquela época perdi, só di arroiz eu perdi, perdi deiz saco de pranta, mil litros. Milho, amendoim, foi tudo embora. Crio os porco mesmo e as galinha. Mas o resto foi tudo. [...]. A gente só pesca mesmo pâ podê, mais só memo prá comê. O ganho aqui é pouco. Ganho um salário, nós sâo em deiz (Morador da Ilha Mutum).

A partir de 1983, as várzeas e ilhas, que anteriormente absorviam a população expulsa do continente, foram ocupadas pelos fazendeiros da região

para a manutenção do gado durante os meses de seca, quando as pastagens no continente são insuficientes.



Enchente no rio Paraná, Ilha Mutum, Porto Rico-PR.

Foto de Luiz Carlos Tavares de Sá, 1982.

PORTE RICO

Localizado no Extremo Noroeste do estado do Paraná, ocupando uma área de 185 km², Porto Rico tem como limites: Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo e do outro lado do rio Paraná, Mato Grosso do Sul através do município de Bataiporã.

Porto Rico foi fundado no início da década de [19]50 pela empresa José Ebiner e Cia., que trazia migrantes em busca de terras férteis e clima propício para o desenvolvimento da cafeicultura. Neste período a localidade era Distrito Administrativo de Paranavaí e, por força da Lei número 13 de 5 de agosto de 1956, foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Loanda. Em 5 de julho de 1963, pela Lei Estadual número 4738, foi criado o Município e instalado oficialmente em 21 de abril de 1964, ocasião em que foi empossado o Sr. Manoel Romão Neto, como primeiro Prefeito Municipal, eleito.

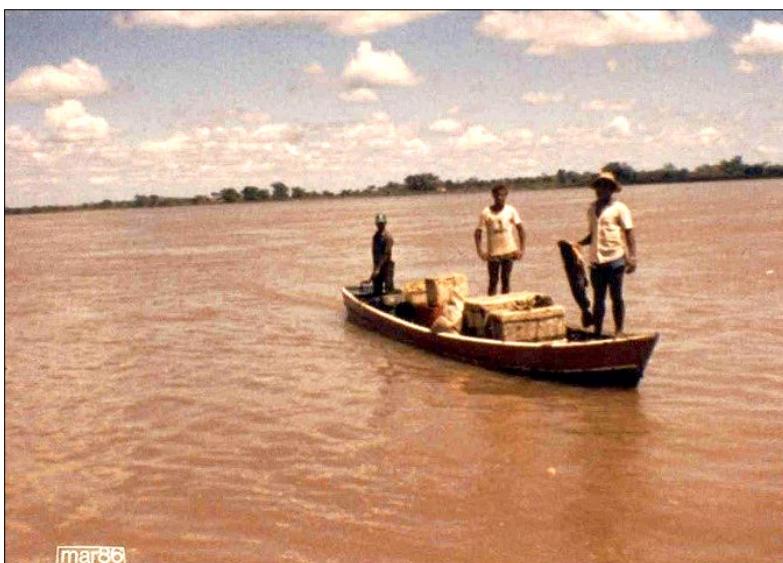
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1970 Porto Rico contava com 6.192 habitantes, sendo 1.025 residentes na zona urbana e 5.167 na zona rural. Em 1980, dos 5.341 habitantes, 1.181 residiam na zona urbana e 4.160 na zona rural. Em 1991, dos 3.211 habitantes,

1.495 residiam na zona urbana e 1.716 na zona rural. Em 1996, dos 2.714 habitantes, 1.490 residiam na zona urbana e 1.224 na zona rural.

Estes dados demonstram duas situações distintas:

Por um lado, houve uma considerável diminuição do número total de habitantes entre 1970 e 1996, de 6.192 para 2.714 habitantes, e por outro um processo migratório do campo para a cidade, evidenciando um êxodo rural. O Município conta com dois bairros urbanos (Vila Nova e Pôr do Sol) e nove localidades rurais (Ouro Verde, Três Ranchos, Quatro Ranchos, Vila Urubu, Miguel Pontes, Ponte Preta, Inácio Franco, Comunidade Fazenda Jane e Distrito Relíquia do Norte).

Como o Município está localizado às margens do rio Paraná, que passa com uma extensão de 1.500 metros de largura, entre uma margem e outra, Porto Rico conta ainda com 16 ilhas: Boa Vista, Coutinho, Japonesa, Floresta, Bandeiras, Pombas, Defunto, Carioca, do Pacu, Santa Rosa, Sílvia, Cajá, Mandaguari, das Vacas, Porto Rico e Mutum; além das praias permanentes e as que se formam apenas no verão. Dentre as ilhas do Município, a Mutum se destaca pelo seu tamanho diante das outras. Com 14,6km de extensão num perímetro de aproximadamente 13 hectares, situa-se a 800 metros do continente.



Pescadores no rio Paraná, Porto Rico-PR, março de 1986.

Foto cedida por Luiz Carlos Tavares de Sá.

De acordo com o relatório do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (NUPELIA), da Universidade Estadual de Maringá, a pesca aparece não como uma atividade escolhida, mas como a única que resta, numa região em que outras possibilidades ocupacionais são escassas. A atividade da

pesca acompanhou a vida econômica e a consequente degradação ambiental da região; de atividade promissora e atraente, passou a quase que obrigatória.

Além das dificuldades de obtenção dos peixes, o baixo preço obtido com a comercialização, é outro fator que desestimula a continuação da atividade pesqueira. Além destes fatores econômicos, as condições de trabalho estão longe de ser ideais ou mesmo satisfatórias. Diante destas dificuldades, alguns se sentem tentados a trocar as incertezas da pesca por uma atividade assalariada, onde os ganhos, embora reduzidos, possam ser frequentes e garantidos.

O PAPEL DA UEM NA REGIÃO

A Universidade Estadual de Maringá (uem), atendendo a um de seus objetivos, contribui com o desenvolvimento técnico-científico e cultural do país. Com características regionais a uem abrange 109 municípios do Noroeste do Paraná, mantendo atividades de ensino, pesquisa e extensão em Loanda, Cruzeiro do Oeste, Guairá, Porto Rico, Cianorte, Cidade Gaúcha, Goioerê, Diamante do Norte e no Distrito de Iguatemi. Além de dois campi avançados, um em Ivaiporã e outro em Umuarama.

Em Porto Rico, através de um convênio firmado entre a uem, a Secretaria de Estado da Saúde e a Prefeitura do município, o Departamento de Odontologia presta atendimento à comunidade. No estágio supervisionado, considerado atividade curricular, os alunos do curso de odontologia oferecem serviços não só preventivos e curativos aos alunos das creches e escolas do município, mas também junto às famílias, fazendo visitas domiciliares mensais, no sentido de promover um processo educativo, no que diz respeito à higiene bucal. Os alunos do curso de odontologia saem de Maringá às segundas-feiras e só retornam às sextas-feiras, dedicando 900 horas/aula durante o curso.

O NUPÉLIA realiza há alguns anos, pesquisas nas áreas biológicas, químicas e geográficas na região compreendida entre a foz do rio Paranapanema e o Reservatório de Itaipu, tendo uma de suas bases de operações junto ao núcleo urbano do município de Porto Rico, no estado do Paraná. O Núcleo tem procurado incorporar um conjunto de outras pesquisas, voltadas mais para as questões psico/sócio/econômicas da mesma região. Dentro da área socioeconômica do Projeto de Pesquisas realizou-se, entre outros, um “Levantamento Preliminar de Aspectos de Porto Rico/PR” (uem/nupélia).

A partir desse levantamento, o segmento de Psicologia Social pesquisou as Representações Sociais elaboradas pelos pescadores profissionais do núcleo urbano do município sobre: os processos de ocupação e de transformações ambientais ocorridos na região; as relações entre estes processos e as trajetórias de vida dos entrevistados e de suas famílias; a atividade pesqueira e sua participação nela e suas perspectivas para o futuro.

Segundo o relatório do trabalho realizado pelo Segmento de Psicologia Social, no momento da ocupação da região, a natureza preservada e sem dono, correspondia àquele ideal de vida e possibilitava formas de apropriação condizentes com as aspirações individuais e a estrutura de valores coletiva. Mesmo

tendo chegado à região como trabalhadores em terras alheias e, portanto, como contratados, o trabalho, tal como efetivado à época, permitia que mantivessem não só as formas a que estavam acostumados de contato com a natureza, como sua autonomia e identidade cultural.

Os processos de exploração e de apropriação econômicas da região, entretanto, se encarregaram de transformar aquela esperança e aquela possibilidade de manutenção de um modo de vida numa ilusão. A região foi transformada pela ação do homem. O que era “*um nada*” hoje é uma cidade; há estradas, eletricidade, fazendas.

As terras “altas”, do lado do estado do Paraná estão desmatadas e transformadas em pastagens; grande parte das ilhas também. A várzea do lado do Mato Grosso do Sul se transforma em pastagens, em plantações e em propriedades particulares. A modernização se faz, então, à custa da exclusão da população que hoje vive da pesca. O espaço se transforma em capital. A terra hoje é para ser comprada, não pode mais ser simplesmente usada.

As populações que num primeiro momento ocuparam as terras, foram expulsas para as ilhas. Depois, foram expulsas das ilhas. Hoje, nem continente, nem ilhas, sobrou o rio Paraná, que não é suficiente para o sustento da população expropriada. O conflito, portanto, não se manifesta através de luta armada ou invasão de terras, mas revela-se no dia-a-dia de uma população que já não tem de onde tirar o seu sustento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS³

Nessa monografia de especialização defendida em vídeo-tape na Universidade Estadual de Maringá (1998) sob o título original “*Porto Rico, Um Porto Pobre: a questão da terra*”, Luiz Carlos Tavares de Sá faz ainda algumas considerações sobre as características geográficas e ambientais do município de Porto Rico.

Por ser atravessado em toda sua extensão pelo grande rio Paraná nos limites do estado do Paraná com o estado de Mato Grosso do Sul, o município de Porto Rico é constituído ainda de 16 ilhas, são elas: Boa Vista, Coutinho, Japonesa, Floresta, Bandeiras, Pombas, Defunto, Carioca, Do Pacu, Santa Rosa, Silvia, Cajá, Mandaguari, Das Vacas, Porto Rico e Mutum, “além das praias permanentes e as que se formam apenas no verão” (SÁ, 1998).

As ilhas do rio Paraná localizadas no município de Porto Rico são habitadas em sua grande maioria por pescadores que no início da colonização eram migrantes agricultores como “Zé Mineiro”, que tentou comprar uma propriedade de terra no continente, mas devido à violência da grilagem e outros fatores como a mecanização do campo e desenvolvimento da pecuária extensiva em que a pequena propriedade se tornou realmente muito pequena para o sustento de uma família, ele e outros posseiros deixaram o continente e foram morar nas ilhas, nas quais passaram a viver do cultivo de pequenas áreas de várzeas devolutas, em domínios da Marinha, e com o tempo também passaram a

³ Considerações finais dos organizadores.

viver da pesca, única atividade econômica que restou à população pobre e expropriada do continente. Não obstante aos infortúnios econômico-sociais, essa população ribeirinha e ilhoa ainda teve que conviver com as constantes enchentes do rio Paraná, como as que aconteceram nos anos de 1982 e de 1983.

Localizado na Costa Oeste e banhado pelo rio Paraná em 1500 metros de extensão com ilhas e praias de água doce, o município de Porto Rico tem no turismo atualmente sua principal atividade econômica. O poder público municipal realiza todos os anos a festa de Nossa Senhora dos Navegantes em homenagem para a santa padroeira da cidade, atraindo sempre muitos visitantes.

O Extremo Noroeste do Paraná, microrregião de Paranavaí, também é constituído de outros municípios que banhados pelo grande rio Paraná possuem as mesmas características geográficas e ambientais de Porto Rico. Este é o caso do município de Marilena situado na confluência do rio Paranapanema com o rio Paraná, cuja história será abordada no próximo capítulo por Maurílio Rompatto e Kellen Oliveira Angelo.

REFERÊNCIAS

- IBGE. Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 1996.
- FELDMAN-BIANCO, Bela, MOREIRA LEITE, Míriam L.(orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP; Papirus, 1998.
- NUPÉLIA. Universidade Estadual de Maringá – Estudos Ambientais da Planície de Inundação do Rio Paraná, no Trecho Compreendido entre a Foz do Rio Paranapanema e o Reservatório de Itaipu. *Relatório Final do Segmento de Psicologia Social* (versão resumida), Maringá (mimeo), 1995.
- SOUZA, Paulo Roberto Pereira de, MILLS, Jon. *Conflitos Jurídicos, econômicos e ambientais. Estratégias para o desenvolvimento de políticas ambientais e de uso do solo: um estudo de caso da Flórida (EUA) e Paraná (Brasil)*. Maringá, Eduem, 1995.
- VAZZOLER, A. E. A., AGOSTINHO, A. A., HAHN, N. S. (editores). *A Planície de inundação do alto rio paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá, Eduem, 1997.
- WESTPHALEN, C. M. *et al.* *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 4 vol. 1969.

FONTE (VÍDEO-TAPE)

SÁ, Luiz Carlos Tavares de. *História Regional: Porto Rico, Um Porto Pobre, a questão da terra*. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM, monografia em vídeo-tape/VHS, defendida em maio de 1998.

CAPÍTULO VI

Marilena, história e memória: da colonização “moderna” à vila rural quatro marcos

Maurílio Rompattro¹
Kellen Oliveira Angelo²

*Marilena é tão pequenina, mas tem uma
história grande, sobre a fundação, os
imigrantes e uma porção de coisas...
Há uma história detalhada para contar.*

Pioneiro Ernesto Mazzotti
(*Projeto Memória*, 10 de novembro de 1998).

Neste capítulo temos por objetivo tratar da *[re]ocupação*³ da terra no município de Marilena, Extremo Noroeste do Paraná, do início da colonização “moderna” no final da década de 1940 à implantação da Vila Rural Quatro Marcos no final da década de 1990.

O município de Marilena que compõe a microrregião de Paranavaí está localizado no Extremo Noroeste do Paraná, na divisa com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, na confluência do rio Paranapanema com o

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Campus de Assis (2004) e professor no Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí. Contato: mrompattro@gmail.com.

² Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí. A participação da acadêmica neste capítulo se deu na última seção, referente à história da Vila Rural Quatro Marcos, em pesquisa realizada através do Projeto de Iniciação Científica (PIC/2018-2019): Histórias de Vida e Situações Vivenciadas por Moradores da Vila Rural Quatro Marcos, de Marilena, Paraná. Contato: kellenolli123@gmail.com.

³ Compreendemos o processo de colonização que se deu a partir das décadas de 1920 e de 1930, no Norte e Noroeste, assim como no Oeste e Sudoeste do Paraná, dirigido pelo Estado e empreendido por companhias colonizadoras, como sendo de “[re]ocupação”, pois quando o Estado e as companhias colonizadoras decidiram “povoar” essas regiões, elas já eram ocupadas por populações indígenas, caboclas ou posseiras.

rio Paraná onde se encontra o Porto Maringá, seu ponto turístico. Além de Marilena, o Extremo Noroeste do Paraná, em sua parte compreendida pela microrregião de Paranavaí, é constituído ainda pelos municípios de Nova Londrina, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico e Querência do Norte.

Para compreender o processo de [re]ocupação da terra em Marilena é necessário antes entender o processo de colonização que deu origem à cidade. Marilena surgiu da colonização de uma gleba de terras denominada Areia Branca do Tucum, constituída de 52.000 alqueires e oriunda de uma sesmaria do final do século XVIII. Nos anos de 1949 e 1950, 25.000 alqueires dessas terras foram transferidos para as companhias Terras e Colonização Paranapanema Ltda., Colonizadora Marilena Ltda. e Imobiliária Nova Londrina Ltda. A primeira e a segunda colonizaram São Pedro do Paraná e Marilena, respectivamente, e a terceira colonizou Nova Londrina. Entre 1959 e 1962, a empresa Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda. de Raphael Veríssimo Azambuja teve uma pequena participação na colonização da gleba.

Durante o processo de colonização das companhias mencionadas acima surgiram grileiros que se diziam donos das terras, os quais foram se colocando entre os colonizadores e os colonos causando muitos conflitos entre eles. A partir de 1965, por meio de intervenção judicial, o Estado começou a legalizar a propriedade da terra, diminuindo o conflito agrário na região. Mas, sua legalização oficial não impediu a concentração fundiária e a exclusão social do trabalhador do campo. Por isso, nas décadas de 1980 e de 1990, a região foi alvo do MST enquanto movimento de retorno dos excluídos.

Em Marilena, o movimento chegou em 1998 para ocupar três áreas de latifúndio do município. Com o intuito de quebrar o ímpeto de mobilização do MST que naquela época ganhava força em favor da reforma agrária no Estado, Jaime Lerner, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) ao assumir o governo do Paraná, no dia 1º de janeiro de 1995, implantou o projeto das vilas rurais. Seu alvo foi a população boia-fria do Estado que na época constituía-se de meio milhão de trabalhadores rurais sem terra e estes poderiam aderir ao movimento.

No período de 1995 a 2002 em que governou o Paraná por dois mandatos, Lerner implantou 405 vilas rurais atendendo 272 dos 399 municípios paranaenses, nas quais foram “colocados” 80.000 trabalhadores rurais em torno de 15.609 famílias em pequenas chácaras de meio hectare cada. No dia 17 de março de 1998, em meio as ocupações do MST em Marilena, o governo inaugurou a Vila Rural Quatro Marcos.

Estes são alguns dos principais assuntos a serem tratados neste capítulo.

A COLONIZAÇÃO DE MARILENA

O primeiro colono a chegar à Areia Branca do Tucum foi o senhor Henrique Palma em 1939, na ocasião ele foi contratado pelo Estado para trabalhar na construção da estrada do Porto São José, no rio Paraná, até Paranavaí. E depois, como pagamento pelo trabalho de construção ele recebeu uma área de 180 alqueires de terras à margem do Ribeirão Areia Branca do Tucum, também conhecida

como Fazenda Boa Vista. Além de Henrique Palma, existiram outros pioneiros que foram posseiros na localidade, tais como: “José Nitche, Domingos de ‘Tal e Anastácio Belo”, segundo o Blog do professor Osmar Fernandes (2014).

Maria de Lourdes Palma Weber, filha do pioneiro Henrique Palma, em depoimento concedido no dia 12 de outubro de 2020, disse que seu pai era enfermeiro em Londrina e em 1939 foi passear com amigos no Porto São José e lá acabou contratado para trabalhar na construção da estrada que liga o rio Paraná à Paranavaí a partir daquele porto. Para cada quilômetro de estrada construído, o contratado ganhava na região 10 alqueires de terras. Foi assim que seu pai adquiriu os 180 alqueires da Fazenda Boa Vista na Areia Branca do Tucum. Porém, na época em que adquiriu as terras, Palma teria que registrar o imóvel, mas, na ocasião, foi acometido de cálculo renal e um grileiro, se fazendo de amigo, o levou para tratamento em um hospital de Londrina e, ao mesmo tempo, aproveitando-se de sua convalescença, comprometeu-se em registrar o imóvel desde que o mesmo em troca lhe cedesse parte das terras, em torno de 50 alqueires. Diante da situação em que se encontrava e com medo de perder a Fazenda, Palma concordou em doar parte das terras pelo registro do imóvel, mas, ao invés disso, o grileiro registrou os 50 alqueires em seu nome e nenhum alqueire em nome de Palma, subtraindo dele parte da Fazenda Boa Vista. De acordo com Maria de Lourdes, depois de perder parte das terras, Henrique conseguiu dar a volta por cima, registrou os 130 alqueires restantes, derrubou a mata e com o cultivo da Fazenda conseguiu adquirir mais terras na região. Ainda segundo a depoente, o pioneiro veio a falecer de morte natural em 1983 (WEBER, 2020)⁴.

A colonização oficial da Areia Branca do Tucum teve início em 1944, com a titulação das terras da Colônia Paranavaí. A rigor, essa Colônia havia sido criada pelo interventor Manoel Ribas em 1942. Sua instalação fez parte da política federal de colonização do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), destinada ao processo de “ocupação” das áreas de fronteiras agrícolas do país, denominada *“Marcha para Oeste”*. A partir de 1944 o interventor iniciou o processo de concessão das terras devolutas da Colônia Paranavaí e a legalização das posses anteriormente estabelecidas.

A história de Marilena teve início em 1949, a partir da colonização de uma área de 23.000 alqueires da gleba Areia Branca do Tucum realizada pelas companhias Terras e Colonização Paranapanema Ltda. e Colonizadora Marilena Ltda. As duas companhias pertenciam a um mesmo grupo de empresários do ramo imobiliário liderado por José Volpato. Entre os sócios do grupo encontravam-se: Amadeu Deniz, André Luiz Volpato (filho de José Volpato), Antenor Borba, Antônio Scandelari, Francisco Puglielli, Índio Brasileiro Borba e José

⁴ A grilagem de terras na Areia Branca do Tucum será tratada em detalhes, mais adiante neste mesmo capítulo. Em seu depoimento oral, textualizado acima, Maria de Lourdes Palma Weber pediu para não revelar o nome do grileiro que teria subtraído 50 alqueires da fazenda de seu pai. Atendendo ao pedido da depoente e às determinações éticas da história oral, decidimos manter o sigilo solicitado.

Abelardo Barros Alcântara. Entre 1959 e 1962, também teve participação na colonização da gleba a empresa Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda. de Raphael Verissimo Azambuja, mas que foi interrompida por conta de seu assassinato durante uma disputa com o antigo dono das terras, em assunto a ser abordado mais adiante, neste mesmo capítulo.

Os pioneiros da colonização de Marilena eram em sua maioria migrantes oriundos de várias regiões do país, mas, principalmente do sul; entre eles encontravam-se Alcides e Dionir Jesuína Mazzotti, Arminio Constantino Mazzotti, Airton Betineli, Dante Pasqualetto, Ernesto Mazzotti, Atílio Sangion, Antônio Scandeleri, Antônio Adão, Edmundo Brune, João Umbertino, Gentil Scottá, João Gomes, Pedro Jordão, Manoel Barbosa Vieira, Ludovico Smith Krawulski, Paulina Maria Krawulski e Olmerindo Costa, além de muitos outros.



Avenida Paraná em Marilena, 1950. Foto cedida por José Noel dos Santos.

O casal Alcides e Dionir Jesuína Mazzotti, ele natural de Nova Prata-RS e ela de Tucunduva-RS, ao ser entrevistado para o *Projeto Memória do Noroeste do Paraná, Microrregião de Paranavaí*⁵, em 27 de agosto de 1999, por Allisson Fernando de Oliveira, Sueli da Silva Naranjo e Vânia Martins, Alcides contou como sua família adquiriu o primeiro lote de terras quando chegou em Marilena no ano de 1952:

Nós compramos o lote da imobiliária aqui de Marilena, o dono era José Volpati. Compramos o lote dele por meio de “picareta” [corretor]. [...]. Os “picaretas” faziam viagens para o Rio Grande do Sul e então lá falavam que aqui era bom para plantar café e que a terra era boa. Então tinha um intermediário que ia buscar a gente e ia lá vender terra e foi através dele que compramos, que viemos aqui. [...]. O dono era o

⁵ O *Projeto Memória do Noroeste do Paraná, Microrregião de Paranavaí* foi um projeto de pesquisa em história oral executado pelos alunos do curso de História da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA, atual UNESPAR, Campus de Paranavaí, no período de 1998 a 2012, sob a orientação do professor Maurílio Rompatto, autor e coordenador do projeto. Através do *Projeto Memória* foram entrevistados pioneiros de 41 municípios da região Noroeste do Paraná. Seu acervo de entrevistas realizadas no período de 1998 a 2010 encontra-se disponível para consulta pública na biblioteca do Campus.

José Volpato e o sócio dele era Antônio Scandelari que trabalhava no escritório e assim por diante. Cada um que comprava um lote rural ganhava uma data na cidade para construir sua casa, como nós ganhamos. O meu irmão morava ali e ele ganhou a data ali em cima e construiu a casa dele, porque ganhou a data. Com o tempo, em 1956, eu também construí a minha casa ali porque ganhei a data. Uma parte da cidade aqui pertencia a Abelardo Alcântara, depois comprei todo este terreno aqui dele [...]. Tenho a promissória guardada de 100 mil cruzeiros que paguei na época e foi assinada por Abelardo Alcântara (MAZZOTTI, A.; MAZZOTTI, D. J. 1999, p. 294 [parênteses nossos]).

Alcides Mazzotti, durante a mesma entrevista dada ao *Projeto Memória* em 27 de agosto de 1999, quando foi perguntado por Allisson Fernando de Oliveira, Sueli da Silva Naranjo e Vânia Martins, quais foram as dificuldades enfrentadas como pioneiro do lugar, respondeu:

Todas! Por que eu vim em busca de um futuro melhor, porque nossa família era muita numerosa, então não comportava todo mundo no sítio em Santa Catarina, enquanto éramos pequenos dava, mas, depois que a turma cresceu, não deu mais. Então surgiu a notícia daqui do Noroeste que era plantação de café, que dava muito dinheiro, então viemos em busca desse futuro para ver se era certo, mas não era bem assim, passamos calamidades! Eu contando vocês não acreditam, aqui não tinha água encanada, não tinha energia elétrica, não tinha telefone, não tinha carro, nem bicicleta [...].

Porque, quando nós adquirimos o lote no “Quatro Marcos” começamos a trabalhar lá, isso em 1953, quando nós voltávamos de noite a pé, há 5 km, não tinha carroça, não tinha nada, era tudo a pé. Quando voltava de noite chegava aqui escuro, nos ainda íamos buscar um balde de água na avenida, num tal de João Gomes, a seiscentos e tantos metros era o poço, não era sarilho, não era bomba e nada, era à mão e quando chegava a nossa vez (e vinha gente de todo lado) já tirava uma água barreada e nós aproveitávamos para lavar o arroz, do arroz botava na bacia para se lavar o rosto — a mesma água — e do rosto botava na gamela pra se lavar os pés! Enfim, tomar banho! (Risos). Aos domingos, nós pegávamos uma trouxinha de roupa e íamos até a “Água da Marilena”, há 5 km daqui, lá no sítio do Jacó Suíço, para se lavar roupa, era lá que tinha a mina com a bica d’água para lavar a roupa, lavar não, tirar a lama, né? (Risos). [...]. No decorrer dos anos a imobiliária fez um poço semi artesiano lá embaixo e botou um encanamento na rua, com um cano mestre e torneiras nas esquinas: esquina sim, esquina não. Aí melhorou uma barbaridade! Nós íamos buscar um tambor de água lá em cima e eu rolava ele até aqui embaixo, na casa. Aí era fartura d’água. Aí já melhorou bem. [...]. Enfim, passamos aqui muitas dificuldades (MAZZOTTI, A.; MAZZOTTI, D. J., 1999, p. 291-292 [parênteses nossos]).

Além de Marilena, a colonização deu origem a outras localidades próximas e que, atualmente, compõem o município como comunidades rurais, são elas: Água da Marilena, Areia Branca, Banco de Areia, Colônia Branca, Fazenda Amapuvo, Mandiocão, Rancho Alegre/Fazenda Santa Helena, Rocha Pombo, 15 de Novembro, Três Marias e Quatro Marcos.

Na mesma entrevista ao *Projeto Memória* em 27 de agosto de 1999, Alcides Mazzotti explicou ainda o motivo pelo qual a localidade, onde sua família adquiriu o primeiro lote de terras, foi denominada de “Quatro Marcos”. Ao falar do assunto, ele aproveitou para discorrer sobre outras localidades que surgiram em Marilena na época da colonização. Segundo Alcides:

Porque lá em cima onde bifurcam as estradas daqui com a que vai para Nova Londrina, tinham duas propriedades, uma do Pilegi e outra do gaúcho de Nova Londrina. Do outro lado, tinha outro marco. Uma estrada que entrava e a outra que saia. Enfão aos sábados e aos domingos ou quando chovia muito e não tinha como trabalhar e na época tinha gente de todo lado, do estado da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e as pessoas não tinham para onde ir aos domingos, aos sábados. Enfim, não tinham diversão [entretenimento]. Um tinha um barraco ali, outro um barraco lá em cima, outros mais para baixo e as pessoas iam se visitar. Então, as conversas eram assim: “Veio de onde? Comprou terra onde? ‘Lá onde tem aqueles Quatro Marcos’”. Porque não tinha nome. Então o lugar daqueles quatro marcos na divisa dos lotes e na bifurcação das estradas, pegou o nome de Quatro Marcos. [...]. Além disso, tem outra localidade que também surgiu assim. Vocês já ouviram falar do Mandiocão? Do bairro rural Mandiocão? Então, botaram o nome de Mandiocão porque naquele tempo dava raiz de mandioca de 24 a 25 quilos cada. [...]. Então, assim surgiu o bairro Mandiocão. [...]. Tem a localidade Areia Branca (na estrada Areia Branca), mas tem também o lugar de nome Banco de Areia. Tinha um morro, quando chovia muito, a erosão causada pela enxurrada formava aquele banco de areia lá embaixo. [...]. Ali passavam os caminhões carregados de toras que levavam para as serrarias de Nova Londrina. Então ali também passava o caminhão carregado de madeira que vinha da serraria do Avelino Cola que ficava na Areia Branca, caminhão carregado de madeira com destino à São Paulo, e muitas vezes, atolava naquele banco de areia e, por isso, o lugar ficou muito conhecido. Assim surgiu a localidade “Banco de Areia” (MAZZOTTI, A.; MAZZOTTI, D. J., 1999, p. 293).

O pioneiro Ludovico Smith Krawulski, natural de Luís Alves-sc, chegou com sua família em Marilena no dia 16 de maio de 1952. Em 30 de agosto de 1999 foi entrevistado para o *Projeto Memória* por Allisson Fernando de Oliveira, Sueli da Silva Naranjo e Vânia Martins. Ao falar das dificuldades enfrentadas, Ludovico disse aos entrevistadores que uma delas foi com a falta de um bom comércio de secos e molhados na cidade e quando precisava fazer compras tinha que se deslocar até Alto Paraná.

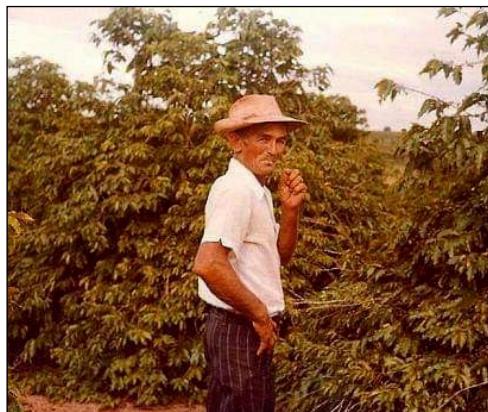


O comércio de Marilena em 1952. Foto cedida por José Noel dos Santos.

Ludovico disse também que, quando chegou ao Estado em 1951, morou provisoriamente em Alto Paraná, que é uma cidade próxima a Paranavaí, até encontrar um lugar para fixar moradia e que, depois, segundo ele, o lugar escolhido foi Marilena. Por isso, era mais conhecido em Alto Paraná, o que

lhe ajudava muito quando precisava ir até aquela cidade fazer compras. Apesar de Paranavaí ser a maior cidade da região também naquela época, era em Alto Paraná que na opinião de Ludovico, se encontravam as melhores casas comerciais. Nas palavras dele:

Eu cheguei em 1952, mas até 1953 eu ainda ia fazer as minhas compras a cada dois, três meses lá em Alto Paraná. Gastava três dias para fazer as compras. Já naquela ocasião, circulava o ônibus do Porto São José até Maringá, todo dia às oito horas saia daqui e chegava lá à noite, então gastava três dias para fazer compras, um dia para ficar lá e outro para voltar. Porque em Paranavaí não tinha nada naquele tempo. [...] Alto Paraná era mais que Paranavaí, tinha quatro casas atacadistas, que falava né, era uma casa grande de comércio, que vendia de tudo, como um supermercado hoje. Eu tinha conhecimento lá, [...], gastava o dia inteiro, mesmo que se meio dia estava pronto, num tinha jeito de vir embora e a noite não tinha jeito de andar nessas estradas, né! [...] (KRAWULSKI, 1999, p. 301).



Fotos do pioneiro Ludovico Smith Krawulski, durante colheita de café, década de 1980.

Fotos cedidas por Flavia Cristina Pagnoncelli Correa.

Ainda de acordo com o pioneiro, o transporte de passageiros na época se fazia por meio da jardineira, um pequeno ônibus da empresa Garcia que circulava do Porto São José até Maringá, passando por Paranavaí, Alto Paraná, Nova Esperança e por outras localidades próximas.

Para seu trabalho PDE⁶, *Memórias e História*, a professora Vanderly Alves Ribeiro (2016), no dia 6 de maio de 2014, entrevistou Paulina Maria Krawulski, esposa de Ludovico. De acordo com Ribeiro (2016):

⁶ PDE: *Projeto de Intervenção Pedagógica do Programa de Desenvolvimento Educacional*, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Este estudo foi desenvolvido e aplicado no Colégio Estadual Princesa Izabel – EFM, na cidade de Marilena, estado do Paraná, com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, no primeiro semestre do ano letivo de 2014, sob a orientação do professor José Augusto Alves Neto, do Colegiado de História da UNESPAR, Campus de Paranavaí.

Nascida no dia 25/11/1925, de descendência alemã e polonesa, hoje com seus 86 anos, viúva e mãe de 11 filhos, ela contou-nos um pouco de sua história. Na tarde do dia 16 de maio de 1952, D. Paulina, juntamente com seu esposo, Ludovico chegaram a Marilena; segundo ela, seu irmão e seu pai já vendiam terra por essa região, então o interesse de vir para o município.

Vieram de uma cidade chamada Luís Alves, interior de Santa Catarina, na época distrito de Itajaí. Ela, na época, era mãe de 2 filhos. Assim, foi morar com seus pais e o primeiro negócio que iniciaram aqui foi uma pequena pensão e bar que eles tocavam. Trabalharam com a pensão durante os três primeiros anos, depois investiram no café (que na época era considerado o ouro verde do Paraná) e, mais tarde, o mesmo era comprado pela família Troian e revendiam. Mas, aos poucos, o café necessitava de replantio e então seu esposo desistiu dessa cultura. Investiram no arroz e milho, culturas desta terra também.

Quando chegaram a Marilena, segundo ela, existia muita quiça, muito mato e apenas umas 50 casas. Vinham caravanas de migrantes do Rio Grande do Sul. Marilena então começa a se desenvolver pela avenida principal. No começo existiam três serrarias, e pela demanda de madeira ser grande, dela saíram madeiras beneficiadas a um preço quase de graça, o que facilitou para a família construir seu sobrado na avenida principal, que mais tarde serviu até como Colégio, onde D. Prudenciana e D. Dionir deram aula.

Havia a pensão de D. Rita, aquela que deu nome à cidade onde, por ter muito movimento e sempre cheio de hóspedes que passavam a almoçar, o feijão não dava tempo para cozinhar, daí o nome Feijão Cru. Sempre vinham muitos peões para fazer a derrubada do mato, inclusive seu marido também fez parte destes grupos. No início, por não existir uma companhia certa que fosse a proprietária da terra, essa família chegou a pagar 3 vezes por sua terra.

Decorrente destas desorganizações, houve acirradas disputas de terras, onde o velho Volpato matou um desses chefes e depois fugiu de Marilena. As dificuldades mais comuns era o roubo de água que praticamente era escassa, os próprios vizinhos roubavam. E depois de um tempo existiam os poços artesianos e em cada esquina havia uma torneira, onde as pessoas faziam fila. Dali também saía briga pela água. Além disso, precisavam ir até o município de Alto Paraná para fazer as compras, com o meio de transporte mais comum da época, o pau-de-arara. Relatou que a luz elétrica havia por apenas durante 3 horas e depois tinham de usar a lamparina, o lampião.

Quanto a Igreja católica, ela nos revela [...]. Foi construída por 4 homens aqui da cidade, no qual o Frei Ulrico Goevert, um alemão, vinha de Paranavaí uma vez ao mês para rezar a missa e se hospedava na casa de D. Paulina e assim continuou durante 8 anos, enquanto a paróquia não tinha um padre. E acrescentou que seu esposo mais seu Alcides, Gentil e Demétrio ajudavam na secretaria da paróquia e mais tarde os demais fieis ajudavam sempre realizando algum tipo de serviço na paróquia e também com doações para as quermesses, as únicas festas que existiam naquela época e sempre eram muito movimentadas (RIBEIRO, 2016, p. 16, 17).

Dionir Jesuína Mazzotti que foi uma das primeiras professoras de Marilena à época de sua colonização, ao ser entrevistada para o *Projeto Memória* em 27 de agosto de 1999 junto com Alcides, seu esposo, falou aos entrevistadores Allisson Fernando de Oliveira, Sueli da Silva Naranjo e Vânia Martins, como era a escolarização na época:

Era um único professor. [...]. Então, era assim que se dava aula para primeiro, segundo, terceiro e quarto anos, tudo junto. No começo era uma salinha [...]. Tudo uma precariedade, não tinha água. Tinha que buscar nos vizinhos para a criançada

tomar na hora do recreio. O lanche também eu levava de casa para ser repartido. E aí foi crescendo o número de criançada, aí começou com a Lourdes Giacobo [...]. Ela era a inspetora que tomava conta de todas as escolas (do antigo município de Nova Londrina, ao qual Marilena pertencia).

Aí acontecia o seguinte: quando a Inspetoria de Ensino determinava uma professora para vir aqui e não tinha lugar, arrumava uma casinha [não havia o espaço de sala de aula e por isso tinha que improvisar]. Eu dei aula lá em cima, na esquina, numa salinha com carteira comprida e sentava quatro em cada uma, num aperto, num calor, aquela coisa, não cabia mais, cada vez aumentava mais. Aí as crianças eram trazidas aqui para o sobrado da dona Paulina e do senhor Ludovico Krawulski. Então subia uma escada lateral. [...] Dei aula em 1959. Depois de lá foi feito o grupo, lá em cima onde é hoje a Escola Padre Nelson. Eu saia daqui para ir lá em cima. Aí lá já mudou. Ai já teve uma escola com nome: “Primeira Escola Isolada de Marilena” [...].

[...]. Depois a primeira diretora foi a Odete São João que acabou de falecer [...]. Pelo amor de Deus, eu dava aula para o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, tudo junto, com um quadro só. Então era tudo escrito no caderno. Ninguém tinha livro, tudo no caderno e aquela coisa. Quando saía de lá (da sala) estava exausta porque tinha que atender um por um.

Entrevistadores — E o salário da senhora, quem pagava?

Dona Dionir — No começo era a prefeitura de Nova Londrina. Aí quando eu passei para o Estado, vinha do Estado e a coletoria de Nova Londrina, era quem fazia o pagamento. [...] E era a coletoria quem pagava, mas às vezes a gente tinha que ir a Paranavaí. Era um dia inteiro de viagem para chegar em Paranavaí e resolver as coisas (MAZZOTTI, A.; MAZZOTTI, D. J., 1999, p. 298-300 [parênteses nossos]).

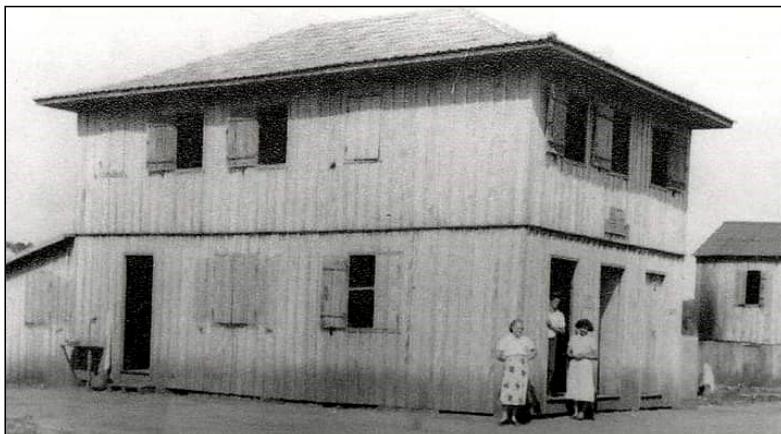
A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE MARILENA

Antes, a localidade que deu origem para Marilena era conhecida por Fazenda Boa Vista, conforme já foi dito, uma propriedade pertencente a Henrique Palma. Com o início da colonização a localidade recebeu a denominação de “Feijão Cru”. O gaúcho de Nova Prata, Ernesto Mazzotti, pioneiro e primeiro prefeito da cidade, ao ser entrevistado para o *Projeto Memória* em 10 de novembro de 1998, explicou o motivo pelo qual o lugar recebeu essa denominação:

Marilena, na época da fundação, dava acesso para outras localidades próximas como Santa Cruz de Monte Castelo, Querência do Norte, São Pedro do Paraná e Porto Rico. Havia um hotel onde os corretores, que eram em grande número, devido a colonização, paravam para fazer suas refeições. Como o movimento de pessoas era grande em busca de terras não dava tempo de o feijão ser totalmente cozido, pois faziam rápido para servir às pessoas. As coisas eram rústicas: fogão a lenha, panela de ferro, mas tinha que ser servido rápido para as pessoas viajarem. Devido a isso, passaram a chamar o local de “Feijão Cru” (MAZZOTTI, E., 1998, p. 289).

Em 5 de agosto de 1953, pela Lei Municipal nº 13, a localidade foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Paranavaí já com o nome de Marilena. O nome dado foi em homenagem a Maria Helena Volpato, esposa de José Volpato, sócio majoritário das companhias de terras que colonizaram a cidade. Em 26 de novembro de 1954 Marilena tornou-se Distrito Administrativo de Nova Londrina quando aquela localidade foi elevada à categoria de município com território desmembrado de Paranavaí. Em 19 de outubro de 1967,

pela Lei Estadual nº 5.678, foi criado o município de Marilena com território desmembrado de Nova Londrina. A instalação oficial deu-se em 18 de janeiro de 1969 com a posse do primeiro prefeito Ernesto Mazzotti (FERREIRA, 2006, p. 187; ROMPATTO, 2019, p. 72).



Sobrado da Dona Paulina e do Senhor Ludovico Smith Krawulski. No início funcionou como pensão, local onde foi servido o famigerado “Feijão Cru”. Depois, escola improvisada e residência do casal.

Foto cedida por Flavia Cristina Pagnoncelli Corrêa.

O próprio Ernesto Mazzotti, ao ser entrevistado para o *Projeto Memória* em 10 de novembro de 1998, contou às entrevistadoras Mônica do Carmo Apolinário de Oliveira, Vanderly Alves Ribeiro e Viviane Pilegi Vieira Maior, como foi o processo de emancipação política do município:

Foi bastante difícil, devido a burocracia, hoje (1998) é mais difícil ainda, pois é necessário para se tornar município 10 mil habitantes e naquela época bastava ter recursos próprios, andar com as próprias pernas, que podia ser município. Nova Londrina se tornou município antes de Marilena, mesmo Marilena sendo mais antiga. [...]. As pessoas que moravam em Marilena queriam sua emancipação [de Nova Londrina]. Eu também tinha esse desejo e me coloquei a frente nesta conquista. Em 1961 me candidatei a vereador pelo município de Nova Londrina, fui eleito e passei a lutar pela emancipação de Marilena. Tive a ajuda de muitos amigos e deputados como Paulo Camargo e o general Alípio Alves de Carvalho que de fato representavam a região. Foi com a ajuda deles que conseguimos. Não foi fácil, teve a necessidade de fazer abaixo-assinado e até de plebiscito. Enfim, deu muito trabalho. Em 1967, o então governador Paulo Pimentel assinou a criação do município de Marilena. Esperamos as eleições de 1968, pois ninguém na época queria ser interventor por apenas dois anos de mandato. Depois em 1968 me candidatei [pela ARENA – Aliança Renovadora Nacional] e fui eleito o primeiro prefeito de Marilena (1969-1973). Como candidato único, obteve 75% da votação [1.087 votos]. Trabalhei bastante, fiz o que pude por Marilena e fiquei satisfeito. Acho que o povo também, porque depois me reelegeu [...] (MAZZOTTI, E., 1998, p. 289 [parênteses nossos]).

Para seu trabalho de PDE, *Memórias e História* (2016), a professora Vanlderly Alves Ribeiro entrevistou no dia 3 de abril de 2014, Manoel Barbosa Vieira, pioneiro e também ex-prefeito do município, o segundo na galeria depois de Ernesto Mazzotti. De acordo com Ribeiro, ao publicar o relato oral do pioneiro, disse que:

Aos seus 84 anos [em 2014] seu Manoel Barbosa, nos relatou um pouco sobre sua vida e o início de Marilena. Vindo da Bahia e depois de ter passado um ano em São Paulo, passou duas semanas em uma pensão em Londrina, onde ficou sabendo dessas terras por um conterrâneo, também da Bahia e daí o interesse de vir para cá, formar café. Chegou aqui no ano de 1954 e teve de derrubar muito mato na Fazenda Três Lagoas. No começo morou na Água da Marilena. Derrubaram mato da avenida, onde foi o início da cidade, de baixo para cima.

Contou-nos que havia poucas casas, mas muito mato em nossa região; comércios, havia um armazém e uma pensão onde hoje é o salão paroquial. As dificuldades que eles encontraram eram quanto à água que vinha da Areia Branca e só mais tarde instalou um posto onde hoje é a Infrupar (Indústria de Frutas Paraná), e quando alguma peça se quebrava precisavam buscar novas em Maringá. Quanto ao meio de transporte da época, era um ônibus que fazia a linha daqui a Paranavaí. Lembra também que o primeiro cemitério foi na Areia Branca. A Igreja Católica era onde é o pavilhão hoje, e a nova foi construída no ano de 1981 [...]. O primeiro padre fixo em nossa paróquia foi o padre Nelson. Sobre o nome inicial de Marilena, Feijão Cru, comentou que os colonizadores não gostavam que falassem esse apelido, que mais tarde passou a ser o nome de uma árvore na estrada do posto fiscal. Seu Manoel Barbosa foi o segundo prefeito de Marilena [...] ele naquela época foi eleito com mais ou menos uns 2.000 votos, apoiado pelos deputados Paulo Carvalho (estadual) e Alípio (federal). [...]. Relata que tudo no começo foi muito difícil e complicado [...] (RIBEIRO, 2016, p. 18-19 [colchetes nossos]).

Com uma área de 232,366 km², o município de Marilena possui, atualmente, uma população estimada de 7.084 habitantes (IBGE, 2020). De acordo com o sítio *Cidades do Meu Brasil*, a área urbana do município possui alguns bairros com nomes curiosos:

O bairro “Caveirão” que fica localizado na região do Cemitério Municipal; o bairro “Taboal” situado “na entrada principal da cidade”, onde atualmente encontra-se o campo de futebol e que, “há alguns anos, ficava no meio de uma vegetação alagada conhecida por taboal; e o bairro ‘Vila da Fumaça’ recebeu essa denominação por que ficava perto de uma olaria, que soltava muita fumaça ao queimar tijolos”. Há dez anos que a olaria foi desativada e o bairro cujo nome oficial é Jardim Renascer, continuou com o apelido de “Vila Fumaça” (<https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pr/marilena#historia>).

Além da agricultura e da pecuária, Marilena também se destaca atualmente pelas atividades da pesca e do turismo, cujo principal ponto é o Porto Maringá. No entanto, seu evento festivo anual é a *Festa do Milho*. Ainda de acordo com o sítio *Cidades do Meu Brasil*, trata-se de uma festa:

que acontece todos os anos no mês de setembro (próximo ao feriado da Independência) e consiste no principal evento festivo do município. São 3 dias de agitação na cidade, com apresentações folclóricas no primeiro dia, apresentações de feiras e artesanato no segundo dia e, no último dia, apresentações de carroças decoradas pelos agricultores locais com o tema da festa. Ainda escolhem a *Rainha do Milho* e

o *Rei do Sabugo* terminando com festas noturnas e fogos de artifício (<https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pr/marilena#historia>).

“A QUESTÃO DAS TERRAS DA AREIA BRANCA DO TUCUM”

Além de Marilena, o Extremo Noroeste do Paraná, em sua área compreendida pela microrregião de Paranavaí, é constituído ainda pelos municípios de Nova Londrina, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico e Querência do Norte. O que tem de comum na formação histórica destes e de outros municípios da microrregião é o intenso conflito agrário decorrente da grilagem de terras.

De acordo com Hortência Danielli Scaliante em sua dissertação de mestrado “*Violência e conflitos políticos no processo de colonização da região noroeste do estado do Paraná*” (2010), havia dois grandes grilos de terras na região: o grilo “Apertados” e o grilo “Areia Branca do Tucum”. O grilo “Apertados” oriundo de documento falso registrado em cartório de Tibagi no ano de 1892, possuía 142.909 alqueires paulistas e atingia uma enorme área de terras na microrregião de Paranavaí. “Assim, toda uma população perderia suas propriedades se os que diziam donos do grilo vencessem na justiça” (SCALIANTE, 2010, p. 79). Mas, o governo do Paraná conseguiu reaver a posse da área, já que a mesma era constituída de terras que haviam sido concedidas a companhias para a finalidade de colonização. Porém, a questão foi julgada favorável ao Estado apenas em 1978, quando pôs fim à disputa (SCALIANTE, 2010, p. 88).

Paralela à disputa do grilo Apertados aconteceu também a do grilo “Areia Branca do Tucum”. De acordo com Scaliante ao citar relatórios do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), esse grilo se originou de uma carta de sesmaria expedida em 24 de março de 1786. Seriam seus primeiros proprietários os irmãos Antonio, Francisco, João, José e Manoel Ferreira Simões. A sesmaria corresponderia a três léguas de terras em quadra, a cada um, nas paragens “Areia Branca do Tucum”, no Distrito da Vila de Curitiba, nas margens dos rios Paraná e Paranapanema. Observa-se aqui que há “um período de lacuna entre a carta de sesmaria e o primeiro registro do título realizado em 22 de dezembro de 1849 por Serafim Ferreira de Andrade e sua mulher que se diziam donos do imóvel por posse feita no ano de 1847” (SCALIANTE, 2010, 89). O casal vendeu o imóvel a João Antônio de Assis, “mas Serafim não provou ser o sucessor dos irmãos Simões como também não vinculou à escritura de venda a sesmaria de 1786” (SCALIANTE, 2010, p. 89).

Ainda segundo Scaliante (2010), os limites e confrontações do imóvel seriam os seguintes:

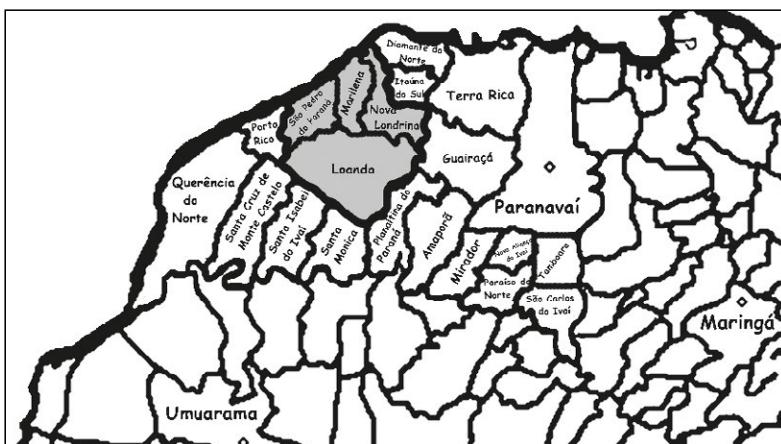
Principiando na barra do Rio Tigre no Rio Paraná, por este abaixo até a barra do ribeirão Areia Branca do Tucum, também no Rio Paraná, e daí subindo pela Areia Branca acima até suas últimas cabeceiras abrangendo as vertentes da margem direita e de lá em rumo linha reta procurando as últimas cabeceiras do ribeirão do Tigre e descendo PR até abaixo abrangendo todas as suas vertentes da margem esquerda até o Rio Paraná, compreendendo todas as águas vertentes dentro dessas divisas (ITCG, s/d, p. 01, *Apud SCALIANTE, 2010, 89*).

Pela descrição da carta de sesmaria expedida em 24 de março de 1786, o imóvel Areia Branca do Tucum constituía uma área de 52.000 alqueires de terras na microrregião de Paranavaí e abrangia partes dos atuais municípios de Marilena, Nova Londrina, Loanda e São Pedro do Paraná no Extremo Noroeste do Paraná, conforme o mapa a seguir e o presente na próxima página:



Fonte: Emater Loanda – Mapa Paraná Biodiversidade (*apud* SCALIANTE, 2010, p. 90).

Há vários elementos no histórico ou filiação dominial dessa sesmaria que podem caracterizá-la como sendo de um grilo de terras. A começar pelo primeiro registro do imóvel que é datado de 22 de dezembro de 1849, quase um ano antes de sancionada a Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850, a famosa “Lei de Terras” do Império que ao entrar em vigor naquela data estabeleceu em seu artigo 1º que ficavam “proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (1850). Ou seja, a partir da “Lei de Terras” ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas do Estado nas formas da sesmaria ou da posse. Uma coincidência é que esse registro ocorreu em 1849, isto é, um ano antes da instituição da famigerada lei que proibia a posse, podendo o mesmo ter sido forjado com data retroativa para conferir legitimidade ao título. De acordo com Scaliante (2010, p. 90), “os documentos apresentam divergências de datas, nomes, ou mesmos nomes com grafias diferentes em alguma sílaba e a utilização de diferentes cartórios, até mesmo de outros Estados”.



Municípios do Extremo Noroeste do Paraná, situados na área do imóvel “Areia Branca do Tucum”

FONTE: EMATER *apud* SCALIANTE, ROMPATTO, 2019. (Figura adaptada por Brenda Rompatto).⁷

Depois de um longo período, entre muitos espólios e transferências, o imóvel apareceu em mãos de João Severino Porto, no dia 7 de abril de 1934, através de um registro no cartório de Nova Bassano-RS, quando ele transferiu poderes, por meio de procuração, para Albano David dispor do imóvel como quisesse. Em 27 de setembro de 1946, novamente apareceu João Severino Porto que através de seu procurador Albano David instituiu por meio de escritura a promessa de venda de parte (15.000 alqueires) do imóvel aos senhores Felipe Oliveira Licht e Carlos Lima Santos, ambos do Rio de Janeiro. Essa mesma escritura aparece registrada em cartórios de três estados: São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná! Em 2 de maio de 1949, através de escritura pública lavrada no 3º Tabelião da cidade de Londrina, João Severino Porto, por meio de seu procurador Albano David, vendeu: a) para Terras Colonização Paranapanema Ltda. a área de 18.750 alqueires; b) para Jeny dos Santos David e Chahir Artur David (irmãos de Albano David) a área de 6.250 alqueires. Em 16 de agosto de 1950 — através de escritura pública lavrada nas Notas do 1º Tabelião de Londrina —, Jeny dos Santos David e Chahir Artur David venderam, à empresa Colonizadora Marilena Ltda., a área de 4.250 alqueires e, à Imobiliária Nova Londrina Ltda., a área de 2.000 alqueires. “Assim, as três empresas somavam uma área de 25.000 alqueires e procuravam regularizá-la através da colocação das divisas entre suas áreas e as do Estado” (SCALIANTE, 2010, p. 91-92).

⁷ Os municípios acima representados no mapa abrangem uma área de um pouco mais de 60.000 alqueires, ao passo que o imóvel Areia Branca do Tucum representa uma área menor de terras, de 52.000 alqueires, e as colonizadoras mencionadas acima atuaram sobre uma área de 25.000 mil alqueires. A ilustração no mapa serve apenas para situar os municípios abrangidos pela referida área do imóvel.

Parece que a participação dos irmãos David como intermediários nas transações imobiliárias descritas acima não foram muito convincentes, tanto que na ocasião, o ex-governador Moysés Lupion tentou contestar os títulos em posse das colonizadoras alegando grilo de terras; porém, não conseguiu uma vez que o Estado havia recebido os impostos daquelas transferências. Assim, no último mês de seu primeiro mandato, em 8 de janeiro de 1951, o mesmo governador assinou um despacho ao DGTC (Departamento de Geografia, Terras e Colonização) desistindo da ação de manutenção de posse das terras em favor das empresas que prosseguiram nos trabalhos de colonização com a abertura de estradas e infraestrutura urbana das cidades de Nova Londrina e Marilena (SCALIANTE, 2010, p. 93).

Com a posse de Bento Munhoz da Rocha Netto em 31 de janeiro de 1951, como governador do Estado, *a questão das terras da Areia Branca do Tucum*, voltou à baila. Suspeitando de que se tratava realmente de um grilo de terras, em 20 de fevereiro daquele ano, o novo governador, através do DGTC, baixou a portaria nº 53 embargando a colonização da área. Durante entrevista ao *Projeto Memória*, realizada por Andréia Cláudia Gehring Rocha, em 2 de novembro de 1998, Armando Valentim Chiamulera, sócio-diretor⁸ da Imobiliária Nova Londrina Ltda., ao falar das dificuldades encontradas na colonização de Nova Londrina, lembrou do embargo:

Em 1942, vim de Bento Gonçalves-RS para Joaçaba-SC. Em 1947 vim para cá perto de Maringá, em Ivatuba, onde comprei 60 alqueires. Naquele tempo as estradas eram ruínas, mas as terras eram boas. Quando vendi tudo lá eu vim para cá, naquele tempo era o Volpato, não eram mais os irmãos David [Abano Davi, Jeny dos Santos David e Chahir Artur David] e o Dr. Felipe Licht [e Carlos Lima Santos]. No começo então eles foram perseguidos, o Volpato quando abriu aqui ele era do Lupion, mas [nas eleições de 1950] ganhou o Bento e nós já estávamos aqui e nossos advogados eram o Dr. Edgar Távora e o Ivan Luchi. Foi a nossa sorte, porque quando ganhou o Bento então nós estávamos do lado do Edgar que foi eleito deputado e que apoiava o Bento. Essa então foi a nossa sorte porque eu também era do partido do Edgar. Áí quando o Bento ganhou estava começando aqui, tinha já muitas famílias [...] já estava aqui o seu avô Carlos Antônio Gehring [...]. Mas, o Bento mandou fechar a estrada lá no km 64. Fechou a estrada, então vinha uma mudança lá de Joaçaba-SC, do Flávio Paza, esse então com os peões, eles vinham, coitados, quando chegaram lá tinha a polícia com os correntões e mandaram voltar, não deixaram mais ninguém entrar. Mas como nosso advogado era o Dr. Távora, a nossa sorte é que ele foi bem eleito [bem votado aqui]. Nós aqui tínhamos duas urnas, porque pertencia a Paranavaí [ao município de Paranavaí]. [...]. O Paza, coitado teve que voltar e ele chegou em casa um dia de chuva de madrugada e disse que tinha vendido tudo lá no Sul e agora não tinha para onde ir. Eu peguei o primeiro avião e fui pra Curitiba. Cheguei lá e disse: "Dr. Távora veja o que está acontecendo!". Ele disse: "espera lá"! E pegou o telefone e falou com o Bentinho, ele disse: "o que está acontecendo com essa gente, eles não são grileiros! Eles têm escritura"! (Nós pagamos!). Então ele fez uma carta timbrada [...]. Eu tirei 10 cópias e vim para cá. Então o Paza pôde entrar. Se não era a nossa desgraça [...]. Então o governo não perseguiu mais e depois o Dr.

⁸ A sociedade Imobiliária Nova Londrina Ltda. criada em 1950 para colonizar Nova Londrina, além de Armando Valentim Chiamulera tinha os sócios Silvestre Dresch, Leopoldo Lauro Bender, Ewaldir Bordin e Salim Zaidan.

Távora se tornou procurador [do Estado, nomeado em 13/10/1951]⁹ e nós fomos bem! [...]

Eu morei em Londrina por 20 anos. Foi lá que eles me conheceram, o Dr. Felipe Oliveira Licht do Rio, ele era junto com esse Albano David [procurador de João Severino Porto]. Ele já se ligou com o Volpato e o Volpato com o Lupion. Então eles venderam tudo ao Volpato, né! Mas, como o [candidato do] Lupion perdeu, o Bento começou a perseguir e se nós não tivéssemos o Dr. Távora, eu tinha que sumir daqui. Eles diziam que eu era o responsável, que eu era grileiro. Mas, depois como o Dr. Távora era nosso advogado e o Dr. Ivan, eles conseguiram a escritura para legalizar e quando foi fechada a estrada, eles disseram: “não”! E essa foi a nossa salvação! (CHIAMULERA, 1998, p. 356).

Nas eleições estaduais de 1950, Ângelo Lopes foi o candidato da situação pelo Partido Social Democrático (PSD) que mesmo tendo o apoio do governador Moysés Lupion, foi derrotado pelo candidato da oposição, Bento Munhoz da Rocha Netto, da União Democrática Nacional (UDN). Em seu livro *“A ditadura civil-militar e a ‘politicalha interiorana’: o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR [1969]”* (2012) Cássio Augusto Guilherme explica que o pessoal da Imobiliária Nova Londrina Ltda. tinha apoiado o candidato derrotado. Por conta disso, começaram as perseguições de Bento Munhoz que mandou fechar a estrada de acesso para Nova Londrina no km 64, e de que Chiamulera, sócio-diretor da empresa, teria ido pessoalmente até Curitiba pedir a intervenção do deputado Edgar Távora junto ao governador para liberar a passagem e a colonização da área (GUILHERME, 2012, p. 32).

A grilagem de terras no Paraná se tornou intensa no período da colonização de suas terras “devolutas”, entre os anos de 1930 e 1960, quando elas ganharam alto valor de mercado devido a procura de colonos agricultores de outras regiões do Brasil. No entanto, o período mais crítico da grilagem no Estado aconteceu nos dois mandatos de Moysés Lupion (1947-1951/1956-1961), em que esse governador ficou famoso por suas falcatacas em concessões de terras. Uma delas foi a concessão de 17.000 alqueires em Porecatu realizada a um grupo de fazendeiros do estado de São Paulo quando a área já estava ocupada por colonos que haviam recebido autorização de posse do ex-interventor Manoel Ribas. Ao assumir o governo do Estado em 1947, Moysés Lupion não reconheceu as posses dos colonos e titulou as terras aos irmãos Ricardo, Urbano e Geremia Lunardelli. “Chegando na região para tomar posse de 17 mil alqueires repassados pelo governo estadual, os Lunardelli contrataram o pistoleiro José Celestino para comandar sua milícia” (WIKIPÉDIA, s/a, s/p).¹⁰

As ações de pistoleiros na “limpeza” da área contaram com o apoio da polícia militar do Estado e resultaram na *Revolta dos Camponeses de Porecatu*

9 Após pedir exoneração do cargo de Procurador Geral do Estado, Edgar Távora foi nomeado em 1955 pelo governador Bento Munhoz para compor a Comissão Especial de Terras, encarregada de resolver conflitos agrários no Estado.

10 Assunto encontrado no sitio: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_do_Quebra_Milho. Acessado em 24 de janeiro de 2021. Ou através de SILVA, Joaquim Carvalho da. *Terra Roxa de Sangue: A Guerra de Porecatu*, Editora UEL: 1996.

(1947-1951). Outro caso de grilagem de terras sob o comando de Lupion foi a concessão realizada por ele em 1950 para Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (Citla), das glebas Missões e Chopim no Sudoeste, em terras de domínio da União, que ficou conhecida na época como “a maior bandalheira da República” pelo fato do então governador ser um dos sócios da Citla (LAZIER, 1986; GUILHERME, 2012; ROMPATTO, 2016, p. 102)¹¹.

Assim, durante seu mandato (1951-1955), Bento Munhoz tentou moralizar a questão fundiária no Estado, razão pela qual teria impetrado na justiça várias ações de cancelamento de grilos deixados por Lupion.¹² Talvez tenha sido este um dos motivos que o levou a suspeitar da colonização da Areia Branca do Tucum, como sendo mais um grilo de terras e impedir a passagem de colonos na estrada para Nova Londrina, em seu km 64. Porém, a intervenção política do deputado Edgar Távora junto ao governador Bento Munhoz foi providencial para este permitir a colonização de Nova Londrina e por extensão de Marilena e de São Pedro do Paraná que faziam parte da mesma área embargada.

Na mesma época surgiu o advogado João Alves da Rocha Loures para reivindicar a posse de uma área de 4.000 alqueires na Areia Branca do Tucum. De acordo com Scaliante (2010), Rocha Loures era um advogado especialista em legislação fundiária e ao vencer disputas por terras no interior do Estado, exigiu dos vencedores o pagamento de seus honorários em terras. Uma das causas ganhas por Rocha Loures foi uma ação movida pela Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) na justiça federal, em 1927, para defender sua gleba Pirapó de 250.000 hectares, da ação de dois grileiros de terras, dos irmãos Jacinto e Christovam Ferreira de Sá. Segundo Scaliante “Rocha Loures ganhou a causa ante o Juiz da Secção do Paraná, cuja sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal” (CARTÓRIO CIVIL DE LOANDA, 1964, p. 3, *apud* SCALIANTE, 2010, p. 109).

Em pagamento por seus honorários advocatícios, a Braviaco autorizou Rocha Loures a tomar posse da “Fazenda Tabajara” de 3.000 alqueires de terras na mesma área disputada (SCALIANTE, 2010, 109). Porém, com a “Revolução” de 1930 o interventor Mário Tourinho através do Decreto Estadual nº 300, de 30 de novembro de 1930, confiscou todos os bens imóveis da Braviaco em torno de 2.100.000 hectares de terras, incluindo a gleba Pirapó e os 3.000 alqueires da Fazenda Tabajara.¹³ Em 1932, o interventor Manoel Ribas, entendendo que

11 “A CITLA cometeu uma série de violências contra colonos causando a revolta deles no ano de 1957, sendo necessária a intervenção do governo federal para resolver a questão” (ROMPATTO, 2016, p. 102).

12 O maior deles foi o grilo Santa Cruz de 180.000 alqueires no Vale do Piquiri, Oeste do Estado, cuja ação de cancelamento foi impetrada na justiça estadual por Bento Munhoz em 20 de janeiro de 1953. Mas com o retorno de Lupion ao governo do Paraná em 1956 este acabou legitimando esse e outros grilos de terras no Estado (Ver ROMPATTO, Maurílio. *Piquiri “O Vale Esquecido”: história e memória da luta pelas terras do “grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná*. Curitiba-PR: Editora CRV, 2016).

13 O confisco das terras da Braviaco pela “Revolução” de 1930 é tratado na íntegra nos capítulos I e IV desta coletânea.

o título de domínio da Braviaco estava nulo, “despojou Rocha Loures de seus direitos às terras” (SCALIANTE, 2010, 110).

Com o fim da ditadura do Estado Novo em 1945, no qual também foram destituídas as interventorias nos estados, Rocha Loures promoveu uma ação requerendo a invalidade do ato de Manoel Ribas. Nesta ação, ele alegava que as terras haviam sido confiscadas da Braviaco pelo governo e que, neste caso, o devedor de seus honorários não era mais a empresa, mas o próprio Estado. A ação foi julgada procedente pelo juiz da comarca de Apucarana e depois confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado. Naquelas alturas o governo já havia concedido os 3.000 alqueires da “Fazenda Tabajara” a terceiros para a finalidade de colonização. Em consequência disso, Rocha Loures entrou novamente na justiça solicitando uma reparação. “O Estado foi sentenciado a compensar o reclamante com áreas em outras partes de seu território, onde houvesse terras devolutas disponíveis” (CARTÓRIO CIVIL DE LOANDA, 1964, p. 4, *apud* SCALIANTE, 2010, p. 110).

Depois, o advogado Rocha Loures ganhou outra ação de terras sobre uma área denominada “Covozinho” no município de Mangueirinha, região de Palmas, recebendo como pagamento uma área de 1.000 alqueires aos quais juntou os 3.000 alqueires da “Fazenda Tabajara” que o Estado lhe devia. “Assim, o então governador Adolpho de Oliveira Franco (25/07 a 31/10/1949) encaminhou a solicitação de autorização de posse dos 4.000 alqueires para a Assembleia Legislativa” (CARTÓRIO CIVIL DE LOANDA, 1964, p. 9, *apud* SCALIANTE, 2010, p. 110).

No início de 1951 quando já era deputado federal, Rocha Loures passou a exigir do governo o pagamento da dívida em terras e acreditando que havia na região Noroeste o total da área devoluta que o Estado lhe devia, requereu os 4.000 alqueires na gleba 21 da Colônia Paranává, na Areia Branca do Tucum (SCALIANTE, 2010, p. 120).

Atendendo ao pedido de Rocha Loures, no mesmo dia 8 de janeiro de 1951 em que desistiu da disputa judicial dos 25.000 alqueires do grilo Areia Branca do Tucum em favor daquelas companhias colonizadoras, o governador Lupion enviou para o Porto São José uma missão militar para garantir a demarcação de 1.200 alqueires como parte dos 4.000 alqueires reivindicados pelo deputado. Segundo o delegado especial da missão, coronel João Batista Lopes, “se verificou que já naquela época, existiam mais ou menos 200 famílias de posseiros na área e muitas delas possuíam escrituras que se lhe haviam sido expedidas pela imobiliária Terras e Colonização Paranapanema Ltda., a qual tinha como principal dirigente o senhor José Volpato” (LOPES, 1964, fl. 7).

Em 28 de novembro de 1951 o governador Bento Munhoz da Rocha Netto nomeou o advogado e deputado federal João Alves da Rocha Loures a Desembargador de Justiça do Estado do Paraná (SACALIANTE, 2010, p. 95).

Em 1955, Rocha Loures requereu junto ao DGTC, por meio do protocolo nº 10.560/55, o restante das terras que o Estado lhe devia. Em informação prestada ao requerimento do Desembargador, o assistente técnico do DGTC, declarou só haver os 1.200 alqueires disponíveis na Areia Branca do Tucum e esclareceu que o restante para completar os 4.000 alqueires poderia ser encontrado em outras áreas devolutas do Estado (SCALIANTE, 2010, p. 100).

No mesmo ano de 1955, o coronel João Batista Lopes esteve novamente na região já como Delegado Regional de Paranavaí e constatou “a existência de aproximadamente 500 famílias com casas residenciais, comerciais, formação de cafeeiros e pastagens em toda aquela vasta região, a qual achava-se em pleno progresso” (LOPES, 1964, fl. 8).

A sucessão no governo do Paraná que em 31 de janeiro de 1956 recolocou Moysés Lupion no poder para seu segundo mandato como governador foi fator determinante para dar outros rumos à política fundiária no Estado. Assim, toda e qualquer tentativa do governo anterior, de Bento Munhoz, de moralizar a questão fundiária, veio abaixo, uma vez que Lupion provou por diversas vezes, já em seu primeiro mandato, ser conivente com a grilagem de terras. Tanto que logo no início de seu novo mandato, em 1956, o mesmo técnico do DGTC que um ano antes em 1955 havia declarado só haver os 1.200 alqueires, voltou atrás e alegou que a área pretendida pelo Desembargador na Areia Branca do Tucum poderia ser ampliada para os 4.000 alqueires, incluindo os já demarcados 1.200 alqueires próximos ao Porto São José, em 1951 (SCALIANTE, 2010, p. 118-119).¹⁴

Ocorre que a área ampliada se sobreponha às terras de colonização do grupo de José Volpato que através de suas empresas Terras e Colonização Paranapanema Ltda. e Colonizadora Marilena Ltda. vinha desde 1949/1950 loteando e vendendo aquelas terras. Mesmo assim, em 1959, durante viagem internacional do governador Lupion, este autorizou seu imediato Guataçara Borba Carneiro a expedir o título dos 4.000 alqueires ao Desembargador não levando em conta os colonos que habitavam a área.

No final de 1963, depois de mais de uma década de colonização das companhias do grupo Volpato, quando os colonos já se faziam em número de 1.000 famílias, todos assentados em pequenas propriedades de 5, 10, 15 e 20 alqueires, o Desembargador de posse do título definitivo dos 4.000 alqueires, achou-se no direito de aumentar a guarda sobre a área ameaçando todos de despejo (LOPES, 1964, fl. 6).

No ponto mais alto do conflito, no início de 1964, os colonos da Areia Branca do Tucum, do recém-criado município de São Pedro do Paraná e de Marilena, ainda Distrito de Nova Londrina, se revoltaram em defesa de seus direitos dominiais de posse e contra as pretensões do Desembargador (*A Revolta dos Colonos da Areia Branca do Tucum* será abordada mais adiante, neste mesmo capítulo).

O CASO AZAMBUJA

Um caso de violência extrema por disputa de terras que chamou a atenção durante a colonização da Areia Branca do Tucum aconteceu com Raphael

¹⁴ O Município de São Pedro do Paraná foi criado através da Lei Estadual nº 4788, de 29 de novembro de 1963 e instalado em 14 de dezembro de 1964. Seu território foi desmembrado de Loanda e de Porto Rico e a emancipação foi consolidada no dia 30 de dezembro de 1964 com a posse do primeiro prefeito José Marques de Macedo, eleito em 15 de novembro daquele ano. Na ocasião, as localidades Leoni e Porto São José passaram a pertencer ao novo município.

Veríssimo Azambuja. Oriundo do estado do Rio Grande do Sul e primo do escritor Érico Veríssimo no dia 19 de março de 1959 quando residia na capital do país, Rio de Janeiro, e ocupava um importante cargo no governo federal, Raphael Azambuja adquiriu 1.480 alqueires das empresas Terras e Colonização Paranapanema Ltda. e Colonizadora Marilena Ltda., do grupo de José Volpato. No mesmo ano, 25 de maio, ele comprou outros 100 alqueires do grupo para destiná-los à formação de uma fazenda de nome Marion, em homenagem à sua esposa Marion Azambuja. Na ocasião, Raphael fundou a companhia colonizadora de nome Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda. (INCOPAN), para comercializar os 1.480 alqueires adquiridos. No entanto, depois de três anos de colonização de sua Incopan, em 7 de julho de 1962, quando os negócios de terras fluíam normalmente, Raphael Veríssimo Azambuja foi assassinado por José Volpato, o antigo dono das terras.

Para compreender o contexto em que o crime ocorreu é necessário antes explicar as negociações das terras que resultaram no conflito, a começar pela citação na íntegra do contrato de compra e venda firmado entre as partes. Então vejamos:

Pelo presente instrumento de convenção entre a Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda. e seu diretor gerente RAPHAEL VERÍSSIMO AZAMBUJA, daqui por diante denominado primeiro-contratante, e JOSÉ VOLPATO, daqui por diante denominado segundo-contratante, fica justo e contratado o seguinte:

1º. O Segundo Contratante vende a Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda. os seguintes imóveis: a) 50 (cinquenta) alqueires de chácaras em Marilena; b) 80 (oitenta) alqueires em torno da projetada cidade Leoni; c) 55 (cinquenta e cinco) alqueires de chácaras em Areia Branca; d) 50 (cinquenta) alqueires da propriedade Borba Gato e, 70 alqueires da propriedade Aceguá; f) 145 (cento e quarenta e cinco) alqueires partes dos lotes 213, 214 e 218; g) 5 alqueires parte da chácara Lazinho, propriedades compreendidas no registro 343 na comarca de Mandaguari, em nome da empresa Terras e Colonização Paranapanema Ltda.); h) 1500 lotes urbanos na comunidade Leoni; i) 120 (cento e vinte) alqueires ao redor dos citados lotes urbanos; j) 15 (quinze) alqueires da chácara Lazinho, todas estas propriedades compreendidas no registro 5246 da Comarca de Mandaguari em nome da empresa Colonizadora Marilena Ltda., k) 4.000 lotes urbanos e l) 150 alqueires de chácaras em Marilena parte do registro 2070 e citado registro 5246, na Comarca de Mandaguari); m) 15 (quinze) alqueires da Chácara Cláudio e Baltazar; n) 10 alqueires da chácara Albertinho e o) 55 (cinquenta e cinco) alqueires dos lotes 219 e 220 compreendidos no registro 2070 da empresa Colonizadora Marilena Ltda.; p) 25 (vinte e cinco) alqueires de chácaras e q) 600 (seiscentos) lotes urbanos em Areia Branca, compreendidos na procuração em causa própria outorgada ao outorgante pela firma Loureiro Junior & Cia. Ltda., sendo que algumas dessas terras estão compromissadas com o próprio outorgante.

2º. O preço total da venda é de Cr\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), pagos da seguinte forma: a) Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) à vista, por ocasião da escritura de compra e venda; b) Cr\$19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros) a ser paga de acordo com o seguinte esquema: I – durante o primeiro ano não vencerá juros; II – nos dois anos seguintes vencerá os juros de 5%; III – a partir do fim do terceiro ano deverá ser paga uma prestação anual mínima de 20% do saldo devedor, passando a vigorar os juros de 6% ao ano; c) Cr\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) representados pela transferência de 2.400 (duas mil e quatrocentas cotas) de capital social integralizado, quando as partes julgarem oportuna

a transferência. Enquanto a transferência não for feita, o segundo contratante terá direito a 40% dos resultados líquidos da Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda.

3º. Para facilidade dos contratantes, a venda será feita exclusivamente para efeitos fiscais, pelo valor de Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) dando o segundo contratante quitação de preço, quitação essa que que não invalida o presente acordo.

4º. Que as obrigações da presente convenção obrigam a firma Colonizadora Agroindustrial Incopan Ltda. e, pessoalmente seu diretor gerente RAPHAEL VERISSIMO AZAMBUJA.

Para os devidos fins e legais efeitos assinam os contratantes em três vias o contrato particular, juntamente com duas testemunhas.

Marilena-PR, 19 de março de 1959.
Colonizadora Agroindustrial INCOPAN Ltda.

(Assinou primeiro Raphael Verissimo Azambuja e logo abaixo, assinou José Volpato)¹⁵

Pela descrição do contrato de compra e venda acima dada para perceber que além de áreas rurais, Raphael Azambuja, através de sua empresa Incopan, adquiriu das colonizadoras do grupo Volpato uma quantidade expressiva de terrenos urbanos em Marilena e, outro tanto não menos expressivo na comunidade Leoni (São Pedro do Paraná), os quais seriam, posteriormente, destinados à comercialização.

Neste particular também chama a atenção que a localidade Leoni havia sido projetada pelo grupo Volpato para ser uma cidade com 1.500 lotes urbanos. Pelo jeito, depois de transferida para a Incopan, seu loteamento urbano não “decolou” uma vez que Leoni se reduz atualmente a uma pequena localidade do município de São Pedro do Paraná. O motivo do “fracasso” do empreendimento será explicado mais adiante, neste mesmo capítulo.

Retornando ao “caso Azambuja”, depois que adquiriu as terras de José Volpato em 1959, um ano depois, em 1960, Raphael se mudou com a família do Rio de Janeiro para Presidente Prudente interior de São Paulo, para fixar moradia próxima de suas terras, mas também mantinha uma casa em Marilena que servia de escritório da Incopan e residência provisória da família para as ocasiões em que ele precisasse estar junto à administração de seus negócios. Até o ano de 1961, Azambuja ainda manteve o cargo de chefe de gabinete do Ministério da Agricultura, na capital federal, mas depois se desligou por completo para dar mais atenção aos investimentos no Paraná. Além da atividade colonizadora, através de sua Incopan, Azambuja empreendia o cultivo de café e criação de gado em sua Fazenda Marion e tinha na cidade de Marilena uma serraria para industrializar a madeira extraída de suas terras. No entanto, depois de quase três anos de empreendimentos na região, Raphael Azambuja acabou assassinado por José Volpato.

¹⁵ Dados extraídos do contrato original de compra e venda assinado pelas partes contratantes (José Volpato e Raphael Verissimo Azambuja), em Marilena-PR, no dia 19 de março de 1959. De acordo com certidão do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, expedida em 17 de setembro de 1963, esse contrato aparece registrado naquele cartório sob nº 2.890, datado de 1º de dezembro de 1961.

De acordo com o jornalista David Arioch, em sua coluna “Histórias do Noroeste”, publicada pelo jornal *Diário do Noroeste* de Paranavaí em 8 de fevereiro de 2015, o assassinato aconteceu em 7 de julho de 1962 quando José Volpato percebendo que as terras que tinha vendido a Azambuja “conquistaram um alto valor de mercado em pouco tempo”, exigiu dele uma “compensação financeira”. Ao se recusar a pagar, “afinal o negócio já estava feito”, Volpato, acompanhado de dois jagunços e de seu motorista, se dirigiu à casa/escritório de Azambuja em Marilena e desferiu contra ele cinco tiros à queima-roupa (ARIOCH, DIÁRIO DO NOROESTE, 8 de fevereiro de 2015).

O filho da vítima, Alan Veríssimo Azambuja (2020), que testemunhou o assassinato do pai, em recente relato, deu a seguinte versão sobre o caso:

Quando a região começou a prosperar, especialmente graças ao trabalho do meu pai, o antigo dono das terras, o tal José Volpato, começou a exigir um complemento adicional aos pagamentos feitos, a título de “reajuste”. Não conseguindo seu intento na manhã de 7 de julho de 1962 o canalha entrou no escritório da Colonizadora do meu pai que funcionava provisoriamente numa pequena casa que servia também de residência temporária para nós, vociferando toda sorte de impropérios e provocações. Meu pai tomou o invasor pelo braço para conduzi-lo até o lado de fora do escritório. Mal teve tempo de perceber a armadilha em que caíra: ali mesmo o assassino puxou um revólver que ocultava por debaixo de seu sobretudo e disparou no meu pai 5 tiros certeiros, à queima roupa. Em seguida, entrou no carro que aguardava com as suas “testemunhas” que, mais tarde, no rápido processo legal que se seguiu, garantiram ao criminoso sua total impunidade (AZAMBUJA, 2020, p. 7).

Por causa do crime José Volpato foi levado à júri popular em 13 de setembro de 1963, mas absolvido. Ainda segundo Alan Azambuja, os próprios jagunços testemunharam que a ação criminosa de Volpato teria sido em sua legítima defesa: “coisas da justiça”, concluiu. Já sua família perdeu a maior parte dos bens imóveis que Raphael havia comprado do grupo Volpato, dentre os quais os 1.480 alqueires registrados em nome da colonizadora Incopan e que se encontravam distribuídos em lotes rurais e urbanos em Marilena e na localidade Leoni (São Pedro do Paraná), também a casa que era residência improvisada da família e sede da colonizadora, onde o crime ocorreu.

De acordo com Alan Veríssimo Azambuja, a maior parte dos bens imóveis José Volpato tomou da família ao assassinar seu pai, restando apenas a Fazenda Marion, de 100 alqueires por que não estava em nome da Incopan. Depois, sua mãe, Marion Azambuja, encarregou o administrador de vender a serraria, os veículos da Incopan e o gado da Fazenda Marion e com os recursos das vendas, pagar os salários dos funcionários da empresa, incluindo os da serraria. No entanto, o encarregado não honrou totalmente o compromisso assumido, segundo Alan: “ele se apropriou dos semoventes”. Já a Fazenda Marion, foi vendida no final de 1965 por sua mãe a um advogado de Loanda de nome Ivo Fabrício de Moraes. Com os recursos da venda, em 1966 a viúva comprou um apartamento em Ipanema, no Rio de Janeiro, para morar com o filho e depois disso, ela nunca mais voltou para Marilena. Os demais espólios de Raphael Azambuja que a família foi obrigada a deixar para trás por conta de seu assas-

sinato, na versão de Alan, “foram tomados pelo assassino José Volpato e depois herdados pelo filho André Luís Volpato, que assumiu os negócios de terras do pai junto com o cunhado e sócio Antonio Scandelari”.

O engenheiro de som aposentado, Alan Verissimo Azambuja, que ainda reside em Ipanema, Rio de Janeiro, no mesmo apartamento comprado por sua mãe em 1966, recentemente entrou em contato com a professora Adélia Aparecida de Souza Haracenko, do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (uem) através de uma mensagem de e-mail, no momento em que estávamos escrevendo este importante capítulo da história de Marilena e, ao mesmo tempo, organizando a presente coletânea.

De imediato, Haracenko nos colocou em contato com Alan Azambuja que, prontamente, enviou seu relato por escrito — sob o título *Desventuras no Paraná* — em que dá sua versão sobre os fatos incluindo o episódio do assassinato de seu pai em 1962, bem como dos desdobramentos do caso que na época assombrou a pequena Marilena e que depois de passadas quase seis décadas, apesar de já ter caído no esquecimento da maioria dos moradores do lugar, Alan o recorda em detalhes:

Ainda durante o período em que meu pai (Raphael Verissimo Azambuja)¹⁶ trabalhou no Ministério da Agricultura, moramos na Residência Oficial do Ministro, casa situada dentro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vaga deixada pelo Ministro

¹⁶ Raphael Verissimo Azambuja (1909-1962) nasceu em Cruz Alta-RS no dia 1º de março de 1909, filho de Catharino Raphael de Azambuja (médico) e Maria Augusta Verissimo Azambuja. Estudou no Colégio e Universidade Mackenzie, em São Paulo-SP. Em 1943 foi gerente da sucursal Rio de Janeiro da Empresa de publicidade Eclética Ltda. Em 1943 foi nomeado Assistente do Ministro João Alberto de Lins e Barros se encarregando da ligação entre as interventorias estaduais e a Coordenação da Mobilização Econômica (DF). Em 1944 se tornou Chefe do Setor da Abastecimento Nacional (Rio de Janeiro-DF). Em 1944 foi Chefe do Serviço de Fiscalização de Preços (Rio de Janeiro-DF). Em 1944 foi Chefe (interino) do Serviço de Abastecimento Nacional (DF). Em 1945 foi nomeado Chefe de Propaganda do Partido Social Democrático (DF). Em 1946 foi designado pelo Conselho de Imigração e Colonização para Chefe das Comissões de Seleção de Imigrantes (DF). Em 1947 trabalhou a maior parte do tempo em Salzburgo chefiando a Comissão de Seleção de Imigrantes. Na época também participou da Conferência Mundial do Trabalho em Genebra, representando o Brasil. Em 1950 retornou ao Brasil trazendo mulher e filho (Marion e Alan), este já com 2 anos de idade. Em 1955 tornou-se Redator-Chefe do Jornal “O Clarim” e posteriormente sócio proprietário deste jornal em sua sucursal no Brasil. Em 1955 coordenou campanhas eleitorais do Sr. Leonel Brizola. Em 1956 se tornou chefe do Departamento de Administração e Finanças do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Rio de Janeiro-DF). Em 1957 foi designado pelo Ministro da Agricultura para exercer funções de Assessor Técnico em seu Gabinete (Rio de Janeiro-DF). Em 1958 publicou seu ensaio “Alberto Pasqualini e o Trabalhismo Brasileiro” como introdução do livro “Bases e Sugestões para uma Política Social”, de autoria do seu amigo e parceiro intelectual, Senador Alberto Pasqualini, pela Editora São José. Em 1959 foi nomeado pelo governador Leonel Brizola representante do estado do Rio Grande do Sul junto à Comissão Interestadual para Estudos dos Problemas da Bacia Paraná-Uruguai. Em 1960, tornou-se Chefe de Assessoria Técnica e substituto eventual do Chefe do Gabinete, em Brasília, do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura. Em 1961 foi Chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura (Ministro Mario Meneghetti e Ministro Barros de Carvalho). Nesta fase de transição do Distrito Federal para Brasília assumiu interinamente algumas funções de Ministro da Agricultura (AZAMBUJA, 2020).

da Agricultura que teve que se transferir para a nova capital, Brasília. Era a mesma casa que, posteriormente, serviu de residência para o Presidente Geisel. Apesar de vários apelos de amigos que o indicavam para candidatar-se ao cargo de Ministro da Agricultura [...], meu pai preferiu dedicar-se integralmente ao grande projeto de sua vida, que era transformar o Norte do Paraná no celeiro do Brasil. Tinha comprado as terras no Paraná de um *amigo* de infância [em Cruz Alta-RS], um tal de José Volpato, cujo verdadeiro caráter somente se revelaria mais tarde. Mudaríamos para Presidente Prudente, interior de São Paulo, que se apresentava com melhor infraestrutura para fixarmos base e era relativamente próximo daquela região do Paraná. Mais tarde moraríamos definitivamente em Marilena onde ficaria a sede da colonizadora Incopan fundada por meu pai. Nossa primeira viagem para conhecer a região foi num pequeno e velho bimotor do Ministério da Agricultura, pilotado por um jovem, mas experiente, piloto.

Lugar nenhum prometia tantas aventuras como a região das fazendas no Paraná. Em Marilena eu teria meu próprio cinema, pois já possuía um projetor sonoro “Bell & Howell” de 16 mm que tinha ganho de presente de aniversário quando completaria meus 11 anos.

Depois foi a mudança, mais ou menos em definitivo, para Presidente Prudente. Lá eu terminaria o Ginásio enquanto meu pai desenvolveria seus negócios em Marilena. Moraríamos em 2 casas até eu chegar à idade de poder escolher o meu futuro. Ora, eu já tinha escolhido: eu estava apaixonado por Marilena.

Minha paixão era um lugarejo cuja avenida central [hoje Avenida Paraná] era a estrada que ia dar no Porto São José. Tinha 1.000 habitantes, uma igreja que parecia não estar pronta nunca e um hotel chamado Estela.



Estela Hotel e veículos da Incopan, em Marilena-PR, 1961.

No centro da foto de camisa “branca” e calça “preta”,

é José Volpato, o colonizador da cidade.

Foto cedida por Alan Veríssimo Azambuja.

Tinha a nossa serraria, plantações de café em volta e de todo lado saiam estradinhas de barro vermelho que iam dar em lugar nenhum, ou melhor, terminavam sempre dentro de alguma floresta. E, é claro, havia o casebre que era metade nossa casa, metade escritório - a sede da Incopan. Havia também a oficina do “Seu” Dante Pasqualeto que ficava dentro das instalações de sua maquinaria de beneficiamento de café. Ficava próxima à nossa casa improvisada. Naquele “laboratório” incrível, eu sempre encontrava o bom homem preparando seu barco com motor de centro, que um dia iria ficar pronto. E iríamos juntos pescar no Paraná. Foi em Marilena que aprendi a dirigir o jipe, o trator e o caminhão da Incopan quando eu mal completara 13 anos de idade. O pessoal da nossa serraria era muito solícito, gostava de satisfazer minha insaciável curiosidade sobre o funcionamento de todas as máquinas. Era uma honra para mim, diariamente, ligar pontualmente às 19:00h e desligar às

23:00h o motor diesel da serraria que fornecia eletricidade grátis para a pequena cidade — cortesia do meu pai. Eu fazia questão de dirigir o caminhão nas entregas de madeira para a construção de casas para colonos. Eu não achava muita graça nas extensas plantações de café, mas existiam florestas inteiras que guardavam mistérios que exerciam em mim uma estranha fascinação. De vez em quando meu pai escalava um dos administradores da firma, meu amigo “Seu” Rubens, para me acompanhar nas inesquecíveis pescarias de lambari. Ele conhecia uns córregos por ali perto e ali competíamos com nossos pequenos caniços, anzóis “mosquito” e massa de farinha com óleo. Depois, a confraternização geral naquelas noites superestreladas. Jamais esquecerei do indizível perfume de lambari passado na farinha e frito, inteiro, até torrar bem, misturado com o cheiro do fogareiro à querosene. E da amizade em torno da fogueira, as brincadeiras e as infames piadas de caipira. Um golinho de cachaça escondido dos meus pais cortesia do “Antônio Tratorista”, que só trabalhava bem quando estava suficientemente bêbado. Tudo ao som do rádio de pilha do Jurandir, auxiliar de contabilidade, sempre tocando o melhor da música sertaneja. Em Nova Londrina, cidade maior bem próxima à Marilena, funcionava um Grupo Escolar. Era uma construção de dois andares e, se não me falha a memória, de madeira. Havia um professor com um amplo bigode grisalho e jaleco branco de quem gostávamos muito. Acho que também era o diretor do colégio. Se por um lado era uma obrigação chata ter que frequentar o colégio ao invés de estar trabalhando com os homens da serraria, ainda restava sempre a vantagem de sentar perto de umas meninas loirinhas lindas. Eu me sentia “o tal” quando me exibia dando carona para elas no “meu” jipe. Mas uma boa parte do tempo eu gostava de ficar sozinho num intocável canto do almoxarifado da Serraria, meu local “secreto” que ficava a poucos passos de casa, onde eu tinha a minha bancada de eletrônica. Minha paixão era o rádio, a parte técnica. Tinha boas ferramentas e um multímetro Sanwa novinho em folha que meu pai tinha me dado de presente de Natal. Era um instrumento de medições elétricas bem caro naquela época. Foram necessárias muito boas notas escolares e “bom comportamento” para conquistá-lo. Naquele dia 7 de julho de 1962, ainda bem antes da minha hora de levantar, meu pai aproximou-se de minha cama. Com muita calma, colocou o meu multímetro Sanwa ao lado do meu travesseiro. Estava me devolvendo a preciosidade que ele tinha “segurado” durante uns dias em função de umas malcriações que eu tinha feito para minha mãe durante sua ausência numa viagem recente. É que eu detestava ser interrompido nas minhas “pesquisas científicas” dentro do almoxarifado quando convocado para as tarefas “menores”, tal como regar o pequeno abacateiro que o meu pai tinha plantado frente à pequena casa-escritório. Enquanto eu me espreguiçava, meu pai, com aquele jeito sério que não comprometia em nada a ternura, disse: “Estou lhe devolvendo o multímetro. Mas depois que você tomar café, passa no escritório que eu quero ter uma conversa muito séria com você.” Em seguida, deu-me um rápido afago no cabelo e saiu. Eu ainda estava tomando café com a minha mãe quando ouvi os tiros. A nossa “conversa muito séria” acabou não acontecendo nunca.

Quando a região começou a prosperar, especialmente graças ao trabalho do meu pai, o antigo dono das terras, o Volpato, começou a exigir um complemento adicional aos pagamentos feitos, a título de “reajuste”. Não conseguindo seu intento, na manhã de 7 de julho de 1962 o canalha José Volpato entrou no escritório da Colonizadora do meu pai, que funcionava provisoriamente na pequena casa que servia também de residência temporária para nós, vociferando toda sorte de impropérios e provocações. Meu pai tomou o invasor pelo braço para conduzi-lo até o lado de fora do escritório. Mal teve tempo de perceber a armadilha em que caíra: ali mesmo o assassino puxou um revólver que ocultava por debaixo de seu sobretudo, e disparou no meu pai 5 tiros certeiros, à queima roupa. Em seguida, entrou no carro que aguardava com as suas “testemunhas” que, mais tarde, no rápido processo legal que se seguiu, garantiram ao criminoso sua total impunidade. Nesta infeliz manhã quando corri para o escritório ao ouvir os tiros, vi meu pai estendido no chão ferido e ainda pude ver o motorista do carro arrancar, às pressas,

com o assassino José Volpato sentado ao lado, fitando-me com uma cara muito vermelha e as “testemunhas” atrás. Empregados nossos carregaram meu pai e o puseram em sua cama. Minha mãe tentou reanimá-lo, a agonia do meu pai durou pouco. Em seguida minha mãe entrou em estado de choque. No dia seguinte, ao saber do ocorrido, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul mandou um avião para nos tirar, minha mãe, eu e o corpo do meu pai, daquele “fim de mundo”. Fomos levados para Porto Alegre onde meu pai foi sepultado, no dia 9 de julho de 1962, com honras. Neste dia, o terceiro dos piores da minha vida, completei meus 14 anos de idade. Eu e minha mãe ficamos hospedados na casa de uns parentes. Somente muitos anos depois soubemos que o Dr. Leonel Brizola esperou dias por uma resposta da minha mãe a seus insistentes pedidos para nos receber no Palácio oferecendo sua ajuda para os assuntos do Paraná, que logo começariam a desabar sobre nós. Infelizmente, esta oportunidade foi boicotada pelo nosso anfitrião que, por causa de suas convicções políticas pessoais, “não permitiria jamais que parentes seus se aproximassesem daquele canalha”. Até hoje sinto vergonha de ter parentesco com aquele primo tão estúpido.

Apesar de um erro no que se refere ao local onde ocorreu o assassinato (não foi num saguão de banco), alguma coisa da vida e morte do meu pai é contada no livro de memórias “Solo de Clarineta”, parte 1, p. 191 a 194, de autoria do primo-irmão do meu pai, meu “tio” mais querido, o imortal Érico Veríssimo.

Voltamos, mãe e filho, para Presidente Prudente, nossa base anterior a Marilena. Alguém nos informou que o velho Volpato escapara facilmente da merecida cadeia alegando “legítima” defesa, quando matou fria e covardemente o meu pai. Coisas de algum braço doentio da Justiça do Paraná. Para nós, restava aprender a conviver com a dor amarga da perda do meu pai, sofrer as restrições de ordem financeira que adviriam, tentar administrar os negócios do meu pai, sobretudo evitando perder as terras para o assassino. Tínhamos, apesar destas condições adversas, que recomeçar a vida de cabeça erguida. Era este, agora, o pensamento da minha mãe, que sabia recomeçar de cabeça erguida.

Minha mãe adquirira esta fibra tendo enfrentado os horrores da 2ª Guerra, por perseguição política. Tinha perdido pai, mãe e 6 irmãos e ainda foi sujeita a trabalhos forçados numa fábrica de bombas v-2, dos alemães.

Há 15 anos tinha sido “salva da Europa” (imagine!) pelo brasileiro que lá estava chefiando uma importante missão diplomática de seleção de emigrantes de pós-guerra para o Brasil, nomeado pessoalmente pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Ao lado de Antônio Houaiss representou com brilho o Brasil na Primeira Conferência Internacional do Trabalho. Quando tirou alguns dias de férias, foi passá-los numa cidadezinha de veraneio, Velden, na Áustria. Lá conheceu uma alta funcionária do governo da Bélgica, também desfrutando merecidas férias. Não tardou a irresistível e apaixonada ligação amorosa à qual ambos estavam predestinados.

Nasci na Bélgica em 9 de julho de 1948. Em 1950, com a missão cumprida, o gaúcho bem-sucedido retorna ao Brasil trazendo com imenso orgulho “na bagagem” minha mãe e eu. Aqui ela foi logo naturalizada brasileira e eu registrado como se tivesse nascido no Rio de Janeiro, porém com 2 anos a menos em minha certidão de nascimento. Coisas do regimento que regula a diplomacia brasileira, que determina que filho nascido de diplomata em missão no exterior é brasileiro nato.

Retornando a Presidente Prudente depois da trágica morte do meu pai sobrevivímos com as aulas particulares de inglês que minha mãe ministrava em casa. Com facilidade, tinha obtido um certificado de Proficiência em Literatura Americana numa universidade em Marília, cidade próxima. Esta universidade mantinha um convênio com a Universidade de Michigan. Isso a capacitava para lecionar no IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos), mas ela pretendia continuar dando aula em nossa residência. A pequena casa alugada onde morávamos tinha uma garagem à parte onde eu tinha montado uma pequena bancada, equipada com ferramentas suficientes, para eu poder consertar rádios da vizinhança. Assim eu garantia os cinemas e sorvetes nos fins

de semana com as namoradinhas e amigos. Parece que o gesto do meu pai, naquela manhã trágica de 7 de julho de 1962, colocando aquele multímetro nas minhas mãos ainda sonolentas encerrava a mensagem que, dali a momentos, minha vida passaria a ser bem diferente de tudo aquilo que ele tinha planejado para o futuro de seu filho único. Não deu outra: a eletrônica sempre fez parte da minha vida garantindo o meu sustento e, hoje, aos meus 72 anos, continua presente como hobby.

Mas foi no início de 1965 que minha mãe viajou para o Rio de Janeiro com o objetivo de visitar minha tia Adriana, irmã única de meu pai e tratar da saúde. Alguns dias depois retornou acompanhada de um amigo que se propunha a tornar-se meu padrasto. Teve toda a minha benção, pois pretendia nos ajudar a resolver os problemas relacionados com as terras dominadas e invadidas pelos Volpato e demais asseclas. Além de invadir, roubavam nossas safras de café e intimidavam os empregados da Colonizadora Incopan. Entre estes, também existiam traidores e ladrões como um tal de Otávio Candotti que vendeu a serraria, veículos e semoventes. Estes últimos desapareceram.

Francisco Romana era o nome do cidadão português que conhecia o mundo, participara da Legião Estrangeira no Norte da África, fora corredor de stock-car na Inglaterra, tinha morado na Suécia, falava idiomas, seu emprego no Rio era o de intérprete da Esso e tinha uma compleição física de super-herói. Enfim: era o irmão mais velho que eu sempre quis ter, o próprio “Batman”!

Seria um grande alívio para mim poder parar de entrar, constantemente, em conflito com a minha mãe por que, na qualidade de “novo homem da casa”, eu insistia em assumir o controle dos negócios do Paraná estando lá pessoalmente, enfrentando os bandidos no melhor estilo “John Wayne”, que era o grande personagem dos filmes de “cowboy” do cinema na época. Mas a possibilidade de algo grave acontecer comigo nessa aventura apavorava a minha já tão sofrida mãe. Ela tinha razão. Afinal, eu só tinha uns 17 anos de idade.

Aconselhado por um advogado de Londrina, o Francisco convenceu-se de que talvez a melhor solução possível para expulsar os jagunços do Volpato das nossas terras seria tentar um acordo com um famoso contrabandista da região fronteiriça chamado “Zé Cigano”, que “exportava” café para o Paraguai e, em contrapartida, “importava” cigarros, uísque e bugigangas. Certamente o poderoso “Zé Cigano” com sua “equipe de trabalho” teria os meios adequados para espantar os jagunços do Volpato de nossas terras aceitando como remuneração o café que uma das nossas fazendas invadidas produzia, mas éramos impedidos de comercializar.

Infelizmente, no dia em que a minha mãe e o meu padrasto encontravam-se numa das fazendas do “Zé Cigano” para fechar o acordo, um avião do exército pousou neste local e durante um tiroteio entre os jagunços e os militares que desembarcaram do avião foi morto um militar [o major Raúl Saens de Matos]. Presos em quartéis do exército no Paraná, minha mãe e o Francisco levaram 8 meses para provar a inocência deles durante o IPM (Inquérito Policial Militar) que foi instaurado.

A partir do início desta nova fase difícil a ser enfrentada no Paraná me desdobrei em viagens para poder estar presente nos quartéis de Guaíra e Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro e Presidente Prudente. Durante a maior parte do IPM a minha mãe e o Francisco foram mantidos em quartéis separados. No Rio de Janeiro corri atrás de contato com os melhores amigos do meu pai para obter ajuda influente e para, ao menos, garantir a segurança e a integridade física e psicológica dos frágeis depoentes que eram os membros mais importantes da minha pequena família. Não obtive sucesso. Aqueles velhos amigos do meu pai estavam ou no exílio, ou simplesmente desaparecidos, graças ao nefasto golpe militar de 1964. A melhor ajuda que obtive foi da minha Tia Adriana que se esmerava em comprar algum vestuário e pequenos confortos femininos para eu entregar para minha mãe quando a encontrasse, além de prover-me com algum dinheiro de suas parcias economias para contribuir com as minhas despesas das viagens.

Jamais esquecerei quando, em Guaíra, eu aguardava uma carona até a rodoviária para tomar um ônibus para Foz do Iguaçu, para onde minha mãe tinha sido transferida e eu não sabia. No terreno que ficava entre os portões e a construção

em alvenaria, que era a sede principal do quartel, havia um caminho e, ao lado, um banco de espera. Um homem ladeado por dois soldados caminhava em direção à sede. Eu o conhecia de algum lugar. Era um idoso. Era o velho Volpato!

Com a mão trêmula, comecei a abrir o zíper da bolsa de viagem a tiracolo, de lona, que eu carregava. Cheguei a tocar a corona do pequeno revólver 32 que eu tinha obtido para garantia da minha segurança nas viagens pelo interior do Paraná.

Numa distância bem pequena, caminhando devagar, aquela excrescência olhou para mim e pareceu também reconhecer-me de algum lugar. Era a oportunidade tão sonhada por mim de poder enfiar-lhe uns balaços e assim satisfazer o meu quase insuportável desejo de vingança!

No entanto, uma voz interna minha começou a berrar: “*Não faça isso, não faça isso! Ou você poderá jamais ver sua mãe outra vez!*”

Frustrado, desisti do meu intento. A verdade é que estávamos vulneráveis demais para eu me dar ao luxo de tentar matar aquele crápula impune. Sua presença por lá deve ter sido por ser intimado a dar explicações sobre o que minha mãe, certamente, denunciara em seus depoimentos no IPM. Ainda tomado pelos efeitos da adrenalina virei-me e corri para a primeira árvore que vislumbrei e pus-me a chutá-la furiosamente, extravasando todo aquele ódio acumulado desde aquela manhã fatídica em julho de 1962. Pobre árvore. Ainda deve estar lá. Espero que esteja bem e já tenha me perdoado.



Fui bem recebido em Foz do Iguaçu. Encontrei minha mãe surpreendentemente bem alojada, disposta e satisfeita com o tratamento respeitoso que os oficiais a ela dispensavam. Depois de esgotada a nossa conversa inicial abrangendo os assuntos domésticos e de família, fez questão de apresentar-me aos seus “novos alunos”! Um tenente que tomava aulas de inglês, outro que pretendia melhorar o seu francês e um maior que era grande admirador do conquistador macedônio Alexandre, o Grande, cuja extensa biografia Dona Marion conhecia profundamente, pois era, desde menina, fã do famoso guerreiro!

Foi-me permitido visitar o Francisco que estava instalado em outra dependência do quartel. Através das grades de um cubículo nos falamos rapidamente. Seu aspecto não era dos melhores. Seu asseio também não. Ostentava uma densa barba negra de aspecto oleoso que se sobrepujava à parte superior de seu tórax desnudo. O calor e o cheiro daquele ambiente prisional era insuportável. Mas deu tempo para ele me avisar que, segundo o advogado militar que supervisionava o IPM, logo o caso deles iria passar para a esfera da Justiça Civil e eles seriam transferidos para uma delegacia de Polícia em Dourados, Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), para guardar a conclusão de todo o processo e serem liberados em seguida.

De volta a Prudente, as semanas pareciam ter o dobro de duração. Mas eu tinha incumbências tais como entregar a casa onde habitávamos, vender os móveis, doar o cachorro para alguém com capacidade de tratá-lo bem... essa foi a parte mais difícil. “Rolf” era um pastor alemão enorme que todos amávamos e que amava a nós todos, principalmente seu “pai” que, inexplicavelmente “abandonara” já há alguns anos. Cada vez que me via me encarava com um olhar triste e um persistente e estranho latido como se estivesse me perguntando o que é que ele tinha feito de errado para que sua vida, que tinha sido tão boa, agora era uma confusão de mudanças que ele, “meu irmãozinho”, não conseguia entender.

Finalmente a carta chegou por mãos amigas. Remetente: Marion Azambuja.

Endereço: Delegacia de Polícia de Dourados. Chegara o momento de encontrar-me com eles, pois já tinham sido liberados pela Justiça Civil. Aguardavam-me na cadeia contando com as roupas limpas que minha mãe tinha me pedido. Não me lembro exatamente qual meio de transporte utilizei para chegar lá, mas ainda era quase noite quando adentrei na pequena delegacia ansioso para abraçar minha mãe

e o meu padrasto. Fui recebido alegremente por eles e por um delegado que tinha um ar amigável. Ainda estavam “hospedados” numa sala improvisada como dormitório para minha mãe e o delegado concedeu, a meu pedido, que eu passasse a noite “preso” com ela. Dormi num velho sofá a melhor noite de sono que tive e terei na minha vida.

Pela manhã, após tomar um café solúvel preparado pela minha mãe, o Francisco me apresentou a alguns presos enjaulados que ali estavam aguardando suas futuras destinações. Entre eles, o “Chico Pirata”, um dos jagunços do “Zé Cigano”. Muito simpático, presenteou-me com um cartucho não utilizado de calibre 45 que, segundo ele, os militares, durante um interrogatório em Foz do Iguaçu, o fizeram engolir. Mas ela tinha “saído” inteiramente no dia seguinte. Relutantemente, agradeci e guardei o presente no bolso. E, sorrindo, o homem que tinha poucos dentes proferiu: “Precisa ficar com nojo, não, moço. Lavei bem direitinho depois que a peguei do jornal lá no chão da cela”. Gargalhadas gerais, devo ter ficado com uma cara muito estranha após todos ouvirem essa explicação!

Tive a honra de poder tomar um banho num chuveiro improvisado no que seria o quintal da delegacia. O “box” era constituído de uns tecidos grossos pendurados numa armação que não sei como se sustentava de pé. O chão era a própria terra batida e, obviamente, molhada. Até hoje mantenho o hábito de tomar banho calçado com chinelo de dedo!

Um advogado interessado em comprar a Fazenda Marion nos transportou em seu carro de Dourados até Loanda, onde residia. Era o Dr. Ivo Fabrício de Moraes e me parecia um homem decente. Esta “fazendola” de 100 alqueires paulistas estava no nome do meu pai e não de sua firma, a Incopan. Isto facilitava um pouco as coisas, embora houvesse um problema a contornar: eu era herdeiro da maior parte, mas legalmente ainda menor de idade. Por isso, o negócio foi realizado na base de confiança mútua, em duas etapas. A última seria no Rio de Janeiro onde iríamos morar definitivamente e eu atingiria minha maioridade legal necessária para a finalização do negócio. Saímos de Loanda rumo a Presidente Prudente montados num Mercedes Benz quase novo. O “Gasparzinho” - nome com o qual minha mãe batizou o caminhão de carroceria aberta que tinha sido parte do sinal da venda da Fazenda Marion. O resto do sinal em dinheiro ficaria reservado para dar de entrada na compra de um apartamento no Rio de Janeiro. Durante a viagem de caminhão de Loanda para Presidente Prudente, parada indispensável para resgatar pertences que eu guardara em um depósito e em casa de amigos, felizes estávamos com o fim de um pesadelo que parecia não ter mais fim.

Na boleia do “Gasparzinho” dirigido pelo “Batman” ainda meio combalido, mas feliz, em parceria comigo ao volante, a família *reunida* desfrutava de uma felicidade bem merecida após tanto tempo de maus tratos por parte do destino, ou seja, lá de quem ou do que for.

Durante toda essa exótica viagem de caminhão quase levei à loucura os meus companheiros de boleia pela incessante repetição de uma quadrinha de desabafo recitada por mim, *zoando*, carinhosamente, o casal. Mas em questão de uma hora mais ou menos já faziam coro comigo. Eis aqui a quadrinha:

*Adeus Paraná,
Terra de cafezais...
Vai prá...
Que aqui não volto mais!*

Em 1985 eu estava trabalhando com o compositor musical Carlos Lyra, assessorando-o como engenheiro de som. [...] Com meu pequeno equipamento de som profissional e/ou operando outros sistemas eu conseguia sustentar-me, embora modestamente, com meus serviços. Surgiu um contrato de apresentações do grande pilar da bossa-nova e meu amigo, na cidade de Maringá-PR. Despesas de viagem pagas pelo contratante. Finda a tourné, aproveitei a relativa proximidade para es-

tender minha viagem até Loanda. Meu objetivo era contratar um advogado local e tomar pé sobre a quantas andava a situação das nossas terras deixadas pelo meu pai. Dr. Agenor Duarte atendeu-me com bastante solicitude, embora me advertisse logo sobre a pequena chance de poder fazer alguma coisa por mim. Segundo ele, sendo natural daquela região “corria o risco de ter amigos de infância como adversários nas prováveis disputas de ordem judicial. Isto seria, no mínimo, constrangedor para ele.” Gostei da franqueza dele. Antes do meu retorno ao Rio, a meu pedido, me conduziu em seu carro para uma rápida visita a Marilena. Lá chegando, logo avistei o que fora minha casa uma vez. Pedi ao Dr. Agenor para estacionar em frente. Assim o fez. Mas antes que pudesse terminar a frase “Você não pode adentrar assim...”, eu já adentra, bufando. Na varanda deparei-me com uma velhinha que, com um ar muito tranquilo, balançava em sua cadeira. Cumprimentei-a e perguntei se havia alguém mais na casa. Ela me respondeu que seu marido havia saído e só voltaria bem mais tarde. Perguntei seu nome. “Ermelinda”. Meu coração batia côntrito, parecia que ia explodir. “Há quanto tempo a senhora mora aqui?” Então, com muita calma, sorrindo respondeu: “Ah, faz muito tempo! Desde que o Andrezinho [filho e herdeiro de José Volpato] nos deu. Parece que andaram matando um homem que era o dono daqui.” Enquanto ela terminava calmamente de mastigar uma fruta, o advogado lá fora buzinava de leve para me avisar que estava na hora de eu ir embora. De alguma forma consegui manter o controle dos meus sentimentos que tinham entrado em ebulição. Nem sei, com certeza, que sentimentos eram aqueles. Antes de me afastar daquela velha senhora que devia estar na casa dos 90 me aproximei e lhe dei um beijo na testa. E lhe dei uma recomendação: - “Toma conta direitinho dessa sua casa. É muito preciosa para mim. Já morei aqui, uma vez.” Fechei o portão, entrei no carro do Agenor e sumi dali, para sempre! (AZAMBUJA, 2020, p. 4-23).



Casa-Sede da Incopan – Marilena-PR, 1962. Foto cedida por Alan Veríssimo Azambuja.

Entretanto, a violência da grilagem de terras na Areia Branca do Tucum não ficou circunscrita ao caso Azambuja, uma vez que na época ainda havia a disputa do Desembargador Rocha Loures com os colonos que haviam comprado terras do grupo de José Volpato. Essa disputa se deu sobre uma área de

4.000 alqueires que o governo de Moysés Lupion titulou ao magistrado como pagamento de uma dívida em honorários que o Estado tinha com ele desde 1927, quando era advogado e havia defendido a Braviaco numa disputa de terras em que saiu vencedor.

A titulação dos 4.000 alqueires ao Desembargador pelo governo Lupion ocorreu em dois momentos. Em um primeiro momento com a demarcação de uma área de aproximadamente 1.000¹⁷ alqueires na localidade do Porto São José. Essa área foi titulada por Lupion ao Desembargador no final de seu primeiro mandato, em 1951. E a outra área maior de terras, em torno de 3.000 alqueires, foi titulada ao Desembargador pelo vice de Lupion em 1959. Com isso, o magistrado totalizava na Areia Branca do Tucum 4.000 alqueires de terras. Mas, na versão dos colonos, o total dessa área era de 5.200 alqueires. Sendo de 1.200 alqueires a área demarcada no Porto São José, em 1951, e de mais 4.000 alqueires a área demarcada em 1959. Assim, ao emitir títulos sobre áreas ou glebas que já vinham sendo colonizadas, Moysés Lupion enquanto governador do Estado reeditava na Areia Branca do Tucum uma política muito praticada por ele em matéria de concessão de terras, que foi o da “dupla titulação”, colocando dois ou mais proprietários em disputa sobre uma mesma área (FOWRAKER, 1982).

Por conta dessa “política”, no final de 1963, quando os colonos que habitavam a área dos 4.000 alqueires já alcançavam o número de 1.000 famílias, todos assentados em pequenas propriedades adquiridas das colonizadoras do grupo Volpato, o Desembargador de posse do título concedido por Lupion aumentou a guarda sobre ela, ameaçando todos de despejo.

A REVOLTA DOS COLONOS DA AREIA BRANCA DO TUCUM

Coincidemente, no dia 1º de janeiro de 1964, sob o clima das reformas de base do presidente João Goulart que no final de março daquele fatídico ano seria golpeado pelos militares, em parte por conta delas, o matutino local “Jornal de Loanda” publicava uma nota de repúdio dos colonos às pretensões do Desembargador, em que trazia como título: “A Reforma Agrária do Desembargador Rocha Loures”. Mais em tom de revolta que de ironia como poderia sugerir o título, os colonos assim se manifestaram na nota:

Há 12 anos nos embrenhamos por este sertão trazidos por um ideal bandeirante, vibrante, para ajudar a construir um Paraná melhor, um Brasil melhor.

Adquirimos e pagamos pelas terras. Lutamos no trabalho de cada dia, sentimos a falta de nossos entes queridos, e vimos nascer e morrer nossos filhos, sem assistência médica...

Produzimos para o Paraná porque para nós, pouco restou, a não ser a terra,

¹⁷ Há algumas divergências acerca do tamanho exato dessa área demarcada ao Desembargador em 1951. O DGTC certifica de que se tratava de uma área de 1.200 alqueires (1951). O Coronel João Batista Lopes, Chefe da Subdivisão Policial de Paranavaí, assinala em seu relatório (1964) que foi de 1.020 alqueires. Ao passo que no relatório do Chefe de Polícia do Interior, Neylor Vasconcelos de Andrade (1966), aparece como sendo uma área de 1.000 alqueires de terras.

a “terra que é nossa”, e as plantações que agora produzem o fruto merecido que é para nossos filhos.

Há alguns anos no governo Moysés Lupion recebeu o Desembargador Rocha Loures uma área de terra 5.200 alqueires a título de compensação justamente a que era e é nossa, toda já ocupada por pequenos proprietários. Sabemos lá que compensação [...]. Esse mesmo documento ressalva o direito de posse dos que já estiveram na dita área, ou que tivessem adquiridos de boa-fé, etc. etc.

Recebeu o senhor Rocha Loures um presente de grego, um presente frio, que o mesmo desembargador Rocha Loures quer fazer esqueçer através de uma justiça cega, porque não quer ver nossos cafezais, que nossas culturas já são de mais de 10 anos.

Parece que a solução é desapropriação, porque a justiça não quer reconhecer que é nossa, a terra onde labutamos há 12 anos. Mas isso é o que o senhor Rocha Loures quer: é dinheiro sonante por um documento que é bem claro. O mesmo recebeu do Governo do Estado uma área de terra, a que não tem direito porque já está ocupada e fim do espetáculo.

Seja lá como for dada a solução, a realidade é que a terra é nossa e não saímos dela.

Bem que somos contra a reforma agrária da qual os “grandes” sempre falam.
Queremos somente o fruto de nosso trabalho honesto.

Estamos com o apoio das populações de nossas cidades e de cidades vizinhas.

Estamos com o apoio de nossas consciências.

Dizem que a vida é uma luta. Lutar é viver!

“Nós lutamos por aquilo que é nosso”.

Os proprietários (*JORNAL DE LOANDA*, Loanda-PR: 1º de janeiro de 1964, p. 1, *apud* LOPES, 1964, fl. 5).

A nota de repúdio publicada no *Jornal de Loanda* no dia 1º de janeiro de 1964 anuncjava o início das mobilizações contra as pretensões do Desembargador Rocha Loures e que no dia 14 daquele mês chegaria a seu ponto mais alto com a revolta dos colonos.

Um dia depois, 15 de janeiro, o coronel João Batista Lopes, Chefe da 14ª Subdivisão Policial de Paranavaí, ao receber um telegrama do coronel Ítalo Conti, Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, sobre o ocorrido, dirigiu-se a Loanda onde a revolta teria acontecido e lá ouviu as autoridades locais, o prefeito Francisco de Assis Pinheiro e o presidente da câmara, Ugo Roberto Accorsi, que relataram o acontecido. Nesse mesmo dia 15, o coronel João Batista Lopes relatou que antes de se dirigir para Loanda encarregou o 2º Tenente Walter Pereira Porto (Delegado Regional de Paranavaí) para que o mesmo passasse por Nova Londrina para atender ao um chamado do Desembargador Rocha Loures que naquela cidade “achava-se preocupadíssimo” com a situação, uma vez que seu filho Rui Alves da Rocha Loures (advogado), “encontrava-se bem no interior da zona conflagrada”. Pelo que deu para entender do relatório, o “rebento” foi resgatado pelo 2º Tenente em “diligência coroada de êxito” (LOPES, 1964, fl. 3).

No dia 16 de janeiro o referido coronel Lopes enviou seu relatório ao Secretário de Segurança Pública do Estado no qual apurou que o principal motivo da revolta teria sido uma tentativa de despejo de colonos imposta por jagunços do Desembargador e que esta teria começado ainda no dia 12 de janeiro, em um domingo pela manhã, quando um morador da localidade Porto São José de

nome Sebastião Gonçalves da Silva, passando-se por “subdelegado” e obedecendo ordens do magistrado, prendera e “seviciara” empregados dos senhores Antônio Maria Rodrigues e outros, notadamente Moysés Pereira de Oliveira. Na mesma ação do suposto “subdelegado”, os lotes pertencentes aos senhores Diogo Ximenes e Atílio Sangion haviam sido invadidos por jagunços armados de carabinas, expulsando dali trabalhadores e apossando-se das terras. Sendo que Moysés Pereira de Oliveira foi levado preso para a delegacia do Porto São José e lá espancado pelos comandados de Sebastião Gonçalves da Silva (LOPES, 1964, fl. 4).

Na segunda-feira, dia 13, temendo novas retaliações, inclusive de despejos aos quais estavam ameaçados, os mesmos agricultores e outros da área em litígio, em torno de “300”, resolveram convocar uma reunião em Loanda com o prefeito, com o presidente da câmara municipal e demais vereadores do município. Surgiu da reunião a iniciativa dos colonos de fazer um abaixo-assinado ao Delegado Regional de Loanda, tenente-coronel Arivonil Fernandes dos Santos para que este tomasse as providências cabíveis e evitar o que eles mais temiam, o despejo. Nesse abaixo-assinado contendo 52 assinaturas, os agricultores solicitavam ao Delegado Arivonil providências enérgicas no sentido de garantir a vida e a propriedade de todos os subscritos e demais proprietários da área em litígio, inclusive de suas vidas (LOPES, 1964, fl. 4).

Então vejamos o teor do abaixo-assinado:

Exmo. Sr. Cap. Delegado Regional de Loanda

Os abaixo-assinados, proprietários de terrenos situados nos Municípios de Loanda e recém-criado São Pedro do Paraná, - tomam a liberdade de vir à presença de V. Excia. para denunciar os fatos e pedir providências:

O cidadão SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA, dizendo-se delegado daquele local e sob ordens do Desembargador JOÃO ALVES DA ROCHA LOURES, no dia de ontem, prendeu e espancou empregados agrícolas de propriedades dos senhores ANTÔNIO MARIA RODRIGUES E ATILIO SANGION, de nome PEDRO de tal, MOISES de tal e JOSÉ JUSTINO, sem qualquer motivo justificado.

Os lotes de propriedade dos senhores DIOGO XIMENES e ATILIO SANGION, já foram invadidos por homens armados de carabina que dali expulsaram os trabalhadores para se apossarem das terras, com casas e lavouras de café, agindo em nome do Desembargador JOÃO ALVES DA ROCHA LOURES.

Diante da ameaça que pesa sobre outras propriedades da região.

REQUEREM a V. Excia. enérgicas providências no sentido de garantir a vida e a propriedade de todos os subscritos e demais proprietários dos Municípios de Loanda e São Pedro do Paraná.¹⁸

Loanda, 13 de janeiro de 1964

(*apud* LOPES, 1964, fls. 11 e 12).

A repressão aos trabalhadores empregados dos colonos, no dia 12 de ja-

¹⁸ Dos 300 colonos que participaram da revolta, apenas 52 deles assinaram o abaixo-assinado, sendo a maioria morador do recém-criado município de São Pedro do Paraná. Os demais revoltosos não assinaram porque no dia 13, da reunião com as autoridades de Loanda de onde saiu o abaixo-assinado, se encontravam em outras áreas do conflito. A lista com as 52 assinaturas encontra-se anexa no final deste capítulo (anexo 2).

neiro, teve forte repercussão em Loanda e os comerciantes da cidade em solidariedade aos proprietários, ressolveram aderir ao movimento cerrando suas portas a partir das doze horas do dia 14, ficando abertas apenas a prefeitura e uma farmácia. Enquanto isso, os revoltados distribuíam panfletos pelas vias públicas de Loanda para informar a população sobre o que estava acontecendo, nos quais diziam:

O comércio desta cidade estará com as portas cerradas a partir das 12 horas de hoje em sinal de protesto às absurdas pretensões do Desembargador Rocha Loures e pelas violências praticadas por seus jagunços contra legítimos proprietários de terras em Loanda (A Comissão. Loanda, 14 de janeiro de 1964, *apud* LOPES, 1964, fl. 5).

O movimento eclodiu a partir das 12 horas do dia 14 de janeiro como repúdio às pretensões do Desembargador Rocha Loures, não indo aos extremos por conta da intervenção do prefeito e do presidente da câmara de Loanda que, uma vez entendendo as razões dos revoltados, se prontificaram em apoia-los no que fosse necessário. Informaram as referidas autoridades que todos os moradores da área litigiosa — Areia Branca do Tucum — que abrangia parte do município de Loanda em área do recém-criado município de São Pedro do Paraná e de seu Distrito o Porto São José; bem como do vizinho município de Nova Londrina em área de seu Distrito de Marilena (Areia Branca), estavam dispostos a pegarem em armas para defender seus direitos dominiais de posse caso fosse concretizado o que eles mais temiam, o despejo! Alguns deles já falavam que estavam dispostos a qualquer coisa para defenderem seus lares, suas propriedades e suas vidas. Outros, os mais exaltados, diziam que se fossem despejados iriam a Curitiba, capital do Estado, assassinar o Desembargador (LOPES, 1964, fl. 6).

Diante dos fatos que foram relatados pelas autoridades municipais, o coronel Lopes, Chefe da 14^a Subdivisão Policial de Paranavaí, ainda naquele dia 15, quando esteve em Loanda, procurou o tenente-coronel Arivonil Fernandes dos Santos, Delegado Regional de Loanda, para saber quais as providências que haviam sido tomadas em relação à situação dos trabalhadores rurais presos no dia 12. De acordo com o relato do Delegado Regional, este havia determinado ao capitão Adélio Mousinho de Oliveira, Delegado Especial, que se deslocasse à localidade Porto São José onde eram mantidos presos os empregados dos agricultores para tomar as providências cabíveis. A providência tomada pelo capitão Adélio foi submeter o trabalhador Moysés Pereira de Oliveira, vítima de tortura, a exame de corpo de delito, cuja perícia, segundo ele, não constatou “uma só lesão para formalização de culpa” ao responsável pela ação.

Ao contrário, de acordo com a versão do capitão teriam sido eles, Moysés Pereira de Oliveira e outros trabalhadores rurais, os invasores da área do Desembargador Rocha Loures de 1.000 alqueires próxima ao Porto São José e que por direito lhe pertence. E que esse fato teria sido levado ao conhecimento do “subdelegado” em exercício no Porto São José - Sebastião Gonçalves da Silva - o qual os deteve sim, segundo o capitão, apenas para averiguações, nascendo daí a versão dos agricultores de que Moysés Pereira de Oliveira, empregado de Diogo Ximenes, teria sido torturado (LOPES, 1964, fl. 7).

Enfim, na versão do capitão Adélio Mousinho apresentada pelo coronel João Batista Lopes em seu relatório, os invasores seriam os posseiros, corroborando neste sentido com a opinião do Desembargador e de seus “comandados”; quando, na verdade, os colonos já estavam na área muito antes das terras serem tituladas ao Desembargador, de acordo com o próprio coronel Lopes que havia visitado a área antes do ocorrido e constado nela a presença dos colonos. Segundo o coronel, eram em torno de 1.000 famílias todas assentadas em pequenas propriedades de 5, 10, 15 e 20 alqueires, estas adquiridas das empresas Terras e Colonização Paranapanema e Colonizadora Marilena Ltda. do grupo Volpato, que vinham colonizando a área desde 1949.

Após narrar os fatos, o coronel João Batista Lopes, Chefe da 14^a Subdivisão Policial de Paranavaí, encerrou seu relatório solicitando providências ao Coronel Ítalo Conti, Secretário de Segurança Pública do Paraná para “*A Questão das Terras da Areia Branca do Tucum*”, conforme segue:

[...]. Eis Senhor Secretário, em síntese o que se passa em Loanda, os fatos ora narrados são inegavelmente gravíssimos e acontecimentos de naturezas imprevisíveis poder-se-ão ocorrer naquela região ribeirinha [leia-se: Comunidade Leoni e Porto São José/São Pedro do Paraná e Areia Branca/Marilena], caso venha concretizar despejos contra lavradores, cuja medida, data vénia, será uma precipitação das coisas, pois, é inegavelmente uma imprudência ir-se contra a vontade expressa daqueles que lutam pelo progresso de nossa terra e, ao Estado, como órgão soberano que é, encontrará por intermédio do alto espírito de clarividência de Vossa Excelência com o qual tão bem soubeste nortear os destinos do Estado, no que se diz respeito a manutenção de ordem e segurança pública uma solução digna para um problema tão sério, como que hora vos exponho [...] (LOPES, 1964, fls. 8-9).¹⁹

Diante da possibilidade de perder as posses, em 1964 os colonos que habitavam os 4.000 alqueires titulados ao Desembargador se organizaram e entraram na justiça para provar que haviam comprado as terras das colonizadoras e não as invadidas conforme alegava o magistrado e seus comandados. No início de 1966, a justiça do estado do Paraná deu ganho de causa aos colonos e iniciou o processo de desapropriação da área mediante indenização ao Desembargador e titulação das posses aos colonos.

GRILEIROS E JAGUNÇOS NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

Para realizar o processo de desapropriação, o DGTC, órgão executivo responsável pela política de colonização do Estado, instituiu o Conselho de Desapropriação e Colonização com escritório na Comarca de Loanda e nomeou o general Gaspar Peixoto como seu presidente e Guilherme Eumann como encarregado do escritório. Como depositário da área dos 4.000 alqueires em desapropriação, o Conselho designou Davi Silva, que era Inspetor de Terras em Londrina e representante do DGTC na Comarca de Loanda.

A função do depositário era proteger a área até que fosse decidido o destino

¹⁹ O relatório completo do Delegado Regional de Paranavaí, Coronel João Batista Lopes, encontra-se anexo no final deste capítulo (Anexo 01).

dela. Uma vez *sub judice* suas terras não podiam ser negociadas, exploradas ou novamente ocupadas. Mas, ao invés disso, e contrariando sua função legal, o depositário permitiu que jagunços adentrassem na área para expulsar colonos e pilhar seu estoque natural de madeira, tudo com a conivência das autoridades policiais locais, as quais mais atuavam como capangas do Desembargador que segurança pública, função para a qual foram nomeadas.

Por conta de denúncias de abusos policiais a colonos no Porto São José, logo no início do ano de 1966 e também do processo de desapropriação, o Chefe da Divisão Policial do Interior, Neylor Vasconcelos de Andrade, cumpriu uma determinação do general Gaspar Peixoto, Presidente do Conselho de Desapropriação e Colonização, para apurar as denúncias. Em seu relatório de 4 de julho de 1966 destinado ao general, Naylor de Andrade apurou que:²⁰

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR

Senhor General

Cumprindo vossa determinação de averiguar a ação policial na região de Loanda, Porto São José e Nova Londrina [Marilena], devido às denúncias formulada pelo Exmo. Sr. General Gaspar Peixoto, Digníssimo Presidente do Conselho de Desapropriação e Colonização consegui apurar o que segue:

I – Conversei com o Desembargador Rocha Loures antes de minha viagem e através de suas palavras soube que a área de 4.000 alqueires que tinha o domínio nos municípios de Loanda e do Porto São Pedro [referindo-se ao município de São Pedro do Paraná e de seu Porto São José]²¹ está definitivamente desapropriada pelo Estado faltando apenas a homologação do “quantum” a que tem direito. O vínculo que o Desembargador tinha com João da Silva Ladeira (Barranco) era um contrato de parceria sobre 600 alqueires. Essas terras Volpato vendeu para o Dr. Raphael Azambuja (o qual posteriormente Volpato matou). Alguns elementos, devido dessa disputa é que quem não tinha posse tentou criar situações [...].²² Porém, presentemente, Barranco, José Volpato e todos os colonos que habitam a região sabem perfeitamente que a terra pertence ao Estado e o DGTC já realizou vistoria dos verdadeiros posseiros.

II – Na região, soube, por informes que Barranco [João da Silva Ladeira] foi liberado pelo Juiz de Dourados, Mato Grosso, onde esteve preso como coautor da morte do Major Saens de Matos. Esteve em Loanda no começo de maio [1966] e palestrou com o Desembargador Rocha Loures. Agora só aparece esporadicamente na região, mas não tem incomodado ninguém, nem está exercendo qualquer atividade.

Presentemente, o cravo da região é a família PORTO LEITE. Pai e filhos, um dos

²⁰ Preferimos citar esse relatório na íntegra para não dar margem a interpretações acerca dos envolvidos no episódio e nem correr o risco de lançar sobre eles algum juízo de valor!

²¹ Aqui houve um erro de datilografia em que o escrivão confundiu o nome de São Pedro do Paraná com o do Porto São José, datilografando equivocadamente “Porto São Pedro”.

²² Parte confusa do relatório, suprimida do texto original.

quais o Delegado ALÍPIO CARLOS PORTO LEITE está formando pastagem nos 1.000 alqueires do Desembargador Rocha Loures e vendendo madeira dos 4.000 desapropriados.

Dizem que os Porto Leite, compraram indevidamente posses de pessoas encarregadas de cuidá-las, de posseiros velhos e baseados nisso fizeram um pequeno patrimônio na Gleba do Patrimônio Leoni, onde localizou três famílias, que estavam cortando madeiras e vendendo; tendo um seu preposto — WALDEMAR DA SILVA — vulgo “Bila”, roçado quatro alqueires do “Grilo”. Além dessas três famílias, existem mais duas, em outras partes da Gleba, trazidas pelo Dr. Alípio. Assim os cinco elementos trazidos à Gleba pelo Dr. Alípio, são: Waldemar da Silva (Bila) o Chefe, João Bila, Joel de Tal, Antônio Batifícia, Domingos de Tal (criminoso). São todos “cortadores de madeira”. Quando de nossa estada na Gleba estavam parados, mas consta que o Dr. Alípio vai recomeçar a derrubada este mês.

III – Os posseiros da Gleba queixaram-se ao MM. Juiz de Direito de Loanda, Dr. Ciro Crema, que a polícia estava acobertando os cortadores de madeira, inclusive Barranco.

Dessa representação, tirei um trecho da certidão dos oficiais de Justiça encarregados de averiguar.

Integra:

“Dirigimo-nos aos lotes nº 218, 213 e 214 e aí verificamos que estavam retirando madeiras do lote 218, encontrando naquele lote caminhões da madeireira São José da cidade de Nova Londrina, caminhões estes que estavam carregados e que fizemos descarregar, madeira num total de 28 toras e que foi vendida por Waldemar da Silva ou ‘Waldemar Bila’, sendo informado pelo mesmo Waldemar que uma parte da madeira foi vendida pelo Dr. Alípio Carlos Porto Leite à Serraria Progresso, nesta cidade, madeira num total de 65 metros cúbicos, conforme informação do proprietário da referida Serraria. A madeira dos lotes 213 e 214, foi vendida por João da Silva Ladeira, vulgo “Barranco”, e retirada pela madeireira São José. Deixamos de verificar a madeira na Serraria por esta não estar localizada nesta comarca (as.) Geraldo B. Farias – Oficial de Justiça”.

Segundo informações de Guilherme Eumann, encarregado do escritório em Loanda do Conselho de Desapropriação e Colonização, cem toras de madeiras de lei foram retiradas da área desapropriada por Gumerindo Antônio Ramos autorizado por Léo, outro filho do delegado ALÍPIO PORTO LEITE.

Das atividades nocivas da família LEITE, na região, junto umas certidões obtidas na Subdivisão Policial de Paranavaí:

IV – Queixam-se os colonos de que os caminhões que vem buscar madeira fazem um tiroteio no meio da mata e que os cortadores de madeira sempre tiveram o beneplácito da polícia, sendo que esta levou presos à Gleba para cortar madeira, da qual levaram um pouco para construir casas e cercas.

Assim procede “in totum” [no todo] a representação do Senhor Presidente do Conselho de Desapropriação e Colonização. Mas segundo soubemos o Senhor Davi Silva como Inspetor de Terras em Londrina e depositário dos 4.000 alqueires, bem como o chefe do escritório em Loanda, Guilherme Eumann, nunca tomaram alguma providência sobre o assunto e nem solicitaram o auxílio da polícia.

V – No que se refere ao Subtenente Zózimo da Silva, soubemos que o mesmo pediu ao Tenente Walter Pereira Porto, Comandante da Região Policial de Paranavaí para destacar no Porto São José, visto ter se desentendido com o Tenente Bruno, Delegado Regional de Loanda. Para lá foi destacado e reside na casa da Fazenda Rocha Loures, tendo promessa do Dr. Alípio Porto Leite de ganhar casa nova na mesma Fazenda para morar com sua família.

O Dr. Alípio de fato construiu a subdelegacia nos 10 alqueires do Estado no Porto São José e fez contrato de 50 alqueires de derrubada de mato com João Mato Grosso, Subdelegado de polícia local.

Não tive conhecimento de nenhum deslize pelo Subtenente Zózimo da Silva, nem pelo Subdelegado, porém, para evitar futuros dissabores, tomei a liberdade de sugerir ao Tenente Walter Pereira Porto que o recolha à sede da Região Policial em Paranavaí.

É o relatório

Curitiba, 4 de julho de 1966

(a) NEYLOR VASCONCELOS DE ANDRADE
CHEFE DA DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR

Escrivão

Edgar R. Rieke 1º Tenente

(ANDRADE, 1966, fls. 14-16. Parênteses do autor. [Colchetes nossos]).

Além dos jagunços citados no relatório acima, na região do grilo ainda figurava o nome de Sebastião Gonçalves da Silva, o mesmo que se passou por delegado no Porto São José na prisão dos trabalhadores rurais e que por sua vez resultou na revolta dos colonos no início de 1964. Mas todos do lugar tinham Sebastião Gonçalves da Silva como um dos jagunços do Desembargador. A prova desse vínculo vem de uma ação trabalhista interposta por ele no fórum da comarca de Loanda em 1968 em que alegava ter prestado “serviços” por 15 anos na fazenda de 1.000 alqueires do magistrado, próxima à localidade Porto São José, a mesma que em 1966 foi objeto de desapropriação pela justiça do Estado.

Outro jagunço da “grilagem Rocha Loures”, este citado no relatório do Chefe da Divisão Policial do Interior, é João da Silva Ladeira, vulgo “Barranco”. Oriundo de Dourados, estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) onde foi preso por suspeita de ter participado da morte do major do Exército Raúl Saens de Matos, “Barranco” era tido pelos moradores de Loanda como sendo outro jagunço de Rocha Loures. O major foi morto numa troca de tiros com contrabandistas na fronteira com o Paraguai em uma operação do Exército, mas Barranco conseguiu provar à justiça que não havia participado do confronto ao lado dos contrabandistas que resultou na morte do major. Depois de receber o alvará de soltura concedida pelo juiz da comarca de Dourados, onde esteve preso, Barranco foi visto em Loanda no começo de maio de 1966 “palestrando” com o Desembargador, mas este tentou se livrar do vínculo que possuía com o jagunço ao alegar ter com ele apenas um contrato de parceria para a derrubada de mato e extração de madeira em 600 alqueires da área litigiosa. Trata-se da mesma área de 600 alqueires localizada na comunidade Leoni e que pertencera a Raphael Verissimo Azambuja até ele ser assassinado por José Volpato em 7 de julho de 1962 e ter suas terras tomadas pelos jagunços do assassino. Depois a área foi tomada destes pelos jagunços de Rocha Loures que permaneceram no controle dela até sua desapropriação.

Além de Sebastião Gonçalves da Silva e de “Barranco”, outros nomes veem

do bando comandado pela família do advogado Alípio Carlos Porto Leite, a saber: Waldemar da Silva, vulgo “Bila”, “João Bila”, “Joel”, Antônio Batifícia e “Domingos”. Por conta de desmandos cometidos na área em litígio, a família Porto Leite e seus “agregados” foram considerados pelo relator como o novo “cravo da região”.

O referido advogado foi nomeado Delegado Especial pelo DGTC com a função de proteger a área litigiosa pelo período em que durasse o processo de desapropriação. Mas, ao invés disso, segundo relatou o Chefe da Divisão Policial do Interior, Alípio Porto Leite e seus filhos, incluindo “Léo” que também era advogado, formaram na localidade Leoni um pequeno patrimônio comprando ilegalmente terras de posseiros, quando a área se encontrava *su judice* e suas terras não podiam ser negociadas ou alienadas. Além disso, a família Porto Leite atuou na área dos 1.000 alqueires do Desembargador próximo ao Porto São José formando pastagens e com uso de jagunços e de presos da cadeia daquele Distrito extraíam ilegalmente madeira de lei em toda a área dos 4.000 alqueires do magistrado, ainda em processo de desapropriação.

Segundo informações de Guilherme Eumann, encarregado do escritório do Conselho de Desapropriação e Colonização em Loanda, mais de cem toras de madeiras de lei foram retiradas da área desapropriada por Gumercindo Antônio Ramos, autorizado por Léo, um dos filhos do delegado Alípio Porto Leite. Também queixavam os colonos de que os jagunços que iam com caminhões “retirar” madeira faziam um tiroteio no meio do mato para intimidar os trabalhadores e que eles sempre tiveram a cobertura da “policia” que se beneficiava recebendo parte da madeira, fruto da pilhagem, para construir casas e cercas em suas propriedades.

Durante o primeiro semestre de 1966, em que se deu o processo de desapropriação da área litigiosa, o “subdelegado” do Porto São José era “João Mato Grosso”, outro jagunço a serviço do delegado. Na época, o Delegado “Especial” Porto Leite também o havia contratado para a derrubada de mato e extração ilegal de madeira em 50 alqueires da área litigiosa. Pelas informações do relator, dá a impressão que os grileiros incluindo o Desembargador, através de seus jagunços, queriam extrair o máximo possível do estoque natural de madeira de lei existente na área dos 4.000 alqueires antes que findasse seu processo legal de desapropriação.

A corrupção ia da polícia local e chegava às autoridades do Estado encarregadas da desapropriação, como Davi Silva - Inspetor de Terras de Londrina - depositário das terras em litígio e que, apesar de ser chefe do escritório do DGTC em Loanda, nunca tomou providências sobre o caso e nem solicitou o auxílio do Comando Regional de Polícia de Paranavaí para combater a violência por conivência com os criminosos.

O conluio das autoridades locais com o Desembargador era algo que indignava a todos da Comarca de Loanda uma vez que os policiais destacados no Porto São José eram totalmente submissos a ele — pessoa diretamente interessada no processo — e isso ficou mais evidente ainda quando no começo de 1966, o subtenente Zózimo da Silva pediu ao Comando Regional de Policia de

Paranavaí que fosse transferido para o Porto São José a pretexto de que havia se desentendido com o “Tenente Bruno”, Delegado Regional de Loanda, na qual exercia sua função. Ao ser atendido em seu pedido de remoção, Zózimo teria ficado alojado, provisoriamente, na casa da fazenda de Rocha Loures, próxima ao Porto São José, com a promessa do Delegado “Especial” Porto Leite de ganhar uma casa nova na mesma fazenda para residir com sua família.

Em virtude dessa relação comprometedora do subtenente e do Delegado “Especial” com o Desembargador, pessoa diretamente interessada nas terras em desapropriação, houve denúncias ao Presidente do Conselho de Desapropriação e Colonização, seguida de intervenção do Comando Regional de Polícia de Paranavaí.

No dia 27 de julho de 1966 o mesmo Chefe da Divisão Policial do Interior, Neylor Vasconcelos de Andrade, foi novamente convocado pelo general Gaspar Peixoto, Presidente do Conselho, a esclarecer algumas dúvidas acerca do relatório anterior, enviado por ele no dia 4 de julho de 1966. Ao atender às informações solicitadas pelo Presidente do Conselho, Neylor de Andrade fez um pequeno relato complementar²³ confirmando o destino daquelas autoridades policiais. Então vejamos:

Senhor General

Tenho a honra de responder às novas informações, por partes:

- 1) José Volpato, autor da morte do Dr. Azambuja, foi submetido à Júri em 13/09/63, sendo absolvido e posto em liberdade na mesma data. Posteriormente, faleceu por motivo de doença.
- 2) Os principais membros da família Porto Leite são advogados.
- 3) Soubemos que o DGTC já designou outras pessoas para cuidar da gleba.
- 4) O Subtenente Zózimo foi recolhido a Paranavaí apenas aguardando confirmação do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado”.

Curitiba, 27 de julho de 1966

(ANDRADE, 1966, fl. 17).

Como “a corda arrebanta sempre do lado mais fraco”, o subtenente Zózimo acabou afastado de suas funções policiais do Porto São José e recolhido preventivamente em Paranavaí onde ficou à disposição daquele comando para averiguações. Ao passo que o advogado Porto Leite foi substituído em sua função de Delegado “Especial” a pedido do DGTC.

Em suma, o grilo de terras e o roubo de madeira estavam institucionalizados na Areia Branca do Tucum por autoridades do próprio Estado representadas na área pelo “desembargador-grileiro” e por autoridades policiais locais

²³ Infelizmente não temos o documento de solicitação do general Gaspar Peixoto, o “Digníssimo” Presidente do Conselho de Desapropriação, contendo as perguntas acerca de suas dúvidas, apenas o “relatório complementar” do Chefe da Divisão Policial do Interior, contendo as respostas, conforme o texto citado acima.

ligadas a ele em que mais atuavam como jagunços que segurança pública, função para a qual foram nomeadas. Porém, nem todo policial destacado no Porto São José à época do conflito de terras da Areia Branca do Tucum era corrupto ou foi denunciado, como Zózimo, por desvio de conduta. Pelo menos foi o que constatou Hortência D. Scaliante em seu importante trabalho de mestrado, ao entrevistar um deles:

Segundo João Ferreira Nunes, que foi um dos primeiros policiais militares instalados na cidade de Loanda, ele e outros faziam muitas “verificações” para apurar denúncias sobre grupos de jagunços que estariam na região próxima ao Porto São José. Ressalta que houve naquela época um forte policiamento na região [...], para que não ocorressem conflitos sangrentos entre os proprietários rurais e esses grupos (SCALIANTE, 2010, p. 96).

O DESFECHO DA GRILAGEM

Ao ser perguntado por Mônica do Carmo Apolinário de Oliveira, Vanderly Alves Ribeiro e Viviane Pilegi Vieira Maior, em entrevista ao *Projeto Memória* (10/11/1998), quais foram as dificuldades enfrentadas como pioneiro de Marilena, Ernesto Mazzotti que também foi o primeiro prefeito da cidade, respondeu que a maior das dificuldades foi com a grilagem de terras. Segundo o entrevistado:

Não foi fácil. Naquela época não era fácil. Havia o grande problema da grilagem de terras. Como os sem-terra invadem as terras hoje, antigamente haviam os grileiros que invadiam terras à força. Eram terras litigiosas, sem documentos que comprovassem a posse. Quando fui prefeito pela primeira vez em Marilena todas as propriedades rurais eram litigiosas, ninguém tinha documento do Estado que comprovasse a posse. A empresa colonizadora de Marilena não forneceu documentos de comprovação de posse das terras. [...]. As grilagens eram muito perigosas, houve até morte [referindo-se à morte de Azambuja] (MAZZOTTI, E., 1998, p. 289 [parênteses nossos]).

A violência da grilagem foi o maior empecilho para o desenvolvimento de pequenas cidades do Extremo Noroeste do Paraná que surgiram da Colônia Paranavaí, como Marilena e São Pedro do Paraná. Enquanto outras cidades da região, bem mais novas, obtiveram um relativo crescimento com o processo de colonização e desenvolvimento de sua economia, Marilena, por exemplo, apesar de ter “muita história”, como disse seu pioneiro e primeiro prefeito, Ernesto Mazzotti, “continuou pequena” (MAZZOTTI, E., 1998, p. 290).

Outro pioneiro de Marilena, Ludovico Smith Krawulski, entrevistado para o *Projeto Memória* em 30 de agosto de 1999, foi mais além, disse que com o assassinato de Raphael Verissimo Azambuja, dono da Incopan, Marilena que até então vinha crescendo em ritmo considerável, parou de crescer, uma vez que com medo “muita gente abandonou a cidade”, afastando dela possíveis investidores e prejudicando seu desenvolvimento (KRAWULSKI, 1999, p. 311).

O mesmo aconteceu com o patrimônio Leoni que atualmente pertence ao município de São Pedro do Paraná. Essa localidade foi projetada para ser uma cidade com 1.500 lotes urbanos, mas com o assassinato de seu empreendedor

Raphael Azambuja, em 1962, a área foi tomada por jagunços a mando do grileiro responsável por sua morte, afastando do patrimônio possíveis compradores de terras e o progresso do lugar, motivo pelo qual aquele empreendimento urbano não prosperou o suficiente para transformar Leoní em cidade.

Ainda segundo Ludovico Smith Krawulski entrevistado para o *Projeto Memória* em 30 de agosto de 1999, a violência que resultou no assassinato de Raphael Azambuja influiu negativamente no crescimento de Marilena. Em suas palavras:

Marilena vinha crescendo mais que Nova Londrina, até porque era mais velha, mas por causa da morte que deu aqui né, que esse velho Volpato que era dono de tudo, tinha vendido uns direitos dele para um senhor de nome Raphael Azambuja, que era do Rio Grande do Sul. Ele comprou esses direitos do velho Volpato e veio morar aqui em Marilena. [...]. Um tempo depois o velho Volpato veio para acertar as contas e eles se desentenderam e o velho Volpato matou ele. Foi por isso então que Marilena parou, ninguém comprava mais um alqueire de terra, ninguém derrubava um pedaço de mato para plantar um pé de café. Quem podia sair, ia se arrancando. [...]. Nesse meio tempo Nova Londrina pegou impulso. Marilena ficou cinco anos parada. Nova Londrina, Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte se formaram com o povo daqui, que ia se arrancando. [...]. Depois com o encerramento do processo do José Volpato, ele foi solto. O encarregado da empresa colonizadora ficou sendo o filho dele, André Volpato e Antônio Scandellari, que era sócio e cunhado de André. Eles continuaram o negócio da venda de terras. Mas, nesse meio tempo o Estado tomou conta, começou a legalizar as terras, começou a despachar documentos definitivos e assim a gente foi ficando e se firmando aqui (KRAWULSKI, 1999, p. 311).

No final de sua fala Ludovico referiu-se ao processo de legalização que pôs fim à disputa dos 4.000 alqueires da Areia Branca do Tucum entre o Desembargador e os colonos. A legalização ocorreu a partir de 1965, por meio de intervenção judicial, quando os títulos que deram legitimidade ao imóvel Areia Branca do Tucum em posse das colonizadoras, também foram cancelados e uma nova titulação de terras se fez pelo Estado aos colonos a partir da gleba 21 da Colônia Paranavaí renomeada como glebas Ribeirão do Tigre e Margem Direita do Ribeirão Areia Branca do Tucum. Os títulos de propriedade foram emitidos aos colonos de “boa fé” que haviam adquirido as terras do grupo Volpato ou aos demais que tinham o documento que comprovasse a posse.

Após dois anos da repressão dos jagunços aos trabalhadores rurais que no início de 1964 resultou na revolta dos colonos da Areia Branca do Tucum, em 1966 a justiça do Paraná deu início ao processo de legalização das posses dos colonos que haviam adquirido as terras das colonizadoras. Este processo aconteceu em duas etapas: na primeira, em 1966, com a desapropriação da área de 1.000 alqueires próxima ao Porto São José, demarcada ao Desembargador em 1951; e na segunda etapa com a desapropriação da área dos 3.000 alqueires que havia sido titulada ao Desembargador em 1959. No entanto, a desapropriação dessa área teve que esperar um pouco mais, até o ano de 1976, quando também foi desapropriada mediante indenização ao Desembargador e titulação das posses aos colonos. As referidas desapropriações aconteceram em favor dos colonos que haviam comprado as terras das companhias Terras

e Colonização Paranapanema Ltda. e Colonizadora Marilena Ltda., do grupo imobiliário de José Volpato, companhias essas que vinham colonizando, ou seja, loteando e vendendo aquelas terras desde 1949/1950.

De acordo com Scaliante (2010, p. 95), com o processo de legalização os colonos conseguiram provar à justiça que não eram invasores das terras conforme acusações do Desembargador. A maioria possuía a certidão de compra fornecida pelas referidas companhias, através da qual se podia comprovar a posse. Ainda segundo Scaliante (2010, p. 96):

Hilário Francisco Sartori, filho de um pequeno proprietário rural daquela época, que chegou à região por volta de 1953, juntamente com um grupo vindo de Joaçaba-SC, relata que compraram as terras da empresa colonizadora Paranapanema e estas se localizavam próximas a cidade de São Pedro do Paraná, sendo a área tida como “posse legal”, pois haviam comprado as mesmas, porém, não tinha o documento definitivo, só a certidão de compra fornecida pela empresa. Este esclarece que as posses na região foram pacíficas, pois todos compraram suas terras através das empresas colonizadoras. Mas de acordo com Hilário, Rocha Loures dizia que aquela área lhe pertencia e que os proprietários haviam invadido a mesma. Hilário relatou ainda que os proprietários aguardavam o documento definitivo de domínio dos órgãos estaduais e que somente em 1976 é que o Estado emitiu um título provisório para os proprietários. Quando decidiu pela desapropriação da área em favor dos que ali haviam adquirido seus lotes através das empresas colonizadoras, o Estado deu início ao litígio com Rocha Loures na questão do valor da indenização devida [...].

Antes, de encerrar a desapropriação das terras tituladas por Lupion ao Desembargador, cujo processo se encerrou em 1976 com indenização ao magistrado e titulação das terras aos colonos, o Estado do Paraná teve ainda que travar outra disputa judicial contra Rocha Loures. O Desembargador havia requerido uma indenização pelas “benfeitorias” que ele teria realizado na área do Porto São José, mas o advogado do Estado provou à justiça que o mesmo não havia feito nenhuma das benfeitorias e de que as existentes foram realizadas pelos colonos que há muito tempo cultivavam aquelas terras.

A demora na desapropriação da área dos 3.000 alqueires se deu por conta de recursos interpostos pelo magistrado ao pedir no processo uma indenização por benfeitorias que ele não havia realizado. Além de perder nessa parte da ação, Rocha Loures ainda teve que esperar um pouco mais pela maior parte da indenização que o Estado lhe devia.

PESCADORES, RIBEIRINHOS E ILHÉUS

Outra situação decorrente da violência da grilagem de terras no Extremo Noroeste do Paraná, microrregião de Paranavaí, foi o processo de ocupação das ilhas do rio Paraná. Atualmente, as ilhas situadas na confluência do rio Paranapanema com o rio Paraná no município de Marilena em que a maior delas é a Óleo Cru²⁴, não se encontram mais habitadas, mas durante a colonização e

²⁴ Além da Ilha Óleo Cru, a maior delas com 950 alqueires, o município de Marilena possui outras três ilhas, sendo elas: Ilhota, Humaitá ou “Três Estados”, Guadalupe ou “Dos Pneus”.

por muito tempo depois dela, foram habitadas em sua maioria por pescadores, originalmente colonos agricultores que num primeiro momento haviam ocupado a terra no continente como posseiros. Mas, em virtude da violência da grilagem e na medida em que iam perdendo seus direitos dominiais de posse para grileiros/colonizadores e fazendeiros, esses colonos foram empurrados para as ilhas ou para as áreas ribeirinhas, onde passaram a ocupar e cultivar as terras devolutas das várzeas que pertenciam à Marinha.

Não obstante aos infortúnios “sociais”, essa população pobre — ribeirinha e ilhoa — que se formou decorrente da grilagem de terras no continente, ainda teve que sobreviver às constantes enchentes do rio Paraná e de seus afluentes, como as que ocorreram nos anos de 1982 e de 1983, destruindo suas casas e plantações.



Enchente no rio Paraná (maio de 1982), Ilha Mutum, município de Porto Rico-PR.

Foto cedida por Luiz Carlos Tavares de Sá.

Além disso, era comum nos períodos de estiagens, sobretudo no inverno, os pecuaristas do continente que tinham suas fazendas próximas ao rio Paraná soltarem o gado nas ilhas para que as rezes encontrassem alimentos de “pastagens naturais”, muitas das quais “confundidas” com as plantações dos moradores das ilhas. Com isso, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, muitos dos ilhéus voltaram a habitar o continente, mas sem nenhuma perspectiva de emprego na agricultura, uma vez que suas atividades já estavam mecanizadas, algumas das quais sob o avançado sistema de plantio direto em que dispensava e ainda dispensa o trabalhador rural boia-fria das atividades de manejo de plantas daninhas. Além

da agricultura, a pecuária também mecanizada não absorvia mais essa mão de obra excedente das ilhas. A solução encontrada pela maioria dos excluídos do campo foi migrar para os grandes centros urbanos em busca de emprego e do sonho de uma vida melhor, solução muitas vezes convertida apenas em sonho.

Após um longo processo de expropriação e desemprego no campo a pesca se tornou uma das poucas atividades econômicas que restou à população pobre, ribeirinha e ilhoa que permanecera na região. Porém, com o tempo, essa população também não teve muito mais o que pescar em virtude da escassez de peixes causada pela mecanização da agricultura e uso indiscriminado de agrotóxico que, além de contaminar o solo do continente por meio da erosão também contaminou os rios. Essa degradação ambiental afetou a reprodução de peixes e, por muito tempo, comprometeu o sustento básico das famílias de pescadores.



Pescador no rio Paraná (março de 1986). Foto cedida por Luiz Carlos Tavares de Sá.

No início da década de 1990 o governo federal passou a amparar o pescador com o auxílio de um salário mínimo no *período de defeso*, entre novembro e fevereiro, em que ocorre o fenômeno natural da piracema ou de reprodução de peixes e a pesca é proibida pelas autoridades ambientais. Ainda que o governo federal tenha amparado o pescador no *período de defeso*, esse auxílio se tornou insuficiente uma vez que o salário mínimo da época era baixo e pago somente naquele período do ano. E no caso do pescador em que o núcleo familiar era numeroso, esse recurso tornava-se insuficiente para garantir o sustento de todos.

Neste sentido, o programa social do governo Jaime Lerner implantado com o projeto das vilas rurais em 1995, em todo o Paraná, que estava voltado para o trabalhador rural boia-fria, a população mais pobre do Estado, em município ribeirinho

como Marilena o alvo do programa deveria ser os pescadores que, além de seu nível baixo de pobreza, habitavam residências precárias e enquanto ilhéus e ribeirinhos viviam em situação permanente de risco. Mas, ao contrário, a maior parte dessa população pobre que se dedicava a pesca não foi contemplada pelo programa social do ex-governador, posto que um dos critérios do projeto para contemplação era o trabalhador rural ter renda que variasse de um a três salários mínimos.

Com isso, o objetivo do governo era exigir que o mutuário tivesse uma renda mínima para honrar seu compromisso junto à COHAPAR no pagamento das prestações mensais do financiamento da chácara com a casa e a maioria dos pescadores pobres não tinha essa renda ou condição. Por isso, os poucos pescadores que foram contemplados pelo projeto, depois de um relativo período de inadimplência, não conseguiram pagar o acumulado das prestações e tiveram que deixar a casa e a chácara. Este foi o caso de “Baiano” morador da Vila Rural Quatro Marcos, conforme veremos a seguir, na última seção deste capítulo.

Quem de fato retirou os moradores das áreas de risco e que habitavam as ilhas dos rios Paranapanema e Paraná no município de Marilena e de outros da região foi o governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em seu segundo mandato, de 2007 a 2010. Contando com o auxílio da Marinha do Brasil, responsável pelas áreas devolutas das ilhas e também do Ministério da Pesca, os quais realizaram um esforço conjunto no sentido de retirar essa população vulnerável da área de risco. À época, essa população já não era tão numerosa tendo em vista aquele longo processo de expropriação fez com que a maioria dos ribeirinhos e ilhéus abandonassem o lugar e seu modo de vida.

No período em que executou seu programa social para a retirada da população pobre que restou moradora das ilhas, o governo federal através de seu Ministério das Cidades, contou com a participação da Associação de Pescadores de Marilena que, por meio de levantamento minucioso cadastrou todos os pescadores que moravam em situação de risco no município. Ao todo foram vinte e cinco famílias cadastradas e depois removidas para casas de alvenarias em áreas seguras do continente. Dez delas para o núcleo urbano do Porto Maringá e quinze delas para a Vila dos Pescadores Maria Nilda Diniz da Silva, essa inaugurada pelo poder público municipal em março de 2008.

Além de oferecer aos pescadores condições dignas de moradia, o programa do governo federal também os apoiou através de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na compra de barcos a motor para desenvolverem melhor suas atividades. Além da pesca, atualmente os moradores removidos das ilhas para o continente também utilizam de seus barcos financiados pelo programa do governo federal em atividades ligadas ao turismo, na travessia de visitantes do Porto Maringá às ilhas dos rios Paranapanema e Paraná, bem como os que frequentam suas praias de água doce, sendo dez delas permanentes e outras que se formam apenas no verão.

A temporada de férias coincide no verão com a piracema em que a pesca é proibida. Nesse período, que vai de novembro a fevereiro, também conhecido por *defeso*, os pescadores encontram nas atividades de turismo e de lazer do Porto Maringá um ótimo substituto econômico à pesca para garantir a renda familiar.

“Eu moro há cinquenta metros do céu”

A frase é de Chico Soró, um dos personagens mais típicos e populares de Marilena, um pequeno município paranaense que faz divisa com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Marilena preserva muito das características interioranas que fazem tanta falta aos que vivem nos grandes centros... Ali vive um povo simples, amigo e hospitalero... Uma cidade escolhida pela natureza para abrigar o encontro dos Rios Paraná que vem de Mato Grosso do Sul e Paranapanema que desce de São Paulo. No Bico do Pontal, dois gigantes se fundem e seguem abraçados... Um abraço testemunhado por ilhas, pássaros e demais espécies que compõem a flora e a fauna daquele lugar abençoados... Navegar por aquela imensidão azul é estar em comunhão com a Natureza... As águas cristalinas te oferecem um banho de rei com direito a escolher o sol ou a sombra como companhia... Variadas espécies de peixes, fazem de Marilena, um município com potencial para a pesca profissional ou esportiva... Turistas das mais diversas regiões começam a descobrir as praias de água doce que o Paranapanema e o Paraná oferecem... Incontáveis ilhas salpicam de verde aquelas águas... Tem a Óleo Cru, uma das maiores de água doce do mundo. Mas a mais charmosa é a pequena Ilha de Pneus... Ali, você fica entre três estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo... A cerveja é gelada e o abraço é quente... O sorriso é franco e a amizade é pra sempre... A culinária é variada e o paladar agradece... A paisagem é linda e os momentos inesquecíveis... Este paraíso fica a 150 km de Maringá e a 590 de Curitiba... Visite Marilena e descubra porque Chico Soró mora a cinquenta metros do céu...

(Marcos Valnei de Souza)



Foto aérea do Porto Maringá – Marilena-PR, cedida por Elison David Prudêncio de Oliveira, vulgo “Elinho” (2020).

O MST EM MARILENA

Assunto a ser tratado no capítulo VII desta coletânea pela professora Adélia Aparecida de Souza Haracenko, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegou ao Noroeste do Paraná, microrregião de Paranavaí, na segunda metade da década de 1980 com a ocupação da Fazenda Pontal do Tigre, em Querência do Norte, propriedade do grupo latifundiário Atalla. A partir da década de 1990 o movimento se expandiu para outras áreas improdutivas, chegando a organizar 32 assentamentos na região.

Em Marilena o movimento chegou em 1998 para ocupar três áreas improdutivas do município, as quais deram lugar aos assentamentos, Santo Ângelo, Sebastião Camargo Filho e Quatro Irmãos. O Assentamento Santo Ângelo teve início com a ocupação da Fazenda Santo Ângelo no ano de 1998 e imissão de posse em 1999. O Assentamento Sebastião Camargo Filho surgiu da ocupação da Fazenda Boa Sorte em setembro de 1998 e imissão de posse em 1999. Ao passo que o Assentamento 4 Irmãos, se organizou a partir da ocupação da Fazenda 4 Irmãos com imissão de posse em 22 de dezembro de 1999.

O processo de ocupação de áreas do latifúndio improdutivo no Noroeste do Paraná, no final da década de 1990, gerou muita tensão entre os trabalhadores sem terra e os latifundiários da região, culminando no atentado e morte de vários integrantes do MST, a exemplo do assassinato de Sebastião Camargo Filho, morto em Marilena no ano de 1998.

Este crime foi resultado de uma ação ilegal de despejo realizada por uma milícia privada ligada à União Democrática Ruralista (UDR) e que ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1998. No episódio 70 famílias foram retiradas à força terminando com o assassinato do agricultor brasiguai Sebastião Camargo Filho e com o ferimento de mais 17 pessoas ligadas ao MST, marcando uma história de luta e violência.

Em protesto pela morte de Sebastião Camargo Filho, logo após seu funeral em 9 de fevereiro de 1998, o MST de Querência do Norte fez uma passeata até a Fazenda Água da Prata, uma vez que o dono dessa fazenda teria participado do despejo ilegal que resultou no assassinato do sem terra. Segundo apurou o jornalista José Maschio para a *Folha de São Paulo*, houve novamente choque entre os integrantes do MST e os pistoleiros que em menor número fugiram do local. Um deles, Alceu Teixeira, foi pego pelos sem terra, mas negou ser pistoleiro, disse que era apenas um ajudante geral na fazenda (MASCHIO, FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1998).

O homicídio de Sebastião Camargo Filho foi apenas o primeiro de uma série de assassinatos de trabalhadores rurais sem terra por pistoleiros a mando de fazendeiros na região Noroeste do Paraná, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000: além dele, foram mortos Sétimo Garibaldi (1998), Sebastião da Maia (1999), Eduardo Anghinoni (1999) e Elias Gonçalves Meura (2004) entre outros trabalhadores.

Esses crimes marcaram uma onda de violência contra trabalhadores sem terra no Estado, especialmente durante o governo de Jaime Lerner. De acordo

com matéria publicada em 21 de novembro de 2012 pelo sitio *Terra de Direitos*, sob o título *Ex-presidente da UDR vai a Júri Popular acusado de assassinar trabalhador rural sem terra*:

O crime ocorreu no dia 7 fevereiro de 1998, na Fazenda Santo Ângelo, ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Testemunhas relatam que um grupo de 30 pistoleiros armados e vestidos de preto obrigaram as 70 famílias acampadas a deitar no chão, com o rosto voltado para baixo. Sebastião Camargo Filho, com 65 anos, sofria de um problema cervical que o impedia de permanecer agachado. Ao ver que o trabalhador não cumpriu sua ordem, o homem que comandava o despejo apontou uma escopeta calibre 12 e disparou contra ele a menos de um metro de distância. O réu Marcos Prochet é acusado de ter dado o tiro. Antes de acamparem na Fazenda Boa Sorte, os trabalhadores ocuparam a fazenda Dois Córregos, em Querência do Norte, de propriedade de Marcos Prochet.

Dois dias antes do assassinato os trabalhadores acampados levaram ao Assessor Especial para Assuntos Agrários do Governo do Estado do Paraná a preocupação da possibilidade de despejo violento planejado pela UDR. As denúncias foram ignoradas e nenhuma medida foi tomada.

No dia seguinte ao crime, com base em uma chamada anônima, as autoridades prenderam na fazenda Figueira, no município de Guairaçá/PR, sete suspeitos de participação no despejo violento. Junto com os suspeitos também foram encontradas várias armas de grosso calibre e munição, entre as quais 100 cartuchos calibre 12 deflagrados, além de capuzes e camisas pretas sem identificação. Apesar das fortes provas contrárias aos sete pistoleiros detidos, eles foram liberados 35 dias depois.

Apesar das múltiplas declarações expressas na investigação policial, que reconheciam Marcos Menezes Prochet como autor do disparo contra Sebastião Camargo, em 5 de maio de 2000, investigação criminal vinculou aos crimes de homicídio culposo e formação de quadrilha somente Teissin Tina e Osnir Sanches.

Prochet, a princípio, não foi incluído na denúncia formulada pelo Ministério Público do Paraná, em 29 de agosto de 2000, quando apenas Teissin Tina e Augusto Barbosa da Costa foram acusados do homicídio de Sebastião Camargo. Apenas em 2 de março de 2001 houve o aditamento da denúncia e foram incluídos como coautores o ex-presidente da UDR e Osnir Sanches. O aditamento foi feito por haver muitas provas da participação de Prochet no crime.

A demora nas investigações resultou na prescrição de vários dos crimes cometidos na desocupação forçada; além disso, outros delitos foram injustificadamente descartados pelo Ministério Público. Apesar de a lei brasileira estabelecer o prazo de um mês para a realização da investigação policial, neste caso a investigação demorou 25 meses, em que pese o fato de três dos delitos investigados terem prescrito 24 meses depois de ocorridos os fatos.

A primeira sentença foi dada em 2007, nove anos depois do assassinato, quando houve a decisão de enviar para Júri Popular os quatro réus. Desses acusados, apenas Prochet apresentou recurso contra a decisão. A pedido da *Terra de Direitos* e com o encaminhamento do Ministério Público de Nova Londrina, o júri foi marcado com os quatro acusados (TERRA DE DIREITOS, 21 de novembro de 2012).

Segundo matéria do jornal *O Diário do Noroeste* de Paranavaí, de 28 de novembro de 2012, sob o título *Caso Sebastião Camargo – Júri condena acusados por homicídio de sem terra* e que também foi postado pelo *Blog de Mateus Brandão de Souza*, além do pistoleiro Osnir Sanches foi condenado junto o mandante do crime, Teissin Tina. De acordo com a matéria:

Após julgamento que durou mais de 16 horas, acompanhado por mais de cem

pessoas, o juiz da 2ª Vara Privativa do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, tornou público veredito do júri que condenou duas pessoas pela morte do trabalhador sem-terra Sebastião Camargo, de 65 anos, ocorrida em 1998, em Nova Londrina.

O proprietário rural Teissin Tina foi condenado na madrugada de ontem pela morte do sem-terra Sebastião Camargo Filho, em 1998, no noroeste do Paraná.

Além dele, Osnir Sanches, acusado de ser pistoleiro e comandante da ação, também foi julgado e condenado por homicídio qualificado.

Tina era o dono da fazenda Boa Sorte, em Marilena (a 570 km de Curitiba), onde Camargo estava acampado e foi morto. Na época, o local estava em processo de desapropriação. A propriedade deu lugar ao assentamento Sebastião Camargo Filho, onde vivem hoje cerca de 40 famílias.

Os sem-terra estavam acampados na fazenda havia três meses quando ocorreu o ataque, na madrugada de fevereiro de 1998, feito por um grupo de pistoleiros e proprietários rurais da região.

Camargo, 65, morreu com um tiro na nuca. Segundo testemunhas, ele não conseguia se deitar no chão por um problema de coluna, e por isso foi baleado.

O acusado de ter disparado o tiro, segundo relatos de testemunhas, é Marcos Prochet, ex-presidente da UDR (União Democrática Ruralista). Ele seria julgado anteontem, mas mudou de advogado recentemente e, por isso, seu júri foi adiado para o início de 2013.

A defesa de Tina sustentou que o fazendeiro havia sido convidado para uma passeata, e não sabia que haveria uma ação violenta. O advogado de Sanches afirmou que ele agiu em legítima defesa do direito de propriedade.

Teissin Tina foi condenado a seis anos de prisão por homicídio simples. Sanches, a 14 anos por homicídio qualificado. Ambos irão recorrer da sentença em liberdade (DIÁRIO DO NOROESTE DO PARANÁ, 27 de novembro de 2012, *apud* BLOG DE MATEUS BRANDÃO DE SOUZA, 29 de novembro de 2012).

Marcos Menezes Prochet, acusado de ter disparado o tiro de escopeta que matou Sebastião Camargo Filho foi julgado e condenado novamente no dia 31 de outubro de 2016. Segundo matéria de Franciele Petry Schramm e Riquielmi Capitani publicada no dia 1º de novembro de 2016 pelo sitio *Terra de Direitos*, diz que:

Mais de dezoito anos separam a morte do trabalhador rural sem-terra Sebastião Camargo e a condenação do assassino, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Menezes Prochet. Após quase 15 horas de júri popular, realizado nesta segunda-feira (31), em Curitiba, Prochet foi condenado a 15 anos e 9 meses de prisão. O ruralista foi levado preso, mas deve recorrer da decisão (TERRA DE DIREITOS, SCHRAMM; CAPITANI, 1º de novembro de 2016).

Mesmo com as duas condenações o acusado não está preso porque recorreu da última sentença, e, por conta disso, espera em liberdade por novo julgamento. Porém, a cada dia que passa, diminuem as esperanças dos assentados em ver o assassino na cadeia.

No contexto dos despejos dos assentados de Marilena e de outras áreas de ocupação do MST no Noroeste do Paraná, do final dos anos de 1990, que resultou no assassinato de Sebastião Camargo Filho e de outros sem terra na região, Alan Veríssimo Azambuja, herdeiro dos títulos dos 1.480 alqueires de terras griladas de sua família por José Volpato em 1962, assassino de seu pai, e

diante da impossibilidade de reaver as posses griladas, já que na época a justiça do Paraná foi omissa no caso, em 2000 Alan resolveu doar os títulos das terras ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o órgão federal assentar os agricultores sem terra de Marilena que na ocasião estavam sendo despejados de seus assentamentos pelo governo do Estado.

Vejamos, a partir das próprias palavras de Alan Azambuja, em quê resultou sua tentativa de doação:

Ano 2000, chegada da anunciada “Nova Era”, tempo de arrumações e reorganização em casa. Mal dou início aos trabalhos, deparo-me com uma pilha de pastas de documentos relacionados com o Paraná. Dei uma olhadela na papelada toda, torcendo o nariz como se estivesse observando detalhes de um tumor maligno a ser removido da minha vida.

Eu já tinha ouvido falar do Movimento dos Sem Terra. O líder era um gaúcho chamado Stédile. Doar aquelas terras para os honestos trabalhadores rurais sem-terra seria um gesto bem patriótico e prático para promover a expulsão de toda aquela corja de invasores, grileiros e jagunços compactuados com os Volpato. Como “brinde”, o sentimento de uma justa vingança por tudo aquilo que sofremos pelas ações daquela gente que não valia nada.

Depois de algumas horas de reflexão, a ideia de endereçar a documentação, minhas razões e intenções diretamente ao Stédile, começou a perder força. Afinal, já tinham se passado muitos anos. O Volpato assassino, dele eu já sabia que estava morto. Talvez seu filho cúmplice também. E as invasões por mim pretendidas poderiam precipitar embates sangrentos. E, alguns dos invasores talvez já tivessem morrido, mas suas (?) propriedades transferidas para mãos de lavradores inocentes e honestos, ladeados de suas crianças, animais e custosas plantações. E, sobretudo, não faria sentido ir de encontro ao grande ideal do meu pai, que era prosperar e oferecer condições para que todos os colonos prosperassem também.

O atual (2000) Ministro da Reforma Agrária despertava em mim um certo sentimento de confiança nele, por declarações que fizera durante algumas entrevistas na TV. Seria mais prudente submeter ao INCRA o meu projeto de doações ao MST, solicitando, no entanto, uma prévia avaliação da situação fundiária e de legalização das nossas propriedades. Assim o fiz escrevendo ao órgão, recomendando que o material fosse entregue aos cuidados pessoais do Ministro, relatando todas as desventuras da nossa curta história de vida no estado do Paraná, anexando cópias de documentos oficiais de compra e venda daqueles imóveis rurais pelo meu pai através de sua Incopan, mais documentação da única propriedade pertencente à minha mãe que, legalmente, por direito de herança, ela vendera em 1965 e mais as terras da Incopan que herdei, porém sem poder ocupar e nem negociá-las por, ao menos supostamente, estarem ainda invadidas por perigosos bandidos.

Não tardou a resposta do INCRA através de uma cartinha assinada por um funcionário de baixo escalão que me informava sobre a minha proposta de doação relativa ao imóvel rural denominado... Fazenda Marion!!!

Ora, nos documentos que eu enviara estava muito bem explicitado que eu pretendia doar os imóveis pertencentes à Incopan, de minha herança exclusiva e não ao único que a minha mãe tinha conseguido vender em 1965!

Informa também que “Procedida a análise da situação dominial do *imóvel em comento* (Fazenda Marion), bem como ouvido a Divisão de Regularização Fundiária do Governo do Estado do Paraná acerca da documentação apresentada, verificou-se que a dominialidade advém da transcrição nº 21 da Comarca de Tibagi, cancelada, judicialmente em 24 de abril de 1965, nos termos do mandado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Loanda. Autos nº 70/63”.

Ainda diz que “face ao cancelamento, o Estado do Paraná instituiu as Glebas

Ribeirão Tigre e Margem Direita do Ribeirão Areia Branca, com a denominação de “Colônia Paranavá, titulada aos RESPECTIVOS OCUPANTES, encontrando-se atualmente colonizadas e documentadas”.

E assim termina: “Desta feita, *data venia*, resta prejudicada a sua pretensão em doar o REFERIDO IMÓVEL (a Fazenda Marion) aos agricultores rurais, sem-terra”.

Atenciosamente,

Niclélio José Zabut
Chefe da Procuradoria Regional
INCRA/PR

(AZAMBUJA, 2020, p. 25).

Enquanto o INCRA indeferia o pedido de Alan Veríssimo Azambuja de doação das terras de sua família, ainda que de forma equivocada, uma vez que o objeto de doação não era a Fazenda Marion e sim os títulos dos 1.480 alqueires da Incopan, no mesmo ano de 2000 o governador Jaime Lerner agia em favor do latifúndio através da Secretaria de Segurança Pública do Estado, na execução de despejos de sem terra por todo o Estado. Foi o contexto mais tenso de luta do MST contra o latifúndio improdutivo, cujas ocupações coincidem com o período de implantação do projeto das vilas rurais pelo governador, o qual tinha por objetivo desarticular o movimento que vinha ganhando força em favor da reforma agrária.

A cada vila rural inaugurada, Lerner discursava acerca de uma suposta reforma agrária que vinha realizando no Paraná através de seu projeto que financiava uma pequena chácara de 5.000 m² ou de meio hectare em média para cada vileiro. Mas, ao contrário de uma reforma agrária, seu governo vinha realizando despejos de assentados em todo o Estado, a exemplo do que aconteceu no dia 6 de março de 2000 em que 180 famílias foram despejadas da Fazenda Cobrimco de Guairaçá e Terra Rica. De acordo com Haracenko (2005, p. 10): “Nesse despejo, as famílias não foram poupadadas da violência por parte de aproximadamente 1.200 policiais”. Por isso, no dizer dos assentados, o governo de Jaime Lerner foi o mais conservador de todos, “o que realmente quis derrotar o movimento”. (Esta discussão será retomada no capítulo IX com Maurílio Rompatto, Mariana de Barros Augusto e Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha ao abordarem a história do Assentamento Pontal do Tigre, de Querência do Norte).

Em relação ao programa das “vilas rurais” implantado por Jaime Lerner no período de seus dois mandatos (1995-1998/1999-2002), se seu governo tivesse realmente por objetivo melhorar a qualidade de vida dos excluídos da terra, conforme discursava, em Marilena município localizado na confluência do rio Paranapanema com o rio Paraná, seu programa teria por alvo a população mais pobre do município, no caso os pescadores — ilhéus e ribeirinhos — que além de condições miseráveis, viviam em situação permanente de risco por conta das periódicas enchentes daqueles rios. Mas, no entanto, não foi bem isso o que aconteceu com o programa ao implantar a Vila Rural Quatro Marcos, conforme veremos a seguir.

A VILA RURAL QUATRO MARCOS²⁵

Para implantar o projeto das vilas rurais, o governo Lerner firmou parcerias com as prefeituras municipais onde as vilas rurais seriam instaladas e buscou apoio nos diversos órgãos de Estado, tais como: Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EmateR), na Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), na Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), na Companhia de Energia Elétrica (Copel) e no Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (FERNANDES; PONTE, 2002, p. 115).

Os municípios que demonstrassem interesse em aderir ao programa deveriam doar o terreno e constituir uma comissão própria para acompanhar a sua instalação. A seleção dos moradores foi realizada pelos técnicos das secretarias de governo mencionadas acima e ocorreu a partir de critérios pré-estabelecidos pelo projeto. Para obter o lote com a casa da vila rural, o candidato deveria de ter no máximo 55 anos, constituir família ou ter filhos, morar há mais de dois anos no município, exercer atividade remuneratória de caráter temporário em áreas rurais, ter renda máxima de três salários mínimos e estar morando em habitações precárias ou pagando aluguel. “Pelo contrato, os atendidos recebiam a concessão de uso por 60 meses, impedidos de vender os lotes ou agregar novas moradias nos mesmos” (BANA, 2001 *apud* GUILHERME, 2014, p. 61).

A Vila Rural Quatro Marcos, inaugurada em Marilena no dia 17 de março de 1998, está localizada no bairro Quatro Marcos, tendo por via de acesso a estrada de mesmo nome. Nesta vila rural o governo colocou 40 famílias de boias-frias. Cada família recebeu uma chácara com tamanho médio de 5.000 m² ou de meio hectare e uma casa de alvenaria de 48 m².

A metodologia empregada nessa pesquisa foi a da história oral. Através de seu Projeto de Iniciação Científica (PIC/2018-2019): *Histórias de Vida e Situações Vivenciadas por Moradores da Vila Rural Quatro Marcos, de Marilena, Paraná*, a acadêmica Kellen Oliveira Angelo entrevistou quatro moradores dessa vila rural. No dia 10 de janeiro de 2019 foram entrevistadas as moradoras Josefa Aprígio de Lira e Rita de Cássia Aparecida Lira (mãe e filha); no dia 21 de fevereiro de 2019 foi entrevistado o morador Paulo Lourenço Peres e no dia 29 de março do mesmo ano foi entrevistada a moradora Maria de Lourdes Adriano.

O número de entrevistados poderia ter sido maior se não fosse o curto período de fevereiro a julho de 2019 destinado à pesquisa, uma vez que a acadêmica assumiu o projeto de outro orientando que foi substituído por ela. Mesmo assim, os quatro moradores entrevistados pela acadêmica deram importantes contribuições à pesquisa.

²⁵ Essa seção referente à Vila Rural Quatro Marcos é resultado de pesquisa oral realizada pela acadêmica Kellen Oliveira Angelo do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESP, Campus de Paraná, por meio do Projeto de Iniciação Científica (PIC/2018-2019): *Histórias de Vida e Situações Vivenciadas por Moradores da Vila Rural Quatro Marcos, de Marilena, Paraná*. O projeto foi executado pela acadêmica no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2019, sob a orientação deste professor, Maurilio Rompatto.

Em período subsequente às entrevistas foram realizadas as transcrições, cujas narrativas extraídas serviram de fontes para subsidiar o trabalho final da referida pesquisa, aqui vertido em seção deste capítulo. Então vejamos.

A moradora Josefa Aprígio de Lira, de 64 anos de idade que é casada e mãe de quatro filhos foi entrevistada no dia 10 de janeiro de 2019. A família dela chegou à Vila Rural Quatro Marcos em 17 de março de 1998, no dia em que foi inaugurada. Entre os filhos encontra-se Rita de Cássia Aparecida Lira que participou da entrevista com a mãe. Ao se casar, Cássia continuou morando na mesma chácara de sua família, porém, em casa separada. O marido de Cássia trabalha fora, como pedreiro autônomo (LIRA, C.A.; LIRA, J.A., 2019).

O morador Paulo Lourenço Peres que é viúvo e aposentado, conta hoje com 76 anos de idade e reside na Quatro Marcos desde que a vila rural foi fundada em 1998. Antes de se mudar com a família para a vila rural, Peres trabalhava na lavoura de café como meeiro de um sitiante na localidade “Água da Marilena”, quando surgiu o projeto da vila rural o mesmo se inscreveu junto à COHAPAR para receber o lote da chácara com a casa em que reside. Peres disse ainda que tanto ele quanto a maioria dos moradores das vilas rurais pagam em torno de R\$ 40,65 (Quarenta reais e sessenta e cinco centavos) de prestação mensal à COHAPAR pelo financiamento, mas que este valor nunca foi o mesmo, ele sempre variou de acordo com o reajuste anual do salário mínimo efetuado pelo governo federal (PERES, 2019).

A moradora Maria de Lourdes Adriano que é aposentada e mãe de quatro filhos, reside na Vila Rural Quatro Marcos com seu marido Antônio Paulo Adriano desde 2007, quando a família foi chamada pela COHAPAR para ficar com a chácara que antes pertenceu ao pescador Valtemir Dourado de Souza, vulgo “Baiano”. Este, segundo a moradora, depois de cinco anos morando na chácara não conseguiu pagar as parcelas e foi despejado pela COHAPAR. Em seguida, “a família de Baiano ocupou um prédio de uma velha escola rural desativada, na localidade Quatro Marcos”, disse a moradora (ADRIANO, 2019).

Antes de se mudar para a vila rural, Maria de Lourdes, com seu esposo Antônio Paulo Adriano e mais quatro filhos, residiram na Fazenda São Sebastião do senhor José Lúcio Leite. A partir de 2001 seu marido passou a dedicar-se à atividade pesqueira na confluência do rio Paranapanema com o rio Paraná (Porto Maringá). Em 2007 mudou-se com a família para a vila rural e em 2009 aposentou-se. Atualmente o casal vive sozinho em sua chácara na vila rural sustentado por um salário mínimo da aposentadoria de Antônio e do pouco que cultiva. Os filhos se casaram e não moram mais na vila rural (ADRIANO, 2019).

De acordo com Rita de Cássia Lira, a construção da casa da vila rural levou cerca de um ano (LIRA, R.C.A., 2019). Ao falar de como a COHAPAR entregou a casa, Maria de Lourdes disse que a mesma “era um ‘barracão’ aberto, tinha apenas o banheiro dividido” (ADRIANO, 2019). Josefa Lira disse que as pessoas

que tinham condições para repartir os cômodos, repartiam, “já outras utilizavam móveis, cortinas, foram improvisando. Nós mesmos dividimos a casa com madeira de forro” (LIRA, J.A., 2019).

Paulo Lourenço Peres ainda explica que, depois, a COHAPAR recadastrou todos os moradores para financiar a reforma da casa através de um recurso proveniente do seguro, que é pago pelo mutuário junto com as prestações mensais do imóvel, mas também disse que “esse dinheiro não veio até hoje” (PERES, 2019).

Ao serem perguntados se o governo deu alguma assistência para a agricultura familiar, Josefa Lira disse que no começo o governo deu semente, adubo, kit de jardinagem, carriola, kit de cozinha com pratos, jogo de jantar, panelas, “é na época foi de grande ajuda. Mas, hoje, [o governo] não ajuda mais”, concluiu (LIRA, J.A., 2019).

O apoio do governo se deu no começo, logo que as vilas rurais foram inauguradas e na época deu a elas um relativo impulso. Mas depois sem esse apoio o projeto agrofamiliar pereceu, restando da vila rural apenas o projeto habitacional. Há informações dos moradores de que na Vila Rural Quatro Marcos, logo depois de sua implantação, teve o projeto da Indústria de Frutas Paraná Ltda. (INFRUPAR) – uma empresa de capital privado voltada para o ramo agroindustrial de alimentos e que deu um relativo apoio aos vileiros na época, mas depois que deixou de ter o apoio do governo abriu falência e, atualmente, não existe mais.

A parceria da Infrupar teve início em 6 de julho de 1999 quando o governador Jaime Lerner, em ato solene, inaugurou um novo projeto social voltado para as vilas rurais denominado por ele de “Sócio da Vila”. Este projeto consistiu em fazer com que as empresas do ramo alimentício firmassem parcerias com as vilas rurais dos municípios onde elas estavam estabelecidas para estimular a produção de alimentos das vilas rurais e gerar renda aos vileiros.

No caso da Vila Rural Quatro Marcos de Marilena seria a Infrupar, a empresa encarregada de comprar dos vileiros toda a produção excedente de morangos, maracujá, goiaba, manga e caju. Luzia Bana (2001), através de sua dissertação de mestrado *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*, trazia informações da Emater sobre essa parceria da Infrupar com a Vila Rural Quatro Marcos:

Segundo informações da Emater, muitas vilas na Microrregião de Paranavaí, vêm alcançando destaque. Uma delas é a Vila Rural Quatro Marcos, localizada no Município de Marilena; a produção da Vila é comercializada com a Infrupar, indústria que processa a polpa de frutas, dentro do Programa Sócio da Vila. O programa promove parcerias entre os moradores e empresas para fornecimento de matéria prima ou mão-de-obra como forma de garantir a viabilidade econômica das comunidades. Os vileiros produzem morangos, maracujá, goiaba, manga e caju (BANA, 2001, p. 84).

Ao ser perguntada se sua família ainda cultiva a chácara para produzir excedente e comercializar, a moradora Rita de Cássia respondeu que “no

começo plantamos lavoura, meus irmãos ajudavam na terra, mas também trabalhavam de ‘boia-fria’ para completar a renda uma vez que a chácara é pequena demais para garantir o sustento de todos da família”. Ainda de acordo com a moradora, havia outros vileiros que produziam frutas como acerola, morango, maracujá, goiaba, manga e caju e disse também que esses produtos eram vendidos à Infrupar em Marilena. Segundo Rita de Cássia, os trabalhadores da fábrica vinham com um caminhão buscar as frutas, já que vários moradores da vila rural faziam o plantio. “A alfage e outras verduras a gente levava até o ponto de vendas. Mas, hoje”, continua ela, “não cultivamos mais, por que não há mais o incentivo do governo” (LIRA, R. C. A., 2019).

De acordo com os moradores, a empresa Infrupar, depois de certo tempo e por falta de apoio governamental abriu falência. Atualmente a produção de frutas dos vileiros é destinada apenas para o consumo familiar, raramente para vender. Às vezes, os produtos da vila rural são requisitados por outra agroindústria do município de nome Indústria e Comércio de Polpa de Frutas Ltda. (AGROPOLPA). No entanto, essa empresa que também é privada e está localizada no Sítio São Sebastião na Estrada Quatro Marcos, bem ao lado da vila rural, tem sua produção própria de frutas e não depende dos vileiros. Ela requisita a produção excedente da vila rural apenas em algumas ocasiões do ano quando sua produção se torna insuficiente para atender a demanda do mercado. Com isso, os moradores da Vila Rural Quatro Marcos se sentem desestimulados em cultivar, permanentemente, a chácara com o objetivo de produzir excedente.

Ao ser construída uma área da vila rural foi reservada para ser uma espécie de centro comunitário em que deveria funcionar o “galpão oficina de artes e ofícios” onde a prefeitura do município daria cursos aos moradores e eles poderiam desenvolver suas atividades. Segundo Rita de Cássia, no projeto inicial “sete mulheres se reuniram para fazer uma panificadora com o apoio do programa, mas o projeto não vingou”. De acordo ainda com a moradora, “as mulheres chegaram a ganhar o equipamento do governo, no entanto, era muito difícil manter de início, porque faltaram recursos de toda natureza, com isso, todas foram desistindo do projeto com o tempo” (LIRA, R. C. A., 2019).

Depois foram organizadas outras duas sociedades, uma de mulheres costureiras e outra de homens que torravam café. “Novamente o governo enviou equipamentos, mas não foram adiante”, disse Rita (LIRA, R. C. A., 2019). Josefa Lira disse que depois de um relativo período em que as instalações já estavam abandonadas, foi convocada uma reunião com os moradores, todos concordaram “e assim instalamos o bar-mercearia no lugar em que era para ser a padaria” (LIRA, J. A., 2019).

Atualmente, na área ou centro comunitário, além do bar-mercearia da família Lira ficam também o “galpão de artes e ofícios” e um templo católico, conforme a fotografia a seguir:



“Centro Comunitário” da Vila Rural Quatro Marcos. Da esquerda para a direita na foto ficam o templo católico, o galpão de artes e ofícios e o bar-mercearia da família Lira.

Foto de Kellen Oliveira Angelo, 2020.

A respeito do atendimento público à saúde, os moradores disseram que toda vez que precisam de médico têm que se deslocar para a cidade de Marilena uma vez que na vila rural não há posto de saúde. Maria de Lourdes disse ainda que toda vez que precisa desse atendimento tem que ir à cidade de ônibus. Ela reclama que nem sempre tem ônibus, como “à noite, aos domingos e feriados, também quando chove e a doença não marca hora”, concluiu (ADRIANO, 2019). “Alguns usam do transporte escolar para ir ao médico”, disse Paulo (PERES, 2019). De acordo com Rita de Cássia, a prefeitura disponibiliza uma ambulância para atender os doentes do município, incluindo os da vila rural, “mas apenas nos casos mais graves” (LIRA, R. C. A., 2019).

Ao ser perguntado qual teria sido a principal mudança introduzida em suas vidas pelo projeto da vila rural, os moradores responderam que muita coisa mudou. Rita de Cássia, por exemplo, disse que: “A mudança foi uma maravilha. Saímos de uma casa de madeira, em condições precárias, com buracos por todos os lados, não havia banheiro dentro, era tudo muito precário, muito simples, muito humilde. Foi uma grande melhoria de vida” (LIRA, R. C. A., 2019).

Para Paulo Lourenço Peres, o projeto da vila rural foi muito bom, segundo ele: “é bem melhor do que antes quando a gente tinha que trabalhar para outro e pagar renda da terra”. Apesar da chácara pequena, de meio hectare apenas, concluiu Peres: “agora é da gente, né”! (PERES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Marilena surgiu do processo de colonização de uma área de grilo de terras denominada Areia Branca do Tucum. Esse grilo constituído de 52.000 alqueires é oriundo de uma sesmaria do final do século XVIII e que depois de muitos espólios e transferências chegou a João Severino Porto que nos anos

de 1949 e de 1950, por meio dos irmãos David e de outros “intermediários”, transferiu 25.000 alqueires de suas terras para as companhias colonizadoras Terras e Colonização Paranapanema Ltda., Colonizadora Marilena Ltda. e Imobiliária Nova Londrina Ltda.

Na ocasião, o ex-governador Moysés Lupion tentou contestar os títulos do grilo, porém não conseguiu, uma vez que havia recebido os impostos das transferências dos mesmos. No dia 8 de janeiro de 1951, no último mês de seu primeiro mandato (1947-1951), Lupion assinou um despacho ao DGTC desistindo da ação de manutenção de posse do imóvel em favor das colonizadoras. Em 1951, o novo governo de Bento Munhoz, ao tentar moralizar a questão fundiária no Estado deixada por seu antecessor, embargou o início da colonização da gleba Areia Branca do Tucum a partir de Nova Londrina, mas não conseguiu impedir-a por conta da intervenção política do advogado e deputado Edgar Távora.

Em 1959 foi a vez de José Volpato vender 1.580 alqueires das terras do grilo para Raphael Verissimo Azambuja que destinou a maior parte, 1.480 alqueires para a colonização de sua empresa Incopan. Em 1962, depois de desentendimentos em relação aos valores das terras negociadas, José Volpato acabou assassinando Azambuja.

O pioneiro Ludovico Smith Krawulski, entrevistado para o *Projeto Memória* em 1999, disse que depois da prisão de José Volpato por causa do crime, seu filho André Luís Volpato e o sócio Antônio Scandeleri assumiram a colonização, mas disse também que “nesse meio tempo o Estado tomou conta, começou a legalizar as terras, despachar documentos definitivos”. O pioneiro e ex-prefeito Ernesto Mazzotti também disse ao *Projeto Memória*, em 1998, que “a empresa colonizadora de Marilena não forneceu documentos de comprovação de posse das terras! E nem poderia fornecê-los, uma vez que a área ainda não estava legalizada. Sua legalização começou em 24 de abril de 1965 com o cancelamento do grilo Areia Branca do Tucum. O cancelamento deu-se nos termos do mandado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Loanda ou de acordo com os Autos nº 70/63, que em “face do cancelamento, o estado do Paraná instituiu as glebas Ribeirão do Tigre e Margem Direita do Ribeirão Areia Branca do Tucum”, como novas glebas da antiga Colônia Paranavaí.

A partir do cancelamento do grilo em 1965, as terras da Areia Branca do Tucum que faziam parte da gleba 21 da Colônia Paranavaí criada pelo interventor Manoel Ribas em 1942 voltara ao patrimônio do Estado para que este regularizasse as posses emitindo títulos para os colonos de boa-fé que ao longo processo de colonização (1949-1965) havia comprado as terras das colonizadoras do grupo Volpato. Neste sentido, pode-se concluir que se os governos de Moysés Lupion e de Bento Munhoz, no período compreendido entre 1947 a 1961, em que o processo de colonização das terras devolutas do Paraná foi mais intenso, não tivessem sido omissos e, no caso de Lupion até contribuído com a grilagem de terras, muita confusão teria sido evitada e muitas mortes também, a exemplo do que aconteceu com Raphael Verissimo Azambuja. Nas palavras de Alan, filho da vítima: “o meu pai foi assassinado pelo Volpato quase diante de mim e de minha mãe, quando o aguardávamos para tomar o café da

manhã em outro cômodo de ‘meia água’ que servia de escritório da Incopan e residência provisória de nossa família”.

Em se tratando de grilagem de terras, ainda teve o caso do Desembargador Rocha Loures que, para receber uma dívida do Estado, requereu junto ao governo Lupion uma área de 4.000 alqueires dentro da gleba Areia Branca do Tucum, quando a mesma já estava ocupada por colonos que haviam comprado as terras das colonizadoras do grupo Volpato. Essa dupla titulação deu origem a muitos conflitos e a revolta dos colonos no início de 1964, situação que só foi resolvida mediante a intervenção judicial do Estado na desapropriação da área disputada, com indenização ao Desembargador e titulação das terras aos colonos.

Portanto, a história de Marilena, assim como de outros municípios da região, foi marcada por conflitos agrários decorrentes da grilagem de terras. Entretanto, sua história não constitui apenas de conflitos agrários, como também de muito trabalho de pioneiros, migrantes de diversas partes do país que em busca de seus interesses particulares ou com o objetivo de se enriquecerem com a cafeicultura, também conseguiram construir uma pequena localidade que foi emancipada em 1967.

O sucesso não foi alcançado por todos os pioneiros, é verdade, mas, sobretudo, por aqueles que na época da colonização chegaram à localidade com recursos para comprar a terra. Mesmo assim, destes, muitos foram os que ficaram pelo caminho da expropriação e espoliação capitalistas, de um capitalismo cuja lógica é a concentração de riquezas em poucas mãos. Com isso, muitos destes pioneiros, na condição de posseiros ou de pequenos proprietários, foram expulsos das terras do continente para as ilhas dos rios Paranapanema e Paraná e, depois de algum tempo foram novamente expulsos das ilhas para o continente; em um “vai e vem” que resultou na perda da posse da terra ou na redução de pequenos produtores individuais à condição de boias-frias ou de sem terra.

O resultado dessa expropriação violenta foi o retorno organizado dos excluídos da terra através do MST para ocupar o latifúndio improdutivo na região e reivindicar junto ao INCRA/Estado a desapropriação e a imissão de posse das terras ocupadas. Na ocasião, em 1995, em meio às disputas entre MST e o latifúndio, o governo conservador de Jaime Lerner, com o intuito de desarticular o movimento que cada vez mais ganhava força em sua luta pela reforma agrária, implantou no Estado o programa social das vilas rurais.

A Vila Rural Quatro Marcos foi inaugurada no dia 17 de março de 1998 pelo programa do governo Lerner com o objetivo, segundo o governador, de amparar essa parcela social de excluídos, os boias-frias, provendo-os com *terra, casa e trabalho*.

Da análise dessa temática, concluímos o seguinte:

É inegável que o projeto das vilas rurais do ex-governador Jaime Lerner trouxe alguma melhoria ao boia-fria que foi contemplado com chácara e casa. Para quem morava em habitações precárias sem as mínimas condições sanitárias, como foi o caso da família de Rita de Cássia e que, depois, passou a morar em casa de alvenaria, com água encanada e saneamento básico, ainda que sua construção tenha sido de baixo padrão estrutural e arquitetônico como foi em

geral a construção das casas das vilas rurais, essa melhoria foi significativa. Os demais moradores também concordaram com Rita de Cássia que, neste aspecto, o da moradia, o projeto foi muito bom.

Por outro lado, o projeto original das vilas rurais citado na propaganda de lançamento do governo oferecia bem mais que apenas uma moradia. Afinal de contas, para quê então o espaço da chácara, ainda que pequeno? No caso da Vila Rural Quatro Marcos de Marilena, o projeto, em seu início, até que ofereceu algumas alternativas para a agricultura familiar, entre as quais, a da agroindústria Infrupar instalada na cidade. Por conta da Infrupar, a Vila Rural Quatro Marcos chegou a ser citada pela Emater, em 2001, como sendo um exemplo de vila rural que vinha dando certo e que deveria ser seguido por outras vilas rurais em todo o Estado.

No entanto, a falta de apoio governamental ou de políticas públicas voltadas para esse projeto agroindustrial permitiu a falência não apenas da empresa, mas também de outras iniciativas dos vileiros que dependiam dela para se sustentar. Além do empreendimento da Infrupar que lhe dava apoio, a Vila Rural Quatro Marcos deu lugar também a um pequeno projeto de panificação com uma padaria, outro de costura com uma facção e ainda outro de torrefação e moagem de café. Mas, em razão da falta de apoio permanente a essas iniciativas, esses “projetos” também “não foram adiante”, conforme disseram os moradores.

Da Vila Rural Quatro Marcos, inaugurada em 1998, hoje resta apenas seu projeto habitacional. O mesmo acontece com as demais vilas rurais implantadas em todo o Estado. No dizer dos moradores entrevistados: “a vila rural se tornou apenas um lugar para morar”! Uma expressão de lamentação para quem esperava mais do projeto que, segundo o governo que o implantou, tinha tudo para dar certo, se não fosse, é claro, o descaso desse governo e de outros que vieram depois dele às iniciativas dos moradores!

REFERÊNCIAS

- ARIOCH, David. O assassinato de Raphael Azambuja na Areia Branca do Tucum. Coluna: “Histórias do Noroeste”, Jornal “Diário do Noroeste”. Paranavaí-PR, 8 de fevereiro de 2015. Disponível em <https://davidarioch.wordpress.com/tag/nova-londrina/>. Acesso em 13 de outubro de 2020.
- CIDADES DE MEU BRASIL. Marilena-PR. (<https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pr/marilena#historia>). Acesso em 28 de agosto de 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do estado do Paraná e as novas ruralidades. *Revista Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, n. 19 p. 113-126 jul./dez. 2002.
- FERNANDES, Osmar. *Areia Branca do Tucum*. Blog de Osmar Fernandes, postado em 2014. Disponível em (<http://lingua-bocaberta.blogspot.com/2014/01/areia-branca-do-tucum.html>). Acesso em 5 novembro de 2020.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- FOWRAKER, J. W. *A Luta pela Terra: a economia da fronteira pioneira do Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUILHERME, Cássio Augusto. *A ditadura-civil militar e a “politicalha interiorana”: o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969)*. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- GUILHERME, Cássio Augusto. Levantamento Sócio Agrário das Vilas Rurais da Região de Maringá-PR. *Revista Científica SMG* (Revista On-Line), vol. 2, n. 2, julho a dezembro de 2014.
- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. A Reforma Agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Estado do Paraná. *Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005*.
- IBGE. *Cidades*. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/marilena.pdf>. Acesso em 31 de Agosto de 2020.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: BPP, 1986.
- MASCHIO, José. *Questão Agrária - MST reage a ataque com invasão no Paraná*, FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de fevereiro de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc09029812.htm>. Acesso em 3 de outubro de 2020.
- RIBEIRO, Vanderly Alves. *Memórias e História*. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edespecial_artigo_ana_elizabeth_bisatto_fernandes.pdf Acesso em 13 de outubro de 2020.
- ROMPATTO, Maurílio. *Piquiri “O Vale Esquecido”*: história e memória da luta pelas terras do “grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná. Curitiba-PR: Editora CRV, 2016.
- ROMPATTO, Maurílio. *História e memória da colonização do noroeste do Paraná: a Colônia Paranavaí*. In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto (Orgs). *A Colônia Paranavaí: da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- SÁ, Luiz Carlos Tavares de. *História Regional: Porto Rico, Um Porto Pobre, a questão da terra*. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM, monografia em vídeo-tape/VHS, defendida em maio de 1998.

SCALIANTE, Hortência D. **Violência e conflitos políticos no processo de colonização da região Noroeste do estado do Paraná: os casos dos grilos “Apertados” e “Areia Branca do Tucum” (1950-1970).** Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá - UEM, Dissertação de mestrado, 2010.

SCALIANTE, Hortência D.; ROMPATTO, Maurílio. *Conflitos Agrários no Noroeste do Paraná: Os casos dos grilos Apertados e Areia Branca do Tucum* In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto (Orgs). *A Colônia Paranavaí: da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964.* Curitiba: Editora CRV, 2019.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra Roxa De Sangue: A Guerra De Porecatu.** Londrina-PR: Editora UEL, 1996.

SOUZA, Mateus Brandão de. **Marilena: O Caso Sebastião Camargo Filho.** Marilena-PR, quinta-feira, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <https://mateusbrandodesouza.blogspot.com/2012/11/marilena-o-caso-sebastiao-camargo-filho.html>. Acesso em 3 de outubro de 2020.

SOUZA, Mateus Brandão de. **Poema “Azambuja”.** Marilena-PR: Texto avulso em PDF, 2020.

SCHRAMM, Franciele Petry; CAPITANI, Riqueli. **Caso Sebastião Camargo.** Terra de Direitos. 2016. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/julgado-pela-segunda-vez-marcos-prochet-e-condenado-a-mais-de-15-anos-de-prisao/22113>. Acesso em 8 de outubro de 2020.

TERRA DE DIREITOS. **Ex-presidente da UDR vai a Júri Popular acusado de assassinar trabalhador rural sem-terra.** Juri Sebastião Camargo. 27 de novembro de 2012. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/expresidente-da-udr-vai-a-juri-popular-acusado-de-assassinar-trabalhador-rural-sem-terra/9073>. Acesso em 6 de outubro de 2020.

WIKIPEDIA. **A Revolta do Quebra Milho.** s./d. https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_do_Quebra_Milho. Acesso em 24 de janeiro de 2021.

FONTES ESCRITAS (DOCUMENTOS)

ANDRADE, Neylor Vasconcelos de. **Relatório emitido à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, em 4 de julho de 1966.** ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Departamento de Polícia Civil. Divisão de Segurança e Informações. Curitiba-PR: Arquivo Público do Paraná, pasta do DEOPS (Departamento de Estado de Ordem Pública e Social), documento “*Questão de Terras – Areia Branca do Tucum*”, n. 03468, fls. 12 a 24.

AZAMBUJA, Alan Veríssimo. **“Desventuras no Paraná”.** Rio de Janeiro-RJ: Relato de memórias por escrito/Texto avulso em PDF, 2020.

LOPES, João Batista. **Relatório emitido à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, em 16 de janeiro de 1964.** ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Departamento de Polícia Civil. Divisão de Segurança e Informações. Curitiba-PR: Arquivo Público do Paraná. Pasta do DEOPS (Departamento de Estado de Ordem Pública e Social), documento “*Questão de Terras – Areia Branca do Tucum*”, n. 03468, fls. 01 a 11.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 (Lei de terras).** Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Texto disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em 13 de novembro de 2020.

FONTE ORAIS (ENTREVISTAS)

ADRIANO, Maria de Lurdes. [Entrevista concedida em 29 de março de 2019]. Entrevista realizada por Kellen Oliveira Angelo na Vila Rural Quatro Marcos em Marilena-PR. Projeto PIC/2018-2019. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.

CHIAMULERA, Armando Valentim. [Entrevista concedida em 2 de novembro de 1998]. Entrevista realizada por Andréia Cláudia Gehring Rocha em Nova Londrina-PR. In PROJETO MEMÓRIA DO NOROESTE DO PARANÁ, Microrregião de Paranavaí. *Arquivo de entrevistas*. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – Fafipa/Unespar. Paranavaí-PR, 1998.

KRAWULSKI, Ludovico Smith. [Entrevista concedida em 30 de agosto de 1998]. Entrevista realizada por Allisson Fernando de Oliveira, Sueli da Silva Naranjo e Vânia Martins, em Marilena-PR. In PROJETO MEMÓRIA DO NOROESTE DO PARANÁ, Microrregião de Paranavaí. *Arquivo de entrevistas*. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – Fafipa/Unespar. Paranavaí-PR, 1998.

LIRA, Josefa Aprígio de; LIRA, Rita de Cássia Aparecida. [Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019]. Entrevista realizada por Kellen Oliveira Angelo na Vila Rural Quatro Marcos em Marilena-PR. Projeto PIC/2018-2019. UNESPAR, Campus de Paranavaí. 2019.

MAZZOTTI, Alcides; MAZZOTTI, Dionir Jesuína. [Entrevista concedida em 27 de agosto de 1999]. Entrevista realizada por Allisson Fernando de Oliveira, Sueli da Silva Naranjo e Vânia Martins em Marilena-PR. In PROJETO MEMÓRIA DO NOROESTE DO PARANÁ, Microrregião de Paranavaí. *Arquivo de entrevistas*. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – Fafipa/Unespar. Paranavaí-PR, 1999.

MAZZOTTI, Ernesto. [Entrevista concedida em 10 de novembro de 1998]. Entrevista realizada por Mônica do Carmo Apolinário de Oliveira, Vanderly Alves Ribeiro e Viviane Pilegi Vieira Maior em Marilena-PR. In PROJETO MEMÓRIA DO NOROESTE DO PARANÁ, Microrregião de Paranavaí. *Arquivo de entrevistas*. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – Fafipa/Unespar. Paranavaí-PR, 1998.

PERES, Paulo Lourenço. [Depoimento dado em 21 de fevereiro de 2019]. Entrevista realizada por Kellen Oliveira Angelo na Vila Rural Quatro Marcos em Marilena-PR. Projeto PIC/2018-2019. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.

WEBER, Maria de Lourdes Palma. [Depoimento concedido em 12 de outubro de 2020]. Entrevista realizada por Maurílio Rompatto via aplicativo de Whatsapp, por conta da pandemia do Novo Corona Vírus (Covid-19), 2020.

ANEXO I

Documento do Estado do Paraná (relatório de polícia) que traz na íntegra A Revolta dos Colonos da Areia Branca do Tucum ocorrida entre os dias 12 e 14 de janeiro de 1964 nos antigos municípios de Loanda e de Nova Londrina, em áreas dos atuais municípios de São Pedro do Paraná (Leoni e Porto São José) e de Marilena (Areia Branca):

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná
14.^a Subdivisão Policial
Paranavaí, 16 de janeiro de 1964
Relatório
Relator Cel. João Batista Lopes
Ao Exmo. Sr. Coronel Ítalo Conti
DD – Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná
Endereço: Curitiba

ASSUNTO**Sobre a Areia Branca do Tucum, Comarca de Loanda deste Estado**

I – Às 14h30 do dia 15 do fluente recebi vosso radiograma nº 1.618 da mesma data e após as providencias preliminares de praxe, muni-me de escrivão (Sr. Solônio Alencar Dhessichk) e os recursos eventuais partindo em seguida para Loanda. Determinei aos mesmo tempo que o Sr. 2º Tenente Walter Pereira Porto Delegado Adjunto desta Subdivisão Policial, seguisse via Nova Londrina acompanhando o Exmo. Sr. Desembargador João Alves da Rocha Loures, pois aquele Magistrado achava-se preocupadíssimo com a situação de um filho, que segundo ele, Desembargador, encontrava-se bem no interior da zona “conflagrada”, diligência àquela coroada de êxito pelo referido oficial.

EM LOANDA

Naquela localidade, entrei imediatamente em contato com os Doutores Francisco de Assis Pinheiro e Ugo Roberto Accorsi, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara Municipal, ouvi de ambos, longo relato acerca dos fatos que originou minha missão ali. Inicialmente, disse o Dr. Assis Pinheiro, que mais de 300 pessoas das que residem na Areia Branca do Tucum, área litigiosa, haviam irmanados, lhe procurado e aos demais *edis* [vereadores] do Município, protestando energicamente contra o que chamavam de arbitrariedades policiais ocorridas no Porto São José, a mando do Desembargador Rocha Loures, ainda ameaçam de desejos contra tais protestantes pelo referido Desembargador;

que o fato tivera incrível repercussão na cidade, cujo comércio em sinal de solidariedade com aqueles serrou suas portas, ficando em consequência abertas apenas a Prefeitura e uma farmácia, movimento esse que eclodira a partir das 12:00 horas, no firme propósito de revanche contra o Desembargador Rocha Loures, não tomado maior vulto, graças a pronta interferência dele Prefeito e Câmara Municipal, tendo até mesmo o Prefeito Dr. Assis externando o pensamento já manifestado daqueles, afirmando que todos os moradores de uma área de 48 mil metros quadrados que constitui o município de Loanda, o recém criado município de São Pedro do Paraná, bem como do vizinho município de Nova Londrina [Marilena], pegarão em armas para defender os seus direitos.

REUNIÃO

Disse-me mais o prefeito Dr. Assis Pinheiro e o Presidente da Câmara Municipal, que dada a gravidade dos fatos, convocou uma reunião imediatamente, da qual tomaram parte os Edis [vereadores] e pessoas representativas do movimento então eclodido, nascendo daí a ideia de expedir comunicações alertando as autoridades estaduais, bem como a elaboração de um abaixo-assinado [Anexo 2] por moradores da zona litigiosa, na qual consta apenas as assinaturas de três pessoas de fora e nessa altura já circulavam panfletos na via pública condenando as pretensões do Desembargador Rocha Loures [panfleto anexo ao relatório, fl. 5]. Alegando-o ainda que já no dia 1.º do corrente [janeiro de 1964] um matutino local “Jornal de Loanda” publicava uma nota: “Reforma Agrária do Desembargador Rocha Loures” tecendo comentários que repudiam a ação do referido Magistrado, exibindo-me cópia do abaixo assinado, um boletim e recorte do aludido jornal. [nota anexa ao relatório, fls. 11 e 12].

ORIGEM DOS ACONTECIMENTOS

É ainda do Prefeito Dr. Assis quem diz: “que o movimento eclodiu, quando a autoridade policial do Porto São José, cidadão Sebastião Gonçalves da Silva, obedecendo ordens — segundo eles — do Desembargador Rocha Loures, prendera e seviciara empregados agrícolas dos senhores Antônio Maria Rodrigues e outros, notadamente, Moysés Pereira de Oliveira e que os lotes pertencentes aos senhores Diogo Ximenes e Atílio Sangion haviam sido invadidos por jangunços do Desembargador Rocha Loures, armados de carabinas, expulsando dali trabalhadores e aposseando-se das terras.

Diante do exposto, procurei em seguida o Capitão Delegado Regional de polícia local a fim de melhor inteirar-me das providências por ele adotadas em função dos fatos, por serem tão graves. Ali, fui informado de que o Sr. Tenente Coronel Arivonil Fernandes dos Santos, delegado especial naquele município havia determinado que o capitão Adélio Mousinho de Oliveira, titular, se deslocasse incontinenti aquela localidade e as suas adjacências e aí procedesse in loco as diligências especiais e cabíveis, o que foi com as prestezas devidas.

INQUÉRITO POLICIAL

O Capitão Adélio Mousinho de Oliveira, procedeu à inquérito policial, mandando inicialmente submeter a suposta vítima de sevícias ao respectivo exame de corpo de delito, cuja perícia nada constatou uma só lesão sequer foi encontrada para a respectiva formação de culpa. Apurou o Capitão Adélio Mousinho de Oliveira igualmente que, Moysés Pereira de Oliveira e outros, inadvertidamente haviam invadido domínios do Desembargador Rocha Loures (área de 1.020 alqueires) que por direito lhe pertence e ali pretensiosamente deram início em construção de casebres e poços (água) afim de fazerem posses ou intrujiarem o requerido imóvel, sendo-os em consequência rechaçados por empregados do Desembargador, foi o fato levado ao conhecimento do primeiro suplente do 1º Suplente Subdelegado em exercício no porto São José, o qual os deteve para as averiguações de praxe, nascendo daí a maliciosa notícia de sevícias contra aquele e os protestos apressados de quem naturalmente interessados em subverter a ordem. O inquérito, constatei em ritmo acelerado e já em fase de conclusão.

SITUAÇÃO LOCAL

Em calma toda a Areia Branca do Tucum, mas constatou-se tensa expectativa dos moradores da região, muitos dos quais possuem pequenos lotes de 5, 10, 15, 20 e mais alqueires bem formados com domicílio habituais de mais de 12 anos e dispostos a enfrentar em quaisquer sacrifícios, mesmo das próprias vidas! Mas, mesmo assim reina calma entre os quais, apenas apreensivos embora, com a propalada notícia de que a qualquer momento sofrerão despejos pelo Desembargador Rocha Loures, em consequência de decisão judiciária já devidamente discutida, numa área onde abriga aproximadamente 1000 famílias de lavradores, num raio de mais de 4.000 alqueires, onde ele Desembargador — segundo diz — possui título pleno de domínio, fato esse que os mantém em completa intranquilidade!

INFORMAÇÃO DO RELATOR

Isto posto Excelentíssimo Senhor Secretário o signatário do presente relatório, ora vem expor-vos o quê pessoalmente conhece do caso em tela, vez que:

Como então Major, investido que era nas funções de Delegado Especial com exercício nesta cidade no ano de 1951, dando cumprimento a requisição do Juízo dos Feitos da Fazenda Estadual, anexado a expedientes do então chefe de polícia, Sua Excelência o Sr. Cel. Albino Silva [Albano David], hoje General do Exército Nacional, se transportou com um contingente militar ao Porto São José a fim de garantir emissão de posse numa área de 1.020 alqueires de terras, ao Exmo. Sr. Desembargador João Alves da Rocha Loures e sua mulher, ficando em consequência suspensa toda a ação de trabalhos que empreendiam naquela área, os prepostos do Capitão Aquiles Ferreira Pimpão,

até ulteriores deliberações de quem de direito, os quais a ocupavam a vários anos. Nessa ocasião, acompanhava a diligência como principal interessado o Dr. Rui Alves da Rocha Loures, filho do Desembargador em lide e esse moço, penetrou na vasta área Areia Branca do Tucum, onde nas interceptações aos serviços já dito, se verificou que já naquela época, existiam mais ou menos 200 famílias de posseiros na área e muitas delas possuíam escrituras que se lhe haviam sido expedidas pela imobiliária e colonização Paranapanema Ltda. a qual tinha como principal dirigente o senhor José Volpato, documentos aqueles que eles autorizavam permanências nos lotes que ocupavam, outorgados por Valéncio [de Oliveira] Xavier, mais conhecido por Coronel e de um igualmente conhecido por Capitão Albano D'Ávila [Albano David], que também se apresentavam com atribuições específicas, face uma procuração que possuíam de João Severino Porto, como espólio de Sesmaria e em consequência, dias mais tarde, os descontentes impetraram mandado de segurança (por intermédio da imobiliária), junto ao Juiz de Direito da Comarca de Mandaguari procurando-os a todo custo atribuir-me a responsabilidade daquela ação, cuja defesa eu a fiz incontinente através de documentação que tinha em meu poder, dos órgãos já mencionados. Tendo sido mais tarde suspensa aquela ação policial por ordem do então chefe de polícia, dispensando-me igualmente na mesma época do cargo de Delegado Especial desta localidade. E, retornando-me mais tarde a Paranavaí, já com Delegado Regional de Polícia, isto no ano de 1955, aqui também estivera o Delegado Especial da Capital Dr. Lício Bley, afim de efetuar verificação de posseiros na aludida área Areia Branca do Tucum. Nós nos dirigimos a citada localidade, constatando-se aí a existência de aproximadamente 500 famílias com casas residenciais, comerciais, formação de cafeeiros e pastagens em toda aquela vasta região, a qual achava-se em pleno progresso. Nesta altura Excelência, decorridos todos esses anos, sem quaisquer interceptações, arguem que, ali física e demograficamente a região é famosa possuindo-a assim, além de 1.000 famílias instaladas, colhendo como é óbvio os frutos de vários sacrifícios do passado. Gente boa e ordeira. Mas, falam de viva voz que resistirão a qualquer preço, mesmo com sacrifício de suas próprias vidas e, em defesa dos seus direitos patrimoniais, caso seja concretizado o que eles mais temem, o despejo! Havendo inclusive algumas das pessoas que tomaram parte no movimento de protestos de 2.ª feira [13 de janeiro] em Loanda, afirmado que se preciso for irão a capital do Estado assassinar o Desembargador Rocha Loures, se se verificar a ação de despejo, ameaças essas testemunhas pelos próprios Doutores Assis e Hugo, respectivamente, prefeito e presidente da Câmara.

Eis Senhor Secretário, em síntese o que se passa em Loanda, os fatos ora narrados são inegavelmente gravíssimos e acontecimentos de naturezas imprevisíveis poder-se-ão ocorrer naquela região ribeirinha, caso venha concretizar despejos contra lavradores, cuja medida, data vénia, será uma precipitação das coisas, pois é inegavelmente uma imprudência ir-se contra a vontade expressa daqueles que lutam pelo progresso de nossa terra e, ao Estado, como órgão soberano que é, encontrará por intermédio do alto espírito de clarividência

de Vossa Excelênciā, com o qual tão bem soubeste nortear os destinos do Estado, no que se diz respeito a manutenção de ordem e segurança pública, uma solução digna para um problema tão sério, como que hora vos exponho.

Na certeza de haver sido claro nas informações que orientarão Vossa Excelênciā nas providências cabíveis, aproveito para reiterar-vos minha alta estima e distintas.

Considerações²⁶

Coronel João Batista Lopes
Chefe da 14.^a Subdivisão Policial

Ao Exmo. Sr.
Cel. Ítalo Conti
DD Secretário de Segurança Pública do Estado
CURITIBA

²⁶ As palavras entre (parênteses) vêm do original, menos as que se encontram entre [colchetes] que foram acrescentadas ao texto para auxiliar na compreensão do leitor ou para corrigir erros datilográficos.

ANEXO II

Lista de assinaturas dos colonos no abaixo-assinado do dia 13 de janeiro de 1964 pedindo providências ao Delegado Regional de Loanda contra as ações dos jagunços do Desembargador e de suas ameaças de despejo:

Edmundo Vassouras	Francisco Alves Teixeira
Fernando Alves	
Frederico Galdino	
+ Diogo Garcia Ortega	
+ Luizinho Furtado	
Edson Pinto	
Miguel Teixeira	
+ José Alberto Vassouras	
Antônio Vassouras	
Benedicto Mariano de Campos	
Rodrigo Denner	
Valentim Guedes	José Correia Brito
Sidírio Augusto	Antônio Teixeira
Arilda Etchadi	Aldemir Vassouras
Gláucio Stabile	
Pedro Locardi	Julio Lacerda
João Lourenço	Aurelio Lacerda
Augusto Teixeira	Angelo Lacerda
Karim Farajim	Ornato Lacerda
Geraldo Gadelha	João Lacerda
Rodolfo Sartori	Antônio Lacerda
Adriano Bento	Edmundo Lacerda
Yôel Comin	Paulo Lacerda
Anaete Garbelini	Edmundo Lacerda
Olimpio Garbelini	Edmundo Lacerda
Everton Pumacella	Edmundo Lacerda
Contonio Pumacella	Edmundo Lacerda
José Gonçalves	Edmundo Lacerda

REFERÊNCIA DO DOCUMENTO ANEXO

LOPES, João Batista. Relatório emitido à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, em 16 de janeiro de 1964. ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Departamento de Polícia Civil. Divisão de Segurança e Informações. Curitiba-PR: Arquivo Público do Paraná. Pasta do DEOPS (Departamento de Estado de Ordem Pública e Social), documento “Questão de Terras – Areia Branca do Tucum”, n. 03468, fls. 1 a 11.

HOMENAGEM

RAFAEL AZAMBUJA

*Talvez você não se lembre
 O que se deu em Marilena
 Nos idos de sessenta e dois
 Ocorreu a triste cena.

 Naquele 7 de julho
 Com todo seu aparato
 Partiu com sangue nos olhos
 O carrasco José Volpato

 Foi até a residência
 Propriedade de Azambuja
 E disparou contra este
 Cinco tiros a queima bucha

 Sujando ainda mais de sangue
 A cidade ainda menina
 Azambuja ali tombou
 Era o fim de sua sina

 Com ele a prosperidade
 Que estava a florescer
 Morreu também neste dia
 Marilena que crescia
 Parou também de crescer

 A violência gratuita
 Que deixou a terra suja
 Espantou investidores
 Escancarou os horrores,
 A morte de Azambuja.*

(Mateus Brandão de Souza, 2020)



Rafael Veríssimo Azambuja e seu filho
 Alan Veríssimo Azambuja.

Foto cedida por Alan.

EPÍLOGO

Alan Verissimo Azambuja²⁷

Quando nos chegam pela mídia informações sobre processos de colonização da nossa terra, partimos, em geral, do pressuposto de que tudo se resume, basicamente, a conflitos entre grileiros, posseiros, garimpeiros, madeireiros, aventureiros de toda sorte, ou seja, acreditamos que as vítimas são necessariamente gente muito simples. Respaldando essa falsa premissa, nos surpreendemos diante do olhar frio e distante de políticos de ocasião que praticam, ao largo, sobrevoos sobre o tema, sem nunca descer de seus gabinetes para tocar, de fato, o chão da realidade e ali elaborarem apropriadamente as decisões que lhes seriam devidas.

Grande tem sido, governo após governo, o clamor das gentes por oportunidade e garantia de suas próprias terras, o cultivo de suas lavouras, o acesso a pequenas cidades com boas escolas, com professores bem pagos para a educação básica de suas crianças, com assistência à saúde de qualidade e a garantia de instituições de segurança que lhes permitam a plenitude do exercício de seus direitos mais básicos.

Grandes homens e mulheres existiram, existem e ainda existirão na História de nosso país, homens e mulheres que tomaram para si a bandeira da luta por colonizações mais justas e pacíficas. Nosso passado nos revela essas grandes personalidades. Muito acima de questões de direita ou esquerda, uns mais letRADOS, outros menos, tais pessoas foram motivadas por nobres ideais, tendo na raiz das suas metas e ações o semear da prosperidade, a mais inclusiva possível, sobrepondo-se aos seus interesses por obtenção de riqueza pessoal.

Muitos perderam a vida no afã de conquistar seus grandes ideais, vitimados por desumanos que, ao contrário de suas vítimas, colocavam suas ambições gananciosas acima de tudo e ignoravam o valor de uma vida humana. Meu pai foi um destes grandes homens vitimados pela bestialidade de um poderoso e armado grileiro.

Sou muito grato ao professor Maurílio Rompatto, e seus colaboradores (acadêmicos e professores, sobretudo, a professora Adélia Aparecida de Souza Haracenko), pela oportunidade que aqui me concedem de ver meu amado pai figurando em lugar honroso da história do Paraná, e consequentemente, da História de nosso amado Brasil.

Dedico a história do meu pai a todos aqueles jovens de hoje que serão os grandes homens e mulheres que saberão como cuidar bem da nossa terra e da nossa gente. Não tenham medo. O mal existe, mas é muito menor do que a generosidade, a inteligência, a garra e a coragem da nossa brava gente brasileira!

²⁷ Alan Verissimo Azambuja, Tecnólogo e Engenheiro de Som aposentado, residente em Ipanema, Rio de Janeiro-RJ. Contato: alanazambuja2@gmail.com

CAPÍTULO VII

A reforma agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Paraná

Adélia Aparecida de Souza Haracenko¹

*Um pouco da Geo-grafia se fez na realidade do
barro e do pó colorido das estradas
do Noroeste do Paraná.*

Este texto — em sua maior parte — originalmente foi escrito em 2005². Quando recebemos o convite para o publicarmos nessa obra — imprescindível ao Noroeste do Paraná — alimentamos a ideia de reescrivê-lo corrigindo e alterando as imperfeições que são inerentes ao processo formativo, também porque, nesses 15 anos passados, esta região, passou por processos de transformações do seu território e, de construção de novas territorialidades, forjada nas lutas camponesas pelo acesso a terra. Daí essas verificações poderiam ser bem-vindas. Todavia, refletindo melhor e, tentando não permitir que o olhar de hoje traia o olhar de ontem, até porque o texto é debutante e traz em si uma carga geográfica e também histórica daquele contexto em que foi escrito, reedita-

¹ Geógrafa, doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

² Na ocasião, estávamos desenvolvendo nossa pesquisa de doutorado, envolvida nos trabalhos de campo pelo Noroeste do Paraná, fazendo Geografia no contato direto com o pó colorido das estradas e, com os sujeitos transformadores da história dessa região ou desse território — conforme melhor for, o ajuste da lente e do foco conceitual do leitor desse espaço geográfico — os quais por meio de suas histórias nos mostrou a construção de um território em constante transformação. O texto original foi apresentado no III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ocorrido entre os dias 11 e 15 de novembro de 2005 na cidade de Presidente Prudente.

mos — com anuência do organizador da obra — com o mesmo tom de escrita que o fizemos em 2005. Todavia para esta publicação, fizemos alguns ajustes explicativos sobre o conceito de “Polos Regionais” e “Brigadas” no processo organizativo do MST e, também adaptações foram necessárias no tempo verbal. Não obstante, esses ajustes não interferiram no propósito da característica histórica do texto, que é peculiar para a construção do acúmulo de conhecimento sobre a região Noroeste do Paraná.

O objetivo do nosso esforço analítico neste ensaio — escrito naquela conjuntura dos idos de 2005 — recaiu sobre a territorialização dos assentamentos rurais no Noroeste do Paraná como sendo uma nova forma de ocupação, em que esta, além de contribuir para a recriação do campesinato, mudou os ares regionais em termos de espaço ocupado. O trabalho de pesquisa mostrou que posterior a fase de ocupação através da colonização iniciada a partir da década de 1950 no Noroeste do Paraná, em uma fase mais recente, a partir de meados da década de 1980 uma nova forma de ocupação se fez presente nessa região.

Trata-se das ocupações de terras desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vão influenciar diretamente na nova forma de ocupação espacial desta região com o advento da desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos e emissão de posse aos trabalhadores que fazem parte desse Movimento. Diferente da forma de ocupação do espaço geográfico, realizada oficialmente e pelas companhias colonizadoras privadas, em que a terra era loteada e adquirida por pequenos proprietários mediante pagamento, efetivando a colonização, esta nova fase da ocupação no Noroeste está vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, que ao longo da história é realizada pelos camponeses excluídos do seu meio de trabalho, ou seja, da própria terra.

É verídico o fato de que ao longo de nossa história, o latifúndio sempre foi peça importante no moldar-se da formação social brasileira. A luta contra essa forma de propriedade, acentuadamente reacionária e, que é responsável pela efetivação das formas mais perversas de dominação capitalista, também remontam ao longo da história brasileira, não sendo diferente nessa região do Paraná. É vinculada a este contexto social que esta nova forma de ocupação tem no seu bojo uma criação histórica em que os acontecimentos são resultados de um conjunto de causas, e nessas causas estão imbricadas a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses, sendo a principal causa à defesa da vida. O embrião da nova fase de ocupações que ocorreram no Noroeste do Paraná na conjuntura da década de 1980 está diretamente vinculado com a história dos camponeses de oito municípios do Oeste do Paraná, que foram desapossados mediante injustas indenizações das terras que lhes pertenciam e que seriam atingidas pelo alagamento do reservatório da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Toda a mobilização dos desapossados resultou no Movimento Justiça e Terra (MJT), que foi o germe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O vínculo do MJT com o MST se explica porque o primeiro foi, a partir de 1980, o embrião das lutas camponesas organizadas no Paraná. Outros movimentos foram desmembrados do MJT e tiveram sua atuação em várias regiões do Paraná. É do agrupamento e da atuação desses vários movimentos fragmentados

que surgirá o MST, ator principal das atuações e da nova fase de ocupação no Noroeste. O papel do MST foi fundamental na organização da ocupação que se iniciou a partir dos primeiros anos da década de 1980 no Noroeste do Paraná. A partir dessa década as constantes ocupações, os vários conflitos envolvendo fazendeiros, governo do Estado e MST vão “mudar os ares” da região no que se refere à reforma agrária. Os constantes conflitos aliados à violência contra os agricultores foram fatos que contribuíram para que o processo de adiantamento da reforma agrária caminhasse, visto que muitos grupos dos assentamentos já eram excedentes de outras regiões do Estado. A luta pela reforma agrária como uma nova forma de ocupação do espaço geográfico aparece no cenário da região Noroeste do Paraná quando os trabalhadores rurais aliados à conjuntura histórica de luta pela terra no Paraná visualizam nessa região os grandes latifúndios, os quais não cumpriam a função social da terra.

Naquele contexto o espaço-território dos assentamentos no Noroeste do Paraná estava dividido em três polos regionais, sendo eles: Polo de Querência do Norte, Polo de Terra Rica e o Polo de Paranacity. Entretanto, na fala cotidiana de muitos assentados, já se utilizava o termo “Brigadas”, para se referir aos polos. Esses termos estão diretamente ligados ao processo de organicidade do MST, que desde a sua fundação procurou adotar diversas formas de organização em função das necessidades próprias e dos objetivos que pretendia atingir em cada contexto (Giribet Bernat, 2010). Quanto aos chamados “polos regionais”, esses, não eram senão subdivisões estabelecidas dentro das regionais do MST no Paraná, e ficaram como característica marcante principalmente no Noroeste deste Estado. Camilo da Silva, em entrevista, esclarece melhor essa questão:

A coordenação estadual era retirada a partir das representações regionais e o Paraná tinha aproximadamente 12 grandes regionais. Algumas regiões eram compostas por números muito grande de famílias, e, ou grande distância geográfica, por isso, dentro das regionais, passou-se em alguns casos a dividir a organização por polos; mas nem todas as regiões necessitaram ou usaram dessa estrutura ou desse nome, isso é mais do Noroeste mesmo. De forma geral, se enxergavam as regionais, na coordenação estadual se participava por regional e não por polo, mas a região, para participar, poderia distribuir, e era muito conveniente isto, por polo. Por isso toda vez que tu dissesse “Polo” tomei como “Regional”, por entender que a forma que se refere a polo, trata das regionais, apenas absolveu o idílo do Noroeste do Estado. Em resumo, desde que o MST, a partir de 85, começou a crescer em número e precisou de uma organização em instâncias de forma representativa, começaram as regionais, a representação e organização de atividades de educação, formação, finanças, entre outras, passaram a ser organizadas por espaços geográficos regionais (SILVA, 2007).

Ainda em entrevista perguntamos ao nosso interlocutor a partir de quando e por que se iniciou a discussão para que houvesse a troca das regionais pelas brigadas. Em resposta, nosso depoente afirma:

Iniciou-se a discussão porque aos poucos foi se percebendo que a estrutura de representação por regional não atendia às exigências da nova realidade conjuntural e da estratégia do Movimento. Como ampliar a participação e o consequente avanço da consciência com representação por espaço geográfico? (SILVA, 2007).

Também como aponta Giribet Bernat (2010, p.124),

A partir do início da década de 2000, como resultado do acúmulo realizado na segunda metade da década anterior, o Movimento dos Sem Terra inicia a aplicação de uma nova forma de estruturação interna e de intervenção na tomada de decisões locais, regionais, estaduais e nacionais. Esta é conhecida como “Organicidade”, muitas vezes a Organicidade atual é referenciada como “Nova Organicidade”, para diferenciá-la da organicidade existente até então.

Esse contexto de discussão da Nova Organicidade conforme aponta Morissawa (2001) ocorre a partir do 4º Congresso do MST ocorrido entre os dias 7 a 11 de agosto de 2000 em Brasília, em que nas decisões políticas, constavam reafirmações da organização de meados da década anterior e inseridos novos elementos organizativos. Entre esses novos elementos estavam a “constituir brigadas”, cujo objetivo era um maior envolvimento da base na organização do MST, e contendo o papel participativo da mulher nesse processo. Nesse sentido Giribet Bernat (2010, p.144) salienta que:

Dentro dos princípios da Nova Organicidade a “Brigada” é o termo que referencia o agrupamento de um conjunto de, aproximadamente, quinhentas famílias que moram nos acampamentos e assentamentos de uma determinada região. A Brigada acolhe os diversos Núcleos de Base e Brigadas de 50 constituídos no seu raio de ação. O papel da Brigada é central, já que esta supõe a presença efetiva do Movimento dos Sem Terra num determinado território.

É na organização em Brigadas que as decisões coletivas são tomadas e abarcam a opinião de todos os sujeitos e sujeitas nela envolvidos, com isso chamamos atenção para a ideia de que é na Brigada que o território se constitui. Essas discussões da nova organicidade em Brigadas³ começam então a serem implementadas no Noroeste do Paraná no final do ano de 2001. Tratando da Nova Organicidade na Brigada Salvador Allende, Giribet Bernat (2010, p. 177) evidencia que:

A partir do final do ano de 2001 e início de 2002, o conhecido como “polo de Terra Rica” inicia a implementação da Nova Organicidade. Para ajudar nesse processo o “polo de Querência”, que era a principal matriz de referência do conhecido como “miolo”, transferiu alguns militantes para ajudar no processo.

É importante ressaltar também, como aponta o autor acima citado (Giribet Bernat, 2010, p. 135) que “Um dos elementos que resultou definitivo na hora de dar mais fôlego à implementação sobre o território da Nova Organicidade foram os resultados de uma extensa consulta feita à prática totalidade das famílias Sem Terra, ao longo do mês de novembro do ano de 2002”, em um

³ Para entender melhor esse processo da organização do MST, principalmente no Noroeste do Paraná, sugerimos a leitura do excelente trabalho do professor Isaac Giribet Bernat intitulado: Um novo jeito de organizar. A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil) (2010), o qual se encontra disponível na internet para baixar.

tipo de trabalho junto às famílias que ficou conhecido como “Mutirão”. O autor comenta que no Estado do Paraná essa consulta ocorreu entre os dias 10 e 25 de novembro de 2002 e o mesmo teve a oportunidade de acompanhar pessoalmente esse processo de consulta e sua aplicação junto às famílias da área do município de Querência do Norte.

Então no ato da escrita deste texto — 2005 —, inferimos que pegamos um período de transição nas falas dos sujeitos, em relação aos termos organizativos do MST na região, de “Polo” para “Brigada”. A título de registro histórico, o texto permanecerá como foi descrito. Todavia cabe ressaltar que desde o início da década de 2000 que passou a ser denominado de Brigadas⁴.

O POLO REGIONAL DE QUERÊNCIA DO NORTE⁵

A fase da nova ocupação espacial do Noroeste do Paraná através dos assentamentos rurais de reforma agrária, sem dúvida, tem no município de Querência do Norte⁶ o *lócus* de sua precursão. Na conjuntura aqui descrita, aquele polo ou “brigada” possuía 12 projetos de assentamentos divididos entre dois municípios, Querência do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo. Essa divisão ocorreu da seguinte maneira: no município de Querência do Norte ficaram os projetos de assentamentos denominados de: Pontal do Tigre; Chico Mendes; Che Guevara; Margarida Alves (ou 17 de Maio); Luiz Carlos Prestes; Zumbi dos Palmares; Santana (ou Unidos pela Terra) e Antônio Tavares Pereira. No município de Santa Cruz do Monte Castelo os assentamentos: 17 de Abril; Oziel Alves Pereira; Paraná e Teixeirinha.

A gênese da “fase moderna” da ocupação das terras das fazendas pelo MST e que se tornaram assentamentos no município de Querência do Norte está vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, e no município se inicia a partir de 1986, com a ocupação da Fazenda Pontal do Tigre. Parte da população que foi assentada em Querência do Norte era de outros municípios e estas pessoas já tinham uma longa história de acampamentos pelo Estado do Paraná. Muitos grupos eram excedentes dos assentamentos que ocorreram no Sudoeste do Paraná, outros eram pessoas atingidas pela construção da barragem

⁴ O Polo de Querência do Norte constituiu as Brigadas Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi; o Polo de Terra Rica a Salvador Allende e o Polo de Paranacity a Brigada Iraci Salete Strozak. Denominações da organicidade que permanecem na atualidade.

⁵ Importante também lembrar ao leitor que as informações que estão colocadas, nestes subitens dos polos, referente aos dados de assentamentos, vão até o ano de 2005. Neste período de tempo, muito se modificou, a exemplo: o que era antes Projeto de Assentamento, se transformou em Assentamento, aumentando a quantidade de assentamentos por brigada. Vale ressaltar também que os assentamentos, que aqui foram nominados, ainda permanecem na atualidade.

⁶ Para um conhecimento mais aprofundado sobre a colonização, conflitos envolvendo questões fundiárias e sobre as ocupações de terras pelo MST no município de Querência do Norte e no Noroeste do Paraná, aconselho o leitor a dirigir-se ao nosso trabalho anterior, publicado em 2002, portanto, HARACENKO (2002); a dissertação de mestrado de GONÇALVES defendida em 2004 e aos trabalhos de SERRA, especialmente o artigo publicado em 2005.

da Usina de Itaipu, que se deslocaram para o Sudoeste e depois retornaram novamente a Querência (HARACENKO, 2002, p. 141).

À frente de ressaltarmos as ocupações de terras realizadas pelo MST no município de Querência do Norte, procurando explicar todo um conteúdo histórico, convém lembrar que neste município, já no início da década de 1980 foi implantado um “assentamento de boias-frias”⁷. Embora este assentamento, não tendo o MST na sua base e sendo implantado por iniciativa particular, ele já fazia parte da nova ocupação a qual estamos tratando, pois foram as condições de exclusão de trabalhadores rurais no município que levaram a iniciativa privada a realizar o assentamento, condições estas que não diferem das mesmas que levam os trabalhadores que fazem parte do MST, a ocuparem as áreas de latifúndios improdutivos.

Segundo Rosa (1990, p. 88), no ano de 1980, conforme dados do Departamento de Trabalhadores Rurais, em Querência do Norte havia aproximadamente dois mil trabalhadores que tinham como única e escassa fonte de renda o trabalho volante nos grandes arrendamentos de arroz do município. Este número de trabalhadores era a soma dos que habitavam na cidade de Querência do Norte como também no distrito de Icatu, patrimônio localizado próximo da cidade de Querência. Para agravar a situação, com as enchentes do rio Paraná que ocorreram no ano de 1982 e 1983, os trabalhadores que habitavam as ilhas desse rio dirigiram-se para a cidade, aumentando dessa forma, o número de camponeses sem trabalho. Esse grande número de trabalhadores que em Querência do Norte, nesta conjuntura, encontra-se na situação de mão de obra sobrante traz no seu bojo uma consequência histórica que é a expulsão de posseiros das fazendas do município (principalmente da fazenda Pontal do Tigre) e da região, que ocorre a partir da década de 1960 paralelamente ao processo de colonização. Por conseguinte, esta situação de crise social com falta de trabalho para esse contingente de camponeses exigiu do sindicato dos trabalhadores uma atitude, e o levou a pressionar o poder público para que extensas áreas de terras, pertencentes a grandes proprietários ou empresas, que estavam sem uso ou sendo utilizadas de maneira ineficiente, fossem ocupadas com cultivo agrícola e desta maneira dar trabalho a quem não tinha. Remetendo-se a esse assunto Gonçalves (2004) afirma:

No contexto da crise social, coube ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município pressionar as autoridades locais e estaduais no sentido de elaborar projetos que concretamente gerassem postos de trabalho e renda para a ocupação dos trabalhadores, priorizando o trabalho permanente, quebrando assim a sazonalidade do trabalho e o processo de expulsão populacional (GONÇALVES, 2004, p.130).

E desta maneira, sob os auspícios da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte (ADECOM), no ano de 1983, segundo Rosa (1990) é implantado no Noroeste paranaense, o projeto de assentamento de boias-frias.

⁷ O trabalho de Rosa (1999) traz um estudo específico sobre o assentamento de boias-frias no município de Querência do Norte.

Ainda segundo a autora tratava-se de um “projeto piloto” de assentamento, isto porque, neste período da implantação do assentamento, embora houvesse no município grandes áreas com títulos de propriedades duvidosos, a ação prática de ocupações de áreas por sem terras na região, ainda não estava ocorrendo, pois estas só vão se concretizar no município de Querência do Norte após a constituição do MST. Paralelamente a essas negociações de implantação do assentamento de boias-frias em Querência do Norte, os movimentos de luta pela terra já estavam atuando no Oeste e Sudoeste do Paraná e, em 1984 é constituído o MST. Paulatinamente a luta pela reforma agrária no Noroeste do Paraná, neste período está na sua gênese. Segundo Serra (2005) é desse momento em diante que as atenções das lideranças do Movimento dirigem-se ao Noroeste, pois:

Motivos para isso não estavam faltando: o processo histórico da ocupação regional havia transformado esta porção do Noroeste do Paraná em espaço ideal para a reforma agrária que se pretendia desenvolver. Além da exclusão social, que havia se transformado em marca registrada no Extremo Noroeste, dois outros itens serviam como referência, tendo em vista o deslocamento da luta até então concentrada na região Oeste: o domínio quase absoluto do latifúndio, assentado em grandes áreas de pastagens, com baixo ou nenhum índice de aproveitamento econômico e a titulação duvidosa da terra, com destaque para as áreas em poder de grileiros e as áreas “presenteadas” aos correligionários políticos pelo ex-governador Moisés-Lupion (SERRA, 2005).

Para reconhecimento da área (fazenda Pontal do Tigre) que seria num futuro próximo ocupada, o senhor Benedito Gomes (2001)⁸, que naquele momento estava acampado em uma fazenda no município de Ponta Grossa, relata:

Aí quando chegô um certo dia ele falou assim: “olha não tem area arrumada prá vocês, e a única oportunidade que eu tô veno é Querência do Norte”, falava o governo né, porque era o ITCF, o órgão do governo responsável, daí ele disse assim: “vocês se tiverem corage, só que lá tem fazendero e jagunço”, daí a gente falô assim: “nóis que já tamo lascado e sufrido qualquer coisa serve, uma veis que nós vamo prá defendê o nosso direito, desde que nós tenha um aval prá pude í prá lá. E assim viemo oiá, eu vim oiá, eu e mais dois cumpanheiro viemo oiá a área, pelo menos prá vê se tinha água mesmo conforme eles dizia. A área é rica em termo de água né, e aí voltando prá lá a gente comunicô o grupo, falô como era: “ó pelo menos lá a água fácil de fazê um poço, com 2 metro ele já dá água, e uma água boa, limpa, e eu nunca vi um lugar tão plaino como é Querência do Norte, só que tem uma dificuldade, já tem gente agrupada lá, mais a área é bastante grande, cabe nós e mais um pouco ainda” (GOMES, 2001).

Nesse período, um agravante preocupava as lideranças do MST, segundo Serra (2005), pois uma parte da fazenda que iria ser ocupada estava sendo explorada sob a forma de arrendamento pelos pequenos arrendatários, os produtores associados da ADECOM que embora já estando com seus contratos de arrendamento vencidos, permaneciam na área e demandavam o direito de serem assentados. O antecedente histórico de ocupações das famílias vinculadas

⁸ O Sr. Benedito Gomes (Seu Dito), como é conhecido, era assentado no Assentamento Pontal do Tigre. Faz parte de um grupo coletivo de 13 famílias que fundaram a Cooperativa de Produção Agrícola Conquista – Copaco. Concedeu-nos a entrevista no dia 27/05/2001, em sua residência.

ao movimento, que estavam em acampamentos no Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, e que daquele momento em diante iriam ocupar a Fazenda Pontal em Querência é relatado pelo Sr. Benedito Gomes (2001).

Então falano um pouco da história do acampamento, a gente veio de uma região do Oeste do Paraná. Nisso começou uma discussão na região de São Miguel do Iguaçu, entre Medianeira, que já existia o movimento naquele tempo, o nome dele era Mastes, não era MST, daí a gente começou a participar, ai eu fui acampá. Ia tê uma festa de inauguração da praia, e agente acampô numa parte dessa praia. Isso foi em final de 84 começando 85 em São Miguel do Iguaçu com 1100 famílias mais ou menos. Foi numa época ainda em 85, saiu uma área que era o assentamento Sávio em São Miguel do Iguaçu, mais só cabia 56 famílias, aí o restante ficou alí né, esperando a oportunidade que saísse a terra. Num saía terra e o governo num veio negocia, e ia enrolano, virô uma certa altura você tê uma discréncia, aí a Pastoral da Terra dizia que tinha que se aglomerá mais e fazê uma nova tática de luta, que seria começá mesmo ir prá cima das áreas onde que se descobre que tá ilegal. Então foi onde se reuniu primeiro 8 acampamentos, e a gente fez uma grande ocupação na Fazenda Padroeira no município de Matelândia com 880 famílias. Isso deu um grande ridibú no Estado, aí começou saí as arinhas, saiu em Ortiguera, saiu prá Cantagalo, foi se espalhando o pessoal por região. Mas sempre sobrava o pessoal, que nem no nosso caso sobrou ainda 270 famílias, então a gente ficou a peregriná pulando de um lugar para outro, até que nós fomos numa terra que é da União, na Vila 19, nós tinha esperança de ser assentamento nosso, mais é claro que os fazenderos já tava trabaiano, e aí acabô passando pos fazendero. E nós vinhemos prá Ponta Grossa, onde fica uma fazenda chamada Reserva que o governo desapropriô prá fazê um assentamento, aí começemos a negocia, porque num tinha água, num dava estrutura suficiente pra tê as pessoas que tava alí que era demais. Aí chegô um certo ponto, que o governo Álvaro Dias e os Atalla já tinha uma briga com essa terra aqui, daí quando chegô um certo dia já tinha 47 famílias aqui e mais 87 que é Adecom e outro grupo de 30 famílias, mais eles tava segurando o embalo porque eles queria outra coisa que era uma política que tinha no meio, que tinha os grande arrendatário aqui, que prantava arroios né (GOMES, 2001).

Nos acampamentos em que estavam no Oeste e Sudoeste do Paraná, as famílias já passavam pelas dificuldades cotidianas provenientes de um acampamento, mas estas ficaram ainda maiores quando foi decidido que viriam para a Fazenda Pontal do Tigre em Querência, pois a distância a qual se encontravam, a dificuldade financeira e a falta de recursos para o deslocamento foram fatores limitantes, como relata o Senhor Benedito: “Aí tinha que campiá recurso prá vim, porque eles disseram: ‘vocês vão prá lá, mais eu num ajudo com recurso nada, vocês se virem’. Aí a gente foi campiá nas entidades recurso, arrumá um dinhero que dava o ônibus ou caminhão prá pode vim” (GOMES, 2001). Essas famílias eram provenientes de acampamentos dos municípios de Castro, Reserva, Capanema e Amaporã, sendo este último próximo do município de Querência. Sobre a Chegada das famílias à Querência o Sr. Benedito diz: “Daí a gente veio e se instalamos aí, ocupamos a curva aqui na curva da estrada, nesse matinho e fiquemos alí, porque os arrendatários tava cheio de produção, tava cabano de cuiê as lavora” (GOMES, 2001).

Durante o período de acampamento, muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas, complexidades em todos os sentidos: desentendimentos entre os grupos; perseguição, moradia e alimentação. So-

bre o relacionamento das famílias que chegaram à Querência com as que lá já estavam, aquelas associadas à ADECOM, Anghinoni (1998) diz o seguinte:

Eu e mais um grupo de trezentas e poucas pessoas faz 10 anos que estamos aí, nós viemos de regiões diferentes, e se encontramo aqui, e incrível que o nosso grupo, uns vieram através do Álvaro Dias, outros vieram através do Caíto Quintana, outros vieram através de prefeito aqui da região, e nós viemos através da organização, e tinha um grupo que era arrendatário na área, e que no ano que nós chegamos venceu o contrato, e pessoas daqui e o próprio fazendero tavam tirando eles de cima, aí nós falamos “não, pode parar!”. Inclusive nós tivemos muitos conflitos, nós brigamos muito, pegamos muitas vezes a foice prá nós se cortá um com o outro, por quê? Devido idéias, influências, o prefeito dizia isso prá povo “não se junte com esse povo do Movimento, isso aí é bicho”, e a gente se conflitava. Aos poucos a gente foi se conhecendo, e a gente viu que o inimigo não tava entre nós, o inimigo tá lá fora, então nós se junta ou nós se espatifamo, isso foi tempo (ANGHINONI, 1998).

Se a falta do meio pecuniário para o deslocamento até Querência, foi num primeiro instante um fator limitante que contribuiu para aumentar os obstáculos, o que viria depois se tornaria desafio até para a sobrevivência. Gonçalves (2004, p.175) e Serra (2005) listam esses desafios afirmando que primeiramente a área ocupada estava sob a posse dos pequenos arrendatários da Adecom, aqueles do assentamento de boias-frias, que lutavam para se manterem na área, como também dos grandes e médios arrendatários que cultivavam arroz nas extensões de várzeas nas terras da Pontal. Não havendo entendimento entre os acampados e os arrendatários médios e grandes, estes últimos, num total de 235 foram expulsos da área pelos recém-chegados, abandonando suas áreas, nos quais produziam arroz.

Não havia uma homogeneidade entre os grupos. Alguns grupos como era o caso do pessoal vindo dos municípios de Reserva e Castro tinham experiência em mobilizações, pois já haviam participado de militâncias nas ocupações no Oeste do Paraná, o pessoal de Amaporã já possuía experiência transmitida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Outro grupo, como é o caso de Capanema era despreparado e contava com problemas de liderança na organização interna. Essa falta de organização entre os grupos gerou dificuldades iniciais. Outrossim, a presença dos sem terra no município de Querência causou um grande impacto no poder público municipal e regional, porque a área ocupada, travava os interesses do prefeito municipal, dos vereadores e evidentemente dos irmãos Jorge Woney Atalla e Jorge Rudney Atalla que eram proprietários da área. Esse conjunto de opiniões negativas dos que mantinham um poder sobre a área contra os sem terra, influenciou diretamente e negativamente a opinião pública. Eis um depoimento que confirma tal opinião:

A entrada do movimento sem-terra não foi muito bom não, principalmente prá lavoura de arroz, que aqui era a capital do arroz né, então essa 29 que eu falei era toda arrendada pelo povo de Querência do Norte, pelos moradores daqui, então eles tinham arrendamento e plantavam arroz, aqui na época das colheitas de arroz o asfalto aqui era tudo cheio, eles secavam o arroz na rua, no asfalto, e muito dinheiro, nossa! O comércio era uma abundância, no fim os sem-terra vieram, começaram a tomar as terras, invadiram e tirou essas pessoas da terra e muitos foram embora,

então foi um atraso para Querência, eu acho que foi um atraso. Querência do Norte já é o fim da etapa, é a última cidade antes do rio Paraná, ela teve um grande atraso econômico com a invasão dos sem-terra, eu achei que não foi bom não. Eles invadem as terra, invade as casas dos fazendeiros, isso aí é uma calamidade, eles vem na cidade manda fechar o comércio, fecha a prefeitura, fecha banco, se acampam na praça, ficam alí. Agora faz tempo que eles não faz isso, mas no começo era assim, e o povo então no início começou a dar força pra eles, achavam que eles tinham todo o direito, mas agora eles tão abusando também, tão abusando demais. (Entrevista — sem identificação da pessoa — realizada em 19/04/2001, na cidade de Querência do Norte, *apud* HARACENKO, 2002, p.158).

Após encerrado este capítulo que envolve os vários episódios de dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas na Pontal do Tigre, as famílias passaram a esperar e a ficar na expectativa que saísse a desapropriação da área e a emissão de posse. Serra (2005) afirma que “A desapropriação, que desencadearia a emissão, estava na dependência do Judiciário decidir a favor ou contra o pedido de reintegração de posse interposto pelos proprietários”. A justiça foi favorável aos camponeiros. O decreto de desapropriação da fazenda saiu no mês de março de 1995, o auto de emissão de posse em outubro do mesmo ano. A fazenda Pontal do Tigre foi dividida seguindo um critério de agrupamento das pessoas, conforme o grupo de ocupação a que eles pertenciam. Esse grupo, normalmente, levava o nome da localização da região do Paraná de onde vieram. Desta forma, dentro da fazenda existem os lotes do Grupo Reserva, Grupo Adecom, Grupo Capanema, Grupo Castro e Grupo União. A grande extensão da propriedade, agora dos camponeiros, facilitou essa divisão. A forma como os grupos estão divididos no espaço da propriedade é explicada pelo senhor Benedito. “Aí começo a divisão de grupo, aí os Capanema foram na parte de baixo, que é na beira do rio lá em baixo, e nós do Grupo Reserva ficô nesse meio, Castro ficô num outro mais adiante, e Amaporã ficô aqui no começo que entra na área” (GOMES *apud* HARACENKO, 2002, p. 144). A criação do projeto de assentamento Pontal do Tigre ocorreu no dia 19 de dezembro de 1995, legalizando o assentamento e regularizando a situação de famílias que ficaram praticamente 8 anos acampadas e no compasso de espera.

Por iniciarem uma ocupação que teve suas raízes no início da década de 1980 em outros municípios e pelos aprendizados diante das dificuldades na ocupação, compartilhamos da expressão utilizada por Serra (2005), quando o autor diz que os camponeiros da Pontal, “são considerados pioneiros no processo de reforma agrária no Extremo Noroeste do Paraná”. Após estabelecida a demarcação pelo INCRA, a antiga fazenda Pontal do Tigre, possuindo uma área de 8.096,10 hectares, pertencente a duas pessoas, agora metamorfoseada a duras penas pelos camponeiros no Assentamento Pontal do Tigre, dá espaço de moradia e trabalho a 336 famílias.

A ocupação da fazenda Pontal do Tigre, constitui um marco da territorialização do MST e das lutas camponeiras em Querência do Norte e consequentemente no Noroeste do Paraná, porém, não menos importante nesse contexto é a ocupação da Fazenda Porangaba I, localizada neste mesmo município. No ano de 1994, numa fase posterior à ocupação da Pontal, ocorreu a primeira

tentativa de ocupação da fazenda Porangaba I, embora alguns militantes já conhecessem toda a estrutura de organização do MST, essa primeira ocupação não teve êxito, porque era um grupo pequeno de famílias, sendo que a maioria delas não possuía experiência em ocupação. Ocuparam e no mesmo dia foram despejados do local pela polícia. Para adquirir experiência, a única solução foi agrupar-se com mais famílias que já possuíam experiência em ocupação e, então no ano de 1995, esse mesmo grupo, agora maior e organizado, com cerca de 400 famílias, ocupou pela segunda vez a área.

As famílias instalaram acampamento na sede da fazenda, e pelo fato de serem muitas, e segundo depoimento de Edilson Peixoto⁹ o acampamento acabou virando “uma pequena cidade dentro da outra”. Diante da quantidade de pessoas acampadas e da falta de recursos para se manterem, as dificuldades não tardaram a aparecer. As famílias não tinham condições de comprarem lonas e alimentação, diante disso, a saúde principalmente das crianças foi afetada, pelo fato do acampamento estar localizado próximo a um rio, e tendo também o rio Paraná a pouca distância, “tinha aquele mosquito da leishmaniose, tinha bastante, começo dá nas crianças, foi um problema sério mesmo” (PEIXOTO, 2001). Quando ocorreu a ocupação da Porangaba, a fazenda já havia sido desapropriada para fins de reforma agrária pelo governo federal juntamente com outras no município desde o ano de 1985. Sobre o assunto da desapropriação Peixoto (2001) diz:

Quando nós entramos aqui, essa fazenda já tinha sido desapropriada pelo governo federal por improdutividade, ela ficou abandonada muitos anos, sem ninguém pagar imposto, então nós aqui em Querência, que éramos nascidos aqui, nem sabíamos da história dessa fazenda, lá em Brasília já tinham desapropriado a fazenda, e estava aqui a fazenda usando uma coisa que não era mais dela porque o governo já tinha desapropriado. E depois dessa então, apareceu vários outros fatos que tinham desapropriado em Brasília, mas as autoridades do Estado não chegava com esse decreto aqui prá chamá, vamos dizer assim, prá selecioná as famílias prá assentá. Enquanto não foi feita a ocupação pelo MST, não se foi mostrado a verdade.

Durante o período de acampamento na Porangaba, muitas das famílias acampadas estiveram envolvidas em outras ocupações, porque sendo em 400 famílias na fazenda seria praticamente impossível permanecerem todas ali. Por mais bem dividida que fosse, apenas 60 famílias caberiam na fazenda, então os grupos começaram a procurar outras áreas que assim como a Porangaba estavam na mesma situação de irregularidade, então dali saíram grupos que se destinaram para a Fazenda Saudade, em Santa Isabel do Ivaí, grupos que foram para a Fazenda Porangaba II, e grupos que se deslocaram para a fazenda Monte Azul, sendo que estas duas últimas eram em Querência do Norte. Essa saída de Querência a partir de 1995 dos grupos de acampados intensificou as ocupações que ocorreram no Noroeste do Paraná e conforme Serra (2005),

⁹ Edilson Aparecido Pereira Peixoto, conhecido por Peixoto, era assentado no assentamento Chico Mendes, antiga Fazenda Porangaba. Concedeu-nos a entrevista no dia 02/06/2001 em sua residência.

“na mesma proporção vai ser intensificada a reação dos fazendeiros e a violência no campo.” Fato que vai marcar o primeiro grande episódio de violência contra acampados.

Depois de um conflito muito forte que a polícia fez em Santa Isabel do Ivaí, o governo do Estado Jaime Lerner e o secretário Cândido Martins mandou a polícia atirar nuns 50 trabalhadores que estavam acampados na Fazenda Saudade, o próprio secretário de segurança ligou prô comandante, e falou: “atira na perna deles”. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar parte da negociação com o secretário de segurança. Nesse conflito na Fazenda Saudade em Santa Isabel, saiu 17 pessoas feridas a tiro pela polícia militar, depois que o governo estava com aquele monte de ferido, pessoas que ficaram paralisadas, uns perderam a perna, outros perderam o movimento do braço, porque foi atingido a coluna, o governo do Estado naquela época se obrigou a pressionar o governo federal fazer a reforma agrária em Querência, que até então não tinha nenhuma área assentada em Querência, isso foi em novembro de 95. Essa Fazenda Saudade foi desapropriada junto com a Porangaba I aqui, na época, e voltou prá mão do fazendeiro. Devido esse conflito, o governo se obrigou a fazer reforma agrária aqui na região, tinha mais de mil famílias aqui, e não tinha um palmo de terra de assentamento, aí foi quando saiu a emissão de posse aqui da Porangaba I, nem a Pontal do Tigre que já tinha sido ocupada em 84 não tinha saído ainda (PEIXOTO, 2001).

Segundo o entrevistado, esse conflito, gerou uma polêmica em nível nacional em relação a questão da reforma agrária na região, e infelizmente esse episódio contribuiu para o andamento das negociações, visto que entidades de direitos humanos, inclusive internacionais, condenaram a ação do governo do Estado do Paraná, por ter travado uma batalha de policiais armados contra trabalhadores desarmados. Embora as ocupações da Pontal do Tigre e da Porangaba tenham ocorrido em períodos diferentes uma em meados da década de 1980 e outra em 1995 respectivamente, existe um elo que liga essas duas ocupações, “o conflito”. Infelizmente, foi a partir desse conflito, que saiu a imissão de posse para os acampados da fazenda Porangaba a ser transformada no Assentamento Chico Mendes e também a criação do assentamento Pontal do Tigre. O assentamento Chico Mendes foi criado em 18 de dezembro de 1995 e o Pontal do Tigre em 19 de dezembro do mesmo ano.

A partir da ocupação da fazenda Pontal do Tigre precursora das ocupações e, da Porangaba, que no Noroeste se expande as ocupações dos latifúndios improductivos, tais ocupações vão dar a esta região uma nova forma de ocupação espacial através dos assentamentos rurais.

O POLO REGIONAL DE TERRA RICA

O Polo de Terra Rica, em 2005 estava composto por 13 assentamentos, divididos em sete municípios. Esses projetos de assentamentos foram organizados da seguinte maneira: no município de Terra Rica estão os assentamentos nominados de: Santo Antônio das Águas do Corvo I, Nossa Senhora da Penha, Vida Nova, São Paulo e Sétimo Garibaldi. No município de Nova Londrina há o assentamento Brizanta. No município de Marilena os assentamentos

são: Santo Ângelo, Quatro Irmãos e Sebastião Camargo Filho. No município de Mirador há o assentamento Monte Azul. No município de Amaporã o projeto de assentamento é denominado Antônio Conselheiro. No município de Planaltina do Paraná à época havia o projeto de assentamento Sumatra e o pré-assentamento Milton Santos¹⁰. No município de Santa Mônica o assentamento é denominado de Ildo Luiz Perruzzo. Esses assentamentos estão todos vinculados à secretaria do MST, localizada na cidade de Terra Rica. Segundo Paulo de Marck (2005)¹¹ a secretaria:

tem o papel político de centralizar todas as informações e repassá-las para os assentamentos, conta com um grupo de companheiros militantes que se dedicam no dia-a-dia para realizarem estas e outras tarefas. Também contamos com um grupo técnico de quatro companheiros que prestam assistência técnica aos assentados. A secretaria também serve de referência para com toda a sociedade. Também está equipada com estrutura de trabalho, telefone, fax, computador, biblioteca, veículos; dois carros e duas motos.

A história da ocupação das terras dos assentamentos que compõem esse polo, ou essa brigada, como assim preferia chamar os assentados, não difere uma da outra em termos de luta pelo acesso à terra. Grande parte dos trabalhadores assentados, ou eram vindos dos municípios do Sudoeste do Paraná, de onde já tinham certa experiência em acampamentos, ou eram brasiguaias, trabalhadores brasileiros, que foram ao Paraguai à procura de trabalho, não encontrando, retornaram mais pobres do que já estavam, e aderiram ao MST, como é o caso do assentamento Brizanta no município de Nova Londrina em que as famílias assentadas eram todas brasiguaias.

O processo de ocupação das terras, que vai desencadear nos assentamentos de reforma agrária do município de Terra Rica, tem sua marca histórica na ocupação da Fazenda São Joaquim, atual assentamento Sétimo Garibaldi. As famílias que destinaram para Terra Rica já estavam a algum tempo acampadas no município de São Miguel do Iguaçu, eram aproximadamente 450 famílias. Essas famílias, a maioria brasiguaias, diante das várias dificuldades enfrentadas ao longo dos anos de acampamento, já estavam sem expectativas de serem assentadas, muito menos, sem saber qual seria a sua direção dentro do Estado do Paraná para continuarem lutando. Porém certo dia receberam a visita de lideranças da frente de massa do MST do município de Querência do Norte, e segundo o Senhor Olmíro de Conte¹² (2004) disseram: “óia, o destino de vo-

¹⁰ Conforme conversa e, informação extraída no dia 02/08/2020 de Edson Fortunato, assentado em Planaltina do Paraná, ambos, na atualidade, já estão efetivados como Assentamentos.

¹¹ Paulo Espedito de Marck era membro da direção do Polo (da brigada) de Terra Rica, era assentado no assentamento Sétimo Garibaldi no município de Terra Rica. Concedeu-nos a entrevista no dia 1 de junho de 2005 na secretaria do MST em Terra Rica.

¹² O Senhor Olmíro de Conte, fez parte da coordenação das primeiras famílias que vieram de São Miguel do Iguaçu para Terra Rica na ocupação da Fazenda São Joaquim. Na ocasião ele era assentado nesta antiga fazenda, atual assentamento Sétimo Garibaldi. Nos recebeu em sua residência no dia 19/06/2004 onde nos concedeu a entrevista.

cês é lá pá banda de Querência". A partir desse momento muitas negociações foram realizadas entre as famílias acampadas, como por exemplo: quais delas estavam interessadas em sair de São Miguel do Iguaçu e como iriam fazer para se deslocarem. Segundo Gilmar Kieling¹³ (2004): "Aí houve muita polêmica, por causa da região do arenito, a gente não era dessa região desconhecida né, a gente era da terra roxa do Sul lá. Aí, dessas 450 família, teve mais ou menos umas 350, que concordou de vir prá cá. Então a gente veio". Sendo camponezes sem terra, continuaram "seu devir histórico: a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo" (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

Depois de resolvida essa etapa, aproximadamente 320 famílias se deslocaram de São Miguel do Iguaçu com destino a Terra Rica e acamparam na Fazenda São Joaquim no dia 9 de outubro de 1998. Esse mesmo grupo de famílias que a princípio acamparam na fazenda São Joaquim, percebendo a quantidade de pessoas que ali estavam e, que a área não seria suficiente para todas as famílias, sabendo de outras fazendas no município que já estavam desapropriadas para fins de reforma agrária, dividiram-se e ocuparam as fazendas: Santo Antônio das Águas do Corvo, sendo que a fundação do assentamento ocorreu no mesmo ano, em 31/12/1998; Nossa Senhora da Penha, cuja criação do assentamento ocorreu em 31/12/1998; São Paulo, com a efetivação do assentamento também em 31/12/1998 e Santa Lúcia, na qual a criação do assentamento Vida Nova se dá em 25/11/1999: "A primeira área que nós ocupamo foi a que é hoje o assentamento da Sétimo Garibaldi. Aí nós ficamo 8 dias alí, até que o restante do pessoal chegou. Daí nós viemo aqui, prá antiga fazenda Santa Lúcia, hoje assentamento Vida Nova" (KIELING, 2004). As famílias restantes que permaneceram na Fazenda São Joaquim foram despejadas da fazenda no mês de abril de 1999. Após esse despejo, essas famílias foram acolhidas no já então constituído assentamento Água do Corvo.

Uma vez que havia esse contingente de famílias, era necessário prosseguir o caminho na batalha por um "lugar ao sol", então essas famílias peregrinaram para Querência do Norte e ocuparam a Fazenda Rio Novo, ficando lá acampadas por três meses. Como também era muito grande a quantidade de famílias acampadas, esse mesmo grupo retornou para Terra Rica e ocupou a Fazenda Cobrimco, um latifúndio que pertencia ao município de Terra Rica e Guairaçá. Essas famílias entraram na Fazenda Cobrimco no ano de 1999 e foram despejadas novamente no dia 6 de março de 2000. Nesse despejo da fazenda Cobrimco, as famílias não foram poupadadas da violência por parte de aproximadamente 1.200 policiais e, segundo o Sr. Olmiro que sofreu a ação, o episódio aconteceu da seguinte maneira:

¹³ Gilmar Luiz Kieling também veio de São Miguel do Iguaçu para Terra Rica. Ele mais um grupo de pessoas não permaneceram na fazenda São Joaquim, ocupando a fazenda Santa Lúcia, atual assentamento Vida Nova. Ele nos recebeu na sede do assentamento Vida Nova no dia 03/07/2004, onde nos concedeu a entrevista. Nesse período ele era coordenador do assentamento.

Nóis tinha razão de umas 180 familia. Mais eles chegaram e fizeram tipo dum massacre em nós, eles não respeitaram mulheres, num respeitar home, num respeitar criança, soltando bomba e machucaram muita criança. Muita criança machucaram que eu acho que tem até uma fita de vídeo gravado que foi feito uma perícia em Curitiba e não apareceram esses resultados ainda, onde que tem criança machucada que eles machucaram, daí umas parte dessa eles só vê o lado contra os coitados dos sem-terra, mas o lado da sujera deles, eles não vê, comprende? Daí nós saímos, despejaram nós tipo nesse caminhão boiadeiro carregava nossas coisas. Como diz, os sem-terra tem poca coisa memo, era tudo jogado qui nem... de cima dos caminhão, jogado assim... e daí queriam despejá nós lá naquela vila rural que tem em Terra Rica lá, decerto pô dá um conflito assim de miserável contra miserável, entende? E daí foi dado a cara que não e não, eles sortaram nós no ginásio de esporte (CONTE, 2004).

Após esse episódio de despejo as famílias, por não terem onde ficar instalaram-se no ginásio de esporte da cidade de Terra Rica, contra a vontade do poder público. Como a situação estava insustentável para essas famílias a coordenação do MST se reuniu com as pessoas da organização dessas famílias e decidiram novamente ocupar a Fazenda Cobrimco. Conforme relata o Sr. Olmiro:

Sei que em 6 dia que despejaram nós, nós reocupamos ela, e tinha 32, 33 jagunços dentro, e daí deu um tiroteio muito grande, mas os tal de segurança da fazenda, que é tudo jagunço, não aguentaram, tiveram que abrirem e daí fiquemos ali, daí fiquemos mais em março. Dia 4 de dezembro já do ôto ano fumo despejado de novo (CONTE, 2004).

Esse novo despejo, embora houvesse um policiamento em grande quantidade, foi acordado com o comandante que haveria uma saída tranquila, sem violência. Os acampados pediram que não rasgassem suas lonas e que não quebrassem seus objetos. O acordo foi cumprido somente no instante da negociação. Os policiais pegaram essas famílias e rodaram com elas pelos municípios do Noroeste e as “jogaram” no assentamento Brizanta, no município de Nova Londrina. Como as famílias que já estavam assentadas não aceitaram essas famílias despejadas, os policiais trouxeram novamente essas famílias para Terra Rica, esperaram anoitecer e as levaram para o assentamento Água do Corvo.

Quando nós chegamos, tinha um reforço de policiamento ali esperando nós, chegaram, disseram assim “aqui os despejados e os assentados vai tudo pô pau, aqui tudo tem que ficar bonzinho”, e pegava nossos objetos e jogava de cima do caminhão. Foi um companheiro e disse assim “escuta vamos degavar, com mais jeito” o policial falou assim “ocêis são costumado entrar na fazenda e quebrar tudo do fazendero, e agora tão se preocupam com isso aí, jogue, pode jogar tudo de lá” (CONTE, 2004).

As famílias ficaram no assentamento Água do Corvo por aproximadamente dois meses. Após esse período foram para a área de reserva do assentamento São Paulo, um assentamento que fazia divisa com a fazenda Cobrimco, antiga área ocupada. Ficaram na ansiedade da espera que fosse desapropriada alguma área no estado do Paraná, então surgiu uma emissão de posse no município de São Jerônimo da Serra, município localizado no Norte Pioneiro Paranaense, e para lá seguiram 78 famílias. Das famílias que saíram do município de São Miguel do Iguaçu para ocuparem a Fazenda São Joaquim, nesse período muitas

conseguiram fixar-se em outras áreas, dentro do limite municipal ou em outros municípios do estado, porém parte dessas famílias era sempre remanescente, como é o caso das famílias que não se deslocaram para São Jerônimo da Serra e permaneciam na área de reserva do assentamento São Paulo. Após alguns anos de trajetória pelo Noroeste do Paraná, parte das famílias remanescentes da primeira ocupação na fazenda São Joaquim no município de Terra Rica, conseguiu fixar-se nela. O desfecho da história dessa fazenda, para chegar a ser o assentamento Sétimo Garibaldi é relatado pelo Sr. Olmíro:

Isso aqui prá mim é um sonho, coisa que nós nunca esperava, de repente a São Joaquim saiu. Como oceis vê aí, esse acampamento aí é do MST, é uma organização. Ali fora, perto da cidade tem ôta, que é de um tal de MAST, bandera branca, mas eles são iludido pelo prefeito, e de certo o prefeito deu uma assoprada prá eles, pegaro e se acamparo na frente da fazenda aqui, entende? Tinha uns 70 barraco aí, até esse primeiro portão tava trancado com 3 barraco. E daí o nosso povo, como eu fui coordenador veio, antigo, o povo me cobrava muito, dizia “escuta, o que que oceis tão fazeno? Oceis tão de boca aberta, nós vamo perdê, já perdemos a fazenda pô MAST, os cara tão lá de frente”. Eu tinha que inguli a coisa e ficá quieto, comprende? Mas tudo tém as hora certa de chegá, porque nós tava esperano o quê? Tava esperano a emissão de posse pô nós pode entrá sem a emissão de posse compreende? Daí foi um dia e apareceu o Divaldo e ôto cumpanhero, um tal de Lairto, chegô tudo a militância dentro do meu barraco, e eu tava muito pressionado pelo povo. Nós cunversano, daí eu preguntei prá ele “mais Divaldo, me diga uma coisa, eu tô sintino uma pressão grande do povo aqui, e o povo me cobrano fica ruim, o povo tá que tá, tão ansioso, cumé que tá a situação daquela área?” Daí ele falô pra mim “óia a situação daquela área tá o seguiente: tá mesma coisa que uma mulher esperano criança, tá de hora por hora, pode se hoje, pode se amanhã”. Ái eles foro posá num ôto assentamento, quando foi a meia-noite chegô um caminhão boiadeiro de Paranacity. Daí chegô o caminhão e disse assim, “questão de 1 hora teje todo mundo de mochila pronta que nós vamo acupá a São Joaquim, tá na hora, chegô a emissão de posse”. Daí passemos de madrugada em Terra Rica, mais tinha que passá por esses bandera branca ali que tava na frente. E daí veio um da militância, com um golzinho, como diz batendo o carreador. Chegô ali, passemos pelo MAST de madrugada, nenhum viu. Mas tinha que enfrentá aqueles 3 barraco que tava na frente do portão. O caminhão manobrô, e quando viu foi de frente pô portão, sê um cumpanhero ia desembarcá pisava em cima do barraco deles. E daí já o machado pegô na coisa do portão e entremo, entremo e ocupemo e eles ficaro de bobera alí. E aonda que fiquemo aí. Só demorô um poco pâ medi, até que conseguiu medi. Agora cada um que foi feito a avaliação pâ ficá aqui na área tá aí. Cheguemo em 38 familia. Sei dizê que a nossa luta, foi uma luta muito cansada muito sofrida (CONTE, 2004).

O que depreendemos nesse relato, é que embora tenha havido a luta pela terra, houve também a luta pela competitividade dos diferentes grupos de sem terra na ocupação da fazenda São Joaquim, porém o grupo do MST, por ser remanescente da primeira ocupação e, sentindo-se no direito, a qual a própria situação o impunha, pressionava a coordenação para que fosse tomada alguma atitude, ou seja, para que a área não lhes fosse “escapada” novamente e, dessa vez, não por policiais através do despejo, mas pelo outro grupo de sem terras, representado pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), que é um movimento dissidente do MST.

A relação da população de Terra Rica para com os sem terra, foi, num

primeiro instante, de discriminação. A confiança da população para com os assentados foi conquistada ao longo do tempo, através do modo de agir dos trabalhadores. Gilmar Kieling fala sobre esse processo de “conquista”, dos assentados para a mudança de atitude da população de Terra Rica na maneira de encarar a relação de convivência com os assentados. Ele diz:

E uma coisa que eu num posso deixá de falá, foi que quando nós chegamo aqui em Terra Rica, a rejeição nossa foi muito grande. “Nossa!”, o prefeito, o povo da cidade, a gente passava nos mercado da cidade, eles bachava a porta, eles fechava as porta do comércio da cidade, que os ladrão de terra, os invasores estão aí. Então, foi uma luta difícil, prá nós não foi fácil não, nós tocamo de conquistá o povo de Terra Rica, e graças a Deus, hoje nós é reconhecido, “Nossa!”, na cidade, o pessoal fai questão de negocia com a gente, isso que um tempo atrais, quando nós chegamo, bacharam as porta, hoje eles chamam prá gente comprá, prá gente negocia com eles. Então nós mudamo, tipo assim, a sociedade de Terra Rica que naquela época discriminava o povo sem-terra, os ladrão de terra, como eles diziam. Hoje a renda do município, tudo melhorô, a população de Terra Rica, que lembra que até hoje que a gente tem um pouquinho de influência na política, se não fosse os sem-terra tê chegado no município de Terra Rica, já tinha perdido a comarca, por falta de população. A população tava diminuindo demais. Então, naquela época foi difícil, mais hoje graças a Deus, tá bom, posso dizê que eu tô contente daquilo que eu consegui, de todo o nosso pessoal que tá aqui (KIELING, 2004).

O POLO REGIONAL DE PARANACITY

Dentro da área de abrangência dessa pesquisa, ou seja, dos 29 municípios que compõem a região Noroeste do Paraná, microrregião geográfica de Paranavaí, à referida época, estavam somente 3 dos assentamentos que fazem parte do Polo de Paranacity. Esses assentamentos estão distribuídos em três municípios da seguinte maneira. No município de Jardim Olinda há o assentamento Mãe de Deus, fundado em 11/01/1999. No município de São João do Caiuá, existe o assentamento Taperivá que teve o seu ato de criação em 10/11/1999 e no município de Paranacity o assentamento é o Santa Maria, onde há a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), fundada em 10/07/1993.

A história da ocupação das terras das fazendas dos dois primeiros assentamentos, Mãe de Deus e Taperivá não foge a regra das demais ocupações ocorridas no Noroeste, parte das famílias são do Sudoeste do Estado e parte são brasiguaias que se uniram na luta pela terra e ocuparam os latifúndios improdutivos da parte leste do Noroeste do Paraná. João Lopes da Silva¹⁴ relata a ocupação do atual assentamento Mãe de Deus.

Bom, viemo aqui pró Noroeste do Paraná, nós viemo do Paraguai sabe, uma boa parcela veio do Paraguai, se ajuntemo com uma turma do Sul, de perto de Ponta

¹⁴ João Lopes da Silva, conhecido como Pernambuco, era assentado no assentamento Mãe de Deus no município de Jardim Olinda. Concedeu-nos a entrevista sobre o assentamento Mãe de Deus no acampamento Quilombo dos Palmares no dia 27/01/2005. Este acampamento, (no período da entrevista) continha aproximadamente mil famílias acampadas e ficava próximo ao assentamento Mãe de Deus.

Grossa e vem inrolano, de barraco em barraco, acampano. Nóis saímo do Paraguai numas 1.200 famílias, ajuntemo com mais um ôto povo aqui numa cidade por nome de Ibema, tinha mais umas 800 família, aí a gente se dividiu no meio das estrada né, uns foi prá umas parte, ôtros foi prá ôtra. Aí cheguelo aqui no Noroeste do Paraná, aí em Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, fiquemo ali numa ocupação, dalí nós cheguelo aqui no município de Jardim Olinda, em 99 foi quando nós acampano. Ocupemo essa área aí 5 hora da madrugada, cedo né. Entremo prá dentro com umas mil e pocas familia e virô acampamento. Então quando nós cheguelo, essa fazenda ela vivia na mão do latifundiário, era uma fazenda abandonada, uma fazenda de boi né, mais muito matagal, o homem aí não pagava nada da fazenda, ela não era produtiva, ela era improdutiva né. Fiquemo aí, o primeiro ano, nós já fizemo 100 alqueires de terra e começemo a plantá. Com 10 meis de ocupação, saiu a posse da terra pra nós (SILVA, 2005).

A ocupação da fazenda Santa Maria no município de Paranacity, localizada a poucos quilômetros do perímetro urbano, ocorreu com famílias oriundas de municípios do Sudoeste do estado. Algumas dessas famílias já faziam parte da militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. “Na verdade, eu comecei a participar do movimento em 84, a gente já fazia parte do sindicato dos trabalhadores rurais, no município de Capanema lá no Sudoeste do estado, e a gente ajudava a organizá as famílias prá ir prá movimento” (PARCIANELLO, 2005). A antecedência das famílias, antes de chegar a Paranacity é relatada por Solange Parcianello¹⁵ (2005).

Foi uma grande ocupação lá em Inácio Martins, no centro do Paraná né, e lá a gente ficou 2 anos acampados lá. Depois de lá, nós partimos prá uma outra área, lá na região oeste, Lindoeste, a gente ocupou uma área lá, onde criamos uma cooperativa também, ficamos mais 2 anos lá, mais também não caberia todas as famílias dentro do assentamento, quando foi se legalizando, e daí em 92 apareceu essa área.

O MST tomou conhecimento que a referida área, uma fazenda de 98 alqueires, já tinha sido desapropriada pelo INCRA, e já estava com emissão de posse, porém a prefeitura do município havia arrendado a terra para usineiros e, em toda a sua extensão havia plantação de cana-de-açúcar. Então, o movimento fez uma proposta de ocupação para algumas das famílias que tinham interesse em trabalhar coletivamente e no dia 19 de janeiro de 1993 a fazenda Santa Maria foi ocupada. Os detalhes da ocupação é Solange quem relata, ela diz:

No primeiro momento então a gente ocupou com 16 famílias mais apoio do movimento, de várias outras áreas que o pessoal veio nos dar apoio né, e a gente ficou aqui, basicamente 1 ano e 4 meses ainda assim acampada e com todo o processo. Por mais que a área já tava desapropriada e já tinha emissão de posse, mais daí tinha um rolo aqui com as famílias do município, principalmente com o sindicato, alguns vereadores, porque anos atrás tinha-se ocupado essa área né, na berada da estrada, aí teve um acordo entre alguns político prá tirar as família, mandar as família prá casa e daí quando saia a desapropriação voltariam. Só que a desapropriação saiu em

¹⁵ Solange Luiza Parcianello era assentada no assentamento Santa Maria, e fazia parte das primeiras famílias que chegaram em Paranacity para ocupar a atual área do assentamento. Concedeu-nos a entrevista no dia 27/01/2005, na secretaria da COPAVI.

88, nós chegamos em 93, tava cheio de cana ainda. Então, num primeiro momento assim teve uma... vamos dizer, uma discordância de algumas dessas famílias que se revoltaram, porque daí o movimento tinha ocupado né, e daí foi basicamente 1 ano e 4 meses fazendo esses acordos né. Daí primeiro o INCRA veio com uma proposta de assentar 50 famílias, nós achamos inviável, porque hoje a gente tá com 20 família e não é fácil sobreviver em cima de 98 alqueires. Uma porque o solo daqui é pobre, então não aceitamos de maneira alguma, e daí em maio de 94 é que se regularizou como assentamento, com as famílias. E a gente já no período de 93 nós continuamos, mesmo com todo esse negócio mais político, vamos dizer de fica ou não fica a gente foi se organizando, trabalhando. Num primeiro momento nós trabalhava de bôa-fria, prá nossa sobrevivência, mas não deixando de discutir o ponto forte que era o que nós tinha vindo prá cá, que era criar uma cooperativa (PARCIANELLO, 2005).

No ano de 1993, as famílias tentaram negociar com a usina que havia arrendado a fazenda, a retirada da plantação de cana-de-açúcar. Esta plantação deveria ser retirada no período da colheita, ou seja, no mês de maio. A intenção das famílias não era apropriar-se da plantação de cana que pertencia à usina, elas lutavam somente pela terra. Os meses foram passando e o pedido de retirada da plantação não era atendido, como não conseguiram fazer acordo, começaram a atear fogo e a derrubar a plantação. Para esse feito contaram com ajuda de acampados e de assentados do município de Teodoro Sampaio, município este que pertence ao estado de São Paulo, mas que tem certa proximidade de Paranacity. Conforme Solange “a usina, acho que deve ter ganhado muito mais com a indenização”.

Após esse trabalho de derrubada da cana, as famílias começaram a preparar a terra para plantar, concretizando aos poucos o trabalho pelo qual estavam lutando, a cooperativa. No mesmo ano, em 1993, no dia 10 de julho a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), que é o “carro chefe” do assentamento, expressão esta utilizada pelos assentados, foi fundada. Estudando a forma de trabalho coletivo em assentamentos rurais no Noroeste, Serra e Viana (1997, p. 43) referem-se à implantação da COPAVI, afirmando que uma vez implantada a cooperativa, os próprios assentados, sob a coordenação da Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA), elaboraram um estatuto em que nele se estabeleceu as normas pelas quais o assentamento e os assentados seriam regidos. Desse momento em diante foi adotado um sistema de trabalho em que os trabalhadores foram divididos em três setores: o de produção, comercialização e o de administração. Cada um desses setores foi subdividido em subsetores nos quais cada assentado cumpriria sua jornada de trabalho em sistema de rodízio e dando prioridade a sua afinidade para o trabalho escolhido.

Nos primeiros anos as famílias tiveram que dispor da ajuda de outras pessoas, até “criarem força”. As primeiras vacas conseguidas eram para a alimentação infantil, e o restante do leite foi o que proporcionou os primeiros passos da cooperativa, pois a sobra era vendida nas casas e com o dinheiro adquirido as famílias começaram a se manter. Paralela à venda do leite começaram a plantar verduras e, organizar uma horta orgânica, mas o que realmente firmou essas famílias para que houvesse a concretude da cooperativa foi o resultado de 11 alqueires de mandioca que conseguiram plantar no primeiro ano.

Trabalhando de forma coletiva e organizada, as famílias conseguiram apoio da população e do prefeito da cidade, à época o senhor José Bonifácio Moron, e em 1994 o INCRA reconheceu as famílias que ali estavam e o assentamento Santa Maria foi concretizado, e com ele a COPAVI. A primeira razão que conduziu esses camponeses sem terra a dividir a propriedade e optarem por uma forma coletiva de vivência, sem dúvida, é o fato de todos terem um objetivo em comum. Antes de chegarem a Paranacity, eles dividiam o mesmo ideal, que era a luta por uma reforma agrária que mudasse a realidade, viam na forma coletiva que as possibilidades poderiam ser realizadas. Antes mesmo de conseguirem o assentamento e concretizar a cooperativa todos dividiam uma mesma condição de exclusão, eram todos sem terra, ou sem emprego e somente a união, mudaria a realidade de exclusão social a que estavam submetidos.

No ano de 2005 o assentamento possuía 20 famílias trabalhando coletivamente. Dessas 20 famílias, 11 estavam desde o princípio, o restante, não se adaptaram ao trabalho coletivo. Então, preencheram seus lugares outras famílias de outros assentamentos e até mesmo de operários. Discorrendo sobre o trabalho coletivo na cooperativa Solange (2005) afirma que o momento mais difícil do trabalho coletivo é aquele em que a pessoa tem que mudar a maneira de ser e consequentemente mudar de atitude. O indivíduo vem de uma sociedade que o educa para pensar “no meu” e no trabalho coletivo esse indivíduo vai mudar a maneira de pensar, não mais pensando “no meu” e sim “no nosso”. Essa fase de mudança, na maioria dos casos, radical de pensamento é o que torna, num primeiro instante o trabalho coletivo mais difícil. Mas falando das vantagens de um trabalho coletivo, Solange (2005) afirma:

mas por outro lado, a gente vê as vantagem que nós temo né, de trabalhar numa forma cooperada em relação a maioria dos assentamento que trabalha individual. Quando nós chegamos aqui, uma, que a área era cheia de cana, não tinha uma árvore plantada, não tinha uma cerca, não tinha uma casa, não tinha nada né e 12 anos a gente tá aí com um grande patrimônio, que conseguimos por nós só organizado. Se a gente fosse só individual, com certeza nós, muitas famílias tinha desistido daqui, porque não tinha sobrevivido em cima desse solo. E tem um outro lado que gente tem uma vantage muito maior que é o social. Quando se trabalha dentro de um grupo coletivo, você tem uma participação social muito maior, tanto das mulheres, quanto das crianças, nós mulheres aqui na COPAVI a gente têm a mesma participação que os homens, que os individual é os homem que decide sobre a produção, é os homens que decide sobre os projeto, é os homens que vão, que compra e vende, e nós não. Nós temos mulheres na direção, nós temos mulheres no setor de produção que tem a mesma opinião, a mesma capacidade, a mesma formação né, então isso só nós é muito importante, e prás crianças também, eles crescem no meio de uma comunidade que tem uma visão muito maior, mais ampla, tanto na linha de formação política, quanto no desempenho do trabalho também.

Detalhe importante para ser destacado é a forma que as refeições eram realizadas na COPAVI. Eram três refeições diárias, duas delas, o café da manhã e o almoço eram realizadas no refeitório comunitário, e o jantar “que segundo normas internas, deve ser feito em família, cada um recebe uma cesta básica com produtos cultivados no próprio assentamento, incluindo verduras, frutas,

legumes, carnes e leite" (SERRA e VIANA, 1997, p. 43). A infraestrutura da COPAVI¹⁶, naquela conjuntura era composta por "um grande patrimônio" como assim, se referiam os assentados: Existia uma agrovila, onde habitavam os assentados, em que a maioria das casas era de alvenaria e possuía vários eletrodomésticos, o que proporcionava uma boa qualidade de vida. A secretaria da COPAVI era equipada com telefone, fax, computadores permitindo uma rápida comunicação. Havia também o refeitório coletivo.

No que se refere à produção de gêneros alimentícios havia uma horta orgânica bem estruturada e com sistema de irrigação; uma estufa para a produção de mudas de legumes e verduras, uma área destinada à criação de gado leiteiro, que incluía uma ordenhadeira mecânica; uma área destinada à criação de aves e de suínos, e também uma área destinada à plantação de cana-de-açúcar.

Essas matérias de base vegetal e animal eram transformadas em produtos alimentícios na própria cooperativa, que levam a marca da COPAVI, pois esta dispunha de abatedouro de aves; usina de derivados de leite e respectivo empacotamento; um secador de frutas que as transforma em passas; uma cozinha equipada para a produção de doces, pães e bolachas e também uma cachaçaria. Dentro os vários produtos da Copavi havia: leite pasteurizado, integral, fondant de leite, iogurtes, queijos, açúcar mascavo, rapadura, melado de cana, cachaça, banana passa, geleias, doces, hortaliças, frutas e panificados. Todos esses produtos eram comercializados na própria COPAVI, nas feiras de produtores que ocorriam na cidade de Paranacity e a cachaça (no período da pesquisa) já estava sendo preparada para ser exportada e ganhar o comércio internacional.

As crianças da COPAVI estudavam em uma escola na cidade de Paranacity. O motivo das crianças estudarem na cidade era dois: primeiro, pelo fato de serem em poucas famílias o assentamento não conseguia disponibilizar uma escola dentro do assentamento e segundo o fato de ser próxima à cidade facilitava a educação formal das crianças. Embora as crianças estudassem na escola da cidade, havia uma preocupação por parte das famílias da COPAVI que essas crianças tivessem uma maneira diferente de pensar a realidade, ou seja, a mesma ideologia de seus pais, uma ideologia de transformação social, para isso existia uma pessoa do assentamento que acompanhava essas crianças, três vezes por semana no período da tarde. Essa pessoa, tinha como finalidade oferecer às crianças um reforço educacional nas tarefas escolares e também passar às crianças um pouco da ideologia da COPAVI, principalmente no que se refere à questão de preservação do ambiente pois:

A gente tem desde o início uma visão diferente, nós temo que trabalhá diferente, não só na forma de organização, mais de defendê a questão ecológica né, e a gente vem trabalhando prá isso, e agora nós estamos com o processo totalmente voltado

¹⁶ Ao nos referirmos a Copavi, relatamos o que tínhamos visto em 2005, por isso o verbo foi para o tempo pretérito. Todavia a forma de organização do trabalho das famílias da Copavi continua a mesma e nesses 15 anos passados a infraestrutura das famílias melhorou ao longo dos anos. A cooperativa ganhou uma notoriedade nacional e internacional e, igualmente os produtos ali fabricados são conhecidos tanto em nível regional quanto nacional.

prá área ser totalmente ecológica, e com isso a gente trabalha no dia a dia com as crianças. Eles tão envolvido em algumas atividade junto com nós, principalmente quando é plantá árvore, a gente leva crianças de 7, 8 anos junto prá eles tá percebendo, e a gente tenta envolvê eles na questão do lixo, de ensiná a separação do lixo. A importância de tudo isso a gente tem trabalhado com as crianças, prá eles crescê com essa visão né (PARCIANELLO, 2005).

A Copavi representando na pessoa jurídica os ideais das pessoas físicas que habitam o assentamento Santa Maria, tem como preceito ser: socialmente justa, ecologicamente ética e economicamente viável. Segundo a Copavi (2005), para ser socialmente justa seus princípios são:

- Praticar a solidariedade e agir contra qualquer injustiça, agressão e exploração contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
- Cuidado com as pessoas e com o meio ambiente está sempre presente no dia-a-dia da COPAVI, garantindo a equidade entre gênero, geração e etnia.
- A participação social e igualitária nas decisões da cooperativa é a garantia da unidade e dos princípios da organização.
- Homens e mulheres, mulheres e homens, construindo uma nova realidade de divisão social do trabalho, baseado na igualdade de direitos e no respeito das diferenças.

Para ser uma cooperativa ecologicamente ética, seus princípios são baseados nos seguintes itens:

- Desenvolvendo ações de preservação e recuperação da terra e dos seres vivos, demonstramos nossa subordinação à terra conquistada e as gerações futuras.
- Na produção agroecológica contribuímos com as pessoas proporcionando um alimento mais rico e mais saudável, e com a natureza através de práticas agrícolas sustentáveis.
- Com a compreensão de que a água é um bem não renovável e indispensável à vida, buscamos a sua proteção e seu uso racional.
- Preservar as matas existentes e reflorestar novas áreas, além de tratar adequadamente o lixo, deve ser uma prática inerente a quem quer contribuir para melhor qualidade de vida dos seres vivos.

E por fim, para ser economicamente viável, transforma as ações em princípios, sendo eles:

- A prática da justiça social, refletindo nas atividades econômicas da Copavi. Produzindo e comercializando com respeito à comunidade, a Copavi trabalha com sensibilidade ao praticar a venda direta aos consumidores, proporcionando laços de confiança entre a cooperativa e a sociedade.
- Na nossa concepção, economicamente viável não é somente medido através da remuneração individual do trabalho, mas, mede-se através de um conjunto de garantias econômicas, sociais e políticas que possibilitam a qualidade de vida das famílias.
- Trabalhando com dignidade, construindo o próprio caminho, sem exploradores nem explorados.

Diante do que conseguimos visualizar de uma prática de vida que contraria a vivência dentro de um modo capitalista de produção, os assentados do assentamento Santa Maria dizem:

Além de produzirmos alimento para o corpo, também proporcionamos alimento

para a esperança, pois possibilitamos aos nossos visitantes e a comunidade local uma experiência diferente de vivência e de participação social. Bem como de uma nova forma de organização e relação do trabalho e de um novo jeito de produzir em equilíbrio com a natureza. Elevando a cooperação muito acima da competição, demonstramos na prática que um outro mundo é possível (COPAVI, 2005).

Por esta forma de trabalho, visando o desenvolvimento social aliado a uma constante preocupação da sustentabilidade do ambiente em que vivem, fugindo dos modismos dos discursos de preservação ambiental e trabalhando na prática para preservação desse ambiente a Copavi foi, no ano de 2000, contemplada com o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica, concedido pela Associação dos Engenheiros da Catalunha na Espanha.

Essa nova ocupação espacial do Noroeste do Paraná, através dos resultados obtidos com sua organização tem feito a população regional mudar a opinião contrária em relação ao MST, esse depoimento confirma tal afirmação.

O comércio ganhou muito com os sem terras, o comércio, não adianta querer dizer que não, porque é uma realidade, o comércio ganhou muito. Porque os sem terras que são organizados, eles produzem, eles construíram as casas, têm casinhas lindíssimas, com parabólica, com luz elétrica, água, a horta, o jardim e o pomar (SOUZA, 2001).

A nova ocupação do Noroeste do Paraná através da sua organização, até o ano de 2005, conseguiu concretizar, afora os acampamentos, 28 assentamentos de reforma agrária, distribuídos por 12 municípios. Esses assentamentos, segundo dados apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2004, ocupam uma área total de 33.838,94 hectares dando condições de trabalho a 1.311 famílias camponesas, concretizando desta maneira uma nova territorialidade camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando procuramos compreender o processo de reforma agrária como uma nova forma de ocupação do espaço agrário do Noroeste do Estado do Paraná, é necessário observarmos que as mudanças no processo de transformação e organização do território não podem ser compreendidas se as identificarmos como determinadas apenas pelo fluxo da história como elemento primordial. Ao contrário, nesse fluxo da história as ações humanas aparecem como se ditassem as regras que impõem o curso da história, ou melhor, como se realizassem um diálogo vivo com o percurso histórico, e assim impõem um novo ritmo no processo de organização dos territórios.

Destarte, ao delinearmos aqui uma compreensão de território que passou e passa por transformações organizacionais ao longo do tempo, não bastaria apontá-las, foi necessário compreender em que medida se deu a articulação dessas transformações com seus atores sociais no período histórico marcado na pesquisa. Isto nos força a uma reflexão, na qual as relações de uso e poder no espaço influem, de certa maneira, em como serão estabelecidas as novas

formas de apropriação, portanto, em como serão as novas territorialidades ou as novas relações de uso desse território. Assim transitar pela porção geográfica do Noroeste do Paraná, tomando as palavras de Paulino (2003, p. 411), “é deparar-se com uma diversidade instigante, cuja riqueza de detalhes sugere que a trama de relações não se esgota nos limites das propriedades individuais, nem tampouco no sentido econômico da atividade, mas em uma ordenação espacial derivada de lógicas opostas”.

Por conseguinte é no “Movimento” em que procuramos captar a dinâmica da transformação territorial do período descrito. A utilização das fontes orais na compreensão do processo de ocupação regional pelo MST, para nós se revelou um instrumento precioso, pois retiramos da história vivida pelo camponês a transformação do território nesse período. O trabalho de entrevistar, de ir às fontes e colher o que haviam vivenciado e, as vezes presenciado também os fatos, tornou-se imperioso no sentido de captar a veracidade da história, evidentemente, carregada com suas subjetividades, o que, não obstante, não diminui sua importância no processo histórico. O que realmente teve importância foi o fato de os camponeses serem — não por meio de órgãos oficiais, mas por eles mesmos — representantes da transformação do território. Dito de outra maneira, a transformação territorial saiu dos seus atos e chegou até nós através de suas bocas, nas entrevistas a nós concedidas. Isso nesta pesquisa foi fundamental, principalmente pelo fato de as entrevistas não somente narrarem a transformação do território contida nas delimitações dos municípios, mas também apresentarem características que abrangem um nível regional, o que ressalta sobremaneira a importância da escolha das fontes orais. Foi através das histórias narradas que tomamos conhecimento dos conflitos envolvendo a propriedade da terra no Noroeste do Paraná. Isso faz cair por terra o véu da falsidade de a colonização no Norte do Paraná ter ocorrido de forma pacífica. A violência sempre esteve rondando os camponeses pobres, principalmente aqueles que migravam em busca de permanecer na terra de trabalho, aquela da qual, mediante o trabalho familiar, retiram sua sobrevivência.

Esses fatos de violência e de expropriação dos camponeses que vinham ocorrendo desde o período da colonização, atrelados aos que já ocorriam em nível de Estado no Paraná no decorrer do tempo histórico, permaneceram no Noroeste do Paraná como uma pequena chama de resistência camponesa contra os latifúndios. Essa pequena chama que insistia em permanecer ali, já em meados da década de 1980 juntou-se às demais chamas que estavam bem acesas em todo o Estado, e o que se tem é a junção e a luta dos movimentos sociais em busca de seus direitos e do retorno à terra da qual tinham sido expulsos, como aclaramos no corpo do trabalho.

Efrentando resistências e adversidades, essa pressão que fazem os movimentos sociais de luta pela terra seguiu adiante na busca do objetivo maior, que é a conquista da terra, haja vista que a luta pela reforma agrária tornou-se visível no cenário político brasileiro a partir do momento em que os trabalhadores rurais colocaram em primeiro plano a luta pela terra. Conforme assevera Fernandes ([2001?], p. 1), “No processo histórico de desenvolvimento do capi-

talismo no Brasil estas lutas renasceram, nas últimas décadas, irrompendo na realidade com a construção de novas formas de organização social no campo das conflitualidades, e se desenvolveram nos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra”.

A participação atuante da população camponesa, organizada no movimento social MST, demonstrou, nesta região, que sempre esteve atenta para reivindicar os seus direitos, mesmo que para isso tivesse que enfrentar a luta travada contra a violência do poder hegemônico que ali impera. O que vimos nesta fração do território paranaense foi, a transformação de grandes áreas de pastagens em pequenas unidades produtivas camponesas, onde a melhoria da qualidade de vida das famílias, que no passado foram expropriadas, demonstra que a nova territorialidade, surgida mediante a conquista do território, terá sempre como peso maior a contribuição ao campesinato brasileiro e que “A nós geógrafos cabe uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

REFERÊNCIAS

- ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em novembro de 1998]. 1998.
- ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em 16 de março de 2002]. 2002.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 34. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- CONTE, Olmiro. [Entrevista concedida em 19 de junho de 2004]. 2004.
- COPAVI. *Copavi, socialmente justa, ecologicamente ética, economicamente viável*. Material de divulgação impresso. Paranacity, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNADES, Bernardo Mançano. *MST formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Ed.). *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*. Presidente Prudente: Unesp, [2001?]. Série Estudos, 2001?.
- GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. 2. ed. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.
- GIRIBET BERNAT, Isaac. *Um novo jeito de organizar. A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)*. 2010. 292f. Tese (Doutorado) – Universidade de Lleida, Lleida, 2010.
- GOMES, Benedito. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2001]. 2001.
- GOMES, Horieste. *Reflexões sobre teoria e crítica em geografia*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- GONÇALVES, Sérgio. *O MST em Querência do Norte – PR: da luta pela terra à luta na terra*. 2004. 338 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. *Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense*. Maringá: Massoni, 2002.

- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. *O processo de transformação do território no Noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas*. 2007. 626f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- INCRA. Cascavel, 2004. Material coletado, em disquete, em viagem ao INCRA, na cidade de Cascavel no dia 11-6-2004.
- KIELING, Gilmar Luiz. [Entrevista concedida em 3 de julho de 2004]. 2004.
- MARCK, Paulo Espedito de. [Entrevista concedida em 1 de junho de 2005]. 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). (Re) introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996b.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: *Estudos Avançados*. 2001, vol. 15, n. 43. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015%20
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- PARCIANELLO, Solange Luiza. [Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2005]. 2005.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná*. 2003. 430 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- PEIXOTO, Edilsom Aparecido Pereira. [Entrevista concedida em 2 de junho de 2001]. 2001.
- ROSA, Maria Cristina. *Semeando os fios (re)colhendo a trama: estudo da produção de algodão no assentamento de boias frias de Querência do Norte, 1983-1988*. 1990. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SERRA, Elpídio. Extremo Noroeste do Paraná: dos conflitos pela posse da terra aos conflitos pela reforma agrária. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. Anais, CD... São Paulo. 2005.
- SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de geografia*, Maringá, ano 10, n. 1, p. 61-93, 1992.
- SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 361f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.
- SERRA, Elpídio; VIANA, Gessilda. A Reforma Agrária no Noroeste do Paraná e o Assentamento de Paranacity. *Boletim de Geografia*, Maringá, ano 15, n. 1, p. 41-45, 1997.
- SILVA, Camilo da. [Entrevista concedida em 9 de janeiro de 2007]. 2007.
- SILVA, João Lopes da. [Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2005]. 2005.
- SOUZA, Lourdes Maria de. [Entrevista concedida em 20 de abril de 2001]. 2001.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

CAPÍTULO VIII

Paranacity: avanços e recuos na proposta de cooperativismo da Copavi¹

Fábio Luiz Zeneratti²

Aluta pela terra não pode ser entendida exclusivamente pelas ações desenvolvidas pelos camponeses para conquistá-la, mas como fruto da luta cotidiana para manter-se nela. Aos que conquistaram a sonhada terra de trabalho o desafio é, senão maior, este também.

Sendo assim, os camponeses assentados têm adotado estratégias de fortalecimento e resistência para produzir e viver, entre as quais os assentamentos coletivos, um dos quais se constitui no recorte empírico deste trabalho. A Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) foi o modelo instituído para organizar a produção e a vida social dos camponeses do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria localizado no município de Paranacity, mesorregião Noroeste do estado do Paraná, e recebeu o nome de Cooperativa de Produção Agropecuária Vítória (COPAVI).

A área de 252 hectares, que hoje pertence ao assentamento, foi desapropriada em 1988 por ser considerada improdutiva e ocupada no dia 19 de janeiro de 1993, por camponeses organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Participaram desta ocupação 25 famílias, oriundas basicamente das regiões Oeste e Sudoeste do estado Paraná.

Neste caso de luta pela terra os camponeses obtiveram êxito, em julho de 1993 foi criado o assentamento, inicialmente composto por 16 famílias. Este período foi marcado por muitas reflexões sobre o tipo de assentamento a ser implantado no local. A questão era optar entre o coletivo ou individual, sendo,

¹ Este capítulo foi originalmente publicado, como artigo científico, na Revista Geografia em Atos (Online), v. 1, p. 88-106, 2013.

² Graduado em Geografia (UEM); Especialista em Gestão Ambiental (FAFIPA); Mestre e Doutor em Geografia (UEL). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul, Paraná..

o primeiro, caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra, e, no segundo caso, na propriedade dividida entre as famílias, cada uma recebendo um lote.

O posicionamento ideológico do Movimento foi decisivo na escolha pela formação da cooperativa-coletiva, sobretudo porque neste período estavam latentes os debates sobre produção coletiva nos assentamentos. Debates que tomaram corpo ainda no início da década de 1990, antes disso, as relações comunitárias eram menos elaboradas, como os mutirões e as trocas de dias serviços.

O Movimento que, neste período, sofria forte repressão por parte do governo federal, passou a se preocupar com a organização interna. E os assentamentos seriam peças fundamentais na construção da resistência dos trabalhadores, como destacou Fabrini (2003).

O modelo de CPA implantado pelo MST recebeu fortes influências dos exemplos de cooperativas cubanas. Segundo Fabrini e Marcos (2010), em Cuba as CPAs se constituem numa proposta significativa para elevar os padrões técnicos, econômicos e políticos da agricultura camponesa, se aproximando mais do socialismo. Embora no Brasil tenham servido de referência para o MST na elaboração da proposta coletiva, não se tratou de uma simples transferência, foi necessário adequá-las à realidade brasileira substancialmente distinta da cubana.

Ao se fomentar a cooperação agrícola se buscava, além da sobrevivência socioeconômica dos assentados, o fortalecimento da luta pela reforma agrária, pois desde o princípio assumiu-se que a simples destinação de um lote não poderia significar a ruptura com a identidade “sem terra” e o conteúdo político a ela inerente.

A partir desta compreensão, os assentamentos deixaram de ser o fim da caminhada e passaram a ser o início de um novo processo. Como destacou Fernandes (1996, p. 241), “entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra”. Diante disso, eles passam a desempenhar o papel de retaguarda e alicerce para o Movimento continuar se territorializando.

No caso da COPAVI contribuiu ainda para a opção pelo coletivo a degradação do solo na área do assentamento, que além de sua fragilidade natural por ser arenoso, estava muito empobrecido pelo cultivo sucessivo da cana de açúcar, desenvolvida como estratégia de ocultamento da improdutividade, ou seja, o fazendeiro em vias de perda da propriedade a arrendou a uma usina sucroalcooleira da região, estratégia que fracassou.

Atualmente o quadro social da COPAVI está composto por 22 famílias (66 pessoas), todas elas divididas pelos setores de produção. No total são sete setores, cada um responsável por uma determinada atividade. O setor de moradia envolve as casas da agrovila, o setor de cozinha faz as refeições diárias, o setor de padaria produz pães e outros produtos, o setor de laticínio envolve todo o processo leiteiro, o setor de horta produz diversos alimentos, o setor canavieiro é responsável pelo cultivo e processamento dos derivados da cana de açúcar, por fim, o setor de comércio que faz a venda da produção.

A agrovila está organizada em duas ruas sem pavimentação asfáltica, mas em bom estado de uso, sem buracos ou danos que dificultem o tráfego. As

moradias são quase todas de alvenaria, apenas uma é de madeira, a área média construída de cada casa é de 90 m². Todas têm água encanada (poço artesiano) e energia elétrica.

Do total de casas, apenas três estão em condições precárias, apresentando rachaduras nas paredes, telhado danificado e estrutura comprometida, das quais duas ainda estão habitadas, mas segundo informações de campo, em breve serão desativadas, pois está em fase de construção duas novas casas para abrigar as famílias que ali residem.

É relevante destacar, além do padrão estrutural das casas, o conjunto de elementos que compõem a agrovila, pois é notório o quanto ela é arborizada, tranquila, quintais amplos e floridos.

Porém, a COPAVI é mais que a forma e a estrutura, sua riqueza está na dinâmica socioespacial, nas relações estabelecidas entre os sujeitos que ali residem e o seu território. Partindo deste ponto tentamos compreende-la a partir de suas contradições.

A composição social da cooperativa é heterogênea, a partir dos levantamentos de campo, foi possível identificar sujeitos sociais oriundos de classes sociais distintas, o que implica em maneiras também distintas de se relacionar com o trabalho. Ademais, a COPAVI ocupa uma posição dúbia entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de trabalho e vida, o que têm contribuído para elevar o índice de rotatividade das famílias assentadas, afinal, desde a criação já passaram pela cooperativa cerca de 40 famílias.

A sutileza da dinâmica socioespacial desta fração do território exigiu atenção quando da realização dos trabalhos de campo: os dados empíricos que subsidiaram as análises foram obtidos por meio de entrevistas com os assentados, tendo sido entrevistados o coordenador geral da cooperativa e mais 13 famílias. Essa fase da pesquisa foi favorecida pela receptividade dos cooperados, que demonstraram irrestrita prontidão para colaborar com a pesquisa.

Embora os assentados tenham dado expressa autorização para publicação de seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no semianônimo, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos. Eis a razão pela qual utiliza-se apenas as iniciais dos nomes para identificar a origem das falas transcritas.

OS SUJEITOS DA COPAVI: CONTRADIÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A RESISTÊNCIA DO ASSENTAMENTO COLETIVO

Para se tornar sócio/assentado da COPAVI o principal critério para adesão é se identificar com a proposta coletiva. Ao contrário do que se imagina, não é determinante o fato da família ter trabalhado no campo ou mesmo ser integrante do MST, como expressa o Estatuto da Cooperativa.

Art. 6º. Poderá ingressar na cooperativa toda pessoa acima de 18 anos, que resida na área de atuação, e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa. O número de associados não terá um limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 pessoas físicas (COPAVI, 2009).

O Estatuto impõe a obrigatoriedade de comprovar possibilidades de contribuir com o projeto, tal exigência será aferida durante um período de quatro meses de experiência, após o qual haverá uma avaliação em assembleia. Havendo decisão favorável à família poderá se associar e morar definitivamente no assentamento.

A seleção pode acontecer de duas maneiras, por meio de convite da cooperativa ou pelo interesse da própria família, nos dois casos os trâmites para a adesão são os mesmos. O único valor cobrado para se associar é a cota capital de R\$135,00.

A adesão e a permanência não são obrigatorias, qualquer família pode se desligar a qualquer momento, sendo reembolsada do valor da cota capital e de possíveis investimentos realizados nas moradias ou afins.

As famílias assentadas na COPAVI atualmente são oriundas de diversas regiões do estado do Paraná e Santa Catarina, sendo necessário destacar que houve uma rotatividade grande na cooperativa, como relata um dos assentados, “durante os 18 anos de existência passaram pela COPAVI cerca de 40 famílias” (entrevistado Sr. I.), tanto que das 16 inicialmente assentadas restam apenas 06.

As consequências da saída dos cooperados se manifestam, de imediato, na produção, que ao perder mão de obra especializada na atividade sofre desestruturações passageiras, que tendem a ser superadas com o ingresso da família substituta, o que não quer dizer que não haja prejuízo às atividades a cada episódio dessa natureza. Por isso, os critérios de adesão não são rígidos, até porque aos que chegam há dificuldades de adaptação ao campo, quando se trata de famílias provenientes do urbano, ao modelo coletivo e até de relacionamento interpessoal.

Para o coordenador da COPAVI a maior dificuldade é justamente a desistência das famílias, motivada pela dificuldade de adaptação ao coletivo, “porque aqui tudo é nosso, mas a tendência é de sobressair o eu sobre o nós”.

Por outro lado, esta dinâmica se mistura com diferentes trajetórias de vida: a COPAVI congregou no mesmo local sujeitos de origens e modos de vida distintos — muitos passaram, alguns se fixaram, outros ainda não se adaptaram. Este emaranhado de relações pode ser compreendido a partir das histórias de vida.

Por isso, buscamos entender a posição social destes assentados, seus projetos e dificuldades, que desembocam numa realidade marcada por encontros e desencontros, expressa, sobretudo na decisão de permanecer ou de deixar a cooperativa.

Na COPAVI, tanto quanto em praticamente todos os assentamentos no Brasil, sua instalação e consolidação é fruto da luta dos trabalhadores pela terra de trabalho, sendo esse o elemento que abre possibilidades para a territorialização camponesa. A Família do Sr. I., por exemplo, foi construída no seio da luta pela terra, em 1984 se casou e no ano seguinte deixou a propriedade de 12 hectares do pai na cidade de Capanema-PR para acampar. Segundo ele os motivos que o levaram a entrar na luta foram a impossibilidade de ficar com os pais devido o reduzido tamanho da propriedade, os convites do MST para participar de ocupações de terra e o trabalho feito pelo Movimento no sentido de “mostrar

a realidade dos latifúndios do país". Antes de chegar à COPAVI em 1993 passou por acampamentos nos municípios paranaenses de Marmeleiro e Chopinzinho.

Esta dificuldade de se reproduzir como camponês está diretamente ligada à estrutura concentrada da propriedade da terra, que segundo os dados do último censo agropecuário realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 47,86% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de apenas 2,36% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000 hectares ocupam uma área de 44,42% do total, mesmo representando apenas 0,91% dos estabelecimentos.

Ademais, como se não bastasse esta estrutura fundiária concentracionista, no Brasil a terra assume caráter de mercadoria escassa, mesmo que artificialmente, devido a mecanismos que favorecem a posse para especulação e reserva patrimonial.

O cerceamento ao seu acesso atua no sentido de desequilibrar a relação oferta-procura, ocasionando uma valorização que a torna [terra] inacessível à maior parte dos trabalhadores, inclusive aqueles envolvidos em atividades agrícolas (PAULINO, 2006, p. 28, grifo nosso).

Esta realidade foi vislumbrada pela família do Sr. I. ao identificar que não haveria possibilidade de se reproduzir como camponês por outro mecanismo que não fosse a luta pela terra. Hoje acredita que fez a escolha certa, inclusive afirma que a faria novamente, se considera camponês e por ser filho de camponês está acostumado com o trabalho no campo. Sua atividade principal na cooperativa é no setor de laticínio, cuida do pasto e do empacotamento do leite, "por me achar dono sempre trabalho bastante, mais de 12 horas por dia, ajudo em todas as atividades, não pode pensar apenas em acabar o trabalho tem que pensar em trabalhar para melhorar a cooperativa".

Há outra família na COPAVI que passou por situação semelhante a do Sr. I., porém, com um diferencial, além das impossibilidades oriundas da estrutura fundiária concentrada, o número de filhos da família camponesa foi determinante para a escolha de lutar pela terra.

A família em questão é a da Sra. T., ela filha de trabalhador rural que se casou com um camponês, como o pai dele tinha pouca terra (aproximadamente 20 hectares) e muitos filhos (05 filhos) o casal resolveu acampar, foram para o município de Guarapuava-PR onde permaneceram até 1993, ano que vieram para a COPAVI.

Segundo Ellen e Klass Woortmam (1997) o número de filhos na família camponesa leva a uma contradição, pois num momento são força de trabalho, possibilitando a reprodução familiar através da produção de um excedente, porém, em outro momento tornam-se herdeiros e pelo fracionamento da terra podem levar a reprodução camponesa à crise.

No caso desta família é incontestável a relação entre o número de filhos e o tamanho reduzido da propriedade, o parcelamento excessivo levaria a desestruturação da unidade camponesa.

Segundo a Sra. T. sua aproximação com o MST se deu por meio das frentes

de massa, que tinham a função de recrutar famílias para o movimento. Ela relata que não queria vir para uma cooperativa, mas fez a vontade do esposo, aponta que a maior dificuldade foi a adaptação ao trabalho coletivo. Atualmente está lotada no setor de cana de açúcar (agroindústria), responsável pelo processamento de derivados como: cachaça, açúcar mascavo e melado. Já o esposo foi liberado das atividades internas para cursar faculdade em Laranjeiras do Sul-PR, está no segundo ano de Administração e Gestão de Cooperativas.

Na COPAVI já é possível encontrar famílias de segunda geração de assentados, como é o caso da Sra. D., filha mais velha (27 anos) do Sr. I., que mesmo depois de casada continuou residindo na cooperativa. Recentemente concluiu o curso de Agroecologia e contribui na produção agroecológica, que é o fundamento de toda a produção agrícola do assentamento. A sua satisfação com a cooperativa se confirma por sua intenção em permanecer.

A permanência da Sra. D., que pode ser considerada dentro dos parâmetros burgueses como capacitada ao mercado de trabalho, demonstra a negação à proletarização inexorável do campesinato. A luta camponesa para Fernandes (1996) é justamente contra esta possibilidade, antes operando numa perspectiva diversa da lógica do capital, na qual os camponeses não buscam apenas melhores condições de trabalho, mas o direito de propriedade. Para o autor “é por isso que estão ocupando terra, para continuar o seu processo histórico como lavrador, agricultor, camponês, etc., e não como trabalhador assalariado” (FERNADES, 1996, p. 54).

É imprescindível ressaltarmos que o desenvolvimento do capitalismo no campo não gera somente a expropriação e o assalariamento, pelo contrário, este processo é contraditório, pois ao mesmo tempo o capital cria e recria o trabalho camponês, como destacou Oliveira (1995). Quando concordamos com esta tese estamos também dizendo que os camponeses assentados na COPAVI já demonstraram por meio da luta pela terra a sua resistência à proletarização, sobretudo, se apropriando de uma fração do território capitalista e o submetendo à lógica camponesa de trabalho.

Neste sentido a COPAVI é território de resistência, a luta não se esgotou na conquista da terra, mas se renova a cada desistência, permanência ou nova adesão. A trajetória histórica do campesinato mostrou que esta classe não está fadada ao desaparecimento, antes encontrou maneiras de resistir as diversas formas do capital intervir no território.

A família do O Sr. Cl. é exemplo concreto de dois mecanismos que atuam no campo brasileiro, primeiro a desterritorialização do camponês que frente aos grandes projetos criados pelo capital são expropriados. O segundo mecanismo se fundamenta na reterritorialização destes camponeses, que por manterem uma relação de reciprocidade indissociável entre sua vida e seu território resistem ao primeiro mecanismo de diferentes maneiras.

O Sr. Cl. reside sozinho no assentamento, está na cooperativa desde o início, veio com seus pais da cidade de Salto Caxias-PR. O pai decidiu vir para Paranacity depois que teve suas terras desapropriadas para a construção da barragem da Usina Hidroelétrica Salto Caxias. A construção da usina hidroelé-

trica levou a família campesina a desterritorialização, porém, a COPAVI surgiu como possibilidade de recriar seu território.

Em 1998 a família se desligou do assentamento, utilizou o dinheiro da indenização pelas terras desapropriadas para a construção da usina para comprar uma propriedade de 40 hectares em Paranacity.

Quando perguntamos ao Sr. Cl. porque seus pais deixaram a cooperativa, ele respondeu dizendo que: "ele achava melhor ir para seu lote". A resposta pode sugerir que a COPAVI, embora tenha sido importante para que a família permanecesse no campo, não tenha permitido florescer plenamente suas características campesinas, centradas na gestão familiar da propriedade, o que não é possível no assentamento, pois as decisões são coletivas e discutidas nas assembleias.

Hoje o Sr. Cl. está com 35 anos e não pensa em sair do assentamento, participa ativamente das ações do MST, inclusive ocupação de praças de pedágio e de fazendas. Acredita que o maior problema do assentamento é o desligamento dos jovens que vão tentar melhores condições de vida depois de profissionalizados.

Esta concepção sobre os jovens não é compartilhada pelo Sr. C. que também está na cooperativa desde o início, para ele a escolarização e a profissionalização contribuem para fortalecer o assentamento.

Em suma, a partir do diálogo com os assentados foi possível identificar que as opiniões divergentes entre os Srs. Cl. e C., decorrem da interpretação distinta dos processos em curso, ou seja, para o Sr. Cl. sair do assentamento para estudar impõe um ônus para a cooperativa, porque supõe a dedicação exclusiva aos estudos. Porém, há que se considerar que depois de concluído o curso ocorrerá o retorno à COPAVI, e é neste ponto que a afirmação do Sr. C. apresenta maior consistência, pois dos 08 cooperados que se ausentaram para estudar apenas 01 se desligou, os demais ainda estão ligados à cooperativa, 03 atuando como "liberados" e os demais trabalhando no assentamento.

Os "liberados" são cooperados que estão contribuindo com a luta pela terra de diversas formas como, por exemplo, prestando assistência técnica a outros assentamentos, lecionando em escolas do Movimento ou participando de novas ocupações de terras. Entre os formados que permaneceram ligados à cooperativa se destacam os cursos de Tecnologia em Agroecologia, Pedagogia, Agronomia, Ciências Contábeis e Administração.

O Sr. C. está aposentado, sendo assim, trabalha apenas 04 horas diárias na cooperativa na função de acompanhar as visitas de estudantes. Ele era proprietário de terra em Guaíra-PR, mas depois de sucessivas perdas de safras, devido a falta de chuva, não conseguiu pagar os financiamentos e acabou perdendo a propriedade. Passou a trabalhar de forma temporária nas fazendas da região, até que em 1984 foi participar das reuniões de trabalhadores sem terra em Cascavel, passando a integrar o MST desde o início do Movimento.

Essa história de vida mostra que a unidade campesina ocupa uma posição liminar, sua reprodução pode a qualquer momento ser desequilibrada, seja por problemas de saúde na família, equipamentos quebrados ou como no caso destacado, em função das condições naturais podem impor perdas sucessivas

de safras. Neste sentido, Shanin (1983) explica que o camponês está sempre muito próximo de uma boa e uma má situação econômica, um desses imprevidos pode colocar a economia da família camponesa em situação desfavorável.

Como história que se repete, a manutenção do Sr. C. como proprietário foi comprometida quando a produção agrícola sofreu solapamento e as perdas das safras o levaram a se endividar no banco e, posteriormente, a não conseguir saldar as dívidas, acarretando a venda da propriedade. Cabe lembrar que o não pagamento dos financiamentos bancários, em regra, se deve à impossibilidade de fazê-lo. Almeida (2006) explica que mesmo a iminente possibilidade de perda da propriedade não é suficiente para fazer com que o camponês desista de tentar saldar suas dívidas, vendendo-na para esse fim. Diante desse cenário adverso o camponês acaba perdendo-na, porém, mantém o que Bourdieu (*apud* ALMEIDA, 2006) chama de *Habitus*, que o motivará a lutar por outra terra e a construir novamente seu território.

O conceito de *Habitus* foi trabalhado por Almeida (2006) para compreender a recriação camponesa entre os assentados do Mato Grosso do Sul. Porém, a autora lembra que Bourdieu não trabalhou especificamente com o campesinato, porém, ela utilizou seu conceito de *Habitus* para trabalhar sob a ótica da recriação camponesa.

Para Almeida (2006) o *Habitus* é resultado da aprendizagem do sujeito, mas não de forma aprisionante, como se limitada a reproduzir tradições familiares, ou seja, diante de situações novas o sujeito é capaz de inventar também novas formas de desempenhar velhas funções.

Dessa maneira, como o *Habitus* é produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, ele está articulado a uma condição social e também a uma posição social específica; portanto, ele não é um espírito universal, mas um agente em ação que, por meio de ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, ainda que implique conflitos, lutas e transformações (ALMEIDA, 2006, p. 196).

O Sr. C. construiu seu *Habitus* camponês experimentando a autonomia da terra de trabalho. Para ele a maior dificuldade encontrada na cooperativa “é que nem todas as pessoas se aplicam como deveriam nas tarefas do dia a dia”. E a maior vantagem é a segurança alimentar, uma vez que a produção da cooperativa atende às necessidades das famílias, seja pela produção dos gêneros necessários ao autoconsumo ou pelo valor monetário acessado pelos associados, que atualmente está em torno de R\$ 700,00.

Os dois pontos levantados por ele encontram sentido na mesma lógica, a hierarquia da família camponesa. Primeiro é difícil para o camponês assumir que o trabalho que outras pessoas executam seja diferente daquele que ele mesmo desenvolve, inclusive a intensidade e o tempo de trabalho. Sobretudo, porque na unidade camponesa os filhos aprendem com o pai o sentido do trabalho, como destaca Almeida (2006, p. 331), “o trabalho é como um ritual em que os filhos, ainda jovens, são iniciados, convocados a aprender o [...] jeito do pai”.

A falta de “aplicação ao trabalho” pode ser compreendida quando observamos que a composição social da COPAVI é heterogênea, coexistem sujeitos diferentes, com isso as formas de conceberem o trabalho também são distintas, razão pela qual a insatisfação em relação ao trabalho alheio é uma constante.

Quanto à segurança alimentar, é salutar que para o camponês situado no topo da hierarquia familiar a preocupação com a comida seja relevante, pois a alimentação da família é tida como principal atribuição do pai. Segundo Almeida (2006, p. 303) “comida é mais que comida como alimento; na verdade sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia”.

Uma das características da unidade camponesa é a produção de grande parte dos gêneros necessários à manutenção familiar, a COPAVI segue na mesma direção, por isso a alimentação não se configura como possível entrave para a reprodução camponesa, ponto destacado pelo Sr. C. como vantagem no trabalho coletivo.

Estas vantagens não foram determinantes para motivar a permanência da família do Sr. An. que deixou a COPAVI em 1998. Sua família residia em Cascavel-PR onde seu pai trabalhava de pedreiro, chegaram ao assentamento em 1995.

[Porque vocês vieram para a COPAVI?] Meu pai ficou sabendo do assentamento por um amigo dele, então veio conhecer, gostou e resolveu ficar. [Porque sua família saiu?] Minha mãe nunca se adaptou. [Ao coletivo?] Acho que nem era tanto o coletivo, mas o trabalho no campo é diferente da cidade.

Ao observar a divisão do trabalho na COPAVI notamos que realmente ele é diferente dos padrões urbanos. Em um dos trabalhos de campo na cooperativa observamos no edital, que fica na cozinha coletiva, uma escala de trabalho para os finais de semana. Era composto por atividades que não podem ser interrompidas seguindo uma divisão racional, como ordenha, cuidados com as vacas, molhar a horta e alimentação das aves, suínos, etc.

Este tipo de relação com a produção é típica do campo, sua constante demanda por cuidados está diretamente ligada à manutenção da unidade camponesa. Vejamos este caso trazido por Tsukamoto (2009), que trata de camponeses que se dedicam a sericicultura.

O processo de produção de casulos necessita que o produtor se dedique tanto no cultivo da amoreira, para obter um fio de melhor qualidade, quanto nos tratos das larvas no barracão dando uma alimentação correta e cuidados sanitários adequados para a formação de bons casulos. É uma jornada de trabalho exaustiva necessitando dedicação de até 18 horas na 5^a idade do bicho-da-seda (TSUKAMOTO, 2009, p. 11).

Embora seja um caso específico, no qual os camponeses encontram-se subordinados ao capital industrial, é comum no campo, tanto a jornada de trabalho exaustiva, quanto à sujeição da renda da terra. Devemos alertar que tal relação não ocorre na COPAVI, visto que o assentamento por meio de sua organização em cooperativa escapa das diversas estratégias de apropriação da renda impostas pelo capital industrial, comercial e financeiro.

Segundo Rech (2000) este é um dos papéis fundamentais do cooperativismo, eliminar a figura do intermediário, o que neste caso supõe dupla vantagem sobre as tradicionais relações de mercado comuns entre os camponeses, pois ao venderem a produção diretamente para o consumidor final evitam que parte da renda campesina seja transferida ao capital comercial. Por outro lado, ao não vender a produção sob a forma de matéria prima para a indústria, uma vez que o processamento é realizado internamente na agroindústria, os camponeses também ficam livres da sujeição que o capital industrial impõe ao campesinato.

O Sr. An. está residindo sozinho na cooperativa. Fez curso superior na área de Administração e atualmente está na coordenação da COPAVI. Ele é outro caso dos jovens que estão se qualificando e permanecendo no assentamento, segundo ele a intenção é permanecer, pois se adaptou bem ao coletivo.

Na intenção de demonstrar a composição heterogênea da COPAVI, agrupamos na tabela abaixo os assentados entrevistados considerando sua origem, ou seja, camponês, trabalhador rural ou trabalhador urbano.

Ident.	Idade	Origem	Atividade anterior	Atividade atual na COPAVI	Ano de adesão à COPAVI
C.	71	Camponês	No campo	Visitação	1993
M.	26	Filha de camponês	No campo	Padaria	2009
Mt.	37	Filha de camponês	No campo	Ordenha e Laticínio	2000
T.	41	Filha de trabalhador rural	No campo	Indústria	1993
L.	47	Filho de camponês	No campo	Liberado	1993
Cla.	--	Filha de camponês	Comércio	Padaria	1996
Cl.	35	Filho de camponês	No campo	Horta	1993
I.	49	Filho de camponês	No campo	Pastagem	1993
An.	--	Proletário	Construção civil	Coordenação	1995
Cr.	24	Filho de camponês	Não trabalhava	Administrativo	1993
Ta.	33	Filha de camponês	No campo	Padaria	2012
A.	44	Proletário	Comércio	Liberado	1997
D.	27	Filha de assentado	Na COPAVI	Administrativo	1993

Ocupação anterior dos assentados.

Fonte: Pesquisa de campo. Org. ZENERATTI (2012).

Como pode ser visto, as pessoas que estão desde o início do assentamento são de origem camponesa. Com exceção do Sr. C. que era camponês-proprietário os demais são filhos de camponeses, esses não experimentaram a autonomia direta advinda do controle próprio sobre os meios de produção, pois suas unidades familiares eram geridas por seus pais. Isto possivelmente ajuda a explicar a adesão ao coletivo da qual depende a permanência no assentamento. Vejamos a fala do Sr. Cl.: “[Como o senhor vê o trabalho coletivo?] Acho que é bom o trabalho coletivo, não vejo problemas, se fosse escolher novamente escolheria o coletivo. Hoje está muito difícil tocar terra sozinho, juntos é melhor”.

Podemos entender que para ele o coletivo não restringe a liberdade do trabalho, pois provavelmente tenha como parâmetro uma inserção no mundo do trabalho como partícipe de um produto material que resulta de decisões não exclusivamente sob o seu controle. Tal possibilidade se estreita quando se considera os camponeses que tem na bagagem a experiência da gestão da unidade de produção a seu cargo, notadamente os chefes de família, que na lógica camponesa situam-se no topo da hierarquia no tocante às decisões sobre a condução da unidade familiar.

A maior parte das atividades que as “filhas de camponeses” desempenham atualmente na cooperativa não apresentam características tradicionalmente agrícolas, como padaria e indústria, já os homens estão direcionados para atividades como horta e pastagem, visivelmente há uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres participam menos dos trabalhos rurais. Isso se repete no mundo camponês, onde a atribuição do trabalho feminino em geral é delimitada pelo quintal da casa, cabendo aos homens tudo que o extrapola, como elucida Moura (1986, p. 54):

A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior de sua própria casa e no terreno que lhe é contíguo. Há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis. Em certas áreas do Brasil rural, a mulher do sitiante não vai à roça trabalhar; em outras, o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, atividades que acumula com as tarefas desempenhadas no corpo da casa e no quintal contíguo.

Na COPAVI mesmo as mulheres executando as atividades em locais específicos, fora de suas casas (como padaria e agroindústria), a divisão sexual do trabalho se dá sob esta lógica, como se a produção adentrasse aos espaços de suas residências e a lotação delas preferencialmente nestes setores indicam esta relação.

A divisão do trabalho é fator decisivo para a permanência das famílias na cooperativa, um exemplo é o Sr. I. que acata sem pesar uma longa jornada de trabalho em atividades agrícolas, rejeitando veementemente as atividades administrativas e ou industriais que são desenvolvidas no assentamento. Isso porque em determinados setores de produção e de gestão a rotina de trabalho em nada difere daquela típica do mundo fabril, a exemplo da produção de derivados de cana de açúcar.

Se para os camponeses a rotina alienante de trabalho é inaceitável, para outros ela aparece como alternativa à baixa capacidade de renda auferida que o campo proporciona, quando não se tem como aliada a especialização e a escala, par indissociável da lógica de acumulação capitalista. Em tempos de economia aquecida e altas taxas de empregabilidade, o valor monetário dos salários urbanos tem contribuído para a queda na capacidade de mobilização, via acampamentos, pela realização da reforma agrária no país. Porém, trata-se de uma situação conjuntural e a demanda pela reforma agrária ainda é grande, e o nível de concentração das terras revela isso.

Aos que estão na terra, esse estímulo por vezes favorece a migração campo-cidade, particularmente dos jovens, que não vislumbram a multiplicação da terra no ritmo da multiplicação das famílias que tenderão a constituir. Obviamente esse fenômeno não pode ser colocado nos termos da tese da proletarização inexorável, mas sim da lógica excluente gestada no interior do monopólio da terra, que faz com que muitos tenham terra insuficiente para a satisfação das mais básicas necessidades vitais.

Na COPAVI, isso tem sido um fator de preocupação. Uma questão levantada pelo Sr. An. diz respeito justamente às condições econômicas do país, ponto relevante na sua opinião para a avaliação dos motivadores da rotatividade das famílias, segundo ele as possibilidades de trabalho na cidade estão fazendo com que muitos busquem trabalho fora do campo, principalmente na construção civil, “é uma realidade do momento da economia brasileira e não é só na COPAVI que isto está acontecendo é dentro do próprio Movimento e de outros assentamentos”, explica o coordenador da cooperativa.

Não obstante, isso parece não bastar, pois para além das contradições externas que, indubitavelmente, ameaçam os assentados da COPAVI, como unidade de produção e território de vida que não reconhece o individual como princípio estruturante, há as contradições internas.

Portando, a desistência do projeto coletivo deve ser entendida dentro da própria lógica organizativa da cooperativa. O ponto central esta na posição limite de existência da COPAVI, pois ela não é uma empresa propriamente dita, como também não é uma unidade camponesa administrada somente pelo chefe da família, ela esta situada entre as duas ordens contrapostas e os processos se metamorfosem atribuindo uma configuração própria a esta fração do território.

Almeida (2006) adverte que não é possível transformar alguém em camponês da noite para o dia, sobretudo, porque o *Habitus* de classe camponesa é construído ao longo da vida. Para estes sujeitos, não camponeses, o trabalho na cooperativa poderá ser facilmente aceito do ponto de vista da racionalização, porém, poderá apresentar-se como entrave quanto à realização das atividades, que apresentam características camponesas na maneira de executá-las e de se relacionar com o trabalho, exigindo pensar a cooperativa como unidade.

Na fala Sr. P., que é um dos assentados que deixaram a cooperativa, podemos notar também uma clara relação de descontentamento com o tempo de trabalho: “Eu trabalhava oito horas por dia, e quando passava disso não sabia

se iria compensar, agora como contratado já sei o que vou receber no final do mês". Este assentado é contratado mensal da cooperativa, está lotado no setor de cana de açúcar. Antes de associar-se à COPAVI trabalhava como empregado rural na região de Paranacity, onde reside atualmente.

As entrevistas mostraram que a relação de grande parte dos cooperados com o trabalho é mediada pelo relógio, como podemos observar a seguir:

[Quantas horas por dia são trabalhadas?] Sra. M.: Eu trabalho oito horas por dia e 21 dias por mês. De manhã na Padaria e a tarde na escola do movimento com as crianças. Sra. Clá: Eu trabalho seis horas corridas, das 14h00 às 20h00, pois de manhã estudo em Paranavaí, faço faculdade. Sra. T.: Eu trabalho oito por dia.

Porém, isso não acontece com todos os cooperados, o Sr. I., por exemplo, trabalha entre 10 e 12 horas por dia: "eu trabalho bastante porque sei que a cooperativa é minha, tem que trabalhar para melhorar mais as coisas". O Sr. Clá também segue a mesma linha: "quando não tem muito serviço trabalho nove horas por dia, mas as vezes ajudo em outros setores, ai passa disso". Este "passa disso" pode ser entendido como prolongamento da jornada de trabalho mediante as necessidades da cooperativa. Podemos entendê-la segundo os parâmetros identificados por Chayanov (1974), que mostra a possibilidade da família aumentar o seu esforço em momentos de necessidade, porém, o diferencial é que neste caso é a cooperativa que deve ser entendida como unidade, observadas suas demandas e necessidades.

Estas diferentes maneiras de se relacionar com o trabalho são apontadas pelo Sr. C. quando diz "que nem todos se aplicam como deveriam ao trabalho na cooperativa". São tarefas diferentes a serem executadas por sujeitos diferentes, que têm na relação de trabalho concepções próprias de sua posição social.

Na COPAVI, embora haja uma gama de equipamentos, como tratores (03), motocicleta (01), Kombi (01), tratores adaptados para trabalho na cana, conhecidos como motocana (02), caminhões (02) e micro-ônibus (01), a terra é limitada, por isso a trajetória do assentamento é mercada pela intensificação do trabalho, algo inerente ao modo camponês de fazer agricultura, como mostrou Ploeg (2008).

Relativamente à composição quantitativa da base de recursos, a mão de obra será relativamente abundante, enquanto os objetos de trabalho (terra, animais, etc.) serão relativamente escassos. [...]. Este aspecto sugere que a produção camponesa é por tendência intensiva (isto é, produção por objeto de trabalho será relativamente elevada) e que *a trajetória de desenvolvimento será determinada por um processo constante de intensificação baseada no trabalho* (PLOEG, 2008, p. 61, grifo nosso).

O mesmo autor ainda esclarece ressaltando que a condição camponesa está organizada de forma diferenciada em relação aos demais processos agrícolas de produção, sobretudo pelas práticas distintas e pelos sujeitos envolvidos.

Na COPAVI esta organização pode não ser facilmente compreendida por aqueles trabalhadores habituados com o modelo de trabalho controlado pelo relógio, para eles a intensificação do trabalho pode ser entendida como excesso de

trabalho, que ao longo do tempo desmotiva a vida na cooperativa, principalmente porque os ganhos monetários podem não corresponder a essa intensificação.

Para os camponeses a questão se apresenta totalmente invertida, já que a intensidade e o tempo do trabalho não são obstáculos à sua reprodução, sobretudo, porque são nestas condições que eles estão historicamente inseridos, em última instância o trabalho é a garantia à manutenção de sua própria existência camponesa. Porém, há resistência quanto à racionalização do trabalho e da vida social, própria da condição limite que a COPAVI está situada, entre empresa capitalista e unidade capaz de viabilizar a reprodução camponesa.

Um exemplo clássico da dificuldade dos camponeses em assimilarem o sistema coletivo às suas práticas sociais é o fato relatado a baixo sobre a restrição em manter sob controle familiar uma pequena criação de galinhas à qual o camponês se rebelou, aqui traduzida segundo suas próprias palavras.

Eu tive um problema grande aqui quando fui começar a criar umas galinhas, sabe como é, quando chega um parente ter um franguinho, ou ter um ovinho pra mulher fazer um bolo, sem ter que pedir pra ninguém, mas a assembleia não aprovou, disse que só pode no coletivo, então eu fiz assim mesmo, fiz um galinheiro pequeno e estou criando as galinhas, é pouca coisa só pro gasto, no começo todo mundo ficou me olhando torto, mas agora ninguém liga mais (Sr. I.).

Quando falamos em autonomia camponesa estamos falando deste tipo de situação, na qual o chefe da família pode decidir o que plantar ou que tipo de criação manter em seu quintal, sempre tendo como horizonte a manutenção da família, pois como destacou Chayanov (1974) ela é o núcleo central de reprodução.

Para Fabrini (2003) ocorre uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas coletivas trabalhadas pelo MST. Principalmente por possuírem projetos diferentes, os camponeses têm como projeto de vida uma relação hierarquizada ainda sustentada no gênero, já as cooperativas partem de um projeto de igualitarismo que limitam a autonomia da família camponesa.

Além disso, a produção camponesa não é apenas produção agropecuária. É mais do que produção agropecuária. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto classe e sujeitos do processo social. Implícito no conceito de camponês está presente um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e tantas outras (FABRINI, 2003, p.120).

Embora não possamos nos deter em generalizações, podemos encontrar fortes indicativos que permitem dizer que os assentados que trazem na bagagem o *Habitus* camponês encontram maior obstáculo na forma organizativa da cooperativa, sustentada sobre regras rígidas, controle da produção e divisão do trabalho.

Por sua vez, os trabalhadores que passaram pela experiência proletária e assimilaram as formas racionais de trabalho, apresentam-se mais susceptíveis aos ditames do modelo cooperativista. Porém, nesse caso emergirão as dificuldades em se adequar à lógica camponesa, sobretudo no que refere-se ao

tempo e a intensidade do trabalho segundo às necessidades da cooperativa e não o calendário segundo as normas trabalhistas vigentes.

Ademais, devemos alertar que esta análise não comporta uma leitura linear da realidade, pois segundo D'Aquino (2011), algumas famílias que passaram pela vida urbana e experimentaram o trabalho racional buscam no campo uma forma de escapar desta situação, por vislumbrarem um meio de comandar suas vidas, principalmente em assentamentos individuais.

Muitos assalariados que moravam nas cidades manifestam grande resistência ao “relógio ponto” e referem-se à terra própria como meio de comandar a sua vida. Para esses assentados a terra simboliza a realização do sonho de fartura e autonomia (D'AQUINO, 2011, p. 20).

Na cooperativa os sujeitos que buscam o assentamento como saída para o controle exigido pelo trabalho racional não terão êxito, pois encontrarão algo semelhante. A família do Sr. I. se deparou com tal realidade na COPAVI, sua filha (24 anos) se casou com um rapaz que trabalhava de soldador, vieram para a cooperativa, mas ele não se adaptou ao coletivo, hoje estão acampados no município de Congoinhas-PR na intenção de conquistarem um lote individual.

[Sr. I., porque eles saíram?] Olha, ele sempre disse que aqui não era muito bom. Mas, a minha filha falou que ele não se adaptou ao coletivo, não podia nem sair sem avisar o setor, porque o trabalho tá lá pra ser feito, né? Ele queria trabalhar na roça sabe, na firma ele soldava para a usina, mas tá bom, logo eles vão conseguir o lote deles (Sr. I.).

Quando o assentado fala que não é possível sair sem avisar o setor no qual está lotado, observamos claramente a divisão racional do trabalho no interior da cooperativa. Apesar disso, acreditamos que o modelo organizativo adotado apenas reproduz o gerencial, construindo uma relação de trabalho com conteúdo próprio e que em nada se compara com a relação capitalista de acumulação e exploração do trabalhador. Mas, é inegável a reprodução da forma, principalmente expressa na produção setorizada e especializada.

Isso tanto é verdadeiro que a divisão interna do trabalho se dá pela aptidão de cada associado, não se busca o rodízio das tarefas, isso só acontece quando ocorre algum problema específico. Esta metodologia leva ao aperfeiçoamento que viabiliza o aumento em quantidade e qualidade da produção.

Um aspecto também importante a ser ressaltado é a existência de coordenadores de setores, que embora sejam responsáveis por monitorar o desenvolvimento das atividades, controlar as horas trabalhadas e prezar pelo bom andamento do trabalho, não desempenham função meramente administrativa e/ou fiscalizatória, pelo contrário, sua principal atribuição é trabalhar juntamente com os demais no desenvolvimento da atividade.

A relação entre o coordenador e os assentados é horizontalizada, não se enquadra no padrão capitalista de hierarquização, como indicado na fala de um dos assentados.

Sempre que podemos, discutimos como estão os setores, não tem ocorrido problemas, as trocas acontecem, até de coordenador. [Porque há trocas?] Normalmente para descansar um pouco o que estava na coordenação e também para que outros experimentem o trabalho [na coordenação]. [Como vocês fazem as trocas?] Primeiro se discute dentro do setor, depois vai para os núcleos e depois finalizamos na assembleia. [Os cooperados reconhecem o coordenador como chefe?] Não, chefe não. [Por quê?] chefe manda e os outros obedecem, aqui todos já sabem o que tem pra fazer (Sr. A.).

A organização utilizada nos setores produtivos advém das experiências mediadas por uma visão de mundo que não é própria do campesinato, mas que foi adquirida pela vivencia dos assentados, tanto no mundo intelectual, uma vez que muitos possuem nível superior de instrução, quanto da experiência de alguns como proletários, na construção civil e no comércio.

Estas experiências, ao serem inseridas na dinâmica da cooperativa, ao mesmo tempo em que se confronta com a tradição campesina, pautada na tradição conservadora em oposição ao capital e à expansão das relações capitalistas, como destacou Martins (2008), também reproduzem contraditoriamente a tradição proletária, que é levada pelo capital a especialização do trabalho, ao trabalho fragmentado, ao não reconhecimento do trabalho no produto, como evidenciado por Antonello (2011). Porém, quando incorporadas pelos cooperados da COPAVI possibilitou organizar os setores produtivos sem reproduzir os níveis de exploração vivida pelo proletariado, tornou-se um instrumento com a mesma forma, porém, com outro conteúdo.

A COPAVI por meio de seus critérios flexíveis de adesão possibilitou que o território do assentamento se construísse a partir da heterogeneidade, abrindo a possibilidade para que convergissem para o mesmo espaço sujeitos sociais com projetos distintos.

De um lado, os trabalhadores passíveis de serem associados à experiência proletária, o que certamente influencia sua leitura de mundo, seus projetos imediatos e de longo prazo, que tanto dizem respeito às trajetórias individuais no interior do assentamento quando determinam o futuro da cooperativa. De outro lado, camponeses, que em algum momento experimentaram a utopia da autonomia na terra de trabalho, e cuja coletivização a tolhe profundamente.

Porém, ao mesmo tempo em que estas diferenças levam a um alto índice de rotatividade e se apresentam como desagregadoras para a experiência cooperativista, elas são em última instância uma estratégia de resistência e fortalecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho certamente não encerra as observações científicas nesta rica fração do território que é a COPAVI, antes indica que as relações estabelecidas no interior de um assentamento de reforma agrária são marcadas por avanços e recuos, sobretudo se tratando de um modelo cooperativista.

Certamente barreiras existem, próprias de uma fração do território que ocupa uma posição limite, entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de produção. A desistência das famílias é uma evidência disso.

Entender os possíveis motivadores para esta desistência do projeto coletivo se configurou em tarefa das mais difíceis. Para tanto, fizemos um resgate das origens dos assentados, no qual identificamos uma composição social heterogênea, composta por campões que em algum momento experimentaram a autonomia da terra de trabalho, por filhos de campões que por diversos motivos deixaram a propriedade da família para formarem suas próprias e buscaram seu território, por fim encontramos trabalhadores passíveis de serem associados à tradição proletária, pois vinham de uma relação de emprego desta natureza.

Estes sujeitos sociais inseridos na dinâmica produtiva e social da COPAVI reagiram de formas distintas, obviamente longe de querermos apontar verdades absolutas, o que seria impossível em se tratando de ciência, mas algumas questões se apresentaram como determinantes nos relatos sobre a decisão de permanecer ou se desligar da cooperativa.

Para os campões assentados as regras do assentamento coletivo limitam sua autonomia, exemplos como o voto à criação de galinhas para consumo próprio, num sistema individual, revela isso, do mesmo modo que a luta por autonomia se revela na recusa em acatá-lo. Outro mal estar proveniente do coletivo diz respeito à maneira como os assentados desempenham suas atividades, havendo critérios de valoração por alguns deles sobre possíveis negligências, que em suas palavras decorreriam da ausência da herança campesina, na qual os filhos aprendem as tarefas da propriedade ainda criança, aprendendo o jeito do pai, como esclareceu Almeida (2006).

As atividades são desenvolvidas com características campesinas, nas quais o trabalho é executado segundo o tempo dos cultivos e das criações, não excluindo finais de semana ou feriados. Soma-se ainda, a necessidade de em muitos momentos intensificar o trabalho e aumentar o seu tempo em prol do assentamento, sem outra garantia que não seja a manutenção da cooperativa, relação muito comum na propriedade campesina, na qual normalmente a terra é limitada, por isso ela é marcada pela intensificação do trabalho.

Nesta lógica os trabalhadores não campões encontram barreiras para permanecer no assentamento, pois suas experiências no mundo do trabalho foram mediadas por contratos, que têm no tempo do relógio seu instrumento regulador. Tanto que um ex-assentado nos revelou seu descontentamento dizendo que, quando cooperado, muitas vezes trabalhava mais de oito horas por dia e não sabia se iria compensar, isso do ponto de vista financeiro.

O fato é que em ambos os casos, em algum momento a dinâmica interna da cooperativa poderá não ser compatível com as experiências anteriores e com os projetos de futuro dos cooperados, o que pode ser um fator desagregador.

A COPAVI para minimizar os efeitos da saída das famílias adotou critérios de adesão flexíveis, não prioriza um determinado perfil de sujeitos passíveis de serem assentados, essa opção contribuiu para que a heterogeneidade se renove a cada nova adesão.

A rotatividade tem sido parte da própria dinâmica interna da cooperativa e a ela pode ser atribuída, predominantemente, pois se por um lado o cooperati-

vismo limita a autonomia camponesa, por outro exige um esforço considerado excessivo por muitos trabalhadores não camponeses. Sem dúvida a COPAVI é fruto desta composição heterogênea, com sujeitos oriundos de classes sociais distintas que conferem a esta fração do território uma materialidade nova e particular, que têm no trabalho coletivo sua base de sustentação. Em última análise, esta rotatividade se configura com fator de resistência e fortalecimento, que em meio a muitas dificuldades promove a sobrevivência da cooperativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. (Re)criação do campesinato, identidade e distinção. São Paulo, Unesp, 2006.
- ANTONELLO, I. T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. *Campo – Território*. v. 6, p. 53-74, 2011.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COPAVI. *Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória*. Paranacity-PR, 2009.
- D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 15-52.
- ELLEN, W; KLASS, W. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavou camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- FABRINI, J. E. A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- FABRINI, J. E; MARCOS, V. Os camponeses e a práxis da produção coletiva. *São Paulo: Expressão Popular*, 2010.
- FERNANDES, B. M. MST, formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*. São Paulo, n 15, p. 59-85, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 Jan. 2012.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática. 1986.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *Boletim de Geografia*. n. 25, p. 15-58, 1995.
- PAULINO, E. T. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006.
- PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M.R. (Org.) *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SHANIN, T. *La classe incomoda*. Madrid: Alianza, 1983.

TSUKAMOTO, R. Y. Assentamentos rurais e a sericicultura como alternativa de renda: uma reflexão. In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2009, São Paulo. p. 01-16.

ZENERATTI, F. L. *O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa*. 2012. 158f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

CAPÍTULO IX

Querência do Norte no contexto de luta pela reforma agrária: narrativas do assentamento Pontal do Tigre

Maurílio Rompatto¹
Mariana de Barros Augusto²
Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha³

O Assentamento Pontal do Tigre de Querência do Norte surgiu de ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (mst) no Extremo Noroeste do Paraná, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, em que várias áreas do latifúndio improdutivo foram ocupadas dando origem a este e a outros assentamentos na região.

Para compreender o processo de [re]ocupação da terra pelo mst em Querência do Norte se faz necessário antes entender o processo de colonização da região Noroeste do Paraná que formou o município. A colonização da região Noroeste do Paraná foi oficializada em 1944, com o início da titulação das terras da Colônia Paranavaí, que havia sido criada pelo interventor Manoel Ribas em 1942 durante a política federal de colonização do Estado Novo de Vargas (1937-1945) para as áreas de fronteira agrícola do país, denominada “*Marcha para Oeste*”.

No entanto, quando o Estado e as companhias colonizadoras decidiram “povoar” a região Extremo Noroeste do Paraná ela já era ocupada por populações caboclas ou posseiras, o que deu origem a muitos conflitos entre os colonizadores e os antigos ocupantes das terras. Ainda hoje o Extremo Noroeste se constitui em palco de conflitos agrários, contudo, a disputa não é mais entre grileiros e posseiros como na época da colonização, mas, entre o mst e o latifúndio improdutivo, em um novo contexto de luta, o da reforma agrária.

Querência do Norte foi fundada em 1950, quando Carlos Antonio Fran-

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus de Assis (2004) e professor no Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí. Contato: mrompatto@gmail.com.

² Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí e bolsista da Fundação Araucária. A acadêmica desenvolveu sua pesquisa através do Projeto de Iniciação Científica – PIC: A História do Assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte, Paraná sob a orientação do professor Maurílio Rompatto no período de 10 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020. Contato: mari17072000@gmail.com.

³ Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí. Contato: denilton.gabriel545@gmail.com

chelo e Ângelo Bortolli organizaram em Londrina Norte do Estado, a empresa colonizadora Companhia Brasil-Paraná Loteamentos S.A. (BRAPA) para lotear as Glebas 27, 27-A, 28 e 29 da Colônia Paranavaí. Em 26 de novembro de 1954, pela Lei Estadual nº 253, foi criado o município de Querência do Norte com território desmembrado de Paranavaí e sua instalação oficial deu-se em 5 de dezembro de 1955 com a posse do primeiro prefeito eleito, Ozório Ferreira Lemos (ROMPATTO, 2019, p. 60).

Vale ressaltar que o município está situado no Extremo Noroeste do estado do Paraná, microrregião de Paranavaí, na divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, na confluência do rio Ivaí com o rio Paraná. Além do distrito sede, o município possui ainda dois distritos administrativos: Icatu e Porto Brasílio e mais duas localidades: Porto Felício e Porto Natal.

Como Carlos Antonio Franchelo e Ângelo Bortolli, donos da colonizadora BRAPA, adquiriram as glebas 27, 27-A, 28 e 29 da Colônia Paranavaí para colonização, em sua tese de doutorado “O Processo de Transformação do Noroeste do Paraná e a Construção das Novas Territorialidades Camponescas” (2007), Adélia Aparecida de Souza Haracenko explica que as glebas foram doações do então governador Moysés Lupion aos “amigos” em troca de apoio político. O primeiro agraciado, neste caso, foi o libanês Salim Sayão que era muito próximo do governador e que, posteriormente, vendeu as terras para Carlos Antonio Franchelo e Ângelo Bortolli (HARACENKO, 2007, p. 275).

Ao colonizar Querência do Norte, Antonio Franchelo e Ângelo Bortolli realizaram uma intensa propaganda das terras no estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de atrair o interesse de compradores daquele Estado. Por isso, o nome do município foi dado pelos colonizadores em homenagem aos pioneiros, cuja maioria veio daquele Estado. Entretanto, a localidade também recebeu imigrantes de outras regiões do país, principalmente do Nordeste e até do exterior (ROMPATTO, 2019, p. 60).

De acordo com Haracenko “durante o período da colonização a grilagem e a violência contra posseiros foram marcantes naquele município” (2007, p. 276). A autora constatou ainda que um dos métodos empregados pelos grileiros para expulsar os posseiros, foi o despejo. O pioneiro Santo José Borsatto entrevistado por Haracenko em 2007, falou de um grande despejo de mais de trezentas famílias de posseiros que ocorreu em 1968, na então Gleba 29, atual município de Querência do Norte. Segundo o pioneiro:

A Gleba 29 tinha bastante posseiro, que era toda a margem do rio Paraná, do Ivaí até o município de Monte Castelo, era reserva do Estado. [...] Terra boa, tinha muita várzea, [...]. A Gleba 29, o Moysés Lupion deu título para o Felício Jorge, mas o Felício Jorge só pegava se tirasse todo mundo [...], trezentas e tantas famílias. Não sei a lábia que tiveram. Iludiram o povo que eles iam dar uma terra melhor que a 29, levaram para a Transamazônica em [19]68. O Felício Jorge começou a transplantar o gado, aí durando poucos anos pegou e vendeu para o grupo Atalla. Depois de certo tempo para cá a gente ficou sabendo que o grupo Atalla tinha tirado dinheiro do Banestado para comprar essa terra, na época falavam em 36 milhões. Como o grupo Atalla [...] até hoje não pagou essa dívida, [...], foi o que trouxe os sem-terra para Querência do Norte (BORSATTO apud HARACENKO, 2007, p. 281-282).

Com a passagem da entrevista acima, Haracenko apresenta um cenário de luta pela posse da terra na região Noroeste do Paraná durante sua colonização e que mais tarde, nas décadas de 1980 e de 1990, deu lugar ao movimento organizado de retorno dos trabalhadores rurais sem terra para compor o Assentamento Pontal do Tigre de Querência do Norte, além de muitos outros assentamentos que surgiram na região (HARACENKO, 2007, p. 284).

Atualmente, o Noroeste do Paraná, conta com o maior número de assentamentos do MST de todo o Estado. Segundo dados levantados por Adélia Aparecida de Souza Haracenko em seu artigo *O Processo de Transformação do Território no Noroeste Do Paraná e a Construção das Novas Territorialidades Camponesas* (2005), ao todo são 32 assentamentos rurais na região Noroeste, os quais estão divididos em três polos regionais, de Terra Rica, de Paranacity e o de Querência do Norte. Atualmente os polos regionais são denominados de “brigadas” pelos integrantes do MST (HARACENKO, 2005).

O polo regional de Terra Rica possui 13 assentamentos rurais que se encontram distribuídos em sete municípios da região Noroeste. No próprio município de Terra Rica com os assentamentos Santo Antônio das Águas do Corvo I, Nossa Senhora da Penha, Vida Nova, São Paulo e Sétimo Garibaldi. No município de Nova Londrina com o Assentamento Brizanta. No município de Marilena com os assentamentos Santo Ângelo, Quatro Irmãos e Sebastião Camargo Filho. Em Mirador com o Assentamento Monte Azul. Em Amaporã com o Assentamento Antônio Conselheiro. Em Planaltina do Paraná com o Assentamento Sumatra e com o pré-assentamento Milton Santos. E por fim, fechando o polo regional de Terra Rica, o Assentamento Ildo Luiz Perruzzo no município de Santa Mônica (HARACENKO, 2005).

Enquanto que o polo regional de Paranacity, o menor deles e com apenas 3 assentamentos, encontra-se distribuído em três municípios. Em Jardim Olinda com o Assentamento Mãe de Deus. Em São João do Caiuá com o Assentamento Taperivá. E no próprio município de Paranacity, que dá nome ao polo, com o Assentamento Santa Maria (HARACENKO, 2005).

Já o polo regional de Querência do Norte, o maior deles e também onde encontra-se o maior número de assentamentos, os quais encontram-se distribuídos em apenas dois municípios, em Santa Cruz de Monte Castelo e em Querência do Norte. Em Santa Cruz do Monte Castelo com quatro assentamentos: 17 de Abril, Oziel Alves Pereira, Paraná e Teixeirinha e no município de Querência do Norte que dá nome ao polo, com dez. Além do Assentamento Pontal do Tigre — assunto deste capítulo — o município possui ainda os assentamentos Che Guevara, Chico Mendes, Fazenda Santana, Irmã Dorothy, Luiz Carlos Prestes, Margarida Alves, Sebastião da Maia, Zumbi dos Palmares e Antonio Tavares Pereira (HARACENKO, 2005).

A FORMAÇÃO DO MST E SUA ATUAÇÃO NO NOROESTE DO PARANÁ

De acordo com Vanderlei Amboni, em sua tese de doutorado *A Escola no Acampamento do MST: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos*

Marighella (2014), o MST se originou de lutas pela reforma agrária “[...] que foram desencadeadas no Brasil na data de 7 de setembro de 1979 com as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul [...]” (2014, p. 51).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu oficialmente em 1984, no 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel, no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro, tendo a participação e o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, herdeiros de lutas pela terra no Brasil.

Como citado, o encontro de Cascavel reuniu vários grupos de agricultores sem terra de todo o Brasil e, particularmente do Oeste do Paraná, região do Estado, em que o movimento era bastante atuante já no início da década de 1980. Ao ser entrevistado, em 15 de dezembro de 2019, o morador do Assentamento Pontal do Tigre e um dos líderes do MST na região Noroeste do Paraná, Celso Anghinoni, disse que “quando teve a desapropriação das terras que foram inundadas pela hidroelétrica de Itaipu as famílias que eram donas das propriedades foram indenizadas, mas não as famílias dos que trabalhavam nas propriedades, tais como dos meeiros, parceiros, arrendatários, entre outros” (ANGHINONI, 2019).

De acordo com *Fabrini et al* (2012, p. 35), “em 1981 os agricultores sem terra do Oeste do Estado organizaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) que inspirou o surgimento de vários movimentos da classe em questão em outras regiões do Estado”. Ainda de acordo com *Haracenko* (2005, p. 1):

Toda a mobilização dos desapossados resultou no Movimento Justiça e Terra – MJT, que foi o germe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O vínculo do MJT com o MST se explica porque o primeiro foi a partir de 1980 o embrião das lutas camponesas organizadas no Paraná.

Ainda segundo Anghinoni, o Estatuto da Terra, Lei Federal 4.504, criada pelo governo militar em 30 de novembro de 1964 em seu Art. 1º que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, “foi extremamente importante para instrumentalizar o movimento pela reforma agrária a partir do início da década de 1980” (ANGHINONI, 2019). Até porque, antes da Constituição de 1988 que foi a primeira a legislar sobre a reforma agrária no Brasil, o movimento do MST não tinha outra legislação para dar suporte à sua luta pela terra. Neste sentido, segundo Anghinoni, o movimento teve que se valer do Estatuto da Terra. De acordo com o Estatuto da Terra — Anghinoni afirma — “em uma área ou região em que há concentração de trabalhadores rurais querendo terra em que a área é improdutiva, pode ser desapropriada. Foi dessa forma que nasceram esses movimentos sociais, inclusive a MASTRO, da qual eu fiz parte”. Disse também que participou do 1º Seminário Latino-Americano das Experiências de Reforma Agrária em Brasília, no qual participaram vários outros países que já tinham realizado a reforma agrária (ANGHINONI, 2019). Delfino José Becker, outro entrevistado, falou que “o primeiro impacto da reforma agrária foi sobre aquelas pessoas que estavam passando fome, sem

poder consumir o leite, sem consumir a carne. Então o primeiro impacto da reforma agrária era resolver o problema da fome" (BECKER, 2019).

O mesmo — Delfino José Becker — ainda falou do grande encontro nacional de trabalhadores rurais sem terra que aconteceu em Goiânia, no ano de 1983. Segundo ele, o encontro de Goiânia reuniu representantes de movimentos sociais de 16 estados brasileiros e que a partir deste encontro que foi tirado o primeiro encontro nacional de Cascavel que se realizou em janeiro de 1984. "E aonde a gente acabou ali em Cascavel, em 1984, não tendo mais movimentos paralelos, mas um movimento único que se chamou MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil" (BECKER, 2019).

Em sua fala, Anghinoni nos apresentou o cenário de luta que deu origem ao movimento dos trabalhadores sem terra no Brasil. De acordo com o assentado, foi a partir do encontro unificado do MST em Cascavel do ano de 1984 que se organizou uma forma de encaminhar as negociações, de fazer a inscrição dos sem terra e de encaminhar as reivindicações às autoridades. Segundo o assentado:

Mas logo vimos que isso não bastava, foi necessário organizar os acampamentos. Mais tarde a gente viu que os acampamentos também não sensibilizavam as autoridades que deixavam o povo acampado sofrendo na beira das estradas. Foi onde que se resolveu ocupar as propriedades improdutivas (ANGHINONI, 2019).

A luta do MST pela ocupação da propriedade improdutiva durante a década de 1980 forjou a criação de uma legislação própria para a Reforma Agrária. A Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu Art. 184, diz que "compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...]. Ao passo que o artigo 186 diz que a função social da terra é quando a propriedade rural atende aos seguintes requisitos:

- I) aproveitamento racional e adequado;
- II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Depois da colonização do Noroeste do Paraná nas décadas de 1940 e de 1950, a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região, na década de 1980 ocasiona um processo de reocupação daquele território por meio de ações do MST no processo de ocupação do latifúndio improdutivo. A respeito disto, Adélia Haracenko (2005), em *A reforma agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Estado do Paraná* (2005), destaca que:

Trata-se das ocupações de terras desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que vão influenciar diretamente na nova forma de ocupação espacial desta região com o advento da desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos e emissão de posse aos trabalhadores que fazem parte desse Movimento (HARACENKO, 2005, p. 1).

Essa onda de ocupação é representada com a vinda de diversos grupos de trabalhadores que foram afetados por ataques e percas em seus municípios de origem. Nessa esfera de trabalhadores temos aqueles que tiveram suas propriedades atingidas por barragens, e desapossados injustamente. Segundo Elias Canuto Brandão, que fez parte da Coordenação Estadual da Comissão Pastoral da Terra como coordenador da Comissão Pastoral da Terra na região Noroeste do Paraná de 1985 a 1990 (sedeado em Maringá), em entrevista concedida em 24 de julho de 2020, nesse período, em 1980 estava se findando o regime militar e a situação dos camponeses, não só deles, mas os povos do campo e das cidades eram gravíssimas. O nível de desemprego era muito grande e de analfabetismo, era altíssimo. Então, sobretudo, as entidades ligadas à Igreja Católica, e a Luterana, começaram a incentivar que os trabalhadores se organizassem na busca de seus direitos (BRANDÃO, 2020).

A respeito do surgimento de tais grupos, Haracenko (2005, p. 2) destaca que:

O embrião da nova fase de ocupações que ocorreram no Noroeste do Paraná na conjuntura da década de 1980 está diretamente vinculado com a história dos camponeses de oito municípios do Oeste do Paraná, que foram desapossados mediante injustas indenizações das terras que lhes pertenciam e que seriam atingidas pelo alagamento do reservatório da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Toda a mobilização dos desapossados resultou no Movimento Justiça e Terra – MJT, que foi o germe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O vínculo do MJT com o MST se explica porque o primeiro foi a partir de 1980 o embrião das lutas camponesas organizadas no Paraná. Outros movimentos foram desmembrados do MJT e tiveram sua atuação em várias regiões do Paraná. É do agrupamento e da atuação desses vários movimentos fragmentados que surgirá o MST, ator principal das atuações e da nova fase de ocupação no Noroeste.

A soma desses fatores diversos, como os constantes conflitos aliados à violência contra os agricultores, contribuíram para que o processo de adiantamento da reforma agrária caminhasse, visto que muitos grupos dos assentamentos eram provenientes de outras regiões do Estado. Acrescentando a questão política e social do país, pontua Brandão (2020) que:

Na realidade, o movimento sem terra surge devido a própria situação política e econômica que nós estávamos vivendo no Brasil nos anos do governo militar e que se estende depois na nova república. Então, os trabalhadores, não tendo opções na cidade [...] que tendo perdido suas terras no campo, e a cidade não tem emprego para todos, eles não veem alternativas a não ser começar as ocupações (BRANDÃO, 2020).

Observa-se que a conjuntura que afetava a vida dos trabalhadores do campo, os pequenos agricultores, nos anos [1980], era dramática. Observando aqueles que perderam suas posses por expulsões ou que tiveram suas terras alagadas, já podemos perceber explicitamente a presença da violência contra esses trabalhadores. Além de que, no Paraná houve a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que alagou uma grande extensão de terras, e além dela já havia outras construções de hidroelétricas que acabaram expulsando as pequenas famílias de agricultores de suas terras que foram alagadas. E,

segundo Brandão, “essas pessoas acabaram não tendo essas áreas pagas pelo governo” (BRANDÃO, 2020). Então isso contribuiu para que essas famílias se organizassem no Movimento Sem Terra e muitas outras fossem perdendo os sítios, migrando para as periferias das cidades, uma vez que não havia emprego para todos, contribuindo para o crescimento do movimento sem terra. Ainda segundo Brandão, a luta não acontece de maneira pacífica e aumenta ainda mais quando passa a ser contra o latifúndio improdutivo (BRANDÃO, 2020). O entrevistado acrescenta que:

No campo, ali nos anos 1980, a situação era muito dramática porque os pequenos agricultores que ainda não eram bastante, mas já estavam perdendo as suas terras devido ao crescimento do agronegócio, dos latifúndios e o incentivo do governo para as pessoas se mudarem para a cidade para trabalharem nas indústrias ou mesmo para ir pra Mato Grosso ou para o Amazonas, para colonizações naquela região e a falta de incentivo, de políticas agrícolas, assim como a ausência de políticas agrárias para o movimento sem-terra... vamos pegar aí a ausência de políticas agrícolas para o Brasil como um todo, faziam com que os pequenos agricultores não conseguissem financiamentos e, quando conseguissem, teriam que colocar os seus sítios, a sua terra, a sua pequena área como garantia para o banco, hipotecando-as (BRANDÃO, 2020).

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO NOROESTE DO PARANÁ

Na gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra temos a presença de lideranças religiosas que estimulam e incentivaram a organização dos trabalhadores para lutarem pelos seus direitos. Tais lideranças, afirma Brandão, “no campo e nas cidades, apoiados também pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e em parte pela Igreja Luterana, a Comissão Pastoral da Terra começa a incentivar que os camponeses se organizem e lutem por terra” (BRANDÃO, 2020).

Elias Canuto Brandão fez parte diretamente da coordenação estadual da Comissão Pastoral da Terra atuando na região Noroeste do Estado e relata que essa pastoral teve uma importante participação no início da criação do movimento sem terra, sendo o “braço direito” no seu surgimento. Era a Comissão Pastoral da Terra quem dava o suporte com todo tipo de assessoria, informação, assessoria jurídica e na organização do próprio movimento até que o mesmo tivesse a estrutura para sozinho caminhar. Isso não foi um processo longo porque trabalhavam direto com várias formações e frentes de formações. Inclusive na assessoria para se organizar os primeiros congressos, a Comissão Pastoral da Terra estava junto com eles (BRANDÃO, 2020). Nesse sentido, Brandão (2020) disse:

Então, o deslocamento do pessoal, comida, alojamento, tudo isso era custeado com campanhas e com o apoio das igrejas e da Comissão Pastoral da Terra [...]. O pessoal pousava em salão paroquial durante o congresso, ou nas escolas. A Pastoral da Terra, na região de Cascavel e de Francisco Beltrão, naquele determinado momento, foi praticamente quem deu todo o apoio para organizar a realização do encontro do movimento sem-terra e, posteriormente, o primeiro congresso, e o congresso que ocorreu em Curitiba (BRANDÃO, 2020).

Em seu livro *História Social: da invasão do Brasil ao maxixe e lambari*, Brandão (2003, p. 51) expressa que:

A CPT, através de seus agentes espalhados por todos os estados, teve fundamental atuação nos conflitos de terra, no surgimento do MST e investia na formação de lideranças. Com sua metodologia de ação, nem sempre havia apenas uma pessoa em evidência e talvez por esse motivo, confundia policiais, investigadores, estado, justiça e latifundiários, sobre quem deviam perseguir, ameaçar ou prender. As pessoas que mais se destacavam até meados da década de 80 eram os agentes da CPT que não eram parte do MST, mas que davam apoio, formação e assessoria jurídica e política, não só ao MST, como também aos “sindicatos combativos”, oposições sindicais, pastorais rurais e pastorais da juventude rural, em diferentes regiões ou Dioceses.

De acordo com a entrevista de Brandão, em 2020, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ofertava cursos visando o preparo daqueles trabalhadores que estavam envolvidos na luta, assim, os mesmos seriam capazes de resistir e lidar com as situações adversas. Sem este preparo, os trabalhadores poderiam desistir e abandonar a luta pela terra. A CPT lançou mão de tais ferramentas no início do movimento, que ainda estava se organizando e tomando forças. Sobre isso Brandão destacou que:

[...] quando a gente não se prepara psicologicamente, e não conhece bem com quem a gente está lutando, a gente desiste com muita facilidade. Abandona a luta. Então, os trabalhadores, precisavam dessa formação e era o que fazíamos naquele período. Depois o próprio movimento sem-terra passou a fazer e aí a Comissão Pastoral da Terra foi se afastando. Atualmente eles tocam o barco sozinhos, realizam grandes eventos e têm sido muito criativos nesse sentido (BRANDÃO, 2020).

Podemos pontuar, então, que a relação entre a CPT e os trabalhadores sem terra serviu de impulso e amparo na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os cursos organizados pela CPT visavam o aprimoramento pessoal daqueles que estavam envolvidos na luta, para que pudessem se defender de ataques vindouros e perceber o momento econômico, social e político do país e, também, quem eram os seus oponentes, ou seja, com quem estavam lutando. Sobre tais cursos de formação, ofertados pela CPT, Brandão ressaltou:

Então eu vinha, fazia a petição e fazíamos cursos de formação nesse sentido. Então, se uma pessoa fosse presa, sem o advogado, de livre e espontânea necessidade, pegaria uma folhinha de papel e uma caneta e poderia pedir o seu *habeas corpus*. Então dávamos esses cursos para as pessoas na hora “h”, uma vez que não estava nem eu pela Comissão Pastoral da Terra, não tinha um advogado, ou não tinha uma outra pessoa ali próxima, ele poderia fazer o próprio *habeas corpus*. A gente dava esses cursos de formação, de autodefesa, para as pessoas (BRANDÃO, 2020).

Quando havia algum despejo e trabalhadores acabavam sendo presos, a CPT dava o suporte, entrava em contato com advogados e ia conferir se os processos estavam ocorrendo corretamente e de acordo com a lei. Nesse sentido, Brandão, exemplificou tais ações e intervenções:

Havia um despejo e vários iam presos, então nós corríamos, arrumávamos um advogado [...]. A CPT sempre esteve por trás disso, até a retirada das pessoas. Inclusive,

retirar as pessoas de uma região devido a determinadas ameaças e levar para outra região, deixá-los escondidos, dar todo o suporte psicológico, financeiro e também o suporte de médico e assim por diante. Nós fizemos em vários momentos essa relação direta com o movimento sem-terra para fazer com que passassem a voar sozinhos. E conseguiram rapidamente (BRANDÃO, 2020).

A Comissão Pastoral da Terra era dividida e organizada por região, então havia uma pessoa coordenando na região Norte, que era o senhor Joaquim Pacheco e na região Noroeste, que era chamada de Norte Novo, estava Elias Canuto Brandão. O Noroeste abrangia a região de Terra Rica, Querência do Norte, até as divisas de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Os responsáveis pelas regiões só visitavam outras, quando havia um conflito de terra oriundo de ocupação ou despejo. Brandão destaca a participação da CPT e a sua própria atuação nos deslocamentos de trabalhadores “boias-friás” de Amaporã para a região de Querência do Norte, que contribuiu para a formação do Assentamento Rural Pontal do Tigre (BRANDÃO, 2020).

A região de Querência do Norte possui uma explícita tensão entre o MST e o latifúndio improdutivo, e foi resultado da organização do MST, que tem o embrião no município de Paranavaí, no trevo de Piracema. Instalada a coordenação da CPT, na região Noroeste do Paraná, em 1985 começa acompanhar a situação dos canavieiros, ao mesmo tempo em que acompanhava a luta sindical. De acordo com Brandão:

[...] os presidentes de alguns sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), como de Terra Rica e Paranavaí, perceberam que se não demonstrassem alguma ação, vez que não concordavam com o movimento sem-terra, sabiam que a Comissão Pastoral da Terra faria alguma coisa. Foi então que os presidentes destes sindicatos dos trabalhadores rurais pegaram algumas famílias boias-friás de Terra Rica e as acamparam na beira da rodovia em Piracema, próxima a localidade de Mandiocaba (BRANDÃO, 2020).

Em uma reunião dos presidentes dos sindicatos rurais em Paranavaí, houve um bate-boca, no qual, Brandão, então coordenador da CPT na região, disse que “pegou a palavra e falou que eles eram irresponsáveis pela forma com que agiam na ocasião, jogando dezenas de famílias na beira da estrada e em seguida abandonando-as” (BRANDÃO, 2020).

As famílias acampadas na beira da rodovia em Piracema, descobriram que havia uma área Estadual destinada a construção de um aeroporto em Amaporã e ocupam a área. Saíram, assim das garras dos presidentes dos sindicatos e passaram a ser acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra e pela Pastoral Rural de Paranavaí, de acordo com Brandão, com a participação direta do Frei Gentil, Frei João e salvo engano Frei Wilmar, ambos Carmelitas” (BRANDÃO, 2020). A CPT passou a dar todo o apoio. Ainda de acordo com Brandão,

Quando os boias-friás ou sem-terra chegam na área em Amaporã, os fazendeiros da região, mesmo sabendo que a terra não era deles, manipularam a justiça de Paranavaí para fazer o despejo apresentando documentos falsos alegando que a área era deles. O juiz não foi lá para ver, não confrontou as informações e fez o despejo. Após o ocorrido, eles ficaram acampados na beira da rodovia perto de Amaporã (BRANDÃO, 2020).

De acordo com Brandão, no começo de 1988, representantes dos sem terra pedem uma reunião com o governador José Richa e na reunião descobrem uma área em Querência do Norte que os proprietários não estavam pagando os impostos. A partir de então, o grupo de Amaporã foi à região para fazer investigações a respeito daquela área. A investigação acontece, segundo Brandão, da seguinte maneira: “Aí eles vêm, fazem de conta que são andarilhos, entram na fazenda [...] então a gente fazia essas experiências de entrar e ficar sondando e a partir dali se deu a ocupação” (BRANDÃO, 2020).

Acrescenta Brandão que

Na área já existia um grupo formado pela Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte (ADECOM), e como o grupo Atalla não cultivava a área, vale ressaltar a grande pobreza presente em Querência do Norte, organizou-se ali a associação (BRANDÃO, 2020).

Na investigação dos integrantes do MST para averiguar as possibilidades de ocupação, Brandão (2020) comenta que chegaram à área da ADECOM:

[...] pelo meio da roça, aí são bem recebidos, pegam todas as informações, observam qual a melhor área e observam onde poderiam fazer o acampamento quando chegassem, aí vão e fazem a ocupação, acampando próximo ao trevo, na estrada que dá acesso ao porto, que leva a Icaráima e Umuarama. Em questão de poucos dias vem também o grupo de Reserva (BRANDÃO, 2020).

Tais grupos posteriormente, junto com os outros, formariam o Assentamento Pontal do Tigre. Tais grupos posteriormente, junto com os outros: Castro, Capanema e Tibagi (BRANDÃO, 2003, p. 71), formariam o Assentamento Pontal do Tigre.

Além do que, igualmente a mídia possui papel contributivo, manipulando a formação da opinião, interferindo sobre o senso comum a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois é a mídia informa, a seu modo, a respeito das ocupações, despejos e expulsões. Logo, a maneira pela qual ela fará isso, afetará diretamente a mentalidade dos moradores dos municípios próximos. Brandão “apontou que a mídia sempre trabalhou em favor do pensamento do governo e dos grandes fazendeiros” (BRANDÃO, 2020).

Para Brandão (2020),

[...] ela sempre trabalha pelo viés do fazendeiro, do latifúndio e como a sociedade não tem uma clareza a respeito do que é o movimento sem-terra acabam reproduzindo o discurso midiático e de elite sobre o movimento, de que se trata [...] de comunistas, de vândalos que querem invadir a propriedade alheia, tomá-la para depois vender a terra. Deste modo, os fazendeiros com o auxílio da mídia começam a criar a ideia de que é o agronegócio que é bom. Quem está na frente da televisão ou lendo um jornal, não tem noção do que é isso (BRANDÃO, 2020).

Sobre isso ele (2020) acrescentou:

A mídia sempre ocupou o papel de criar uma confusão na cabeça do povo e de sempre trabalhar em favor do pensamento do governo, federal ou estadual. Então, sempre que tivesse despejo, ela jogava o despejo, mas não explicava corretamente

o que estava ocorrendo, se a área era ociosa ou não. Então, a mídia, historicamente, teve um papel fundamental, e continua tendo até hoje, um papel em fazer com que a sociedade visse o movimento sem-terra como um grupo guerrilheiro, comunista, coisa que nunca foram. Nem guerrilheiro e nem comunista. São trabalhadores, eram trabalhadores que estavam no campo e haviam saído da terra de forma forçada, o que muitos historiadores chamam de êxodo, e começaram a se organizar para lutar e voltar para o campo, produzir para ele, para matar a fome dele e da sua família, e produzir alimento para o povo da cidade. Mas a mídia não trabalha esse viés (BRANDÃO, 2020).

Segundo Brandão (2020), “o enfrentamento maior que o movimento sem terra vai ter, é durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, de [19]95 até 2002. Trata-se de um período de maior tensão entre o MST e com os governos dos estados”. Brandão (2020) ainda discorre que antes desse período:

Houve uma experiência muito frustrante no período do Roberto Requião, que inclusive teve confrontos em algumas áreas com mortes, que casou ali no começo dos anos [19]90, entre [19]91 e [19]93, uma ruptura de um convênio que havia entre a Comissão Pastoral da Terra e o governo Roberto Requião para a alfabetização dos povos do campo, sobretudo, dos canavieiros, dos “boias-friás”. Devido a morte do Teixeirinha, na região de Cascavel, foi rompido esse contrato, esse convênio, que era da Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário [APEART] (BRANDÃO, 2020).

Entretanto, para ele, “foi o momento que, para o movimento sem terra, devido toda aquela formação que teve nos anos de [19]80 e a organização dele que estava forte, ele não foi abalado” (BRANDÃO, 2020).

Desta forma, o movimento cresceu e tomou forças. Era sabido que só conquistaram a efetivação dos seus direitos através da pressão e da luta. Os camponeses resistiram a tais embates. Quando eram despejados de uma área, acampavam na beira da estrada, ocupavam outra área, podendo até mesmo voltar a ocupar a mesma. E esse confronto durou anos. Nisso percebe-se a importância dos cursos ofertados pela CPT que, já desde os anos 1980, trabalhava muito claro a ideia de que nenhum governo funciona se não for por meio da pressão e nenhuma conquista vem de graça (BRANDÃO, 2020).

A luta pela reforma agrária como uma nova forma de ocupação do espaço geográfico apareceu no cenário da região Noroeste do Paraná quando os trabalhadores rurais aliados à conjuntura histórica de luta pela terra no Paraná visualizaram nessa região os grandes latifúndios, os quais não cumpriam a função social da terra. Atualmente o espaço-território dos assentamentos no Noroeste do Paraná está dividido em três polos, sendo eles: Polo de Querência do Norte, Polo de Terra Rica e o Polo de Paranacity (HARACENKO, 2005, p. 2).

No Polo de Querência do Norte, atualmente, encontra-se quatorze assentamentos divididos entre dois municípios, que são eles Querência do Norte, com dez assentamentos e Santa Cruz de Monte Castelo, com quatro (conforme vimos anteriormente). O começo da “fase moderna” da ocupação das terras das fazendas pelo MST e que, posteriormente, vieram a se tornar assentamentos no município de Querência do Norte está vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, que no município se inicia a partir de 1986, com a ocupação da Fazenda Pontal do Tigre.

O ASSENTAMENTO PONTAL DO TIGRE

O Assentamento Pontal Tigre teve início em 1986 pela ocupação dos moradores do assentamento de “boias-frias” formado pela ADECOM e em 26 de junho de 1988 com a chegada dos grupos integrantes do MST em Querência do Norte. Sua consolidação deu-se a partir de 22 de outubro de 1995 com a imissão de posse aos assentados. Em sua dissertação de mestrado, *O MST em Querência do Norte – PR: da luta pela terra à luta na terra* (2004), Sergio Gonçalves ao explicar a formação do Assentamento Rural Pontal do Tigre, aborda a criação da ADECOM que surgiu no ano de 1983. De acordo com o autor, a prefeitura do Município foi intermediária no arrendamento de uma grande área de terras da Fazenda Pontal do Tigre junto ao proprietário Rudney Atalla. Neste caso, cerca de 300 famílias residentes em Querência do Norte preencheram as fichas respondendo a um questionário socioeconômico elaborado pela prefeitura e após a seleção inicial e os trâmites legais, 78 delas receberam os lotes prometidos, ocupando 178,46 alqueires de terra, dos 484,71 alqueires cedidos pelo grupo Atalla para arrendamento. Também ficou estabelecido que, no final da vigência de cinco anos do arrendamento, ou seja, em 1988, os fazendeiros receberiam de volta uma terra beneficiada, cuidada, com alto valor de mercado. Desta forma, o arrendamento mascarava a improdutividade da fazenda do grupo Atalla, o qual, teria sido por fim o maior beneficiado se não fosse o processo de desapropriação iniciado em 1986 para a finalidade de reforma agrária (GONÇALVES, 2004, p. 134-135).

Porém, o Assentamento Rural Pontal do Tigre não é homogêneo, encontrase dividido em vários grupos de trabalhadores rurais sem terra. Essa divisão foi ocorrendo de acordo com a procedência de seus integrantes. Os moradores Maria Julia da Silva, Clarina Borges Menegassi, Luzia Conceição Voss de Lima e José Edilson de Lima (esposo da última), entrevistados no dia 20 de janeiro de 2020, explicaram o motivo pelo qual o Assentamento Rural Pontal do Tigre é constituído por vários grupos, como: Adecon, Castro, Reserva, Capanema e Amaporã. Segundo eles, o significado dos nomes escolhidos vem do local de origem de cada grupo. Portanto, Maria Julia da Silva faz parte do grupo Amaporã que tem esse nome porque veio do município de Amaporã (SILVA, 2020). Ao passo que Clarina Borges Menegassi faz parte do grupo “Reserva” porque veio da cidade de Reserva (MENEGASSI, 2020). E, por fim, o casal Luzia Conceição Voss de Lima e José Edilson de Lima, pertence ao grupo Adecom – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte que arrendava terras da Fazenda Pontal do Tigre (LIMA, L. C.V., 2020; LIMA, J.E., 2020).

“A TERRA COMO PROFISSÃO”

Ao ser perguntado quais foram as dificuldades encontradas no Assentamento Rural Pontal do Tigre, Anghinoni respondeu que encontrou dificuldades de todas as formas, mas a maior delas, “foi a própria rejeição da sociedade à causa do MST”. O mesmo ainda acrescentou:

Vivemos em um país onde a elite não aceita a ascensão do pobre e, por isso, ela cria vários obstáculos para criminalizar quando o pobre começa a se organizar. Com tantas coisas boas que a reforma agrária trouxe para a região, mas a mídia a serviço da elite procura sempre ensinar o povo a nos odiar (ANGHINONI, 2019).

Ao falar da imprensa, Celso Anghinoni relatou a experiência que os assentados tiveram há 24 anos, na data de 17 de maio de 1996, quando foi a desapropriação da Fazenda Monte Azul, propriedade de Jorge Saad, também dono do grupo Bandeirantes de rádio e televisão. Anghinoni disse que este grupo comprou a área e ficou com ela por quatorze anos sem nenhum registro de atividade econômica, não tinha recibo de pagamento de impostos, “inclusive não tinha nem registro de empregados”, descumprindo formalmente a função social da propriedade da terra, segundo a Constituição. Por isso, sua área foi desapropriada para finalidade de reforma agrária. “Ela foi ocupada porque já estava desapropriada”, enfatizou o assentado. Porém, no dia da ocupação, logo de manhã, o MST reuniu-se com a família que cuidava da área. “Foi uma reunião amistosa, na qual ficou acordado que não aconteceria nada com ela”, concluiu o assentado (ANGHINONI, 2019).

No mesmo dia da reunião (17 de maio de 1996) no período da tarde, um repórter da Rede Globo, em conluio com o administrador da fazenda, fez uma reportagem muito tendenciosa, criminalizando o movimento. De acordo com Anghinoni a reportagem fez um teatro:

A mulher da casa que de manhã havia participado da reunião com o MST toda elegante, depois na frente das câmeras ela se apresentou com o vestido rasgado na altura da barriga para mostrar que estava grávida e descabelou-se toda. Aos gritos a mulher falava que os funcionários da fazenda estavam presos e de que todos, inclusive crianças, foram agredidas pelos integrantes do MST (ANGHINONI, 2019).

Ainda de acordo com o assentado, a Rede Globo colocou toda a sociedade contra o MST: “quer dizer, fez uma encenação para criminalizar e não falou que a área foi desapropriada porque era improdutiva, que não tinha recibo de pagamento de impostos, que não tinha notas de entrada e saída”. Enfim: “a sociedade foi ensinada a nos odiar”, concluiu o assentado (ANGHINONI, 2019).

Em outro momento, Anghinoni disse que mesmo os ocupantes da Fazenda Monte Azul tendo apresentado à reportagem da Rede Globo o decreto de desapropriação da área que havia sido emitido pelo INCRA em 17 de maio de 1996, a emissora negou-se a acreditar no documento de desapropriação (ANGHINONI, 2019). O entrevistado Milton Bolson Dalla Porta disse que não dá para confiar nos meios de comunicação, “como o Celso falou, pode ter mil coisas boas do MST, mas se aparecer uma ruim é aquela que a mídia vai divulgar. Então os meios de comunicação estão do lado dos poderosos” (DALLA PORTA, 2019).

Outra notícia difamatória criada pela imprensa sobre o MST, segundo os assentados, é a de que os sem terra invadem para depois vender a terra. Dalla Porta disse que “é uma mentira que plantaram para a sociedade não gostar de nós”. Há casos de alguns ocupantes que lutam e depois no final desistem por diversos problemas, muitos dos quais relacionados às más condições do acampamento (DALLA PORTA, 2019). No geral, concluiu Anghinoni: “o povo que

entra na luta pela terra, que vem acampar, é porque tem vontade de trabalhar e sabe que tem *a terra como profissão*” (ANGHINONI, 2019).

Ao ser perguntado quais foram as primeiras dificuldades encontradas no acampamento, Delfino José Becker, outro assentado, respondeu que foi o choque cultural gerado pela incompREENSÃO do povo de Querência do Norte com a presença dos sem terra no município. Segundo Becker, “medo do novo” (BECKER, 2019). Mas disse também que com o passar do tempo a comunidade compreendeu aos poucos que com o MST cresceria o número de habitantes em Querência do Norte, mais gente para comprar no comércio e movimentar a economia local (BECKER, 2019).

Aos poucos os sem terra foram conquistando a confiança do povo do lugar e superando a rejeição que havia, disse Becker:

E a gente foi participando do comércio, das questões culturais. Fizemos uma caminhada junto com o padre Chico. Na chegada à cidade, ele falou: “ó, nós estamos chegando à cidade”, daí começamos a rezar o Pai Nossa, a Ave Maria [...]. No mesmo dia fizemos uma confraternização na praça (BECKER, 2019).

Ainda de acordo com Delfino José Becker, no início, o comércio ficou fechado, “pois os comerciantes acharam que seus estabelecimentos seriam saqueados”. Mas, depois da celebração da missa e da confraternização, disse que esses eventos ajudaram o MST a conquistar as pessoas do lugar, as pessoas viram que os sem terra eram amistosos e com o tempo foi melhorando a nossa relação com a comunidade. “Hoje”, disse ele, “o Assentamento Rural Pontal do Tigre faz parte de Querência do Norte, muitos jovens daqui são casados com jovens da área urbana. Outros daqui foram morar ou trabalhar na cidade. Com isso, a integração do assentamento com a cidade já está consolidada”. Além do choque cultural entre a população local e os integrantes do MST, Becker assinala que houve também divergências dentro do Assentamento Pontal do Tigre. “Mesmo sendo o objetivo um só, a reforma agrária, cada grupo veio por um caminho diferente”, disse ele, “teve o grupo da ADECOM, que já era formado por querencianos que pagavam arrendamento para a Fazenda Pontal do Tigre”. Esse grupo foi o primeiro a ser assentado no município de Querência do Norte. Eram “boias-friás” que foram assentados pela prefeitura do município no ano de 1986.

O grupo do Celso Anghinoni começou em Castro-PR. Tem o grupo Amaporã, que veio incentivado pelos padres da Comissão Pastoral das Terras de Paraná – CPT. Há também o grupo Capanema, cujos integrantes vieram da cidade de Capanema. Então, estes grupos vieram por caminhos diferentes, mas com o único objetivo que era a reforma agrária. Então houve muitas divergências no começo mas, aos poucos, os grupos foram se entendendo e superando (BECKER, 2019).

Outra divergência entre os grupos foi em relação à escola, uma vez que cada grupo tinha a sua própria escola, disse Becker: “e aí a gente começou a conversar porque não ter uma escola centralizada”. Para o MST, a necessidade de haver escolas e de garantir a educação é uma preocupação em todo o Brasil.

Sua luta pela democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a reforma agrária. Desta maneira, é válido acentuar o modelo educacional promovido pelas escolas do assentamento, denominadas Chico Mendes (municipal) e Centrão (estadual) que é diferente das escolas comuns. Foi a partir desta constatação que os grupos tomaram a decisão em conjunto de ter um espaço educacional centralizado e, por isso, esse espaço fundado em 1995 recebeu o apelido de Centrão. Segundo Becker “foi a partir dessa mesma ideia do Centrão que temos hoje, além da escola, um posto de saúde, enfim, uma estrutura centralizada para atender todo o assentamento” (BECKER, 2019).

Segundo Anghinoni, por ser uma área de acampamento, o agricultor não conseguia ter acesso aos órgãos públicos para financiar a lavoura. “Com isso, não havia recursos para nada, nem mesmo para o transporte ou alimentação. Eu não tenho vergonha de dizer que ia e voltava a pé da cidade sem trazer uma farinha”. Disse também que foram 10 longos anos acampados com a família para receber seu título de concessão de uso da terra e que nesse período não chegou a passar fome “porque em cima da terra nós plantávamos batata-doce, mandioca, criava porco, galinha, tinha uma vaquinha de leite”. Mas, nos primeiros anos de acampamento: “Cheguei a ficar com a mesma camisa três anos sem poder trocar [...]. Hoje, para conquistar a terra, a gente tem que desafiar e querer mesmo”, concluiu Anghinoni (ANGHINONI, 2019).

Dalla Porta, outro entrevistado, lembra-se também das dificuldades enfrentadas pelo grupo na época do acampamento. Segundo o assentado, o acampamento marcou muito sua vida, afinal foram dez anos de luta para regularizar ou para transformar o acampamento em assentamento. Dalla Porta também se lembrou de como a terra foi dividida entre os acampados: “Então ali a gente tinha dividido os espaços assim: cada família que estava lá poderia plantar um pedaço para o sustento e para ir vivendo ali no acampamento”. Em seguida, ele se lembrou da alegria dos filhos com as primeiras colheitas:

Então os primeiros plantios que a gente fez, o meu filho mesmo falava: “olha pai já está dando fruta, já está dando melancia, já está tendo melão, está tendo mandioca para arrancar”. Assim, a mandioca produzindo, a verdura na horta [...]. Isso marcou muito a gente. “Ô pai, olha já temos comida para nós comermos” (DALLA PORTA, 2019).

Dalla Porta se emociona ao falar que “eu mesmo nunca passei fome, mas outras famílias que eram mais humildes, mais pobres, chegavam até passar necessidade” (DALLA PORTA, 2019).

Mesmo depois da imissão de posse em 1995, Dalla Porta disse que “para poder produzir havia toda uma dificuldade para comprar implementos, máquinas e insumos”. E para tanto é necessário ter apoio do governo e para ter apoio tem que ter mobilização, pressão. O assentado se lembrou da grande marcha para Curitiba que se iniciou no dia 23 de setembro de 1997 em Querência do Norte e com duração 24 dias. Essa marcha foi denominada pelo movimento de *Marcha pela Liberdade dos Sem Terra, pelo Emprego e pela Reforma Agrária*. Dalla Porta disse que: “[...] caminhamos pelas estradas daqui a Curitiba, [...].

Chegamos a dormir na beira de estrada”. E assevera: “isso faz parte da luta, quem fez isso valoriza seu espaço, valoriza porque botou o pé no chão”. Dalla Porta também acrescenta que durante a marcha as pessoas tiveram que “comer às vezes arroz queimado lá do fundo da panela — que era a panela grande para cozinhar para 200 pessoas para comer todas andando” com o objetivo de ir lá para Curitiba pressionar o governo na negociação. “Naquela época era o governo de Jaime Lerner, um governo de direita, e estava querendo derrotar o movimento” (DALLA PORTA, 2019).

Ao falar das lideranças do MST em Querência do Norte, Dalla Porta disse que seu companheiro Celso Anghinoni “é muito admirado porque defende a luta. Foi perseguido e até ameaçado de morte. Não conseguiram matar o Celso, mas mataram por engano o irmão dele” (ANGHINONI, 2019). Trata-se do assassinato de Eduardo Anghinoni, irmão do entrevistado Celso Anghinoni. De acordo com matéria do jornalista, Maurício Hashizume, publicada no dia 02 de agosto de 2011 pelo jornal *Repórter Brasil*, o atentado ocorreu em 29 de março de 1999, quando por volta das 22:00h, o assassino, Jair Firmino Borracha, se dirigiu à residência de Celso Anghinoni, e, juntamente com outros dois elementos não identificados, desferiu tiros contra a vítima causando a morte de Eduardo. No momento do crime a vítima estava assistindo televisão na residência de Celso Anghinoni, para o qual fazia uma visita e não tinha nada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O pistoleiro Jair Firmino Borracha executava serviços para latifundiários e para a União Democrática Ruralista (UDR) da região Noroeste do Paraná. Organização esta que contrata pistoleiros ou jagunços como “seguranças” das fazendas com o objetivo de impedir as manifestações dos trabalhadores rurais sem terra. O desfecho do caso se deu em 26 de julho de 2011, quando Jair Firmino Borracha foi condenado a 15 anos de prisão em regime fechado (HASHIZUME, 2011).

AS CONQUISTAS DOS ASSENTADOS

Desde seu auto de imissão de posse em 22 de outubro de 1995, o Assentamento Pontal do Tigre, vem ajudando a potencializar a economia do município de Querência do Norte, com a produção de diversos produtos como arroz polido e integral, e derivados de leite como queijos muçarela, nozinho, palito, trancinha de provolone, manteiga, leite empacotado e iogurte, que são alguns dos produtos agroindustrializados e comercializados pela Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda. (COANA). A COANA foi fundada pelos assentados em 1995 e, atualmente, possui 852 cooperados.

É importante ressaltar que atualmente o município de Querência do Norte é conhecido como a capital do arroz irrigado do Paraná por conta da produção irrigada em suas terras. No Assentamento Pontal do Tigre a plantação é realizada em áreas de alagamento controlado ou de várzeas e é justamente a irrigação que garante o desenvolvimento dos cachos de arroz. Após a colheita, esse arroz sai empacotado da agroindústria, com o detalhe de que o plantio feito pelos assentados é sem agrotóxicos. Para além da cooperativa, os agricultores

também criam porcos, galinhas, cabras e plantam diversos alimentos como mandioca, batata, feijão e hortifrutigranjeiros.

Também foi uma conquista do movimento dos sem terra o projeto político pedagógico voltado para a educação no campo. Em 2016, o *Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária*, publicado por representantes do movimento durante o 2º *Encontro Nacional de Educadores e Educadores da Reforma Agrária (Enera)*, a escola do campo passou a ter como objetivo educar as crianças assentadas em todo o Brasil de acordo com os princípios políticos e sociais do movimento, ou seja, através de uma “pedagogia socialista”.

Em Querência do Norte, por exemplo, os filhos dos moradores do assentamento têm aulas de disciplinas “práticas agrícolas” e “ambientais” em que visitam as plantações e aulas sobre conteúdo de “cultura camponesa”. Também o calendário escolar leva em conta as datas comemorativas da rede, mas também considera as datas que são significativas para o MST.

O entrevistado Milton Bolson Dalla Porta enalteceu o projeto político pedagógico da escola, disse que “tem coisas que são ensinadas pelos professores da escola do assentamento que não se ensina na escola da cidade, porque a gente quer que as crianças que moram no assentamento tenham conhecimento de agricultura e de mais coisas, como de política, por exemplo”. A respeito do material escolar, Dalla Porta disse que as editoras que produzem os livros didáticos para as escolas “ensinam aquilo que é conveniente para a elite, para a burguesia”. Em seguida, deu seu conceito de burguesia: “quando eu falo ‘burguesia’, são aquelas pessoas que não conseguem gastar todo o dinheiro que ganha”. Isso, segundo ele: “também não é digno”. De acordo com Dalla Porta: “o movimento é uma bandeira de luta pela dignidade e que se conquista com a igualdade. Eu tenho que querer o que é bom para o meu irmão, para o meu vizinho, para a criança do vizinho. Tem que ser socializado”! Explicou (DALLA PORTA, 2019).

No entanto, depois de passados 30 anos de ocupação e 23 anos de desapropriação da terra, os antigos proprietários que compunham o grupo Atalla entraram na justiça em 2014 com uma ação de reintegração de posse. De acordo com Celso Anghinoni, isto nos permitiu entrar na justiça com pedido de usucapião. Numa das assembleias, decidimos fazer um levantamento geográfico dos nossos lotes, porque o documento que temos de concessão de uso não determina o tamanho do lote de cada um. Para poder entrar com pedido de usucapião tem que ter este mapa descritivo, a maioria já fez e encaminhou ao advogado para dar entrada ao pedido de usucapião. “Agora, estamos no aguardo para ver o desfecho disso” (ANGHINONI, 2019).

Porém, essa ação de reintegração de posse de 2014 tem amedrontado alguns moradores do Assentamento Pontal do Tigre, como nos revelou a moradora Luzia Conceição Voss de Lima ao questionar: “Será que eles não pensam no tanto de família que tem aqui dentro? Não imaginam que todo mundo já casou, criou os filhos, tem netos e que todos são frutos dessa terra”? (LIMA, L. C. V., 2020). Outra moradora, Clarina Borges Menegassi, explicou que o assentamento corre o risco de reintegração de posse por conta de um procedimento mal administrado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária. Ela explicou ainda que “quando foi decretado o assentamento em 1995, a Constituição dava direito ao fazendeiro a 25% da área e dentro dessa área imaginava-se que era a do Centrão e do assentamento Capanema, mas daí teve toda essa discussão, virou assentamento, mas, depois o INCRA não pagou, porque o grupo Atalla pediu um valor muito alto [...]. Aí tinha um período para recorrer da decisão e o INCRA não recorreu, mas o grupo Atalla recorreu” (MENEGASSI, 2020). De acordo com Celso Anghinoni “o grupo Atalla pediu ao INCRA uma indenização de 539 milhões, um valor muito acima do valor do que vale esta área hoje” (ANGHINONI, 2019).

A entrevistada Clarina Borges Menegassi relatou que aconteceu uma assembleia em 31 de agosto de 2018, entre os moradores do assentamento e os advogados do grupo megalatifundiário Atalla e disse que “nós não éramos mais assentados e nem acampados. A gente já não sabia mais o que a gente era. Então, são mais de 30 anos que o pessoal está aqui em cima. É uma vida. Depois de tudo o que foi construído [...]. E agora, o que fazer?” No entanto, os advogados deixaram claro que “o grupo Atalla não tem interesse na área, mas ele quer a indenização, ele quer o dinheiro”. Foi o que tranquilizou um pouco os moradores (MENEGASSI, 2020). De acordo com Celso Anghinoni, a assembleia deste dia 31 de agosto de 2018, contou com a presença massiva dos assentados, do juiz da Vara da Justiça Federal de Umuarama, dos advogados e peritos do grupo Atalla, dos peritos da Justiça Federal e dos funcionários do INCRA. “Esta assembleia aconteceu aqui na data citada para esclarecer toda a comunidade assentada que não se tratava de pedido de reintegração de posse, mas sim de um levantamento da área e quanto dela estava sendo ocupada com alguma cultura desde o tempo em que foi ocupada”, concluiu o assentado (ANGHINONI, 2019).

Delfino também discorreu a respeito da atual conjuntura em que os assentamentos estão ameaçados de despejos e lamentou:

Como agora nós estamos pertinho do Natal (2019) até lembro que na noite de Natal de 1989, a gente passou fazendo mudança de uma área para outra para evitar um despejo. E depois de passados 30 anos, novamente a gente está de novo sob ameaça de despejo [...]. Na semana passada teve um despejo na São Francisco e em Querência do Norte ainda tem outras áreas ameaçadas. Tomara que este Natal seja de Paz! A gente está nessa expectativa (BECKER, 2019).

O despejo mais recente aconteceu em 3 de dezembro de 2019 no acampamento Companheiro Sétimo Garibaldi, o que afeta e assombra todos os integrantes dos 10 assentamentos do município. Por outro lado, a luta continua, uma vez que o objetivo do MST é um só, avançar com o processo de reforma agrária no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da entrevista com o professor Elias Canuto Brandão pode-se concluir que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Maringá teve uma importante participação no processo de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra, em seus primeiros passos, no início do processo de ocupação do latifúndio improdutivo na região Noroeste do Paraná. A CPT era quem dava orientações teóricas e práticas municiando o movimento de estratégias para o processo de acampamento e ocupação do latifúndio improdutivo. Ao mesmo tempo a CPT dava curso de orientação jurídica para o movimento defender-se dos ataques ou das reações da justiça a serviço dos fazendeiros, como solicitar *habeas corpus* em caso de prisão e etc.

Ao passo que através das entrevistas com os moradores do Assentamento Pontal do Tigre, de Querência do Norte, tornou-se evidente que desde sua ocupação, desapropriação e imissão de posse em 1995, até os dias atuais, Querência do Norte sempre foi espaço de lutas por terra, trabalho e de Reforma Agrária.

No decorrer deste trabalho foi possibilitada a análise das organizações iniciais do acampamento/assentamento Pontal do Tigre, sua divisão, a origem de cada grupo que o compôs e as primeiras dificuldades encontradas no espaço do acampamento/assentamento. Também foi possível observar as primeiras divergências culturais, o medo do “novo” da população do município de Querência do Norte imposto por um preconceito enrustido pela mídia burguesa contra a bandeira do MST.

Dessa forma, conclui-se que, a luta e a resistência foram primordiais para os moradores do Assentamento Pontal do Tigre alcançarem seus objetivos. Atualmente, o Pontal do Tigre juntamente como os outros nove assentamentos do município, contribuem significativamente para a economia não apenas de Querência do Norte, mas de todo o Noroeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

- AMBONI, Vanderlei. *A Escola no Acampamento do MST: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella*. 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2014.
- BRANDÃO, Elias Canuto. *História social: da invasão do Brasil ao maxixe e lambari*. Maringá: Massoni, 2003.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília-DF: Palácio do Planalto. Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 de maio de 2020.
- BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)*. Brasília-DF: Palácio do Planalto. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-normaactualizada-pl.pdf>. Acesso em 17/07/2020.
- FABRINI, João Edmilson *et al.* Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. Presidente Prudente-SP: Revista NERA (Unesp), Ano 15, n. 21, julho-dez. 2012.
- GONÇALVES, Sérgio. *O MST em Querência do Norte-PR: da luta pela terra à luta na terra*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2004.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. A Reforma Agrária como uma nova forma de ocupação do Noroeste do Estado do Paraná. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Ad%EA9lia%20Aparecida%20de%20Souza%20Haracenko.pdf>.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. *O Processo de Transformação do Território no Noroeste do Paraná e a Construção das Novas Territorialidades Camponescas*. 2007. 627 f. Tese (Doutorado em Geografia). USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HASHIZUME, Maurício. Acusado de matar sem-terra é condenado no Paraná. *Repórter Brasil*. Brasília, 2 de agosto de 2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/08/acusado-de-matar-sem-terra-e-condenado-no-parana/>. Acesso em 14 de julho de 2020.

ROMPATTO, Maurílio. “História e memória da colonização do Noroeste do Paraná: a Colônia Paranavaí”. In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto. *A Colônia Paranavaí: Da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Curitiba: Editora CRV, 2019.

FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)

ANGHINONI, Celso. [Depoimento concedido em 15 de dezembro de 2019]. Entrevista realizada por Mariana de Barros Augusto no Assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.

BECKER, José Delfino. [Depoimento concedido em 15 de dezembro de 2019]. Entrevista realizada por Mariana de Barros Augusto no Assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.

BRANDÃO, Elias Canuto. [Entrevista concedida em 27 de julho de 2020]. Entrevista realizada por Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha através de vídeo-conferência, 2020.

DALLA PORTA, Milton Bolson. [Depoimento concedido em 15 de dezembro de 2019]. Entrevista realizada por Mariana de Barros Augusto no Assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2019.

LIMA, José Edilson de; LIMA, Luzia Conceição Voss de. [Depoimento concedido em 21 de janeiro de 2020]. Entrevista realizada por Mariana de Barros Augusto no Assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2020.

MENEGASSI, Clarina Borges. [Depoimento concedido em 21 de janeiro de 2020]. Entrevista realizada por Mariana de Barros Augusto no Assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2020.

SILVA, Maria Júlia da. [Depoimento concedido em 21 de janeiro de 2020]. Entrevista realizada por Mariana de Barros Augusto no Assentamento Pontal do Tigre, Querência do Norte-PR. Projeto PIC/2019-2020. UNESPAR, Campus de Paranavaí, 2020.

CAPÍTULO X

Educação do Campo como resposta à educação rural no Brasil

Elias Canuto Brandão¹
Vanderlei Amboni²

A Educação do Campo, a educação rural, e o descaso nas três esferas de governo para com os trabalhadores do campo, a educação e os educadores, tem sido pauta de estudo, pesquisa e debates na academia e movimentos sociais do campo e das cidades nas últimas décadas com o fechamento de escolas situadas no campo de forma sistemática.

Nesta direção, este capítulo estuda dois destes temas: a Educação do Campo e a educação rural, procurando diferenciá-los na teoria e na prática. De imediato afirmamos que os povos da terra, das águas e das florestas correm risco, e correm porque os personagens da educação rural — secretários de educação, prefeitos e professores — não foram capazes de pautar discussões sobre a concentração da terra, as hipotecas das áreas rurais junto aos bancos, a falta de políticas e incentivos agrícolas, resultando na perda de propriedades e na expulsão sumária de milhares de agricultores em direção às cidades ou a regiões do oeste ou norte do Brasil, e consequente incorporação das pequenas áreas a latifúndios que velozmente se expandiram por todo Brasil, resultando no desaparecimento da pequena propriedade, das colônias, das residências nos sítios, da venda, campo de futebol, igreja e da escola rural.

As políticas dos governos federal e estaduais têm sido catastróficas contra os povos do campo, das águas e das florestas: sem terra, indígenas, quilombolas, faxinalenses, seringueiros, pescadores, caiçaras, atingidos por barragens, entre outros. As florestas pedem socorro. As águas doces agonizam. Os córregos e rios estão secando e desaparecendo, assoreados e contaminados, sem que os

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – Araraquara. Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – UNESP, Campus de Paranavaí-PR. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC). Coordenador da linha de pesquisa: Estudos e pesquisas em Educação do Campo, das águas e das florestas. Contato: eliasbrandao.unespar@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESP, Campus de Paranavaí, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC). Coordenador da linha de pesquisa: Estado, Política e Formação Humana, com pesquisa sobre Educação e Escola Itinerante do MST. Contato: vanderlei.amboni@unespar.edu.br.

governos interfiram na escalada da degradação ambiental, das queimadas e da invasão de terras indígenas.

Os assentados correm risco de não se manterem nas áreas desapropriadas por falta de políticas agrícolas e agrárias e de incentivo à permanência na terra, produção e comercialização. Na prática, tem sido abandonado nos lotes devido o descaso dos governos municipais estaduais e federal, conforme aponta os estudos de Vilas Boas (2016, s/p), que “Enquanto os grandes latifúndios possuem suas estradas cascalhadas, conservadas, muitas vezes com recurso público, para o escoamento de suas produções, os assentamentos [...] sofrem com o descaso dos poderes constituídos”.

Os pequenos agricultores que no decorrer do século XX foram sustentáculos à economia brasileira, movimentando o comércio nas localidades, vilas, patrimônios e cidades, tornam-se mitos, ideias, lembranças, resultado da “expansão do sistema capitalista no campo e as consequentes transformações sociais, econômicas e espaciais” (FERREIRA, 2002, p. 155). Os quilombolas estão sendo encravados em terras cercadas por latifundiários, ameaçados pelas cercas do agronegócio. Na prática, “falta muito para que essas pessoas tenham os direitos assegurados e o mínimo de infraestrutura necessária para uma vida digna” (CONEXÃO TOCANTINS, 2014, s/p). A matéria ainda traz a negligência e o descaso para com a educação das crianças, conforme se lê: “As crianças estão na escola, mas para isso enfrentam situações adversas, como caminhar quilômetros, beber água sem tratamento algum e até fétida, merenda escolar insuficiente, tudo isso suportado pelos meninos e meninas para terem dias melhores que os pais” (CONEXÃO TOCANTINS, 2014, s/p).

Os ataques aos povos do campo estendem-se aos indígenas que têm sido violados no direito à terra, natureza, saúde e educação. Tem estado mercês dos cortes de verbas, remédios e atendimentos, assim como na morosidade das demarcações e proteção das terras, assim como da grilagem sobre áreas demarcadas, e mesmo com a mídia divulgando a violação do direito, amplia-se a transgressão. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registram Moncau e Lazzari (2019, p. s/p), “houve aumento de 62% nos registros de invasões e exploração ilegal de recursos naturais em comunidades indígenas — homologadas ou não — entre 2016 e 2017”, com o agravante de que “Além de ameaçarem e atacarem os indígenas, os invasores estão destruindo extensas áreas de mata”.

Neste arcabouço e com um olhar às escolas que eram rurais e às que são do campo, arbitrariamente têm sido fechadas, geralmente sem considerar as famílias e as crianças que demandam educação, além de não considerar os professores que trabalham nas comunidades. Golpeia-se a educação pela ausência de políticas educacionais, e os educadores que atendem as comunidades no campo e nas ilhas, excluindo-os do direito à educação.

Aos povos do campo, das águas e das florestas resta-lhes a organização da luta pela terra, vida, trabalho e educação garantida na Constituição (BRASIL, 1988). E este é o intuito deste capítulo, compreender a Educação no e do Campo, diferenciando-a da educação rural.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como surge a Educação do Campo? A resposta demanda uma retrospectiva histórica. Viajemos a 1500, século que o Brasil foi invadido por Portugal³, e desrespeitando os nativos, distribuiu as terras em capitâncias hereditárias, grandes extensões de terras à nobreza portuguesa, segundo Abreu (2009), a uma só pessoa ou família de Portugal. A metodologia utilizada no início da invasão do Brasil pesa sobre a estrutura agrária dos séculos posteriores, em prejuízo de quem reside e depende do campo — pequenos agricultores e seus filhos, assentados, caiçaras, quilombolas, indígenas e seus filhos, entre outros. As consequências ampliam-se no século XXI visto as políticas adotadas pelos governos federal e estadual de apoio ao agronegócio, à agroindústria e à industrialização.

A industrialização, além de ter contribuído para com o êxodo rural, contribuiu para o inchaço das cidades, com consequências sociais, educacionais e econômicas catastróficas, visto a ausência de planejamento e infraestrutura, resultando em favelas, violência urbana e marginalidade.

Estes fatores contribuíram para com as primeiras mobilizações dos trabalhadores expulsos de suas terras no decorrer do século XX, consequência do modelo de “desenvolvimento econômico”, sobretudo do governo militar, entre eles, os expulsos devido as construções de barragens para as hidroelétricas.

Retornam ao campo a partir de 1979 por meio das ocupações de terras, e “ocupar, resistir e produzir”⁴ foi a vivência dos trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1980, resultando no lema do 2º Congresso Nacional do MST, em 1990. De acordo com Pedron (2012), desde fins da década de 1970 os trabalhadores passaram a ocupar terras ociosas, ou griladas, ou em dívidas com o Estado, e não qualquer área de terra ou fazenda. As mobilizações e ocupações deram vida ao MST que oficialmente organizou-se em 1984, no 1º Congresso Nacional, em Cascavel, no Paraná (STÉDILE; GORGEN, 1993).

Na luta social pela construção do MST e das suas lutas por reforma agrária, consta-se seu processo histórico, como segue:

No congresso de fundação, ocorrido em Cascavel-PR, no ano de 1984, o MST definiu como princípio a luta pela reforma agrária reivindicando “TERRA PARA QUEM NELA

³ Naquele início de século XVI, mais especificamente em 1534, o rei de Portugal dividiu o Brasil em Capitanias hereditárias, em grandes extensões de terras, doando-as a pessoas da nobreza portuguesa. O Rei excluiu os pobres da doação. Segundo Abreu (2009, p. 32), “Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas malhas acochadas da pragmática metropolitana. Muitos nunca vieram ao Brasil, ou desanimaram com o primeiro revés”. E os pobres ficaram “sem terra” desde o início da invasão do Brasil.

⁴ O II Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília - DF, de 03 a 05 de abril de 1990, com o lema: Ocupar, Resistir, Produzir. Neste congresso, o MST reafirma a luta pela reforma agrária, pois, de acordo com o MST, “Ocupar já era uma decisão tomada desde o I Congresso; Resistir tem o objetivo de pressionar o governo a desapropriar terras, e Produzir para os trabalhadores rurais melhorarem suas condições de vida no campo e saírem da condição de miséria imposta pelo sistema” (MST, 2013, s/p).

“TRABALHA” e uma política agrícola que assegurasse aos trabalhadores do campo a possibilidade de permanecerem em suas terras, dado que estes as vinham constantemente perdendo para os bancos, ou sendo expulsos pelos fazendeiros e grileiros. Outro princípio considerado importante pelos congressistas foi a luta por uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Com o lema “SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ DEMOCRACIA”, procurou colocar em xeque a disposição do “governo democrático” da “Nova República” em fazer as reformas que a sociedade exigia, sobretudo a reforma agrária, que o MST reivindicava que fosse feita sob o controle dos trabalhadores.

Nesse mesmo período lançou o lema: “TERRA NÃO SE GANHA, SE CONQUISTA”, deixando clara sua disposição de lutar pela posse da terra e conquistar a reforma agrária. Mesmo com o fim do regime militar, essa era uma tarefa muito difícil para os Sem Terra devido ao esquema de repressão ainda vigente no país.

Em 1985 os trabalhadores rurais, já sob a sigla MST, realizaram o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Curitiba-PR), contando com a participação de 1500 delegados, quando definiram sua luta com o lema: “OCUPAÇÃO É A SOLUÇÃO”, sua estrutura organizativa, associativa e suas instâncias de deliberação.

Para não causar impacto negativo na sociedade, o Movimento Sem Terra optou por não adotar o *slogan* das ligas campesinas e dos trabalhadores rurais da década de 60, “REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA”, apontando para um lema mais suave e que se traduzia nas palavras: OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR. Tentando envolver as pessoas dos centros urbanos, conclamava todos para a luta anuncianto: “REFORMA AGRÁRIA, ESTA LUTA É NOSSA”, procurando ainda demonstrar os benefícios que essa reforma traria para toda a sociedade (BEZERRA NETO, 1999, p. 15-16).

Ao mesmo que tempo que os trabalhadores se mobilizam no MST, outros milhões de pequenos agricultores naquelas décadas perderam suas terras hipotecadas para os bancos, e que foram sendo concentrada sem mãos de latifundiários que se aproveitaram do endividamento dos agricultores. O que antes era agricultura e “agri-é-cultura”, passou a ser agronegócio, “agro-é-negócio” e “agro-é-pop”. O que antes era café, arroz, mamona, algodão e mandioca, hoje é pasto, gado, soja, laranja ou cana.

Com a organização e ocupações por parte do MST, vem a demanda pela educação nos acampamentos. Constrói-se a escola emergencial e a escola itinerante⁵ nos acampamentos para atendimento às crianças. Das práticas educativas surge a Educação do Campo em 1998, sendo resultado das práticas educativas e vivências dos educadores em acampamentos. Como escreveu Caldart (2005, p. 24):

5 Escola emergencial e escola itinerante foram escolas organizadas emergencialmente pelos trabalhadores organizados em áreas ocupadas ou primeiros assentamentos. Por que itinerante? Devido ao fato de a qualquer momento terem que itinerar, sair, deslocarem-se, mudar de área em caso de despejo. É itinerante pelo fato da escola acompanhar as famílias onde estivessem ou fossem despejadas. Estas escolas foram organizadas emergencialmente devido a demanda de crianças para estudar. Por isto os nomes: escola de “Emergência”, ou escola “Itinerante”. Emergência, pois não era possível esperar a vontade política dos gestores públicos municipais ou estadual para o atendimento educativo das crianças. Um acampado ou acampada que sabia ler e escrever organiza turmas em barracos de lona ou debaixo de uma árvore e ensinava a leitura e a escrita às crianças. Emerge-se assim a Escola com duas, três ou dez crianças. Quem ensinava não imaginava que um dia aquelas práticas receberiam o nome de “Escola de Emergência” ou “Escola Itinerante” e que seriam embriões da Educação do Campo.

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, mas sem se desligar da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos campões, ou mais amplamente da classe trabalhadora do campo, e de suas lutas. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele.

Para ser Educação do Campo, as práticas pedagógicas precisam ocorrer em escolas que acolham povos do campo, realizem estudos críticos e dialéticos da realidade e do modelo político e econômico que os cercam, contrapondo com os materiais didáticos e paradidáticos estudados no ensino formal/tradicional. É o estudo crítico sobre a concentração dos bens, das terras, da produção, da política, da economia, da cultura e da riqueza.

Este panorama que resulta na Educação do Campo é o resultado das discussões e estudos realizados desde as escolas itinerantes e de emergências que culminaram em dois grandes eventos no final do século XX. O primeiro, em 1997, o Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), e o segundo, em 1998 a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (CONFERÊNCIA, 1998).

Caldart (1997) delineia o início da educação para as crianças acampadas em quatro períodos. Acrescentamos um quinto período, e todos resultaram na Educação do Campo.

O primeiro período foi de 1979 a 1984, durante aproximadamente seis anos, quando o Brasil caminhava para o final do regime militar. Diz Caldart (1997, p. 30):

O período de 1979 a 1984 marca o início da retomada da luta pela terra no Brasil, através de ocupações e acampamentos realizados especialmente nos Estados do RS, SC, PR, SP e MS, e culmina na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em janeiro de 1984. Em relação à educação, este é o momento em que aparece a preocupação (sic), primeiro com as crianças acampadas (“o que fazer com elas?”) e depois em como garantir escolas nos primeiros assentamentos que estavam surgindo, já frutos da luta.

Evidencia a autora que os acampamentos apresentaram uma demanda educacional que o MST precisou equacionar por meio da organização da educação, primeiro no acampamento e depois no assentamento, e as atividades educativas nos acampamentos ofereceram experiências para os acampados e o MST organizar a primeira escola em assentamento.

A primeira escola de assentamento de que se tem registro começou a funcionar em 1983, no assentamento de Nova Ronda Alta no Rio Grande do Sul. E com a primeira escola, as primeiras preocupações com que tipo de ensino deveria ser desenvolvido nesta nova realidade (Caldart, 1997, p. 30).

Ainda para Caldart (1997), o segundo período durou aproximadamente cinco anos, de 1985 a 1989, pós-regime militar, e foi marcante na história do Brasil por ser um período de intensa movimentação e organização social no campo e nas cidades. Para a autora,

O segundo período, que vai de 1985, ano da realização do 1º Congresso Nacional do MST,

até aproximadamente 1988/9, marca na história geral o momento de definições organizativas do MST, bem como do seu enfrentamento com as forças políticas contrárias à Reforma Agrária, que também começaram a se organizar. Na educação a marca é a do início da articulação nacional e da criação do Setor de Educação (sic). Isto aconteceu em 1987, através de um primeiro Encontro que reuniu as pessoas que estavam começando a organizar este trabalho nos Estados onde o MST já estava atuando. Este momento reuniu representante de 7 Estados, e aconteceu no Espírito Santo. Neste Encontro foram formuladas duas questões para discussão, que acabaram sendo o mote para toda a elaboração pedagógica que continua até hoje: “O que queremos com as escolas de assentamentos?” e “como fazer a escola que queremos?” (Caldart, 1997, p. 31-32).

O que se quer e o que fazer com a educação e as escolas foram perguntas que sempre fizeram parte do Movimento, motivando lideranças e educadores do MST e de entidades que o apoiavam e assessorava, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a elaborar subsídios que garantiam a educação nas escolas de acampamentos e assentamentos.

O terceiro período que corresponde de 1989 a 1994, foi marcado por intensos conflitos no campo. Quanto mais o Estado brasileiro atacava o MST, mais o Movimento se organizava estruturalmente e pedagogicamente:

O terceiro período [...] vai de 1989 até 1994, marcado de um lado pela forte repressão política aos movimentos em geral e à luta pela terra em particular, e de outro lado pelo intenso trabalho de formação e de organização interna do MST. No campo da educação, sofrendo os respingos da repressão e da violência, foi o momento, talvez mais fecundo até hoje, de avanço organizativo e de elaboração pedagógica (sic) [...] (Caldart, 1997, p. 33).

Em relação a esse período, Caldart (1997, p. 33) afirma que foi intensificado a constituição do Coletivo Nacional de Educação do MST e este Coletivo fez um trabalho integrado e sistemático de “formação de educadoras/es, através do Curso de Magistério próprio para a titulação de professoras/es para as escolas de assentamento” em todo país.

No início desse período (1990), “começou o processo de elaboração e de registro de uma proposta de educação para os assentamentos” e os registros eram fundamentados “na reflexão teórica sobre as experiências que vinham sendo desenvolvidas ainda de forma desarticulada” (Caldart, 1997, p. 33) nos acampamentos e assentamentos, contribuindo com a alfabetização e a formação pedagógica de educadoras/es e das crianças filhas dos trabalhadores sem terra.

Consoante a esse período, os trabalhadores enfrentam três dilemas organizativos: 1) “a questão da produção”, 2) “analfabetismo” e 3) “participação da mulher”. O primeiro é a necessidade de produzir para resistir; o segundo é que, diante do analfabetismo interno, quem registraria e como registrar os fatos, assim como quem faria atas ou assinaria papéis; e o terceiro é como incentivar a participação da mulher que estava escondida na participação dos homens na produção e nas negociações políticas. No que se trata à produção, afirma Caldart (1997, p. 35) que:

A conquista de vários assentamentos, especialmente no período anterior, e o acirramento da luta de classes, que passa a exigir respostas concretas, faz com que uma das grandes questões do período seja, sem dúvida, a questão da produção. E um dos desdobramentos foi a ênfase dada à implementação de formas cooperadas de trabalho nos assentamentos.

Não era em todos os acampamentos ou assentamentos e nem em todos os estados da federação que a mulher tinha participação ativa, mas em alguns deles. Diferentes autores têm analisado a participação da mulher nas instâncias do MST e apontam crescente participação em todas as frentes de ações para além da sala de aula (HONÓRIO, 2005; FARIAS, 2011).

Caldart (1997, p. 36), por exemplo, evidencia que “[...] a discussão sobre a produção traz em alguns lugares a questão da participação da mulher, que por sua vez levanta outras dimensões das relações de gênero e entre elas a da educação das crianças”. Os estudos indicam que as mulheres nos acampamentos e assentamentos tiveram e tem papel basilar enquanto educadoras e politizadoras.

Para que a década de 1990 consubstanciasse a educação no campo, a década de 1980 foi o suporte das ações, período da consciência social e política não só dos participantes do MST, mas para todos os movimentos sociais do campo e das cidades. De acordo com Gohn (1995, p. 123), esta década foi “extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais”, pois foi o momento em que as organizações campesinas e urbanas intensificaram suas formas de organização, ganhando identidade própria por meio da luta e mobilização, resultando em um crescimento de atividades e movimentações no campo em 1990.

Tratando-se dos povos do campo, para que os trabalhadores tivessem consciência social e política, elaboraram e realizaram encontros, cursos, seminários, conferências, entre outros. No campo, investiram na educação das crianças, jovens e adultos, por meio de projetos pedagógicos pensados por equipe preparadas pelos próprios trabalhadores em Movimento, com apoio de professores de diferentes universidades de vários estados do Brasil.

De acordo com Caldart (1997), Arroyo (1999), Gohn (1995), entidades sindicais e religiosas contribuíram para com a formação da consciência política e social deste período, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Rural em algumas regiões do Brasil, Central Única dos Trabalhadores (CUT) – CUT-Rural, e o próprio MST, subsidiando na formação de lideranças e educadores.

O quarto período é identificado por Caldart (1997) como entre 1995 a 1997, quando encerra e publica seu livro *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Diz a autora (1997, p. 36) que:

O quarto período [...] marca do III Congresso Nacional do MST, ocorrido em julho daquele ano [1995]. O lema “Reforma Agrária uma luta de todos!”, aprovado neste Congresso, trouxe consigo os desafios do seu conteúdo, e as novas formas de luta adotadas pelo MST.

Destacamos dois apontamentos de Caldart (1997). Primeiro o de que na “educação os destaques do período [...] ficam por conta da consolidação das novas frentes de trabalho (sic) e de novas formas de organicidade e de relações externas (sic) para viabilizá-las”. Caldart (1997) afirma que o MST começou

[...] o trabalho de educação [...] lutando pelas escolas de 1^a a 4^a séries para as crianças, mas aos poucos nos demos conta de que esta imensa maioria de jovens e adultos não escolarizados, que existe nos assentamentos e acampamentos, também exige uma resposta organizada. Foi especialmente nestes últimos três anos que começou

a ficar mais clara a bandeira geral de luta pela educação do MST: ajudar a garantir o direito de todos à escolarização, desde a creche até a Universidade, e através dela viabilizar com mais qualidade a formação política e técnica demandadas hoje pelo contexto de atuação do Movimento (CALDART, 1997, p. 37-38).

Estes quatro períodos foram o alicerce para a Educação do Campo no Brasil, encaminhando para o que observamos como quinto período, ou seja, o surgimento do termo e da própria Educação do Campo, resultados do I ENERA (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997) e da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (1998).

Naquele evento, foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto, em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. Assim, foi lançada uma nova agenda educacional que contemplava a educação do campo. [...] (PARANÁ, 2006, p. 19).

Dessa forma, Santos (2013, p. 6), pronuncia-se:

No final dos anos 90, presenciamos a criação de diversos espaços públicos de debate sobre a educação do campo, como por exemplo: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, em 1997, organizado pelo MST e com o apoio da UnB - Universidade de Brasília, entre outras entidades. Neste evento foi lançado um desafio: pensar a educação pública para os povos do campo, levando em consideração o seu contexto em termos políticos, econômicos, sociais e culturais. Sua maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e sua produção, além da organização coletiva, as questões familiares, o trabalho, entre outros aspectos.

Estes eventos contribuíram para o surgimento da Educação do Campo. E o que foram estes eventos? O Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, foi o momento em que analisam a educação e o descaso da mesma por parte do Estado brasileiro nos assentamentos, acampamentos e junto a outras comunidades camponesas. No final do I ENERA divulgam o Manifesto das educadoras e educadores da Reforma Agrária:

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos.

- 1) Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.
- 2) Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.
- 3) Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.
- 4) Lutamos por justiça social! Na educação, isso significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a educação infantil até a universidade.
- 5) Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma

- questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.
- 6) Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.
 - 7) Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
 - 8) Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
 - 9) Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.
 - 10) Entendemos que, para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.
 - 11) Lutamos por escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica das escolas tenha a participação da comunidade sem-terra e de sua organização.
 - 12) Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura campesina.
 - 13) Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa pátria, nossos princípios, nosso sonho...
 - 14) Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir.
- MST (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997, s/p).

Do I ENERA resultou a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998, em Luziânia-GO (CONFERÊNCIA, 1998). A Conferência foi organizada pela CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UnB, para aprofundar a discussão sobre qual educação básica se queriam e lutariam para as crianças do campo. Ficou evidente nos debates que a Educação do Campo fosse pensada e planejada “pelos” e “com” os sujeitos do campo e não a partir de gabinete para os povos do campo.

Assim, a Educação do Campo no Brasil, surge a partir das práticas educativas de educadoras e educadores do MST, devendo envolver a comunidade escolar no planejamento pedagógico dos temas ou conteúdos estudados, incorporando a realidade dos povos do campo, das águas e das florestas nos estudos, disciplinas ou módulos. Diverge da “educação rural” oferecida pelos poderes públicos, pois a “educação rural” é “para” os povos do campo — verticalizada —, sem a participação dos camponeses e dos professores que lá trabalhavam. O professor da escola rural sempre foi apenas o repassador de conteúdo planejado pelo sistema educacional local, estadual ou federal.

Após a Conferência Nacional, as práticas da Educação do Campo se ampliaram, assim como os estudos e pesquisas das práticas. O Conselho Nacional de Educação, três anos após a Conferência Nacional, foi provocado a se manifestar a respeito desta nova modalidade/nomenclatura, ofereceu parecer favorável à Educação do Campo, e os governos federal e de alguns estados incorporaram a

Educação do Campo nas agendas políticas educacionais, criando coordenações para nortear as ações e planejar formação de professores.

Ghedini (2007) ressalta que as lutas e resistências do MST na década de 1990 foram imprescindíveis para se pensar um projeto de educação diferenciado que questionou o modelo de educação existente no campo.

[...] o campo, como espaço de luta, passa a desenvolver uma nova dimensão, que poderíamos chamar de educativa, nascida da relação entre organizar-se para superar as condições reais de sua existência e os desafios encontrados para manter os coletivos animados e atuantes nesta perspectiva da luta por direitos, ou seja, por ampliar permanentemente o projeto social no qual se insere o Movimento (GHEDINI, 2007, p. 57).

As práticas educativas resultado do desenvolvimento de “uma nova dimensão”, como aponta Ghedini, trouxe novos horizontes às educadoras e educadores do campo, das águas e das florestas, pois foi e continua diferente da educação convencional (conteudista – educação rural), pois a Educação do Campo, em sua metodologia, busca compreender a “realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação” (GHEDINI, 2007, p. 257).

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Constituição de 1988 determinou a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988, art. 205). Apesar de não ter mencionado a terminologia rural, ficou subjacente ser a educação — independentemente de sua terminologia, campo ou rural — um direito de todos, alcançando todos os povos do campo, das águas e florestas. Oito anos após, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996, no art. 28 legaliza este direito e orienta que “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural [...].”

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I) conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II) organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III) adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28).

O direito volta à agenda do Estado em 2001, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) se pronuncia a respeito da Educação do Campo por meio do Parecer nº 36/2001, sugerindo a aprovação da Educação do Campo como política pública e obrigação do Estado, instituindo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2001), por meio da Resolução nº 1/2002 (BRASIL, 2002).

Edla Soares (2001), relatora das Diretrizes Operacionais evidencia que a clareza e a concepção de uma Educação do Campo somente passaram a assumir essas características após os campões se organizarem em movimentos. Historiciza a educação no Brasil desde a Colônia e afirma que os povos do campo sempre estiveram excluídos das decisões educacionais e políticas. Para a relatora, primeiro, foram considerados incapazes politicamente; segundo, não tinham consciência de sua situação de negados da história e “do valor da educação”. No parecer, afirmou que:

A ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de constituição da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais, nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, contribuíram para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos campões (SOARES, 2001, p. 4).

Na contramão da história dos dominadores, os trabalhadores organizados em Movimento não seguiam as cartilhas dos governos locais, estaduais e federal, pois se seguissem, não teriam avançados enquanto movimento, e não teriam se fortalecidos na consciência de seus direitos. Como lutaram por uma educação para além da reprodução do conhecimento e do $B + A = BA$, provocaram que o Estado brasileiro reconhecesse a Educação do Campo como direito. Praticaram e cobraram do Estado uma educação para além da educação rural.

Destacamos diante dos fatos do que não é Educação do Campo que a ausência de consciência social e crítica torna uma pessoa cega e analfabeta política, incapazes por si de enxergarem e lerem a conjuntura social, política e educacional, tornando-se presa da ideologia dominante. Como “descreveu” Bertolt Brecht⁶.

O pior analfabeto é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha
e estufa o peito dizendo que odeia a política.
Não sabe o imbecil que da sua ignorância política
nasce a prostituta, o menor abandonado
e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista, pilantra,
corrupto e lacaio das empresas
nacionais e multinacionais (WIKIPÉDIA, s/a, s/p).

Mesmo conscientes dos direitos, os educadores do campo, águas e floretas continuaram presenciando o desmantelamento da educação no campo pelos gestores públicos. São milhares de escolas sendo fechadas, claramente

6 De acordo com Wikipédia, o texto foi “atribuído a Bertolt Brecht pela primeira vez em Terra Nossa: Newsletter of Project Abraço, North Americans in Solidarity with the People of Brazil, Vols. 1-7 (1988, p. 42)”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo_pol%C3%A9tico. Acesso em: 07 ago. 2020.

violando a Constituição, a LDB e a Resolução do CNE, prejudicando milhões de crianças, jovens e adultos.

Os movimentos sociais do campo passaram a pressionar o governo de Dilma Rousseff para dificultar o fechamento de escolas no campo, e o governo propôs um parágrafo único no artigo 28 da LDB.

Parágrafo Único – O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) (BRASIL, 1996, art. 28).

A manifestação da comunidade prescrita no parágrafo único continua sendo desrespeitado por muitos gestores públicos que continuam fechando escolas no campo e transportando as crianças para escolas das cidades. No contexto da Educação do Campo, os penalizados são as crianças e suas famílias que se deslocam para as cidades para não prejudicar a educação dos filhos.

O conjunto do artigo 28 evidencia que as escolas que atende populações rurais (vilas, distritos, patrimônios, ilhas, seringais, faxinalenses...), e mesmo as escolas de periferias das cidades que atendem populações do campo revejam seus projetos políticos pedagógicos (PPPs) no que trata aos objetivos, métodos e práticas pedagógicas, alinhando ao que propõe as políticas da Educação do Campo. Abriu possibilidade para intercalar as experiências de vida e a realidade social, geográfica, econômica e política do campo, das águas e das florestas, enriquecida pela “prática dos movimentos sociais camponeses”, com o conteúdo pré-estabelecido e obrigatório, buscando “conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado” (CALDART, 2012, p. 262).

Este intercalar é Educação do Campo. Escola que não intercala, não faz e não pratica Educação do Campo, e sim educação convencional / educação rural. Quando é Educação do Campo, estuda-se e discute a realidade geográfica, política, cultural, social e econômica, ou seja, enriquece o estudo da matemática com a soma, subtração, divisão e multiplicação da produção, da criação de gado, galinha e porcos. Enriquece o estudo da geografia com o estudo do relevo, do clima, da destruição da natureza, da concentração da renda e da terra. Enriquece o estudo da biologia, dialogando como a falta de investimentos públicos na saúde resulta em doenças na população, além de estudar e discutir a distância entre pobres e ricos, desmonte da democracia, abandono dos povos do campo, utilização de agrotóxico sem larga escala e a escassez de alimentos saudáveis na mesa da população.

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO CONTRAPELO DA EDUCAÇÃO RURAL

Educação do Campo não é educação rural. São conceitos e visões dispare. Como são conceitos contrapostos, não é suficiente alterar a nomenclatura de uma escola rural ou escola de periferia para que uma escola seja “do Campo”. Não se altera uma instituição educativa: projeto pedagógico, estrutura, me-

todologia e ações com uma canetada. Se historicamente uma escola agiu com métodos e conteúdos tecnicistas e positivistas, reproduzindo conteúdos pré-estabelecidos, dificultando estudos participativos, discussões e análises da realidade, da conjuntura social, política e econômica, uma decisão a distância alterando a nomenclatura não altera a prática da gestão e a prática pedagógica de professores e gestores. É necessário tempo, formação, compreensão das concepções políticas, culturais, sociais e pedagógicas e concordância com a mudança. Caso este conjunto de situações não ocorra, uma escola denominada “do campo” apenas sofre mudança de nomenclatura, mas, na prática, continuará escola reproduzora do conhecimento e tecnicista. Continuará escola convencional/normal, e tratando-se de escola no campo, continuará agindo como escola rural, metamorfoseada de “escola do campo”.

Nesse sentido, Arroyo (1999, p. 11), tem razão ao afirmar ser “[...] impossível pensar na educação do campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos, à infância, à adolescência, à juventude, aos adultos que vivem e se constituem humanos”. A educação rural não trabalha com esta perspectiva. Na educação rural, aluno é aluno. Na prática não é tratado como sujeito concreto, real e histórico. Na educação rural, o aluno está na sala para aprender a ler o conteúdo por meio da pressão pedagógica. O educador rural separa aluno de infância, aluno de humanidade.

A escola que utiliza a nomenclatura “Educação do Campo”, e que continua utilizando metodologias tradicionais, recebendo recursos públicos por terem alterado a nomenclatura, sem terem alterado a prática educativa e pedagógica, não cometaria crime de responsabilidade fiscal, administrativa e pedagógica, assim como desvio de conduta e de recursos públicos, visto ter se proposto a um objetivo e não cumprir? Poderia responder juridicamente pelos atos de desvio de recursos, de conduta, de projeto e de finalidade? A escola que incorporou a nomenclatura “Educação do Campo” e não está cumprindo sua função social de Educação do Campo na prática, não poderia ser desapropriada da nomenclatura? São questionamentos que caberia ao Ministério Público investigar.

Ao contrário de escola rural é a escola e Educação do Campo. Nesta, professores e gestores devem participar de cursos de formação sobre os povos do campo, sobre o que estes povos produzem, como estes povos vivem, além de ter constante contato com os mesmos. Estudar sobre a agricultura familiar, produção sem agrotóxico, produção em pequena e grande escala e o pequeno agricultor, diferenciando-o do latifundiário. Saber sobre a preservação do meio ambiente, das nascentes e da importância dos rios para a biodiversidade e da agroecologia.

Compreender este conjunto contribui para se praticar Educação do Campo na escola do campo. Do contrário, a falta de compreensão desvirtua a Educação do Campo. Como diz Caldart (2012, p. 261-262), uma escola do campo,

[...] como prática social ainda em processo de constituição histórica, tem algumas características que podem ser destacadas para identificar, em síntese, sua novidade ou a “consciência de mudança” que seu nome expressa:

- Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação

- [...] feita por eles mesmos e não apenas em seu nome.
- Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes [...].
 - Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território [...].
 - Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida.

Enfim, enquanto na Educação do Campo, o campo assume importância peculiar e deve ser olhado e respeitado pelos governantes pelo que representa social, econômico e politicamente para aquela população na educação rural basta a criança estar na sala de aula e obedecer regras e orientações de quem educa.

Na educação rural, os termos “duvidar”, “questionar” e “analisar” não são partes do método de ensino e da aprendizagem. Enquanto a Educação do Campo possibilita consciência social e crítica, resultado do estudo para além da leitura do texto pré-elaborado; na educação rural prevalece o obscurantismo da realidade, pois professor e alunos ficam presos ao texto pré-elaborado, por meio da leitura e respostas a partir do que contém no livro didático ou caderno.

A Educação do Campo procura tratar os estudantes e educadores como protagonistas da história. Na educação rural os alunos são tratados como tábula rasa, que está para aprender, não estimulando a perguntar, questionar, duvidar, ler o mundo, a política, a cultura e a economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos evidenciar no capítulo que a Educação do Campo se contrapõe à educação rural em grau, número e gênero, pois as propostas político-pedagógicas são antagônicas.

Enquanto a Educação do Campo surgiu da prática que as educadoras e educadores vivenciaram nos acampamentos e assentamentos, discutindo a realidade pelos quais passaram e passam as crianças, possibilitando um estudo que desenvolvesse a consciência da criança, politizando-a; a educação rural historicamente foi uma educação de reprodução de conteúdo, sem fazer conexão dos conteúdos com a realidade vivida pelas crianças, alienando-as.

Evidenciamos também que a Educação do Campo somente passou a fazer parte das agendas oficiais após pressão dos movimentos sociais organizados, sobretudo das pressões do MST. Este registro é importante, pois os governos municipais, estaduais e federal utilizam o termo Educação do Campo nas políticas públicas, usurpando a terminologia, passando a impressão a quem desconhece a história de luta dos movimentos sociais do campo de que o termo lhes pertence, quando foi resultado das práticas pedagógicas dos movimentos sociais do campo, das águas e florestas, com créditos ao MST.

Inferimos por fim que não houve preocupação dos governantes quanto à saída de milhares de famílias do campo em direção às cidades, resultando em grandes metrópoles em pleno século XXI, com problemas sociais e de infraestrutura. Diante do exposto, cidade e campo tem um desafio à frente, unirem-se,

pois um depende do outro. O campo do assentado, do quilombola, do pequeno agricultor e do vileiro rural, na prática produzem alimentos o mais saudável possível. São estes trabalhadores que na ponta suprem as necessidades básicas e o abastecimento das Centrais de Abastecimento (Ceasas) — horta, fruta e granjeiros —, distribuídas a mercados e supermercados e a política pública de compras institucionais via Companhia Nacional de Abastecimento, instituições públicas e municípios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Capitanias hereditárias. pp. 32-39. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/kp484/pdf/abreu-9788579820717-05.pdf>. Acesso em: 14 dez 2017.
- ARROYO, Miguel González. *Por uma educação básica do campo*. (Orgs): KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir.; MOLINA, Mônica Castagna. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- BRASIL. Previdência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Edla de Araújo Lira Soares (Relatora). Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- CALDART, Roseli Salete. *Dicionário da educação do campo*. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: *Cadernos Temáticos: Educação do Campo*. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED/PR, 2005.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: Formação de educadores e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CONEXÃO TOCANTINS. *Comunidades quilombolas revelam descaso e falta de políticas públicas*. 2014. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2014/05/17/comunidades-quilombolas-revelam-descaso-e-falta-de-politicas-publicas>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- CONFERÊNCIA. *Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo – Texto base*. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149798porb.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912_ARQUIVO_MARISA_LOMBA_DE_FARIAS_14.06.2011.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=jm_5N4ZiuewC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14 jul. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Leia o manifesto do MST**. São Paulo, sexta-feira, 1 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/01/brasil/29.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

GHEDINI, Cecília Maria. **A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais: um estudo a partir da “I turma de pedagogia da terra da via Campesina/Brasil”**. 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007. Disponível em: http://www.ppgc.ufpr.br/teses/M07_ghedini.pdf. Acesso em: 14 jan. 2016.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206574_9f60f448cd0464f7b0a9b322c0c49529.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

MONCAU, Joana; LAZZERI, Thais. **Sob ataque pós-eleição, terras indígenas estão desprotegidas com desmonte da Funai**. Repórter Brasil, 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/02/sob-ataque-pos-eleicao-terras-indigenas-estao-desprotegidas-com-desmonte-da-funai/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MST. **História dos Congressos do MST contada pelo seu Pedro**. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/10/10/historia-dos-congressos-do-mst-contada-pelo-seu-pedro/>. Acesso em: 29 junh. 2020.

MST. Fátima Ribeiro: “**Todo processo foi feito com muita convicção na utopia de ver a terra livre**”. De 23 de outubro de 2013. In. <https://mst.org.br/2013/10/23/fatima-ribeiro-todo-processo-foi-feito-com-muita-conviccao-na-utopia-de-ver-a-terra-livre/>. Acesso em 12 de abril de 2014.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. SEED, 2006. In. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2011.

PEDRON, Simone Tatiana. **A educação no MST: experiências educacionais no Centro de Formação do Assentamento Antônio Companheiro Tavares-PR, 1998-2012**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2012 – Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://docplayer.com.br/135492831-A-educacao-no-mst-experiencias-educativas-no-centro-de-formacao-do-assentamento-antonio-companheiro-tavares-pr-simone-tatiana-pedron.html>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Histórico Da Educação do Campo no Brasil**. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, s/d. Disponível em <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2013.

SOARES, E. A. L. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer nº 36/2001. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília: 2001. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Sérgio Antônio (Frei Sérgio). **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

VILAS BOAS, Karina. **MST denuncia o descaso do poder público com os assentamentos de MS**. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/01/24/mst-denuncia-o-descaso-do-poder-publico-com-os-assentamentos-de-ms/>. Acesso em: 14 jul. 2020

WIKIPEDIA. **Analfabeto político**. s/a. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo_pol%C3%A9tico. Acesso em: 07 ago. 2020.

CAPÍTULO XI

A história da Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no sul do Brasil

Vanderlei Amboni¹
Elias Canuto Brandão²

O objeto deste estudo é discorrer sobre a conquista da Escola Itinerante (EI) nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina pelo MST, escolas estas legalizadas pelo Estado burguês em áreas de conflitos, cuja existência passa por ocupação da terra como meio de realizar a reforma agrária. Para materializar o artigo, analisamos dissertações e teses de pesquisadores sobre as escolas itinerantes do MST nos marcos das políticas públicas, cujo processo de legalidade é essencial na valorização dos educandos que vivem em acampamentos do MST. Nosso objetivo é analisar a conquista da Escola Itinerante e os processos de constituição dos mesmos, tendo por base os pereceres dos órgãos que regulam as atividades escolares no âmbito estadual. Contudo, o processo de criação das escolas itinerantes nos estados sulinos não foi homogêneo, pois cada estado criou a escola de acordo com as forças políticas e o apoio social engendrado nos mesmos.

Na ocupação da terra, a escolarização no acampamento era negligenciada, pois o objetivo dos sem terra era a reforma agrária, mas na luta pela vida veio também à luta pela escola, mesmo nas condições precárias de existência da vida social nos acampamentos. A escola itinerante é, nesta perspectiva, um processo de conquista formal da escola e do jeito novo de escolarizar os que vivem acampados, o que refunda a vida social camponesa, orientada para o sentido do trabalho, cuja experiência educacional surge da racionalidade dos homens que se empenham em travar, não só a luta por reforma agrária, mas também na batalha política por direitos constitucionais consagrados, com o

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC). Coordenador da linha de pesquisa: Estado, Política e Formação Humana, com pesquisa sobre Educação e Escola Itinerante do MST. Contato: vanderlei.amboni@unespar.edu.br.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – Araraquara. Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí-PR. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC). Coordenador da linha de pesquisa: Estudos e pesquisas em Educação do Campo, das águas e das florestas. Contato: eliasbrandao.unespar@gmail.com.

direito à educação. Este movimento surgiu em meio às experiências de lutas sociais por terra. Thompson (1981, p. 16) pontua que a experiência “surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento”. Ela “surge porque homens e mulheres são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”. E Eagleton (2011, p. 06), com efeito, observa que “toda batalha política importante é, entre outras coisas, uma batalha de ideias”. Estas são as premissas básicas presente neste estudo.

ACAMPAMENTO, UM LUGAR PARA LUTAR PELA VIDA.

ESCOLA ITINERANTE, UMA CONQUISTA NA LUTA PELA VIDA.

No acampamento tem-se a necessidade de comer e beber como imperativo da reprodução social do homem e isso é um processo constante de luta pela vida. A escola, diante das necessidades da vida, era secundária, neste aspecto das lutas sociais do campo. Mas ela se impõe aos sem terra também como necessidade, pois o trabalho educativo é um elo de integração das famílias, o que necessita planejamento e ação para sua execução. Terra e educação, para o MST, tornou-se parte de lutas integradas, mas a ocupação é o marco inicial do processo de montagem do acampamento e da construção da escola. Resultado da luta do MST, este e o Estado criaram uma escola pública no acampamento que traz a dualidade na sua forma de ser e de existir, pois os elementos de aplicação pedagógica e de gestão da escola trazem os interesses do MST, que se conflitam com os interesses do Estado no campo da materialidade escolar. Nesta perspectiva, Weide (2009, p. 12) destaca que:

A Escola Itinerante é fruto de um processo reflexivo desenvolvido ao longo dos anos nos acampamentos de reforma agrária buscando contemplar um fazer pedagógico diferente das práticas tradicionais, incorporando ao processo educativo à realidade vivenciada pelo aluno, os elementos ligados à realidade do meio rural e à caminhada desenvolvida na luta pela Terra.

A conquista do direito à educação, com a garantia da escola no acampamento, Iurczaki (2007) a coloca como espaço privilegiado de ação educativa, tendo como centralidade as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo MST. Desse modo, Iurczaki (2007, p. 93) escreveu que “a Escola Itinerante é o loco da transformação a partir da conscientização. A mesma tem importância tanto para o MST quanto para a população que acredita libertar-se através da escola”. A escola, para o MST, se insere nas lutas de classes e ganha dimensões no processo de emancipação humana como realidade histórico-social. Todavia, a escola no capitalismo traz em si as desigualdades sociais e o *apartheid* educacional como regra de interesse de classe. O MST acredita que é possível fazer uma escola diferente, uma escola que dê resposta aos interesses da classe trabalhadora, no sentido da emancipação do homem frente a sociedade capitalista. Com efeito, Bahniuk (2008, p. 06) observa que,

Para analisar as contradições e as potencialidades do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas no MST na direção da emancipação humana, partimos das seguintes

categorias: a relação entre a escola e a vida; a realidade como ponto de partida e chegada da escola; a relação entre trabalho e escola; a auto-organização dos estudantes; a participação dos acampados na escola; os ciclos como forma de resistência da escola; a Escola Itinerante e a relação com o Estado, a escola em movimento e na luta social. Concluímos que esta Escola Itinerante precisa incorporar de forma coletiva e consciente as discussões e ações tendo como eixos centrais a mudança, a história, a luta e o trabalho. Enfim, uma escola que contribua com a elevação do padrão cultural da classe trabalhadora, o que inclui a socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, ainda que limitada numa sociedade de classes, auxiliando assim, no acúmulo de forças para a construção do projeto de emancipação humana.

Em seus estudos, Bahniuk reafirma o caráter pedagógico como essencial à formação do homem, possibilidades de emancipação humana, como uma necessidade histórica frente à degradação da vida material e do capitalismo autodestrutivo do ser social. Por isso, a capacidade de criação do homem, no seu devir histórico, o coloca como sujeito de sua história na luta pela sobrevivência. O MST, neste devir histórico, segundo Bahniuk (2008), cria uma escola no acampamento que se contrapõe à escola burguesa por privilegiar a articulação da escola com a vida material presente no cotidiano do acampamento.

Desse modo, podemos inferir que está presente o reconhecimento das lutas sociais dos acampados por educação no acampamento do MST. Este processo, para o MST, possibilita a emancipação humana e isto passa pela desalienação, que se conquista com a posse dos meios de produção e do conhecimento socialmente produzido pelo homem no seu devir histórico, pois “a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (KOSIK, 1976, p. 10). Por isso, a necessidade da escola, mas não de uma escola qualquer. A necessidade de uma escola vinculada aos interesses dos trabalhadores rurais Sem Terra. E qual é esta escola?

Para Bahniuk (2008, p. 41):

A Escola Itinerante é uma das experiências escolares recriadas pelo Movimento Sem Terra, esta sendo fruto das atividades pedagógicas desenvolvidas desde as primeiras ocupações do MST. No entanto, não tinha suas práticas reconhecidas legalmente. Em 1996, conquista-se a aprovação das Escolas Itinerantes pelo Conselho Estadual de Educação (no Rio Grande do Sul), a princípio como experiência pedagógica, por dois anos.

Neste sentido, o marco inicial da Escola Itinerante é como “experiência pedagógica” no Rio Grande do Sul, no ano de 1996. Portanto, nasceu como escola pública no acampamento. Entretanto, ressaltamos que a escola itinerante foi conquistada pelo MST nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Alagoas e Piauí, mas ela não se universalizou nos territórios do MST.

E o que é a Escola Itinerante? É uma escola que carrega as marcas das lutas sociais por terra, pois ela se movimenta e se realiza nos espaços escolares onde se encontram os educandos acampados. Portanto, é uma escola nas marchas, nas ocupações de prédios públicos, nas manifestações em praças de

pedágios, em encontros do MST. Sua materialidade não se restringe à escola no acampamento. Para o MST, a EI é uma escola pública conquistada para atender a demanda por escolas nos acampamentos dos sem terra, materializando-se onde estiver ocorrendo a luta pela terra e educação. Ela acontece nos Estados do RS, PR, SC, AL, PI e GO. Segundo Weide (1998, p. 115):

A Escola Itinerante é fruto de um processo reflexivo desenvolvido ao longo dos quinze anos de Acampamentos de Reforma Agrária onde se reflexionou a necessidade de um fazer pedagógico diferente das práticas tradicionais, incorporando ao processo educativo a realidade vivenciada pelo aluno, os elementos ligados à realidade do meio rural e à própria caminhada desenvolvida na luta pela Terra.

Mas como essas escolas nasceram? Elas nascem da LDB, Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), com base no artigo 64, conforme segue: “Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente Lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados”. Diante disso, o MST iniciou a luta pela escola itinerante como “experiência pedagógica” nos seus territórios, que foi estruturada como escola pública estatal. Essa luta não foi fácil, conforme observa Weide (1998, p. 101):

A caminhada de luta pela Educação é uma trajetória que está sendo delineada em meio as incertezas e indefinições. A luta pela Educação começa desde a briga pela criação de escolas oficiais nos assentamentos chegando até o controle administrativo, político e pedagógico das mesmas.

Cabe neste caso trazer um diálogo entre uma educadora da Escola Itinerante em Santa Catarina e a pesquisadora Raquel Puhl, onde a educadora apontou a importância da escola por se encontrarem em uma situação de acampamento, portanto provisória, pois

[...] a qualquer momento podem ter a necessidade de ‘levantar acampamento’, ou seja, deslocaram-se para outro lugar, muitas vezes até mesmo para outro município, a existência dessa escola torna possível que as crianças não tenham seu estudo prejudicado, à medida que, assim que as barracas são construídas, constrói-se também a escola e as aulas continuam. Do contrário, seria necessário procurar uma escola no município a cada mudança de acampamento, deparando-se com problemas como a falta de vagas nas escolas entre outros entraves relacionados à documentação dessas crianças que, até que fossem resolvidos, poderiam comprometer os estudos das mesmas (*apud* PUHL, 2008, p. 59-60).

Por isso, a institucionalização da Escola Itinerante do MST se tornou e se torna importante, pois o caráter provisório do acampamento impõe aos acampados a necessidade da escola pública em caráter itinerante, uma vez que o processo pedagógico não é interrompido. A institucionalização, neste caso, traz a certeza da permanência da escola pública no acampamento, cujo caráter de provisão pode cessar com o assentamento das famílias na terra. Com efeito, Gehrke (2010, p. 71) escreveu que “[...] Não é a escola dos sonhos do Movimento mas, sem dúvida, é a semente plantada na vida das famílias acampadas, que vão sonhando com seu pedaço de chão, enquanto lutam para conquistá-lo, coletivamente”.

Neste sentido, inferimos que a escola no acampamento tem história de luta e de conquista junto aos poderes públicos constituídos, sendo uma escola pública com marcas do Estado no seu formato, no entanto, após pressões do MST. A escola itinerante traduz, neste caso, uma política pública de governos estaduais, por ser de caráter experimental, pois seu caráter itinerante e sua existência é efêmera, cuja existência legal se dá em terra de disputa por reforma agrária e as políticas de Estado têm um caráter de perenidade. Mas isto não desobriga o Estado de garantir a escola nos marcos da educação pública para os acampamentos, pois as crianças e adolescentes acampadas não podem ser excluídas do processo de alfabetização e escolarização oferecida pelo Estado à sociedade. As lutas de classes no campo não podem servir de empecilho ao Estado em garantir aos acampados o direito à educação escolar básica nos marcos da escola pública.

OS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE

Para ter existência legal, toda escola necessita ser autorizada e reconhecida pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) em cada ente federado do país. A Escola Itinerante do MST para se tornar uma escola legal, pública no acampamento, também tem que ser aprovada pelo CEE, com seu projeto de ensino e estrutura de funcionamento. Portanto, deve ter um Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar que norteia sua existência legal, sua forma de gestão didática, administrativa e financeira, além de disciplinar a oferta de ensino e o caráter pedagógico. Ou seja, traz as marcas e a ideologia da escola burguesa em seu funcionamento. Mas esta ideologia não é uma simples ideia das ideias dominantes. Eagleton (2011, p. 21) afirma que ela foi “sempre um fenômeno complexo, que pode incorporar visões de mundo divergentes e até contraditórias”. E, para entendê-la, “devemos analisar as relações precisas entre as diferentes classes em uma sociedade; e fazer isso significa compreender a posição dessas classes em relação ao modo de produção”.

Diante disso, vejamos como se estruturam as escolas itinerantes. Para o MST, as EIs se constroem com seus sujeitos, não simplesmente para seus sujeitos. É uma escola que se estrutura a partir das lutas pela terra no interior do capitalismo agrário e latifundiário, que mantém, não só o *apartheid* da terra, mas também da educação para os campões. Estas conquistas são importantes do ponto de vista da estratégia da luta do MST, pois permitem a reprodução do mesmo e a formação de quadros qualificados para o encaminhamento das lutas sociais na sociedade capitalista, o que implica em afirmar que a educação dos trabalhadores é uma arma poderosa na luta revolucionária no interior de uma sociedade de classes.

Nesta perspectiva, a tática “ocupar e acampar”, que foi empreendida pelo MST rendeu frutos, tanto na luta pela terra, quanto na luta pela escola, cujo resultado prático é a conquista da Escola Itinerante como política pública. Assim, a conquista da escola é o somatório da força política do MST nas lutas sociais do campo contra o latifúndio improdutivo.

A ESCOLA ITINERANTE NO RIO GRANDE DO SUL

O espaço educativo nos acampamentos do MST já consolidados no Movimento, faltava se consolidar na estrutura do Estado como “experiência pedagógica”. O MST no Rio Grande do Sul estava pressionando o Estado gaúcho para que reconhecesse a Escola Itinerante nos acampamentos.

No dia 08 de outubro de 1996 aconteceu uma reunião entre o Setor de Educação MST, Secretaria do Estado da Educação – SE e o Conselho Estadual de Educação – CEE para esclarecimento sobre o funcionamento da escola que o MST queria, que era a Escola Itinerante, aquela que já estava em funcionamento no acampamento, mas que ainda não era legalizada. O processo estava em tramitação na SE e CEE, mas a burocracia impedia a sua aprovação. O acampamento estava sempre atento. Soube que em 19 de novembro de 1996 aconteceria a apreciação da proposta da Escola Itinerante pelo CEE. Oitenta crianças e alguns pais e professores do acampamento “Palmeirão” de Júlio de Castilhos viajaram a Porto Alegre, na madrugada do dia 19 de novembro para pressionar a aprovação da sua escola. Ao chegarem no Prédio, onde funciona o CEE, foram barrados pelos guardas (MST, s/a, p. 13).

A mobilização se deu para aprovação do Parecer nº 1.313/96, aprovado em 19 de novembro de 1996 (CEE/RS, 1996), reconhecendo a Escola Itinerante nos acampamentos do MST, para, com isso, regularizar o processo de escolarização realizado pelos Sem Terrinha em uma área provisória de produção da vida material e cultural. O reconhecimento da Escola Itinerante foi um ato político do Governador do PMDB Antônio Brito (1995-1999). Este ato representou a ocupação da escola do MST nos marcos da legalidade burguesa.

Com a perenidade da escola, a escola itinerante, pelo seu caráter de “itinerância”, necessita de uma escola que sirva de sede às ações administrativas e pedagógicas. No documento oficial de criação da escola, a escola sede está denominada de escola-base, sendo uma escola pública em área de assentamento. É, portanto, uma escola com forte vínculo com o MST. Neste sentido, Weide assim nos apresenta o projeto “experiência pedagógica – Escola Itinerante”:

A estrutura e o funcionamento desse Projeto diferenciado da escolarização dos Acampamentos de Sem-Terra, é efetivada através de ligação entre a escola-base – Escola Estadual de 1º grau Nova Sociedade, em Nova Santa Rita e a(s) escola(s) Itinerante(s) localizada(s) no(s) Acampamento(s). Sendo que “*o papel, da escola base, articulada com a Delegacia de Ensino, Secretaria de Educação e Comissão Interinstitucional é de acompanhar e dar suporte legal à vida escolar dos alunos e professores*” (Parecer 1.313/96, p. 05) (WEIDE, 1998, p. 120-121).

E como funciona esta escola? Neste caso, trazemos a contribuição de Pieri (2002, p. 91), para quem

A Escola Itinerante está organizada em etapas o que a diferencia das escolas regulares, pois ela não tem uma época pré-determinada para iniciar suas atividades escolares. O período letivo inicia quando o Acampamento é constituído e cada etapa possui objetivos e conhecimentos próprios a serem detalhados ao longo do processo.

Portanto, a organicidade da escola se dá na constituição do acampamento,

pois a situação de acampados traz o deslocamento de famílias de sem terra para o território do MST em construção. Assim, diante das incertezas da vida, a escola do MST é erguida junto com o acampamento, como processo de pertencimento e identidade ao Movimento, mas a escola que se consolida no acampamento é a escola pública estruturada pelo Estado, que possui uma organização administrativa estatal para seu funcionamento. Neste sentido, Weide (1998, p. 121), com base no Parecer do Ceed, traz a organização administrativa e o fazer pedagógico, conforme segue:

A organização Administrativa assim está constituída:

- a) diretor da Escola-Base vale-se da administração participativa. Oportuniza a articulação com a equipe dos professores da Escola Itinerante e da 27^a Delegacia de Educação. Visa o pleno desenvolvimento da presente proposta e a inclusão da Escola para o repasse de recursos trimestralmente;
- b) a secretaria da Escola-Base mantém organizada a escrituração e o arquivamento dos dados referentes a vida escolar do aluno e a vida funcional dos professores;
- c) o Supervisor e o Orientador da Escola-base e da Delegacia de Ensino acompanham o desenvolvimento da proposta e assessoria aos professores para o bom desempenho docente;
- d) o professor coordenador da Escola Itinerante, além da docência, responsabiliza-se pela organização escolar e pela articulação da equipe de Educação do MST;

O fazer pedagógico é construído no cotidiano da Escola. A vivência da metodologia participativa é efetivada através:

- a) do colegiado da direção, que estabelece linhas comuns de ação procurando unir a teoria com a prática;
- b) das assembleias, onde os professores, os pais, os alunos e a equipe da Educação dos Acampamentos de Sem-Terra, têm voz e voto no debate e na tomada de decisões sobre os problemas da aplicação do Projeto pedagógico, bem como, no estabelecimento de regras de convivência e de programação das atividades.

Percebe-se, nas palavras de Weide, a presença do MST na organização da Escola Itinerante. Traz, portanto, a responsabilidade do Movimento na caminhada histórica da construção da escola nos acampamentos dos sem terra. Para o MST, portanto, organizar a Escola, tendo o Estado burguês como parceiro não significa a submissão ao Estado, mas uma ação pedagógica no âmbito do direito à educação com uma escola conquistada e, portanto, uma escola com determinados objetivos e práticas escolares que são desenvolvidas pelo Setor de Educação do MST. Neste caso, o MST necessita da escola do Estado para alfabetizar as crianças e assegurar a escolaridade dos educandos no seu processo de formação, além de certificar os alunos nas etapas cursadas. Garantir o processo de certificação faz com que o MST busque na estrutura do Estado burguês a escola que necessita, mas, para o MST, esta escola deve ser diferente, deve ser uma escola conectada com a vida e o trabalho e isto se faz trazendo os elementos da realidade como proposta de ensino, pois o fazer pedagógico novo só tem sentido se unir as atividades de ensino à vida e à luta por terra no centro do MST. Criar as estruturas para o fazer pedagógico exige um processo de formação no qual os vícios da escola centrada na avaliação,

como processo de classificação e exclusão, precisam ser desconstruídos entre os educadores da escola que o MST está construindo como educação do campo. Dentre elas, a Escola Itinerante, como escola pública nos marcos da educação do campo. Que, portanto, possui objetivos para sua materialidade.

Para Weide (1998, p. 119), os objetivos da Escola Itinerante são, enquanto objetivo geral:

[...] oferecer às crianças e aos adolescentes das comunidades acampadas o acesso a Educação através de uma metodologia diferenciada, correspondente ao Ensino Fundamental de 1^a a 5^a série. Em termos de objetivos mais específicos, a Escola Itinerante deseja:

- articular ações conjuntas com os órgãos e instituições envolvidas com questões educacionais dos Acampamentos de Sem-Terra;
- divulgar a proposta pedagógica e implantá-la de forma adequada à realidade dos Acampamentos de Sem-Terra;
- desenvolver ações pedagógicas diversificadas e envolventes a partir dos interesses, das necessidades e dos níveis de conhecimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens;
- proporcionar ao aluno oportunidades para construir-se como seres capazes de compreender e interpretar o processo histórico, analisando, comparando, interpretando e transformando a realidade.

Isto posto, Bezerra Neto, em sua pesquisa sobre o processo de ensino e aprendizagem do MST, traz a perspectiva de que há educação diferente no território do mesmo, pois há um jeito novo de se educar, cuja centralidade está dada na relação educador-educando e no processo de ensino. Com efeito, Bezerra Neto (1999, p. 68) observa que:

A educação do movimento difere da forma ‘tradicional’ de ensino, principalmente porque, nas escolas dos assentamentos e acampamentos, o ensino está baseado na relação educador-educando, sendo seu principal objetivo a socialização (repasse/apreensão) dos conhecimentos que vão sendo historicamente produzidos e acumulados, de modo que se constituam também em saber para os educandos.

O Rio Grande do Sul, neste sentido, faz uma história da educação pautada pelos movimentos sociais, em particular o MST, pois se estabelece uma escola pública em área de ocupação do latifúndio. A Escola Itinerante se estrutura como projeto de “experiência pedagógica”, mas ganha a dimensão da escola conquistada pelo MST, estruturada pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com o Movimento. Articula-se na democracia e nos valores educacionais em que o MST se funda, cuja essência é o ecletismo, mas um ecletismo que se funda nas pedagogias populares e na pedagogia do trabalho como princípio educacional.

Nas lutas de classes, a escola é um aparelho ideológico de Estado e de hegemonia na reprodução social da ordem burguesa. Dessa forma, um governo ligado ao latifúndio não poderia tolerar a existência de uma escola pública em acampamentos do MST e passou a atacar a organização das escolas itinerantes. Em 2009, o governo de Yeda Crusius, com apoio do Ministério Público, lançou uma ofensiva contra as Escolas Itinerantes no Estado, fechando-as totalmente. Esta ofensiva contra a escola itinerante foi registrada por Camini (2014) assim:

O MST em 2008 e 2009 já vinha sendo fragilizado. Ele fazia ocupações e o governo mandava a Brigada Militar. Começou uma perseguição tão forte do governo do Estado ao MST que não teve como segurar todas as famílias acampadas. Muitas eram recentemente chegadas, vindo das periferias urbanas, sem ter tido tempo de formação e de militância que as assegurasse lá dentro. Isso foi criando um temor muito grande em muitas famílias, que acabaram saindo dos acampamentos e voltando para as periferias das grandes cidades. O movimento começou a se fragilizar por conta disso.

Cada ataque que o governo fazia, muitas famílias não aguentavam porque não tinham a mística e uma militância que os assegurasse naquela condição. A vida num acampamento é dura, é sofrida. O Estado pisou na questão mais importante que o movimento tinha, que era a escola. À medida em que o governo retira o direito à escola itinerante e, ao mesmo tempo, o conselho tutelar obrigava a criança a estar na escola, muitas famílias voltavam a suas comunidades de origem, a maioria nas periferias urbanas.

Logo em seguida, na retomada do ano letivo de 2009, ao mesmo tempo em que a Brigada Militar ia nos acampamentos, o conselho tutelar estava lá para, junto com a BM, prender os pais que não mandavam as crianças de transporte escolar ou a pé por sete quilômetros até uma escola que a secretaria havia indicado. Então eles viveram uma tensão grande em que muitas famílias pegaram seus filhos e foram para a casa de um amigo, de um compadre, de um irmão.

Neste ato de fechamento das escolas itinerantes, o Estado gaúcho, dirigido por neoliberais, não levou em consideração os dados do processo de escolarização apresentado pela escola-base das EI, no RS, a Escola Estadual de ensino fundamental Nova Iguaçu, nos seus doze anos de legalidade (1996-2008). De acordo com Camini (2009), 4.601 educandos passaram pelas salas de aulas das Escolas Itinerantes. Também não levou em consideração em 2008, que havia 320 educandos nas oito escolas itinerantes existentes no Estado gaúcho. Nem o fato das crianças estudarem próximas aos barracos, livres dos preconceitos por sua condição social de sem terra e pela pobreza. Ao terminar o ano de 2008, terminou a “experiência pedagógica” da Escola Itinerante no Rio Grande do Sul, por perseguição política ao MST, pois a ação policial nos acampamentos estava presente para impedir a existência das escolas públicas nos acampamentos.

Sob a hegemonia da escola capitalista, Saviani (2008, p. 251) diz que:

A escola é apresentada, então, como um aparelho a serviço dos interesses da classe dominante, cumprindo a função de reproduzir as relações sociais de classes pela imposição da ideologia dominante e pelo preparo dos indivíduos para ocupar os postos que lhes são destinados pela estrutura da sociedade de classes.

Os pilares de que nasceu a escola itinerante, na sua objetividade, não atendiam aos preceitos do latifúndio, por isso, o Estado do Rio Grande do Sul, sob o governo neoliberal e na defesa do latifúndio reagiu às escolas do MST, fechando-as em seu território.

A ESCOLA ITINERANTE NO PARANÁ

No Estado do Paraná a Escola Itinerante recebeu autorização de implantação e funcionamento por meio do Parecer do Conselho Estadual de Educação – CEE

nº 1012/03, de 08 de dezembro de 2003. No Parecer do CEE/PR, a justificativa está assim redigida,

Na ‘Exposição de Motivos’ (fl. 15) informa-se que existem 67 acampamentos com aproximadamente 13 mil famílias e grande contingente de crianças, em sua maioria sem possibilidade de freqüência à escola. As escolas municipais não dispõem de infraestrutura ou recursos para atender, de forma muitas vezes inopinada, um grande conglomerado populacional. Para garantir a essas crianças o direito à educação, o Governo do Estado propõe a implantação da ‘Escola Itinerante’ nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Paraná (CEE/PR, 2003, p. 01).

O Estado, neste caso, assume a responsabilidade para com as escolas nos acampamentos do MST, para assegurar o direito das crianças Sem Terrinha³ ao processo de escolaridade pela rede estadual de educação. A conquista da escola pelo MST se faz presente pela ação do CEE que reconheceu a legitimidade do direito à educação nos territórios do MST, mesmo que este território estivesse em disputa entre o MST e o latifúndio. Assim como no Rio Grande do Sul, o Paraná também cria uma política pública para atender os direitos sociais dos sem terra à educação, mesmo que em caráter itinerante. De certa forma, o Estado regulariza um processo educacional que já vinha ocorrendo nos acampamentos, mas sem que houvesse o processo formal de certificação da escolaridade por parte do Estado. A conquista da escola no acampamento se vincula à educação do campo como estratégia do movimento para ocupar a escola no seu território. Podemos dizer que a escola pública no acampamento é a escola do Movimento no território do MST, com uma dimensão pedagógica centrada no interesse de formação do mesmo. Dessa forma, Knopf (2011, p. 01) observa:

Aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná com parecer n. 1012/2003 de 08/12/2003, está fortemente vinculada à intitulação de políticas sociais voltadas a Educação do Campo subsidiada via ações das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (publicadas pelo Ministério de Educação). Escola itinerante, significa que esta escola acompanha o itinerário do acampamento até o momento em que as famílias acampadas chegam à conquista da terra, ao assentamento. O nome Itinerante significa também uma postura pedagógica de caminhar junto com os Sem Terra, o que sinaliza um grande avanço no sentido de afinidade entre os processos formais de escolarização e as vivências e práticas educativas de um movimento social organizado, como MST.

O que se evidencia? Que a educação do campo está presente no acampamento do MST por meio da Escola Itinerante. Mas o Paraná apresenta uma particularidade frente ao Rio Grande do Sul e aos outros Estados que reconheceram a Escola Itinerante como escola pública, que é a presença da oferta da educação básica na sua extensão e modalidades de ensino, além de prover a educação infantil e a educação de jovens e adultos. Os legisladores educacionais

³ São filhos e filhas dos trabalhadores que integram o MST e que participam da luta do Movimento. O nome Sem Terrinha foi criado num encontro das crianças Sem Terra em São Paulo, em 1997. Atualmente, esta identidade é reconhecida pelo conjunto da organização, como também para além dela (MST, 2009, p. 16).

reconheceram o direito à educação de forma extensiva, pois é grande o número de jovens e adultos analfabetos no campo. O princípio educativo do MST, “nenhum Sem Terra analfabeto” foi estabelecido para a estrutura educacional das Escolas Itinerantes no Paraná. Vejamos o que traz o Parecer sobre isto.

No Paraná, a Escola Itinerante ‘buscará viabilizar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Médio, Profissional e a Educação de Jovens e Adultos sendo que, nos casos de atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais serão consideradas as legislações pertinentes a esta área, bem como aquelas que se referem ao ensino profissionalizante’ (fl. 10) (CEE/PR, 2003, p. 02).

Segundo dados do MST, o Paraná tem, na Escola Itinerante, a primeira e única experiência que prevê o atendimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos nas diferentes modalidades da educação, ou seja, na totalidade da Educação Básica. Diante disso, Knopf (2011, p. 01) escreveu que:

A Escola Itinerante está inserida nos acampamentos do MST no Estado do Paraná. Portanto, está vinculada a luta de uma organização política que estabelece objetivos para além das dimensões didáticas pedagógica da própria escola enquanto instituição. Este elemento agrupa a ela características específicas, próprias das circunstâncias em que está imersa; dentre elas a preocupação com a formação de sujeitos sociais que se reconhecem como classe trabalhadora, possibilitando-lhes a apropriação do conhecimento elaborado e visando a compreensão das contradições da sociedade capitalista. Por assim ser, também questiona o Estado em sua forma de estabelecer a gestão desta instituição.

Mantendo a lógica da estrutura da Escola Itinerante do Estado do Rio Grande do Sul, no Paraná, as Escolas Itinerantes funcionaram com respaldo legal do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak até o ano de 2017. De acordo com Gonçalves (2020, p. 120), as escolas itinerantes:

[...] do estado do Paraná funcionaram até o ano de 2017 com respaldo legal do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu/PR. O Colégio Iraci tinha o papel de Escola Base para as Escolas Itinerantes do Estado que estavam instalados nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Colégio está jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. Na estrutura funcional do sistema de ensino, os Núcleos eram responsáveis, dentro de sua jurisdição, pela aprovação do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico de cada escola.

Destacamos que a Escola Base das escolas itinerantes no Paraná estava situada no maior assentamento da reforma agrária da América Latina, quando da ocupação realizada no dia 17 de abril de 1996, surgiu o Assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, com 1.512 famílias assentadas. Para o MST foi significativo a escola-base estar localizada no assentamento que tem história de luta por reforma agrária, pois manteve o vínculo da escola com a luta pela terra. Esta escola preservava a documentação escolar dos educadores e educandos das Escolas Itinerantes, com o registro dos atos pedagógicos, conforme determinava o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico

aprovados por órgãos públicos, disciplinando a existência das mesmas no Paraná. As Escolas Itinerantes, portanto, sempre teve existência legal a partir da escola-base, conforme disciplinado pelo Conselho Estadual de Educação. Neste sentido, elas se subordinavam à escola base, mas, apesar do controle estatal, conseguiam certa autonomia pedagógica.

A Escola Itinerante está inserida nos acampamentos do MST, mas não na sua totalidade, pois a sua existência necessita de organização e dos interesses dos próprios acampados. Por decisão política do Setor de Educação do MST/PR, tomada em 2007 (MST, 2007), a EI geralmente só é criada e organizada nos acampamentos que tenham em torno de 200 famílias. Para esse fim, “durante uma semana fazem o estudo e debate do significado desta escola, organizando-a e colocando-a em funcionamento em conjunto com a comunidade acampada” (CAMIINI, 2009, p. 146).

Gonçalves (2020, p. 120), em sua pesquisa de mestrado evidencia que:

Ao longo do ano 2017 sob os argumentos da municipalização do financiamento, dá-se a eliminação do termo de convênio da ACAP⁴ (renovado anualmente), substituindo por processo seletivo simplificado de professores. Com isso, em dezembro de 2017, as Escolas Base começam a serem oficialmente municipalizadas. Essa municipalização deu-se de forma gradual, sendo a escolha das Escolas Base em que cada EI seria vinculada. Ficou a cargo do setor de educação do MST fazer a indicação, porém coube à SEED a aprovação.

No Paraná, de acordo com o Setor de Formação do MST, existem cerca de 70 acampamentos do MST no Estado, e de acordo com Gonçalves (2020), são 14 (quatorze) escolas itinerantes em pleno funcionamento. Segundo Camini (2009, p. 151), “a decisão do Setor de Educação do MST é organizar cada escola à medida que a comunidade solicitar e tiver condições de mantê-las com educadores acampados”, mas isso não exime o Estado de suas responsabilidades para com a gestão documental dos educandos e dos custos de manutenção das escolas públicas nos acampamentos do MST. Portanto, para o movimento, organizar a Escola Itinerante, com a responsabilidade e seriedade para sua implementação, se faz com as condições materiais e humanas necessárias ao seu funcionamento. Ou seja, é preciso o envolvimento da comunidade acampada para se ter a escola pública no acampamento. Neste sentido, não basta querer. É preciso disponibilizar força de trabalho para tal fim e isso se faz com pessoal qualificado para organizar e manter a estrutura da Escola Itinerante em funcionamento.

Para registrar a memória da Escola Itinerante, o Setor de Educação do MST/PR e a SEED produziram os cadernos da escola itinerante, e o primeiro número foi publicado em 2008. De acordo com Leite e Amboni (2014, p. 20):

Os cadernos da Escola Itinerante buscam expressar o acúmulo da experiência pedagógica vivenciada pelas escolas, são construídos no intuito de contribuir na formação dos sujeitos que se inserem a escola, bem como, socializar e divulgar a experiências e produções e reflexões escritas acerca da Escola Itinerante, vindo a fortalecer a dimensão do registro e memória, na qual possui três números, a pri-

⁴ Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná.

meira publicada no ano de 2008 com o nome de Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências, o segundo Itinerante: a escola dos Sem Terra – Trajetórias e significados, o terceiro Pesquisas sobre a Escola Itinerante: refletindo o Movimento da escola e o quarto A Escola da Luta pela Terra (aguardando para impressão).

Fazer a Escola Itinerante acontecer e produzir seu registro histórico, isto o Setor de Educação do MST/PR, com apoio da Secretaria Estadual de Educação, vem fazendo com relativo sucesso. Nesse sentido, a história das Escolas Itinerantes está sendo escrita pelo Movimento nas ocupações da terra no Paraná, conquistando a escola nos seus territórios.

A ESCOLA ITINERANTE EM SANTA CATARINA

A escola que nasceu nas lutas por reforma agrária, que produz conhecimentos sobre suas atividades didáticas e administrativas, também nasceu em Santa Catarina. Ela nasceu também das lutas sociais engendradas nas lutas por terra. Sua marca já estava constituída no Rio Grande do Sul e Paraná como escola pública nos acampamentos do MST. Ela também tem uma escola base como processo de centralidade administrativa. A escola base e a Escola Estadual 30 de outubro, que está localizada no assentamento Rio dos Patos, no município de Lebon Regis. A Escola Itinerante nasceu sob a lona preta como estrutura física, mas com a leveza que o MST consegue implementar no seu processo pedagógico. Na sua luta, a Escola Itinerante também nasceu em Santa Catarina como “experiência pedagógica”, conforme nos traz Puhl (2008, p. 39):

Segundo informações coletadas no Setor Estadual de Educação do MST no Estado de Santa Catarina, as Escolas Itinerantes foram aprovadas como ‘experiência pedagógica’ no dia 21 de setembro de 2004 pelo Conselho Estadual de Educação, sob o parecer nº 263.

Nasce como escola pública, mas já tinha existência como escola do MST no acampamento. Como toda escola do acampamento, ela tem existência real como escola do acampamento. Como Escola Itinerante, enquadra-se na escola pública, com um projeto pedagógico ligado à escola-base, que tem a legalidade estatal por ser aprovado pela Secretaria de Estado da Educação. Neste sentido, Puhl (2008, p. 39-40) afirma que:

Legalmente, foi em 21 de fevereiro de 2005 que tiveram início as aulas nos acampamentos, muito embora, segundo consta no projeto político pedagógico (ppp), desde as primeiras ocupações do MST no Estado, a partir de 1985, iniciava-se uma crescente demanda por escolas nos acampamentos e, diante disso, logo iniciaram as primeiras experiências escolares nesses locais, mesmo sem seu reconhecimento legal.

O projeto foi aprovado no governo de Luiz Henrique da Silveira, do PMDB (01/01/2003 a 09/04/2006). Reconhecida como “experiência pedagógica” a escola pública no acampamento do MST, denominada de Escola Itinerante, consolidou as atividades pedagógicas desenvolvidas desde o ano de 1985, quando das primeiras ocupações de terras realizados pelo MST no Estado de Santa Catarina. O fato a ser

destacado na organização das Escolas Itinerantes em Santa Catarina é que sua legalização se deu na estrutura das escolas do MST existentes no acampamento, conforme nos traz Camini (2009, p. 149) que “em 21 de fevereiro de 2005, houve um ato oficial de abertura das escolas itinerantes, na estrutura já existente nos acampamentos, sem que elas houvessem recebido os materiais previstos no projeto”. Mori (2006) chama a atenção quanto a ser um reconhecimento parcial:

Se houve o reconhecimento de uma Escola Itinerante pelo poder público, diria que este reconhecimento é parcial, assim como a legalização. Ao mesmo tempo em que o Estado legaliza a escola deixa-a em situação ilegal, ou seja, houve uma legalização da Escola, porém o atendimento educacional a esta população continua incompleto (MORI, 2006, p. 16).

Diante disso, Camini (2009, p. 149) afirmou que:

Bem maior do que a luta pela sua legalização, no entanto, tem sido o empenho para que os órgãos públicos responsáveis cumpram sua obrigação de viabilizar as condições para o funcionamento. Conforme destacam os educadores, “a relação com o Estado é complicada, uma vez que não nega a resolver as questões de sua responsabilidade, porém, na prática, não encaminha o que solicitamos: repasse de verbas, merenda, lonas, materiais didáticos, formação de educadores, entre outros”.

Notamos nestas atenções as dificuldades impostas à realidade do acampamento pela negação do Estado em cumprir com sua responsabilidade educacional, de fazer cumprir o direito à escola das crianças em conformidade com as leis. Sua constitucionalidade também se dá dentro de políticas públicas de inclusão educacional, garantido a oferta somente para as quatro séries iniciais do ensino fundamental, mas sem as condições materiais para que a Escola Itinerante pudesse efetivamente cumprir com sua função social. Dentro da lógica criada no Rio Grande do Sul e Paraná, em Santa Catarina também se manteve as normas de funcionamento pedagógico, administrativo e financeiro, além do controle da Escola Itinerante por meio da escola-base, conforme se lê no site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina:

As Escolas Itinerantes em funcionamento no Estado, sob o Parecer nº 263, aprovado em 21/09/2004, são resultados de uma política pública educacional inclusiva e de qualidade, e de mais uma conquista da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Isso significa a garantia do direito à educação das crianças acampadas a partir de um processo de escolarização que comprehende a realidade e as necessidades dessas crianças. O Parecer autoriza o funcionamento da Experiência Pedagógica de Escola Itinerante, para oferta de 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental, mantida pelo Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Estadual de Educação. Está localizada no Assentamento Rio dos Patos (30 de outubro), no Município de Lébon Régis/sc, vinculada à Gerência de Educação de Caçador (SANTA CATARINA, 2009).

Sobre o reconhecimento das Escolas Itinerantes pelo CED, Puhl (2008, p. 42-43) observou que, “[...] as Escolas Itinerantes de Santa Catarina encontram-se em processo de reelaboração de seu projeto político-pedagógico, o que é, inclusive, uma exigência para sua aprovação definitiva pelo Conselho Estadual de Educação”.

Nas lutas sociais pela educação desenvolvidas na região sul do Brasil, o MST soube ocupar e conquistar a escola para o seu território, mesmo itinerante. A estratégia do MST está na ocupação da terra e, com ela, na ocupação também da escola para assegurar os direitos básicos à vida, como trabalho e educação dentro de uma singularidade, cuja categoria central é “imprevisibilidade”. Conforme Puhl (2008, p. 65),

[...] dentre os elementos que configuram a singularidade do contexto no qual se situam as Escolas Itinerantes do MST, o aspecto que se refere à imprevisibilidade deve ser enfatizado, pois, além de se encontrarem em uma situação provisória — o acampamento —, essas escolas lidam com a necessidade do improviso muito mais do que uma escola com estrutura física fixa. [...].

No acampamento, portanto, a Escola Itinerante se materializa por meio da teimosia de seus sujeitos, que vivem a precariedade e o *apartheid* social imposto à sociedade pela política social do latifúndio.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE

A conquista da escola itinerante nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina parecem coincidências, mas todas ocorreram em governos do PMDB: no Rio Grande do Sul, Antônio Brito (1996), no Paraná, Roberto Requião (2003) e, em Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (2004). Mas traz as diferenças entre si na sua organização. No Rio Grande do Sul foi constituída como etapas, correspondendo à seriação para as classes iniciais do ensino fundamental (1^a a 5^a Séries); No Paraná, a educação básica e a possibilidade da escola de formação técnica estavam presentes no parecer do Conselho Estadual de Educação. Em Santa Catarina, o processo de reconhecimento das Escolas Itinerantes é a da escola multisseriada, para o ensino da 1^a a 4^a Séries, sem distinção entre as escolas do campo do Estado, pois este não abriu mão do controle estatal das Escolas Itinerantes no Estado. Mas na contradição social, o Projeto Político-Pedagógico, segundo os estudos de Puhl (2008), é flexível, pois permite ajustes à funcionalidade de cada acampamento. Isto dá uma dinâmica à prática escolar e às relações sociais entre os acampados a partir da escola.

Dessa forma, para o MST, a escola pode projetar um processo de formação escolar que se sobrepõe aos interesses do Estado, isto é, uma escola na contramão dos interesses sociais da burguesia, que tem, como meta, a formação da força de trabalho para a reprodução do capital, ou seja, para manter seu *modus operandi* de trabalho. Diante disso, o movimento afirma que o educador precisa ter a qualidade de um militante socialista, que saiba unir trabalho e educação em uma perspectiva de omnilateralidade do homem. Traz, portanto, o trabalho como princípio educativo e este princípio é histórico, posto que a sociedade educa o homem para sua reprodução humano-social.

No Paraná, nas escolas ligadas ao MST, tanto nos assentamentos, quanto nos acampamentos, o processo pedagógico se dá por ciclos de formação humana, partindo dos ciclos da vida em toda a educação básica. A organização escolar

por ciclos de formação é, para Hammel e Borges (2012, p. 14), “a forma que os Sem Terra encontram para colocar em prática os princípios filosóficos e pedagógicos construídos na luta deste povo, buscando romper com a lógica reducionista, presente na proposta destinada às escolas até então”. Neste processo, avança em relação ao que o Estado adota para as escolas públicas no Paraná. Esta experiência é pioneira no processo de escolarização adotada pela escola pública no movimento. No Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, escola-base das escolas itinerantes, tem que:

O Ciclo da Infância na Educação Infantil, I Ciclo, compreende o atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, com o trabalho unidocente. A forma de agrupamento far-se-á com no máximo de 20 educandos por turma.

Quanto ao Ensino Fundamental este passa a adequar-se progressivamente à ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração, com matrícula obrigatória dos educandos a partir de 6 anos de idade, no primeiro ano, iniciado em 2007. A Educação Básica será organizada por Ciclo de Formação Humana, compreendendo 5 ciclos da vida humana, [...].

[...]

O Ensino Fundamental organiza-se em três ciclos: INFÂNCIA – II Ciclo: com as idades de 6, 7 e 8 anos onde os educandos devem ter domínio da alfabetização; PRÉ-ADOLESCÊNCIA – III Ciclo: com as idades de 9, 10 e 11 anos, ampliação da alfabetização e ADOLESCÊNCIA – IV Ciclo: com as idades de 12, 13 e 14 anos, estruturação dos conceitos; estando organizada em nove anos, atendida de forma unidocente nos 5 primeiros anos e multidocente nos 4 anos finais. Não ocorre reaprovação e a avaliação será feita por meio da elaboração de diagnósticos avaliativos sistemáticos, processuais, cumulativos, tendo como instrumentos os pareceres e as Pastas de Acampamento.

[...]

O Ensino Médio é o V Ciclo – JUVENTUDE, este objetiva uma formação geral, sólida, pautando a vinculação entre o contexto local e universal buscando apropriar-se de conhecimentos universais e socialmente comprometidos com a transformação da sociedade e da juventude o que exige uma análise do mundo do trabalho (STROZAK, 2009, p. 45-46).

Com efeito, Leite e Amboni (2014, p. 03) observam que:

Contradicitoriamente, a Escola Itinerante desde sua origem vem aprendendo a projetar sua forma escolar com o acampamento e com o MST, pois é a luta pela terra e o fazer pedagógico do MST que extrapola a escola e oportuniza aprendizados para condição desta instituição escolar. Neste sentido, a Escola Itinerante é concebida como um dos espaços dentro do MST com a finalidade pedagógica de formação humana dos sujeitos acampados. E este tem sido o grande aprendizado da Escola Itinerante como o MST de projetar seres humanos capazes de serem os lutadores por escola, terra, trabalho e dignidade.

Dessa forma, para o MST efetivar o direito à educação nos acampamentos, a palavra de ordem foi “ocupar a escola”. E ocupar a escola é, segundo Caldart, a única possibilidade de conquistá-la. Dessa forma, observa que:

[...] A forma é que podia ser um pouco diferente; ocupar a escola significava primeiro organizá-la por conta própria, começar o trabalho e os registros formais já sabidos como obrigatórios, mesmo que em condições materiais precárias, e então iniciar as negociações com os órgãos públicos para sua legalização (CALDART, 2004 p. 240).

Diante disso, a Escola Itinerante nasceu no acampamento por força política dos acampados, como um meio de “ocupar” as crianças com atividades pedagógicas e, assim, dar a elas, uma ocupação de recreação, ensino e sociabilidade humano-coletiva. Este processo se faz necessário para consolidar a organização interna do acampamento no interesse da conquista da terra. A atividade que une os homens nos acampamentos do MST está relacionada com a produção da vida material, mas há também outro aspecto fundamental, que é a sociabilidade humana, pois o homem é um ser social fundado no trabalho e nas relações sociais com outros homens. O que caracteriza a existência material do homem é o trabalho e, com ele, as organizações sociais para sua reprodução humano-social, dentre elas a educação. Com efeito, Vieira Pinto (1987, p. 29), diz que a “educação diz respeito à existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos”, pois “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. No acampamento, uma das organizações é a própria escola, que se organiza como polo de resistência à exclusão da escolaridade formal. Não obstante, Weide (1998, p. 21) argumenta:

O ser humano é um ser de relações. Se relaciona com as coisas, consigo mesmo e com os outros seres, donde a necessidade de suas realizações não ser algo apenas de sua exclusividade individual. Suas buscas são buscas com outros seres que também procuram ser mais em comunhão com outras consciências. Caso contrário, algumas consciências seriam objetos de outras.

Se o homem é um ser social, ele é um ser que vive em sociedade. Mas não em uma sociedade abstrata, idealizada. Ele vive em uma sociedade de classe. Uma sociedade determinada pelo trabalho, isto é, de como os homens produzem a vida material e nisto está implícita a forma de propriedade dos meios de produção. Nesta perspectiva, Gramsci (1977, p 115) assevera que:

Cada sociedade vive e desenvolve-se porque adere a uma produção historicamente determinada: onde não existe produção, onde não existe trabalho organizado (mesmo que seja de modo elementar), não existe sociedade, não existe vida histórica. A sociedade moderna viveu e desenvolveu-se até a fase atual porque aderiu a um sistema de produção: àquele sistema de produção historicamente determinado pela existência de duas classes, a classe capitalista, proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora, ao serviço da primeira, subjugada a primeira pelo vínculo do salário, pelo vínculo da ameaça pesada de morte por fome.

A sociedade moderna se faz por meio do *apartheid*, tanto social, provocado pelas desigualdades sociais, quanto educacional, acentuada na necessidade histórica de reprodução da força de trabalho, como mercadoria, para a reprodução social do capital e da exploração social capitalista. Como o homem é um ser incompleto e, no seu desenvolvimento social, ele necessita do processo de educação para sua formação, ele se faz homem no trabalho e na educação engendrada nas relações de produção. Portanto, o homem é um ser objetivado pelo trabalho, mas de modo incompleto, que necessita da educação social complementando enquanto ser social. Com efeito, Weide (1998, p 21) assevera:

A Educação só é possível por ser o homem incompleto e inacabado. No desejo do sonho de perfeição o ser humano se lança, como sujeito de sua própria história e de sua Educação. A busca pela Educação pode ser traduzida com um ‘ser mais’, quando for expressão do buscar ou pode ser entendida como reprodução quando for apenas repetição das buscas de outros [...].

Por isso, o “ser mais”, que Weide fala, está presente nos acampamentos do MST. É no acampamento que o MST procura construir o projeto de sociedade “justa”, tendo por base a organização de uma sociedade coletiva sob os princípios do socialismo. É no acampamento que o MST vem lutando por direitos à terra, como a burguesia lutou contra o Antigo Regime por terra, impondo em suas constituições o direito à propriedade como marco indelével do homem. A luta por terra e por educação traz as marcas dos direitos sociais e neste sentido, o MST radicalizou suas ações no sentido de ocupar ambas. Não é por acaso que Weide (1998, p. 101) escreveu que:

Nos Acampamentos de Sem-Terra a Educação escolar formal havia sido quase que esquecida em prol do grande alvo da conquista da Terra. Percebe-se que só lutar pela terra não basta. A luta pela Reforma Agrária é bem mais ampla. Implica a conquista de direitos sociais que compõem o que se poderia chamar cidadania. A Educação é um desses direitos, mas que também requer planejamento, mobilização, organização e luta.

Com efeito, Gehrke (2010, p. 64) observa que “A escola vai sendo escrita para ser uma escola diferente”, pois nos documentos elaborados pelo Movimento: ‘O que queremos com as escolas dos assentamentos’ (1991); ‘Como deve ser uma escola de assentamento’ (1992); ‘Como fazer a escola que queremos’ (1992); ‘Como fazer a escola que queremos: o planejamento’ (1995), são modelos de uma escola ideal, bem como o primeiro boletim de educação, publicado em 1992, que traz a escola pretendida, a ‘escola que queremos’. Nesta perspectiva, Weide (1998, p. 77) expôs os princípios pedagógicos fundamentais da Escola Itinerante:

No caderno de formação nº 18 fica claro o que a escola de Acampamento e assentamento precisa ser um espaço que:

- Prepare as futuras lideranças e os futuros militantes do MST, dos Sindicatos, das Associações e dos vários movimentos populares;
- Mostre a realidade do povo trabalhador, da roça e da cidade, explicando o porquê do enriquecimento de poucos em detrimento da exploração, sofrimento e miséria de muitos; indique o caminho da superação dessa situação e da transformação social;
- Reflita sobre as possibilidades de construção de uma nova sociedade a partir dos trabalhadores e compare essas possibilidades com o novo modo de ser e de produzir nos assentamentos.

E, para esse fim, Bezerra Neto (1999) traz que, de acordo com os princípios do Movimento, os educadores do MST têm como tarefa fundamental no processo de ensino e aprendizagem a responsabilidade de ensinar as crianças a:

- 1) se organizar para trabalhar em grupo;
- 2) tomar decisões por conta própria e a assumir as consequências de suas decisões;
- 3) planejar e avaliar as ações no coletivo dos alunos e dos professores;

- 4) controlar o trabalho e a produtividade;
5) superar os desvios e oportunismos dos colegas (BEZERRA NETO, 1999, 69).

Neste processo de luta pela escola, o MST se faz também como articulador de um processo hegemônico em seu território, pois a escola tem que ser um espaço de formação de militantes para a continuidade da luta. Mas também tem que ser um espaço de difusão de uma pedagogia do movimento, que transforma a luta pela terra em pedagogia, para transformar o homem e a vida social. A base desta luta está no sujeito sem terra, que se organizou para conquistar a terra e, com ela, a escola do MST. Para Caldart (2004, p. 204-205), a luta pela escola teve três momentos distintos:

Primeiro: as famílias sem-terra *mobilizaram-se* (e mobilizam-se) *pelo direito à escola* e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos [...]).

Segundo: o MST, como organização social de massas, decidiu pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de *organizar e articular por dentro de sua organicidade essa mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica* para as escolas conquistadas, e *formar educadoras e educadores* capazes de trabalhar nessa perspectiva [...].

Terceiro: através desse processo a que se referem as duas afirmações anteriores, o MST *incorporou a escola em sua dinâmica*, e isso em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural [...].

A observação do MST traz um ponto de interrogação e uma certeza, a vulnerabilidade da Escola Itinerante frente ao Estado conservador brasileiro. Sua certeza reside no fato da escola itinerante não ser uma política de Estado, mas sim uma política pública de governos, o que a torna frágil frente aos interesses do latifúndio, como bem demonstrou o Rio Grande do Sul, que as fechou em 2009. A força do MST não conseguiu sobrepor-se aos interesses do Estado gaúcho que, em aliança com o Ministério Público, impossibilitou a continuação da Escola Itinerante como política pública no Estado. Por isso, a mensagem do MST tem um sentido emulativo à luta pela escola nos acampamentos, pois se deixar de pelear, as forças conservadoras do latifúndio poderão se aliançar com o Estado e impor o fim da experiência pedagógica nos acampamentos, carinhosamente denominada de Escola Itinerante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista da escola itinerante trouxe a garantia de direitos à educação, mas não na sua extensão. A lógica da oferta educacional pelos Estados se dá pelo princípio constitucional e pelo diálogo estabelecido entre Estado e MST, cujo interesse primário é o atendimento educacional dos jovens que vivem nos acampamentos com suas famílias. Dessa forma, dever e direito são interligados no processo de edificação da escola itinerante, cuja centralidade está na vida que se faz itinerante à espera da reforma agrária.

Portanto, concluímos que a conquista da escola itinerante nos Estados do sul, apesar das formas distintas de sua oferta, é o reconhecimento dos entes federados da importância de estabelecer o direito à educação pública em quaisquer circunstâncias em que vivem grupos sociais, e uma certeza para o MST, a de que vale a pena lutar pelos direitos constitucionais de ambos, a da reforma agrária e a educação.

REFERÊNCIAS

- BAHNIUK, C. *Educação, Trabalho e Emancipação Humana: Um Estudo Sobre as Escolas Itinerantes dos Acampamentos do MST*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BEZERRA NETO, L. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CAMINI, I. Escola itinerante do MST faz contraponto à escola capitalista, diz Isabela Camini. Entrevista concedida à Samir Oliveira, em 17 de março de 2014. In <http://www.mst.org.br/node/15854>. Acessado em 15 de maio de 2014.
- CAMINI, I. *Escola Itinerante dos acampamentos do MST: um contraponto à escola capitalista?* Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- CEE/PR. Conselho Estadual de Educação, Estado do Paraná. Processo nº 1.344/03. Protocolo nº 5.657.366-6. *Parecer nº 1012/03*. Aprovado em 08/12/03. Câmara de Legislação e Normas. Interessado: Sistema Estadual de Ensino/SEED – Estado do Paraná. Assunto: Autorização para implantação da “Escola Itinerante” nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Curitiba, 2003.
- CEE/RS. Conselho Estadual de Educação, Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Ensino de 1º Grau. *Parecer nº 1.313/96* – Processo SE nº 7.433/19.00/96.7. Autoriza o desenvolvimento, por 2 (dois) anos, da Experiência Pedagógica denomina “Escola Itinerante para Acampados do Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul”, nos termos do artigo 64 da Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Porto Alegre, 1996.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- GEHRKE, M. *Escrever para Continuar Escrevendo: As Práticas de Escrita da Escola Itinerante do MST*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- GONÇALVES, Josiane. *A experiência de gestão democrática na Escola Itinerante: contribuições para educação*. Dissertação de Mestrado. Maringá: UEM, 2020.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*, Vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- HAMMEL, A. C. e BORGES, L. F. P. A formação humana e a opção pelos ciclos de formação. XI ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. In. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedssul>. Acessado em 12 de junho de 2013.

IURCZAKI, A. *Escola Itinerante: Uma Experiência de Educação do Campo no MST*. Dissertação (Mestrado). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

KNOPF, J. F. Possibilidades e limites da escola itinerante contribuir para a emancipação humana: a função social da escola itinerante no MST Paraná. *Seminário de Pesquisa do PPE*. Universidade Estadual de Maringá, 26 e 27/05/2011. In. http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/2/047.pdf. Acessado em 10 de abril de 2013.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, V. J., AMBONI, V. A relação trabalho e educação na escola itinerante do MST Paraná. *Anais do IX Seminário do Trabalho: Trabalho, educação e neodesenvolvimentismo*. Realizado pela RET, Marília, SP, 2014.

MST. *Relatório de avaliação de três anos da escola itinerante no Estado do Paraná*. Curitiba, 2007.

MORI, C. M. *O Processo de Constituição da Escola Itinerante Sepé Tiarajú, do Acampamento Pátria Livre, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina*, 2006, 40f. (Monografia) Curso de Especialização. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA); Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC); Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul (UERGS), Veranópolis, 2006.

SANTA CATARINA. *Experiências pedagógicas desenvolvidas no Estado*. 13/04/2009. In. <http://www.sed.sc.gov.br/educadores/educacao-do-campo?start=3>. Acesso em 10 de abril de 2014.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In. *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. LOMBARDI, J; SAVIANI, D (org.) Campinas, SP: Autores Associados; HISTDBR, 2008.

STROZAK, Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. *Projeto Político-Pedagógico*. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2009.

PIERI, N. M. *Organização social e representação gráfica: crianças da escola itinerante do MST*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PUHL, R. I. *Escola Itinerante do MST: O Movimento da Escola na Educação do Campo*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA PINTO, A. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1987.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEIDE, D. F. A Escola Itinerante em acampamentos da reforma agrária no RS. In *Cadernos da Escola Itinerante*. Ano II, n. 3, Curitiba, abril de 2009.

WEIDE, D. F. *Quefazer pedagógico em acampamento de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

CAPÍTULO XII

Escolas itinerantes do MST/Paraná: ensaios da escola do trabalho e o desafio da ampliação da participação dos estudantes

Valter de Jesus Leite¹
Marlene Lucia Siebert Sapelli²

Em toda a trajetória da história da escola brasileira há uma centralidade, em geral, nas discussões acerca das mudanças nas questões metodológicas, de conteúdos, do papel do professor, de inclusão da tecnologia, da participação da família e, de forma, secundarizada, da participação dos estudantes. Isso decorre do fato de se definir para a escola um papel social voltado, principalmente, à instrução anunciada como neutra (o que é impossível); à formação de consensos, portanto, da padronização de valores, de pensamentos e ações; à formação do jovem ativo (limitado a participar em espaços e ações autorizadas). Precisamos lembrar que a escola não é lugar só de conteúdo formal, de determinações, mas é lugar, por excelência, de relações humanas, de experiências, de desenvolvimento e aprendizagem, escola é lugar de formação humana em todas as dimensões!

À organização estudantil, nesse processo, foi atribuído um espaço extraclasse, ou de serviçal da direção da escola, ou de promotora de eventos cívicos controlados, ou de organizadora de eventos para angariar recursos, portanto, um papel secundário, minimizado ou negado. Ao indicarmos tais fatos nos referimos aos centros cívicos e a quase todos os grêmios estudantis, ambos, de diferentes formas, impedindo, limitando ou tornando a participação dos estudantes apenas parcial.

Em geral, os grêmios estudantis são anunciados como superiores, avançados, contra-hegemônicos em relação aos centros cívicos dos anos 1970 e 1980, porém, em geral, ainda são instrumentos limitados da participação estudantil, com raras exceções.

¹ Mestre em Educação pela UNIOESTE. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Educação; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Brasil; Do Setor de Educação do MST. Contato: valterleitemstpr@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3896-1654>

² Doutora em Educação pela UFSC. Professora aposentada da Universidade Estadual do Centro Oeste (Guarapuava-PR). Integrante do Setor de Educação do MST/PR. Contato: marlenesapelli@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3682-8817>.

Apesar destas afirmações, reconhecemos que nessa trajetória houve sim, um movimento de resistência que possibilitou a vivência de ações de contração, de contra-hegemonia, de rebeldia e até de morte, em geral, fora da escola, fora da estrutura dos centros cívicos e dos grêmios estudantis.

Inspirado nas necessidades concretas da luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua criação, buscou forjar práticas que possibilitessem aos estudantes a experiência de uma participação efetiva, de todos, superando as que por longo tempo aconteceram de forma controlada ou meramente representativa.

As experiências construídas no interior do Movimento também foram, de alguma forma, sustentadas pela própria forma organizacional dos seus coletivos, estivessem eles em acampamentos ou assentamentos. Tais experiências não tiveram início no interior das escolas vinculadas a ele, mas nas comunidades nas quais os sujeitos se inseriam. Porém, as escolas, como parte dessas comunidades foi aprendendo, buscando, engendrando estratégias para que, no seu interior, pudesse construir experiências de participação que contribuíssem no processo de formação de lutadores e lutadoras com capacidades de organização coletiva, de participação plena, de tomada de decisões.

A partir dessas considerações iniciais, neste capítulo, objetivamos caracterizar a trajetória histórica do centro cívico e do grêmio estudantil, explicitando seu aparato jurídico-ideológico com o intuito de revelar seu projeto, seus limites e, a partir disso, indicar a organização dos núcleos setoriais, presentes na proposta dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo, desenvolvida nas escolas itinerantes do MST do Paraná, como alternativa às formas anteriores de organização estudantil. Assim, na primeira parte problematizamos o entendimento sobre diferentes concepções de participação, já indicando a sua relação com diferentes formas de organização estudantil no interior das escolas. Na segunda parte, trazemos elementos históricos, de 1971 aos dias atuais, para apresentar a criação dos centros cívicos escolares durante a Ditadura Militar e, ao final dela, dos grêmios estudantis, destacando o Decreto 68.065/1971 e a Lei 7398/1985, como referências legais dessas duas formas de organização estudantil no interior das escolas. Nesta parte, indicamos a função de cada forma de organização, bem como seus limites e possibilidades. Na terceira parte, trazemos elementos históricos da organização estudantil no interior do MST, destacando a criação dos núcleos setoriais como proposta de ampliação da participação estudantil na escola, mesmo que ainda em processos de contradição.

O capítulo é resultado de pesquisa bibliográfica, legal (marcos regulatórios), documental (Plano de Estudos das Escolas Itinerantes do MST/PR) e coleta de três depoimentos (ex-integrantes de Centro Cívico e Grêmio Estudantil; coordenadoras de escolas itinerantes). Como autor e autora tivemos participação efetiva na elaboração e orientação da implementação dessa forma de organização estudantil, no interior de um grande coletivo de pesquisadores e pesquisadoras, de educadores e educadoras, de estudantes, de pessoas das comunidades nas quais as escolas estão inseridas, todos, de alguma forma, militantes na luta pela terra, por isso, também resultado do relato pessoal desse envolvimento.

Algumas questões orientaram nosso trabalho: o que se entende por participação? Em que momento histórico foi forjado a forma e o conteúdo de cada uma das três formas de organização estudantil? A que estratégias ou instituições estavam/estão vinculadas? Que respostas deram às necessidades concretas no projeto de formação humana vinculado também no interior das escolas? Quais foram seus limites e suas possibilidades? Em qual das formas há, de fato, uma ampliação e aprofundamento da participação estudantil?

PARTICIPAÇÃO COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Não teríamos outra forma de iniciar as discussões anunciadas a não ser pela compreensão do que seja “participar”.

Participar vem do latim *participare*, e de *participatio*, participação. Etimologicamente, vem de *capio*, *capere*, que dá *cipere* e de *partis*, parte, parte *cipere*, sinônimo de *recipere*. Em seu sentido etimológico, participar é receber de outrem algo. Mas o que é recebido é recebido não totalmente (totaliter), pois totaliter *recipere* seria receber em totalidade algo (áliquid). É intuitivo que o conceito de participar implica um receber parcial de algo (áliquid) de outro (ab alio). O que participa é o participante, o qual participa do participável (*participabile* = o que pode ser recebido) de outro, o participado (SANTOS *apud* BRITO, 2007).

Na sua origem a palavra indica uma ação de relação entre pessoas, de reciprocidade. No dicionário Michaelis, de língua portuguesa, a palavra participar é indicada como verbo transitivo direto ou indireto, portanto, ação, mas também relação de pessoas. Encontramos no dicionário vários sentidos para a palavra: transmitir uma informação, ter ou tomar parte de ter parcela de, compartilhar um sentimento ou pensamento (EQUIPE DE LEXICOGRAFIA DA EDITORA MELHORAMENTOS, 2015).

Apesar da explicitação da origem e do sentido da palavra, não podemos deixar de refletir que há diferentes interpretações e concepções sobre como se realiza o ato de participar.

[...] o termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte em alguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque” (BOBBIO *et al apud* GOHN, 2019).

A nós interessa, particularmente, discutir o entendimento de participação — como relação recíproca entre pessoas, como ter ou tomar parte de, como construção do sentimento de pertença — no contexto da educação, no âmbito estudantil. Neste contexto podemos refletir que participar tomou diferentes formas em diferentes momentos da história da educação brasileira, sempre marcadas fortemente pelo momento político e pela forma de controle social imposta à sociedade brasileira, incluindo a juventude, bem como pela reação dessa juventude, e configurou-se ora como centro cívico, ora como grêmio estudantil, ora como núcleos setoriais, dentre outros.

Entendemos que em muitos momentos houve/há uma pseudoparticipa-

ção, pois, a participação era/é controlada, censurada, formatada, limitada ou quase impossível de ser engendrada. Consideramos que essa forma era/é da não participação. Não se tomava/toma parte, não existia/existe reciprocidade nas relações, portanto, era/é meramente ideológica. Era/é usada para legitimar uma forma de relação ditatorial, para apresentá-la de forma mais branda, ocultando seu caráter opressor, destruidor. Não havia/há eleições, mas indicações, permissões para participar. Essa forma de participação orientou os chamados Centros Cívicos Escolares na época da ditadura.

Por outro lado, quando a superamos passamos a engendrar processos de participação ora restrita, ora ampliada. A participação restrita ocorreu/ocorre em momentos de transição ou de controle ainda da participação. Toma-se parte até certo ponto, a reciprocidade é limitada. Há desconcentração parcial da tomada de decisões. Quando avançamos na participação restrita podemos exercitar a participação representativa, que ainda é restrita. A forma de participação de cada um é definida por meio de eleições. Para alguns ocorre a participação indireta e outros passam a representar os demais, porque foram eleitos. Na prática, quem vota, de certa forma, *abdica da possibilidade de decidir*. Há, em geral, a escolha de uma diretoria que representa os demais, que toma as decisões, o que não exclui a existência de assembleias. Em geral, os processos aqui vivenciados são contraditórios — apesar de eleição e coletividade, há limites importantes na tomada de decisão e execução das ações. Essa forma de participação representativa orientou os chamados Grêmios Estudantis, a partir do período pós-ditadura.

Quando essas duas formas não satisfazem as necessidades e os princípios de alguns coletivos, como o MST, constroem-se estratégias para superar por incorporação. Não se abandonam as conquistas importantes feitas pela forma de participação representativa, mas se propõe uma nova forma, agora, com participação ampliada, efetiva, de todos. Nessa forma não há representatividade, há uma única coletividade, organizada que, no final, sempre depende da aprovação na assembleia total. Essa forma de participação orienta os chamados Núcleos Setoriais das Escolas Itinerantes do Paraná.

A participação em cada uma dessas formas contribuiu ou não para desenvolver muitas capacidades humanas — de organização coletiva, de planejamento, de proposição, de avaliação, de sistematização, de empatia, de diálogo, de posicionamento político, de trabalho, dentre outras —, por isso, a participação é tão importante no contexto da educação, quando compreendida como processo de formação humana. Quanto mais efetiva a participação, maior a possibilidade de contribuir para o pleno desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões. Assim, defendemos que a participação é um processo de formação!

DOS CENTROS CÍVICOS ESCOLARES (CCE) AOS GRÊMIOS ESTUDANTIS (GE)

A participação estudantil na vida social brasileira acompanha sua história. Muitos movimentos aconteceram em resposta a decisões políticas que afejavam a vida da sociedade como um todo, mas também dos estudantes, no contexto da educação.

Alguns destes movimentos obtiveram um impacto significativo na educação das regiões geográficas onde exercearam a sua influência. Em alguns casos, possibilitaram, entre outros, a abertura e modernização dos sistemas educativos, a introdução nos mesmos de algumas doses de equidade, a sua progressiva democratização, o surgimento de outras formas de educação à margem do oficial, mais vivas, dinâmicas e críticas, com um marcado caráter social, por vezes, popular, especialmente na América Latina (BRUNO-JOFRE, 2016; GROVES, 2014; IGELMO ZALDÍVAR, 2016, *apud* HERNÁNDEZ HUERTA, 2018).

Com o golpe militar no Brasil, a partir de 1964 houve um ataque aos movimentos estudantis. Um dos instrumentos jurídicos para silenciá-lo no interior das escolas foi o Decreto número 68.065, de 14 de janeiro de 1971 que regulamentava o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que definia sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dava outras providências. O Decreto foi aprovado no mesmo contexto de aprovação da Lei 5692/71 que alterava a LDB 4024/61. Era um momento de alteração significativa na estrutura da escola brasileira, adaptando-a internamente ao regime militar e mundialmente, aos interesses do grande capital, naquele momento, especialmente objetivado na relação com os EUA.

No Decreto, além de se apresentar orientações sobre as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), previa-se, no seu artigo 9º, a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) que seria integrada por “nove membros, brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas dedicadas à causa da educação Moral e Cívica, possuidores de ilibado caráter e valor cultural, e acordes com a orientação dos dispositivos do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969”. Essa Comissão recebeu várias atribuições, dentre elas, estimular a criação de atividades extraclasse para incentivar o civismo.

Assim, o Decreto também orientou a criação dessas atividades que podiam ser: biblioteca, jornal academia, centros diversos, “fórum” de debates, núcleo escoteiro, centro de formação de líderes comunitários, clube agrícola, oficinas, grêmio cênico-musical, banco, cooperativa, centro de saúde, grêmio esportivo, grêmio recreativo, associação de antigos alunos e outras (artigo 15). Dentre as várias proposições estavam os Centros Cívicos Escolares que nos estabelecimentos dos níveis primário e médio, seria designado Cívico Escolar (CCE); e nos de nível superior, Superior de Civismo (CSC).

No Decreto, no artigo 32 se definiu que “nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à erradicação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando”. À base Moral e Cívica se associava a base religiosa, de perspectiva conservadora.

No parágrafo único deste artigo, claramente, apresentava-se um instrumento de controle antes das falsas eleições: “§ 1º As chapas concorrentes às funções da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do

estabelecimento". Só participavam das eleições, as chapas aprovadas pelo diretor. Não havia chance de que grupos contrários da ordem pudessem participar e concorrer neste processo. Em muitos casos, nem a eleição acontecia.

As funções definidas para o CCE foram apresentadas no artigo 32, § 2º:

- a) considerar o cívismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo fonte Deus nos termos do Préambulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;
- b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasses enumeradas no Art. 31 e seu parágrafo único;
- c) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra do Universitário, no nível superior;
- d) empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências.

Na época quem ficou responsável em coordenar os CCE foi a Coordenação de Educação Moral e Cívica (COMOC), com a finalidade de promover, incentivar e orientar a prática educativa nos estabelecimentos de ensino dos três níveis, de sua responsabilidade, em todos os seus aspectos (Artigo 32).

O depoimento³ de uma ex-integrante de um Centro Cívico Escolar nos anos 1970, explica claramente o objetivo e as atribuições de um CCE na época.

Na escola na qual fiz o primeiro grau, não houve eleição. A diretoria da escola chamava alguns estudantes que se destacavam pela conduta disciplinar e pelo compromisso com os estudos para compor o Centro Cívico que era composto de meia dúzia de estudantes. Nossa participação era guiada, controlada e se restringia a organizar as sessões cívicas nas sextas-feiras, com hasteamento das bandeiras, canto dos hinos nacionais e apresentações que enaltecessem os símbolos nacionais, os militares. Uma vez por ano podíamos organizar um concurso de redação, especialmente com temas, como por exemplo: Duque de Caxias, herói do exército brasileiro. Tudo isso tinha base na moral, no cívismo e na religião. Era uma tríade perfeita de controle e silenciamento. Na época, isso me parecia uma honra, pois morando numa cidade do interior, nem tinha noção que estava em processo uma ditadura tão severa.

O Centro Cívico Escolar foi uma forma de não participação estudantil que contribuiu, em geral, para formar sujeitos passivos, obedientes, com medo, sem iniciativa, mas com grande apreço ao conservadorismo baseado em valores morais, cívicos e religiosos que davam sustentação ao projeto da época da ditadura militar. Impediu o desenvolvimento de capacidades necessárias ao posicionamento político de resistência com vistas à transformação social.

Mesmo com a criação de CCE o que existia era uma pseudoparticipação ou não participação estudantil, limitada, controlada, vigiada. Se houve um silenciamento dos estudantes, com esta estratégia no interior das escolas, nas ruas os gritos e a resistência aumentavam. Segundo Hernández Huerta (2018):

Efetivamente, o Brasil, que vivia sob uma ditadura militar desde 1964, não ficou à margem da corrente internacional. Pelo contrário, neste espaço geopolítico o

³ Depoimento da autora.

movimento estudantil foi, por um lado, um dos setores mais vivos, dinâmicos e comprometidos com a modernização da Universidade brasileira e, por outro lado, significou uma das mais representativas formas de resistência frente à ditadura militar, iniciada quatro anos antes. [...] Todavia, tais atividades estudantis tiveram o seu fim em dezembro, depois do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que inaugurou uma nova etapa na evolução da ditadura, marcada por uma política de repressão e censura mais intensas e de mais largo espectro.

A repressão dos estudantes foi dura, inclusive, levando várias lideranças à morte. Mas os estudantes não pararam e aos poucos foram reocupando seus espaços também no interior das escolas. Apesar de reconhecer a força do Movimento Estudantil, não podemos, com a apresentação de todos esses fatos, ignorar que uma parte dos estudantes, não só por pressão, mas por opção, defendeu o Regime Militar. Houve um movimento contraditório dos estudantes naquele momento histórico tão reprovável.

Em 1985, no âmbito da disputa, da luta pela participação estudantil, houve a aprovação da Lei número 7.398, em 4 de novembro. Um texto curto, com poucos artigos, que assegurava a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. Também se definia que a organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios seriam estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim. Também que a aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil seriam realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se no que couber as normas da legislação eleitoral.

A lei foi aprovada pelo presidente José Sarney, vetando por meio da Mensagem 552 um dos artigos que previa a existência compulsória do Grêmio Estudantil. Entendia ele que a compulsoriedade era inconstitucional.

Desde os anos 1980 muitas experiências foram realizadas nas escolas com a criação de inúmeros Grêmios Estudantis. Às vezes como mera reprodução da natureza dos CCE, às vezes criando apenas uma diretoria para junto à direção das escolas angariarem dinheiro, com muitas dificuldades para ampliar a participação estudantil, mas também com experiências importantes na perspectiva da democratização.

No Paraná, os Grêmios Estudantis, além de ter a Lei Federal de 1985, também têm a Lei Estadual nº. 11.057, de 17 de janeiro de 1995 (aprovada durante o governo Jaime Lerner, quando o Secretário de Estado da Educação era Ramiro Wahrhaftig), como referência. Logo depois, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9394 (em 20 de dezembro de 1996) que reforçava, no seu artigo 3º, inciso VIII, a gestão democrática como princípio da organização da escola, indicando a necessidade de engendar instâncias nessa perspectiva, sendo uma delas, o GE.

A lei estadual assegura a livre organização de Grêmios Estudantis, para representar os interesses e expressar os pleitos dos alunos. Afirma que é de competência exclusiva dos alunos a definição das formas, dos critérios, dos estatutos e demais questões referentes à organização dos Grêmios Estudantis.

Também indica que aos estabelecimentos paranaenses de ensino cabe assegurar espaço para divulgação das atividades do Grêmio estudantil, em local de grande circulação de alunos, bem como para as reuniões de seus membros.

Percebemos claramente neste aparato jurídico-pedagógico o esforço de superação da forma anterior, ou seja, dos CCE. As novas leis, tanto federal como estadual respondem às transformações da sociedade brasileira, a partir da segunda metade dos anos 1980, na construção do processo de redemocratização das relações.

Outro aspecto salientado na lei estadual é a garantia da não intervenção externa no funcionamento dos Grêmios Estudantis. Isso se expressa na lei:

Sob pena de abuso de poder, é vedada qualquer interferência estatal e/ou particular nos Grêmios Estudantis, que prejudique suas atividades, dificultando ou impedindo o seu livre funcionamento. os responsáveis pela interferência de que trata o “caput” deste artigo responderão na forma da lei, civil e/ou penal, e na Constituição Federal, sob a égide do art. 5º, XVIII.

Em 2012, a SEED/PR organizou um manual para orientar a criação e funcionamento dos GE. No manual indicava-se que o GE deveria ter como objetivos: a atuação dos estudantes na escola e na comunidade; o desenvolvimento da capacidade de liderança ao aprender, na prática, a fazer política; ser apoio à Direção numa gestão colegiada. Também se indicava que o GE não deveria ter caráter político-partidário, religioso, racial e também não deveria ter fins lucrativos. A escolha da diretoria do Grêmio seria feita por meio de eleições (voto direto e secreto), da qual poderiam participar todos os estudantes da escola, que seriam organizadas pela Comissão Eleitoral, a partir da aprovação também de um Estatuto próprio que também deveria ser aprovado em votação.

A indicação feita no manual afirmando “Os representantes do Grêmio não poderão utilizar seu horário de aula para reuniões e quaisquer outras atividades sem autorização da Direção Geral e do professor da turma” (PARANÁ, 2012, p. 10), explicita que, por mais que esse movimento representou avanço em relação à forma anterior, a escola ainda não consegue inserir no currículo obrigatório as atividades do GE como elemento cotidiano. Ainda precisa encontrar espaço fora dos horários “normais de aula” e ter a permissão da direção da escola quando avançar esse espaço. Esse elemento é contraditório à proposição do GE enquanto exercício de gestão colegiada, portanto, de relações democratizadas. Denúncia ainda um medo institucional da perda de controle do Movimento Estudantil.

Esse modelo reafirma a forma de participação representativa, mesmo tendo previsão da realização de Assembleias Gerais que deveriam respaldar as decisões coletivas. Há uma delegação de autoridade à diretoria. Esse é um limite, mas também representa uma superação. A forma de participação representativa, mas com elementos de participação ampliada, mesmo que em momentos pontuais, contribui para o desenvolvimento da capacidade de liderar e ser liderado, de posicionamento político diante dos fatos, de organização coletiva. O limite está na pequena participação da maioria dos estudantes, pois há uma centralidade, na prática, na ação da diretoria.

Outro limite visível nessa forma de organização estudantil é o conjunto

de atividades que, em geral, são sugeridas/permitidas. A própria SEED/PR no Manual já citado indica como atividades: organizar debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades, produção de jornais. Ao propor o modelo de Estatuto⁴ indica como objetivos:

- I) Representar o corpo discente;
- II) Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do Colégio;
- III) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;
- IV) Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar buscando seus aprimoramentos;
- V) Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional, assim como a filiação às entidades gerais União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES);
- VI) Lutar pela democracia permanente na escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da escola.

Em geral, as atividades realizadas pelos GE estão distantes do envolvimento político, da intervenção efetiva na correlação de forças internas e externas no processo de tomada de decisões; das decisões curriculares centrais; da destinação de orçamentos; da proposição de projetos que proponham alterações estruturais na escola, da própria luta social. Isso indica que muitas vezes os GE são instrumentos controlados de uma democracia anunciada, mas não levava às últimas consequências. Há até uma quase imposição de afastamento da diretoria do GE em relação ao Movimento Estudantil mais geral. Lideranças estudantis consideradas mais radicais não são bem-vindas nas escolas o que decorre do medo de que o GE atue em áreas que estejam fora do controle da escola.

O depoimento⁵ de um ex-integrante de um Grêmio Estudantil, nos anos 1990, explicita avanços em relação ao CCE.

Estudei no C.E. Pedro Boaretto Neto, atual CEEP, de 1989 até 1997. [...] onde me formei técnico em Contabilidade. [...] houve a transição da ditadura militar, de quase 30 anos, para a retomada da democracia, nova constituição e eleições para presidente. [...] A década de 90 foi desoladora de esperança, principalmente após o processo de impeachment de 1992. [...] Foi nesse contexto que conheci o movimento estudantil, em 1995. Assistia uma reportagem na TV sobre uma escola de Toledo [...] — no dia seguinte tinha aula de biologia com o professor Detoni. [...] e perguntei se era possível sobre rodízio dos alunos a cada hora/aula. Ele disse [...] que era possível. [...] através [...] de um Grêmio Estudantil. [...] Foi sem sombra de dúvida uma das melhores, mais gratificantes e exitosas experiências de movimento estudantil que tive. Atuar no Grêmio tem seus desafios, no geral baixa participação dos alunos e várias unidades escolares contam com direções que não concordam ou não compreendem a organização dos estudantes. Nesses casos torna-se mais complicado o trabalho da entidade. A experiência que tivemos a frente do Grêmio Estudantil (07/1995 a 07/1996 como Primeiro Secretário e 07/1996 a 06/1997 como Presidente) do Poli foi fantástica. Para buscar superar a apatia da participação efetiva dos alunos, buscávamos aliar as chamadas lutas do Grêmio (Contra extinção dos

⁴ Disponível em http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manual-gremioportal.pdf

⁵ Depoimento de Madson Darkys da Silva Oliveira.

curtos técnicos, ponto de ônibus para os estudantes, reposição salarial aos professores) com ações diversas (participar do Passa ou Repassa, PoliFest, torneios de Tênis de mesa, xadrez, vôlei, futsal e outros). Atuamos bem na comunicação com jornalzinho *Gazeta do Poli* e até um sistema de som interno que colocamos músicas e recados na hora dos intervalos [...] Sobre a relação entre o Grêmio e a direção escolar e a sua compreensão sobre a livre organização dos estudantes, no nosso caso fugiu a regra. Com visão democrática, progressista e participativa a convivência foi extremamente exitosa, com excelentes resultados para a comunidade escolar. Não há dúvida que a direção deva ter sofrido muitas pressões ou questionamentos, por parte dos professores que não comungavam completamente dessa relação. O mais “tradicional” são as direções buscarem controlar o funcionamento do Grêmio Estudantil, isso quando não buscam boicotar a própria organização. Enfim, o Grêmio propicia uma nova perspectiva na formação do indivíduo, possibilita a construção social de um novo ser, valoriza mais o nós do que o eu, gera um maior sentimento de humanidade, consciência do seu ambiente e de mundo.

O Grêmio Estudantil representa um avanço muito importante no exercício de relações democráticas na escola, na formação de lideranças; no desenvolvimento da capacidade de organização coletiva, de liderar e ser liderado; de ocupação da escola pelos estudantes; de aproximação com a comunidade; e se assemelha, de certa forma, ao regime político do país. Mesmo assim, precisamos ainda superar o limite da participação decorrente da forma representativa e o controle que ainda é exercido sobre o GE. Vemos na organização da escola a partir dos núcleos setoriais essa possibilidade.

NÚCLEOS SETORIAIS NA ESCOLA DO TRABALHO: AMPLIANDO E APROFUNDANDO A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

A Escola Itinerante é uma instituição escolar situada em Acampamentos de famílias Sem Terra. Caracteriza sua peculiaridade a possibilidade de caminhar junto, de modo itinerante, acompanhando o movimento territorial e a luta pela Reforma Agrária Popular, seja nos casos de despejos, nas mobilizações, marchas e ocupações, visando garantir o processo educacional aos sujeitos, em condição itinerante nos Acampamentos do MST (SAPELLI, LEITE e BAHNIUK, 2019).

No ano de 2020 a Escola Itinerante do MST completa 17 anos de reconhecimento legal e conquista pelo direito à educação escolar nas ocupações de terra do Paraná. Atualmente, são 10 Escolas Itinerantes que garantem acesso à escolarização para aproximadamente 1500 estudantes, em 7 municípios paranaenses.

Desde o princípio da luta pela Escola Itinerante no Paraná, seu Projeto Político-Pedagógico tem sido gestado pelo MST como forma de resistência e de projetar um currículo escolar contra-hegemônico, em consonância com os desafios formativos e o próprio fortalecimento do território nas ocupações de terra na luta pela Reforma Agrária Popular.

O acúmulo teórico-prático do MST no âmbito da educação orientou a elaboração curricular da Escola Itinerante, assim como, a Escola Itinerante propiciou em seu fazer pedagógico, experimentar e avançar em dimensões curriculares em consonância com a *Pedagogia do Movimento*. Isso em razão da condução coletiva e o exercício de autonomia política-pedagógica desempenhada pela Escola Itinerante que oportuniza relativamente espaços mais livres do controle estatal

e não sem limites, propicia ensaiar projetos mais arrojados de formação humana articulando conhecimento com a luta social, o trabalho agroecológico, a organização coletiva dos estudantes e a realidade (SAPELLI, LEITE e BAHNIUK, 2019).

O MST desde a primeira sistematização coletiva sobre a “Proposta pedagógica do MST para as escolas de assentamentos”, documento⁶ escrito no final de 1990, persegue o princípio da participação e organização coletiva dos estudantes na escola. Ao apresentar os princípios pedagógicos que deveriam orientar a prática educativa, anuncia que a prática da democracia é parte essencial do processo educativo e “toda a vida escolar deve ser um exercício permanente de participação democrática, tanto na forma de organização e funcionamento da escola como no relacionamento cotidiano de alunos e professores em sala de aula” (MST, 1990, p. 6).

No Caderno de Educação nº 8 – Princípios da Educação no MST publicado em 1999, afirma entre os princípios pedagógicos a “gestão democrática” (9), a “auto-organização dos/das estudantes” (10) e a “criação de coletivos pedagógicos” (11) como forma de estruturar organicamente a gestão da escola, de modo que, a organização e as relações entre as diferentes instâncias sejam planejadas e acompanhadas coletivamente como parte do trabalho educativo (MST, 205). “O objetivo é produzir uma cultura de participação e de novas relações entre homens e mulheres, adultos, crianças, adolescentes e jovens. A experiência nos mostra que a forma também forma” (MST, p. 206).

Esse referencial de democratização da participação na escola possui sustentação na prática social do MST com sua organicidade, que, para a vida social dos militantes a ele vinculado é um componente central, pois é por meio dela que as crianças, jovens e adultos Sem Terra participam das tomadas de decisões, do trabalho, do estudo, das ocupações de terra e da luta social. Por organicidade compreende-se a dinâmica das relações sociais que proporciona “[...] a existência do Movimento enquanto organização social. É um movimento presente em sua estrutura organizativa (Núcleos de Base⁷, setores⁸, brigadas⁹, coordenações e direções) e a relação entre estas instâncias estabelecem entre si” (MST, 2005, p. 25).

⁶ Socializado para discussão mais ampla nos estados em janeiro de 1991, foi base para constituir em 1992 o Caderno de Educação do MST nº 18.

⁷ O núcleo de base – NB é constituído por agrupamentos entre 10 e 20 famílias, sendo coordenado por um homem e uma mulher cada integrante do NB possui inserção em um dos setores. Objetiva ampliar a participação nas tomadas de decisões e resolução dos problemas locais, planejar ações, organizar mutirões, finanças coletivas, definir participantes nas diferentes ações do MST, seja marchas, cursos, encontros, jornadas entre outros. Reúnem-se semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente (MST, 2005).

⁸ Setores (de frente de massa, de produção, de educação, de formação, de saúde, de gênero, de comunicação e de cultura, de disciplina, de finanças) – são compostos por representantes de cada NB, sendo os setores estaduais compostos por uma dupla de representante de cada brigada (MST, 2005).

⁹ As brigadas também conhecidas como brigadas de 500 famílias abrange uma extensão territorial onde o MST está presente, por exemplo na Região Oeste do Paraná, Cascavel e seu entorno é parte da Brigada Teixeirinha que agrupa a organicidade dos acampamentos e assentamentos. Cada estado organiza suas brigadas de acordo com sua realidade geográfica e de construção do MST (MST, 2005).

De acordo com Caldart (2000, p. 162), a organicidade é a capacidade do Movimento de atribuir fluxo a determinada ideia, informação ou tomar decisões coletivamente, tornando-as agilmente acessíveis e de forma sincronizada às famílias que integram o MST, sendo capaz de garantir a participação efetiva na condução da luta “[...] desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos *ascendentes e descendentes*”.

A organização coletiva é um pilar fundamental na construção da organicidade, pois seu sentido está em ampliar a participação combinada ao desenvolvimento de novas relações entre os seres humanos. Para isso, necessariamente, a organicidade deve estar alicerçada e conectada a uma *forma e conteúdo* que propicie incidir na formação e elevação do nível cultural por meio de processos que envolva conscientemente os sujeitos nas discussões, ações e decisões do MST (MST, 2005).

Para o MST, a *forma e o conteúdo* da organicidade adquire um sentido e um cunho formativo na direção do projeto de sociedade socialista, quando as relações estão fundadas nos princípios organizativos do MST da direção coletiva; divisão de tarefas; disciplina; planejamento; crítica e autocritica; estudo; e vínculo permanente com a base. Serão construídos os embriões das novas relações se cultivados os princípios nos espaços coletivos de decisões, na forma de construir os encaminhamentos, nos processos de produção, na geração de renda no assentamento e acampamento nos ambientes de convivência. A vivacidade da luta e da construção pela Reforma Agrária Popular será maior, quanto maior for direcionada e alimentada pelos princípios organizativos objetivando às novas relações do projeto de sociedade socialista e humanista que o MST ajuda a edificar.

O cultivo da coletividade nas relações sociais é condição para alimentar uma personalidade com valores socialistas e humanistas em detrimento da submissão, subordinação e do individualismo da estrutura de poder centralizada e verticalizada.

A forma que o MST organiza as relações, ações e edifica a luta destacou um sentido amplo da educação que permitiu conceber a formulação da *Pedagogia do Movimento*, tendo a construção coletiva do processo de formação humana como cerne do seu projeto educativo na luta pela humanização. A Pedagogia do Movimento é fruto da materialidade e da forma de organizar as ações historicamente desenvolvidas pelo Movimento, desempenhando um papel formativo às crianças, jovens, adultos e idosos que é vivenciado no processo da luta popular, na ocupação de terra, na vida no acampamento, nas marchas, atos e encontros, na conquista do assentamento, na produção de alimentos saudáveis, no estudo e na vida coletiva.

A Escola Itinerante no Paraná, desde sua origem incorporou os princípios organizativos do MST presentes na vida social dos acampamentos e assentamentos. De acordo com Farias *et al* (2015), inicialmente as Escolas Itinerantes implementaram o Núcleo de Base como forma de organizar coletivamente os estudantes para estudar, trabalhar e participar da gestão escolar. Entretanto, destacam os autores que consistia numa motivação de organização dos estudantes artificial e restrita às turmas, por serem os NB compostos por estudantes de uma mesma turma,

acabando que “[...] o NB sofria intervenções da estrutura de poder da escola, a começar pelas relações de influência na e para além da turma, de representantes de uma hierarquia constituída, seja ela formal ou informal” (FARIAS *et al*, 2015, p. 150).

O núcleo de base exerceu um potencial na inserção dos estudantes principalmente na realização do autosserviço direcionado à manutenção da sala de aula e da escola com trabalhos de jardinagem, limpeza do pátio, horta escolar e embelezamento (FARIA *et al*, 2015). Proporcionava discutir problemas vinculados à estrutura escolar e às relações sociais, todavia em razão do limite organizacional estabelecido pela sala de aula/turma, não estabeleceu uma estrutura com espaços-tempos eficazes “[...] de superação de relações de submissão e exclusão da escola [...] tinha dificuldade em romper com a tutela (professores, coordenação da escola, direção) e assumir autonomia necessária para sua continuidade e também acontecia desvinculado do planejamento de ensino” (FARIAS *et al*, 2015, p. 150).

Assim como o grêmio estudantil é suscetível a ficar reduzido à participação dos estudantes a uma representação muitas vezes subordinada e aprisionada pela *forma escolar* e aos interesses da gestão escolar. Os Núcleos de Base na escola demonstravam uma insuficiência formativa ao considerar o objetivo pretendido com a auto-organização dos estudantes, em sua maioria, as iniciativas ocorriam desconexas das decisões da vida escolar, do processo de ensino-aprendizagem e do trabalho realmente necessário na escola e comunidade. Compreendia-se que era necessário progressivamente elevar a capacidade de os estudantes estudarem, trabalharem, lutarem e viverem coletivamente.

Para o Setor de Educação do MST e Coletivo de Coordenação das Escolas Itinerantes do Paraná, a auto-organização dos estudantes permanentemente foi tratado como espaço-tempo de preocupação e de construção, por compreender que *pensar e fazer* uma escola com sua *forma e conteúdo* vinculada ao processo de formação e aos interesses da classe trabalhadora, necessariamente, perpassa pela dimensão dos estudantes participarem coletivamente, criticamente, ativamente e criativamente da vida da escola.

Em 2010, com o início da construção da proposta curricular por Complexos de Estudo, a partir de um processo coletivo entre as educadoras e os educadores, o Setor Estadual de Educação do MST e especialistas de algumas universidades públicas paranaenses, o tema da auto-organização compareceu com maior afinco para conceber uma forma escolar que alterasse a lógica de poder na escola, horizontalizando as relações entre estudantes e o conjunto dos sujeitos da escola e da comunidade (MST, 2013). Este esforço coletivo foi motivado pelo grande desafio de proporcionar aos estudantes conhecimentos e instrumentos para pensar, aprender e agir na realidade (MST, 2013), e diz respeito à necessidade de mudar a forma de conceber e conhecer o mundo com suas contradições, desafios e lutas; formar *lutadores e construtores* do futuro (MST, 2013).

A proposta alcança sua forma curricular política-pedagógica prescrita no documento intitulado “Planos de Estudos da Escola Itinerante”, publicado em janeiro de 2013, que concebe princípios curriculares e pedagógicos em três principais âmbitos complementares para o trabalho educativo: a relação da escola com o trabalho, a auto-organização dos estudantes e a organização e

distribuição dos conhecimentos. O Plano de Estudos não versa exclusivamente sobre orientações metodológicas para o educador, mas anuncia e indica a “necessária alteração do *conteúdo* e *forma escolar*, [...] uma nova forma de organização do trabalho da escola que permita o desenvolvimento de estudantes com capacidade de auto-organização, conscientes de seu tempo, cientes de seus compromissos frente a um mundo cada vez mais complexo” (MST, 2013, p. 09).

A finalização da primeira versão do Plano de Estudos foi o marco inicial do experimento dos *Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo*¹⁰ nas Escolas Itinerantes, culminando no desenvolvimento de um novo “Programa de Formação da Escola Itinerante do Paraná”, contemplando diferentes sujeitos envolvidos no trabalho escolar: educadores, estudantes e comunidade com intuito de qualificar a apropriação dos fundamentos teóricos e a lógica dos Complexos de Estudo. Essa estratégia formativa e continuada organizou-se em diferentes etapas e formas, desde a formação do coletivo pedagógico estadual, do coletivo de educadores (as) na escola, interface com a comunidade e com os estudantes até a realização de encontros estaduais envolvendo esses diversos sujeitos. Embora muitas dimensões curriculares já estivessem em exercício, como a utilização dos objetivos formativos no planejamento, constituição dos núcleos setoriais, construção do inventário da realidade, definição de porções da realidade e qualificação do planejamento coletivo, o processo se ampliou e se fortaleceu com a continuidade das formações (SAPELLI, 2017).

O Plano de Estudos ao tratar da organização política da escola/gestão democrática da escola, salienta a insuficiência dos mecanismos de cunho representativo que inibe a participação real dos estudantes e limita-se a uma representação minoritária (MST, 2013). Sendo necessário proporcionar que os estudantes participem da condução de processos na escola com apoio e orientação dos educadores, com responsabilização real pela sua realização que mediante ao não cumprimento implica na vida coletiva escolar (MST, 2013).

Nessa propositura a auto-organização dos estudantes e os espaços-tempos desenvolvidos pelo trabalho educativo, dentro ou fora da escola, adquirem sustentação e intencionalidade pedagógica tendo a *Pedagogia do Movimento* e suas matrizes pedagógicas do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da história e da cultura, como referência organizadora do ambiente educativo na relação com a cultura universal — chave do vínculo entre escola e vida (MST, 2013).

Os núcleos setoriais – ns se constituem como ambiente privilegiado de

¹⁰ Precede as dimensões da organização curricular por Complexos de Estudo a organização por Ciclos de Formação Humana, a qual teve sua elaboração a partir de 2005 pelo coletivo estadual de educadores do MST das escolas itinerantes que, depois de um longo processo, teve autorização para ser implementada como experimento, por meio do parecer do CEE/PR nº 117, de 11 de fevereiro 2010, e da resolução nº 3.922/2010, por cinco anos (Sapelli, 2017). Em decorrência dessa concepção de educação, a proposta dos Ciclos de Formação Humana (Gehrke, 2010; Hammel & Borges, 2014) já contemplava dimensões curriculares centrais a partir dos princípios da educação do MST que adquiriram maior completude com a incorporação dos Complexos de Estudo. Os Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo enquanto organização curricular atingiram uma elaboração que permitiu conceber sistematicamente a articulação metodológica entre conhecimento, atualidade, auto-organização, trabalho e trabalho socialmente necessário. (Sapelli, Leite & Bahniuk, 2019).

desenvolvimento da auto-organização, em interface com outros tempos e espaços dentro e fora da escola. Os NS são células organizativas que objetivam constituir processos de *ocupação permanente da escola* pelos estudantes por meio do trabalho, do estudo e da gestão da escola. Os NS são concebidos como mecanismo de construir a participação ativa dos estudantes na gestão escolar para ajudar a pensar e a conduzir a integralidade da escola, sendo que cada núcleo assume uma responsabilidade real a partir do objeto específico de trabalho como: saúde e bem-estar; agropecuária; finanças e estrutura; embelezamento; cultura e comunicação; memória (MST, 2013).

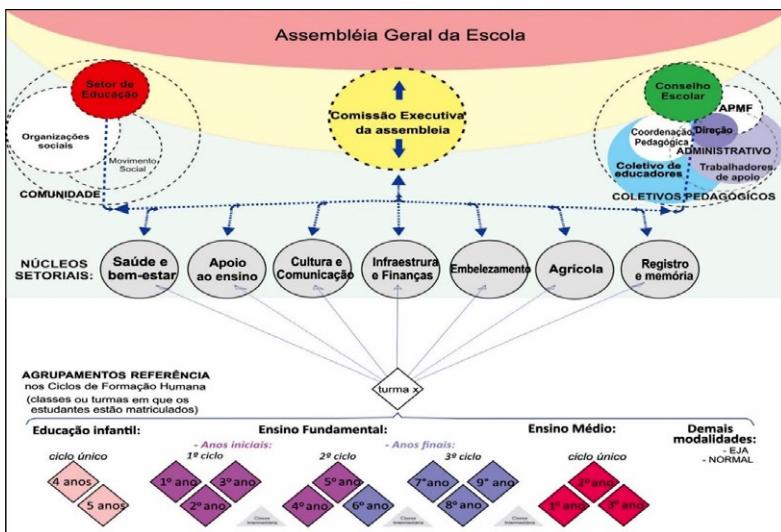
A referência da formulação do Núcleo Setorial encontra-se alicerçada no acúmulo das experiências de auto-organização na escola desenvolvidas pelo MST e principalmente na estrutura organizativa do MST, reunindo o conteúdo organizativo do Núcleo de Base com o dos Setores do MST (FARIAS *et al.*, 2015), aglutinando a dimensão da gestão escolar por meio do estudo e do trabalho.

A composição dos NS são realizadas por diferentes faixas etárias, ampliando a possibilidade de relações entre estudantes de diferentes turmas, entretanto, dependem das estratégias constituídas por cada escola para definir a sua composição. Os NS são coordenados por um homem e uma mulher garantindo a paridade de gênero na coordenação. Prima-se pela rotatividade da dupla de coordenação dos NS periodicamente, por semestre, para propiciar que um maior número de estudantes possa vivenciar a experiência de ser coordenado e de coordenar (MST, 2013). Igualmente, a rotatividade semestral dos estudantes nos diferentes NS para exercitar responsabilidades por meio de diferentes formas de trabalho e se apropriar de maiores conhecimentos relacionados à natureza do objeto de trabalho de cada núcleo (MST, 2013).

É necessário considerar que a escola é um conjunto de relações (SHULGIN, 2013), de tal maneira que os estudantes possam inserir-se de forma intencional nessas relações, vivenciar as tomadas de decisões e opiniões concernentes à vida da escola, considerar as normas, as leis e os dispositivos vigentes, mas favorecer a exercitação da condição organizativa coletiva por meio de processos de responsabilização real, compartilhados entre os diferentes segmentos da escola (administração da escola, comunidade e estudantes) (MST, 2013). A figura na página seguinte ilustra o esquema da organização política da Escola Itinerante e o lugar dos estudantes na gestão.

Na ilustração, podemos observar, de baixo para cima, há os agrupamentos das turmas de referências dos estudantes, que são a base para constituição dos Núcleos Setoriais que estão na parte central do esquema. A dupla de estudantes da coordenação de cada Núcleo Setorial integra a coordenação ampliada da escola (comissão executiva da assembleia) juntamente com a coordenação dos outros segmentos da escola, conforme demonstra a parte superior do esquema. Essa coordenação é responsável pela organização da Assembleia Escolar, na qual, necessariamente, se reúne no começo e no final de cada semestre. Esse ambiente de gestão da escola deve ser entendido como a instância superior, pois aglutina a participação de todos envolvidos com a escola [...] a organização e execução da assembleia devem ser antecedidas de princípios e de normas

específicas para o momento, e precedida por sua preparação pela comissão executiva [coordenação ampliada da escola]” (MST, 2013, p. 24).



Esquema da proposta de organização política das Escolas Itinerantes.

Fonte: MST (2013, p.25).

A auto-organização dos estudantes, via NS, movimenta a formação dos estudantes em pelo menos três dimensões: primeira, a inserção na participação política da vida escolar, contribuindo nas tomadas de decisões e no rumo da escola; segunda, ambiente em que exercitam a organização coletiva a partir do objeto específico de trabalho do núcleo setorial; e a terceira, a apropriação dos fundamentos científicos do objeto de trabalho exercitado ou a ser exercitado, que podem estar relacionados aos conteúdos escolares da faixa etária, ou além deles, a depender das exigências do trabalho desenvolvido pelo NS (LEITE, 2017).

Orienta-se que minimamente três horas e vinte minutos semanais sejam dedicados aos NS, as quais devem ocorrer além das vinte horas/aula semanais. Como não contém apoio estrutural e de condições por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEED) para ampliação do tempo escolar, coube às escolas criarem coletivamente táticas para ampliação do tempo escolar, contando com trabalho voluntário dos educadores e realizando no turno inverso a prática dos NS sem comprometer o tempo específico de estudo. Mesmo diante destes esforços, há o limite em vivenciar formas mais complexas de tomadas de decisão, de estudo do trabalho e de organização coletiva sistemática (LEITE, 2017).

Entre uma escola e outra, foram criados diferentes NS, cabendo ao coletivo escolar à decisão das que serão implementadas e justificadas pelos potenciais formativos de cada realidade. As formas de trabalho envolvendo os estudantes perpassam por trabalho em hortas, agroflorestas e pomares (preparo de solo,

plantio de hortaliças, verduras, temperos, produção de mudas frutíferas), desde o princípio da agroecologia; mapeamento e sistematização das lavouras do acampamento; preservação de minas e nascentes de água; processo de reutilização da água; manejo de mandala ornamental de plantas medicinais, temperos e flores, aromáticas e condimentares; construção de pomar-bosques; recuperação de solo; manejo de ecossistemas; campanhas de conscientização com a comunidade acerca de diferentes questões; resgate da memória escrita e fotográfica da escola; registro das atividades da escola; álbum de atividades; diário escolar, exposição da memória, construção do mural da escola; edição do Jornal da Escola; exibição do cinema da terra; ornamentação da escola e limpeza; placa de sinalização e localização, plantio de árvores e construção de jardins na escola e no acampamento, planejamento e reconstrução do parquinho; revitalização da fachada da escola, com plantas ornamentais e flores, identificação dos espaços, simbologias, construção de canteiros de flores; promoções para arrecadação de recursos para melhoramento da estrutura e materiais; organização, controle e catalogação dos livros e materiais da biblioteca; auxílio na preparação e a servir a alimentação escolar, controle de estoque; gestão financeira; confecção de jogos educativos (SAPELLI, LEITE e BAHNIUK, 2019).

As formas de trabalho são desde aspectos da vida escolar, que exigem manutenção de caráter estrutural e atenção pelo poder público, até atividades que exigem a aquisição de um arcabouço de conhecimentos que derivam do objeto específico de trabalho dos NS, além dos objetivos formativos e de ensino definidos para cada ciclo etário, essencialmente as atividades voltadas para a produção agrícola, a comunicação, gestão de recursos e o embelezamento de espaços. Portanto, as ações vão para além dos muros da escola.

Segundo depoimento da coordenadora pedagógica Rosane Aparecida Silva da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu¹¹, “por ser um tempo de intensidade nas suas várias dimensões, os núcleos influenciam diretamente na vida dos estudantes, pela suas representações em cada núcleo, pelas relações internas na escola, e principalmente pela organização e decisão que os estudantes se propõe a realizar”. Rosane destaca no âmbito da participação dos estudantes que “[...] podemos observar que a cada ano, conseguimos com mais êxito a ampliação da participação e praticamente em todas as decisões os estudantes passam a vivenciar”. Entre os limites ela apresenta que está em “intencionalizar e acontecer as assembleias com mais preparação com a comissão executiva, entendemos que é preciso avançar. E as possibilidades é que amplia a participação dos estudantes, nas várias formas de tomadas de decisões na escola”.

De acordo com depoimento de Erika Elias Nascimento, coordenadora pedagógica da Escola Itinerante Caminhos do Saber¹² a implementação do “[...] novo método de organicidade e com ela também os núcleos setoriais percebemos uma maior e melhor organização dos estudantes”. Entre os fatores elencados por ela que avalia positivamente é o exercício frequente dos NS por “[...] reservar mo-

¹¹ Localizada no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, no Município de Porecatu.

¹² Localizada no Acampamento Maila Sabrina, Município de Ortigueira.

mento semanal periódico para que o trabalho e a auto-organização possam ser exercitadas e o simples fato de garantir-lo acontecendo na escola já é algo positivo”.

E continua,

[...] por mais que apresente contradições em sua materialização, a busca pelo desenvolvimento dessas dimensões ocorre frequentemente e entre erros e acertos seguimos buscando o desenvolvimento de seres humanos desenvolvidos plenamente. Temos o entendimento de que as dimensões que o Núcleo Setorial se propõe a desenvolver não se materializam só com a garantia do momento acontecendo, é um processo constante de fazer, avaliar, refazer, buscar entender, dialogar com os diferentes sujeitos envolvidos no processo e ter muita persistência, a contradição jamais pode ser encarada como motivo para desânimo, abandono, deve ela impulsionar o processo. [...] Percebemos que as vezes os limites em trabalhar com os estudantes estão no próprio educador não perceber formas disso acontecer, não ver na prática possibilidades daquilo que teoriza ou sua compreensão teórica ainda ser insuficiente. Aí vem todos os demais limitantes da realidade como o tempo ser pequeno, o tempo para planejar esse momento também ser pouco e na maioria das vezes acabam nem realizando planejamento por secundarizarem esse Tempo ou pelo desgaste imenso que já tem acumulado pela tamanha sobrecarga com outras questões (a maioria burocrática), a prática com os estudantes ser extremamente desafiadora, pois são sujeitos com realidades totalmente distintas, com problemas familiares, econômicos diversos, com objetivos distintos, seres humanos formados em ambientes, materialidades diversas, com problemas diferentes. Negar ou simplesmente “tapar os olhos” para todo esse processo que os forma é o pior erro que pode ser cometido, pois tudo isso está, esteve ou vai estar manifestado na existência dos distintos seres e não há como avançarem no processo educativo se não percebermos essa totalidade que forma e buscarmos trabalhar e desenvolver ela, dentro de cada situação distinta que se apresenta. Outro limite que se apresenta é a postura assumida por quem acompanha [educador] o Núcleo Setorial, pois a tendência deste é assumir o comando e sozinho distribuir tarefas e coordenar a todos. Ser coordenado não é um processo simples, exige entendimento, capacidade de planejamento e materialização intencional dos processos e por vezes notamos esse limite nos educadores. É mais fácil, cômodo assumir sozinho, mas não atinge os objetivos se feito dessa forma, sabemos do quão desafiadora é essa atuação: mediar o processo, com percepção sobre todos os desdobramentos, agindo coerentemente diante deles, planejar tudo anteriormente, ir fazendo, avaliando, refazendo, pensando a formação de cada envolvido, dentre tantos outros processos, mas essencial para avançar na busca de nosso projeto de educação.

Vejamos que embora contenha avanços na auto-organização dos estudantes nas tomadas de decisões e participação no trabalho, reside uma dificuldade na manutenção do trabalho processual com os NS, principalmente pela ausência de tempo adequado para sua realização com o devido acompanhamento dos educadores ou da equipe pedagógica para assegurar qualidade na interface com o conhecimento, fator que está relacionado às condições não oferecidas pela SEED no âmbito da ampliação do tempo escolar. A forma da escola é limitante para a mudança do conteúdo e das relações nela praticadas.

Outro fator destacado no depoimento de Erika, é uma espécie de tutela empreendida pelo educador acompanhante do NS, que ao invés de ser o impulsor do planejamento e ações coletivas mediando com conhecimentos o trabalho do NS, acaba extraíndo o espaço de participação dos estudantes pela sua postura e cultura centralizadora do processo educativo. Essa postura dos educadores e das educadoras decorre do seu próprio processo de formação humana.

Um elemento a ser destacado é que as Escolas Itinerantes são beneficiadas formativamente pela disposição de luta do MST em cada local, portanto, onde o acampamento organiza e promove a luta há a definição, desde uma avaliação conjunta, da participação, ou não, da escola com sua intencionalidade pedagógica. Essas escolas participam de lutas, voltadas tanto para melhorias estruturais do acampamento e para aceleração do processo de desapropriação das áreas ocupadas, quanto de lutas conjunturais que envolvem o conjunto da classe trabalhadora. Mais especificamente, das lutas por educação pública, gratuita, laica, estatal e socialmente referenciada.

As práticas de auto-organização na Escola Itinerante por meio do Núcleo Setorial evidenciam avanços significativos na forma de materializar a participação e a organização coletiva pelo estudo, trabalho e a gestão escolar. Podemos pontuar da seguinte maneira:

- 1) Um dos aspectos a serem destacados é a organicidade da escola que se propõe a superar a mera representatividade, pela horizontalização das relações da escola, construindo as decisões de “baixo para cima” e propiciando um maior número de estudantes na composição da coordenação da escola (uma dupla de cada ns). Fator que não assegura a superação da representatividade, mas contribui para tencionar e fortalecer a participação dos estudantes;
- 2) refere-se ao avanço na dimensão formativa por meio da participação dos estudantes em processos de *pensar e fazer* a escola e a luta social. A nosso ver, esse aspecto oferece um respaldo participativo e um ambiente de elevação da auto-estima para opinarem, avaliarem, planejarem e decidirem a ação que ajudarão a construir, desde as pequenas ações do dia-a-dia da escola até às maiores ações;
- 3) diz respeito, mesmo com os limites de tempo, de constituir um espaço-tempo semanal de gestão para exercitarem coletivamente o planejamento, a execução e a avaliação das ações;
- 4) propiciar por meio desse espaço-tempo a discussão sobre questões concernentes ao conjunto da escola para participarem das tomadas de decisões, avaliação e planejamento da gestão escolar;
- 5) os núcleos setoriais propiciam a ampliação da relação dos estudantes de diferentes idades para organizar coletivamente processos de estudo, trabalho e luta.

Essas diferentes dimensões favorecidas pelo Núcleo Setorial permitem os estudantes vivenciarem a gestão participativa, educarem-se pelo estudo, o trabalho social e o exercício da democracia. Fora da participação coletiva, planejamento coletivo, tomadas de decisões coletivas e trabalho cooperado, não há processos democráticos. “Onde o planejamento está concentrando em poucas cabeças (acontece ‘de cima para baixo’), não há democracia. A gestão participativa implica em planejamento coletivo” (MST, 2005, p. 99).

Sem dúvida, não sem limites o ambiente educativo promovido pelos Núcleos Setoriais permite combinar o desenvolvimento da personalidade dos estudantes aos desafios históricos, as formas de resistência e de fortalecimento dos territórios no interior da luta pela terra, de modo que eleva o nível cultural, a condição de trabalhar, de viver e de lutar coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos que apresentamos expressam que, no interior da organização do trabalho pedagógico, existem várias formas de inserir a participação estudantil. Percebemos, explicitamente, que as decisões internas acerca desta participação têm determinantes sociais, políticos, pedagógicos, morais e religiosos que vem de fora da escola, denunciando o quanto ela tem um papel social importante na formação dos sujeitos.

Cada uma das formas de participação — Centro Cívico, Grêmio Estudantil, Núcleos Setoriais — representam estratégias políticas que ora contribuem para formar sujeitos passivos, obedientes, proativos ao sistema vigente; ora sujeitos posicionados e participativos, com capacidade de organização coletiva, mas com um limite de participação na tomada de decisões e ora sujeitos lutadores e lutadoras na perspectiva da transformação social na busca da emancipação humana. Se forem estratégias políticas, não são neutras, estão a serviço de diferentes projetos sociais, aos quais a escola se alia ou não em diferentes momentos históricos.

Além de serem estratégias políticas são espaços de exercitação de relações humanas verticalizadas ou horizontalizadas, dependendo do projeto de formação humana que se pretende engendrar e isso tem implicações psicológicas, pedagógicas, sociais e políticas.

Persiste o desafio para os coletivos das Escolas Itinerantes em seguir na luta pela construção das condições de ampliação do tempo escolar e formação do corpo docente para ampliar o respaldo da proposta dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo, e consequentemente fortalecer processos de participação dos estudantes com rigor no trabalho, nas lutas, no estudo e na gestão escolar. Não se pode permitir que as alternativas construídas por fora do Estado sejam sucumbidas, as lutas do conjunto do coletivo escolar (estudantes, educadores e comunidade) devem revigorar a autonomia dos coletivos escolares para não naturalizar o aprisionamento e o desmantelamento pela cultura escolar clássica, a qual submete educadores à precarização do trabalho e, igualmente, submete os estudantes a precárias condições educacionais e subordina a uma formação passiva e subordinada.

Os Núcleos Setoriais têm propiciado o exercício coletivo da organização, estimulando a auto-organização dos estudantes na escola e fora dela, exercitando *planejamento, execução e avaliação* coletiva, discutindo o valor do trabalho coletivo e progressivamente ampliando a participação nas tomadas de decisões.

Na medida em que os Núcleos Setoriais são pedagogicamente “intencionalizados” pelas matrizes da *Pedagogia do Movimento* favorecem o vínculo orgânico entre os processos de educação escolar e os processos formativos que estão na vida fora da escola, articulando a organização dos ambientes educativos com a dimensão política, econômica e cultural à formação de estudantes *lutadores* do presente e *construtores* do futuro na direção do projeto histórico assumido pelo MST (SAPELLI, LEITE, BAHNIUK, 2019). Por esta via, os estudantes, por meio do trabalho educativo, podem vivenciar as contradições ampliando sua visão crítica e postura altaiva e criativa na luta por melhores condições de vida e de acesso à cultura. Não significa transferir para escola o papel da formação política, mas desenvolver, dentro dos seus limites, a inserção da escola nesta grandiosa tarefa de formar lutadores e construtores do futuro, eis o grande desafio (MST, 2013).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto número 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, 1971.
- BRASIL. Lei número 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização e organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 1985.
- BRITO, José domingos. *Tiro de Letra. Mistérios da criação literária* (site). 2007. Disponível em <http://www.tirodeletra.com.br/institucional/historia.htm>. Acesso em 20 de julho de 2020.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- EQUIPE DE LEXICOGRAFIA DA EDITORA MELHORAMENTOS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 2015. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/participar/> Acesso em 26 julho de 2020.
- FARIAS, Alcione Nunes *et al.* Transformação da forma escolar e a formação de lutadores e construtores de uma nova sociedade. In: SAPELLI, M.; FREITAS, L. C.; CALDART, R. S. (orgs). *Caminhos para a transformação da escola 3 – organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: Ensaios sobre Complexos de Estudo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GEHRKE, Marcos. Escola itinerante e a organicidade nos ciclos de formação humana. *ANALECTA*, 11 (1), p. 99-113. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/view/2296>
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais*. 2019. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100063 Acesso em 26 de julho de 2020.
- HAMMEL, Ana Cristina. & BORGES, Liliam Farias. Ciclos de formação humana no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. *Revista HISTEDBR*, 14(59), p. 251-271, 2012. DOI: 10.20396/rho.v14i59.8640361
- HUERTA, José Luiz Hernandez. 2018. *Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968*. De calabouço à missa de sétimo dia. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592018000100047. Acesso em 19 de julho de 2020.
- LEITE, Valter de Jesus. *Educação do campo e ensaios da escola do trabalho: a materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná* (Dissertação Mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.
- MST. *Método de Trabalho de Base e Organização Popular*. Caderno de Formação n. 38. 1. ed. Setor de Formação. São Paulo, 2005.
- MST. *Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001*. Veranópolis: ITERRA, 2005.
- MST. *Plano de Estudos da Escola Itinerante*. Cascavel: Editora Unioeste, 2013.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. *Grêmio Estudantil – Manual*. Curitiba: SEED, 2012.
- PARANÁ. *Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak e das Escolas Itinerantes*. Rio Bonito do Iguaçu, 2013.
- SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. LEITE, V. J., & BAHNIUK, Caroline. *Ensaios da Escola do Trabalho na luta pela terra: 15 anos da Escola Itinerante no Paraná*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- SHULGIN, Viktor. *Rumo ao politecnismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAPÍTULO XIII

O acampamento e a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho-PR: terra, luta e educação

Marcio Luiz Carreri¹
Gabriely Cristine de Souza²

O presente capítulo³ apresenta um debate sobre a histórica estrutura fundiária brasileira e sua modernização conservadora, e discute a relação entre a propriedade e posse da terra no Brasil, bem como a necessidade e a luta pela reforma agrária, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalha também a relação do trabalho com a escola, a partir dos pressupostos de Moisey Pistrak, tece considerações sobre a educação popular e estuda um caso especial, o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho, na região nordeste do estado do Paraná, local que associa a luta pela terra e a educação no contexto da sociedade brasileira contemporânea.

Realiza, outrossim, análises de pesquisas de fundamentação a respeito da formação e consequências do capitalismo e da formação e objetivos do MST na luta pela terra como resistência a esse sistema, e o faz a partir do entendimento do materialismo histórico. Resultado do desenvolvimento de um estudo que se deu, também, por meio de trabalho de campo e entrevistas, visando que um dos objetivos é compreender o aspecto histórico, significado e relevância do acampamento Valmir Motta de Oliveira e da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira localizados em Jacarezinho-PR, como parte de um todo que é o

¹ Doutor em História pela PUC-SP e Pós-Doutorando em História Social pela USP. Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho. Contato: carreri@uenp.edu.br.

² Graduanda em História pela UENP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Marxismo. Contato: gabysouza090198@gmail.com.

³ Este texto é uma versão ampliada e modificada do artigo publicado pela Revista Movimentação, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD, v. 6, n. 11, 2020.

Movimento. Henry Rousso (2000, p. 94) resume a perspectiva aqui adotada da importância das entrevistas e do trabalho de campo, no âmbito da História Oral:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

As conversas com educadores sobre o acampamento e a Escola foram essenciais para uma melhor compreensão das teorias na prática, assim, a luta pela terra (como reflexo da luta de classes) e a outra proposta de educação da Escola Itinerante, a Educação Popular, terá sua relevância e seu significado para a sociedade de maneira ainda mais clara e com mais informações que ajudará na apreensão do contexto da existência do acampamento e da Escola, além de entender a importância da escola, também, para o próprio acampamento.

Pesquisas bibliográficas foram utilizadas para a compreensão da causa da formação do Movimento, partindo de entender o todo através do específico com o estudo do acampamento Valmir Motta de Oliveira e da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira para compreender a importância e seus significados dentro do sistema vigente com entrevistas e trabalho de campo. Deste modo, através dos relatos adquiridos nas entrevistas e dos materiais pedagógicos que a própria Escola utiliza foi proporcionado um enriquecimento de informações, em que através dessas fontes pôde-se conhecer a história do acampamento e da Escola e como estão atualmente, assim, relacionando com as análises das pesquisas bibliográficas para chegar ao alcance dos objetivos da pesquisa.

CONCENTRAÇÃO DE TERRA, CAPITALISMO E COMMODITIES

Joaquim Nabuco e, depois, Caio Prado Jr (1979, p. 9), apontaram a necessidade da democratização da propriedade da terra como condição para o desenvolvimento do país. Prado Junior, em artigos publicados no começo da década de 1960, retomava o tema problematizando as políticas que estavam sendo implementadas em São Paulo e depois no país após o golpe de 1964, “visando uma reforma agrária para um suposto processo socioeconômico que significaria, assim se predestina, a transição de ‘restos feudais’ ou ‘pré-capitalistas’, para uma nova etapa capitalista e progressista”.

Trata-se de um contexto em que o modelo dominante de desenvolvimento da estrutura agrária no Brasil é excessivamente focado na agricultura capitalista patronal, logo, pautado no latifúndio, na monocultura de exportação e, não raro, no trabalho em regime escravo. Tal modelo tem seu auge quando da modernização conservadora, gerando, dentre outros problemas, a expulsão dos camponeses da terra. Dessa forma, como caracteriza Guimarães (*apud* PIRES e RAMOS, 2009), a estratégia desse modelo difere do da reforma agrária, tendo por objetivo a expansão da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que se tenha uma alteração na estrutura agrária. Sobre isso, lembrou Tavares (1996, p. 5), “[as] transformações das bases técnicas e econômicas, a

terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários tradicionais”.

Novas fronteiras agrícolas sentiram o efeito dessa política, como é o caso da região nordeste do Paraná, o chamado Norte Pioneiro do Estado, com consequências sociais importantes, parte do quadro geral do capitalismo brasileiro.

No Brasil, o capitalismo adquiriu um caráter rentista, pois o seu desenvolvimento se faz principalmente através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Apesar de ser um processo cuja origem tenha se dado na escravidão e principalmente na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, foi na segunda metade do século XX que essa fusão ampliou-se significativamente, quando, após 1964, os militares procuraram soldar essa aliança política. Dessa maneira, a modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2005).

Por conseguinte, essa transformação dos capitalistas industriais em latifundiários gerou uma concentração de renda e de terras, agravando, na mesma medida, crises de abastecimento, aumento da fome e forte tensão social. Quem possui o capital passou a tê-lo em demasia, quem não tinha o capital foi expulso da terra ou passou a trabalhar sob condições precárias, uma vez que a mão de obra se torna mais barata, visto que a tecnologia e as máquinas suprem algumas tarefas humanas, além do fato de que o trabalhador do campo não tem muitas escolhas, pois precisa ter um sustento.

Essa concentração das terras nas mãos de poucos se torna mais clara ao se analisar as estatísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁴. Além do mais, o capitalismo moderno se desenvolve necessariamente de maneira desigual, combinada e contraditória. Paulo Alentejano (2012, p. 479) diz que:

[...] a modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e de mais riquezas em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarização e a pauperização.

Outro exemplo de manutenção da desigualdade no campo brasileiro ocorreu com o Golpe de 1964, quando as lutas populares sofreram violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei

⁴ No ano de 1972, o número total de imóveis era de 3.387.173, e as grandes propriedades — os latifúndios — representavam somente 1,5%, com 50.548 imóveis. No entanto, ocupavam 51,4% da superfície total, ou seja, 193.749.742 ha de uma área com 370.275.187 ha. Na década de 90, quando as lutas pela reforma agrária se intensificaram e o Estado precisou responder com políticas públicas de assentamentos fundiários, a conjuntura da concentração fundiária e desigualdade ainda era a mesma. Em 1998, 57.881 imóveis com mais de 1000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, continuavam ocupando 52,9%, ou seja, 216.824.528 ha de uma área total de 415.570.812 ha. Em contrapartida, as pequenas propriedades, com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais, ou seja, 3.061.525 imóveis, e ocupavam uma área de 16,5% da área total, ou seja, 68.674.638 ha (OLIVEIRA, 2005).

de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra⁵. Elaborado com uma propagada visão progressista, propondo mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Em 1985, em meio ao clima da campanha “Diretas já”, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cujas palavras de ordem era: “Ocupação é a única solução”.

Neste mesmo ano, o governo Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária⁶, que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhão de famílias. Porém, mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. Os artigos 184 e 186 da Constituição brasileira de 1988 referem-se à função social da terra e determina que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2005).

Relacionando o modo desigual e combinado pelo qual o capitalismo vem se desenvolvendo ao trabalho no campo, é válido mencionar que a atuação do modelo capitalista se desenvolve na direção da inserção do trabalho assalariado no campo. Nesse ínterim, é possível entender, analisando a situação dos trabalhadores rurais que foram expulsos da terra e se tornaram trabalhadores livres, ou melhor, trabalhadores assalariados, que o capital está sempre do lado dos capitalistas industriais e latifundiários.

Ademais, ainda se pode relacionar que a modernização no campo é conservadora, uma vez que faz prevalecer à dominância do capital, que está nas mãos dos industriais através do domínio das terras de proprietários que não possuíam capital suficiente para acompanhar essa modernização no campo. Assim, esses capitalistas industriais obtiveram maior renda e o trabalhador rural foi lançado como livre e assalariado, obtendo um trabalho precário no campo ou na cidade. Nesse sentido, descrevem Pires e Ramos (2009, p. 419):

[...] o uso de insumos industriais nas unidades de exploração agropecuária retirava da terra aqueles proprietários rurais que não conseguiam modernizar-se, lançando-os como mão-de-obra livre aos mercados de trabalho capitalistas. Desta feita, a força de trabalho e a terra tornaram-se abundantes no país e não criaram obstáculos ao desenvolvimento industrial, uma vez que a agropecuária exerceu suas funções no modelo de substituição de importações.

Como supracitado, o capital está vinculado aos capitalistas industriais, urbanos e latifundiários, por isso o desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado, seguindo uma lógica para a burguesia (todos que detém os meios de produção) se manter dominante em relação ao poder e ao capital. Trata-se de um ciclo. Essa lógica do desenvolvimento capitalista no mundo é exemplificada, na visão do geógrafo britânico David Harvey (2016), da seguinte maneira:

[...] se você olhar para o histórico da dinâmica do capitalismo, há diferentes formas pelas

5 Lei N° 4.504, aprovada em 30 de Novembro de 1964.

6 Decreto N° 91.766, aprovado em 10 de Outubro de 1985. Apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, para o período de 1985/1989.

quais ele se desenvolve. É um sistema [...] orientado para o crescimento, então ele sempre tem que buscar formas de crescer. Dentro da história do capitalismo já vimos várias formas de seu desenvolvimento, mas é um pré-requisito que ele sempre precise crescer. No [...] início do século 20, ele crescia principalmente através da expansão global, com a construção de ferrovias que conectava o mundo geograficamente. Após isso, vimos como o crescimento se concentrou principalmente na urbanização, no crescimento urbano. Então você sai de uma situação [...] onde aproximadamente 7% da população mundial vivia em cidades, para o final do mesmo século, quando mais de 50% da população mundial é urbana [os trabalhadores rurais expulsos da terra que não se tornaram assalariados no campo migram para os centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida]. Deste modo, cada vez mais capital foi usado na construção das cidades, e desde os anos 2000 isso se intensificou ainda mais. [...] Acredito que o capitalismo sempre foi agressivo, acho que ele nunca foi “não agressivo”. [...] Então, como grande resposta à grande crise financeira de 2007-2008, eles escolheram ajudar os bancos e deixar que as pessoas perdessem suas propriedades ao invés de ajudar as pessoas a permanecer em suas casas, o que poderiam ter feito. Isso levou a uma gigantesca transferência de capital da população de baixa renda para as grandes instituições financeiras [fica evidente que as instituições financeiras, as quais o capital está ao lado, obtém cada vez mais uma maior renda, enquanto a grande massa da população que não se enquadra nessa burguesia obtém cada vez mais uma menor renda, ou seja, novamente pode-se afirmar que a renda (e as terras) estão concentradas nas mãos de poucos] (HARVEY, 2016).

No que se refere ao atual modelo hegemônico de desenvolvimento agrário no país, é notável a presença predominante de *commodities* (em inglês, mercadorias). Sendo as *commodities* mercadorias, como minérios e gêneros agrícolas, são produzidas em grande escala e comercializadas em nível mundial, possuem preços que são definidos pelo mercado internacional. Também são caracterizadas por serem, geralmente, matéria-prima. De acordo com o que conceitua Porto-Gonçalves (2004), o mercado mundializado de *commodities*, como o mercado de grãos, estabelece à agricultura um alto padrão técnico-científico, de modo que a torna exageradamente dependente do capital. Diante disso, observa-se que, suprimida a terra, os inseticidas, fertilizantes, herbicidas, as máquinas e sementes são os elementos com maior peso na estrutura de custos por *hectare*, e, assim sendo, a expansão do cultivo de grãos vem acompanhada por novas tecnologias (tratores-computadores, plantio direto e transgênicos) que diminuem os custos do trabalho (diminuição significativa do trabalhador na produção) por um aumento da concentração fundiária, de modo que o desenvolvimento desse modelo agrário-agrícola tem como fator decisivo essa disponibilidade de terras produtivas.

É válido apontar que os fazendeiros criadores de gado até os anos 60 permitiam aos camponeses a coleta de frutos, “o fazendeiro podia ser proprietário da terra, mas não do babaçu” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18). Porém, com a expansão do agronegócio, os grandes empresários tiveram uma maior apropriação dos recursos naturais. Nesse processo de expansão se perdeu diversidade cultural, biológica e várias formas de propriedade que não fosse propriedade privada (que priva a sociedade do poder de decisão a respeito do uso dos recursos naturais). Em relação a esse atual modelo agrário-agrícola, é importante compreender que:

[...] esse modelo agrário-agrícola [...] que se apresenta como o que há de mais moderno sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há

de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos (GONÇAVES, 2004, p. 25).

Pode-se assim perceber que, além da concentração fundiária e de capital, o modelo hegemônico atual da agricultura, por colocar elevado capital, impede a democratização do modelo. Há também uma diminuição da mão de obra empregada e na participação do trabalho na distribuição da renda na produção como um todo. Na realidade, compensa-se a queda de preços dos produtos agrícolas com uma excessiva concentração de capital, assim, um setor como o da produção de alimentos, se desloca para as mãos de poucas empresas transnacionais.

É um paradoxo, uma vez que se coloca em risco (e nas mãos de poucos, não focado na alimentação e sim na geração de riquezas para essas empresas) um setor da atividade humana cujo objetivo era justamente o da produção de alimentos como uma segurança alimentar. Dessa forma, a fome não é causada pela falta de alimentos, mas sim pelo modo como os alimentos são produzidos e distribuídos (PORTO-GONÇALVES, 2004). A luta pela terra é a afirmação da frase do escritor Oswald de Andrade (1928), “a posse contra a propriedade”. Nesse ínterim, um ponto relacionado a essa agricultura convencional que deve ser evidenciado é a questão do uso de agrotóxicos. Bombardi (2011, p. 1-2 e 6) alega que:

O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, embora não sejamos, como também é sabido, o principal produtor agrícola mundial [...] A expressão monopólio, neste caso, aparece mais vívida do que nunca: Estados Unidos, Suíça e Alemanha, juntos, através de suas empresas, controlam 70% da venda de agrotóxicos no Brasil [...] A venda mundial de agrotóxicos (em dólares) teve um acréscimo de 53,8% no período de 1990 a 2008. Em 1990 ela envolveu cerca de 26 bilhões de dólares e, em 2008, este valor saltou para 45 bilhões de dólares.

O Brasil é atualmente o segundo maior exportador de soja e milho e o maior exportador de açúcar e álcool, portanto, a expansão desses cultivos, dessas *commodities*, é um dos fatores que explica o aumento no consumo de agrotóxicos no país. Nesse segmento, o processo de subordinação da renda da terra no Brasil ao capital monopolista internacional, através da compra e aplicação de agrotóxicos, está sendo acompanhado por um grave problema na saúde pública que são as intoxicações por agrotóxicos. No período de 1999 a 2009 encontram-se notificadas pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) — Ministério da Saúde/FIOCRUZ — cerca de 5.600 intoxicações por ano no país, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos (BOMBARDI, 2011).

Esses agrotóxicos muitas vezes ainda são vistos como algo bom, que irá acabar com as “pragas” nas plantações, porém, se eles fossem “defensivos agrícolas”, como são chamados, não seriam usados como um meio para o suicídio.

No período representado [...] 1999 a 2009 [...] foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos, isto significa uma média de 2.300 tentativas

de suicídio por ano, ou seja, uma média de seis tentativas de suicídio por dia, com a utilização de agrotóxicos. Evidentemente que uma parte destes casos de intoxicação por agrotóxicos levou à morte das vítimas intoxicadas [...] (BOMBARDI, 2011, p. 10).

Da mesma maneira, sobre os agrotóxicos e o atual modelo de desenvolvimento econômico, Pessoa e Rigotto (2012) alertam que os agrotóxicos utilizados no agronegócio geram graves problemas de saúde ao trabalhador no campo e grandes danos para o meio ambiente, sendo que essa exposição cotidiana aos agrotóxicos ocorre sem nenhum cuidado dos órgãos públicos. Dessa forma, percebe-se que a saúde da população e a preservação do meio ambiente estão debilitadas devido aos interesses do mercado, que possuem uma artimanha legislativa para manter esse ciclo econômico de desigualdade e exploração, onde o lucro é prioridade, e a preservação da saúde humana e do meio ambiente não tem espaço algum.

Por fim, entende-se que o tão falado agronegócio não está produzindo os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (esses alimentos são, geralmente, decorrentes dos pequenos produtores), e a riqueza que ele gera com as exportações das *commodities* está nas mãos das grandes empresas. Ademais, os agrotóxicos usados nas plantações beneficiam demasiadamente os seus produtores, enquanto populações, como a do Brasil, que consomem e são expostas a quantidades gritantes desses agrotóxicos estão sendo afetadas por eles, na maioria das vezes, sem se dar conta do veneno e do perigo a que são expostas.

Atualmente, transtornos como a depressão e a ansiedade estão aumentando na sociedade. Claramente, os agrotóxicos não são o único fator contribuinte para o aumento desses transtornos, no entanto, não se pode negar que um país cuja mídia propaga que o “agronegócio é tudo” se exclua essa hipótese da ligação entre o aumento da exposição a agrotóxicos e o aumento desses transtornos. Além, de que, quando se come algo proveniente desses grãos (ou até mesmo de produtos de pequenos produtores, afinal, mesmo os que não os utilizam estão sujeitos à poluição, ao alastramento desses venenos), mesmo que seja aos poucos, a pessoa está se envenenando e prejudicando a saúde. Portanto, cultiva-se desinformação ao afirmar que “agro é vida”.

A LUTA PELA TERRA: MST E CPT

É importante ressaltar que as transformações de uma agricultura camponesa para uma agricultura capitalista geraram resistências contra esse modelo hegemônico capitalista, patronal. Forte exemplo disso é o Surgimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possuem como objetivos principais a luta pela terra, por uma Reforma Agrária, por uma sociedade mais justa e fraterna e por um desenvolvimento sustentável⁷ quanto ao uso dos recursos naturais.

⁷ O Desenvolvimento Sustentável desejado pelo MST é contrário ao uso intensivo de recursos naturais, entendendo que esses recursos são finitos, e que este uso também contribuiu para o avanço do desmatamento, a degradação de solos, a contaminação da água etc. Assim, não basta produzir alimentos, é preciso fazê-lo conciliando produtividade com sustentabilidade, resiliência às mudanças climáticas, inclusão social e preocupação com a natureza, via de extração da matéria-prima. Esses são os alicerces da agenda do desenvolvimento sustentável no século xxi, de acordo com o MST.

Nesse contexto do desenvolvimento excludente do sistema capitalista, o MST surge em consequência e em resistência a esse sistema. Os campões, expulsos do campo e impedidos do acesso a terra, passaram, de forma articulada, a contestar a estrutura fundiária vigente, a questionar a ordem social. Organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁸ das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas.

Herdeiro das lutas pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu oficialmente em 1984, no 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel, no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro, tendo a participação e o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, herdeiros de lutas pela terra no Brasil.

É válido mencionar que a CPT é uma organização pastoral vinculada à Igreja Católica e a outras igrejas cristãs, sendo que realiza suas ações juntamente com mulheres e homens do campo, incluindo toda sua diversidade, os agricultores familiares, os pequenos proprietários, os agricultores sem terra, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados. A CPT surgiu, em 1975, com a urgência da realidade da Amazônia, no período da Ditadura Militar, em que grandes bancos e empresas adquiriram extensas áreas de terras com o objetivo de conseguir os recursos dos incentivos fiscais oferecidos para os que se dispusessem a investir no desenvolvimento da região. Essas áreas eram consideradas inabitadas, mesmo se tivessem a presença de aldeias indígenas, e assim ocorreram a invasão dos territórios indígenas.

Nesse contexto, a CPT se articulou não só na Amazônia, mas em quase todas as regiões do país, “contribuindo para articular as iniciativas das comunidades campesinas, ao mesmo tempo em que busca envolver toda a sociedade na luta pela terra e na terra” (CANUTO, 2012, p. 130). Ainda se tratando do apoio de setores da Igreja, Floresta (2006, p. 19) afirma que “no Brasil, a luta pela terra quase sempre esteve ligada à Igreja que, ao longo do século XX, teve um papel fundamental nos conflitos, sendo, muitas vezes, legitimadora da repressão, justificando-a. No entanto, foi através da ação ou apoio de setores da Igreja que os campesinos construíram sua resistência”.

A gênese do MST⁹ teve um período de gestação. Bernardo Mançano Fernandes (2012) explica que este período se iniciou ainda na década de 1970, com lutas pela terra ocorrendo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná

8 De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), as CEBs são organismos da Igreja Católica que se caracterizam pela celebração dominical realizada por leigos ou leigas; pela ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e pela ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade.

9 Como antecedente da criação do MST, As Ligas Campesinas, ligadas ao PCB, nos anos de 1950 e 1960, mobilizou trabalhadores do campo e organizou sindicatos rurais, no contexto dos debates sobre o desenvolvimento do país. Ocorreram, já naquele período, diversos conflitos no Estado do Paraná, como o Levante dos Posseiros, a Guerra de Porecatu e outros tantos nas regiões oeste, noroeste e norte do Estado. A Igreja Católica também se posiciona pela reforma agrária e João Goulart cria a SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária (SERRA, 1991, p. 283).

e Mato Grosso do Sul. A territorialização do Movimento pelas regiões brasileiras, a partir de então, permitiu a conquista de milhares de assentamentos rurais, representando o renascimento dos movimentos camponeses no Brasil, uma vez que no período da Ditadura Militar (1964-1985), havia repressão a esses movimentos¹⁰. Fernandes (2012) fala também sobre os conflitos que se multiplicaram com o desenvolvimento do agronegócio, citando o massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido no Pará, em 1996, por exemplo.

O MST organiza sua luta pela realização da Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa e solidária, assim suas ações contribuem para o desenvolvimento dos territórios camponeses e do país. Porém “enquanto os militantes do MST trabalham nos assentamentos e nos acampamentos para melhorar as condições de vida, são ameaçados constantemente pelo agronegócio que, por meio da expansão das monoculturas, [...] procura se apropriar dos territórios camponeses, conquistados na luta pela terra [...]” (FERNANDES, 2012, p. 499). Cabe ressaltar que os artigos 184 e 186 da Constituição brasileira de 1988, referem-se à função social da terra e determina que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Sobre esta questão do capitalismo e do agronegócio colocarem o lucro, a propriedade como prioridade, e o MST colocar o ser humano como prioridade, Floresta (2006, p. 12) assegura que:

[...] seguramente, necessitamos de uma humanidade capaz de compreender que a libertação não consiste no pleno desenvolvimento de necessidades e faculdades voltadas para a obtenção/satisfação através do *Ter*. Isso significa uma quebra de padrões culturais, uma mudança de conceitos, inversão de valores, de postura diante de uma determinada realidade. O MST, ao propor uma inversão de prioridades e colocar a vida e o trabalho como anteriores ao direito de propriedade, no nosso entender, faz isso.

O processo histórico onde a terra e, consequentemente, os meios de produção ficam nas mãos de poucos é mais bem explicado ao compreender a relação de opressor (os detentores desses meios de produção) e de oprimido (a maioria das pessoas que detém apenas sua força de trabalho) dentro do sistema capitalista do qual falou Karl Marx no século XIX. Assim, o MST utiliza dessa compreensão para contestar a estrutura do Estado do sistema capitalista, onde “a origem do Estado reside na emergência da propriedade privada, quando um dado grupo social apropriou-se daquilo que a todos pertencia, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho” (CALDART *et al*, 2012, p. 349).

A partir do materialismo histórico, realiza-se um estudo dos valores e fins que constituem a consciência dos seres humanos de uma época, observando que o que se tem hoje é reflexo de um processo histórico em que se teve ações de homens agindo de acordo com seu interesse onde se apropriaram do meio ambiente. Marx (1978, p. 329) afirma que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

¹⁰ No período de 1960 a 1964 ocorreu no Brasil uma pressão muito forte por reformas estruturais, especialmente em relação à distribuição de terras, sufocada pelo Golpe (SCHWARZ, 2019, p. 216).

Cabe ressaltar, que a classe dos detentores dos meios de produção utiliza de meios para naturalizar esse processo histórico de dominação, no qual essa classe do opressor explora a do oprimido, como a educação tradicional capitalista “cujo centro é transmissão de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos para a socialização submissa, para o mercado de trabalho e para a naturalização, a aceitação e a reprodução da sociedade dividida em classes” (PALUDO, 2012, p. 280). Desse modo, o MST, enquanto Movimento de resistência, utiliza da Educação Popular, dentro das Escolas Itinerantes, no caso dos acampamentos, que visam a educação crítica de estudantes conscientes de seus direitos, para transformar a realidade social. Assim, cabe destacar que:

Se por um lado as classes que detêm o poder econômico contam com os meios de comunicação de massa para difundir os valores e idéias neoliberais e buscam criar indivíduos apolíticos e atomizados, os movimentos sociais de luta pela terra, por outro lado, contam com milhares de líderes, ativistas, militantes e publicações para criar uma cultura alternativa baseada na solidariedade (FLORESTA, 2006, p. 12).

Os Movimentos Sociais realizam ações sociais coletivas de caráter socio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, passeatas, etc.), até as pressões indiretas. Atualmente, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais.

A experiência da qual são portadoras não advém de forças congeladas do passado — embora estas tenham importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, organizam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. As características básicas dos movimentos sociais podem ser descritas da seguinte maneira: possuem identidade, têm opositor, e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011).

Jacarezinho, cidade paranaense de fronteira com o sudoeste de São Paulo, foi porta de entrada para a expansão da agricultura e das estruturas sociais que se estabeleceram em outras regiões há mais de um século (1890), e no século XX desenvolveu-se muito em função da expansão das lavouras paulistas (SELONK, 1999). Assim, as primeiras tentativas de colonização conhecidas datam do século XIX, por volta de 1898. Apontada como um dos primeiros polos de desenvolvimento agrícola do Estado, sua colonização foi realizada por fluminenses, paulistas e mineiros. Sua riqueza maior provém do setor agropecuário e de prestação de serviços.

Cidade de uma região antes chamada de “Norte Velho” pelos novos “desbravadores” da região de Londrina, foi denominada posteriormente de “Norte Pioneiro”, expressão comumente utilizada. A saga dos pioneiros é uma narrativa ainda viva na memória da cidade. Aimone, professor de História desde a década de 1930, assim narra a “fundação” do município. Por determinação do patriarca, Antonio Alcântara da Fonseca Guimarães, o neto Antonio de Fonseca Neto or-

ganiza sua comitiva e chega, depois de 20 dias, à margem do Rio Paranapanema: “A esperada notícia alegrou o patriarca. A demora foi pequena. Os preparativos da mudança foram acelerados e dias depois com todos os seus familiares e mais empregados e amigos como também grande número de escravos, compõe a caravana mais de 254 pessoas, fora os escravos, não faltando o médico [...] e o padre [...]” (AIMONE, 1991, p. 4). Tal situação encontra em Perrone-Moises (1990, p. 98-9) uma apropriada definição: “[...] a transformação do velho em novo, do alheio ao próprio, do *dejá vu* em original. Por reconhecer que originalidade nunca é mais do que uma questão de arranjo novo”.



As mesorregiões do Paraná e o Norte Pioneiro.

Fonte: IPARDES, 2004, p. 6.

Localizada na região do nordeste do estado do Paraná, surgiu como parte da expansão econômica cafeeira em direção ao interior. A exploração da cafeeicultura produziu riquezas para proprietários, e provocou a destruição das florestas nativas. As terras do estado que depois se tornariam cafezais estavam cobertas pela Mata Atlântica (DEAN, 1996).

No início do século, a maior cultura era a do café. Posteriormente, houve a substituição do café pelas lavouras de cana-de-açúcar, indústria de açúcar e álcool e pastagens. Novos produtos com cotação no mercado externo e interno como a soja, o algodão e o trigo, avicultura e suinocultura vieram a partir da década de 70, sobretudo após a Geadas Negra que atingiu o Norte Pioneiro, em julho de 1975. A dependência do primeiro ainda é muito forte na região e, ainda hoje, grande parte da economia gira em torno da agropecuária, mais precisamente das usinas de cana-de-açúcar instaladas no município.

A cidade foi elevada à condição de Município por meio da Lei n.º 522, de 2 de abril de 1900, recebendo inicialmente o nome de Nova Alcântara. Em 3 de março

de 1903, através da Lei n.º 471, recebeu o nome de Jacarezinho. Referência por suas antigas faculdades e atual universidade, além de escolas e atividades culturais, Jacarezinho é considerada a capital estudantil da região. Geograficamente localizada em um ponto de ligação rodoviária com as mais importantes cidades do Paraná e São Paulo, equidistante de Curitiba e da capital paulista, em torno de 400 km.

O regime de colonato, no período da reestruturação e reforma conservadora da ditadura civil-militar, foi substituído pela mão-de-obra volante, conhecida como “boia fria” e os trabalhadores das grandes fazendas ocuparam as regiões de habitações e condições precárias da zona urbana, na diáspora propiciada pela mecanização agrícola, servindo de braços para as usinas de cana-de-açúcar, indústria mais recente e dominante na região, contexto inclusive determinante para a criação do MST e, no caso de Jacarezinho, o acampamento Valmir Motta de Oliveira.

O acampamento Valmir Motta de Oliveira¹¹ localizado no município é parte das primeiras escolas que foram criadas no Paraná em um contexto de ocupações intensas na expectativa da Reforma Agrária nos anos de 2003 e 2004. O acampamento se materializou em 2006, com uma ocupação da fazenda Itapema que já tinha sido desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), após intensa luta e ocupação pelos Trabalhadores Sem Terra. A Fazenda Itapema, possui cerca de 500 ha. Em uma entrevista não estruturada, ocorrida no ano de 2018, a dirigente do acampamento mencionou que o processo da questão jurídica da terra está complicado, pois o proprietário, já falecido, devia muito imposto e a família sempre recorre, processo este que se fosse finalizado, a terra poderia ser desapropriada, e se formaria um assentamento. Já em 2009, os integrantes do acampamento construíram o espaço da Escola Itinerante¹² Valmir Motta de Oliveira, porém as aulas já tinham sido

¹¹ O nome do acampamento, assentamento e da Escola Itinerante veio de Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno. Valmir era agricultor no Acampamento Terra Livre, no município de Santa Tereza do Oeste. Keno e outros campesinos da Via Campesina e do MST, foram atacados no dia 21 de outubro de 2007 por cerca de 40 agentes da empresa NF Segurança, contratada pela multinacional de pesquisas, a suíça Syngenta, depois do movimento denunciar as irregularidades da empresa em manter uma área de experimentos de agrotóxicos no entorno do Parque Nacional do Iguaçu e do próprio assentamento dos trabalhadores, vizinho ao empreendimento. O ataque a tiros cegou a agricultora Isabel Nascimento de Souza e tombou Keno, e, aos 34 anos, deixou a esposa e três filhos. Após repercussão nacional sobre o ocorrido, mobilização social ligada aos direitos humanos e atos de protestos a transnacional acabou condenada em decisão na primeira instância em Cascavel em 2015 e confirmada no Tribunal de Justiça do Paraná em 2018.

¹² São chamadas de Itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária. Parte da necessidade de educação para os filhos dos trabalhadores acampados, possibilitando a escolarização dos trabalhadores do campo, problema verificado desde o início da organização do movimento. No Paraná, a criação das escolas itinerantes, em 2003, foi inspirada, além da experiência do Rio Grande do Sul, na experiência feita em 1999, quando foi instalado acampamento em frente ao Palácio do Iguaçu, em Curitiba/PR, em protesto às políticas do Governo Jaime Lerner em relação à Reforma Agrária e lá foi organizada uma escola que funcionou durante 14 dias (SAPELLI, 2013, p. 81). Todavia, as Escolas Itinerantes são constitutivas da rede estadual pública de ensino e seus funcionamentos são aprovados e regulados pelo Estado, por meios dos Conselhos Estaduais de Educação. Portanto, as mesmas possuem vinculação legal a uma escola base que, geralmente, se localiza em um assentamento, sendo essa escola a base responsável por matrículas, acompanhamento pedagógico, além de gestão escolar.

iniciadas em agosto de 2008 no casarão e nos galpões do acampamento. Em 2010, os educandos do Ensino Médio passaram a estudar na Escola Itinerante. A Escola possui em torno de 91 educandos. A perspectiva da Escola, suas teorias, seu método, conteúdo e abordagem analisaremos a seguir.

EDUCAÇÃO POPULAR, DO CAMPO E DO TRABALHO

A Educação Popular surgiu no início dos anos de 1960, em contraposição ao modelo de educação tradicional, sendo que esta origem decorre do modo de produção da vida em sociedade no capitalismo, emergindo no Brasil a partir da luta das classes populares na defesa de seus direitos. A Educação Popular tem suas raízes nas experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, no pensamento pedagógico socialista, na teoria de Paulo Freire, na Teologia da Libertação, enfim, em múltiplas referências combinadas com experiências concretas. Desta forma, com a Educação Popular, “estabelece-se [...] o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade” (PALUDO, 2012, p. 282).

Assim sendo, a Educação Popular, ganha o sentido de ser uma educação do povo para o povo, superando o sentido de ser uma educação das elites para o povo, com o intuito de controlar. Como afirma Saviani (2013, p. 317):

[...] a expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente [...] esses movimentos tinham em comum o objetivo da transformação das estruturas sociais e, valorizando a cultura do povo como sendo a autêntica cultura nacional.

Para esclarecimento de termos, é necessário afirmar que a Educação do Campo está na Educação Popular, ademais, a Educação do Campo não é só do MST, ela abarca os indígenas, os quilombolas, dentre outros grupos. Assim cada povo estrutura a Educação do Campo sob sua realidade. Paludo (2012, p. 283) ainda menciona que no Brasil “a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de Educação Popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica, atualiza e avança nas formulações e práticas direcionadas a um público específico”.

Como alternativa às práticas e às teorias educacionais liberais e tradicionais, que estão a serviço da manutenção da ordem política, da exploração da força de trabalho e do domínio cultural, a Educação Popular está vinculada à transformação social. Essa proposta de educação do Movimento liga-se, também, à Escola Unitária de Gramsci que visa a formação humana e técnica entrelaçando trabalho, ciência e cultura, o que revela, assim, uma inovação do mundo social e material (RAMOS, 2012 e CARRERI & SOUZA, 2019).

O MST vem desenvolvendo um novo modo de fazer política. Parece-nos que o Movimento acatou as premissas gramscianas de que a maior parte dos organismos culturais assegura a transmissão de uma concepção de mundo que permite a hegemonia da classe

dominante, e que pensar a mudança da sociedade passa necessariamente por construir uma prática educativa que seja uma contra ideologia [...] (FLORESTA, 2006, p. 86).

Marise Ramos (2012) esclarece que Antonio Gramsci, nos anos de 1930, na Itália, propôs a Escola Unitária, com o fundamento de romper a divisão entre trabalho manual e intelectual estabelecida pela divisão da sociedade em classes. O trabalho possui aqui um princípio educativo, não tendo um fim profissionalizante na escola. A organização dos conteúdos de ensino é orientada pela integração entre trabalho, ciência e cultura.

Em *Fundamentos da Escola do Trabalho*, o educador russo Moisey Pistrak, analisa que a associação se dá entre a escola e o trabalho, neste caso, dos trabalhadores do campo e da cidade. No geral, para as pedagogias tradicionais “o trabalho não seria considerado de uma forma abstrata, como uma disciplina isolada e separada do seu aspecto principal, que é a preocupação com a realidade atual” (PISTRAK, 2000, p. 49). Segundo este autor, “o trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa ensino e educação”. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torna-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças (PISTRAK, 2000, p. 50).

A Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira insere a Educação Popular¹³ utilizando do pensamento de educadores como Paulo Freire e Moisey Pistrak, como também Antonio Gramsci, os quais afirmam que quem deve construir a nova escola são os educadores, junto com os educandos e suas comunidades. Assim sendo, a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira possui uma gestão democrática, na qual os educandos, educadores e pais têm a oportunidade na escola de um tempo e espaço autônomos para que se encontrem e discutam variadas questões, tomem decisões no coletivo maior de gestão da escola, permitindo que os estudantes, com a auto-organização, desenvolvam o exercício da autonomia.

METODOLOGIA DA ESCOLA ITINERANTE

Além do mais, a Escola em questão, seguindo a organização das demais Escolas Itinerantes dos acampamentos e das escolas dos assentamentos, tem seu currículo organizado em Ciclos de Formação Humana, com os quais se busca contrariar a lógica escolar excludente da seriação, baseando a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva emancipatória. O 1 Ciclo é o da Infância na Educação Infantil, que compreende o atendimento a crianças de quatro e cinco anos de idade, com o trabalho unidocente.

¹³ Em 2018 a Secretaria de Educação determinou que a escola base da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira mudasse, deixando de ser a Escola de um assentamento para ser a Escola de Marques dos Reis, que não é do Movimento e segue a educação escolar tradicional, assim dificultando ainda mais o desenvolvimento da proposta da Educação Popular. Esse fato não apresenta apenas aspecto administrativo, mas político, vêm exigindo, desde então, resistência da comunidade, no entendimento que “a escola é um local de luta, a arena em que se defrontam forças contraditórias”, conforme pensou o francês Georges Snyders. Para ele, “a luta pela escola nunca pode ser separada das lutas sociais no seu conjunto, da luta de classes” (SNYDERS, 2005, p. 102-3).

O Ensino Fundamental organiza-se em três ciclos: o I Ciclo do Fundamental é o da Infância, no qual os educandos de 6, 7 e 8 anos de idade precisam construir o domínio da alfabetização; o II Ciclo é o da Pré-Adolescência, em que se tem a ampliação da alfabetização de educandos com 9, 10 e 11 anos de idade (a partir desse ano são atendidos de forma multidocentes); e o III Ciclo é o da Adolescência, em que o foco passa a ser a estruturação de conceitos, com os estudantes possuindo 12, 13 e 14 anos. Por sua vez, o Ensino Médio é o Ciclo da juventude na escola, e o foco passa a ser em como os conteúdos contribuem para entender o mundo onde vivem, as relações com o mundo do trabalho, problematizando as inseguranças frente ao novo e às escolhas, sendo que neste ciclo os educandos possuem 15, 16 e 17 anos.

A Escola referida se apresenta como um meio de dar elementos sobre a aprendizagem dos educandos através dos Pareceres Descritivos. Esses pareceres informam o que foi aprendido e o que ainda precisa ser. Assim, cada professor realiza um parecer sobre o resultado da aprendizagem e do desenvolvimento de cada estudante. Os pais e estudantes têm acesso a um documento descritivo com limites, necessidades e possibilidades que cada educando apresenta, ao invés de ter acesso a um boletim com médias aritméticas que pouco dizem. Na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira são presentes, também, os Núcleos Setoriais, que é orientado por um educador em conjunto com educandos de diferentes idades, os quais realizam atividades aliadas aos conteúdos das disciplinas, vivenciando a teoria e a prática com ações que seguem a auto-organização e a gestão da escola. Alguns Núcleos Setoriais da Escola são: Produção Agrícola, Registro e Memória, Comunicação e Cultura e Apoio ao Ensino.

A Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, utiliza o Plano de Estudos das Escola Itinerantes do estado do Paraná do ano de 2013. Este Plano de Estudos aborda, entre outras questões, a Pedagogia do Movimento, que se constitui como uma reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, tratando-a como um processo educativo que pode inspirar diferentes práticas educativas. Desta forma, essa pedagogia fundamenta e reafirma uma concepção de educação que não é hegemônica na história das teorias sobre educação, e que não está também na base de constituição da instituição escola. Porém, trata-se de uma concepção de base histórica, materialista e dialética para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma. Não há formação da consciência fora da vivência das relações sociais, e elas são históricas, como o são os objetivos formativos e todos os processos educativos.

No Plano de Estudos supracitado, há um item sobre a organização política da Escola, no qual apresenta, também, os Tempos Educativos, sendo que nem todos acontecem todos os dias e seu planejamento deve ser realizado em comum acordo com os educadores e os Núcleos Setoriais. Assim, no Plano de Estudos são sugeridos alguns Tempos. Como exemplo, pode-se citar alguns Tempos que são praticados na Escola Itinerante referida neste texto.

Um deles é o Tempo Abertura, que é um momento coordenado pelos Núcleos Setoriais da escola, em que a coletividade se encontra para vivenciar

a mística. Ocorre a conferência dos núcleos e das turmas com as suas palavras de ordem, é entoado o hino, música ou mesmo são realizadas apresentações previamente agendadas. Assim, podem ser realizadas homenagens, apresentação dos símbolos da luta e o resgate da memória de lutas anteriores, sempre lembrando o porquê da luta do Movimento. E neste tempo, ainda, são feitos os informes necessários a cada dia, que é realizado, na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, antes do início das aulas ou antes do intervalo.

De igual maneira, pode-se mencionar o Tempo Leitura, que se organiza a partir das leituras planejadas para cada turma, portanto é um tempo organizado por turma (com suas especificidades e objetivos), visando construir o gosto e a disciplina pela leitura. Por sua vez, o Tempo Aula é o Tempo diário destinado à execução das disciplinas do planejamento curricular, conforme cronograma das aulas. Este tempo educativo está sob responsabilidade dos educadores e do Núcleo Setorial de Apoio ao Ensino. Prioritariamente, este tempo pode acontecer mesclado aos demais tempos educativos. Ademais, não se limita, em sua execução, ao conceito de “aula” normalmente utilizado na escola tradicional, podendo incluir excursões, aulas-passeio, estudo de campo, entre outros.

Por fim, na entrevista semiestruturada com a professora de História da Escola, que é educadora do 6º ano ao Ensino Médio, foi possível compreender alguns fatores que limitam o exercício da Educação Popular na Escola Itinerante referida. Um desses fatores é a imposição do Estado para atender à Grade Curricular (como exemplo, a mudança da escola base para uma escola de ensino tradicional, mencionada anteriormente). Outro fator é ter pouca hora-atividade para preparar uma aula que atenda a realidade desses estudantes. Também foi citado como fator limitante os professores que vêm do Estado e já carregam a educação tradicional, não se adaptando à Educação Popular e nem participando da luta contra as imposições que vêm do Estado.

A professora expõe que nessa proposta de educação, parte-se da raiz do educando, de sua realidade social, e que a Educação Popular possui uma Pedagogia viva, em que os estudantes atuam como sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem, interagindo diretamente neste processo, enquanto que a educação escolar tradicional possui uma pedagogia morta, em que os estudantes apenas recebem informações dos professores, sem significar e relacionar com as suas vidas e sem qualquer interação direta no seu processo de aprendizagem. Quanto à proposta de educação e às limitações, a professora afirma que:

Não deixa de seguir a grade, mas ela não é a prioridade, segundo a escola Florestan Fernandes, que é uma escola de base, de apoio do Movimento Sem Terra, e, nós temos que seguir por uma outra estrutura, então a gente tem que partir pela porção da realidade e não partir pelo conteúdo. Eu vou começar a estudar com eles, por exemplo, a Mesopotâmia, né, vou estudar o Egito, pro Movimento Sem Terra eu tenho que antes enxergar, entender o que tá acontecendo na comunidade, em termos de coletividade, em termos de ocupação da terra, então eu preciso entender isso, para daí em começar a incluir o conteúdo junto nisso. A gente faz o contrário, a gente parte do conteúdo e fica depois buscando algumas comparações, porque a gente não tem tempo suficiente para fazer esse exame [...]” (Em entrevista, 04/2019).

Sobre os estudantes da Escola Itinerante, a professora comenta que:

[...] eles são bem sensíveis às causas sociais [...] eles não são de fácil lavagem cerebral, uma criança do Movimento Sem Terra quando vai para a cidade ela sofre muito, porque ela não acredita nem em meia dúzia do que é falado para ela" (Em entrevista, 04/2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thompson referia-se à revolução industrial, mas, no Brasil, na ditadura militar, é possível utilizar a mesma reflexão, pois “o povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: exploração econômica e a opressão política” (THOMPSON, 2001, p. 23).

O município de Jacarezinho, na região noreste do Paraná, é cenário da expansão agrícola, concentração de terra e modernização conservadora, características do capitalismo brasileiro, mas configura-se, também, como um local de luta pela terra, de constituição de uma escola democrática e, principalmente, as bases para a crítica e transformação da sociedade, a partir da luta de mulheres e homens do MST, a produção de uma outra história, afinal no mesmo nexo da exploração nasce a resistência. Ainda segundo Thompson (2001, p. 167):

Primeiro, no curso real das análises históricas e sociológicas (bem como as políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexo relacional. Segundo, ao passo que uma forma de oposição ao capitalismo se constrói sob o antagonismo econômico direto — resistência à exploração, seja como produtor, seja como consumidor —, outra forma é, exatamente, resistência à tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas [...].

Deste modo, compreendendo o acampamento Valmir Motta de Oliveira e a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira como representantes do todo que é o MST (o maior e mais importante Movimento Social do mundo) entende-se o porquê de estarem onde estão e o que significam e representam para a sociedade, como representantes de uma mudança não só na estrutura agrária, mas de luta pelos direitos e pela preservação da natureza e da vida humana, além da proposta da Educação Popular que lutam para inserir em suas escolas, como contraponto à educação tradicional do sistema capitalista.

Durão, Mussi e Maranhão afirmam que “estas tensões e dificuldades, próprias da busca de construção do novo no contexto do velho, não retiram a importância e mesmo urgência em gestar experiências educacionais e escolares que se contrapõem à ordem vigente” (2015, p. 160-161). Assim, abordam que mesmo com as limitações e problemas que a Escola Itinerante possui, é inegável a importância dessa ação de inserir outra proposta de educação como crítica e resistência ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- AIMONE, Thomaz. *Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutam para o progresso desta terra* [s.n.], 1991.
- ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 477-481, 2012.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. *Revista de Antropologia*, ano I, n. I, p. 3 e 7, maio 1928b.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim DATALUTA*, USP, São Paulo. Artigo do mês Setembro. 2011.
- CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.
- CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra (CPT). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 128-133, 2012.
- CARRERI, Marcio Luiz & SANTOS, João Pedro. A Crítica de Antonio Gramsci à Escola tradicional/burguesa. In: SILVA, Analígia Miranda *et al.* (Org.) *Reflexões Educacionais: Desafios Formativos*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DURÃO, Fabio Akcelrud; MUSSI, Daniela; MARANHÃO, Andréia Pagani (Orgs.). *Marxismo: cultura e educação: contribuições do VII Colóquio Internacional Marx Engels*. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. 168p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 496-500, 2012.
- FLORESTA, Leila. *Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?* Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 210p. 2006.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista brasileira de educação*, v. 16, n. 47, p. 333-513, mai./ago., 2011.
- HARVEY, David. “David Harvey: “O capital está sempre do lado da direita””. [Entrevista concedida a] Fania Rodrigues. *Caros Amigos*, 229 ed., n.p., 21 jun., 2016.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução de José Carlos Bruni *et al.* São Paulo: Abril, 1978. (Coleção Os pensadores – vol.: Marx).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. O MST como movimento socioterritorial moderno. *Revista USP*, São Paulo, n.64, p. 156-172, dez./fev., 2005.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 280-284, 2012.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Flores da escrivaninha*. Cia das Letras, 1990.

- PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [online], janeiro/junho. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n125/a10v37n125.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, [S.I.], v. 40, n. 03, p. 412-424, jul./set., 2009.
- PRISTRAK, Moisey. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis – PPGICH-UFSC*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2004.
- PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- RAMOS, Marise. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 341-347, 2012.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In. Ferreira, M. M; Amado, J. “*Usos e abusos da História Oral*”. FGV, Rio de Janeiro, pp. 93-102.
- SAVIANI, Derveval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SAPELLI, Marlene L. S. *Escola do Campo – Espaço de disputa e de contradição: análise da Proposta Pedagógica das Escolas Itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina*. 331p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e luta pela terra agrícola no Paraná*. Tese apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. UNESP. Rio Claro. Doutorado em Geografia, 1991. 361 p.
- SNYDERS, Georges. *Escola, Classe e Luta de Classes*. São Paulo: Centauro, 2005.
- SELONK, Marcus. José Takahashi. Jacarezinho: paradoxo de prosperidade e miséria. *Rev. Mediações*, Londrina, v. 4, n. 2, p.76-87, jul./dez. 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Seja Como For*: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades-Editora 34, 20019.
- TAVARES, Maria da Conceição. *A questão agrária e as relações de poder no país*. Folha de São Paulo. São Paulo, 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas. Ed. UNICAMP, 2001.

POSFÁCIO

A história a contrapelo

Eduardo Martins¹

Finalizo a leitura do livro *Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná*, organizado por Maurílio Rompatto e Leandro de Araújo Crestani e um misto de inquietações e reflexões povoam meus pensamentos. *Territorialidades...* apresenta uma historiografia outra que não a ocidental, decolonial e contra-hegemônica, mostra as narrativas de interlocutores de muitas vozes camponesas, é “a história a contrapelo”, como afirmou Walter Benjamin.

Inspirando em exemplos concretos das histórias do Noroeste paranaense, os autores demonstram a atualidade e a operacionalidade — proclamada por Benjamin — de “escovar a história a contrapelo”, concebendo-a do ponto de vista dos vencidos, em oposição à história oficial do “progresso”, inscrita pelas classes dominantes, burguesia latifundiária e mídia — conforme a fluência nos capítulos que a leitura me revelou.

É ainda o pensador Walter Benjamin que nos ajuda a refletir sobre a novidade de *Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná* ao ensinar em sua tese número seis “sobre o conceito de história” alertando que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Diante dessa constatação, infelizmente ainda bem atual, mesmo que escrita no ano de 1940, o livro que se acaba de ler trás o alento da esperança que conclamou Benjamin.

O que se pôde ler foi uma série de diálogos com uma noção de história desconstrucionista, um modelo de história reflexiva, combativa e engajada no limite da possibilidade da academia. Partindo do conceito preliminar de “história vista de baixo” proposta por Jim Sharpe, percorrendo a tradição inglesa da nova historiografia marxista, como E. p. Thompson (A Formação da Classe Operária Inglesa e Tradicion, Revolta e Luta de Classe), Rudé

¹ Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campus de Nova Andradina. Contato: e.martins@ufms.br.

(Ideologia e protesto popular), Nathali Zamon Davis (O retorno de Martins Guerre), a tradição italiana com Carlo Ginzburg que melhor vai aplicar o modelo de micro-história no “O queijo e os vermes”, também Giovani Levi que vai teorizar a micro-história. E dentro da tradição da história-problema produzida no Brasil alguns trabalhos são referências como: “Trabalho, lar e botequim” de Margareth Rago; “Cidade febril” e “Visões da liberdade” de Sidney Chalhoub; “A invenção do Nordeste e outras práticas discursivas” de Durval Muniz de Albuquerque Jr. A lista é longa dentro dessa perspectiva da “história a contrapelo” da qual dizia Benjamim.

Todas essas obras e autores, dentro do posicionamento metodológico da micro-história, redimensiona o seu objeto de estudo ao nível das pessoas e dos seus problemas cotidianos, das suas ações e reações comuns, tratando a fonte documental como um objeto de estudo, ela mesma o que Le Goff e Foucault vão chamar de “documento monumento”, alertando-nos que não existe um documento-verdade, mas sim um objeto de problematização.

Territorialidades Camponessas no Noroeste do Paraná, em seu conjunto de treze capítulos, trás e amplia as vozes camponessas em constante luta e resistência na e pela terra enquanto elemento de ressignificação cultural do modo de vida. O livro em epígrafe revela e denuncia todas as formas de arbitrariedades e violências cometidas no campo contra os trabalhadores e trabalhadoras sem terra com a participação direta dos agentes do Estado, notadamente a truculência policial a serviço do capital neoliberal. Destarte, basta analisar os documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para se ver o alto grau e a grande quantidade de violência praticada pelo Estado brasileiro contra a sociedade civil, contra indivíduos ou grupos; casos de etnocídio e genocídio indígenas são ali denunciados sendo esse mesmo Estado, que deveria zelar pelo cumprimento das leis e proteger seus cidadãos que lutam por justiça, considerado culpado.

Não obstante, longe de revelar vítimas ou uma dicotomia singela e mítica da luta entre oprimido e opressor, a leitura de *Territorialidades...* revelou, em sua riqueza metodológica, elementos que vão muito além da luta de classes de Marx sem, contudo, negar a essência dessa categoria fundadora e fundamental.

O compêndio ora apresentado nos remete ao filósofo francês Michel Foucault ao percebermos nas escritas que não existe poder que não se exerce sobre as pessoas, sobre nós. O poder se exerce sobre nós porque nós somos muito importantes para o poder; os camponesses são muito importantes para os latifundiários. Estão aqui porque, desobedecem, a esse poder ressignificando suas experiências complexas e conquistando a terra.

A história dos camponesses é uma história outra feita nos desvios da norma da história colonial e patriarcal. Ela escancara o abismo que existe na máquina de construir a história hegemônica. É o espaço heterotópico que, conforme pondera Foucault, é o espaço em que os camponesses e as camponessas trafegam produzindo seus saberes. Pensar e fazer a história dessa categoria histórica é negar a história neoliberal, positivista, alienante. Hoje não suportamos mais aquele tipo de história sufocante forjada na psicopatia funcional.

É a partir da história camponesa que se combate a hegemonia do discurso neoliberal colonialista. Assim, o livro que temos em mãos faz a desconstrução da história europeizante, eurocêntrica. É ali onde o camponês e a camponesa se encontram que existe o pulsar e onde existe o pulsar há resistência, ensina Foucault mais uma vez. Destarte, a história universal, colonial, patriarcal encontra aqui a sua firme resistência.

Territorialidades camponesas no noroeste do Paraná está muito além de ser história regional; é um tipo de história atemporal e que serve para qualquer espaço geográfico em que há poderes e pulsão de resistência. É um livro de história humanizante e humanizado; são histórias e memórias de gente em suas ações e reações cotidianas fazendo-se personagens da vida prática, vida vivida. É a história que inquieta, que chama e provoca o leitor e a leitora para refletir sobre o fazer historiográfico, para a escrita da história.

Territorialidades... é pulsão do começo ao fim, é uma provocação intelectual, se quiseres chamar dialética, luta de classes e resistência também não estarás equivocado; não obstante, a escrita dessa história rompe rasgando esse véu interpretativo e sugere um avanço a passos largos nesses velhos, mas úteis conceitos. Porém, o que se leu nesse belo e forte livro foram provocações de histórias vivas, pulsantes, contra-hegemônicas, decoloniais e antipatriarcado num diálogo constante e intimo com as teorias da história de Foucault e Deleuze (a história como pulsão, o poder como uma rede), Zizek (a identidade é forjada no meio que a ressignifica — as lutas camponesas).

Vimos nas páginas de *Territorialidades...* e nos capítulos que dialogam e se amarram compondo o livro, as histórias de um tipo de pulsão na qual muito mais do que camponeses explorados e latifundiários exploradores sem, contudo, negar essa dialética, o que vimos foi o entrefazer e entrecruzar de relações não de alteridade desde o outro, mas de dentro do funcionamento do poder, forçando contradições e deslocamentos no discurso dominante e provocando fontes para uma crítica imanente. A construção do outro (camponês, sem terra, vileiro, boia-fria) como uma exterioridade incontaminada. Não se trata de revelar uma constituição exótica do outro lhe dando uma projeção contra-hegemônica, mas a revelação que o dominado faz de si no processo de dominação conseguindo articular um bloqueio contra-hegemônico e julgando as consequências da dominação porque habita e se constitui nela, porém, ao mesmo tempo se permite reproduzir a ordem de dominação e introjetar nela o desejo de dominação que lhe era constitutivo e constituinte.

Não há nenhum determinante essencial que indique qual será a via que se imporá. Dito isso, não se pode postular uma clara separação entre as práticas de desestruturação e de dominação; digo que seu valor depende da relação concreta em que ela é produzida. A emancipação e suas determinações são necessariamente contingentes.

Os treze capítulos de *Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná* dialogam entre si e se constituem num arcabouço teórico e metodológico rico que dá conta de explicar as trajetórias de vidas camponesas, bem como cumprir o que se propôs fazer um livro de geo-história ao estudar o espaço geográfico

denominado Noroeste do Paraná. Geografia e História se interlaçam ao descrever o espaço físico e o tempo enquanto categorias analíticas apropriadas pelos cientistas sociais, mas vimos também ensaios de antropologia e psicologia social nos ricos relatos oferecidos pela história oral que perpassa os capítulos e lhes dão amparo metodológico enquanto fontes para as pesquisas. Fala de homens e mulheres camponesas fixadas a terra seja por projetos oficiais governamentais como as “villas rurais”, assentamentos, cooperativas. Narrativas de vidas sensíveis às questões ecológicas, educacional, reforma agrária, etc. Preocupações com a educação camponesa por meio do projeto “Educação do Campo”, com Projeto Político Pedagógico (PPP) e matriz curricular próprios, enquanto ferramenta contestadora da educação formal burguesa, capitalista.

Finalmente, as narrativas dos colaboradores aqui presentes sobre a necessidade de um tipo de “escola itinerante”, uma vez que os assentamentos exigem mobilidade constante, sobretudo por força da violência policial que os expulsam das terras do latifúndio improdutivo à qual estão fixados, tornando-o produtivo. As falas sempre marcantes sobre essa extremada violência por parte do Estado burguês e da sua força repressiva, a polícia militar. Mas também por parte dos latifundiários com seus exércitos paramilitares próprios fortemente armados e instruídos a agredir os trabalhadores. O exemplo extremo aqui foi o do assassinato de Eduardo Anghinoni, a mando de fazendeiros da União Democrática Ruralista (UDN) no ano de 1999, no município de Querência do Norte; a vítima era irmão de Celso, liderança do MST e nada tinha a ver com o movimento sem terra. Outros exemplos são lembrados pelos camponeses e camponesas como o massacre policial e de jagunços ocorrido na Fazenda Cobrimco, em Guairaçá, além de constantes despejos como forma de tentativa de intimidação e humilhação dos trabalhadores do campo.

Por fim, as falas dos grêmios estudantis, enquanto táticas de resistência dos estudantes contra a educação formal alienante em prol da educação democrática para a libertação, para a emancipação, como propõe o patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

Diante do acima exposto o que se pôde ler foram falas de pessoas comuns, homens e mulheres que aceitaram compartilhar conosco um pouco das suas experiências de trabalho, luta, educação. Mais do que tudo, esse livro é sobre histórias e memórias de vidas, de vidas camponesas.

Termino esse posfácio com um pedido especial para que os estudantes que aqui aparecem como gratas surpresas de pesquisadores e pesquisadoras, por favor, não parem essas pesquisas.

Fraternos abraços.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Ed. Manssagana; São Paulo: Cortez, 2009.
- BENJAMIM, W. *Sobre o conceito de história*. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.
- BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal, 2006.
- DAVIS, N. Z. *O retorno de Martins Guerre*. São Paulo: Paz e terra, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. [Organização e Tradução Roberto Machado]. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e terra, 2020.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HAESBAEHT, R. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de excluídos*. In: Castrol et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bentrand Brasil, 1995.
- HAESBAEHT, R. *O mito da desterritorialização e as ‘regiões-rede’*. *Anais do 5º Congresso de Geografia*. AGB. Curitiba, 1994.
- LE GOFF, J. *História e memória*. [tradução Bernardo Leitão et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEVI, G. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SHARPE, J. *A história vista de baixo*. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (3 vols.) [Trad. Denise Bottmann (vols. I e III)]. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y consciênciia de classe*. Barcelona: Editorial critica, 1989.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Esta obra foi composta em Minion Variable Concept,
tipo projetado por Robert Slimbach e publicado pela Adobe, Inc,
pela Agência Experimental de Comunicação Integrada – Agecin
do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG,
em Cascavel/PR, no ano de 2021.

A coletânea Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná aborda as territorialidades camponesas construídas a partir do processo de colonização da região Noroeste do Paraná que se iniciou na década de 1920 e chegou às vilas rurais implantadas pelo governo de Jaime Lerner entre os anos de 1995 e 2002. Com o projeto das vilas rurais, o ex-governador tinha por objetivo conter o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se articulava no campo, na ocupação do latifúndio improdutivo. A população boia-fria do Estado era constituída de meio milhão de trabalhadores rurais sem terra na época em que o projeto das vilas rurais foi instituído por aquele governo, e parte dessa população poderia aderir ao MST, em sua marcha cotidiana pela reforma agrária. Além da luta pela terra, esta coletânea também tem por tema assuntos relacionados ao cooperativismo e à educação do campo, à qual inclui uma ampla discussão a respeito da escola itinerante do MST.

Esta coletânea é mais uma publicação do grupo de pesquisa *Grupo de Estudos Históricos do Norte e Noroeste do Paraná: fronteiras, políticas, migrações, populações e identidades*. Um grupo voltado para pesquisa e publicação na área de História Regional do Paraná.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO GRUPO:

- 2012 História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda
- 2014 Histórias e Memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX
- 2016 História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado
- 2019 A Colônia Paranavaí: da “Revolução” de 1930 ao golpe civil-militar de 1964

